

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**“TRIBOS DA MISÉRIA”: NARRATIVAS DO JORNAL ZERO HORA NA
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS EXCLUÍDOS**

Tese de Doutorado

ROSANE ROSA

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Orientador

Porto Alegre, abril de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**“TRIBOS DA MISÉRIA”: NARRATIVAS DO JORNAL ZERO HORA NA
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES**

ROSANE ROSA

Tese apresentada como exigência para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, pela Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Porto Alegre, abril de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

ROSANE ROSA

**“TRIBOS DA MISÉRIA”: NARRATIVAS DO JORNAL ZERO HORA NA
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Dr. Valdir Jose Morigi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Orientador)**

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi – UFRGS

Prof. Dr. Antonio Fausto Neto – UNISINOS

Profa. Dra. Neusa Ribeiro - FEVALE

Prof. Dr. Luciano Miranda S. M. Fernandes - UFSM

Profa. Dra. Virginia Fonseca - UFRGS

*Às “Tribos da miséria”, para que
possam ter seus direitos humanos e de cidadania
reconhecidos e respeitados.*

AGRADECIMENTOS

Deus

- Ao ser superior, mestre por excelência, “princípio, meio e fim” pela sua onipresença no mundo.

Família

- Aos meus pais, Ricieri e Delfina, pela referência de superação.
- À minha filha Alyssa, pela amizade e amor.
- Às minhas irmãs, assistente social Rossale e Rozete, pelo apoio.

Amigos

- Ao amor-amigo Paulino, pela tolerância e apoio.
- Às amigas Dinah, Grazi, Beatriz, Índia, Mari e Bethi, com quem compartilhei alegrias e angústias.
- À amiga Jane Lovatto, *in memoriam*.

Professores

- Aos professores e demais servidores do PPGCOM/UFRGS, responsáveis pela qualidade do curso. Em especial, ao professor orientador por acreditar no meu projeto.

*“Meu trabalho é
indissociável de minhas tomadas de
posição e isso sempre vou
reivindicar”*

Armand Mattelart

RESUMO

Esta tese tem como objetivo o estudo das estratégias narrativas jornalísticas utilizadas para re/construir, simbolicamente, as identidades das pessoas pobres e socialmente excluídas. O jornal analisado na pesquisa é o Zero Hora de Porto Alegre/RS, no período de 2003 a 2008. A narratologia se constitui na ferramenta de análise das matérias jornalísticas. A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, são articuladas as bases conceituais e metodológicas utilizadas para orientar a investigação. O segundo contempla o estudo da midiatização da cidadania e do espaço público. No terceiro capítulo, busca-se problematizar a natureza, as tensões, as estratégias e as mediações da narrativa jornalística. No capítulo quarto são abordadas as propostas do jornalismo público, os saberes e competências, necessários a essa prática de dimensão política e educativa. No último, são apresentadas as conclusões da tese. A pesquisa indica que a construção das identidades da maioria dos personagens foi caracterizada com base em um referencial em termos culturais, econômicos, sociais e morais. Conclui-se que, no campo jornalístico e no caso específico do jornal Zero Hora, convivem, no mínimo, duas correntes de pensamentos e prática narrativa: uma mais crítica, propositiva, humanista e cidadã, que constrói a notícia des/construindo a realidade vigente e fundamentada na linguagem dos direitos e outra corrente, mais comercial e tradicional que se mostra competente na linguagem do espetáculo e da convergência tecnológica.

Palavras-chave: Espaço Público; Narrativa jornalística; “Tribos da Miséria”; Identidades

ABSTRACT

This thesis has for objective the study of the journalistic narrative strategies used for re/construction, symbolically, the poor people's identities and socially excluded. The newspaper analyzed in the research is Zero Hora of Porto Alegre/RS city, in the period from 2003 to 2008. The narrative logic it is constituted in the tool of analysis of the journalistic matters. The thesis is divided in five chapters. In the first, they are articulate the conceptual and methodological bases used to guide the investigation. The second contemplates the study of the mediatization of the citizenship and of the public space. In the third chapter, it's looked for to problematize the nature, the tensions, the strategies and the mediations of the journalistic narrative. In the four chapter are approached the proposals of the public journalism, know them and competences, necessary that practice of political and educational dimension. In the last, are presented the conclusions of the thesis. The research indicates that the construction of the identities of most of the people is characterized with base in a referential in terms cultural, economical, social and moral. It is ended that, in the journalistic field and in the specific case of the newspaper Zero Hora, live together, in the minimum, two currents of thoughts and narrative practice: a more critic, pro-positive, humanist and citizen, that builds the news des/constraint the effective reality and based in the language of the rights and other current, more commercial and traditional than is shown competent in the language of the show and of the technological convergence.

Key-Word: Public space; "Tribes of the Poverty"; Identities; Journalistic narrative.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Comparativo entre o Jornalismo Tradicional e o Jornalismo Público	92
QUADRO 2: Comparativo entre o Jornalismo Convencional e o Jornalismo de Resistência.....	94
QUADRO 3: Jogos de linguagem do contraste.....	221

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A MUDIATIZAÇÃO DA CIDADANIA E DO ESPAÇO PÚBLICO	34
2.1 CIDADANIA: DA CLÁSSICA À COMUNICATIVA.....	42
2.2 A TRANSMUTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: DA PRAÇA À MÍDIA	57
2.3 GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO JORNALÍSTICO	62
2.4 SOBREPOSIÇÃO DE AGENDAS	68
2.5 AGENDA COMPARTILHADA	72
3 JORNALISMO: UM FÓRUM DE COMPROMISSO PÚBLICO.....	79
3.1 JORNALISMO E A REVITALIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA	83
3.2 POSTURA PROFISSIONAL DE RESISTENCIA E RECUSA AO JORNALISMO MERCADOLÓGICO.....	93
3.3 SABERES, COMPETÊNCIAS E DEVERES DA PRÁTICA JORNALÍSTICA	94
4 TENSÕES, CONSTRANGIMENTOS, ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....	120
4.1 OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE: UMA AMBIVALÊNCIA COMPLEMENTAR DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....	122
4.2 A CULTURA DO ESPETÁCULO E O “INFOENTRETENIMENTO”.....	137
4.3 ESTRATÉGIAS NARRATIVAS E MEDIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES	141
4.4 EM BUSCA DE UMA METAEPISTEMOLOGIA JORNALÍSTICA.....	148
5. ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DO JORNAL ZERO HORA, NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE “TRIBOS DA MISÉRIA”.....	156
5.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	156
5.2 ANÁLISE DA CATEGORIA FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS.....	162
5.2.1.1 Reconstituição do episódio.....	162
5.2.1.2 A construção de personagens jornalísticos	163
5.2.1.3 Ações atribuídas aos personagens.....	164
5.2.1.4 Identificação dos conflitos.....	167
5.2.1.5 Estratégias de objetivação	167
5.2.1.6 Estratégias subjetivadas.....	169
5.2.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	172

5.2.1.8 Metanarrativas	172
5.2.2.1 Reconstituição do acontecimento.....	172
5.2.2.2 A construção de personagens jornalísticos.....	173
5.2.2.3 Ações atribuídas aos personagens.....	174
5.2.2.4 Identificação dos conflitos	176
5.2.2.5 Estratégia objetivada.....	177
5.2.2.6 Estratégia subjetivada.....	178
5.2.3.1 Reconstituição do episódio	180
5.2.3.2 A construção de Personagens Jornalísticas.....	181
5.2.3.3 Ações atribuídas aos personagens.....	181
5.2.3.4 Identificação dos conflitos	182
5.2.3.5 Estratégias objetivadas.....	183
5.2.3.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”	184
5.2.3.7 Metanarrativa.....	185
5.3 ANÁLISE DA CATEGORIA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	185
5.3.1.1 Reconstituição do Episódio.....	185
5.3.1.2 A construção de personagens jornalísticos.....	186
5.3.1.3 Ações atribuídas aos personagens	187
5.3.1.4 Identificação dos conflitos.....	187
5.3.1.5 Estratégias objetivadas.....	188
5.3.1.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”	191
5.3.1.7 Metanarrativa.....	192
5.4 ANÁLISE DA CATEGORIA MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	192
5.4.1.1 Reconstituição do episódio.....	192
5.4.1.2 A construção de personagens jornalísticos.....	193
5.4.1.3 Ações atribuídas aos personagens.....	194
5.4.1.4 Identificação de conflitos.....	195
5.4.1.5 Estratégias Objetivadas	197
5.4.1.6 Estratégias Subjetivadas.....	198
5.4.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”	200
5.4.1.8 Metanarrativa.....	200

5.4.2.1 Reconstituição do episódio.....	201
5.4.2.2 A construção de personagens jornalísticos.....	202
5.4.2.3 Ações atribuídas aos personagens.....	205
5.4.2.4 Identificação de conflitos.....	206
5.4.2.5 Estratégia objetivada	206
5.4.2.6 Estratégia subjetivada	210
5.4.2.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	210
5.4.2.8 Metanarrativa.....	211
5.5 ANÁLISE DA CATEGORIA: MENDIGOS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	212
5.5.1.1 Reconstituição do acontecimento.....	212
5.5.1.2 A construção de personagens jornalísticos.....	213
5.5.1.3 Ações atribuídas aos personagens.....	214
5.5.1.4 Identificação dos conflitos.....	215
5.5.1.5 Estratégias objetivadas.....	217
5.5.1.6 Estratégia subjetivada	218
5.5.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	219
5.5.1.8 Metanarrativas.....	220
5.5.2.1 Reconstituição do episódio.....	220
5.5.2.2 A construção de personagens jornalísticos.....	220
5.5.2.3 Ações atribuídas aos personagens.....	221
5.5.2.4 Identificação de conflitos.....	222
5.5.2.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	222
5.5.2.6 Metanarrativa	222
5.5.3.1 Reconstituição do episódio jornalístico.....	223
5.5.3.2 A construção de personagens jornalísticos.....	225
5.5.3.3 Estratégias objetivadas.....	227
5.5.3.4 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	230
5.5.3.5 Metanarrativa.....	230
5.5.4.1 Reconstituição do episódio	230
5.5.4.2 A Construção de Personagens Jornalísticas.....	232
5.5.4.3 Ações atribuídas aos personagens.....	233

5.5.4.4 Identificação dos conflitos.....	234
5.5.4.5 Estratégias objetivadas.....	236
5.5.4.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	237
5.5.4.7 Metanarrativa.....	237
5.6 ANÁLISE DA CATEGORIA ADOLESCENTES EM ABRIGO PÚBLICO.....	237
5.6.1.1 Reconstituição do episódio.....	238
5.6.1.2 A construção dos personagens jornalísticos.....	240
5.6.1.3 Ações atribuídas aos personagens.....	244
5.6.1.4 Identificação de conflitos.....	250
5.6.1.5 Estratégias objetivadas	255
5.6.1.6 Estratégias subjetivadas - Linguagem dramatizada.....	275
5.6.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	278
5.6.1.8 Metanarrativa.....	279
5.7 ANÁLISE DA CATEGORIA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.....	279
5.7.1.1 Reconstituição do episódio	279
5.7.1.2 A construção de personagens infantis.....	281
5.7.1.3 A construção da personagem materna.....	282
5.7.1.4 A construção do personagem do padrasto.....	283
5.7.1.5 Ações atribuídas.....	285
5.7.1.6 Estratégias Objetivadas	289
5.7.1.7 Estratégias subjetivadas	295
5.7.1.8 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	298
5.7.1.9 Metanarrativas.....	298
5.8.2.1 Reconstituição do episódio.....	298
5.8.2.2 A construção de personagens jornalísticas.....	299
5.8.2.3 Ações atribuídas aos personagens.....	301
5.8.2.4 Identificação dos conflitos	303
5.8.2.5 Estratégias objetivadas	304
5.8.2.6 Estratégias subjetivadas	305
5.8.2.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”.....	306
5.8.2.8 Metanarrativa	306

5.9.3.1 Reconstituição do episódio.....	307
5.9.3.2 A construção de personagens jornalísticos	308
5.9.3.3 Ações atribuídas aos personagens.....	309
5.9.3.4 Identificação de conflitos.....	310
5.9.3.5 Estratégia objetivada.....	311
5.9.3.6 Estratégia subjetivada.....	315
5.9.3.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”	316
5.9.3.8 Metanarrativa.....	317
5.10 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS CATEGORIAS ANALISADAS	317
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	342
REFERÊNCIAS.....	359

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é sobre a construção de identidades dos pobres e excluídos, observada através das estratégias narrativas do Jornal Zero Hora. Dessa forma, o estudo nasce da preocupação em recuperar a vocação pública do jornalismo e seu papel, no debate sobre a passagem da condição de status à prática da cidadania, à maioria da população excluída. Pretende-se refletir sobre as principais funções do jornalismo, no processo de constituição do espaço público e sobre o seu papel, na construção, no exercício e na expansão da cidadania, fortalecendo as práticas democráticas.

A retomada da politização do jornalismo passa pela problematização e pela reinvenção de paradigmas, bem como pelo processo de repensar de práticas midiáticas, na contemporaneidade. Isso envolve os conceitos de cidadania, espaço público, sociedade civil, pobreza e exclusão social, entre outros. Tal processo só pode ser deflagrado, na medida em que essas abordagens passarem por uma reelaboração crítica, que lhes devolva o caráter emancipatório, capaz de incorporar uma postura e equilíbrio ético entre o público e o privado, o social e o econômico. Esse percurso teórico e analítico terá, como cenário, reportagens sobre cidadania, pobreza e exclusão social. Pretende-se contribuir na reconstrução de um jornalismo humanístico, politizado e emancipatório, que sirva de apoio para a formação e exercício da cidadania plena, dos sujeitos socialmente excluídos.

A partir dessa perspectiva interdisciplinar, em que convergem a Comunicação e as Ciências Sociais, o objetivo é compreender que tipo de tratamento é dado, pelo jornalismo impresso, às temáticas vinculadas à cidadania, pobreza e exclusão social. O jornal selecionado para análise é o Zero Hora, de Porto Alegre, durante o período de 2003 a 2008. O estudo parte da relação entre mídia e espaço público, buscando compreender o processo, através do qual ela se constitui um espaço público discursivo, a partir da construção, da mediação e da veiculação de sentidos, no contexto social. Na sociedade contemporânea, o uso das tecnologias da informação e da comunicação, na produção narrativa da realidade social, se constitui em elemento estratégico, para a construção da identidade do cidadão.

No mestrado, buscou-se compreender as relações entre a mídia e campos sociais em situação de conflito, concentrando o foco nas estratégias discursivas jornalísticas, utilizadas na cober-

tura do Caso Schering¹. Uma das questões mais importantes se reportou às políticas de comunicação das instituições, nem sempre balizadas pela postura ética. A violação do direito do consumidor foi a ponta do iceberg, do Caso Schering, simbolizando, para os diferentes campos e atores envolvidos, uma questão maior: a cidadania. Tratou-se de uma problemática pública, que teve a contribuição do jornalismo como um dispositivo de vigilância, a serviço da cidadania. Estavam em jogo a liberdade, a saúde e a vida das pessoas envolvidas, garantidas pelo documento legislativo mais importante para o cidadão brasileiro: a Constituição – artigo 5º, onde reza o direito individual na democracia.

No doutorado, a proposta é aprofundar as estratégias narrativas do jornalismo, buscando compreender o tratamento dado às temáticas relacionadas à cidadania, pobreza e a exclusão social. O jornalismo tem relativa autonomia para subordinar a oferta narrativa, dos demais campos, aos seus próprios formatos, reformulando, assim, essas interpretações e o próprio espaço público.

Diante dessa relação assimétrica, o esforço deste estudo será no sentido de compreender como são construídas, simbólica e narrativamente, no jornal Zero Hora, as identidades das pessoas excluídas, pela pobreza e exclusão social. Em outras palavras, busca-se compreender a natureza das narrativas jornalísticas desse jornal e os jogos de linguagem, produzidos em torno da temática, uma vez que a visão sobre elas pode interferir nas decisões sobre as políticas públicas e na formação da opinião pública. Para tanto, a pesquisa visa responder às seguintes questões:

- Como se caracteriza o espaço público midiático?
- Que tipo de cidadania esse espaço promove?
- Como a narrativa jornalística reproduz determinadas concepções de mundo, ao tratar das temáticas sobre a cidadania, a pobreza e a exclusão social?
- Quais as estratégias narrativas utilizadas pelo jornalismo, na construção da identidade dos personagens envolvidos em situação de pobreza e exclusão social?
- Como a narrativa jornalística do jornal Zero Hora faz a mediação às representações dos personagens, envolvidos em situações de pobreza e exclusão social?

¹ Trata-se do Caso Microvilar, pílulas anticoncepcionais de farinha que acabaram chegando as prateleiras das farmácias de todo o Brasil, engravidando em torno de 200 mulheres. O fato ocorreu em 1998 por falta de controle no processo de produção e incineração do produto que foi utilizado para testar uma nova máquina de embalagem.

A partir dessas problemáticas, o objetivo geral da tese é compreender como as estratégias narrativas jornalísticas re/constroem, simbolicamente, as identidades das pessoas pobres e socialmente excluídas. Esse objetivo desmembra-se nas seguintes especificidades:

- Discutir aspectos do jornalismo, que contribuam para a construção de um espaço público mais democrático e participativo;
- Conhecer os significados que circulam no jornalismo impresso, sobre cidadania, pobreza e exclusão social;
- Caracterizar as estratégias narrativas do jornal Zero Hora, utilizadas no tratamento das temáticas em estudo;
- Analisar os jogos de linguagem e o vocabulário, utilizados nas matérias, desse jornal, que abordam a pobreza e a exclusão social;
- Analisar como são representados os sujeitos (nomações, ações e relações) e temas em questão.

O espaço público jornalístico, com seu potencial tecnológico de penetração, de abrangência e de visibilidade remete à possibilidade do desenvolvimento, do respeito e exercício da cidadania. O jornalismo é um espaço potencial, para a diversidade recriadora e conformadora de representações, na medida em que pode permitir uma participação democrática dos diversos campos sociais, na defesa dos interesses coletivos. O jornalismo é uma unidade geradora de sentidos, pois, em última instância, as representações socializadas seguem sua própria lógica. Em se tratando de um espaço público, ele tem o dever de socializar sentidos, voltados para valores sociais ligados à ética, justiça, solidariedade e igualdade.

Nesse estudo, postula-se o jornalismo como espaço de construção de uma nova cultura, que surge das relações com as demais, seguindo regras culturais, técnicas e estéticas, próprias de produção de sentido. Trata-se de um processo de semiose cultural, ou seja, a cultura jornalística não é igual a dos campos que comparecem no seu espaço, mas representa elementos de ambas. Assim, o jornalismo recebe, processa e oferta significados, através de estratégias narrativas, de forma que o conjunto da sociedade tenha uma percepção semelhante de mundo. Esse processo provoca uma sensação de participantes da mesma cultura, através de certa significação coletiva.

Privilegia-se o estudo do espaço público jornalístico, pois, na sociedade contemporânea, a relação entre a cultura e o jornalismo possui uma dimensão central, principalmente no que diz respeito às implicações políticas e sociais da atividade jornalística, como participante ativa, na construção da realidade social e na formação de identidades e de novas práticas cidadãs e culturais. Destaca-se, então, o papel social do jornalismo e o seu poder de responder às expectativas depositadas pela opinião pública, na sua tarefa de defensor dos interesses coletivos. Em outras palavras, o jornalismo apresenta-se como espaço de exercício de modalidades de cidadania, mediante suas práticas simbólicas e culturais.

Nesse contexto, é necessário compreender que os diversos campos e atores sociais, com suas respectivas culturas, representações e identidades sociais constituem e disputam o espaço público, sob a coordenação do jornalismo, que tem o poder narrativo de articulação sobre as demais. São complexas as relações e as disputas que se travam, para a produção dos sentidos, a serem ofertados à sociedade, nesse ambiente de heterogeneidade cultural, onde estão em jogo competências, relações de poder, saber e dizer, específicos de cada campo. Está implícita a questão das interações culturais, bem como as tensões, com a proeminência de umas sobre as outras.

Diante dessa realidade, fluida e híbrida, onde as diferentes práticas culturais são sempre socializadas, a partir de uma mediação e de uma subordinação à cultura jornalística, importa compreender, através da análise das estratégias narrativas, o processo de construção de significações, que o jornalismo empreende, a partir dos sujeitos envolvidos em situação de pobreza e exclusão social. Isso é importante porque entende-se que é a construção de sentidos desses processos originários, através de jogos de linguagens, que, fundamentalmente, diferencia e induz as diferenciações e discriminações, entre as pessoas excluídas e o restante da sociedade.

A análise dessa construção narrativa de significados pode contribuir para a compreensão de porque, apesar da Constituição de 1988 evidenciar a aspiração por uma sociedade mais justa e igualitária, o Brasil é um país que figura entre os campeões mundiais de desigualdade social:

[...] uma pobreza tão imensa que se começa a pensar que este país já ultrapassou as fronteiras da vida civilizada [...] a pobreza acompanha a história brasileira[...]espanta que essa pobreza persistente [...] não tenha sido suficiente para constituir uma opinião pública crítica, capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida para que este país mereça ser chamado de civilizado(TELLES, 2001, pp. 15-23).

Na concepção do autor (Id.) o enigma da pobreza está fundamentalmente implicado no "modo como direitos são negados na trama das relações sociais". Tramas essas que ganham visibilidade no espaço público midiático e mais especificamente, no jornalístico. Sendo assim, o enigma da pobreza está também fundamentalmente implicado no modo como as identidades são construídas e os direitos são representados no espaço público jornalístico.

Percebe-se a presença do enigma da pobreza, até mesmo nos dicionários da língua portuguesa, cujas definições de pobre impedem uma representação histórico-sócio-cultural, dinâmica e interativa da sociedade, não dando conta das múltiplas relações que se constroem em torno das pessoas pobres e da situação social em que se encontram inseridas:

[...] pouco produtivo; mal dotado; pouco favorecido; digno de lástima; que inspira compaixão; [...] miserável; indigente; mendigo, pedinte." (BUENO, 2000, p. 604-605); [...]mal dotado; pouco favorecido; digno de pena; coitado. [...] mendigo (LUFT, s.d, p.489)

Sendo assim, para a presente tese, parte-se do conceito de pobres abordado por Giardino (2003, p.267) que define as pessoas pobres como sendo "aquelas que se vêm submetidas a uma rede de relações de privação de múltiplos bens materiais, simbólicos, espirituais e de transcendência, imprescindíveis para o desenrolar autônomo da sua identidade essencial e existencial." (tradução nossa)

A definição de Giardino remete a uma visão sistêmica da realidade e a representação de um ser humano que contingentemente é pobre e está submetido a uma trama de relações e representações de privação dos direitos essenciais a todos os indivíduos. Essa definição relacional das situações de pobreza proporciona uma representação histórico-sócio-cultural, dinâmica e interativa da sociedade. Dá conta das múltiplas relações que se estruturam em torno das pessoas pobres e que produzem e prolongam ao invés de evitar a situação de pobreza; possibilita determinar e encarar ações preventivas aos sujeitos responsáveis pelas situações conjuntamente com o sentido e a origem dos processos que engendram e consolidam. Por fim, entende-se, que esse conceito sistêmico, contempla o jornalista-narrador das situações de pobreza e exclusão social como possível integrante-responsável de uma relação de privação e de construção da cidadania.

Complementa-se essa visão sistêmica com o conceito de Demo (2007), que classifica o fenômeno da pobreza em dois tipos: socioeconômica e pobreza política. A primeira pobreza refere-se à carência material, indicadores econômicos. Já “Por *pobreza política* compreende-se a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses.” (DEMO, 2007, p.20, grifo do autor). Portanto, ignorar a pobreza política e atacar apenas a pobreza econômica é trabalhar para manter a dependência e o círculo vicioso da pobreza. Assim, as políticas sociais devem contemplar os dois horizontes da pobreza; caso contrário, transformam-se em “mecanismos de controle e desmobilização social”. (DEMO, 2007, p.19-20)

Nesse processo, é relevante, também, conhecer o macro contexto social, em que a temática em estudo está inserida e enredada. Esse contexto merece ser analisado, sob a ótica jornalística, devido à crescente atenção pública mundial, governamental, da sociedade civil organizada e até mesmo do setor privado, dispensada a temas como cidadania, pobreza e exclusão social. Esse universo temático vem sendo debatido com maior evidência, desde 1950 e, na América Latina, desde o início dos anos de 1970, porém, foi a partir da década de 1990 que a discussão se tornou mais presente, como por exemplo:

- 1995 - A ONU promove a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, Copenhague/Dinamarca.
- 1995 – Foi criada uma rede internacional denominada *Social Watch*, no Brasil Observatório da Cidadania. Ela reúne cerca de 400 organizações da sociedade civil, sediadas em 60 países, dedicadas à luta pela erradicação da pobreza extrema e diminuição das desigualdades. Entre suas principais missões está a preparação de relatórios anuais sobre o desenvolvimento social no mundo para servir de instrumento de monitoramento e pressão sobre os governos para que cumpram os compromissos assumidos na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social ocorrido no mesmo ano.
- 2000 - Sessão especial da Assembléia Geral da ONU, Genebra/ Suíça, com prestação de contas sobre as metas assumidas em Copenhague. O desenvolvimento social entrou na agenda de várias nações, para outras tantas, não passou de um efeito retórico.

- 2000 - ONU Cúpula do Milênio, Nova York. Declaração do Milênio, documento histórico, com oito metas, sobre os maiores problemas globais, a serem cumpridas até 2015. Dentre elas: reduzir pela metade a pobreza extrema e a fome, criando uma parceria mundial para o desenvolvimento.
- 2005 - Chamada Global para Ação contra a Pobreza. Trata-se de uma das maiores redes já organizadas por cidadãos em todo o mundo, agregando 200 organizações e movimentos sociais em mais de 100 países. Seu principal objetivo é pressionar para que governos de todos os países honrem seus compromissos com as populações pobres. A marca dessa iniciativa é a mobilização social, ou seja, busca a voz e a atitude das pessoas para cobrar, sugerir e controlar a ação dos governantes. Nesse mesmo ano marcou presença, de forma direta ou indireta, na agenda internacional de grande impacto sobre o desenvolvimento dos países:
 - Fórum Social Mundial (Brasil);
 - Fórum Econômico (Suíça);
 - Reunião do G8 – países mais ricos do Mundo (Escócia);
 - Reunião da ONU para avaliação das Metas do Milênio para redução da pobreza (Nova York);
 - Reunião da Organização Mundial do Comércio, OMC (China).

O relatório de 2006 da rede *Social Watch* - no Brasil “Observatório da Cidadania 2006 - Arquitetura da Exclusão” - denuncia que é mínimo o progresso, na redução das desigualdades. Segundo o relatório, isso ocorre não só entre nações, mas também entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre diferentes grupos étnicos em cada país. O relatório mostra que, em todo o planeta, desde 1995, foram modestos os avanços em desenvolvimento social e que os compromissos assumidos pelos governos têm sido mais exercícios de retórica que guias para a ação. Estima-se que, se continuar nesse ritmo, nem mesmo as modestas Metas do Milênio, estabelecidas em 2000, a partir da Declaração do Milênio, da ONU, serão atingidas. (*SOCIAL WATCH*, 2007)

No Brasil, agrava-se o perfil perverso das desigualdades mundiais em um padrão próprio de distribuição de renda e riqueza; na diferença na incidência da pobreza entre as populações negras e brancas e na persistência do pagamento de menores salários às mulheres. Apesar de o Brasil ser a décima primeira economia mundial, em 2002 o país ocupou a 73ª posição, no ranking

elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede as condições de vida em 173 países. O Brasil está entre as nações mais desiguais do planeta. Apresenta a quarta pior distribuição de renda, perdendo apenas para Serra Leoa, Suazitânia e República Centro-Africana.

O fenômeno da desigualdade social brasileira – cuja população oscila entre as pessoas com elevadíssima renda e outras que vivem na extrema pobreza - tem algo de ilógico, mas nada de irreal. O Brasil ocupa o nono lugar em renda *per capita*, entre os países em desenvolvimento, mas, em proporção de pobres cai para o 25º lugar. Ou seja, paradoxalmente, está entre os 10% mais ricos e integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento (CARE, 2006). A pobreza brasileira, então, não é decorrência da escassez de recursos básicos, que garantam qualidade de vida digna, mas da má distribuição dos recursos. No Brasil desigual, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% mais pobres. A renda de uma pessoa rica é de 25 a 30 vezes maior que a de uma pessoa pobre².

Os números de pessoas socialmente excluídas variam, de acordo com os diferentes critérios metodológicos utilizados³. Optou-se pelos dados e avaliação do IPEA (2006), porque essa avaliação separa a linha da pobreza da linha da indigência. Segundo esse instituto, há, no país, 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza⁴ e 24,7 milhões abaixo da linha da indigência. Se humanamente é revoltante e incompreensível a permanência histórica deste quadro, economicamente chega a ser escandaloso, uma vez que, para erradicar a linha da indigência, seria necessário não mais que 1% da renda do País, enquanto que, para se erradicar a linha da pobreza, seriam precisos 5%. A renda média brasileira é seis vezes maior que o valor definido como linha de indigência. Isso significa que, se a renda brasileira fosse igualmente distribuída, estaria garantido, a cada pessoa, seis vezes aquilo de que necessita para se alimentar⁵. Uma vez provado que o

Na Suécia, a diferença de renda entre ricos e pobres é de, no máximo, seis vezes. Nos Estados Unidos e no Uruguai, de dez vezes.

³ O Programa Governamental Fome Zero define 19 linhas diferentes de pobreza. O valor mais alto é o de Salvador, R\$94,77, por mês, e o mais baixo na zona rural do Nordeste, de R\$71,53 mensais. O resultado são 46 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. A fórmula poderá ser alterada, com base nas frações do salário-mínimo. O cálculo chegará a 58 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. O cálculo de 46 milhões teve, como base, a cotação do dólar comercial de 2001.

⁴ O Instituto define 24 linhas de pobreza diferentes, de acordo com a região. O valor mais alto é o de Porto Alegre, onde o IPEA considera pobre quem tem renda familiar per capita inferior a R\$ 149,50 por mês. O valor mais baixo é o da zona rural de Minas, de R\$ 70,00 mensais. Indigente é considerado quem tem renda per capita familiar cerca de 50% menor do que a fixada para definir a linha de pobreza.

Além da distribuição da renda, outro fator de desigualdade é a educação. Diferenças educacionais são transformadas em diferenças de renda

problema não é de recursos, temos que reconhecer que essa desigualdade degradante denuncia uma incompetência político-social, histórica e coletiva, que se equivocou, reduzindo o político e o social ao econômico, ou seja, tornando-os dependentes da lógica financeira.

O presidente Lula, logo após sua eleição, em 2002, anunciou que o combate à fome seria sua prioridade de governo, através do Programa Fome Zero. O Programa reúne políticas estruturais, que visam a combater as causas da pobreza; políticas específicas que buscam interromper o binômio "fome-pobreza"; e políticas locais, urbanas e rurais, que apóiam e divulgam iniciativas sociais. O Fome Zero parte de uma premissa atual: o governo, qualquer que seja ele, seria incapaz, com iniciativas isoladas, de atender plenamente às metas de redução da população suscetível à fome. O projeto apresenta um plano geral e articulado, para enfrentar o problema, mas exige vontade política, extermínio da corrupção e a mobilização da sociedade (FOME ZERO, 2005).

Apesar de o Brasil continuar sendo um dos países mais desiguais do mundo, segundo dados do IPEA (IPEA, 2006), de 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar *per capita* caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível, nos últimos 30 anos. Essa desconcentração levou a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza. O grau⁶ de concentração de renda, no país, caiu 4%, entre 2001 e 2004, passando de 0,593 para 0,569. A queda na desigualdade de renda ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente do que a nacional. Ao longo do período estudado, a renda média dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa anual média de 7%, enquanto a nacional declinou 1% ao ano (a. a). Tomando o período como um todo, o crescimento da renda média dos 20% mais pobres foi cerca de 20 pontos percentuais (p.p.), acima do observado entre os 20% mais ricos.

Diante dessa redução na desigualdade, tanto a pobreza quanto a extrema pobreza também declinaram. Como a renda *per capita* da população total não cresceu no período, toda a queda da pobreza pode ser integralmente atribuída à redução na desigualdade. A queda de 4% da desigualdade de renda, no período pesquisado, levou a uma redução de 3,2 p.p., na proporção de pessoas extremamente pobres. Isso o que equivale a retirar mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição. Para obter o mesmo resultado, sem nenhuma redistribuição, seria necessário um crescimento de 6% a.a (IPEA, 2006).

Apesar desses avanços e maior investimento na área social, na opinião da Coordenadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a socióloga Fernanda Carvalho

⁶ Medido pelo coeficiente de GINI, que é a medida de desigualdade de renda, mais comumente utilizada.

(2007), os programas desenvolvidos como o Bolsa Família não enfrentam as estruturas de reprodução das desigualdades e das injustiças sociais. Na visão da socióloga, os governos tem preservado “o eixo central de políticas públicas” que privilegiam os interesses de setores financeiros, concentrando renda e riqueza.

Nessa tese, adota-se a percepção de Política Social, de Demo (2007, p.9), como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. A desigualdade social é vista como componente histórico-estrutural, que integra a dinâmica social histórica, em termos de “resistência e necessidade de mudança”. Para mudar, o autor defende que o processo emancipatório deve fundamentar-se em dois pilares: um econômico, voltado para a autossustentação, e outro político, assentado na cidadania. Para tanto, as políticas sociais⁷ devem apresentar as seguintes características: “[...] redistributiva de renda e poder [...] equalizadora de oportunidades [e] sempre que possível ser emancipatória”. (DEMO, 2007, p.20-23) Caso contrário, adverte, servirá para o grupo dominante como uma “tática de desmobilização e controle”. (DEMO, 2007, p.9)

Desse modo, como temos muito a avançar, em busca de uma maior igualdade social, a realidade observada, em função dos problemas sociais históricos de pobreza, fome, miséria, violação dos direitos, exclusão e exploração, apresenta indicadores poderosos para construir nossas sociedades. Esses fatores perpetuam uma ordem social que necessita ser definitivamente questionada, também no espaço público midiático, quanto às suas condições históricas de produção e reprodução.

Marocco (2004) analisou a imprensa de Porto Alegre, no final do século XIX. O estudo evidencia que os pobres eram representados como “perigosos” e os mendigos como “agentes de perversão” e “profissionais em produzir enfermidades falsas”. A noção de pobreza se aproximava com a de delinquência, uma ameaça a sociedade, “classe perigosa”, excluídas dos padrões, das normas, do trabalho e da propriedade. Os pobres como inimigos a combater ganhavam visibilidade porque contrariavam os interesses e transgrediam noções importantes como higiene, o trabalho e a família. A pesquisa mostra também que a prática jornalística estava articulada a uma rede de instituições, com discursos científicos e filosóficos, subordinados as transformações da sociedade tradicional para uma moderna e capitalista. Através de narrativas moralistas e disciplinares pretendiam corrigir a conduta dos pobres. Assim, segundo a pesquisadora, o

⁷ DEMO (2007, p.9-23) classifica as políticas sociais com preventivas e curativas. A preventiva é a que atinge as raízes do problema e evita que se processe e propague. Políticas curativas são inevitáveis, diante da pobreza vigente, mas não freiam o problema; ao contrário, se forem contínuas podem estimular.

jornalismo trabalhava conceitos alinhados a ordem dominante e a notícia corporificava essa polifonia discursiva sobre o controle e a disciplina social.

Esse contexto evidencia que temas como cidadania, pobreza e exclusão social estão presentes intensamente no cotidiano da sociedade e, em decorrência, devem estar, também, no espaço público jornalístico. Uma pesquisa da Agência de Notícias para os Direitos da Infância (ANDI), no entanto, sobre tecnologias sociais, feita em 2006, em 85 jornais, mostra que a temática em estudo não faz parte da cobertura constante dos veículos considerados nacionais. Segundo esse estudo, temas como pobreza, desenvolvimento, economia solidária, dentre outras políticas sociais, são pouco abordadas. O programa mais citado é o Fome Zero (8,4% dos textos o mencionam), seguido pelo Bolsa-Família (2,4%) e por uma lista de outros programas e projetos. Assim, julga-se ser de extrema relevância abrir espaço para uma discussão teórico-prática sobre a abordagem das reportagens dessas temáticas, de modo a ultrapassar a ênfase tradicional, focada no desempenho econômico.

Ainda segundo esse estudo da ANDI (2007), a cobertura dos jornais brasileiros sofre da ausência de politização e de uma postura crítica: temas como pobreza (0,8% das matérias analisadas), igualdade/desigualdade (0,3%) e os modelos de desenvolvimento (3,5%), os quais poderiam fornecer um contexto altamente favorável para a discussão, são amplamente negligenciados.

Quanto ao foco agregado/ foco central, pode-se afirmar que, dos textos analisados, 20,3% referem-se a direitos humanos e sociais, e a políticas públicas sociais; 0,8%, à pobreza/superação; 0,7%, fome/miséria/superação; 0,7%, exclusão/inclusão social; 0,3%, igualdade/desigualdade; sendo que as populações que vivem em bolsões de pobreza aparecem em menos de 3,5% dos textos. Quanto à caracterização dos públicos citados, no geral, se adjetiva pouco: menos de 30% dos textos citam ‘população’; 10% falam em ‘população carente’; menos de 1,6% trata os públicos como ‘cidadãos’ (ou ‘cidadãs’) e ‘sujeitos de direitos’.

Nesse contexto, a apresentação de causas, soluções e conseqüências, para os problemas, centralmente discutidos, é extremamente relevante. Sem este aporte, dificulta-se a adequada compreensão dos caminhos a serem percorridos. Considerando tais aspectos, os resultados dessa pesquisa apresentam um quadro que demanda atenção: 18,9% dos textos apresentaram causas; 17,6%, conseqüências; e 25,7%, soluções. O tratamento editorial e a cobertura de problemas sociais, como pobreza, desigualdade e exclusão social, carece de contextualização e de um maior aprofundamento, para conectar-se a uma lógica política do desenvolvimento humano e social. O

material pesquisado pela ANDI (2007) evidencia que 75,2% dos textos não identificam, como referência, nenhum modelo de desenvolvimento.

Dos textos analisados pela pesquisa da ANDI, 86% fazem uma contextualização superficial da questão. A simples visibilidade midiática desses temas sociais não significa, obrigatoriamente, uma atuação capaz de conscientizar e provocar intervenções e mudanças sociais. Questionar e mudar as abordagens no noticiário sobre pobreza e exclusão social significa empreender um conjunto de ações em que o jornalismo tome sobre si a responsabilidade das metas sociais, assumidas na Conferência de Copenhague, na Cúpula do Milênio e no Programa Fome Zero. Isso é fundamental, uma vez que é possível confrontar as diretrizes ali traçadas com a realidade brasileira.

Os dados sobre a realidade sócio-político-comunicacional brasileira, acima relatados, levam à necessidade de refletir sobre a importância das estratégias narrativas jornalísticas, na formação da opinião pública e na promoção do debate dessas questões. Daí justifica-se a necessidade de investigar o tipo de tratamento dado pelo jornalismo às temáticas vinculadas à cidadania, à pobreza e à exclusão social. O jornalismo se constitui no espaço público contemporâneo mais significativo de lutas, tensões e conflitos, entre as narrativas dos diferentes campos que disputam espaço, para a construção e a oferta de sentidos, sobre a realidade cotidiana.

O agendamento e a consolidação de um novo paradigma, na esfera pública de discussões e decisões, dependem de que este universo temático ganhe visibilidade, no espaço jornalístico, com uma abordagem qualificada. Essa realidade é decorrente de um conjunto de variáveis, dentre as quais se verifica o despreparo das instituições e sujeitos sociais para a comunicação pública; uma formação universitária demasiadamente técnica e voltada para as regras do mercado; e os interesses comerciais acima dos sociais, por parte do monopólio midiático. Esses fatores contribuem para a manutenção do baixo nível de politização e capacidade de mobilização da opinião pública.

Sendo assim, julga-se que este estudo terá relevância, além da área de Comunicação Social e Terceiro Setor, para fortalecer o diálogo com outras áreas do conhecimento humano, tais como a Sociologia, a Ciência Política, a Educação e a História, uma vez que a análise dos processos midiáticos tem assumido uma centralidade nas pesquisas contemporâneas. Isso se dá em virtude de que ela influencia na formação de identidades e possibilita novas formas de interações so-

ciais e, também, porque é um instrumento indispensável, para que se efetive a comunicação entre os diversos campos e atores sociais.

Salienta-se outras⁸ razões, de natureza ética, que justificam a opção de pesquisa pela temática da pobreza e exclusão social. No Brasil, os pobres e excluídos, tratados como minorias, são maioria absoluta e sofrem em silêncio por uma estratégia de sobrevivência e por falta de esperança.

Vale salientar, porém, que a opção pela temática se confirmou, concretamente, em 2004, por ocasião da participação desta pesquisadora na investigação latino-americana “Conhecer para intervir: infância, violência e mídia”⁹. Nessa pesquisa, se constatou que a narrativa jornalística constrói e caracteriza os personagens, com um referencial em termos étnicos, culturais, sociais e morais. Essas referências acabam reforçando e legitimando as desigualdades entre as classes sociais. Observou-se, por ocasião da investigação, o tratamento diferenciado, como ocorreu, por exemplo, quando as crianças e os adolescentes de classe baixa eram apresentados desprovidos de sua própria identidade, recebendo um tratamento genérico e coletivo. Essas crianças e adolescentes tiveram tratamento mais invasivo, sendo mais expostas, em suas emoções, no seu abandono e em espaços públicos. Já os pertencentes à classe média e alta foram mais preservados e apresentados, na maioria das vezes, em um entorno familiar. Esses receberam tratamento de respeito a sua identidade e atributos estéticos valorizados, na sociedade contemporânea. A mesma estratégia foi utilizada na construção dos demais personagens, como os pais e os agressores, ou seja, a narrativa também reforçou atributos, de acordo com o enquadramento social.

Diante desse panorama, decidiu-se assumir o desafio de um estudo, politicamente comprometido com a qualidade da informação pública, como direito da sociedade. Nesse sentido, o maior desafio é trabalhar para que, parafraseando Barbero (1984, p.34): frente ao jornalismo popular ‘sensacionalista’, comece a ser gestado um jornalismo ‘sério’. Assim também se produz uma outra iconografia, na qual se constitui a resistência e a recusa, e com a qual se pode educar

⁸ A vivência e a experiência, humana e profissional, da pesquisadora com a população em estudo: Pastoral da Criança (Belo Horizonte); Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros (Mandirituba); Capa dos Pobres (Curitiba); SAIDAN(Lajeado); Obra Social São Cristóvão (Lajeado); Abrigo de Moradores de Rua São Chico (Lajeado).

⁹ Trata-se de uma pesquisa desenvolvida para o projeto “Vozes por um continente sem violência”, promovido pela Oficina Internacional Católica da Infância (BICE). O projeto contou com a participação de universidades de oito países: Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. A coordenação geral foi das pesquisadoras Mônica Maronna e Rosário Sánchez Vilela da Universidade Católica do Uruguai. As principais conclusões foram publicadas no livro *Mídia e Representações da Infância: Narrativas Contemporâneas*.

academicamente e politicamente. Esta iconografia se posiciona contra uma outra e atual, popular e comercial, na qual se constitui a vulgarização da realidade.

Os veículos de comunicação, assim como as demais empresas, fazem parte de uma economia capitalista, onde o mercado é soberano. Os objetivos são receita e lucro e a atividade, grosso modo, tem sido tratada como uma espécie de comércio de informações. Nesse sentido, há uma supervalorização da publicidade, sendo que o jornalismo usa mecanismos, como estratégias narrativas dramatizadas, que possibilitam audiência e a venda (KAPUZINSKI, 1992; MARCONDES FILHO, 1987; MACHADO, 2001; RAMONET, 2004). Por outro lado, tem-se, aqui, a consciência de que a informação é um bem público, um direito do cidadão, que, como tal, não pode ser comercializado, como se fosse um produto qualquer. A função social do jornalismo, como gestor e formador do espaço público discursivo, está em proporcionar o acesso às informações, para o exercício da cidadania. Isso se evidencia, uma vez que, inserido no ambiente midiático, possui “[...] um poder que não é apenas do dinheiro, mas do que o dinheiro pode ter sobre os espíritos” (BOURDIEU, 1999, p.5).

Diante da proposta de pesquisa, de compreender como as narrativas jornalísticas reconstroem as identidades dos personagens envolvidos nos acontecimentos, optou-se por uma metodologia qualitativa, partindo de uma perspectiva hermenêutica. A narratologia vai se constituir a ferramenta de análise das matérias jornalísticas. Possibilitará conhecer a imagem, os estereótipos e suas implicações sociais.

A análise qualitativa dos episódios teve como base os procedimentos sugeridos por Motta (2007, p.147 -166): reconstituição do acontecimento jornalístico; a construção de personagens jornalísticas; identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; estratégias e relações comunicativas e as metanarrativas. O jornal selecionado, para análise, foi o Zero Hora, de Porto Alegre/RS no período, 2003 a 2008.

Para responder os problemas de pesquisa, pensou-se em uma estrutura de tese, que inicia com os fundamentos teóricos: de esfera pública, cidadania, opinião pública, jornalismo público e estratégias narrativas.

Quanto à noção de espaço público, opta-se por focar a reflexão no modelo discursivo de Habermas (1984). Esse modelo considera, como questão central, a legitimidade democrática, através da qual todos participam na formulação e adoção das normas e decisões políticas que os afetarão. A opção pela postura habermasiana se justifica por ser uma proposta de interesse eman-

cipatório, que dialoga com as idéias do Jornalismo Público (ROSEN, 1993, 2003; MERRIT, 1995, 2003) do Jornalismo ético e politizado, de recusa e de resistência ao jornalismo comercial (BERTRAND, 1999; KAPUZINKI, 2002; FREIRE, 2000; PENA, 2005); do contra-agendamento (MARTINS, 2007); e da Metaepistemologia (GIARDINO, 2003). Essas são perspectivas teóricas também trabalhadas nessa tese e são igualmente voltadas para a produção de um conhecimento orientado pelo desejo e interesse emancipatório.

No cenário público defendido por Habermas (1984), a contemporaneidade é tida como um tempo onde é possível realizar transformações profundas na sociedade. A mídia pode desempenhar um papel mais político e construtivo e a opinião pública torna-se capaz de julgamentos críticos. Isso impõe desafios, na adoção de mecanismos de acesso e participação igualitária. Implica em reconfigurações nos papéis e perfis dos cidadãos, que trazem conseqüências para os sujeitos (conscientes, críticos, éticos, solidários e participativos) e os campos envolvidos, na política e na comunicação pública.

Nesse sentido, todas as decisões políticas e os temas de relevância pública, como é o caso em estudo da pobreza e da exclusão social, precisam ser submetidos à discussão racional da opinião pública. Caso contrário, seguindo o alerta de Habermas (1984), haverá imposição do individual sobre o coletivo ou de uma minoria sobre a maioria.

A noção habermasiana de esfera pública apresenta diferenças em relação aos demais modelos, menos abrangentes. Entre elas, destaca-se a perspectiva histórica, a relação entre a economia, a política e a sociedade, e a forma como relaciona a política democrática com a comunicação pública. Assim, acredita-se que a noção de esfera pública é adequada para dar conta das configurações contemporâneas da vida pública e do jornalismo. Trata-se de uma concepção onde os aspectos individuais tornam-se secundários e as ações sociais assumem a centralidade. Há, por isso, uma valorização do conceito de cidadania em conseqüência das práticas sociais, ou seja, uma renovação e ampliação na dimensão da participação política concebida como maximização de interesses coletivos.

Outro conceito importante, para esse estudo, é o da cidadania. Apesar do interesse em conhecer todo o processo de desenvolvimento da categoria de cidadania, essa tese está mais voltada ao sentido atribuído pelas Ciências Sociais, que concebem a cidadania como um valor, em si, uma vez que o conceito condensa uma série de outros valores, como igualdade, solidariedade, pertencimento, liberdade e participação. Nessa perspectiva, o Estado é considerado o lar da cida-

dania e o indivíduo, um sujeito pleno, no exercício de seus direitos civis, políticos e sociais. Essa tipologia atribui à cidadania o sentido de conjunto de direitos e deveres que geram uma condição de *status* e igualdade social aos integrantes de uma comunidade. Estabelecida por Marshall (1967), a noção de cidadania foi atualizada por outros autores ligados às Ciências Sociais, como Habermas (1984), Vieira (2001), Bobbio (1992) e Mata (2006).

O fenômeno da opinião pública será estudado, com base, fundamentalmente, nas três classes de discursos sustentadas por Gomes (2001), sendo que cada classe remete a um conjunto de problemas específicos. Na primeira classe, a opinião pública ganha um sentido diferente da definição clássica: passa a ser “o sujeito coletivo capaz de manifestar decisões” e não simplesmente opiniões. A segunda classe relaciona o conceito de opinião pública ao debate público que ocorre no âmbito opinativo da esfera pública. É a opinião publicada. Já na terceira, a expressão é referida às artes que se ocupam na produção da opinião pública.

No segundo momento, são abordados os estudos da sociologia da notícia, que evidenciam um conjunto de elementos e rotinas que causam tensões e constrangimentos, ao processo de produção da notícia. (HACKETT, 1993; TUCHMAN, 1993; HALL, 1982; DARNTON, 1990; ZELIZER, 2000; TRAQUINA, 1988; 2004 e outros). O jornalismo, como prática constitutiva, relata as histórias sobre o cotidiano social dos diferentes campos, dando significado ao mundo. Assim, torna-se relevante analisar e compreender as problemáticas desse processo narrativo que re/constrói a própria realidade social. Essa problematização pode contribuir para repensar as dimensões éticas, as representações, os conceitos, as posições e as argumentações do narrador, individual e institucional, na produção de identidades, saberes e conhecimentos.

Em uma época de sensacionalismo, a lógica do espetáculo atingiu a produção de notícias e o estilo dramatizado passa a caracterizar o jornalístico contemporâneo. Essa cultura do espetáculo e do “infoentretenimento” no jornalismo será problematizada com base em Debord (1967), Kellner (2006) e Marfuz (2004). Seguindo um estilo misto de “infoentretenimento”, o jornalismo, através de seus rituais, valoriza e legitima os valores da desigual sociedade de consumo e contribui para deflagrar um processo de despolitização dos profissionais e da sociedade, enfraquecendo o espaço público e a vida democrática. Esse processo de despolitização torna-se ainda mais preocupante, quando se constata que, até as problemáticas sociais, aqui abordadas, para se tornarem notícias, são enquadradas e mediadas pela lógica do espetáculo.

Para estudar as interfaces da construção de identidades, apóia-se, fundamentalmente nos estudos de Ricoeur (1997), segundo o qual é central a questão da “identidade narrativa”. Ele acredita que a “identidade narrativa” é uma das possíveis soluções, para os problemas interpretativos, tanto da narrativa histórica quanto da ficcional, uma vez que há um cruzamento entre a “ficcionalização da história” e a “historicização da ficção”. É esse entrecruzamento entre história e ficção que atribui, ao indivíduo, uma “identidade narrativa”, socialmente delimitada, em relação à “identidade da experiência”. Na perspectiva do autor, a “identidade narrativa” seria, em parte, uma ilusão emocional do narrador, uma vez que não é a mesma identidade substancial (atemporal) dos sujeitos envolvidos, sendo, portanto, temporal, circunstancial e passível de falhas.

Como alternativa a este estilo predominante de “infoentretenimento” e “ficcionalização da história”, aprofunda-se a compreensão dos pressupostos epistemológicos da Metaepistemologia. Propostos por Giardino (2003), esses pressupostos seguem uma perspectiva sociológica e caracterizam-se por unir a Epistemologia do Sujeito Cognocente com a do Sujeito Cognocido. A Epistemologia do Sujeito Cognocente impõe limites à manifestação da identidade do sujeito cognocido, pois são altos os riscos de empregar noções prévias e parciais a respeito da identidade dos sujeitos conhecidos.

A Epistemologia do Sujeito Cognocido propõe uma ruptura ontológica que consiste em considerar a identidade do ser humano como formada por dois componentes: um essencial, comum a todos, e outro existencial, que faz com que cada ser humano seja único em sua diferença. Ela parte, dessa forma, do princípio de igualdade essencial entre os seres humanos e da identidade comum de quem conhece e de quem é conhecido, considerando o conhecimento como uma “construção cooperativa”. Acredita-se, assim, que a Metaepistemologia, pode constituir-se num modelo interpretativo, a ser usado pelos jornalistas, para narrar a realidade que envolve as problemáticas sociais da pobreza e da exclusão social.

Por último, abordam-se as propostas do jornalismo público, que vêm contribuir para recuperar as raízes do jornalismo, atualmente “sitiado” pelos interesses comerciais. Como Rosen (1993; 2003) e Merrit (1995), acredita-se que o jornalismo tem um papel central, no reforço da cidadania e da democracia. Em decorrência dessa relação simbiótica, defende-se um papel mais ativo do jornalismo, na construção e na dinamização do espaço e do debate público, assim como, também, na solução dos problemas sociais. Nesse contexto, o jornalista é tido como um personagem político. Sem abandonar a função tradicional de dar a notícia, ele deve ir além, para se tornar

um “participante justo”, com clareza de valores, e, como tal, assumir o papel de qualificar a vida pública. Isso pressupõe considerar o público não como consumidor, mas como cidadão participante da democracia. Remete-se, dessa forma, a uma interdependência entre jornalismo, política, democracia e cidadania.

Para pensar os saberes e competências, necessários à prática do jornalismo público, opta-se pelo pensamento de Kapuzinski (2000), Bertrand (1999), Paulo Freire (2000) e Kovach e Rosenstiel (2004), em que predomina a natureza política, humanística, deontológica e pedagógica. Contribui-se, dessa forma, para o avanço e a maturação da teoria e prática de um jornalismo público, voltado para a construção e para o exercício da cidadania plena. Enquanto a teoria subsidia a reflexão sobre a problematização dos saberes, competências e vivências, necessárias para a prática de um Jornalismo público, a prática contribui para pensar a função complementar do jornalismo, ou seja, para o fato de que a atividade não se limita a informar, mas, também, a formar a opinião pública.

Entende-se que a pedagogia da autonomia, de Freire, não só fornece elementos para compreender a prática jornalística, na sua dimensão política e formativa, mas também ajuda a entender o seu potencial educativo. Freire aborda questões que, de forma análoga à dos educadores, também instigam conflitos, tensões e discussões, no dia-a-dia do jornalista, entre os profissionais, a academia e o mercado. Assim, essas idéias podem funcionar como um contraponto ao jornalismo, guiado pela ética do mercado, uma vez que recupera valores, como a solidariedade e o compromisso histórico, capaz de promoverem e instaurarem a ética do ser humano, como marca de sua natureza. Acredita-se que essa dimensão utópica tenha uma potencial possibilidade na narrativa jornalística.

Esse aporte teórico contribuirá com os estudos jornalísticos à medida que permite estabelecer conexões entre as diferentes realidades, atores e instituições sociais e o conjunto da sociedade. Possibilita, também, desvendar o modo de organização, no processo de reconstrução das identidades e como as estratégias jornalísticas participam na construção do senso comum e na reconstrução da cultura cotidiana. Objetiva-se, ainda, visualizar com maior clareza as relações entre informação e cidadania, encarando os desafios no espaço público jornalístico, como por exemplo, o respeito à pluralidade e à diversidade social e às formas de representar os sujeitos excluídos. Portanto, com a constituição desse quadro, obtém-se amplitude de conhecimento, para analisar a problemática estudada.

2 A MUDIATIZAÇÃO DA CIDADANIA E DO ESPAÇO PÚBLICO

É consenso que a sociedade contemporânea é *capilarmente* midiaticizada, sendo que as redes informacionais e comunicacionais, potencializadas pelo aparato tecnológico, propiciam um cenário de intercâmbios sociais simultâneos e de alcance mundial. A opinião pública utiliza, cada vez mais, a mídia para conhecer e compreender a realidade cotidiana e organizar sua interação com essa mesma realidade (VATTIMO, 1989; RODRIGUES, 1990; CASTELLS, 1999; 2006; RAMONET 2004; MATTELART, 2006).

Nesse contexto, parte-se da relação entre a cidadania e o espaço público midiático, mostrando como a mídia se constitui um espaço público discursivo, a partir da produção, da mediação e da veiculação de sentidos, no contexto social. Em um segundo momento, aprofunda-se conceitos fundamentais a essa tese, como, cidadania, esfera pública e opinião pública. Por último, aborda-se o jornalismo como uma instância central da esfera pública contemporânea. Problematiza-se também a sobreposição de agendas e contra-agendamentos que ocorre no espaço público jornalístico.

Nesse cenário de conexão, destacam-se os atores sociais envolvidos e seu papel na midiaticização das informações voltadas para o debate público e o exercício da cidadania. Na sociedade contemporânea, o uso cada vez mais intensivo das tecnologias de informação e comunicação, na veiculação das informações e na educação, se constitui elemento importante para a construção da identidade do cidadão.

A relação entre mídia, espaço público, cidadania e opinião pública é, atualmente, um tema de relevância social, pois remete à questão da transformação do espaço público, lugar onde se produzem, negociam e disputam os sentidos que são ofertados à sociedade. A mídia, entendida como um espaço discursivo, representa a principal esfera de produção de sentidos, a partir da qual também se pode construir a cidadania. Assim, a mídia exerce uma função social, podendo “remodelar” os processos sociais e as práticas culturais, potencializando uma informação vinculada com a educação e voltada para a formação da cidadania.

Esta tese procura entender como se produzem os sentidos, em um fluxo intenso e plural de informações que se deslocam em dupla direção, da mídia para sociedade e desta para a mídia, formando uma dinâmica, nem sempre coerente, mas alicerçada em conflitos, capazes de alterar lugares e papéis sociais dos campos e dos cidadãos envolvidos.

A construção de narrativas sobre os fatos e as suas interpretações não são atribuições exclusivas da mídia, uma vez que ela não produz todas as significações veiculadas pela rede comunicativa existente na sociedade. As instituições sociais formais e informais também são espaços de produção dos sentidos. Os sujeitos sociais ligados a elas produzem sentidos que podem, igualmente, levantar questões para o debate na sociedade. Esse processo pode desencadear novas e diversas interações, entre os atores que participam da vida social, possibilitando diferentes leituras. Nesse jogo de interações entre as instituições e os seus atores, ocorre a negociação e a produção de significados que realimentam e reconstróem o processo midiático. A mídia é, entretanto, responsável pela publicização, de forma regular, sistemática e instantânea, possibilitando a disseminação dos sentidos, em larga escala. Levantando questões, ela possibilita o debate público, entre diferentes visões e atores.

O espaço público midiático possui uma relativa autonomia, em relação ao poder político e à sociedade civil, pois é o local de onde são narrados os acontecimentos. Ele, além de produzir, centraliza sentidos, a partir de outros discursos, assumindo o controle e transformando-os em “discurso da atualidade”. Dependendo do grau de fragilidade das instituições sociais (formais e informais) e da percepção crítica dos cidadãos, a mídia consegue submeter as competências das diferentes instituições e dos cidadãos à sua, essencialmente discursiva e técnica, instituindo-se como um espaço de articulação e unificação dos diferentes saberes.

A mídia se constitui em uma nova forma para os campos se representarem, mas também para “serem representados”, submetendo-se a um tratamento técnico-estético, a cultura do espetáculo. Conectar-se a essa realidade implica a necessidade de alterar o modo de olhar e apreender o mundo. Isto significa compreender esse espaço, como um ambiente de tensões, de conflitos, de confrontos, encenações e de negociações de sentidos. Nesse contexto, torna-se fundamental perceber as mudanças históricas, socioculturais e as regras comerciais, nas quais a palavra-chave é a “publicização”, regida pela *mediatização/globalização*.

As produções de sentidos comandadas pela racionalidade técnica, visando ao consumo, são de natureza complexa. O campo midiático seleciona e expõe o que deve ser conhecido e apreendido coletivamente; e esse agendamento social não significa uma imposição, o que seria de uma ordem simplista. Ao contrário, a mídia se constitui a representante paradigmática lógica do modelo mercadológico, pois constrói, através de mecanismos de identificação do sujeito, um mo-

delo ideal de cidadão, afinado como o consumidor, de tal modo que esse sujeito se sinta participante desse espaço público.

É preciso, contudo, relativizar a força e a autonomia midiática, já que se trata de uma dinâmica em que os receptores, como cidadãos críticos, conseguem encontrar brechas para perceber as armadilhas e estratégias sedutoras, em que se vêem enredados. Caso contrário, os receptores teriam a liberdade limitada, para construir seus próprios sentidos. Há a possibilidade de rompimento da “camisa de força”, pelos processos singulares dos sujeitos elaborarem e se apropriarem daquilo que vêem, lêem e ouvem, interpretando a realidade, de forma singular. Nas palavras de Vieira (2001, p.35): “[...] aprofundando-se naquilo que é de interesse imediato e que pode, efetivamente fazer parte do universo de compreensão [do] indivíduo, para que o mesmo possa interferir na significação que aquela informação representa.”

Por outro lado, percebe-se, no espaço público midiático, a existência de, no mínimo, duas estruturas sobrepostas: uma que coordena e outra que é coordenada, uma que se empresta e outra que se mostra, uma que prevalece e outra que se assujeita. Admitindo a concretude da dualidade dessa estrutura, deve-se considerar que é ingenuidade não pensar, simultaneamente, esse espaço público como um vendedor de participação e como um provocador de exclusão.

Nesse sentido, cabe aos intelectuais do jornalismo questionar, constantemente, o espaço público que estão construindo: um lugar que educa os cidadãos, para exercerem os direitos civis, políticos e sociais, ou, contraditoriamente, um lugar que sugere participação, ao mesmo tempo em que provoca exclusão, desfigurando as noções de direitos e emancipação política, legitimando o modelo de cidadão consumidor.

A midiaticização é um fenômeno complexo, “constituído e constitutivo” de um conjunto de interações sociais e discursivas. Ela representa a instância das relações sociais, à medida que altera a ordem do cotidiano, criando novos valores, novas formas de interação, de exercícios de poder e das práticas de cidadania. O espaço público contemporâneo tornou-se sinônimo de espaço público midiaticizado. A coexistência entre ambos não nos permite imaginar o perfil da opinião pública, sem o seu discurso.

Observa-se, assim, o caráter ambíguo da comunicação midiaticizada: se, por um lado, constitui-se em um discurso polifônico, à medida que acolhe e media todos os campos do conhecimento, por outro, representa um poder hegemônico, à medida que é o campo, socialmente legitimado, para enunciar o “discurso da atualidade.” Nessa abordagem, pode-se afirmar que, no espa-

ço público midiaticizado, os campos e atores sociais se confrontam com uma difícil e simultânea convivência, entre inclusão e exclusão, liberdade e coação, autonomia e dependência. Dependendo do tipo de mediação processada, esse espaço público, inicialmente plural e democrático, pode provocar, segundo Rodrigues (1997, p.41), um esvaziamento da sociabilidade: “[...] transformar-se em espaço de circulação anônima, repercutindo do nível da privacidade uma pura forma perversa e esquizóide de visibilidade social, espécie de miragem espectacular de todas as modalidades de convivência.”

Nessa perspectiva, o espaço público midiaticizado pode frustrar as aspirações emancipatórias da sociedade, centrando-se no entretenimento e na espetacularização, em detrimento da formação democrática e voltada para a educação. O foco, neste caso, passa a ser o consumidor, em lugar do cidadão. Trata-se de um processo que “anestesia”, ao invés de conscientizar; que quantifica, ao invés de qualificar e aprofundar; e que apaga, ao invés de historicizar. Na lógica do consumo, há pouco espaço para as singularidades, pois a estética do espetáculo se sobrepõe à ética social.

Na visão de Bertrand (1999, p.23), a maioria dos problemas da mídia é decorrente de sua tripla natureza: indústria, serviço público e instituição política. Essa tripla natureza implica múltiplos e diferentes interesses, muitas vezes, difíceis de serem conciliados, o que provoca frequentes conflitos e tensões, internas e externas, ao sistema midiático. Para garantir uma atuação coerente com essa tripla natureza, o autor defende que deve haver regulamentação do mercado, do direito e que ela deve ser complementada pelo instrumento da deontologia¹⁰. Além disso, recomenda um aperfeiçoamento ético dos profissionais e a criação de mecanismos que possibilitem a fiscalização, também por parte do público. Isso pressupõe uma compreensão, tanto dos profissionais quanto dos sujeitos receptores das implicações da mídia interferir e integrar o cotidiano social, como um “vasto organismo vivo” (BERTRAND, 1999, p. 55)

A midiaticização representa um *postos avançado* de observação e de construção dos sentidos. Ela é uma interação social complexa, entre diversos campos. Nesse processo, a mediação é resultante da articulação entre os dispositivos tecnológicos e das condições específicas da produção de sentido. Ela as administra e enquadra aos seus pressupostos ideológicos e culturais. Assim, se evidencia a narrativa midiática, como sendo uma produtora de sentidos, a partir de outras narrativas, produzidas socialmente.

¹⁰ “É um conjunto de princípios e de regras, estabelecidas pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população” (BERTRAND, 1999, p.22)

Nesse contexto, a midiatização do espaço público permite, por exemplo, pensar e analisar os múltiplos campos e atores envolvidos, em um processo de educação e de construção da cidadania. Sua força consiste, entretanto, em dar visibilidade social aos acontecimentos e às interpretações, possibilitando o acesso relativamente plural às mensagens e à produção de sentido social. Os meios são instituições diferenciadas, pelo lugar central que ocupam, na atualidade, e pelo papel que exercem, na mediação e na midiatização das informações de interesse social. Nesse processo comunicacional, formam-se zonas que produzem coletivos: a) a relação dos meios com as instituições sociais; b) a relação dos meios com os atores individuais; c) a relação das instituições com os atores e a maneira pela qual os meios afetam essa relação; e, d) a maneira como as instituições afetam umas as outras (VERÓN, 1997). Trata-se de uma interdependência complementar, uma mútua afetação entre os meios, a sociedade civil, as organizações governamentais e privadas.

O fenômeno da midiatização é composto por mensagens, com significação social, que circulam como produtos em um mercado pluridiscursivo. Como afirma Rodrigues (1997, p.162), “[...] o campo dos *media* torna-se hoje o meio obrigatório de publicidade e da conseqüente geração de efeito de realidade.” A esse respeito, Landowski afirma (1992, p.117): “[...] se caracteriza como um instrumento excepcionalmente poderoso de integração dos múltiplos universos de referência que ele toma como objeto.” Em outras palavras, a mídia se constitui um campo mediador, por excelência, que integra mas também enquadra a realidade na sua visão de mundo.

O processo de midiatização não pode ser compreendido, através de uma configuração polarizada entre campos sociais - campo midiático, mas como um fenômeno decorrente de múltiplas, complexas e plurais interações. A mediação e o movimento dos sentidos proporcionados pelos constantes envios e reenvios de informações provocam profundas tensões e a necessidade de efetivas negociações, entre os campos e atores envolvidos. A esse respeito, Bateson (1994, p.135) afirma:

[...] entre todos os elementos e todas as peripécias da formação e reformulação das relações humanas, o processo mais interessante seja talvez aquele mediante o qual os objetos instauram regras comuns (ou seja, negociem) para a criação e a compreensão de mensagens.

Para tanto, faz-se necessária ampla competência discursiva, no sentido de usar estratégias narrativas argumentativas, que contribuam para uma compreensão e aceitação racional de suas

mensagens. Cada campo social possui suas normas e regras próprias - contratos - para seus discursos, que permitem, ao seu público, uma compreensão das mensagens. Os múltiplos discursos das diversas instituições sociais, entretanto, formam linguagens técnicas nem sempre acessíveis e passíveis de serem decodificadas pelos cidadãos. O campo midiático possui regras e normas específicas, que rompem a ordem do campo de origem, para a efetivação de uma nova ordem, assimilada pela pluralidade da opinião pública. Essa nova ordem possibilita uma leitura dos acontecimentos sociais, dando coerência e clareza, tornando-os visíveis, em espaço e tempo limitados, graças à velocidade da tecnologia; porém, isso é feito de acordo com a ótica do campo midiático.

A compreensão de que o fato social não existe como dado, mas como construção, é que define o fenômeno da midiaticização (VERÓN, 1997). A redução da realidade a um discurso formatado, produzido para ser veiculado em mídias de grande alcance produz uma simplificação e banalização do “real”. Nessa perspectiva, o “real”, socialmente ofertado pela mídia, é resultado de múltiplas interações e movimentos de sentidos. Ele é perpassado por diversos estilos, discursos e culturas, de diferentes campos de origem. O acontecimento é submetido a um “tratamento técnico-estético”, até atingir o “modelo” socialmente consumido na atualidade. Assim, a midiaticização se revela um simulacro da realidade social.

Nesse cenário, de banalização da essência humana, decorrente da simplificação do cotidiano socializado pela mídia, aquilo que se destaca do “real” é apenas uma superfície, um simulacro. (LANDOWSKI, 1992). A ordem da atualidade, através da técnica, é o consumo quantitativo das informações, em alta velocidade, sem profundidade, ignorando a singularidade dos diferentes campos e atores sociais envolvidos. A esse respeito, Canclini (1997, p.242) ressalta:

Neste videogame, em que os signos são substituídos pelo simulacro, desaparece qualquer ‘pergunta sobre a verdade (seja essa definida como efeito de discurso ou de outro modo); todas as perguntas se relacionam com a eficácia, a destreza a velocidade e a distância’.

Portanto, a midiaticização é um processo no qual o “real” se produz sociotecnicamente. Através dele, tem-se acesso à experiência do cotidiano social, em forma de representação, restrito à lógica, tempo e espaço midiático. Entre os dois reais, o virtual e o de referência, existe sempre uma lente que, ora aumenta, ora reduz o foco. Por meio dessa lente, contaminada pela ideologia do veículo, os campos e os cidadãos têm acesso às informações sobre a realidade social.

Nessa perspectiva, o mundo pode ser visto como caricaturado, fabricado pela lógica midiática. Conforme Arbex (2003, p.386): “É um mundo asfixiante, em que os fatos são tirados de seu contexto concreto e transmitidos como se fossem eventos fragmentados, sem qualquer vínculo com a história, com a sociedade, com a economia.” Segundo o autor, são inevitáveis as consequências sociais, políticas e culturais desse tipo de discurso que organiza e interpreta os fatos de tal forma que o leitor não tenha espaço para refletir criticamente sobre os mesmos.

A partir desses elementos, percebe-se uma mudança no caráter da esfera pública. Conforme lembra Vieira (2001, p.63): "O cidadão autônomo, cujo julgamento racional e participação eram condição *sine qua non* da esfera pública, foi transformado em cidadão-consumidor de imagens e mensagens."

Esse agendamento midiático, entretanto, não é capaz de impedir possíveis interpretações dos sujeitos. No processo de decodificação das mensagens e criação de sentidos, existem mais brechas do que se pode imaginar. Nesse sentido, este estudo se reporta a Certeau (1994), para reforçar que se é contra a idéia de que exista uma instituição que determine os papéis e as relações do cidadão com o discurso. Isso é importante, pelo fato de que pensar assim significa fazer "sucumbir a idéia de liberdade" de invenção do cidadão, para produzir sentido. Para o autor, o conceito de “invenção” subentende os modos de ver, ler, ouvir e sentir dos cidadãos, interrompendo a lógica do sentido ofertado e resignificando-a, em função da experiência pessoal e social. Trata-se de um estilo singular de selecionar o intercâmbio social, apropriando-se do próprio cotidiano. Nessa linha de pensamento, pode-se indagar em que medida as informações midiaticizadas ajudam os cidadãos a elaborarem significações, para a formação de uma cidadania plena.

Na concepção de Araújo (1999, p.162), a relação entre informação e cidadania não é algo que acontece a partir do simples acesso e uso de informação. Para que a informação possa auxiliar, na construção de espaços sociais de cidadania, são necessários dois movimentos básicos, complexos e complementares: o primeiro diz respeito ao pólo de produção da informação. Conforme a autora, a informação deve ser produzida para a ação política “[...] não apenas informar, mas provocar o repensar de práticas e estruturas sociais e, a partir daí, auxiliar os processos de mudança dos sujeitos sociais e da sociedade." O segundo movimento refere-se ao pólo da recepção e exige uma postura ativa do cidadão, no sentido de não apenas receber, mas de analisar criticamente as informações, a partir de suas necessidades específicas, usando sua capacidade para transferir e adaptar a essas mesmas necessidades.

Assim, a conexão entre cidadania e informação só ocorre quando o receptor utiliza sua capacidade de representar, simbolicamente, as experiências vividas e as informações recebidas, transformando-as em discursos com significação para a sua realidade. Nas palavras de Araújo (1999.p.166), “[...] a sociedade de informação e do conhecimento é apenas um espaço de possibilidades que ainda espera uma ação crítica por parte dos sujeitos sociais, no sentido de colocar tais elementos a serviço do bem-estar coletivo.”

Ramos (2002, p.127) acrescenta outros elementos, como pré-requisitos para que essa ligação, entre informação e cidadania, possa ser efetivada e a democracia não passe de uma utopia:

- circulação de duplo sentido, entre os envolvidos (produção e recepção);
- existência de diferentes fontes de informações, que possibilitam uma seleção maior e desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo, para tomar decisões baseadas no conhecimento completo dos fatos e de pontos de vista divergentes;
- maior participação dos receptores, no processo de produção das informações.

O autor salienta, ainda, que, para o Estado democrático chegar a ser uma realidade, um dos maiores desafios é o de recuperar o espaço público, como “[...] formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais relevantes.” (RAMOS, 2002, p. 128). Ele lembra, também, que o espaço público, no capitalismo, é constituído, fundamentalmente, pela mídia que exclui de seus processos grande parte dos cidadãos.

Conforme define Gentilli (2002, p.49), o direito à informação é algo da ordem do *continuum*, é pressuposto, meio e fim, perpassa todo o processo, para conquista e exercício dos demais direitos “[...] é, portanto, um direito em si – a despeito de se configurar como um direito-meio [...] a porta de acesso aos outros direitos.” Nessa perspectiva social, o direito à informação deve ser concebido como uma extensão do direito à educação, pois ela fornece as condições para um juízo crítico do cidadão. Essa questão, segundo Gentilli, pode ser vista a partir de duas vertentes: o direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos e na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade, para o melhor julgamento possível de cada um.

Junto à função midiática de informar está a de educar. Portanto, cabe à mídia respeitar o direito à informação, como propriedade coletiva, e usar seu poder de penetração, visibilidade e

abrangência, para extrapolar o privilégio de fácil acesso aos direitos de pequenos grupos, disseminando-os a toda sociedade.

Por outro lado, não podemos ignorar as dificuldades de os usuários de informações elaborarem sua autoconsciência. Conforme Ianni (1996, p.114), os sujeitos estão

Articulados pelo alto, desde centros decisórios desterritorializados, recebendo aproximadamente as mesmas mensagens em todos os lugares, informando-se mais ou menos nos mesmos termos, sendo levados a pensar os problemas cotidianos, locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais em forma mais ou menos homogênea.

Essa perspectiva parte de que somos todos “membros de uma estranha aldeia global” e que a alteração e diversidade, na produção de sentidos, dependerá das histórias e de fatores locais - tais como a autonomia cultural, política e financeira, de cada povo ou nação - e das histórias de vida de cada receptor em particular.

A partir dessa reflexão do cenário midiático aprofunda-se, a seguir, conceitos fundamentais a essa tese: cidadania, esfera pública e opinião pública.

2.1 CIDADANIA: DA CLÁSSICA À COMUNICATIVA

Tradicionalmente, a noção de cidadania estava limitada ao espaço territorial do Estado-nação. As tecnologias de informação e de comunicação, porém, transformaram o planeta em uma “aldeia global”. Assim, problemas locais se disseminam em escala e responsabilidade mundial, da mesma forma que problemas mundiais afetam as realidades locais. Trata-se de uma reconfiguração do espaço público, do Estado-Nação e da noção de cidadania, aspectos que necessitam de uma melhor compreensão.

Tendo em vista essa expansão, busca-se compreender as novas questões, incluindo as práticas jornalísticas e os mediadores, no processo de construção da cidadania. Isso implica, também, em refletir sobre o perfil e as competências dos jornalistas, como “comunidade narrativa” para potencializar esse processo.

Desde meados do século XX, mundialmente, há um crescente interesse pelos temas relacionados aos direitos da cidadania. Existem, porém, muitas divergências, ambigüidades e interes-

ses em torno dessa questão, tanto conceitualmente quanto na prática. Como não existe consenso em torno do conceito de cidadania, optou-se, aqui, por problematizá-lo, a partir de uma visão clássica, chegando a abordagens contemporâneas, que incluem a cidadania comunicativa.

Apesar do interesse em conhecer todo o processo de desenvolvimento dessa categoria, esta tese está voltada, prioritariamente, ao sentido atribuído pelas Ciências Sociais, que concebe a cidadania como um valor, em si, uma vez que condensa uma série de outros valores, como igualdade, solidariedade, pertencimento, liberdade e participação. Concebe o Estado como lar da cidadania e o indivíduo como um sujeito pleno, no exercício de seus direitos civis, políticos e sociais. Essa tipologia foi estabelecida por Marshall (1967) e atualizada por outros autores ligados a Ciências Sociais como Habermas (1984), Bobbio (1992) e Vieira (2001).

A visão clássica concebe a cidadania enquanto um conjunto de direitos e deveres que geram uma condição de *status* social: “A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*.” (MARSHALL, 1967, p.76).

Centrado na realidade britânica da época, o autor estabeleceu uma tipologia de cidadania que engloba os direitos civis, entendidos como inerentes à liberdade individual: direito de ir e vir, à propriedade, à justiça, à liberdade de expressão individual e de imprensa (séc. XVIII); os direitos políticos, que remetem à possibilidade de participar e/ou exercer o poder político (séc. XIX); e os direitos sociais, que são constituídos das condições que garantem, ao cidadão, qualidade de vida e bem-estar social. Essa dignidade humana se objetiva, por exemplo, através do direito à educação, saúde, segurança, habitação e emprego (séc. XX).

Trata-se, segundo Marshall (1967), de uma ordem cronológica e lógica. Foi a partir do exercício das liberdades individuais, que os cidadãos ingleses conquistaram o direito de votar e de participar da vida política. Essa participação proporcionou a conquista dos direitos sociais. Na visão de Carvalho (2001), essa seqüência, no surgimento dos direitos, sugere que a idéia dos direitos de cidadania, é um fenômeno histórico. Segundo essa perspectiva, tem-se que o ideal de cidadania plena pode ser o mesmo, em diferentes épocas e culturas, mas isso não garante que os percursos sejam os mesmos. Mudando a trajetória do processo, com ela modifica-se, também, a lógica e a natureza da cidadania. Em outras palavras, o desejo de conquistar os direitos civis, políticos e sociais é universal; porém, cada cultura tem suas especificidades, no processo de conquista, cada cultura constrói a sua cidadania, diferente da dos ingleses.

A cidadania transcende, entretanto, o conjunto de direitos e deveres, já que outros elementos interferem em sua construção, como a situação de classe social. Assim, apesar da importância histórica e contemporânea da categoria estabelecida por Marshall, com base na realidade inglesa do século XVIII ao XX, Vieira (2001) critica alguns aspectos desconsiderados pelo autor como: a forma apolítica com que ele aborda a questão da conquista desses direitos, consolidados através de lutas; o fato de ter desconsiderado a influência da religião, na promoção da ética do individualismo; e a crítica marxista, que se refere à padronização do indivíduo-cidadão, pleno e igual, independente da classe social.

A visão político-jurídica, que se baseia na noção de direitos formais, percebe a cidadania fundamentada na democracia, que, por sua vez, se apóia nos direitos fundamentais do cidadão: os direitos civis, políticos e sociais. Desses direitos, surgem outros, como, por exemplo, os direitos do consumidor, que se apóiam na competitividade da sociedade capitalista e são vitais para a liberdade de ação dos indivíduos.

Gadotti (2000) alerta, porém, para o fato de que, dessa forma restrita de compreender a cidadania, ou seja, baseada nos direitos individuais, é que derivou a concepção consumista de cidadania. Para a concepção liberal, a relação entre direitos e obrigações é contratual, pois a cada direito corresponde, em geral, uma obrigação. Nessa visão, a cidadania é percebida como um produto da solidariedade individual de pessoas de bem e não como um produto da ação, de luta e de conquista no interior do próprio Estado. Trata-se de projetos políticos opostos, na busca da revitalização da democracia. As versões comerciais e neoliberais, que surgiram na década de 1980 e que permanecem, em alguns espaços sociais e institucionais, enfraquecem o significado e o potencial original, voltado para o fortalecimento democrático.

O princípio básico da cidadania se apóia na idéia de igualdade, chocando-se com as bases do capitalismo, de desigualdade social. Ao abordar a questão da cidadania, é imprescindível que se faça referência ao sistema capitalista, onde ela pode assumir o caráter de uma concessão, determinada pela condição social do indivíduo. Por sua essência, baseada nas desigualdades sociais, o capitalismo acaba por determinar que a liberdade e igualdade, asseguradas legalmente a todo ser humano, sejam definidas pelo papel social que o indivíduo desempenha nas práticas cotidianas. Esse processo gera conflitos, mas também pode qualificar e dinamizar as relações que fomentam o debate e o exercício da cidadania.

O conceito político-jurídico torna-se insuficiente para entender a cidadania, diante da complexidade das transformações sociais. Os impactos das tecnologias de informação e comunicação e a dinâmica da sociedade em rede são aspectos que propõem repensar o tema. Dessa maneira, é preciso compreender a cidadania sob suas múltiplas óticas, considerando as mudanças em curso e as novas configurações sociais. Nesse cenário, a cidadania não se restringe a um conjunto de direitos formais, mas se expande como um modo de incorporação social dos sujeitos e de grupos.

Com a emergência da Sociedade da Informação, no final do século XX e seu crescimento no início do XXI, o processo de globalização, a fragmentação da sociedade e a expansão territorial, a noção de pertencimento ao Estado-nação entra em crise, elevando o papel das identidades socioculturais. Essa questão adquire uma relevância maior, ou seja, a busca pela identidade torna-se a fonte básica de significação social. Cada vez mais, as pessoas passam a organizar os seus significados, tendo como referência as representações que fazem de si e dos grupos aos quais pertencem.

Na visão de Castells (2006), esse novo sistema de comunicação em rede reconfigura as principais dimensões da vida humana. Nessa mudança, o sentido cultural, histórico e geográfico local se desconfigura, para se reintegrar em redes, onde o espaço de lugares é substituído por um espaço de fluxos.

Hall (1997), ao refletir sobre as construções das identidades culturais, diz que a fragmentação social se propaga, à medida que surgem novos grupos com identidades mais flexíveis, móveis e singulares, tornando cada vez mais difícil a capacidade de compartilhar valores sociais. Assim, o pertencimento social passa a ocorrer pelas identidades compartilhadas.

Do mesmo modo, a identidade, o lugar, o valor e a cultura do indivíduo, na sociedade contemporânea, não são mais aspectos predeterminados, como ocorria na sociedade tradicional. São construídos autonomamente, pelo engajamento espontâneo do sujeito a diferentes grupos e respectivos valores. Nesse cenário, para o indivíduo inserir-se na cultura de massa, ele necessita desenvolver uma competência comunicacional, visando à conquista de uma posição, valor social e sua identidade individual e cultural. A comunicação, mais do que se verificava no passado, passa a estruturar e cimentar a organização social, como sustentáculo da inserção e integração do indivíduo em uma determinada cultura e na sociedade desterritorializada (MARTINO, 2000). Essa desterritorialização atinge o próprio indivíduo e suas relações cotidianas, cuja mediação se dá

pela comunicação potencializada pelo aparato tecnológico. Trata-se de uma sociedade de natureza desterritorializada, transnacionalizada e com certa uniformização cultural.

Nessa perspectiva, a globalização seria, nas palavras do autor, uma

[...] *tomada de consciência*, o fato dos agentes sociais enquadrarem parte de suas práticas sociais numa representação desterritorializada, projetando suas consequências numa escala que transcende o plano local [...] um fenômeno cognitivo, estendendo-o como a representação que os agentes sociais têm de suas práticas sociais e destacando a importância dos meios de comunicação para a formação dessa representação. (MARTINO, 2000, p. 197- 198).

Essa tomada de consciência e reconfiguração do cenário mundial pressupõe uma concepção mais contemporânea de cidadania, associada à noção de “cidadania planetária” (BOFF, 1996). Essa expressão designa um conjunto de princípios, atitudes, valores e comportamentos, que demonstram uma nova visão sobre a Terra, como uma comunidade única a que pertencemos como seres humanos. A cidadania global, por sua vez está associada ao processo de globalização, consequência dos avanços tecnológicos e científicos.

Essa concepção de sociedade mundial e de cidadania planetária remete a um lugar comum, a um espaço desterritorializado que comporta a “unidade na diversidade”. Nesse cenário planetário, os direitos se expandem e assumem a forma da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse pertencimento a uma cidadania mundial, porém, leva a um novo redimensionamento do cidadão e requer um novo aprendizado, que contemple a resolução dos problemas locais em seus contextos, mas inseridos no contexto planetário, sem fragmentar o global, nem diluir o essencial. Trata-se, portanto, de um cenário e um aprendizado complexo (MORIN, 2001a).

A aprendizagem cidadã deve incorporar a dimensão do cidadão, como pertencente a uma comunidade local, mas também global. Isto significa oferecer a possibilidade de cada um desenvolver uma cidadania nacional, continental e também planetária. Trata-se de uma aprendizagem voltada para o enraizamento do sujeito em sua história e em sua cultura, mas de modo a vinculá-lo e a conectá-lo à história e à cultura mundiais.

O conceito de cidadania é de origem jurídica e representa um conjunto de direitos e deveres do indivíduo, relacionado a um poder político, no caso, o Estado. O desejo de uma sociedade democrática e igualitária onde todos os cidadãos pudessem participar, nas decisões e interesses sociais da coletividade, foi assumido pelo Estado, que tentou garantir esses e outros direitos aos seus cidadãos. Assim, o Estado nacional é "o lar da cidadania", o provedor dos direitos (VIEI-

RA, 2001, p.45). Trata-se de um conceito frágil, escorregadio, difícil de se compreender e perceber, pelo fato de a cidadania ser “[...] a expressão de um laço com o poder político dentro das circunstâncias históricas e políticas determinadas.” (MIAILLE, 1996, p.157).

Fenômenos sociais, como a globalização e os monopólios midiáticos, desafiaram e continuam desafiando os direitos individuais, o poder do Estado e a própria democracia. Isso enfraquece a identidade nacional e desestrutura a cidadania tradicional, baseada na ideologia nacionalista.

As sociedades mundiais compartilham riscos (degradação do meio ambiente, pobreza, desigualdade social, violência, etc.), que representam desafios para uma ação política cooperativa. Os problemas globais e a pluralidade das sociedades locais são aspectos que evidenciam uma incapacidade do Estado-Nação em manter uma estrutura mínima, adequada para a manutenção da cidadania, presente e futura. Habermas (1995, p.100) defende que é preciso desenvolver capacidades para a ação política integrada, mesmo que, para isso, seja necessário transcender as fronteiras do Estado-Nação. Ele alerta ainda que, "Nossas capacidades para a ação política devem acompanhar o ritmo da globalização das redes e sistemas auto-regulados."

Vieira (2001) sugere desvincular a cidadania do limitado Estado-Nação, para investir em estruturas de cooperação internacional, criando, dessa forma, uma esfera pública mundial, aberta à participação da diversidade social. A solução, para ele, consiste em "[...] promover múltiplos lugares de responsabilidade política representando fidelidades subestatais e transnacionais bem como lealdades nacionais." (VIEIRA, 2001, p.270). Nesse sentido, a questão principal dessa nova esfera pública é não se restringir a mais um espaço de discussão, tendo legitimidade e força, para agir e assegurar os direitos dos cidadãos do mundo. A proposta, então, é não limitar a evolução da cidadania a uma relação meramente política, restrita à nacionalidade, a espaços culturais e econômicos. Como exemplos bem sucedidos de ações políticas e sociais integradas, há o Greapeace, o Partido Verde, o Fórum Social Mundial, a Mídia Traid Center, entre outros.

Nessa perspectiva, confirma-se a interdependência entre a cidadania nacional e a cidadania mundial. Para Habermas (1995a), elas formam um continuum, que já mostra seus contornos no horizonte. Trata-se, aqui, de um cidadão com múltiplas cidadanias, uma nacional e a outra transnacional, uma de caráter mais estável e a outra sem fronteiras, mais fluida e com distintas culturas, mas ambas, na prática, se complementam. Essa interdependência complexifica a questão da identidade e da cidadania, e provoca alterações na forma e nos espaços de sociabilidade.

Diante desse contexto global, até os problemas sociais ficaram sem perspectiva de resolução por políticas isoladas. A maioria da população marginalizada distanciou-se das lutas políticas. Essa alienação encontrou cumplicidade na comodidade do governo e no interesse do mercado, fortalecendo a imobilidade.

Necessita-se ampliar essa noção estatizante e nacionalista de cidadania e adotar um conceito mais complexo. A cidadania, nesse caso, insere-se num contexto específico, ou seja, histórico-sócio-político e cultural, e alcança uma dimensão que abarca o tempo-espaço. Ela extrapola o campo jurídico e invoca outros saberes sociais, como a Sociologia, a História e a Comunicação. O debate público sobre a temática aflora e se amplia, em diferentes áreas do conhecimento humano, como é o caso deste estudo comunicacional.

Trata-se, assim, de uma questão que transita por uma diversidade de aspectos, como o: político-jurídico, sociológico-filosófico, científico e informacional-comunicacional. É por isso que a problemática da cidadania tem que ser vista no contexto de novas configurações do Estado e das Nações, e no surgimento de novas necessidades e “novos direitos”. Parte-se, por isso, da compreensão de que as transformações da cidadania, da clássica à comunicativa, decorrem da transformação do Estado-Nação, fazendo surgir muitas práticas de cidadania, múltiplas cidadanias. Na nova configuração, os cidadãos procuram outros lugares, externos à nação, para o exercício da cidadania. Isso é o que Miaille (1996, p. 161) chama de “geografia da cidadania.” Em outras palavras, há diferentes setores e espaços, em que a cidadania se desenvolve e se manifesta, mas, também, há vários tipos de cidadania, que representam projetos políticos e situações históricas distintas.

Na perspectiva de Bobbio (1992), existe uma multiplicação de novos direitos, tornando complexa a discussão da problemática da cidadania. O rol dos direitos é ampliado, a cada geração que se sucede na história da humanidade, pelos novos valores, decorrentes da dinâmica das relações sociais mundiais, do avanço das novas tecnologias e do confronto de interesses. É por isso que o autor refere-se a cinco gerações de direitos. 1) Geração de direitos individuais e políticos, que possibilitaram tratamento igual, ao sujeito abstrato, de tal forma que todos passam a ser iguais perante a lei; 2) os direitos sociais, que tomam o sujeito numa posição social concreta e na sua condição de integrante de um grupo (direito à saúde, à instrução, direitos do trabalhador); 3) os direitos transindividuais, que vão além dos direitos sociais. Direitos denominados coletivos (direitos do consumidor) e difusos (proteção do meio ambiente); 4) os direitos de manipulação

genética (desenvolvimento da biotecnologia e da bioengenharia – a ética que deve reger a manipulação genética); 5) trata dos direitos voltados à realidade virtual (questão relativa ao desenvolvimento da cibernética).

Bobbio (1992) aponta três razões para o surgimento desses novos direitos. São eles: aumento de bens a serem tutelados pela ordem jurídica, o aumento do número de sujeitos de direitos (pessoas, animais, natureza) e o surgimento de um maior número de status atribuídos às pessoas. Dessa forma, constata-se que novas necessidades e direitos vão surgindo, sem que os velhos tenham sido atendidos, na prática. Isso provoca um acúmulo de demandas reprimidas, a convulsionar a sociedade, com tensões, conflito e violência.

Por um outro lado, Paoli (1996) lembra que falar em cidadania, no cenário brasileiro, pressupõe estar consciente do sentido aberto de democracia, que engloba uma diversidade de projetos, movimentos e atores sociais. Essa democracia, em processo de consolidação, carrega uma idéia de modernização não a qualquer preço, mas com atuação e mobilização coletiva, aprimorando, dessa forma, a capacidade de gerar projetos. Na visão da autora, a noção de cidadania brasileira tem uma forte carga histórica e é constituída essencialmente por direitos, que apresentam sua face pública, mas, também, sua face atuante. Portanto, se trata de uma democracia e de uma cidadania prática e participativa, cujo alargamento ocorre pela "[...] revolução silenciosa na base da sociedade." (PAOLI, 1996, p. 208). Essa revolução provoca modificações no imaginário coletivo, que passa a conviver com uma multiplicidade de conflitos, na luta pelos direitos de cidadania.

Para Paoli (1996), não se trata de uma utopia, mas do reconhecimento da força democrática da diversidade de projetos, do compromisso e do engajamento dos movimentos e atores sociais, na luta e na disputa por uma efetiva democracia. Por esta força democrática, contempla-se a inserção social da maioria da população, que é historicamente excluída do desenvolvimento e dos direitos da cidadania. Paoli (1996, p.202) vê esse processo como resultado do impacto político dos movimentos que iniciaram no final da década de 1970:

[...] esses sujeitos se formavam numa trama de sociabilidade não apenas classista, mas múltipla e que trazia uma idéia de reivindicação na forma da linguagem de direito. [...] eles trouxeram um conflito e uma possibilidade de participação efetiva numa regulação democrática da vida social [...] passaram a falar a linguagem dos direitos e passaram a tratar as suas reivindicações como o direito a ter direitos, isto passa a mudar a face democrática da sociedade [...] a cena da sociedade, mesmo que distante do Estado, mexia-se pela formação de atores plurais e

propunha, sobretudo, como um grande caminho para a cidadania, esta linguagem dos direitos.

Vieira (2001, p. 29) também destaca que cabe à sociedade civil, por meio de uma minoria politizada, mobilizar a opinião pública, em defesa dos “[...] princípios da cidadania fertilizados com os ideais de democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental”. As organizações da sociedade civil passaram a ter participação intensa no debate de temas sociais, econômicos e ambientais, em cenários como os Fóruns Sociais Mundiais e as Conferências promovidas globalmente pela Organização das Nações Unidas. Diante dessas articulações, vislumbra-se, mesmo que lentamente, o surgimento de uma sociedade civil mais politizada, em defesa do interesse público. Como exemplo do crescimento dessa força civil planetária, lembra-se a inclusão de pautas sociais, como a pobreza e a exclusão social, no Fórum Econômico Mundial (a partir de 2004). Isso se deu por pressão política dos participantes do Fórum Social Mundial, mas não deixa de significar uma tentativa de aproximação e maior equilíbrio, entre o setor econômico e o social.

Os movimentos da sociedade civil trabalham questões de extrema importância, em sua política de identidade. Desse modo, propõem políticas públicas e culturais, exercem pressão política, constituindo-se interlocutores públicos e formando redes de participação. Assim, a sociedade passa a se representar, longe da mão-única do Estado. Esse projeto, em parceria com a sociedade civil, sugere uma nova disputa pelo sentido da democracia e da cidadania, que expande o espaço público, com criatividade e representação política (PAOLI, 1996).

Essa noção de cidadania, construída e não imposta como inevitável pela globalização comercial, pode se concretizar à medida que a política e a mídia, como defende Habermas (1984), transcendem os interesses privados e passam a ser instâncias que maximizem os interesses coletivos.

As informações produzidas pelos meios de comunicação não são os únicos elementos que orientam o modo de pensar e atuar politicamente no mundo. Apesar disso, pela visibilidade que proporcionam e pelo seu grau de acesso, ao tecido social, não se pode considerar a sociedade contemporânea, sem levar em conta a relação com a mídia, que sugere um modo dominante de relações humanas. Mata (2001, p. 8) reconhece esse estatuto próprio da mídia como “[...] regulações discursivas que expressam, instauram e reproduzem regulações sociais.” Trata-se de um sistema e de um poder um tanto arbitrários e hegemônicos, de natureza política, econômica e simbólica, advindos de uma legitimidade informacional, que, segundo Mata (2001) difere da legiti-

dade democrática. Assim, a democracia comunicacional acaba ocorrendo mais no campo da recepção, pela liberdade de interpretação dos sujeitos, sendo isso válido, desde que os receptores não terceirizem seus direitos de livre expressão.

Essa problemática da hegemonia midiática representa, para Mata (2006), um desafio em termos conceituais e políticos. Vincula-se com a reconceitualização de cidadania, nas Ciências Sociais e políticas, permitindo pensá-la como:

[...] prática que implica a capacidade de ser sujeito em todos os âmbitos em que se constrói o poder e, por conseguinte, como prática que implica o participar efetivamente na elaboração das regras que, com validade de norma instituída ou legitimada, tem capacidade de ordenar a vida em sociedade (MATA, 2006, p. 8).

Nessa perspectiva, simultaneamente, o sujeito exerce seus direitos e atua como uma alavanca de pressão para as políticas públicas. Essa visão teórico-prática remete a uma cidadania ampliada, que extrapola o exercício dos direitos e deveres com o Estado, ou seja, a autora refere-se a uma forma singular dos indivíduos comparecerem no espaço público, atuando com seu potencial e constituindo-se como sujeitos de suas demandas e da própria experiência cotidiana. Essa ampliação da noção de cidadania envolve múltiplas dimensões, entre elas, a comunicativa. Implica uma conversão, de um ser individualista e descompromissado, para um sujeito participante do espaço e das políticas públicas. Em outras palavras, apesar de os cidadãos terem uma condição de públicos, são igualmente sujeitos da história pública.

A partir da compreensão dessa convergência, Mata (2006, p. 13) elaborou a noção de “cidadania comunicativa”, como “[...] o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito.” Trata-se de uma noção que envolve várias dimensões e reconhece a condição de público, dos meios de comunicação que os indivíduos têm nas sociedades midiáticas. A “cidadania comunicativa” remete a direitos civis, como a liberdade de expressão, o direito à informação e o de exigir a visibilidade de assuntos de interesse público. Segundo a autora, essa cidadania pode limitar a ação do Estado, visando à garantia da liberdade das pessoas. Essa liberdade, se bem exercida, significa a possibilidade de um novo regulador dos meios, que equilibre o atualmente imposto pela lógica do mercado.

A articulação entre comunicação e cidadania começou na década de 1990, na tentativa de compreender o processo de produção da hegemonia e a constituição de sujeitos políticos. Assim, a emergência da questão da cidadania, nos estudos de comunicação, adquire sentido político. É

possível revelar em que medida a apropriação dos recursos comunicacionais, de caráter público, por parte do Estado e do mercado, é algo reconhecido como limite do exercício dos direitos que tornam uma sociedade democrática (MATA, 2006).

Na perspectiva da autora, as reflexões sobre a condição cidadã, como pré-requisito da democracia, são limitadas, caso não se leve em consideração a relação com essa nova característica do espaço público. Essa questão justifica a validade, em termos políticos e analíticos, da articulação comunicação-cidadania.

O modelo conceitual, elaborado pela autora, permite compreender a significação social da constituição dos públicos massivos, como um objeto complexo – o ser público, postulando sua condição de nova formação social, e nova referência identitária, construída a partir de múltiplas interpelações. Esse modelo contribui, também, para a compreensão do modo como os indivíduos se reconhecem e atuam nas sociedades midiaticizadas. O estudo mostra uma passagem tensa da condição de públicos dos meios para a condição cidadã.

Mata (2006) recupera o conceito republicano de cidadania, o qual associa o exercício cidadão ao compromisso das pessoas com a “coisa pública”, ou seja, o compromisso em participar da construção coletiva de projetos sociais.

A cidadania comunicativa implica o desenvolvimento de práticas capazes de garantir os direitos no campo específico da comunicação [...] a noção excede a dimensão jurídica e refere-se a consciência prática, possibilidade de ação. [...] a cidadania comunicativa se entrelaça com as referências identitárias e os desejos gerais de igualdade não só em relação ao Estado, mas também em relação com a ação do mercado e todo o tipo de dispositivos que promovem a desigualdade. [...] - envolve dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação (MATA, 2006, p.13).

Seguindo essa perspectiva, em que o discurso e a ação são indissociáveis, a “cidadania comunicativa” passa a ser indispensável para o exercício da cidadania plena e a existência de uma sociedade efetivamente democrática. Em outras palavras, colada à impossibilidade de o indivíduo exercer seus direitos comunicacionais, está a impossibilidade de constituir-se sujeito de demanda e muito menos de decisão. Logo, ao ficar subjugado ao papel social de sujeito de necessidades, continuará privado de sua emancipação.

De acordo com a competência do sujeito, no sentido de saber articular seu discurso com a ação, ele exercerá deficitariamente ou plenamente sua cidadania comunicativa. Mata (2006, p.14) categoriza os diferentes níveis que os sujeitos revelam, no exercício da cidadania comunicativa: a

formal, a reconhecida, a exercida e a ideal. Enquanto a “cidadania comunicativa formal” “[...] é representada pelo conjunto de indivíduos depositários de direitos consagrados juridicamente e no campo comunicativo”, a “cidadania comunicativa reconhecida” significa “[...] a condição de quem conhece tais direitos como inerentes a sua condição de uma comunidade determinada.” O terceiro nível é o da “cidadania comunicativa exercida”, que ocorre quando os cidadãos “[...] desenvolvem práticas sociais reivindicatórias de ditos direitos, em sua vigência e/ou aplicação.” O último nível, identificado como “cidadania comunicativa ideal”, é aquele em que “[...] desde postulações teórico-políticas e expectativas de transformação social, se planta como utopia ou meta alcançável na vinculação com os processos de democratização das sociedades.”

Esses diferentes níveis sinalizam que o cenário de exercício da cidadania comunicativa é formado por atores em confronto, para obterem, usufruírem e ampliarem outros direitos, já que a ordem social vigente impede que eles sejam naturalmente concedidos. Nesse confronto, os sujeitos excluídos da cidadania plena e até mínima se deparam com outros atores e instituições, que têm poder legítimo de concedê-los. Na maioria das vezes, contudo o que se vê das ações desse outros atores são obstáculos, restrições e até perversões.

A autora sugere que se indague sobre esses níveis de existência da cidadania em cada situação particular; caso contrário, a cidadania comunicativa se restringirá a mais uma novidade terminológica. O exercício dessa condição deve vincular-se, a aspectos jurídicos, às condições econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e culturais de cada situação. Esses são fatores que facilitam ou limitam a prática cidadã, no exercício da sua dimensão comunicativa.

Existem múltiplas condições subjetivas para compreender até que ponto e em que situações os sujeitos podem reivindicar o direito a informar-se e expressar-se no espaço público. Algumas dessas condições são: o modo de cada indivíduo sentir-se como sujeito de direito; as expectativas depositadas nas instituições e demais forças expressivas da sociedade; e a maneira de relacionar-se com os atores e instituições, socialmente legitimados para expressar-se e produzir formas de comunicar-se. Na perspectiva de Mata (2006), esses e outros aspectos ajudam na compreensão de que a articulação entre comunicação e cidadania restitui a complexidade das dimensões políticas e culturais, no campo comunicacional, e contribui para a qualificação da vida cotidiana.

Nessa “estranha aldeia global”, identificada aqui como sociedade complexamente midiaticizada, parece haver consenso em torno da importância da cidadania; porém, há diversas concep-

ções, umas contraditórias outras complementares. A liberal e a neoliberal entendem a cidadania apenas como uma construção exterior ao Estado, ou seja, “[...] um produto da solidariedade individual de gente de bem.” (GADOTTI, 2000, p.75). Dessa matriz, deriva a concepção consumista e mercadológica de cidadania.

A cidadania plena visa, além da conquista e gozo dos direitos civis, políticos e sociais, que devem ser garantidos pelo Estado, a criação de direitos e novos espaços de exercício da cidadania. Isso ocorre, por exemplo, com o direito à informação, concebido a partir de uma lógica emancipatória. Segundo essa lógica, o campo midiático deve funcionar como um espaço público para o exercício e a educação da cidadania.

Esse espaço, com seu potencial tecnológico de penetração, de abrangência e de visibilidade remete à possibilidade do desenvolvimento e da vivência da cidadania. Tem possibilidade de unir o uno e o diverso, na construção de uma sociedade, tendo como referência os fundamentos de uma ética solidária, entre os seres humanos. Constitui-se, portanto, no ideal da emancipação humana. A mídia, com seus dispositivos tecnológicos, abre a possibilidade da conexão em rede de mundos dispersos.

[...] cada ser humano, rico ou pobre, do Sul ou do Norte, do Leste ou do Oeste, traz em si, sem saber, o planeta inteiro [...] Assim como cada ponto de um holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo. (MORIN, 2000, p.67 - 68)

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a humanidade se depara com o sonho da construção de uma cidadania plena, defronta-se com a globalização capitalista. Essa globalização exclui, e é gestada, a partir de processos de dominação hegemônica, das nações mais desenvolvidas economicamente, através de seus órgãos representativos, de onde decorre a desigualdade em nível mundial. Nesse sentido, alguns aspectos desse panorama global são: a privação de direitos à maioria da população e danos - alguns irreparáveis - ao meio ambiente.

Na globalização econômica, predomina o ideário neoliberal, que incorpora, dentre outras, as categorias da autonomia e da cidadania. É preciso atentar, contudo, para a força de seu discurso sedutor e para as conseqüências que esse ideário pode operar no simbólico e na prática cotidiana, ao estimular a competitividade de mercado.

Para Dahrendorf (1996), a globalização desafia a sociedade civil, porque está associada a novos tipos de exclusão social, gerando um subproletariado, constituído pelos marginalizados em

função da raça, nacionalidade, religião, etc. A mesma globalização também instala uma contínua e crescente competição, estimulando o confronto e desarmonia entre os indivíduos. Na visão do autor, esse processo não é mais decorrência de uma posição marginal, consequência do confronto entre capital e trabalho. É mais grave e selvagem, porque se dá independente de ideologias, se faz a partir da simples escolha do sinal distintivo positivo ou negativo, que distancia a solidariedade e desumaniza a humanidade. Já, para Ianni (1996), é muito forte a evidência de que as relações internacionais e transnacionais enfraqueceram os poderes do Estado soberano.

Nesse cenário, os acontecimentos locais interferem no padrão de dignidade e direitos humanos da população mundial e vice-versa. Dessa forma, a responsabilidade política, pela desigualdade e exclusão social mundial passa a ser pessoal e coletiva. Essa consciência política resulta de ser necessário levar em conta a simultaneidade e a extensão dos fatos, bem como as oportunidades e ameaças. Os meios de comunicação e a indivisibilidade do mundo contemporâneo, entre outras razões, justificam as características da sociedade mundial. Assim, na atualidade, é o espaço, e não o tempo, que esconde da opinião pública as consequências dos acontecimentos (BERGER, 1989). Trata-se de um espaço, essencialmente, desterritorializado.

Nessa globalização, os interesses coletivos estão subordinados aos interesses privados das grandes corporações transnacionais, do tipo Banco Mundial, FMI, OMC, ALCA, bem como aos monopólios da comunicação. Esses monopólios acabam excluindo as diversidades humanas, étnicas e culturais, a fim de moldar a pluralidade, segundo a sua lógica técnico-mercadológica. A globalização cria condições de exclusão, pois estimula e favorece a dominação de algumas culturas sobre outras. Desse modo, assujeita e promove discriminações e exclusões, de muitos povos, em benefício de uma minoria privilegiada, com poder simbólico e/ou econômico.

A globalização da humanidade, diferente da globalização do mercado capitalista, possibilita o surgimento de novos movimentos sociais, intensifica e concilia o intercâmbio de vivências sociais, culturais, políticas e econômicas, questionando as desigualdades sociais e superando as fronteiras e as nacionalidades.

Portanto, a cidadania deve ser compreendida, a partir das relações com a globalização e com o mercado competitivo, mas também pensada e problematizada sob a ótica da globalização da humanidade. Neste contexto, a cidadania plena e mundial, mesmo sendo um projeto utópico, propõe uma outra forma de globalização onde os valores éticos, cooperativos e solidários se sobrepõem aos valores do livre mercado neoliberal. Os Fóruns Sociais Mundiais, já na sua sexta

edição, trazem muitas discussões acerca das diversas globalizações, em curso no planeta. Nesses eventos, são discutidas as diversas cidadanias nacionais para o aprendizado da “cidadania pluri-territorial”, sem perder suas dimensões territoriais.

Essa cidadania plena, mundial e/ou planetária, ainda é um projeto utópico, mas é preciso persegui-lo, sob pena de a humanidade perder a essência de sua identidade. O foco desta cidadania, que começa no local e no nacional, é a integração das multiculturas e a superação da desigualdade. Nesse contexto, cabe questionar sobre a responsabilidade da mídia, no papel de conciliar a política da civilização com uma política para o ser humano que, nas palavras de Morin (2000, p.73), “[...] abriria o caminho para civilizar a Terra como casa e jardim comuns da humanidade.”

A cidadania planetária implica na reeducação do cidadão. Em uma educação que desenvolva aptidões relacionadas a saber contextualizar, confrontar, interpretar, selecionar e se apropriar do que é válido para a sua existência, em contato com a alteridade planetária. Trata-se de um processo educacional e de uma prática expandida, integrada e engajada, em todas as esferas: escolar, familiar, espiritual e midiática. Devido ao seu poder tecnológico, de abrangência e de visibilidade, contudo, tende-se a atribuir à mídia uma maior responsabilidade pela educação cidadã.

Admitir essa multiplicidade de fatores integrados é permitir que o processo formativo seja deflagrado e, possivelmente, instalado com “sustentabilidade social”. Isto é possível, uma vez que o grande público está exposto a aprender, consciente ou inconscientemente, através do que se convencionou identificar, neste estudo, como “rede educativa”.

A mídia é um espaço público potencial para a diversidade criadora, na medida em que permite uma participação democrática dos diversos campos sociais, na defesa dos interesses coletivos. Ela representa uma unidade geradora de sentidos, pois, em última instância, os sentidos socializados seguem sua própria lógica. Daí sua responsabilidade, no sentido de socializar valores universais, como ética, justiça, solidariedade, igualdade e desenvolvimento sustentável, ao invés dos atuais padrões de consumo e de produção. (GADOTTI, 2000).

Nesse projeto utópico, da construção de uma nova sociedade, alicerçada em valores humanos de uma consciência cidadã planetária, a mídia, com seu aparato tecnológico, se apresenta como uma esperança, no processo de disseminação das informações em nível mundial, para concretização desse desafio humano. A concretização deste projeto, entretanto, passa por necessárias

e permanentes negociações de aproximação de sentidos, entre dois projetos abissais de mundo: o capitalista e o humanista.

2.2 A TRANSMUTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: DA PRAÇA À MÍDIA

Das praças públicas atenienses, na Grécia, onde o povo discutia questões de interesse público, que contribuíam para o desenvolvimento da cidadania plena, até a atual sociedade midiaticizada, a esfera pública passou por uma crescente e drástica mutação. Juntamente com a decadência da Cidade-Estado surgiram transformações e deslocamentos de locais e temáticas, na esfera pública. A gestão desse espaço, até então voltada para os valores éticos, para a prática da cidadania e para as questões de interesse público, passou a ser de responsabilidade da burguesia ascendente, com o uso de estratégias de interesse privado e mercadológico. Esse foi o custo social, que permitiu a viabilização e consolidação da imprensa moderna. (BRIGGS; BURKE, 2004).

Seguindo a visão de Habermas (1984), pode-se dizer que houve uma transmutação (das praças para a mídia) da idéia e vivência da cidadania, calcada nos interesses da coletividade, para a concepção de publicização, na contemporaneidade. Essa publicização é regida pelo mercado e pelos interesses de um pequeno grupo, que detém o monopólio midiático e que constrói, cotidianamente, a realidade como um “império do grotesco” (SODRÉ, 2006). Nesse sentido, o espaço midiático é a atual praça pública, onde acontecem os debates, as confrontações e a disputa das questões e significados de interesse público. Por isso mesmo, é o espaço de maior tensão, onde, em tese, a sociedade negocia as representações que ganharão visibilidade e legitimidade social. Em outras palavras, essas representações, devido ao potencial do aparato tecnológico da mídia, são as que têm penetrabilidade, no tecido social, e assumem a vez da realidade concreta. Isso ocorre, mesmo que o interesse comercial dos veículos, muitas vezes, agende temas que passem à margem do interesse público. É o que aconteceu, por exemplo, nas vezes em que o jornalismo abriu espaço para promoção de celebridades instantâneas. Concorda-se com Pena (2005, p.31) quando ele afirma que “[...] a mudança estrutural da esfera pública é, ao mesmo tempo, causa e consequência da evolução da imprensa.” Isto significa que há uma fusão entre a esfera pública e a imprensa. Daí a relevância social que tanto o jornalismo quanto os jornalistas assumem, no papel de mediadores e gestores do atual espaço público. Essa condição se verifica, uma vez que o jor-

nalismo se constitui em uma das principais fontes de conhecimento e formação da opinião pública.

Segundo Vieira (2001), os modelos de espaço público, de tradição republicana e liberal, apresentam limitações, como instrumentos de análise de problemas sociais. O primeiro tem uma visão idealizada, que exclui parte da população do espaço político. Nesse espaço, os atores da sociedade civil agem individualmente, sem qualquer laço de solidariedade social. Já o segundo segue um modelo legalista e restringe o espaço público a uma esfera determinada pelas relações econômicas.

Esta tese foca a reflexão no modelo discursivo de Habermas (1984). Esse modelo tem como questão central a legitimidade democrática, em que todos os sujeitos participam na formulação e adoção das normas e decisões políticas que os afetarão. Essas inclinações tornam a esfera pública um pleito de tensão e disputa, entre os diferentes interesses, saberes, representações e práticas de estruturação e ordenação do pensamento social. A luta é pela manutenção de um espaço público democrático, que possibilite a proliferação da cultura e a formação de identidades sociais. Essa atuação cidadã, política e social organizada proporciona a objetivação dos princípios da “racionalidade comunicativa”, propostos pelo autor, assim como possibilita uma expansão dos direitos de cidadania. A comunicação e o descentramento do sujeito é que alavancam essa racionalidade

Nesse sentido, a opção pela postura habermasiana se justifica, por ser uma proposta de interesse emancipatório, que dialoga com as idéias do jornalismo público (ROSEN (2003), MERIT (2003), do jornalismo de resistência (KAPUZINKI, 2002; FREIRE, 2000; PENA, 2005); e de contra-agendamento (MARTINS, 2007), trabalhados nessa tese. Essas perspectivas, por sua vez, também carregam a pretensão da produção de um conhecimento, orientado pelo desejo e pelo interesse emancipatório. Habermas atribui um valor cognitivo ao processo dialógico da política, da democracia e da cidadania, ao contrário de outros autores, como Arendt (1993). A noção de esfera pública é adequada para dar conta das configurações contemporâneas da vida pública e do jornalismo. A qualidade explicativa, a abordagem histórica e a forma como Habermas relaciona a política democrática com a comunicação pública são, para Serra (2001, p.102), as principais vantagens da noção de esfera pública sobre os demais modelos, menos abrangentes. Reforça-se essa opção, com a defesa que Vieira (2001, p.63 - 64) faz do modelo habermasiano, como

[...] o único compatível com as inclinações sociais gerais de nossas sociedades e com as aspirações emancipatórias dos novos movimentos sociais [...] O espaço público é visto como uma arena de discurso, autônoma em relação ao sistema político, como um local onde se realiza a interação intersubjetiva de cidadãos conscientes, solidários e participativos.

Na concepção do autor, trata-se de uma perspectiva, em que os aspectos individuais tornam-se secundários, e as ações sociais assumem a centralidade. Há, por isso, uma valorização do conceito de cidadania, em consequência das práticas sociais, ou seja, uma renovação e ampliação na dimensão da participação política, “[...] fertilizando-a com os influxos comunicativos provenientes da sociedade civil.” (VIEIRA, 2001, p.65).

Na perspectiva emancipatória de Habermas (1984), a reconstrução do espaço público contempla procedimentos racionais, discursivos, pluralistas e participativos, permitindo um consenso comunicativo e uma auto-regulação. Ele destaca, assim, o potencial democrático desse espaço, cuja autonomia prioriza a comunidade e a solidariedade, libertando a sociedade civil dos controles do Estado e das imposições do mercado. Trata-se de um espaço público, em que a política é concebida como maximização de interesses coletivos. É o que Vieira destaca a seguir (2001, p.64-65):

O espaço público não se coaduna com a visão liberal de neutralidade, dissociada dos interesses concretos dos atores sociais, mas, ao contrário, permite a institucionalização das pluralidades das sociedades civis modernas e a possibilidade de consenso mediante procedimentos comunicativos exercidos na esfera pública, fornecendo os critérios éticos de regulação dos discursos práticos [...].

Com base nesse ponto de vista, os debates públicos e a ação coletiva, voltados para o bem comum, passam a ser concessão de qualquer cidadão, uma vez que ocorrem a partir do nível discursivo. Para que a política deixe de ser “atributo das elites”, no entanto, o autor alerta para o fato de que é necessária a adoção de mecanismos de participação, que assegurem igualdade de acesso a todos, independentemente dos grupos sociais a que pertencem. No cenário público defendido por Habermas, a contemporaneidade é tida como um tempo, em que é possível realizar transformações profundas na sociedade. Isso implica um novo papel e perfil (conscientes, críticos, solidários e participativos) dos cidadãos e uma reconfiguração da democracia.

A esfera pública legitima a democracia, à medida que funciona como instância em que os cidadãos podem exercitar seus direitos e participar de decisões coletivas. Nesse sentido, todas as

decisões políticas e temas de relevância pública - como é o caso do assunto trabalhado neste estudo, o da pobreza e da exclusão social - precisam ser submetidos à discussão racional da opinião pública. Caso contrário, seguindo o alerta de Habermas (1984), haverá imposição do individual sobre o coletivo ou de uma minoria sobre a maioria.

A participação de todos os cidadãos, livres e em condições de igualdade, na decisão das questões de interesse público, se configura como a situação ideal da democracia. Diante da complexificação das relações sociais, no entanto, isso se torna cada vez mais problemático. É preciso um espaço próprio e uma instituição que assegure, tenha força e legitimidade, para implementar uma política formulada a partir da construção coletiva (HABERMAS, 1984).

Portanto, a noção de esfera pública de Habermas (1989) foi um dos modelos que mais influenciou o estudo da imprensa, principalmente após sua revisão nos anos 1990. A concepção original, elaborada nos anos 1960, foi alvo da crítica de uns, mas serviu de referência a muitos estudos. Desde a primeira concepção o modelo habermasiano, focou a noção do surgimento de um espaço, onde os cidadãos se constituem em um público, para debater as questões de interesse comum e influenciar as decisões políticas.

Os que defendiam a sua validade enfatizavam o valor normativo como um ideal crítico. Entre os aspectos criticados, como incapazes de dar conta da complexidade contemporânea, destacam-se: o papel negativo atribuído à mídia e a suposta passividade da recepção; inadequação histórica do conceito; o fato de subestimar a exclusão de minorias, no espaço público burguês, embora seja uma concepção ideal e universal; falta de reconhecimento do papel de esferas públicas alternativas, como movimentos sociais; a rígida separação e racionalização, entre o conceito de esfera pública e privada (THOMPSON, 1996).

A expansão e a comercialização da mídia, o desenvolvimento da publicidade e das estratégias mercadológicas, e o fim da separação entre o público e o privado são aspectos apontados, por Habermas (1984), como as causas do declínio do espaço público. Assim, transforma-se em um lugar de tensão e conflito, entre diferentes grupos e interesses que objetivam utilizar a mídia, para manipulação da opinião pública.

Nos anos de 1990, as críticas contribuíram para a revisão de vários aspectos e algumas delas foram incorporadas. Na redefinição, a esfera pública passou a ser entendida como constituída por grupos auto-organizados, que formam uma rede para a comunicação de diferentes pontos de vista. Assim, deve ser considerada como um espaço para detectar, tematizar, problematizar e dra-

matizar os temas e questões, a serem processados pelo sistema político. Essa esfera é, portanto, uma estrutura intermediária entre o sistema político, o mercado e os sistemas privados.

O conceito revisto de esfera pública traz embutida a perspectiva histórica e a relação entre a economia, a política e a sociedade, guardando um valor empírico e normativo. Nessa relação, a noção de Sociedade Civil passou a ser central e definida como

[...] composta por aquelas associações emergentes de forma mais ou menos espontânea, organizações e movimentos que, conectados com a maneira como os problemas ressoam nas esferas da vida privada, destilam e transmitem essas reações de forma amplificada na esfera pública (HABERMAS, 1997, p.367).

Como essa noção de Sociedade Civil, a mídia e a opinião pública também têm seus papéis revisados. Assim, a partir do desenvolvimento de esferas públicas mais autônomas, a mídia pode desempenhar um papel mais político e construtivo, e a opinião pública torna-se capaz de julgamentos críticos (SERRA, 2000).

Tem-se a agenda midiática, formada fundamentalmente por sujeitos institucionais, pertencentes a grandes corporações e ao sistema político. Os demais, com desvantagens estruturais de comunicação e poder, têm reduzidas oportunidades para influenciar. A exceção ocorre em momentos de crise, quando há maior mobilização, e os sujeitos, que normalmente são excluídos, assumem um papel mais ativo. Nesses casos, as organizações da sociedade civil interagem e atuam em rede. Somam forças, em torno de uma problemática, podendo potencializar a competência comunicativa e a captação de recursos. Essa mobilização aciona certa dependência ou parceria, entre essas organizações e seus apoiadores, ou seja, a influência de uns é garantida por outros (HABERMAS, 1997, p. 382).

Assim, as ONGs funcionam como “sensores de advertência”, em nível local. Sua conexão planetária envolve estratégias para sensibilizar a mídia e a opinião pública, além fronteiras, garantindo a participação no debate público e a possibilidade de inclusão de suas pautas, na agenda política. Trata-se de um processo que implica captação, enquadramento e ampliação de uma temática, através da mobilização social. Além disso, envolve a tematização do problema, na agenda pública, assim como as repercussões das pressões, na agenda política e midiática (SERRA, 2001).

Portanto, esse processo ocorre na esfera pública, que funciona como uma rede complexa e que se ramifica em múltiplos palcos, de diferentes públicos, espaços, culturas, interesses e com-

petências. Apesar das singularidades, a rede não se rompe, a interconexão é mantida, pela mediação e linguagem comum de fluxos midiáticos transnacionais (HABERMAS, 1997).

Portanto, pela função social da mídia e, mais especificamente, do jornalismo, junto à opinião pública, pode-se afirmar que o espaço público coabita no espaço midiático. Leva-se em conta, por isso, a dimensão simbólica desse espaço, uma vez que há relações e interesses de ordem econômica, política, cultural e comunicacional, que se confrontam e se sobrepõem (HABERMAS, 1984; TRYDON, 1992; BOURDIEU, 1995). Em decorrência disso, há uma relação de dependência entre esses poderes e a prática midiática, na mediação e construção da realidade. Essa disputa/fusão de interesses, potencializada pelo aparato tecnológico, pela estrutura de marketing e logística dos veículos, acaba se enraizando e funcionando no tecido social como uma "estrutura estruturada e estruturante" (BOURDIEU, 1995); como um "sistema neural" (HALL, 1997); como "redes de significação" (THOMPSON, 2000). Essa estrutura, sistema ou rede objetivada pelo jornalismo, opera tanto individualmente como coletivamente, sugerindo novas relações, concepções de cidadania e de exercício do poder, para a opinião pública¹¹.

2.3 GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO JORNALÍSTICO

Considera-se o jornalismo uma instância da esfera pública, do debate, da produção, da mediação e da veiculação dos sentidos, no cenário social. Por meio dos processos narrativos, se produzem e veiculam informações de interesse público aos cidadãos.

No processo de discussão pública, sobre o tema em estudo, o jornalismo desempenha um papel fundamental. Ao narrar acontecimentos sobre a temática, o jornalismo produz informações e oferta sentidos que ecoam numa dimensão pública. Assim, pode sensibilizar, conscientizar e mobilizar a opinião pública, sobre a importância do debate a respeito da pobreza e da exclusão social, de modo a contribuir para a construção e o exercício da cidadania.

O jornalismo centraliza o processo político, em que os diferentes sujeitos se encontram e, publicamente, trocam informações e dão visibilidade à realidade dos demais. Além disso, essa prática profissional assume um dos principais papéis, entre os demais atores políticos (SERRA, 1993). Trata-se de um espaço, que permite pensar, integrar, confrontar e dar visibilidade pública,

¹¹ Ver Gomes (2001, p. 63-82) as três classes de discurso sobre as transformações e deslocamentos do conceito de opinião pública.

a uma multiplicidade de opiniões dos sujeitos e organizações sociais. Essa exibição pública, porém, ocorre sob o enquadramento das normas técnicas e culturais, específicas da indústria da informação. Assim, o jornalismo é, aqui, entendido como um espaço, mas também como sujeito narrativo e um importante ator político. Representa a principal esfera de produção de sentidos, a partir da qual se forma a opinião pública e se podem remodelar os processos de socialização e as práticas culturais, voltadas para a cidadania.

Nesse cenário público, a forma como se concebe e se debate a temática é um elemento fundamental, pois interfere no planejamento e na consecução de políticas públicas, voltadas a esse grupo. Assim, entende-se que as políticas sociais estão intimamente vinculadas às visões de mundo do campo político, da mesma forma que o sentido sugerido pelas estratégias narrativas jornalísticas, sobre a realidade social estudada, está diretamente ligado à concepção de mundo do narrador e do veículo a que pertence. Portanto, no processo de mediação da realidade, o jornalismo torna-se um importante mediador, entre as significações produzidas socialmente e os sentidos expressos pelas políticas públicas.

Habermas (1984) já alertava para a relevância histórica do papel que a imprensa exerce, na esfera pública, como um espaço privilegiado para a formação da opinião pública. Segundo a definição proposta pelo autor, esfera pública ou espaço público é o lugar, hoje ocupado em parte pela mídia, onde uma genuína opinião pública pode ser formada. Essa formação pressupõe o uso crítico da razão, num processo dialógico, onde por meio do debate e do confronto, as argumentações das partes ganham consistência de verdade e de normas.

Neste cenário público midiaticizado, o campo jornalístico manifesta seu poder, na medida em que processa uma adequação entre os fatos e enunciados, originados nos diversos campos sociais, e relaciona-os com um conjunto de práticas discursivas e normas estilísticas. Assim, reordena os acontecimentos, seguindo a sua lógica, possibilitando uma compreensão coletiva. A linguagem jornalística, porém possui limitações. Com seu perfil homogenizador e formador de consensos sociais, enfrenta dificuldades, para dar conta de uma realidade social cada vez mais complexa e pluralista. “Nesse sentido, interpelam-se as dificuldades da relação entre o jornalismo e a cidadania, num momento em que se verificam consideráveis alterações no espaço público.” (CORREIA, 2000, p.193).

Correia (2006) também destaca o papel decisivo do jornalismo, na estruturação do espaço público contemporâneo e na formação da opinião pública. Isso se verifica porque, apesar da difi-

cil convivência entre o departamento jornalístico (caráter simbólico e lingüístico) e o comercial (lógica sistêmica e funcional, de acordo com as regras do mercado), o jornalismo insere-se no universo sociocultural, atendendo às exigências da intercompreensão. Por força dessas exigências, tensões e confrontos de interesses, o autor adverte que, muitas vezes, os mecanismos públicos de formação da opinião pública são deixados de lado, em detrimento do conformismo com atitudes públicas dominantes.

Na gestão empresarial dos veículos, normalmente os interesses do marketing predominam aos interesses jornalísticos. Segundo Habermas (1984, p.218), essa visão transformou a mídia em um "[...] pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública." Nesse sentido, privilegia-se, por exemplo, os interesses dos patrocinadores, em detrimento de questões de interesse público, que necessitam de um debate racional. O autor classifica como “manipulação”, esse processo de inversão e imposição dos valores privados sobre os públicos, com o objetivo de formar uma opinião.

Nesse contexto, tende-se a reproduzir o que é socialmente aceito, organizando e conferindo racionalidade à desordenada experiência cotidiana. (THOMPSON, 2000). Assim, o jornalismo se ocupa em dar a sua ordem simplificada à desordem social. Ao mesmo tempo em que ajuda a construir a realidade, também a molda e a controla, através de certa “padronização de fatos” (MOUILLAUD, 1997) ou de um "esquematismo pré-determinado" (CORREIA, 2006). Desse modo, utiliza essas estratégias, para "enquadrar" (GOFFMAN, 1996) os acontecimentos e representar os personagens, segundo a sua visão e compreensão de mundo. Isso não deixa de imprimir certa "violência simbólica" (BOURDIEU, 1989) sobre a realidade social.

Lima (2001, p. 93-114) também demonstra preocupação com as implicações que essa inversão acarreta para a consolidação democrática. Ao denunciar o descaso histórico dessa questão, tanto na ciência política como nas teorias da democracia, o autor reconhece a crescente relação existente entre informação e conhecimento. Salienta que o conhecimento desempenha um papel-chave, como fator de poder, nas sociedades contemporâneas. Segundo ele, o poder que emana da centralidade da mídia transformou o controle da informação em uma questão estratégica, tanto no âmbito privado quanto público. Há, por isso, uma dependência maior da mídia, em relação às demais instituições tradicionais. Lima (2001, p.113) ressalta o processo de

[...] construção do conhecimento público que possibilita a cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões [...] o poder de longo prazo da mídia

na construção da realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana.

Assim, a importância do jornalismo extrapola a simples transmissão de informações, para assumir um lugar de “construtor de significação”. Trata-se de uma atuação de natureza não meramente informativa, mas, também, formativa.

Nessa visão, a concentração do conglomerado midiático, nas mãos de poucos, privilegiando interesses privados em detrimento do interesse público, extrapola a dimensão econômica, para atingir uma preocupante dimensão social, política e simbólica (WEBSTER, 1995; DAHLGREN, 1997; BRUXEL, 2004). Essa realidade significa, para Habermas (1984), um declínio da esfera pública, uma manipulação da informação, que impede um esclarecimento, por meio do debate público. Essa realidade pode comprometer o ideal da cidadania.

Apesar dessas limitações comerciais, Webster (1995, p.132-134) destaca alguns aspectos, que advogam em favor de uma esfera pública democrática: a diversidade de informações a que as pessoas têm acesso; a liberdade de interpretação e apropriação; o potencial democrático das novas tecnologias comunicacionais, para uso alternativo das organizações da sociedade civil; e a possibilidade de instituir uma esfera pública mundial, na qual as grandes questões possam ser discutidas racionalmente e em condições de igualdade, como por exemplo, o Fórum Social Mundial, consolidado na sua 7ª. edição. Morin (2003, p. 364), por outro lado, reconhece que o progresso científico oferece possibilidades de emancipação, mas adverte que também é maior a possibilidade de servidão. Essa passagem da servidão para emancipação, segundo ele, requer um longo tempo e um "doloroso trabalho de parto".

O jornalismo, como espaço público, é um dos principais desafios contemporâneos, para efetivação da cidadania plena. A constituição de uma sociedade mais democrática passa pela "cidadania comunicativa", com os cidadãos tendo acesso a informações pluralmente qualificadas, que os habilite à participação na comunicação pública. A cidadania plena passará da condição de status para a prática, à medida que as pessoas tiverem acesso a informações de qualidade e espaço para participação, ou seja, direito de informação, expressão e participação (GENTILLI, 2005).

No espaço público jornalístico, onde há tensão e conflito, assistimos a uma luta semântica e simbólica, sobre cidadania e democracia. Essa luta envolve a idéia de decisões partilhadas, onde o acordo é o referencial e legitimidade dessa medida. Trata-se da possibilidade/necessidade de termos cidadãos revitalizados, espaços públicos renovados, direitos expandidos e de uma cida-

nia atuante, para poder afirmar, com Morin, (2003, p.366), que "É possível, portanto, manter a esperança na desesperança."

No esforço para efetivar essas possibilidades/necessidades, destaca-se a relevância do espaço público jornalístico, tanto na divulgação, quanto na fiscalização da implementação dos direitos. Esse espaço funciona como um campo mediador politizado, entre o cidadão, a sociedade e o estado. Sendo assim, uma opinião pública bem informada e crítica pode pressionar por políticas e estruturas institucionais públicas que favoreçam a prática da cidadania. Do contrário, poderá ser facilmente manipulada pelo Estado ou pela mídia. Numa visão democrática, habermasiana, a mídia consiste numa esfera pública central, onde os diferentes campos e atores sociais debatem questões de interesse público. Na prática cotidiana, porém sabe-se que há exclusões, uma vez que se trata de uma gestão privada, que, na maioria das vezes, apresenta desequilíbrio entre os interesses sociais e econômicos, públicos e privados.

Através de recursos de marketing e publicidade, campanhas e slogans institucionais, do tipo "cidadania a gente vê por aqui", os meios constroem uma representação própria, como espaço de defesa dos direitos da cidadania. Assim mostram-se como imprescindíveis para a vida coletiva. Apesar dessa pretensão, enfrentam dificuldades para manter a coerência entre o discurso publicitário (persuasão) e o jornalístico (argumentativo). Constata-se que, no cotidiano, esses mesmos veículos nem sempre conseguem ser um espaço público, que contribui na constituição de um saber cidadão. Muitas vezes, eles supervalorizam temas supérfluos, em detrimento de questões sociais que, historicamente, aguardam solução. Essa incoerência pode denunciar ao cidadão que se trata mais de um caso de "propaganda enganosa", do que, propriamente de valores e filosofia institucional. Esse tipo de atuação põe em cheque a auto-representação dos meios, como dispositivos de um espaço público de interação cidadã, onde é possível a coletivização de interesses, necessidades e propostas. Em outras palavras, nem sempre o jornalismo dá conta de articular uma mediação competente, por exemplo, entre o poder e a cidadania, entre os movimentos sociais e as políticas públicas, entre os excluídos e o conjunto da sociedade.

Essa coerência, no entanto, é difícil de manter, quando a lógica do mercado predomina à lógica da cidadania e da democracia. A mesma imposição mercadológica, que regula os meios, dificulta e, às vezes, impossibilita a sua abordagem como espaço público, voltado para o exercício da cidadania, para a reivindicação de direitos e exercícios de deveres.

Muitos indivíduos sentem e assumem uma condição de impotência, diante do agendamento midiático. Mostram-se como sujeitos indefesos, no sentido de que: as críticas e demandas frente aos meios, não se traduzem em ações. Sofrem as conseqüências pelo fato de que falta de espaço para atender ao direito de uma informação diferenciada; as pesquisas estão voltadas para a competição do mercado e não para aprimorar a qualidade da informação, visando possíveis intervenções sociais. Esse sentimento de impotência, porém, pode se transformar em potência, à medida que a sociedade civil se organiza, se mobiliza e reage, por meio de debates públicos e movimentos. Como exemplo, cita-se o Observatório da Imprensa, o Observatório da Mídia, o trabalho da ANDI, o Movimento Nacional contra a Baixaria na TV, o Movimento para Democratização da Comunicação, entre outros que podem provocar conseqüências transformadoras, mesmo que lentas.

Entende-se que tudo o que esses atores e movimentos fazem é fiscalizar e contribuir para que o regime¹² de responsabilidade social da imprensa seja seguido, exercendo sua função política de vigilância e contestação, para que dessa forma cumpram também sua função social de [...] ser responsáveis perante os diversos grupos sociais: responder a suas necessidades e desejos” (BERTRAND, 1999, p.35).

A atuação desses fiscais da cidadania, fazendo “controle de qualidade”¹³, está coerente com a proposta de Bertrand (1999, p. 36-37). O autor sugere que, para avaliar se os meios estão atendendo bem o público, é preciso atentar para as suas funções. Entre elas: informar os acontecimentos, de forma contextualizada; vigiar os três poderes; servir de fórum para os debates, para compromissos e consensos mínimos que garantam uma coexistência pacífica. A função de contextualizar pressupõe construir a realidade, fornecer uma imagem do mundo e transmitir a cultura de uma geração à outra, com visão do passado, do presente e do futuro. Trata-se de tradições e valores, de uma forma de fazer e de pensar que garante, ao indivíduo, uma identidade étnica. Já a função de fórum deve proporcionar discussões sobre as grandes questões da atualidade, como os

¹² Ver Bertrand (1999, p.35). Há quatro regimes possíveis de imprensa, dois que são antidemocráticos: autoritário e o comunista e dois que são democráticos: o liberal e o de responsabilidade social. Para esse estudo interessa, particularmente, o regime de “responsabilidade social”.

¹³ Ver Bertrand (1999). Para a deontologia, a liberdade e a responsabilidade da imprensa caminham juntos e são fundamentais para a saúde da democracia. Daí a importância de legitimar e praticar o regime elaborado e processado no século XX de tornar a imprensa “socialmente responsável” o que, segundo o autor envolve moral, deontologia e “controle de qualidade”. O termo “moral” refere-se a ética íntima de cada indivíduo, seu sentido de dever a partir de sua visão e experiência de vida e de mundo. A deontologia aplica-se aos deveres da profissão que são definidos por consenso o que pode-se ou não fazer. O “controle de qualidade” inclui moral, deontologia e as iniciativas da direção voltadas para a satisfação do público.

temas em estudo. Precisa apresentar variados pontos de vista, incluindo os das pessoas em causa - no caso em estudo, os integrantes das diferentes “Tribos da miséria”. Isso é fundamental, uma vez que “Os diversos grupos sociais devem poder exprimir-se e poder ao menos responder quando são postos em causa (BERTRAND, 1999, p.90).”

Em outras palavras, esses movimentos analisam criticamente, à luz dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e das políticas sociais, a agenda midiática e pública, a fim de propor agendas compartilhadas ou “contra-agendamento” de diferentes temáticas de interesse público.

2.4 SOBREPOSIÇÃO DE AGENDAS

No espaço público jornalístico, há uma sobreposição de agendas: individual, midiática e pública. A reorganização e a significação social do cotidiano passam, obrigatoriamente, pelo jornalismo que opera, por exemplo, por meio de agenciamentos, a visão do mundo. Tanto o receptor quanto as instituições públicas e privadas buscam, nas notícias, uma atualização do cotidiano e, nessa procura, de certa forma, são condicionados pelas agendas e pelos “contratos de leitura”¹⁴, propostos pelos veículos. O receptor tem liberdade para escolher qual o perfil com que mais se identifica. A um deles, no entanto, precisa se vincular, pois essa é a forma que dispõe para acessar o cotidiano social, em tempo real, mesmo que de forma superficial. Portanto, nesse jogo de “mostra-esconde”, todos são, ao mesmo tempo, “livres e coagidos” produtores e/ou receptores, campo jornalístico e demais campos sociais (FLAHAULT, 1979). Trata-se de uma inter-relação entre essas múltiplas agendas, que comparecem no espaço público e penetram no tecido social.

A teoria do agendamento parte da idéia de que os receptores são propensos a dar maior relevância aos assuntos que ganham visibilidade midiática, o que acabaria agendando diálogos e relacionamentos. Nesse tipo de sociedade, há uma forte relação entre a agenda midiática e a agenda pública, uma vez que esse é um campo central, que constrói a realidade social para a opinião pública. Sua agenda sobre a realidade tende a modelar o conhecimento social, não por uma pretensão persuasiva, mas pela dinâmica e cultura organizacional dos veículos (McCOMBS; SHAW, 1972).

A teoria da *Agenda Setting Function* parte da constatação de que, por meio de sua capacidade simbólica, a mídia exerce influência na atenção do público sobre os temas expostos à aten-

¹⁴ Verón, (1983) refere-se ao modo como cada veículo modela seu discurso, a fim de atingir o receptor. Diz que, desse modo, regula os vínculos e conduz a produção de sentido.

ção e interesse público (SAPERAS, 1993, p. 54) Sendo assim, pode-se pensar que a relevância de determinado assunto, a reputação e a imagem de determinado grupo, como o do presente estudo, perante à opinião pública, está vinculada à sua aparição na mídia. Se isso for verdade, é necessário reconhecer que a mídia, de certa forma, é um “termômetro” social, pois tem o poder de dar relevância a uns acontecimentos e de discriminar a outros. Tem ainda o poder de dar a voz ou silenciar, de negar ou reconhecer os direitos de cidadania, pela hierarquização ou distribuição do espaço no veículo, ou, mesmo, pelo estilo estético e as estratégias narrativas selecionadas. Todos esses aspectos acabam direcionando a produção de sentidos dos receptores.

A *Agenda Setting* postula que os receptores incorporam a mesma relevância dada pela mídia, nas suas próprias agendas, ou seja, que há uma relação direta e causal, entre o conteúdo da agenda midiática e a subsequente percepção e aprendizagem pública. Desse modo, segundo essa concepção, a mídia influencia o modo como os sujeitos organizam o mundo. Assim, os meios definem e pautam a hierarquia, na percepção e preocupação da recepção. Ignoram elementos histórico-socioculturais, que também influenciam na avaliação dos receptores, para aceitação, ou não, da oferta midiática (MCCOMBS, 1981).

Em sua segunda fase, a teoria desloca seu foco de análise, do papel da mídia, na mudança de opiniões e comportamentos, para analisar a influência da mesma, na forma como as pessoas apreendem as notícias e constroem seu próprio conhecimento sobre o mundo. Há uma expansão da preocupação em relação ao que as pessoas conversam para como conversam, ou seja, essa perspectiva engloba o processo de significação e comunicação, tanto na sua forma quanto no conteúdo. Assim, os novos percursos de pesquisa sobre a teoria do agendamento expandem a clássica proposição de que "as notícias nos dizem sobre o que é que devemos pensar" para "como devemos pensar sobre o que pensamos". Assim o foco não se restringe à escolha de temas, mas também atinge os seus enquadramentos (GITLIN, 1980). O enquadramento é um instrumento para atrair a atenção e para pensar sobre esses mesmos temas, primeiro do mediador e depois dos receptores.

A teoria do agendamento, na sua terceira fase, expandiu a idéia das agendas a novos domínios: a agenda das características e atributos das personagens noticiadas e apreendidas pelos receptores (WEAVER; GRABER; McCOMBS et.al, 1981). Agora, a teoria concentra a atenção do mediador e transfere a dos receptores, para determinados temas e atributos, em detrimento do esquecimento/apagamento de outros (McCOMBS, 1992). Assim, a partir dessa fase, o agenda-

mento passa a ser “[...] uma teoria sobre a transferência de relevância, tanto dos objetos como dos atributos.” (McCOMBS; SHAW, 2000, p.131). Essas fases históricas não são excludentes, mas significam diferentes percursos de pesquisa.

A maneira como o mediador enquadra uma problemática social e decide por uma agenda de atributos e ações pode influenciar, construtivamente ou destrutivamente, as problemáticas e os atores sociais em foco. A escolha por uma determinada agenda de atributos e ações, em detrimento de outros, pode influenciar tanto o pensamento quanto a forma de a opinião pública posicionar-se e relacionar-se com o grupo envolvido. Para receptores que desconhecem a problemática concreta, a mídia “[...] produz outros efeitos para além do reforço de convicções preexistentes.” (WEAVER; McCOMBS; SPELLMAN, 2000). Pode, nesse sentido, ensinar que questões e tópicos devem se utilizados, na avaliação da problemática abordada. Ao destacar e ensinar essas questões, tópicos, simultaneamente, a mídia promove o consenso social, sobre quais os critérios usar para o julgamento da questão. O agendamento jornalístico cumpre, então, a função de promover consensos sociais, sobre o que é a própria agenda, isto é, se é tradicional, conformista ou voltada aos direitos e à emancipação humana (McCOMBS; SHAW, 2000).

Essa versão expandida da teoria do agendamento inclui agendas de objetos e, também, de atributos, e utiliza o conceito de enquadramento, para abordá-las. Nesse percurso de pesquisa, expande-se o conceito de agenda e enquadramento, na perspectiva de abordar, também, as ações atribuídas, as representações feitas e o tipo de cidadania reconhecida das e para as pessoas pobres e excluídas.

Os estudos pautados pela teoria do agendamento, ao longo de 25 anos, relativizam o efeito inicial, um tanto determinista, da agenda midiática sobre a pública. Utiliza-se esse novo domínio da terceira fase, como um dos percursos para a presente pesquisa. Assim, a metáfora da agenda, no contexto deste estudo, contribuirá para verificar de que modo há um agendamento das ações, atributos, representações e identidades, para as pessoas pertencentes ao grupo aqui estudado, bem como, a variação da relevância desses atributos. E mais, que tipo de enquadramento a mídia adota, para dar visibilidade aos excluídos? Quais as conseqüências desse agendamento e enquadramento? Quais as ligações existentes entre as agendas da media e as agendas e políticas públicas, voltadas para essa problemática social? Centra-se a análise, por isso, no conjunto de atributos, ações, representações e identidades.

Outra questão que se julga relevante, quanto à possível influência do discurso jornalístico, na opinião pública é a tematização. Ela representa os efeitos resultantes da capacidade simbólica do jornalismo, para estruturar a opinião pública, que consiste na “[...] adaptação da estrutura dos temas do processo de comunicação política às necessidades de decisão da sociedade e do seu sistema político.” (LUHMANN, 1978, p. 97-98). O autor insere a sua definição de opinião pública e a sua elaboração de tematização, no âmbito de uma das suas mais importantes contribuições para a sociologia sistemática: o desenvolvimento do conceito de sociedade complexa, que, para esta tese, se relaciona e complementa com o conceito de sociedade complexamente midiaticizada.

Seguindo essa perspectiva, pode-se afirmar que a opinião pública não se caracteriza pela livre discussão de opiniões individuais e coletivas, sobre temas diversos, mas, principalmente, por meio do sistema seletivo da mídia. Mais especificamente, isso ocorre através do jornalismo, que atribui relevância a determinados temas, em detrimento de outros. A tematização, por isso, define-se como o processo de seleção e hierarquização de certas temáticas, a serem socializadas (SAPERAS, 1993, p.94). Esse processo reduz a complexidade da realidade social e realiza uma mediação entre receptores e sistemas, simplificados e padronizados, em que a opinião pública opera. Sendo assim, apesar das preferências individuais, os receptores tendem a optar pelas seleções temáticas previamente estabelecidas pela indústria da informação.

Importa destacar que, para adquirir relevância pública, o tema deve corresponder à fundamentação das regras prévias à tematização. Assim, precisa atribuir prioridade clara a determinados valores, às crises ou sistemas de crise, o *status* do emissor de uma comunicação, aos sintomas do êxito político, a novidade dos acontecimentos e às dores, ou aos substitutos da dor (BOCKELMANN, 1983). Os temas que não se enquadram nesses critérios são excluídos da comunicação pública, como desprovidos de valor cultural de interesse coletivo, o que sugere a existência de uma *acultura*. Mais especificamente, uma cultura à margem da midiática, mas, não obrigatoriamente, menos relevante.

A tematização é resultante de um processo seletivo, que permite o conhecimento de problemas com relevância social, mas significa, também, um tratamento estético da notícia. Isso delimita a possibilidade da sua contextualização, num discurso jornalístico mais amplo, a sua interpretação e a solicitação da atenção pública, para certos aspectos da atualidade, em detrimento de outros.

2.5 AGENDA COMPARTILHADA

Relativizando a influência da agenda midiática sobre as demais, reporta-se a Herman & Chomsky (1998). Eles defendem que há um contrato tácito do jornalismo com as elites, fazendo com que a agenda política se sobreponha à agenda midiática. Assim, os jornalistas se obrigam a exercitar, cotidianamente, uma autocensura. Essa dependência estrutural dos meios, com relação aos grupos decisórios e, também, grupos de pressão, na visão de Hall et al. (1978), influencia a seleção das temáticas a serem pautadas. Outro dado é que a ação dos chamados *definidores primários* é reforçada pelas rotinas produtivas, critérios de noticiabilidade e pressões organizacionais.

Por outro lado, estudos empíricos evidenciam contradições, dependência e autonomia pública, nas representações midiáticas. Isso remete a uma relação mais dinâmica e interativa, entre mídia e recepção (KITZINGER; MILLER, 1998; BARROS FILHO, 2008). Em outras palavras, dependendo do tema, os receptores, a partir de sua experiência, adaptam ou criam a própria agenda. Fazem isso, com certa autonomia, no sentido de condicionar o efeito de uma agenda sobre a outra. Acredita-se que a relevância coincide, apenas, quando toca em algum ponto de sua experiência de vida; caso contrário, o receptor-cidadão fará a própria seleção e até o descarte. Nesse sentido, reporta-se a Flahault (1979, p. 13), que defende que as palavras não têm o poder de criar o objeto real a que se referem, mas possuem “[...] um sentido, para quem as pronuncia ou as ouve, apenas se este previamente deparou, fora do Saber, com as realidades que essas palavras permitem detectar, mas cuja experiência o seu uso não pode substituir.”

Seguindo essa visão, a análise da capacidade de possível influência, por exemplo, das notícias sobre a audiência deve levar em conta vários elementos: a variedade de estilos aplicados em cada veículo; o tipo de linguagem e as estratégias narrativas utilizadas; o perfil do jornalista; condicionantes de ordem tecnológica; e o perfil histórico-sociocultural e político dos receptores, que influenciam na processualização do sentido ofertado. Se não fosse assim, estar-se-ia retomando uma visão linear de causa e efeito, negando a liberdade do sujeito.

Silva (2007) repensa a validade e atualidade do conceito de *agenda-setting*, sobre outra premissa. Para fins didáticos, opta-se aqui, por identificar essa proposta como uma quarta fase da hipótese do agendamento. O autor propõe uma inversão, afirmando que, ao invés de a mídia

agendar a sociedade, a sociedade agenda a mídia, o receptor agenda o produtor. Trata-se da possibilidade de deslocamento do público para uma posição de sujeito, capaz de produzir sentidos, uma vez que, em uma sociedade democrática, há “[...] inter-sujeitos argumentativos, promotores e advogados de direitos e causas.” (SILVA, 2007, p. 84). Essa premissa dialoga com as idéias do Jornalismo Público e de Resistência, aspectos que serão abordados posteriormente.

Não se trata de negar a validade do conceito desenvolvido, nas últimas três décadas, mas de reconhecer “[...] a existência de uma outra *agenda-setting*, na contramão da primeira.” (SILVA, 2007, p.84). Trata-se, nesse caso, de um fenômeno denominado pelo autor como *contra-agendamento*. A sua hipótese é a de que a sociedade deseja que suas próprias pautas também sejam atendidas, incluídas e tematizadas, no espaço público jornalístico, como questões da atualidade. O êxito do contra-agendamento, porém, não depende apenas de uma simples publicação, mas implica o tratamento/enquadramento dado ao tema.

Silva (2007, p.85) concebe o contra-agendamento como parte de um processo de mobilização social, que visa ao enfretamento de um problema. Ele destaca sete momentos desse processo:

1. a seleção de temas, a serem ofertados para publicação;
2. a elaboração de produtos, a serem oferecidos aos diversos meios;
3. ações de *advocacy*, junto à mídia, visando à construção de um relacionamento mútuo, em que haja espaço para negociação sobre as informações e publicações;
4. ações de influência, junto às instâncias de decisão, sobre o que é notícia e o que deve ser publicado;
5. o monitoramento e análise das informações publicadas;
6. o replanejamento de ações de advocacia, de modo a se otimizarem quantidade e qualidade;
7. o melhor aproveitamento dos espaços midiáticos, em ações de sensibilização e de mobilização social.

Trata-se de uma proposta de profissionalização e competência comunicacional ampla, por parte da sociedade civil organizada, de forma que a mesma consiga se mobilizar e inserir suas pautas no espaço público midiático.

Silva (2007) distingue diferentes formas de agendamento: autônomo, onde a iniciativa é da mídia; heterônomo, é o que vem, circunstancialmente, de fora das redações; institucional, aquele agendamento que, sistematicamente, elabora esforços e executa estratégias, visando a obter melhor visibilidade e tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização.

O terceiro tipo de agendamento é o que mais interessa para esse estudo. Ele não se confunde com o primeiro nem com o segundo, uma vez que não se limita a iniciativas internas ou externas, e é feito de forma permanente e sustentável. O agendamento institucional atua com propostas bem definidas, relacionadas as mudanças sociais e causas coletivas, no esforço de estabelecer uma parceria, em que ambas as partes cooperem. A intenção é que as organizações externas tornem-se fontes confiáveis, sobre determinada temática, e o jornalismo tenha, em seus quadros, profissionais com perfil humano-sociocultural adequado ao acolhimento e desenvolvimento de uma pauta institucionalizada. Essa busca de institucionalidade refere-se ao tema e não deve existir em proveito da organização atuante. Como exemplo, Silva (2007) cita o *Greenpeace*, destacando que o melhor proveito de suas ações deve ser a causa ambiental e não a organização ambientalista. Apesar da relevância da temática e da atuação em defesa da natureza, essa ONG internacional adota estratégias da lógica midiática capitalista. Com ações espetaculares, ela ganha visibilidade, tentando conscientizar os cidadãos, mas, ao mesmo tempo, se promove como instituição.

Nesse contexto, destaca-se um conceito central, que é o *advocacy* (defesa de direitos), voltado especificamente para o agendamento midiático: “[...] o *advocacy* como um elemento qualificador da ação do agendamento institucional ou (contra-agendamento), ou seja, é a ação de *lobby*, sim, mas em favor de um tema institucionalizado ou em vias de institucionalização.” (SILVA, 2007, p.88). O autor adota o conceito do Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap¹⁵), que significa “[...] trabalhar para a sensibilização dos gestores públicos e da sociedade civil sobre a importância de temas de interesse social.”

No caso de grandes ações sociais, o mesmo autor lembra que, além do agendamento das estratégias para as políticas sociais e públicas, é necessária uma parceria para um agendamento midiático, que vise além da simples publicação de notícias, informações de utilidade pública,

¹⁵ O Fnuap realiza *advocacy* dos princípios e das metas do Programa de Ação da conferência de Cairo. Trabalha para conquistar apoio para políticas públicas e mudanças legislativas que promovam os direitos da mulher e a saúde reprodutiva de jovens e adultos, nos países onde atua (FNUAP, 2007)

como serviços disponíveis, instruções e procedimentos a serem seguidos. Outra possibilidade é estabelecer parceria com a mídia, tanto para sensibilização pública, quanto para o desenvolvimento de atividades (oficinas, cursos), que contribuam para uma melhor compreensão das questões em pauta, por parte dos formadores de opinião. A ANDI é uma referência de organização que desenvolveu competência comunicativa, para propor, estabelecer e consolidar esse tipo de parceria. Em 2006, desenvolveu oficinas, nos principais estados brasileiros, sobre a temática Tecnologias Sociais. Os atores convidados a participar dessa atividade foram os jornalistas dos principais veículos de comunicação, lideranças do terceiro setor, professores e estudantes de jornalismo, que podem atuar como multiplicadores no meio em que atuam.

Esse tipo de parceria não implica contrapartida financeira, mas repercussão com relação a três valores: valores-notícia; valores serviço; valores-permuta. Depende mais da equipe editorial do que dos proprietários dos veículos.

A categoria dos valores-notícia corresponde ao plano factual. Busca a receptividade do veículo e a sensibilidade dos profissionais, para que determinado tema seja publicado. Isso já significa uma forma de agendamento. Já a segunda categoria requer o comprometimento do veículo, no sentido de anexar valor-serviço ao valor-notícia, ou seja, indicar algum tipo de ação cidadã concreta, acompanhado de procedimentos necessários. Os valores-permuta pressupõem uma relação mútua, cujo processo pode se dar de diferentes formas. As organizações desempenham a função de “reservas técnicas” de um tema, prestando informações e até consultorias gratuitas, aos veículos interessados, no respectivo tema. Por sua vez, as redações usam de boa vontade para com as agendas dessas fontes sociais. Outra expressão deste tipo de valor é o modo como ocorre no jornalismo público, onde as organizações e veículos se comprometem a desempenhar papéis e atuações, visando “[...] a supremacia do noticiamento de soluções e práticas exemplares, em detrimento da simples cobertura dos problemas e dramas sociais.” (SILVA, 2007, p. 93).

Nesse cenário, muitos casos envolvendo as pessoas pobres e socialmente excluídas passam despercebidos, indiferentes à agenda jornalística e, em decorrência, da opinião pública. Nessa perspectiva, Silva (2007) admite que as condições ideais de agendamento envolveriam o fim da hegemonia da agenda midiática, sobre a agenda da sociedade, que é a *agenda setting*. Trata-se de admitir a possibilidade de contra-argumentações e atuações, de uma pluralidade de sujeitos sociais; logo, uma pluralidade de agendamentos. Isso caracterizaria uma legítima esfera pública (SILVA, 2007).

As principais referências que já se tem de contra-agendamento e da prática da *advocacy (lobby)* são: o Movimento dos Sem-Terra, sobre a temática da reforma agrária; o *Greenpeace*, na defesa do meio ambiente; o Movimento em Defesa da Cultura Negra; e a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Portanto, trata-se de utilizar o potencial midiático, como uma “[...] *agência de socialização de valores*” ou “*agência privilegiada de produção de sentidos.*” (SILVA, 2007, p.87) [grifo do autor].

O conhecimento da ANDI, dos Sem-Terra, do *Greenpeace* e de outros sujeitos e instituições, voltados para causas coletivas, pode ser utilizado para outras temáticas e problemáticas sociais, como a educação, a saúde e a habitação. Através do agendamento jornalístico, pode ocorrer o agendamento, também, de políticas públicas, que dêem conta desses direitos básicos, para a maioria da população excluída. Nas áreas temáticas em que a sociedade ainda não exerce seu direito e seu dever de advogar, tem-se a consolidação de interesses de uma minoria dominante, usufruindo da cidadania plena, enquanto a maioria excluída e silenciosa suporta, apenas, o *status* de cidadão. Assim, já que os direitos não são concedidos naturalmente, por iniciativa do Estado (lar da cidadania), espera-se que isso ocorra por uma conquista da sociedade civil organizada. Portanto, o contra-agendamento remete a uma luta organizada e permanente com o apoio do jornalismo, em prol dos interesses coletivos e direitos da cidadania, nem sempre convergentes, tanto no Estado quanto no espaço público midiático.

A história da humanidade prova que as mudanças sociais são decorrentes de práticas cidadãs. Desenvolvem-se, a partir de iniciativas de pessoas que buscam seu espaço, como sujeitos de uma história coletiva, e acabam fortalecendo as relações pessoais e a sociedade civil como um todo, estruturando o concreto de uma democracia participativa e cidadã. Esses sujeitos coletivos comprometem-se com a socialização e com o aperfeiçoamento da democracia participativa. Atuam por meio de pressão, implementação ou execução de políticas públicas, voltadas para o atendimento dos direitos de uma cidadania plena, com foco nos cidadãos excluídos. Portanto, a democracia, a cidadania e o contra-agendamento necessitam da participação efetiva da sociedade organizada e do potencial de visibilidade e penetrabilidade do jornalismo, para a mobilização.

A qualidade e a intensidade dessas participações estão diretamente ligadas à qualidade da informação, que pode contribuir na formação de cidadãos, conscientes, críticos e participativos. Isso possibilita a criação de um padrão de convivência social, com relações e preocupações mais solidárias, o que implica avançar na construção de uma sociedade mais justa. (ADAMS, 2004). A

ausência dessa consciência crítica impossibilita a participação no contra-agendamento e na busca da cidadania, o que remete a uma ausência de democracia e esvaziamento, tanto da atividade quanto da profissão jornalística.

A busca desse espaço requer participação e organização, cidadãos politizados, e, para tanto, a informação é a senha para desencadear esse processo. O jornalismo, através de uma abordagem qualificada, proporciona ao indivíduo condições de se desenvolver como cidadão. O cidadão exerce seu poder político, agendando e fiscalizando a atuação do jornalismo e do Estado. Assim, sociedade, mídia e estado, através de políticas públicas, construiriam um ambiente favorável para inclusão da maioria excluída, tendo como garantia os seus direitos.

A proposta do contra-agendamento, do jornalismo público e de resistência remete à questão da neutralidade dos meios, como sistemas técnicos que podem servir para alienar ou emancipar, dependendo de seus gestores. Esse processo depende, também, da capacidade de cada cidadão, grupo, sociedade, fazer o seu processamento, a sua manipulação, apropriação e socialização do que recebe. Assim, não se trata de o jornalismo fazer uma revolução, mas de dar espaço para os receptores cidadãos exercerem seus direitos, também no âmbito da comunicação pública.

Os conceitos básicos do contra-agendamento são a mediação, o agendamento e o *advocacy*. A mediação é entendida sob dois aspectos. O primeiro refere-se à busca dos meios para a visibilidade e solução de problemas, até transformar-se em políticas sociais e públicas. O segundo aspecto remete à necessidade de mediação mediatizada de um tema. Essa instância de mediação vai além de dar visibilidade ao tema. Fomenta o debate público, proporciona novas produções de sentido, atitudes e comportamentos:

É quando se configura a passagem da esfera informacional para a esfera comunicacional, ou seja, as pessoas 'informadas' fazem um uso interativo e social da informação, alterando a sua própria conduta e agindo de maneira a transformar a realidade, individual ou coletivamente (SILVA, 2007, 98).

Seguindo a perspectiva do autor, entende-se que essa passagem da informação para a comunicação integra o processo que culmina com a apropriação e uso social da informação. É esse ato que permite a passagem do *status* de consumidor para o de um cidadão, que processa as informações e se apropria do que julga relevante para sua experiência de vida. Essa transição, da informação à comunicação; do consumidor ao cidadão, não se dá automaticamente. A precondição é que produtor e receptor catalisem as informações, em favor de processos de reflexão, interação,

cooperação e transformação social. Esse espaço de intersubjetividade possibilita agendamentos de contra-fluxo de problemas e soluções sociais e públicos

O *advocacy* de interesse, por sua vez, é que possibilita o contra-agendamento. As estratégias de agendamentos destacadas por Silva (2007) são variadas, como, por exemplo, a espetacularização (ações do *Greenpeace*), ritualização (marchas dos Sem-Terra), mobilização (tem um caráter de permanência: militâncias, movimentos, ações afirmativas, etc.), campanhas (caráter de sazonalidade), *merchandising* social em telenovelas (iniciativas dos próprios autores ou de movimentos e organizações sociais, ou, ainda, parceria entre roteiristas e mobilizadores, para que o agendamento seja politicamente e socialmente adequado)

Apesar da relevância das reflexões acerca do conceito de contra-agendamento, defende-se, aqui, que o mesmo remete a uma relação inadequada de oposição, ao invés da relação de parceria, proposta pelo autor. Acredita-se, então, que a tônica deve ser trabalhar em parceria, não em oposição. Uma relação cooperativa, de co-dependência, de complementaridade, coerente com a sociedade complexamente midiaticizada e interligada por redes. Trata-se de reconhecer a incompletude da atuação dos campos isolados e a necessidade de uma agenda pública, decorrente de uma negociação entre a agenda individual, a grupal, a coletiva e a midiática. Sugere-se, assim, ao invés de contra-agendamento, o conceito de agendamento compartilhado, o que remete a uma ação cooperativa ou socializada.

Portanto, o contra-agendamento é uma forma de a Sociedade Civil organizada, sem custos, incluir suas sugestões e temáticas, ou seja, ela “[...] enxerga nesse espaço público que é a mídia um epicentro de ressonâncias, seja em matéria de tematização, seja em forma de retorno mais esperado: as adesões a uma causa, a participação a um movimento.” (GOMES, 2001, p.97).

Nesse contexto, a mídia funciona como um espaço receptor e mediador, por meio do qual os campos sociais podem propor suas temáticas, para a composição da agenda social. Esse processo envolve uma iniciativa autônoma, da sociedade para a mídia e, dessa, para a audiência. É a luz dessas problematizações que analisa-se a seguir, o espaço público jornalístico como um fórum de compromisso público e de aproximação com a sociedade.

3 JORNALISMO: UM FÓRUM DE COMPROMISSO PÚBLICO

As definições e concepções de jornalismo, que também se articulam em torno da idéia de verdade, comunidade e democracia, sofreram alterações, ao longo da história sócio-político-econômica e cultural da humanidade. Marcondes Filho (2000) recupera essa trajetória e faz um panorama das perdas e ganhos, profissionais e democráticos, na passagem do jornalismo artesanal ao industrial. O autor divide esse processo em quatro épocas distintas:

1ª. 1789 a 1830. Gutenberg cria os tipos móveis, possibilitando a expansão da informação a quem antes não tinha acesso.

2ª. 1830 a 1900. Expansão da imprensa, profissionalização e comercialização da notícia e venda de espaços publicitários. Consolida-se a economia de empresa e deflagra-se o processo do jornalismo-empreendimento, com tecnologias e rotinas produtivas.

3ª. 1900 a 1960. É marcada por grandes tiragens e a formação de grupos editoriais que monopolizam o mercado. A Influência política e os interesses publicitários começam a se sobrepor aos jornalísticos.

4ª. 1960 à atualidade. Caracteriza-se pela utilização da tecnologia, mudanças das rotinas produtivas e informatização das redações. Alta velocidade e baixa profundidade, na transmissão de informações, valorização do visual e da imagem e crise da imprensa escrita.

Nessa última fase, que engloba a contemporaneidade, valoriza-se um perfil profissional tecnicista, há racionalização dos custos, redução do espaço da notícia, tendência à espetacularização, um jornalismo de serviço. Essas transformações implicaram em perdas, no que se refere à responsabilidade social da imprensa, com a escassez de jornalistas humanistas, redução do espaço para a contextualização sócio-histórico político e cultural das notícias, bem como para o debate público da agenda social. Predomina uma prática jornalística voltada para a quantidade, a velocidade, a interatividade, o visual e o emocional. (MARCONDES FILHO, 2000; RAMONET, 2002)

A partir dessa revolução tecnológica, informacional e comunicacional, deflagrada na segunda metade do século XX e da fusão de grandes empresas, na área da imprensa, informática, telefonia e satélites, resultou em poucos e grandes conglomerados midiáticos, liderando serviços públicos essenciais a comunidade. Nesse cenário, de baixa concorrência, mas alta competição, a imprensa passou a integrar um grupo com negócios e interesses distintos, precisando funcionar

no ritmo acelerado das novas tecnologias, a exemplo das demais áreas do grupo. Bertrand (1999, p.23) alerta que essa comercialização e concentração crescentes não combinam com o pluralismo e a independência da mídia e, muito menos, da imprensa. Para ele, a manutenção do prestígio e da independência dependem da imprensa dar conta da sua função e responsabilidade social primordial: “servir bem à população.”

Assim, a importância da verdade e da luta política foi dando lugar à informação, “notícia-produto à venda” (MEDINA, 1978). Como tal, houve outros aspectos que predominaram: a lógica empresarial, os procedimentos industriais e as estratégias de marketing, ocasionando uma despolitização dos jornais, ou seja, um jornalismo “[...] divorciado da idéias de responsabilidade cívica” (KOVACH, B; ROSENSTIEL, 2004, p. 49). O perigo, segundo os autores, é que o jornalismo pode ser diluído e até anulado nesse meio comercial de “sinergia da autopromoção”. Já, na visão de Kapuzinski (2002), a notícia passou a ser o resultado da luta pela competência, entre os meios de comunicação, em que o principal objetivo, mais do que informar, é ganhar a concorrência. A partir desse processo, chegou-se à atual crise de identidade do jornalismo, que se confunde ou se mascara com crises empresariais.

Em meio a essa crise identitária, surgem novos conceitos e concepções de jornalismo como o “publijornalismo”, “o marketing-jornalismo”, o “jornalismo de compadre” (KARAM, 1996) e o “showrnalismo” (ARBEX JR, 2001). Esses conceitos traduzem uma realidade de conflito, entre a área comercial e a jornalística, cujos interesses econômicos e políticos são, muitas vezes, priorizados, em detrimento do compromisso do jornalismo com a sociedade democrática.

Na opinião de Chaparro (2005), o jornalismo mercadológico perdeu a perspectiva do humano e a perspectiva da verdade. Para recuperar essas origens, o autor defende uma “pedagogia da explicação”, que possibilita o desvelamento dos efeitos sociais dos acontecimentos narrados. Isso implica a necessidade de tempo, espaço, capacidade e competência. Assim, a capacidade jornalística de apreender, desvendar e relatar as consequências dos acontecimentos dará, aos efeitos, força de causa. E ainda, é na competência de lidar com os efeitos que a ação jornalística adquire instância da causa, porque produz coisas novas, transformadoras.

Martins Costa (1998, p.19) sugere uma mudança da visão mercadológica, que se impregnou na imprensa, no final dos anos de 1980, por uma postura voltada para o social: “[...] o leitor não pode mais ser visto meramente como consumidor do produto jornal, mas tratado em sua in-

teira cidadania, como parceiro na elaboração das reflexões produzidas pelos fatos noticiados, também gerador de idéias que contribuam para o processo civilizatório”.

Portanto, mesmo que, na atualidade, o ambiente jornalístico esteja “dominado” pelas leis de mercado, visto que possui uma função informativa, formativa e normativa, é inadiável o debate sobre a prática de um jornalismo cidadão. Caso contrário, a sociedade continuará à mercê do jornalismo convencional, focado no faturamento e distante de um compromisso com a emancipação dos seres humanos, ou seja, continuará a testemunhar a “corrupção da cidadania” (ALÍPIO FREIRE, 2006).

Diante dessa crise jornalística¹⁶, cidadã e democrática, busca-se compreender e redimensionar o papel do jornalismo, na ocupação de um espaço público central, compreender o seu relacionamento com a democracia e a cidadania. Essa incursão será pautada nas idéias do Jornalismo Público, que advoga a recuperação da dimensão que levou o jornalismo a desempenhar um papel importante, na criação e na manutenção da esfera pública política burguesa, na virada do século XVII para o século XVIII.

O Jornalismo Público surgiu nos Estados Unidos, no final da década de 1980 e tomou forma nos anos 1990, com o objetivo de recuperar a credibilidade pública do jornalismo, desafiando e tentando mudar o padrão mercadológico. O movimento se expandiu, com diferentes terminologias, como Jornalismo Comunitário; Jornalismo Cívico; Jornalismo Cidadão e Jornalismo Público. O jornalismo público parte da premissa de que a promoção e a implementação da cidadania é um dever da mídia e um direito do cidadão. Nesse cenário, a missão do jornalismo é a de contribuir para “[...] melhorar a qualidade de vida na comunidade” (COLEMAN, 2003, p. 59).

Diante desse cenário, foi necessária uma reconfiguração, muitos jornais fecharam; outros apelaram ao sensacionalismo; e outros, ainda, tentaram resistir, através de uma maior aproximação com a comunidade. No Brasil, esse movimento também ganhou força, registrando diferentes experiências. Na segunda metade da década de 1990, muitos grupos lançaram jornais populares, com linguagem acessível, predomínio de imagens, infografia e com textos curtos. Dirigidos a uma camada da população sociocultural e econômica mais baixa, utilizam certo apelo sensacionalista. Já em 1998, por ocasião da campanha eleitoral, vários jornais realizaram pesquisas para detectar as preocupações da comunidade, que pautariam a cobertura. O efeito dessas iniciativas foi

¹⁶ Nesse contexto globalizado de crises, concentração dos meios e comercialização de notícias e em meio ao imediatismo das novas tecnologias, ganhou a mídia televisão e, mais recentemente, também, a internet pelo poder da imagem. Nessa guerra intermídias e, também, multimídia pela audiência, perdeu o concorrente jornal.

prejudicado, pelo fato de os políticos, bem assessorados, também fazerem pesquisa e já terem respostas bem elaboradas aos questionamentos dos eleitores. (BARCELLOS; ALVETTI, 2007)

Martins da Silva (2008) pondera que, diferentemente da experiência americana de jornalismo público, onde a prática se limitava aos meios privados, no Brasil, o Terceiro Setor tem sido referência no desenvolvimento de iniciativas, principalmente voltadas à advocacia de causas e políticas sociais. Assim, com profissionalismo e autonomia, na gestão da informação e da comunicação, as ONGs ocupam importantes brechas, deixadas pelo jornalismo tradicional. Além das ONGs, os sites de internet, os blogs e televisões públicas, como, por exemplo, a TV cultura de São Paulo também têm proporcionado uma ampliação do debate público com maior participação da comunidade. Esses espaços exercem uma função crítica e problematizadora e o receptor-produtor atua, também, como “controle de qualidade” dos conteúdos, ou seja, como protagonistas, “consumidor- cidadão” (CANCLINI, 1996).

Apesar dessas e de outras experiências e esforços, há fatores que dificultam a prática do jornalismo cidadão, no cenário brasileiro. Entre esses fatores, Barcellos e Alvetti (2007) destacam:

- A profissionalização das assessorias de comunicação e marketing, aliada ao enxugamento das redações, compromete a autonomia do jornalista e a credibilidade da notícia;
- A crise do emprego obriga os profissionais a se submeterem às pressões, internas e externas, de ordem política e econômica;
- O baixo nível de ensino prejudica o exercício do jornalismo cidadão, que prioriza a participação da comunidade.

Acrescentam-se outros obstáculos, como a concentração dos meios compromete a independência e a pluralidade do jornalismo; a formação deficitária dos jornalistas, que não dominam os conceitos e a linguagem dos direitos.

Para além desses condicionantes, mas não determinantes: estrutural, político, econômico, midiático e educacional, é possível resistir posicionando-se a favor dos direitos humanos e de cidadania da comunidade excluída, atuando como “advocacy social”. Nessa postura de resistência, é possível minimizar a força das assessorias de imprensa, das fontes oficiais, políticas e econômicas, que, diariamente, agendam o jornalismo. Em outras palavras, sugere-se, como estratégia de

resistência, uma maior abertura e receptividade ao “contra-agendamento” (MARTINS DA SILVA, 2007), feito pela sociedade civil organizada. Nesse cenário, o jornalista não delibera mais o que deve pautar a sociedade, mas ajuda a sociedade a organizar e a socializar a sua própria agenda. O jornalista transforma-se em espécie de “explicador”, “moderador de discussões”, e os receptores, em “‘promidores’, um híbrido de produtor e consumidor” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.41) ou “prossumidores” para Toffler (1980).

Portanto, com o objetivo de compreender as deficiências jornalísticas, na cobertura da pauta social e, mais especificamente, das problemáticas em estudo, busca-se apoio nas idéias do jornalismo público, para pensar um jornalismo cidadão, adequado à realidade brasileira, marcada por uma profunda desigualdade social. Essa opção se justifica, pois, apesar das singularidades sociais, políticas e jornalísticas da realidade americana e da brasileira, as causas centrais dessa guinada do jornalismo, voltado à construção da cidadania, para o jornalismo comercial são universais.

Kovach e Rosenstiel (2004, p.51-52) identificam três forças causadoras dessa virada: a natureza da nova tecnologia, que desconectou “[...] o jornalismo da geografia e por tabela da comunidade, como a conhecemos no sentido político e cívico.” A segunda mudança é a globalização, onde os veículos de comunicação se transformaram em “corporações sem fronteiras”, para as quais “[...] a noção de cidadania e comunidade tradicional fica obsoleto no sentido comercial.” O fenômeno da “conglomerção” é o terceiro fator, que potencializa o jornalismo de mercado, produzindo conteúdos homogeneizados. Trata-se de redes de empresas, pertencentes ao mesmo grupo e presentes em diferentes comunidades.

3.1 JORNALISMO E A REVITALIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA

O conceito de jornalismo público¹⁷ têm suas origens no início do século XX, com o teórico John Dewey (1927). Seus pressupostos estão intimamente ligados à idéia de uma democracia como a própria vida em comunidade. Ele acreditava na noção de comunidade e sua busca residia, exatamente, no desejo de que a sociedade voltasse a conviver como uma comunidade. Sua expectativa e esperança era de que os meios de comunicação, aliados a uma recepção ativa, resolvessem os problemas da democracia. Ressalta-se, então, a relevância do papel de todos os envolvi-

¹⁷ Jay Rosen é considerado o pai intelectual e Davis Merrit, o pai profissional.

dos no processo de comunicação pública, ou seja, a ação da imprensa, do jornalista e dos receptores, para o desenvolvimento da democracia e da cidadania.

O jornalismo público possui duas correntes, a universalista e a comunitarista. Segundo a primeira perspectiva, a sociedade é o espaço público; e a comunidade e a vida familiar são de esfera íntima. Para a visão comunitarista, a comunidade é um organismo vivo; e a sociedade é mecânica. Os universalistas são seguidores de Kant e Habermas. Para eles, as soluções caberiam a todos os humanos. Hoje, as principais influências são as idéias de Habermas. A crítica comunitarista tem seu lugar na contestação dos direitos liberais, que se resumiriam a questões individuais, como separação entre vida privada e política fragmentando a vida pública e política. Em contraposição, o comunitarismo pretende uma nova forma de vida solidária. A sociedade contemporânea apresenta, para o indivíduo, oportunidades de mobilidade social, que produzem um enfraquecimento das raízes comunitárias e que envolvem uma busca hedonista pela felicidade. O comunitarismo propõe uma correção e compensação desse fato, para diminuir a desagregação comunitária, respeitando as individualidades de cada um. Para alguns críticos, essa atitude dos comunitaristas colocaria em risco as liberdades individuais, em favor da integração social que poderia resultar numa autonomia de setores minoritários. Em contrapartida, os comunitaristas defendem que o reconhecimento de diferentes culturas, na sociedade, é algo legítimo, desde que não agrida os princípios dos direitos humanos (MESQUITA, 2003).

Independente da corrente, as propostas do jornalismo público vêm combater uma crise de credibilidade, nos meios de comunicação, detectada por pesquisas nos Estados Unidos. Essa crise teria sido originada do fato de que os jornalistas eram céticos perante a política; focavam a cobertura nas histórias sensacionalistas e até mesmo porque havia erros ortográficos. Uma das principais conseqüências dessa perda de credibilidade jornalística foi o desinteresse dos cidadãos pela vida pública, tanto no plano local quanto no nacional (MESQUITA, 2003). Evidencia-se, assim, uma correlação entre a crise do jornalismo e a crise da democracia, ou seja, a crise do jornalismo contribui e acentua a crise democrática (TRAQUINA, 2003).

O Jornalismo Público teve seu momento decisivo, na cobertura das eleições presidenciais de 1998, nos Estados Unidos, quando se constatou a superficialidade nos temas abordados e uma superexposição fotográfica dos candidatos. A mídia, nesse sentido, era vista como refém das estratégias e manipulações dos candidatos e de suas assessorias de marketing. Isso se evidenciou, diante da tática de campanha negativa, com a maximização de ataques e contra-ataques dos can-

didatos. Em contrapartida, ela ignorou questões tidas como relevantes para os eleitores, isto é, aspectos que preocupavam e poderiam contribuir com a melhora da qualidade de vida da comunidade.

Segundo a perspectiva de Mesquita (2003), esse tipo de prática profissional, aliado ao ceticismo dos jornalistas, faz a opinião pública desacreditar no sistema democrático e, muitas vezes, nos próprios políticos, gerando um negativismo perante a política e a vida pública. Isso acaba reduzindo a política a um jogo de análise do desempenho dos candidatos, o que interessa só a eles próprios e aos partidos. Para o público, interessa não o jogo político, mas como e em que a sua realidade cotidiana será afetada. Nesse sentido, os jornalistas estariam a serviço do interesse dos políticos profissionais, não do interesse coletivo. Essa tendência reforçou as críticas feitas por outros teóricos, desde os anos de 1970. Entre elas, estão a dependência da mídia de fontes oficiais e a preocupação os jornalistas em cobrir as eleições, como se elas fossem uma “corrida de cavalos”, uma simples competição deixando em um segundo plano as reais preocupações dos eleitores (SHEPARD, 1994).

Em reação a essa frustração, foram desenvolvidas ações em diferentes jornais. Com base em mais de 200 projetos¹⁸, os profissionais, os veículos e as instituições envolvidas trabalharam para revivificar o jornalismo, por meio da participação ativa dos cidadãos, na agenda pública midiática, que fomenta e movimenta a vida pública. Os veículos envolvidos redefiniram as linhas de suas coberturas e criaram mecanismos de participação dos cidadãos, na resolução dos problemas sociais e públicos. Foram utilizadas diferentes técnicas de aproximação e sondagem da opinião pública, como grupos focais e painéis, objetivando ouvir e identificar a agenda dos cidadãos, para subsidiar o debate público midiático. Houve, também, ações focalizadas, para reduzir a influência do marketing eleitoral na pauta dos jornais. Em outros casos ainda, o jornal teve um papel ativo na cobrança do poder público e os jornalistas se tornaram “[...] parceiros ativos na procura de soluções para os problemas da comunidade” (TRAQUINA, 2003, p. 12).

Nesse contexto político, a comunidade e os profissionais assumiram um papel ativo e interativo, pautando a fala e a posição dos candidatos, a partir das questões levantadas pelo público. Trata-se de uma aproximação entre produção e recepção, de um modo de compartilhar poder e da prática de responsabilidade com os leitores. Assim, a agenda dos cidadãos, mais do que dos candidatos, passou a pautar a cobertura dos veículos envolvidos no processo de produção da agenda

¹⁸ Contaram com o apoio financeiro de instituições como Poynter Institute (Flórida), o Pew Center for Civic Journalism (Washington), Project on Public Life and the Press (Nova Iorque).

pública. A comunidade exerceu seu direito de representar suas próprias demandas, diferente de representações feitas por porta-vozes e observadores desligados da realidade. Os porta-vozes eram legitimados para mediar e não para representar a pauta da agenda dos cidadãos.

Rosen (1994, p.373) alerta que “[...] o jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate público e revendo a vida pública”. A perspectiva do autor é a de que o jornalista, como construtor e mediador da realidade cotidiana, torne a vida pública mais instigante, despertando o interesse de um número maior de cidadãos. Nesse caso, o jornalista seria, simultaneamente, um personagem político e alguém que ajudaria os receptores a assumirem também esse papel.

Merrit (1995), como Rosen (1994), reconhece uma forte dependência entre a vitalidade do jornalismo e da democracia. Ele defende que o jornalismo pode e deve atuar fortemente, para revitalizar a vida pública. Dessa forma, o autor identifica uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia. Explica que, muitas vezes, os cidadãos recebem informações descontextualizadas e não têm um lugar para discutir a vida pública. A vida pública, por sua vez, requer o comprometimento dos cidadãos, mas, sem informação relevante e sem compartilhamento de significações, não há opinião pública, nem envolvimento público. Nesse contexto de desinteresse pela vida pública, esvazia-se, igualmente, a necessidade da profissão do jornalista, bem como da função do jornalismo.

Ainda na visão de Merrit (1995), o jornalismo tem contribuído para o “mal-estar” da sociedade, o que remete à necessidade de uma mudança profissional. Ele defende que o jornalista, sem abandonar a função tradicional de dar a notícia, deve ir além, para se tornar um “participante justo”, com clareza de valores, e, como tal, assumir o papel de qualificar a vida pública. Isso pressupõe considerar o público não como consumidor, mas como cidadão participante da democracia. Só assim, segundo o autor, o jornalista e o jornalismo serão considerados instrumentos potenciais, que mobilizam os cidadãos para a participação na vida pública. Ambos, como atores políticos, tendem, por isso, a contribuir para a revigoração, tanto da democracia quanto da cidadania. Remete-se, dessa forma, a uma interdependência entre jornalismo, política, democracia e cidadania. Assim, o futuro e a dinâmica de desenvolvimento de um afeta os demais, da mesma forma que o desenvolvimento conjunto afeta cada campo individualmente.

Tanto Merrit quanto Rosen partilham da visão de uma democracia participativa. Defendem um papel mais ativo do jornalismo, na construção e na dinamização do espaço e do debate

público, assim como, também, na solução dos problemas sociais. Trata-se da convicção de que o jornalismo tem o poder e o dever de focar-se no fortalecimento da cidadania, de modo a qualificar o debate público “ressuscitando a vida pública” (ROSEN, 1994, p.373). Nessa perspectiva, está em jogo a inclusão da comunidade, via mediação jornalística, despertada e ativada no seu perfil sócio-político.

Essa ressurreição da vida pública e do cidadão, alimentada pelo jornalismo, pode combater o que Mesquita (2003, p.25) considera a maior ameaça à democracia: a alienação e a ignorância política. Alimentar ou conter essa ameaça vai depender da forma como o jornalismo narrar e interpretar a realidade social e política: “[...] centrando o seu interesse nas análises adjetivas e psicologizantes [ou nos] problemas concretos dos cidadãos”. Essa segunda forma é coerente com a proposta do jornalismo público, que se diferencia da prática tradicional, de natureza fragmentada, por dedicar maior atenção a cada tema abordado e seu respectivo contexto, bem como por incentivar a busca de soluções para problemas comunitários e regionais. Na visão do autor, o jornalismo público representa um projeto ambicioso, para repensar o ‘campo jornalístico’. Ele aponta que é necessário ao jornalista manter a definição do que é ou não notícia, mas ressalta que essa proposta sugere uma expansão da democracia participativa. Esse alargamento deve respeitar e se adequar às especificidades da realidade local, por meio de uma maior aproximação entre o jornalista e o cidadão comum.

Rosen (2003, p.31) indaga: “o que entendemos por ‘serviço público’?” Questiona, também, sobre o que é a esfera pública, porque existem indivíduos que estão excluídos dessa esfera, e qual a relação entre ela e a esfera privada. Ele sublinha a responsabilidade dos intelectuais, na política, dizendo que, ao se criticar a mídia e a escola, por exemplo, também se deve fazer uma crítica aos intelectuais. Para ele, os jornalistas abstêm-se do debate sobre a culpa ou, acabam agindo como se a democracia não funcionasse e não valesse a pena fazê-la funcionar. O autor põe em discussão o que os jornalistas fazem para que a democracia funcione, e, ainda, se os estudos sobre a comunicação são, de fato, uma atividade pública.

Verifica-se a importância de um olhar crítico do intelectual, assim como o lugar e o posicionamento social de onde ele olha, analisa, interpreta e narra a realidade. Para Rosen (2003, p.34), “[...] um crítico bem sucedido escreve para e sobre um ‘povo’. Os valores compartilhados com esse povo são os fundamentos para uma crítica social convincente”. Ele completa, ainda, di-

zendo que é necessário ser sensível às queixas do povo, bem como e que seria “compensador” falar sobre as questões que envolvem os meios de comunicação e a esfera pública.

Para Dewey (2003, p.34), “[...] o problema de um público organizado de forma democrática é sobretudo e essencialmente um problema intelectual”, mas isso não significa dizer que os intelectuais podem resolvê-lo sozinhos. Segundo Rosen, Dewey foi contrário a essa possibilidade e defendeu a união entre a arte e a ciência, e que haja conexões entre as preocupações locais e nacionais. Para a efetivação dessa conexão, destaca-se a necessidade de o intelectual ter uma identidade pública, ou seja, comprometida com a qualificação da vida dos cidadãos, a começar pelo período acadêmico. Para o autor (2003, p.37),

A busca de conhecimento significa procurar entendimentos que possam ser compartilhados não apenas com outros acadêmicos, mas também com outras profissões, outras partes da comunidade pública, concidadãos, lutando por chegar a verdades públicas através de discussões públicas.

O autor denuncia, assim, a distorção da função e formação das universidades, do seu surgimento (voltada para a esfera pública) à atualidade (reprodução das personalidades acadêmicas). O enfraquecimento do ideal cívico, nas universidades, e a grande especialização são aspectos que debilitaram o elo entre vida intelectual e vida pública. Trata-se do que Rosen (2003, p.36) identifica como “profissionalização da vida intelectual”, o que acaba limitando o debate somente entre os pares, evitando a fluidez e fortalecimento de uma “filosofia pública”. Portanto, a vida intelectual perde sua razão de ser, toda vez que estiver desligada do restante da sociedade, ou seja, das arenas públicas. É ali que se re/constroem as representações, identidades e verdades que pautam o senso comum e o cotidiano social, bem como alavanca o desenvolvimento da cidadania e da democracia.

Essa conexão necessária entre vida intelectual e pública traduz-se numa forma ética de ser e estar no mundo. Nas palavras de Rosen (2003, p.38), o jornalista busca sua fonte, nos “cérebros de confiança” (intelectuais), e seus relatos se tornam mais inteligentes. Requer uma consciência de incompletude e de multicoperações, por exemplo, entre a linguagem dos intelectuais com os jornalistas, e também, da necessidade de os jornalistas transformarem a sua linguagem em algo acessível à dos leitores. Esse compartilhamento é que possibilita uma identidade, um entendimento e uma compreensão pública, a todos os sujeitos envolvidos no necessário debate sobre as questões da vida pública.

Nessa perspectiva, destaca-se a responsabilidade das faculdades de jornalismo, visto que a demanda de comprometimento público ultrapassa a inclusão de disciplinas da área de humanas que façam os futuros profissionais pensarem sobre sua prática. Segundo Eksterowicz et.al. (2003, p. 102), as universidades deveriam “[...] assumir um papel mais agressivo na clarificação dos estudantes que procuram carreira como jornalistas [...]”. Talvez os autores estejam sugerindo que a Universidade faça eco à fala de Kapuzinski (2000), ao se referir ao bom jornalismo: “Los cínicos no sierven para esse oficio”.

Na opinião de Rosen (2003, p.39), ainda, o serviço público, no jornalismo, começa com a concepção de um ambiente com incertezas, mas também com esperanças reais. Os estudos de comunicação seriam críticos, se conseguissem uma linguagem do “nós”, isto é, do valor comum. Assim, tornar algo público não exigiria um afastamento do olhar crítico, nem da teoria. Esta é a responsabilidade política dos jornalistas, como intelectuais midiáticos, ou seja, construir um lugar público para a vida intelectual. Esse lugar estaria aberto a todos os sujeitos que quisessem e soubessem ou, ainda, se esforçassem para compreender e usar esse espaço com competência. Trata-se de um lugar onde é possível visualizar como o público pode se tornar um poder deliberativo, de um lugar onde os próprios cidadãos se enxergam, exercendo o direito e o poder de debater e resolver as questões públicas que lhes dizem respeito.

Para salientar o distanciamento entre o interesse midiático e o do público, Coleman utiliza uma afirmação de Carey (1987, p. 5).

Na medida em que o jornalismo tem um cliente, este cliente é o público [...] mas apesar de todo o encantamento ritual do público na retórica do jornalismo, ninguém sabe já ao certo o que é o público, ou onde se pode encontrá-lo, ou até se ele ainda existe.

Frente a essa tendência de “perder de vista”, segundo o autor, o público se transformou, do sentido de existência do jornalismo, para um simples efeito de retórica. Se isso for verdade, o espaço público midiático não passa de fábula privada, o que reforça a importância da discussão sobre o jornalismo público, para recuperar as raízes de uma prática pública que foi privatizada.

O objetivo geral do jornalismo público é ajudar os meios de comunicação a estabelecerem, novamente, ligações profundas com a comunidade. Para que isso ocorra, os jornalistas de-

vem assumir o papel de “[...] defensores de reformas políticas e, eventualmente, sociais no interior das suas comunidades” (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p.85). Os autores alertam que, na atualidade, a maior ameaça à democracia é a ignorância política. Apontam, também, que essa ignorância está relacionada à forma com que o tema é abordado pelos meios de comunicação. Para eles, a informação é um “recurso político chave” para o desenvolvimento da democracia participativa. Nesse sentido, eles citam um estudo realizado pelo jornal Washington Post, o qual revelou que o percentual do americano adulto e branco que não tem domínio sobre assuntos relacionados à política é baixíssimo. Já o percentual de mulheres, afro-descendentes e pobres desinformados é gigantesco. Essa discrepância é ainda mais preocupante, pois quem não conhece seus direitos é justamente quem mais precisa e mais sofrerá privações.

A missão do jornalismo público é, para Graber (2003, p.108), envolver a comunidade nas notícias e ofertar uma visão diferente da das elites políticas. Nessa opção, o jornal deve se pautar pelo público, uma vez que há descontentamento sobre coberturas desnecessárias e histórias triviais, no modelo dominante de jornalismo. O autor preocupa-se com o excesso de negatividade da imprensa, que, segundo ele, mostra crise atrás de crise. Ele acredita que o grande dilema do jornalismo é ser um negócio privado, que depende da audiência e dos anunciantes. Por outro lado, também, diz que o jornalismo sente a necessidade de se concentrar “[...]nos interesses mais especializados que acabam por negligenciar os de uma comunidade mais vasta.” Dessa forma, “[...] o resultado pode ser um mundo de especialistas míopes” (2003, p.116).

O jornalismo público utiliza muitas técnicas de redação tradicionais. Além disso, tem muito em comum com o jornalismo investigativo. A essência do jornalismo público pode, nesse sentido, ser encontrada no investigativo. (COLEMAN, 2003). Apesar desses pontos em comum, predominam as diferenças, uma vez que, no modelo dominante, o lucro e os avanços tecnológicos têm moldado a forma e o conteúdo das notícias. Neste modelo, as notícias são personalizadas, não dão ênfase às instituições e colocam a crítica como fraqueza pessoal, não como falhas institucionais. O segundo ponto falho é a dependência de fontes oficiais e a apresentação das matérias como episódios, sem contextualização. Portanto, o jornalismo público difere do comercial, “[...] por se concentrar nos problemas das pessoas comuns, nas suas preferências quanto aos assuntos, e no fornecimento da informação que é de importância prática” (EKSTEROWICZ et.al., 2003, p.98). É por isso que os autores destacam que o jornalismo público não simplesmente aceita a falta de participação popular, mas tenta criar mecanismos para que ela, efetivamente, se desenvolva.

Traquina (2003, p.17) destaca que o jornalismo público representa uma ruptura com os valores dominantes e o reforço da responsabilidade social do jornalista em um mundo comandado pelo capital. Trata-se de uma reforma e não uma revolução. O potencial para renovação implica a valorização e não ruptura com seu capital historicamente acumulado. Destaca, ainda, que os mais de cem anos de reflexões e 25 anos de pesquisas empíricas fornecem, aos teóricos dessa linha, uma forte munição, para afrontar o status quo do jornalismo de mercado. A partir da visão dos autores, no quadro abaixo, destaca-se o potencial de renovação do jornalismo público, fundamentado em um capital historicamente construído:

	JORNALISMO TRADICIONAL	JORNALISMO PÚBLICO
Em comum	Técnicas de redação e o jornalismo investigativo	Técnicas de redação e o jornalismo investigativo
Foco	Na cultura do espetáculo	Nos problemas das pessoas comuns e nas informações de importância prática.
Pa pel, função	Veiculação de notícias adaptadas às regras mercadológicas (concorrência e lucro).	Revitalização da vida pública; Contribuição para a democracia participativa; Fortalecimento da cidadania.
Objetividade	Defendida para proteger os interesses organizacionais; usada como técnica de retórica e de persuasão.	Obstáculo à dinamização da vida pública. Conduz a enquadramentos viciados e provoca uma incapacidade de compreender o contexto. Proposta de uma nova teoria de credibilidade, centrada em conceitos como preocupação e interesse em abordar assuntos relevantes à comunidade.
Público	Consumidor	Cidadão, ator político.

QUADRO 1: Comparativo entre o Jornalismo Tradicional e o Jornalismo Público

O quadro resume e destaca a proposta de uma redefinição de valores jornalísticos, através da aproximação dos cidadãos. Observa-se, também, a necessidade de rompimento de rotinas produtivas viciadas, que impedem o jornalista de assumir uma postura de ator social, político e justo. O Jornalismo Público representa uma forma de o jornalismo recuperar e cumprir sua missão, no sentido de contribuir, efetivamente, para a qualificação da vida pública.

Parece relevante apresentar, ainda, algumas contraposições que existem em relação ao Jornalismo Público. Uma das principais críticas é o questionamento sobre, como o jornalista pode ser um participante justo, sem se transformar em um ativista. Para Rosen (2003), isso requer do

jornalista um deslocamento do posto de “observador desprendido” para assumir o posto de “participante justo”. Segundo ele, este é o ponto: não se trata de um envolvimento direto e ativo, mas justo.

Traquina (2003) ressalta a visão de que o Jornalismo Público tem sido desvalorizado e apresentado como um “truque de marketing” ou uma tentativa de melhorar a credibilidade do jornal junto à comunidade. Jackson (2003, p. 122) indaga se o jornalismo público não é uma “capa de respeitabilidade”, para que os jornais consigam obter mais lucro. Outra preocupação desse autor é que, enquanto o jornalismo procura o público, para determinar os temas importantes, pode estar minimizando outros temas relevantes, que necessitam visibilidade.

Apesar desses contrapontos e questionamentos, os autores são unânimes em salientar que a prática do jornalismo público envolve mudanças de percepções, posturas e práticas. Trata-se, segundo Merrit (1995), de um estado de espírito e uma atitude prática, que objetiva reconquistar ou despertar o interesse e motivação das pessoas pela vida pública. Para tanto, pretende-se, a seguir, contribuir com a proposta do jornalismo público, destacando os saberes, competências e deveres necessários para a incorporação dessa prática no cotidiano profissional, reforçando uma postura de resistência. Isso implica considerar um cotidiano que requer um questionamento constante, voltado ao contexto macrossocial e à cidadania dos sujeitos envolvidos.

3.2 POSTURA PROFISSIONAL DE RESISTENCIA E RECUSA AO JORNALISMO MERCADOLÓGICO

O jornalismo público e o de resistência são faces complementares, pois, como foi visto acima, o primeiro foca-se na atividade, enquanto o de resistência centra-se na postura dos jornalistas. Trata-se de uma resistência cotidiana à concepção mercadológica, através da aplicação e vivência prática de preceitos ligados à função social da profissão. O foco de ambos é recuperar a confiança da sociedade atendo-se às raízes do jornalismo, cuja lealdade é com os cidadãos e não com o consumo.

Na visão de Pena (2005), tanto na política quanto no jornalismo o que falta é investir no conceito de construção coletiva. Isso não significa abrir mão da própria carreira profissional, mas fazer dela um exercício comum de solidariedade. O que está sendo proposto, portanto, não implica numa revolução, mas significa não aceitar as limitações das rotinas produtivas que reduzem a notícia em simples mercadoria, limitada à reprodução das demandas óbvias.

JORNALISMO TRADICIONAL	JORNALISMO DE RESISTÊNCIA
Prática cotidiana limitada e viciada na reprodução de preconceitos e estereótipos.	Autocrítica constante, para identificar e evitar preconceitos e estereótipos.
Reprodução de um “padrão do fato”.	Busca de elementos novos, para inverter o eixo na abordagem.
Prioriza os definidores primários.	Insere opiniões de setores comunitários.
O valor da matéria jornalística é estabelecido pelo mercado.	O valor da matéria jornalística é estabelecido pelo serviço que presta à comunidade.
Linguagem denotada, fragmentada, descontextualizada e viciada.	Investimento na linguagem conotada e nos discursos, não verbais como estratégias de resistência.
Pautas privilegiam as demandas comerciais.	Pautas privilegiam as demandas comunitárias.
Segue a cultura profissional e consolida os velhos valores para as notícias.	Negocia a mudança da cultura profissional, para produzir novos valores para as notícias.
Cultura do espetáculo e da dramatização, para garantir a venda.	Pautas sociais, voltadas a uma agenda positiva, para manter o interesse público.
Observador neutro, que noticia os fatos.	Observador envolve-se até encontrar e destacar o foco central, voltado para interesses comunitários. Participa ativamente na re/construção do acontecimento e explicita sua participação na matéria produzida.

QUADRO 2: Comparativo entre o Jornalismo Convencional e o Jornalismo de Resistência

Seguindo a perspectiva do autor o jornalista tem duas alternativas. Uma é exercer a profissão nas empresas de comunicação, adaptando as práticas que as sustentam ao jornalismo público. Nas redações dos grandes conglomerados, o jornalista de resistência dá um enfoque mais humanístico e democrático à cobertura, ao invés de ficar engessado, por exemplo, ao valor da objetividade. Ou seja, sem deixar de lado as peculiaridades das grandes redações, ele introduz novos elementos do contexto e provoca o que o autor identifica como inversão de eixo. A segunda alternativa é exercer a profissão em veículos alternativos, do terceiro setor, onde pode atuar de forma mais livre e direta para a concretização coletiva.

O quadro 2 apresenta o contraponto entre a prática convencional do jornalismo e a de resistência, nas redações dos veículos comerciais. Foi elaborado, com base nos pressupostos sugeridos por Pena (2005, p.172). Trata-se de um jornalismo inclusivo onde o jornalista é um resistente e engajado re/construtor social da realidade. Suas principais características são lealdade, responsabilidade e compromisso com o cidadão. Para tanto, esse jornalista necessita de uma constante autocrítica, questionando sua forma de olhar, estar, interpretar e narrar a realidade, seus preconceitos e estereótipos. Essa perspectiva implica no desenvolvimento contínuo de uma competência humanística e comunicacional ampla.

3.3 SABERES, COMPETÊNCIAS E DEVERES DA PRÁTICA JORNALÍSTICA

No cenário da desigualdade brasileira, os ideais do jornalismo público serão praticados, em grande parte, à medida que os jornalistas desenvolverem competências e saberes, de tal forma que suas narrativas contribuam para que os receptores, como cidadãos, também desenvolvam as suas, uma vez que “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar [...] intensificar as liberdades democráticas [...] funciona como um guardião tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31-49).

Os jornalistas, como mediadores sociais, têm direitos, mas, como todo ser humano e como praticante de uma profissão, têm também deveres. Bertrand (1999) relata que, para fixar esses deveres, na prática cotidiana, o jornal francês *La Croix* utiliza os valores do evangelho, resumidos em cinco palavras: liberdade, dignidade, justiça, paz, amor. Para o autor, esses valores são pólos

que poderiam incorporar os códigos jornalísticos. Essa síntese concentra valores fundamentais, que todos os seres humanos comungam como o respeito à vida e a promoção da justiça e da solidariedade, visando à melhoria do destino comum e ao aperfeiçoamento democrático.

Portanto, a deontologia, as regras morais e os códigos jornalísticos se pautam em valores cristãos, mas também em valores universais, como a rejeição do ódio, da violência e do desprezo a todo o ser humano, contidos, implicitamente, na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Entre os princípios jornalísticos, destacados por Bertrand (1999), estão os fatores competência, independência, confiabilidade, consistência e direitos humanos.

- **Competência** - aqui entendida como ausência de arrogância e predominância da segurança em si, a ponto de saber identificar e reconhecer seus erros.
- **Independência** - diante das pressões econômicas e políticas, sejam elas internas ou externas.
- **Consistência** - o profissional deve ter ampla compreensão e clareza quanto à informação a ser trabalhada, evitando limitar-se ao evidente, ao interessante e ao superficial, apresentando um mosaico de acontecimentos simplificados. Precisa elucidar, para além das aparências, “[...] os mecanismos do mundo moderno e relacionar os acontecimentos quotidianos com o jogo das forças profundas que determinam o destino da sociedade [...] revelar os prenúncios de mudanças fundamentais em todas as áreas”. (BERTRAND, 1999, p.125)
- **Direitos Humanos** - trabalhar para melhorar a sociedade, servindo a todos os grupos, sejam eles ricos e pobres, crianças, jovens e idosos, esquerda e direita. Trata-se de um princípio da prática jornalística que estimula a comunicação, o entendimento e a tolerância entre os seres humanos. Essa preocupação com o entendimento e a preservação da harmonia social não deve ser confundida com manutenção de uma ordem social injusta e de um regime político excludente.

O autor sugere a possibilidade de os princípios da competência, da independência e da consistência estarem incorporados em um princípio maior, que é defender e promover os direitos do homem e da democracia. Portanto, os direitos da pessoa humana e os valores democráticos devem pautar a conduta jornalística acima dos demais interesses e valores. Prova disso é fato de o

código ter como ideal proteger, tanto aos profissionais, quanto às fontes e à opinião pública, em torno do valor “solidariedade humana”. Esse valor dá a cada um dos envolvidos, no processo comunicacional, sentimento de segurança coletiva, contra possíveis intervenções indevidas, internas e externas.

O código sinaliza para uma responsabilidade do jornalista consigo mesmo, no sentido de não trair suas convicções. Para tanto, Bertrand (1999) alerta que é necessário ter consciência de que muitos dos equívocos cometidos decorrem do fato de os profissionais ignorarem as próprias limitações. Os equívocos e até a incompetência assumem diversas formas, tais como: “[...] empregar termos sem os definir, utilizar mal as estatísticas, simplificar questões complexas, apresentar hipóteses como fatos comprovados, generalizar a partir de alguns exemplos, tirar conclusões injustificadas.” (BERTRAND, 1999, p.116). Especificamente na cobertura de temáticas sociais, acrescentam-se outros equívocos, tais como: a ausência da linguagem dos direitos; reduzido uso da metaepistemologia; o uso de “ações de privação de identidade” e a negação da cidadania comunicativa às pessoas envolvidas em situação de pobreza e exclusão social.

Kovach e Rosenstiel (2004, p.22-23) apresentam uma síntese dos “elementos do jornalismo”, que devem pautar a prática da comunidade narrativa:

- Obrigação – com a verdade
- Lealdade – com os cidadãos
- Liberdade – para atuar de acordo com a própria consciência
- Essência – a verificação
- Independência – das fontes
- Dever ser – monitor independente do poder
- Espaço – para a crítica e o compromisso público, e para o que é significativo e relevante
- Forma - interessante, compreensível e proporcional

Os autores sugerem que esses princípios também devem nortear a postura dos receptores, ou seja, é um dever dos jornalistas e um direito dos cidadãos saber, esperar e exigir uma informação e comunicação pública, enquadrada nos valores da verdade, da liberdade, da justiça e da lealdade.

Esses princípios e competências remetem à responsabilidade do jornalista, com todos os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na prática profissional. Seguindo a perspectiva de Bertrand (1999, p.100-103), o jornalista é responsável perante seus pares, o empregador, as suas fontes, as pessoas em causa e a audiência. Em relação aos seus pares, o jornalista deve lutar pelos direitos da categoria e ser solidário e fraterno com os demais. Além disso, não deve fazer nada que desacredite a profissão. Já a responsabilidade com seu empregador está voltada ao sigilo de assuntos internos, que possam comprometer a si mesmo e ao veículo em que trabalha.

O autor sintetiza a deontologia, na questão da conscientização do profissional. Consciência quanto à natureza humana, social e política de sua atividade. Consciência também de seus limites humanos e profissionais. Um caminho para maturar essa consciência é a autoanálise da prática profissional. Na sua atividade cotidiana, o jornalista pode exercitar-se, praticando o que a Psicologia chama de empatia, ou seja, colocar-se no lugar das pessoas em causa e considerar os efeitos, a curto, médio e longo prazo, de sua forma de olhar, interpretar e narrar a realidade.

No que se refere às pessoas em causa, o jornalista não deve utilizar expressões pejorativas, nem destacar uma característica, se ela não for pertinente, muito menos usá-la para desacreditar a pessoa. No caso de acusar ou criticar alguém, deve dar-lhe a oportunidade de expressar seu ponto de vista. Bertrand (1999) adverte que o direito de informar não pode ser usado para prejudicar pessoas ou grupos - física, moral e intelectualmente, cultural ou economicamente. Pessoas ou grupos podem ser prejudicados, com a violação da vida privada, principalmente quando uma adversidade os atinge. Outra forma de prejudicar as pessoas em causa é a manipulação das fotos para sugerir um sentido diferente do real e, também, a negação do direito à autorrepresentação.

A responsabilidade do jornalista com o público habita no dever atender às necessidades de todos os grupos, mas, fundamentalmente, sua principal responsabilidade é lutar contra as injustiças e falar em nome dos excluídos (BERTRAND, 1999). Portanto, é irresponsável a tendência de os jornais representarem o pensamento e os desejos de uma elite política e, ainda, sugerir, nos seus editoriais, que estão representando os anseios e necessidades da população. É igualmente irresponsável o veículo e o profissional que se volta a satisfazer a curiosidade do público, provendo-o com estilos narrativos sensacionalistas, que beiram à vulgaridade e ao estímulo à intolerância com os desiguais.

Em meio aos direitos e deveres, competências e saberes, historicamente os profissionais que se destacam no jornalismo enveredaram por um estilo de busca de alternativas e pelo uso da linguagem dos direitos, visando a uma intervenção da realidade. Outros perderam a identidade profissional e, muito antes, perderam a capacidade de ouvir a comunidade. Há, ainda, os que se perderam na indignação. Já na

atualidade, é forte o sentimento de resignação entre os membros da comunidade narrativa, diante dos interesses comerciais que se sobrepõem aos sociais. Apesar disso, não é na resignação, mas na convicção de que mudar, apesar de difícil, é preciso e é possível, que jornalistas, como Gabriel Garcia Marques e Kapuzinski, se firmaram como referência mundial. Outros estão se firmando como referência nacional. Entre estes, cita-se, por exemplo, Gilberto Dimenstein, Marcelo Canellas, Mauri Konig e José Carlos Fernandes. Há ainda, os jornalistas “amigos das crianças”, os finalistas e vencedores de concursos como GP Ayrton Senna, ANDI – Agência de Notícia para os Direitos da Infância, Prêmio ESSO, Mídia Cidadã, e tantos outros anônimos.

A prática cotidiana de todos esses profissionais fortalece a possibilidade de um jornalismo público, com o enfraquecimento do estigma de que, no jornalismo, “está tudo dominado” pelas leis do mercado. Eles provam que é possível romper o padrão comercial. Iniciativas como as da Andi e do GP Ayrton Senna, segundo Harazin (2005), sinalizam um retorno às raízes do jornalismo. É esse jornalismo que mostra as entranhas da realidade, pois transmite as sensações e sentimentos pelos quais passam os sujeitos e consegue clamar por justiça social. O autor destaca que o mérito desses jornalistas, positivamente indignados e pouco complacentes, está na consciência do privilégio e da responsabilidade que possuem e, também, no equilíbrio na tênue linha que separa o jornalismo investigativo do jornalismo militante. Trata-se de profissionais simplesmente humanos, mas que fazem a diferença na formação da opinião pública. Ancorados na realidade social e não na institucional, preservam o elo entre a realidade da experiência e a realidade narrativa, bem como entre o narrador, os narrados e os receptores.

A resistência desses profissionais que praticam um jornalismo cidadão é um exemplo do que pode a utopia do jornalismo humanista, contra a preponderância do jornalismo de mercado. Essa luta insere-se no contexto das lutas éticas, pelo direito de ser, pela inserção, e contra a exclusão. O que não é aceitável, por exemplo, é cooperar, por meio de uma narrativa discriminatória, com a preservação da situação de miséria na qual vive a maioria dos seres humanos. O jornalista firma-se como sujeito, mediador social e participante justo, quando mostra, indignado e crítico, se

engaja no processo de transformação da realidade social. Esse processo implica ir além da indignação e da mera denúncia “[...] implica a dialetização entre a denúncia de uma situação desumanizante e o anúncio de sua superação[...]” (FREIRE, 2000,p. 88).

A descrição que Nadotti (2000, p.13) faz de Kapuzinski¹⁹ representa um pouco do que esses profissionais têm em comum. Ela o identifica como um humanista, com capacidade de se mesclar, escutar, registrar humores e descrever cada sujeito com um estilo particular: “Fratutando uma intuição e uma inteligência que, por si só, nem uma paixão política poderia proporcionar e que nasce sobretudo de uma genuína paixão por seus semelhantes [...].”

Essa paixão pode ser percebida quando o próprio Kapuzinski (1992) adverte que quem despreza ou desconhece a gente sobre a qual escreve não pode fazer uma cobertura. Segundo ele, não é legítimo, não é ético e não é justo, principalmente devido ao alcance social de uma notícia. Em outro livro, sobre o bom jornalismo, o autor (2000) volta a advertir, a partir do título da obra: "Los cínicos no sirven para esse ofício". Para evitar esse cinismo profissional, além da paixão humanística, ele destaca a importância de outros dois elementos. O primeiro refere-se à certa disposição a aceitar o próprio sacrifício, o que implica em um nível criativo de atuação, que pressupõe colocar um pouco de sua individualidade e ambições. Isso requer alma, estudo, dedicação, tempo, e ainda o reconhecimento de que o jornalismo não é um meio de ficar rico. O segundo elemento destacado, por ele, é o constante aprofundamento dos conhecimentos, uma vez que o trabalho consiste em investigar e descrever o mutante mundo contemporâneo.

Já Canellas (2008, p.108) destaca, como pressuposto adicional ao jornalista que se dedica à cobertura de pautas sociais, o fato de ter que “[...] admitir o ser humano como sujeito da história, cuja superioridade ontológica é indiscutível.” Salienta-se a relevância ética e política desses esforços conscientizadores, porque não se pode aceitar que o jornalismo seja um espaço de reprodução da dominação e da razão de ser da miséria. O que está em jogo é que, simultaneamente ao ato de informar, o mediador possa desafiar, inquietar, provocar a percepção crítica da violência e da injustiça as quais a maioria da população excluída está submetida, no seu cotidiano. Neste sentido, é possível contribuir para uma percepção da realidade, não como destino “vontade de Deus”, mas como algo que pode e deve ser mudado. Como exemplos, podem ser citados: uma narrativa crítica, com ideologias religiosas, que pregam a resignação; a crítica

¹⁹ Conhecido, internacionalmente, como “O Repórter do Terceiro Mundo”.

contra políticas e programas assistencialistas, que historicamente anestesiam a consciência dos excluídos e da opinião pública, adiando mudanças sociais.

Nesse contexto, entende-se que a principal característica do jornalismo, contrariando a visão clássica de neutralidade, é predominantemente política. Isso se verifica, principalmente, no que se refere à cobertura de temáticas sociais e, mais especificamente, sobre a problemática da pobreza e da exclusão social, que são objetos deste estudo. Apesar de se servir de um aparato tecnológico, a prática jornalística é especificamente humana, pois envolve tensões, frustrações, medos, desejos, interesses e ideais. Na atividade em si, cada profissional e cada veículo possui uma linha diretriz; por isso, o jornalismo é uma prática de natureza política, comprometida, não com a objetividade, mas com os direitos sociais, políticos e comunicacionais das pessoas envolvidas.

Diante desse contexto, seguindo a perspectiva do jornalismo público e de seus seguidores, que se esforçam para recuperar as raízes do jornalismo, opta-se pelo pensamento de Paulo Freire. Predomina, em seu pensamento, a natureza política e, em segundo plano, a natureza pedagógica. Contribui-se, dessa forma, para o avanço e a maturação da teoria e prática de um jornalismo público, voltado para a construção e para o exercício da cidadania plena. Enquanto a teoria subsidia a reflexão sobre a problematização dos saberes, competências e vivências, necessárias para a prática de um Jornalismo público, a prática contribui para pensar a função complementar do jornalismo, ou seja, para o fato de que a atividade não se limita a informar, mas, também, a formar a opinião pública.

Entende-se que a pedagogia da autonomia de Freire (2000) não só fornece elementos para compreender a prática jornalística, na sua dimensão política e formativa, mas também ajuda a entender o potencial educativo da mídia. Freire aborda questões que, de forma análoga a dos educadores, também, no dia-a-dia do jornalista, instigam conflitos, tensões e discussões, entre os profissionais, as universidades e o mercado. Isso ocorre, porque o jornalismo possui o seu próprio saber. Assim, essa teoria pode funcionar como um contraponto ao jornalismo, guiado pela ética do mercado, uma vez que recupera valores, como a solidariedade e o compromisso histórico, capazes de promoverem e instaurarem a “ética universal do ser humano” enquanto “marca da natureza humana” (FREIRE, 2000, p.20). Acredita-se que essa dimensão utópica tenha uma potencial possibilidade na narrativa jornalística.

Nesse sentido, aborda-se a exigência de um saber e de uma competência intercultural à prática narrativa, em favor da emancipação e inclusão humana. Interessa discutir alguns saberes

fundamentais para uma prática crítica, que possibilita, ao mediador, assumir-se como sujeito que constrói a realidade narrativa, convencendo-se de que o jornalismo é algo muito além da simples transferência de informações. É a possibilidade de intervenção real e social. É uma ação pela qual o mediador tem o poder de conceder ou negar os direitos da cidadania, bem como de reconhecer ou ignorar identidades.

A partir dessa convicção de possibilidade/responsabilidade, gradativamente, surgirá uma indignação ao medíocre jornalismo de mercado. Essa mediocridade ocorre, não tanto pela incompetência dos profissionais, mas muito mais pela ordem neoliberal. Essa ordem, além de negar o idealismo e a utopia da inclusão e da igualdade social, faz com que ela esteja cada vez mais distante. Daí a indignação legítima, que perpassa essa narrativa, quando se refere às negações dos direitos, a que são submetidos os sujeitos excluídos, tanto na realidade cotidiana quanto na representação jornalística. Nesse sentido também é inócuo apenas criticar “as misérias do jornalismo”, pois à medida que se problematiza, simultaneamente, recusa-se sua inexorabilidade. Essa problematização é importante, tanto na formação dos novos jornalistas, quanto na prática profissional cotidiana.

Ao identificar o saber do campo jornalístico, Ericson, Chan e Baraneck (1990) desmembram esse saber em três diferentes tipos: saber do reconhecimento, saber de procedimento e saber emancipatório. O saber de reconhecimento refere-se ao faro para atribuir valor a critérios de noticiabilidade, sobre acontecimentos cotidianos com potencial de notícia, ou seja, saber discernir, entre os acontecimentos do dia-a-dia, os que têm potencial para notícia. O saber de procedimento serve para obter as informações e produzir a notícia; agrupar as informações relevantes e estruturar uma narrativa noticiosa atraente e adequada ao perfil do público a que se destina; transcender o limite do tempo e do espaço jornalístico, assim como saber organizar o caos da multifacetada realidade social, para rerepresentá-la à sociedade, de forma organizada. Por fim, o saber emancipatório é utilizado para si próprio, bem como na interação e descrição dos atores sociais envolvidos em determinado acontecimento. Refere-se, na verdade, à possibilidade saber atuar como sujeito e de permitir que os demais também o sejam, não os tratando como objetos silenciados. Esse saber contribui no processo de subverter a lógica unilateral dos próprios limites conceituais, dos limites da cultura profissional e organizacional. Isto significa que se trata de um saber instrumentalizado para olhar, interpretar e narrar a realidade, além das lentes pessoais e institucionais, muitas vezes preconceituosas.

Todos esses saberes compartilhados pela comunidade narrativa sugerem uma forma semelhante de pensar, olhar, apreender, processar, falar, narrar e agir no mundo e com o mundo. Trata-se de práticas, rotinas de produção, costumes, rituais e vocabulário, próprios da profissão jornalística, passados de geração em geração e que se constituem numa estrutura da identidade de seus membros e da cultura profissional. Esses fatores interferem, portanto, sobre o significado ofertado ao receptor (TRAQUINA e PHILIPS, 1976).

Os limites, tensões e constrangimentos da prática jornalística, problematizados anteriormente, condicionam, mas não determinam uma atuação ética e cidadã do sujeito jornalista. Nesse sentido, é possível dar continuidade à reflexão, sobre o que se entende em relação aos principais saberes e competências necessárias para uma prática jornalística cidadã. Ao optar pelo viés humanístico, não se está ignorando, no entanto, outros saberes, como pressupostos básicos, não diferenciais, como os saberes técnicos específicos da área, o domínio da linguagem e das técnicas narrativas, e o domínio das Tecnologias de informação e comunicação (TICs). Assim, com base, fundamentalmente, na Pedagogia da Autonomia de Freire (2000), que articula a educação com política e comunicação, destacam-se seis saberes e competências, que são indispensáveis à prática de um jornalismo cidadão. Esses saberes devem incorporar-se nas razões de ser do mediador social e não apenas na sua retórica. São eles: Ética; Historicidade; Respeito à alteridade; Críticidade; Politicidade; Esperança.

A ética - está imbricada na natureza jornalística, como prática informativa e educativa. Seguindo essa natureza, torna-se impossível fugir à ética. Vale lembrar, no entanto, que o termo não se refere, aqui, à ética do mercado, submetida à lógica do lucro e naturalizada, globalmente, como inevitável. Esta seria uma espécie de “ética indolor”, em que a morte prematura da criança pobre, por exemplo, é vista como uma abreviação à sua sina e ao seu destino de miséria, exclusão social e, talvez, de marginalidade. Fala-se, neste texto, da ética universal do ser humano, na concepção de Freire (2000), que marca sua presença no mundo e com o mundo. Presença que se pensa criticamente, que constata, avalia, decide e intervém. Por isso, é no domínio da decisão, da avaliação, da ruptura, da opção que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. Portanto, segundo Freire (2000), a crítica e a responsabilidade são condições para a ética.

Assim, a dimensão ética como instância crítica e responsável é intrínseca ao jornalismo, até porque, como afirma Guareschi (2000, p. 52), “A crítica resgata a dimensão ética de toda a ação humana”. Seguindo a perspectiva do autor, tem-se que uma prática ética deve estar funda-

mentada nos princípios da justiça, da igualdade e da solidariedade. Assim como esses valores, a ética se manifesta na sua “dimensão relacional” com a alteridade. No caso do jornalismo como espaço público, embora a ética dependa de um compromisso individual, ela se exercita nos processos comunicativos e se materializa na narrativa. Esse exercício e objetivação ocorrem, primeiro, no pólo da produção e, posteriormente, se estende ao pólo da recepção individual e coletiva. Envolve, assim, uma diversidade de atores e instituições sociais, bem como a sociedade como um todo.

Trata-se, então, de uma prática humana e social, marcada por uma forte opção ética. Por outro lado, a realidade cotidiana evidencia certa submissão às regras do mercado, pois expõe os profissionais à transgressão dos princípios éticos. Essa é uma contradição que dificulta aos mediadores se assumirem como sujeitos históricos e de intervenção. Cria empecilhos, para que sejam efetivadas, também, ações a favor da ética, sem que se caia no moralismo hipócrita. Assim, sob as leis do mercado, o que se vê é uma ética que abona a construção e a narração da realidade, com base em preconceitos e desrespeito à alteridade e aos direitos do outro. A ética de que se fala, nesta tese, no entanto, “[...] é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe” (FREIRE, 2000, p.17).

O que se evidencia, então, é que a passagem de uma postura comercial para a crítica pressupõe que o sujeito histórico-social tenha uma rigorosa formação ética, a fim de exercer a capacidade de comparar, valorar, escolher, decidir, intervir e romper. Pensar o jornalista despido de ética é transformar a prática jornalística em puro exercício comercial, que se configura em transgressão humana e profissional.

Historicidade - pode-se salientar que o jornalista é também um historiador, pois investiga, explora, descreve a história em seu desenvolvimento. Além da descrição de um acontecimento, o jornalista precisa explicar porque aconteceu, fazendo uma conexão e uma referência ao contexto histórico, ou seja, às causas. Assim, a realidade se presentifica na narrativa com todos os elementos, influenciando tempo, espaço, local e experiência, ou seja, a narrativa constrói a realidade histórica; logo, a realidade histórica habita a narrativa (KAPUZINSKI, 2000).

Nessa perspectiva, o processo de conhecimento e narrativa da realidade está fundamentado na compreensão do outro, como ser histórico, sociocultural, em permanente desenvolvimento. Aprender a compreender o outro é uma atitude que precede a narrativa, ou melhor, integra o processo narrativo. Questiona-se, dessa forma, a validade social de uma narrativa que não resulta

desse aprendizado, já que o mediador não se permitiu compreender o outro e impediu o mesmo de manifestar-se como sujeito. Ao vivenciar essa interação autêntica, o jornalista participa de uma experiência política e ética, na qual é possível narrar e aprender, simultaneamente, ser sujeito e permitir que os demais também o sejam. Essa reflexão crítica é uma exigência para a evolução da necessária interação teoria/prática, sem a qual, ambas ficam a serviço do mercado.

É necessário que o jornalista, mesmo subordinado a condicionamentos institucionais e culturais, que primam pela lógica de um jornalismo comercial, mantenha vivo, em si, o gosto pela autonomia. Isso, de certa forma, o "imuniza" contra o poder do jornalismo de mercado. É a força da compreensão de que fazem parte a comparação e a contestação, que superam, em partes, os efeitos e frustrações dos condicionamentos do jornalismo de mercado.

O jornalista que não apenas descreve, mas problematiza a realidade, pode aguçar a capacidade crítica e uma insubmissão do sujeito receptor. Trata-se de um modo singular de descrever sujeitos e realidades, sem transferir, mecanicamente estereótipos e representações consolidadas e descoladas da realidade. É um jeito de narrar, que se estende ao contexto histórico, social, cultural e político, em que os acontecimentos e os sujeitos estão inseridos. É, além disso, uma prática narrativa que parte da compreensão da razão de ser do outro e não apenas de si próprio.

Narrar com historicidade, além de implicar uma seleção, uma eleição e uma decisão, pressupõe, também, a possibilidade do silêncio narrativo, fertilizado a partir do não dito. Caso contrário, não existiria uma história, apenas um mundo saturado de palavras. O silêncio é uma possibilidade de interação entre os sujeitos envolvidos no processo comunicacional. É criado pelo narrador, mas, também, pelo leitor. Trata-se de um espaço, não apenas de leitura, mas primordialmente de interpretação. Assim, pode ocorrer que, sobre a mesma narrativa, um leitor encontre silêncio e outro não. Essa fertilização é decorrente de um "pacto narrativo" entre os sujeitos envolvidos: narrador, narrados e o leitor. Dessa forma, o silêncio representa um dispositivo fundamental para estabelecer a necessária cumplicidade entre os sujeitos envolvidos, em uma narrativa que pretende ser histórica (KAPUZINSKI, 2000).

Seguindo essa pretensão, o jornalismo, como a história, deixa de ser interpretado a partir dos eventos. Os pressupostos de formação desses eventos são os que devem ser tomados como referência, na interpretação e na socialização da realidade. Essa nova postura implica "[...] definir métodos, reavaliar fontes, escolher unidades de observação, estabelecer relações entre os elementos e chegar a modelos de estudo, sem desconsiderar as múltiplas variáveis." (PENA, 2005, p

160). Trata-se de contemplar a relação entre o lugar da narrativa (local social), os procedimentos de análise (práticas científicas) e a construção da narrativa (estratégias). É a combinação de um lugar social, práticas científicas e de uma escrita.

Assim, o jornalismo segue a lógica da história. A notícia, como a história, é o que sabemos da realidade, ou seja, o que a opinião pública conhece dos acontecimentos é o que o jornalismo dá a conhecer, aprisionado às limitações de tempo e espaço. Nora (1988, p. 48) vê esse acontecimento como "[...] o ponto de vista privilegiado, a via de acesso real à História do Presente [...] é necessário auscultar o acontecimento, porque é ele que une, como num feixe, os significados sociais que o rodeiam." A mídia, no entanto, mistura informação, consumo e espetacularização. Em oposição a essa mistura, que ganha visibilidade, está uma realidade complexa e desconsiderada, que necessita ser analisada e refletida.

Essa realidade complexa e desconsiderada remete à necessidade de formação de jornalistas instigadores, inquietos, humildes e persistentes, que vão se transformando e permitindo que as demais pessoas se transformem em reais sujeitos do processo de reconstrução da realidade. Isso significa perceber e compreender a relação entre o que narra e o macro contexto social. Além disso, implica em comprometer-se com a realidade que se apresenta. A compreensão dessa realidade vai tornando possível aos demais sujeitos do processo narrativo, viver a experiência de tal modo que ela não se trate de uma simples produção individual. Nesse sentido, é necessário, para o jornalista, como sujeito histórico, desenvolver a capacidade de conhecer a realidade e os saberes dos sujeitos, também históricos, para narrá-los com historicidade, como resultado de processos de desenvolvidos ao longo do tempo, no espaço público.

Respeito à alteridade - A narrativa jornalística decorre de buscas, indagações e constatações, podendo resultar em intervenções. Dessa busca crítica é que resulta o saber, que caracteriza o senso jornalístico, o que é passado para o senso comum. Essa prática envolve o compromisso do narrador com a promoção da consciência crítica dos sujeitos envolvidos e dos leitores, mas esse processo não se dá automaticamente. Significa, por parte do mediador, o respeito a si, ao outro e ao senso comum, no processo comunicativo de estímulo à capacidade criadora e produtora de sentidos.

A prática do Jornalismo Público, com base no respeito à alteridade e à autonomia do outro, pressupõe entender a razão de ser do saber do outro, socialmente construído. Assim, é necessário estabelecer uma necessária "intimidade", entre os saberes dos sujeitos narrados e a realidade

social descrita. O respeito ao saber do outro significa, também, a aceitação do novo e a rejeição a qualquer forma de discriminação. A prática narrativa preconceituosa de raça, de classe ou de gênero agride a identidade do ser humano, corrompe e nega a cidadania e a democracia. Narrar para a cidadania pressupõe a força do testemunho, pois envolve a capacidade de transformar o processo narrativo em uma ação comunicativa. Exige, ainda, entendimento e compreensão, pois, nessa ótica, as informações e as experiências não são transmitidas, mas compartilhadas.

Nesse sentido, a formação técnica, a postura ética, o respeito à alteridade, a coerência, a empatia, a capacidade de viver e de aprender com o diferente são valores e competências que o jornalista deve permanentemente perseguir. Sob o ponto de vista dos direitos e da transformação social, é questionável a validade de uma narrativa tecnicamente competente, mas decorrente de um processo comunicacional inflexível à alteridade. Isso porque esse tipo de narrativa se constrói com palavras e histórias vazias, resultado de um monólogo, distante do que se entende ser um jornalismo público. Pode-se discordar da opinião dos sujeitos; no entanto, não se pode construir uma identidade narrativa, na qual prevaleça a nossa verdade sobre a deles. O respeito e a lealdade com que o mediador olha, interpreta e narra a experiência do outro é, por isso, fundamental para uma prática emancipatória. Isso não invalida a importância de perceber as diferenças de compreensão, de enquadramentos e alternativas diante dos acontecimentos e de trabalhar, no sentido de propor reflexão, de criar condições para que o leitor reflita.

A decisão de assumir compromisso com um Jornalismo Público implica em contribuir para interromper a situação de discriminação. Quando se assume as consequências destrutivas, que uma narrativa discriminatória pode causar, move-se, no sentido de evitar os males, ou seja, decide-se, rompe-se e opta-se por outro estilo narrativo. Uma palavra aparentemente simples pode ter força impulsionadora ou castradora. Este saber, o da importância da narrativa que se multiplica diariamente, nas tramas do espaço da recepção, é algo sobre o que o mediador deve refletir. O caráter socializante do jornalismo e a experiência informal do receptor se cruzam, formando uma teia de significações. Assim, é necessário reconhecer que o espaço da recepção, assim como o da produção, possui uma natureza testemunhal e transformadora.

Se a opção é por uma informação e por uma comunicação que contribua com o processo de construção de cidadania, deve-se estar atento àquilo que a narrativa possa significar, como estímulo ou ruptura de estereótipos sociais, que, historicamente, pedem superação. Trata-se de reconhecer e respeitar, publicamente, as pessoas que aspiram mudar, não se reservando o direito,

como mediador, de lhes negar uma representação, que possibilite o reconhecimento de seus direitos.

A principal fonte de conhecimento jornalístico é o outro. A relação com a alteridade é um elemento imprescindível. É por isso que Kapuzinski (2000, p.38) acentua que, “[...] para exercer o jornalismo, antes de tudo é preciso ser um bom ser humano para poder compreender os demais, suas intenções, sua fé, seus interesses, suas dificuldades, suas tragédias e tornar-se parte de seu destino [...]” Esse é o esforço que a psicologia conceitua como empatia e que possibilita compreender o caráter dos sujeitos envolvidos e compartilhar os seus problemas. Nesse sentido, sugere-se um certo ‘apagamento’ do mediador, uma vez que ele existe somente como indivíduo que entra em contato com os problemas dos sujeitos da matéria jornalística e intenciona contribuir para a solução dos mesmos. Na verdade, na interação entre o mediador e os mediados, não há espaço para a arrogância, pois, como afirma Kapuzinski (2000, p.40), “Toda reportagem é fruto de um trabalho coletivo, um espírito de coletividade, de cooperação, de boa vontade, de compreensão recíproca”.

Para narrar a realidade, de forma inclusiva, é fundamental conhecer o que as pessoas sabem, além de compreender, respeitar e dar visibilidade ao seu próprio saber. Nesse sentido, fica difícil estabelecer uma fronteira que separe o que pertence ao mediador e o que diz respeito aos sujeitos narrados, porque a narrativa se constrói-se como uma conquista coletiva. Sendo assim, mesmo quando o texto jornalístico é assinado pelo mediador, ele deve contar - ou deveria, pelo menos - com a forte participação dos demais envolvidos no acontecimento que está sendo narrado. Kapuzinski (2000) sugere, nesse sentido, que os jornalistas sejam modestos, pois não é possível identificar, ao certo, o que foi realizado por eles e qual a contribuição dos demais. Sendo assim, a atenção e a concentração devem estar voltadas para a interação, como forma de compreensão da cultura e da existência de si mesmo e do outro. Seguindo, portanto, a visão do autor, a significação da realidade não se encontra nos extremos, mas emerge nesse meio interativo de compartilhamento e aprendizagem mútua.

O respeito à autonomia dos sujeitos narrados - respeitar a autonomia do outro requer consciência da própria incompletude. É essa consciência assumida e vivida, e não apenas expressa na retórica, que torna o mediador ético. Do contrário, ele pode se tornar arrogante. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] a possibilidade de desvio ético não pode receber outra designação

senão a de transgressão” (FREIRE, 2000, p.66 - grifo do autor). Como antídoto para essa transgressão, o autor sugere a prática de uma “dialogicidade verdadeira”, em que os sujeitos aprendem e crescem, respeitando a diferença. Nenhuma justificativa - seja de natureza genética, sociológica, religiosa, política, histórica ou filosófica - explica a superioridade étnica, racial, de gênero ou de classe de uns sobre os outros, pois “[...] qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2000, p.67).

No processo de avaliação da prática jornalística, o bom senso é fundamental, para saber que se deve respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do sujeito narrado. O exercício do bom senso se faz praticando a curiosidade, a capacidade de indagar, comparar, duvidar e aferir, que vai eliminando o que há de instintivo, nas próprias avaliações. Por isso, a busca da coerência prática contribui com a autenticidade desse saber. O respeito aos saberes e direitos das pessoas excluídas, à sua dignidade, a sua identidade, requer, por exemplo, que se leve em conta as condições em que essas pessoas sobrevivem, e, assim, que se possa reconhecer as suas experiências.

Criticidade - Na visão de Freire (2000), não há criticidade, sem a curiosidade que nos move e que nos põe, diante do mundo, em postura de contribuição e de intervenção. Essa curiosidade surge como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo e de atenção aos fatos, como sinal de fenômenos sociais.

A passagem da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente. A curiosidade humana carece ser socialmente alimentada, como manifestação presente na experiência cotidiana. Nesse sentido, o jornalismo pode contribuir para o desenvolvimento da curiosidade crítica dos sujeitos que ainda não usufruem de seus direitos. A prática jornalística crítica envolve um processo dialético entre o olhar, interpretar e narrar a realidade. Essa prática decorre de um pensar crítico, envolvendo o movimento dinâmico e dialético, entre narrar e pensar sobre a prática de narrar. Esse saber crítico não se encontra nos manuais de redação e nem nas grades curriculares, mas é produzido pelo próprio mediador, em interação com o outro e com respeito a sua alteridade. Refletir criticamente sobre a própria prática, já vivida, possibilita repensar e qualificar as práticas futuras. É necessário, no entanto, querer mudar e passar da condição de objeto a sujeito crítico, assim como permitir que os atores envolvidos também o façam, pois, segundo Freire (2000), à medida que a pessoa se reconhece objeto, poderá assumir-se como sujeito.

Para que isso ocorra, é preciso ter consciência de que narrar com criticidade, visando ao desenvolvimento da cidadania vai além de uma simples transferência de informações. A prática narrativa inclusiva propicia, ao mediador, experienciar-se como ser social, histórico e transformador. Assim, é fundamental a questão do respeito à alteridade e à sua identidade cultural, aspectos que fazem parte da dimensão individual e social. O mediador crítico e cidadão é um ser predisposto à mudança, em cada nova experiência narrativa, como sujeito sócio-histórico-cultural, inacabado e consciente da própria incompletude. Por ser consciente, não se exime de construir e narrar a realidade, como, na expressão de Freire (2000, p.60), uma “história de possibilidades”.

Gosto de ser gente porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida, que o meu destino e dos demais não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história que faço com os outros e que faço dos outros e de cuja leitura como parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo.

Na perspectiva do autor, tendo consciência de que somos seres humanos inacabados e condicionados, mas não determinados, é possível ir além. A compreensão e a construção da identidade e da presença social, de si e dos outros, ocorre mediante a influência das forças sociais, em meio à tensão entre a herança social, cultural, política, religiosa e histórica.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem não tem nada a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, 2002, p.59-60).

Contra a força do discurso fatalista, pragmático e comercial, insiste-se na necessidade da conscientização da retomada de um jornalismo público e inclusivo, como algo natural a essa profissão. As condições cotidianas, sejam materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas, geram obstáculos difíceis de serem superados, mas é preciso acreditar que os obstáculos não se eternizam.

Informar para intervir pressupõe desenvolver o amor e o respeito à dignidade do outro, com quem o jornalista se compromete, no sentido de representá-lo e de reconhecer seus direitos de cidadania. Como afirma Kapuzinski (2002, p.15), é necessária a convicção de que “[...] para

ter direito a narrar se tem que ter um conhecimento direto, físico, emotivo, olfativo, sem filtros nem escudos protetores sobre aquele que se fala.” Por hipótese, supõe-se que um jornalista tenha incorporado uma representação de pobre como preguiçoso e acomodado. Ao narrar uma notícia que envolve personagens nessa situação, terá dificuldades para encontrar uma forma de compreendê-los e descrevê-los isentos desses estereótipos. No caso de a hipótese ser verdadeira, confirma-se o peso da experiência pessoal, sobre a construção da realidade narrada.

A capacidade de apreender, da qual decorre a de informar, pressupõe a habilidade de apreender a essência da realidade apreendida. A simples transmissão padronizada de perfis de sujeitos e dos acontecimentos não representa aprendizado para o mediador, muito menos para os receptores. Nesse caso, o jornalista atua muito mais como transferidor do que como sujeito, crítico que reconstrói narrativamente a realidade. Como seres sociais, políticos e históricos, aprender representa uma atividade recriadora, com a qual se constata algo, para, depois, levantar alternativas. Isso contraria a prática de, simplesmente, enquadrar informações, em um determinado esquema narrativo ou “padrão dos fatos”, o que é próprio do jornalismo de mercado.

Informar para a cidadania exige esperança - Há uma relação direta entre a prática jornalística, humanística e política e a esperança. Uma esperança que gera inquietação e resistência, a favor de uma nova “ordem social”, que necessita da contribuição de um jornalismo cidadão. Segundo Freire (2000, p. 81), a esperança é “[...] um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-datado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História.”

O jornalista, como todo ser humano é um “ser da esperança”, que, por diferentes razões, se tornou desesperançado. Daí que Freire (2000, p.83) insiste que uma das lutas do ser humano deve ser a de “[...] diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza.” Trata-se da mesma desesperança que imobiliza aos excluídos, mas com a diferença de que os jornalistas têm o poder da narrativa pública. Assim, parece contraditório que muitos pragmáticos profissionais, professores e pesquisadores, dominem as novas tecnologias, se intitulem pós-modernos, manifestem seu desconforto e indignação em relação à desigualdade, às injustiças e às discriminações, recusem o "fatalismo cínico e imobilizante", não sendo “criticamente esperançosos”. Igualmente, parece estranho o fato de que só consigam ver as “misérias do jornalismo” contemporâneo.

Prescindir da esperança é ter uma compreensão determinista da realidade, é conceber o futuro como algo antecipadamente conhecido. Nesse contexto, decreta-se, autoritariamente, a morte da esperança, da política, da cidadania, da democracia e do próprio jornalismo. Assim, é possível que notícias sobre exclusão social provoquem, em pragmáticos e neoliberais receptores, uma reação naturalizada e fatalista, a favor de uma determinada “ordem social”. É necessário ter a consciência no sentido de que a realidade, da qual a maioria é excluída, ou seja a privação de seus direitos básicos, não é inexorável.

Eu me sentiria mais do que triste, desolado e sem achar sentido para a minha presença no mundo, se fortes e indiscutíveis razões me convencessem de que a existência humana se dá no domínio da determinação. Domínio em que dificilmente se poderia falar de opções, de decisão, de liberdade, de ética (FREIRE, 2000, p.84).

“Que fazer? A realidade é assim mesmo” é o discurso caracterizado pelo autor como universalmente monótono e repetitivo, próprio de sujeitos que vivem a história como determinação e não como tempo de possibilidade. Para o sujeito que vive e participa da história, como possibilidade, o amanhã é um desafio, um problema, mas nunca algo pré-datado.

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominante, ou como exercício de resistência, como tática da luta política (FREIRE, 2000, p.84-85).

Nessa perspectiva, pode ocorrer que muitos comportamentos de jornalistas inseridos no mercado, identificados simplesmente como acomodação, na realidade, representam um exercício de resistência e uma estratégia de sobrevivência que, segundo o autor, é uma questão que envolve uma “raiva legítima” contra a docilidade fatalista.

Assim, o profissional que cobre realidades marcadas pela exclusão social deve olhar e narrar o futuro como problema e não como algo imutável. “É o saber da História como possibili-

dade e não como determinação. [...] O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2000, p.85). Esse mundo ocorre na realidade objetiva, com que dialeticamente o jornalista se relaciona, não como objeto adaptado, impotente e submisso, mas como sujeito que intervém narrativamente, como “sujeito de ocorrências.” Assim, se é impossível eliminar os tencionamentos cotidianos, pode-se reduzir os danos que eles causam.

Politicidade - É impossível narrar por narrar, informar por informar, descomprometidamente, como se nada tivesse a ver com a realidade, por exemplo, dos sujeitos envolvidos em situação de exclusão. Impõe-se, por isso, questões como estas: em favor de que e de quem se narra? Contra que e contra quem se narra? Dessa forma, elimina-se uma suposta ingenuidade, da posição neutra do mediador da realidade social. É insuficiente, para um jornalista crítico, constatar e informar. Isso não é coerente com a criticidade e, sim, com a acomodação. Inserir-se na realidade exige decisão, escolha e intervenção, o que significa algo mais complexo e gerador de novas significações, do que simplesmente se adaptar.

Por outro lado, que sentido teria uma cobertura, decretada por um destino determinado pela impotência das pessoas que vivem em situação de exclusão dos direitos de cidadania? Restaria, então, uma narrativa que exalta a resignação e que mostra a adaptação à negação dos direitos. O desafio, na visão de Freire (2002), é outro, ou seja, ele discute o amanhã, como problema a ser enfrentado. A adaptação à dor, ao desconforto, à fome, a falta de infra-estrutura deve ser mostrada como uma forma de resistência, mas não de experiência humana, como algo imutável. Essas resistências são estratégias de sobrevivência, que mantêm os excluídos, teimosamente, vivos. É por meio dessa estratégia de sobrevivência, que também significa rebeldia e não resignação aos direitos negados, que os excluídos conseguem se firmar e continuar lutando, na busca de sua autonomia.

O processo persistente de exclusão faz com que a população excluída enfrente dificuldades para libertar-se desse círculo vicioso. O isolamento e a falta de organização mantêm essas pessoas numa posição frágil para conquistar os seus direitos e participar da divisão dos recursos sociais. “A desigualdade subsiste porque os que estão na base têm falta de poder para se constituírem em ameaça às principais instituições da sociedade” (COM EUROPÉIA, 1981/769, p.4). O jornalismo, por sua vez, nem sempre exerce seu poder, no sentido de mediar, mobilizar, provocar e ativar esse ‘não poder’ social.

Essa mediação pressupõe conhecer as estratégias com que os pobres vão produzindo a experiência social de sobrevivência. Em outras palavras, nas entrevistas e coberturas envolvendo pessoas excluídas, o mediador não pode desconsiderar o saber deles, bem como suas representações, suas leituras, suas explicações do mundo, o que integra a compreensão de sua própria forma de estar e de ser no mundo. Caso contrário, de forma equivocada, autoritária e arrogante, corre-se o risco de interpretar e narrar os dramas cotidianos, de forma estilizada e cínica, transformando sujeitos em objetos. Por isso, “[...] uma coisa é ser acépticos, realistas, prudentes [...] Algo muito distinto é ser cínico, uma atitude incompatível com o jornalismo. O cinismo é uma atitude desumana, que nos aleja automaticamente de nosso trabalho [...]” (KAPUZINSKI, 2000, p. 49).

No caso de o jornalista não levar em conta o saber dos sujeitos narrados, ele estará impondo, arrogantemente, apenas o seu saber, a sua representação e a sua visão de mundo. Para evitar que isto aconteça, é necessária a superação desse saber e dessa epistemologia para uma metaepistemologia que possa explicar melhor os fenômenos sociais narrados. Esse novo saber implica, por exemplo, compreender que a condição de miserabilidade não é algo irrevogável e que a responsabilidade, por essa situação não é apenas pessoal. Esse saber provém de uma experiência social e deve se infiltrar no discurso jornalístico. Ele contradiz o saber dominante, que usa seu poder para “fazer crer”, aos excluídos, que eles são os responsáveis pela própria condição de exclusão.

Essa “violência simbólica”, praticada pelo saber dominante, gera, na pessoa excluída, culpa e vergonha pela situação, sendo que isso ocorre, principalmente, nas relações com pessoas de outro contexto social. Trata-se de uma “violência simbólica” que é exercida, também, para “fazer crer” ao senso comum, que o excluído só é pobre porque é preguiçoso e acomodado. Nesse caso, reforça uma “culpa indevida”, o que remete a Freire (2000, p. 93), quando o autor fala da necessidade de “‘expulsão’ do opressor de dentro ‘do oprimido’, enquanto sombra invasora.” Isso requer um longo e complexo processo, para que o oprimido expulse esta sombra e a substitua pela sua autonomia e responsabilidade. A dor, o sofrimento, a culpa pelo fracasso, a imagem de incompetência, são aspectos que impedem pessoas em semelhante estado de, ao menos, dividirem a responsabilidade da miséria com o perverso sistema social, cultural, econômico e político. Esse tipo de sentimento, de pensamento, de representação e de condição de estar no mundo são fatores que reforçam e legitimam o poder do sistema, e mesmo, inconscientemente, tornam-se “coniventes da ordem desumanizante” (FREIRE, 2000, p. 93).

Segundo o autor, a autonomia estrutura-se com base na responsabilidade que o sujeito vai assumindo. É com ela que a dependência e a subordinação dão lugar a liberdade. A autonomia vai construindo a responsabilidade sobre sua própria liberdade. Trata-se de um processo de reinvenção de objeto, para um sujeito que aprende a ser autônomo. Essa autonomia própria, principalmente no caso do jornalista que cobre problemáticas sociais, é gestada em respeito à autonomia dos outros.

O importante é que narrador e narrados tenham espaço para uma postura dialógica, para um ir e vir no pensamento do outro. Assim, busca-se uma abertura que permita o exercício de transitividade, de empatia com o saber e a experiência do outro. Dessa interação justa nasce o respeito, pois ambos se assumem de forma ética e cooperativa. Ao jornalista, nesse sentido, não é permitida uma postura arrogante, pois a arrogância com que ele se comunica, julga, interpreta e narra, nega o direito da auto-representação ao outro. Além disso, o trabalho do jornalista implica a questão de dar testemunho ético aos leitores, isto é, enquanto narra, ele testemunha, aos leitores, a importância do respeito à alteridade.

Narrar a realidade é uma forma de intervir na sociedade. Esse ato pode ser desenvolvido para consolidar a estrutura social, para promover mudanças ou para as duas coisas, ou seja, pode reforçar a estrutura, ou questioná-la. Dependendo das estratégias narrativas selecionadas, as informações transmitidas podem representar tanto o esforço de reprodução da ordem vigente quanto o seu questionamento. Por isso, a informação é dialética e contraditória, mas nunca neutra. Ela não é apenas um instrumento reprodutor da ordem dominante, nem uma força de “desocultação” da realidade que atua sem tencionamentos. Nesse sentido, a comunidade narrativa não é simplesmente determinada, nem totalmente livre de condicionamentos e tencionamentos, de diferentes ordens.

Como foi ressaltado anteriormente, é impossível manter a neutralidade, não porque alguns jornalistas assim determinam, mas porque seria necessário consenso sobre todas as temáticas individuais e sociais. Dessa forma, para não ser político, por exemplo, na temática estudada, seria necessário que todos pensassem da mesma forma, aceitassem a miséria e a fome como fatalidades contemporâneas e pensassem nas mesmas alternativas para superá-las, paternalistas ou emancipatórias. Para que o jornalismo não fosse uma forma política de intervenção na realidade, seria necessário, ainda, que essa realidade fosse feita por objetos e não por seres humanos e sujeitos históricos.

Como afirma Freire (2000, p.115), “[...] há uma incompatibilidade total entre o mundo humano da fala, da percepção, da inteligência, da comunicabilidade, da ação da observação, da comparação, da verificação, da busca, da escolha, da decisão, da ruptura, da ética e da possibilidade de sua transgressão e a neutralidade não importa de quê”.

Nessa perspectiva, o verdadeiro jornalismo caracteriza-se como intencional. Trata-se de uma prática que se fixa a um objetivo e que intenciona obter algo, para provocar algum tipo de mudança. Por não ser neutra, a prática jornalística exige uma tomada de posição, entre uma coisa ou outra. O jornalista não pode narrar, simplesmente, a favor de quem quer que seja ou a favor da humanidade. A concretude da prática jornalística exige que os objetivos também sejam concretos. Tão concretos quanto o fato de o jornalista ser um cidadão que trabalha: a favor da Democracia e da esperança que motiva o ser humano e contra qualquer tipo de discriminação, dominação e exclusão social, contra o desengano que imobiliza o ser humano.

Trata-se portanto, de uma opção em acreditar na vocação democrática e humanística do jornalismo, que na visão concreta de Canellas²⁰ (2008, p. 111-112) não tem a ver com imparcialidade:

Quando encontro uma mulher que trabalhou a vida inteira e nada conseguiu além de uma anemia profunda que a levará à morte, eu tenho de ser neutro em relação a quem? Quando apuro a realidade dramática de uma população rural que vegeta sem trabalho, sem roça e sem futuro, eu tenho que ser imparcial em relação a quê? É impossível a um jornalista deixar de fazer uma escolha quando se depara com tais situações. Eu fiz a minha, coloquei-me claramente ao lado de Maria Rita e dos moradores da Baixa Quente, denunciando a desigualdade e a iníqua concentração de terra e de renda em nosso país.

Na perspectiva do autor, o conceito de neutralidade remete à esfera do senso comum. Por isso, ele defende que, apesar de enfático, não fere a objetividade que sempre persegue nas suas reportagens. Objetividade entendida como rigor metodológico, que amplia o conhecimento pela busca da exatidão. Essa compreensão e essa prática de Canellas (2008) dialogam com a visão de Abramo (1988), que diferencia os conceitos de imparcialidade e neutralidade com relação à objetividade. Os primeiros situam-se no campo da ação e do comportamento moral; logo, possuem um caráter moralizante e moralista. Já o conceito da objetividade se estabelece no campo do co-

²⁰ Autor da série de reportagens “Fome” uma das mais premiadas do JN. Propôs a série em 1998 e só foi autorizada em 2001 e veiculada entre 18 e 22 de junho. Foram 4 anos para convencer que a fome no Brasil era um fato jornalístico relevante que merecia uma abordagem mais profunda.

nhecimento; portanto, é resultado da interação entre sujeitos, o que pressupõe o uso da “metaepistemologia” (GIARDINO, 2003). A “metaepistemologia” é um método eficaz que contribui com o jornalista no esforço de contenção dos efeitos de sentido, ou seja, [...] para reduzir no máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele” (BORDIEU, 1997, p.695)

Nesse cenário, propõe-se uma mudança no foco da narrativa jornalística na cobertura da pauta social. Entende-se que o maior esforço deve ser voltado ao respeito às diferenças e aos direitos de cada sujeito, com sonhos e aspirações, e não à luta por algo impossível e insofrito, chamado neutralidade. No caso da temática em estudo, pergunta-se: como é possível ser neutro, diante de uma realidade social histórica, em que crianças pobres nascem e crescem sem perspectivas de vida? Nesse caso, a neutralidade seria uma estratégia hipócrita de ocultar o temor ou a cômoda opção de não delatar a desigualdade e injustiça social. Portanto, ser neutro, diante dessa realidade, é legitimar a ordem vigente.

O jornalismo, em si, é uma prática política, uma vez que o jornalista está diante de opções e terá que exercer sua capacidade de observar, analisar, interpretar, escolher e decidir. Simultaneamente, ele tem a possibilidade de ser um sujeito ético ou transgredir a ética. Se optar pela segunda, torna-se conivente com uma ordem perversa e com os danos causados por ela, de modo que não se responsabiliza por tal atitude. Se decidir por ser um sujeito ético, terá uma postura democrata, coerente com um sonho de sociedade solidária e igualitária. Nesta sociedade, é inaceitável que os interesses de mercado se sobreponham aos interesses humanos. Isso se verifica uma vez que, “[...] nada, o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma ‘ordem’ desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto as majorias têm dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo[...]” (FREIRE, 2000, p.113).

Ao jornalista humanista e democrata, consciente da impossibilidade da neutralidade do jornalismo, sugere-se desenvolver, em si, um saber visceral, que motiva e sustenta sua prática. Obviamente, o jornalismo não pode tudo, simplesmente porque alguns idealistas assim o desejam, nem se trata de um poder imbatível, a serviço da transformação social, até porque essa prática convive com múltiplos tencionamentos, da ordem, do tempo, do espaço, de culturas, de interesses, etc. Mas, se o jornalismo não é a única chave para as transformações sociais, não é, também, simples instrumento de reprodução e perpetuação da “ordem social” vigente e dominante. O jornalista, certamente, não pode pensar que, a partir de suas narrativas, vai transformar, por exemplo, a dura realidade dos excluídos, mas pode, na sua construção da realidade, através do es-

quema narrativo selecionado, demonstrar que é possível mudar, evidenciando as causas, alternativas e pressionando por políticas públicas. É esse tipo de saber, uma vez visceralmente assumido, que reforça, no jornalista, a consciência da importância de sua função social e política.

Essa é a consciência que tem, por exemplo, o repórter Marcelo Canellas (2008). Ele admite as dificuldades e tensões dos profissionais, para emplacar cobertura sobre a agenda social, por causa da dinâmica de funcionamento das redações, com suas contradições e demandas sazonais e, também, porque envolve diferentes compreensões e convicções, pessoais e institucionais sobre o fato:

É possível que o repórter que lida com a agenda social receba infindáveis “nãos” ao longo de sua vida profissional. Faz parte do jogo. Inaceitável é abdicar da inquietude, da curiosidade, da capacidade de pensar livremente, de exercer a crítica e propor, porque essas são as características intrínsecas à condição de repórter. Brigar por uma pauta justa é uma das prerrogativas mais nobres de nossa profissão. (CANELLAS, 2008, p.114)

Portanto, ao contrário do que classicamente se prega, a qualidade de ser política, e não a de ser neutra, é que é inerente à narrativa jornalística. Política, no sentido de conscientização do ser humano. A raiz da politicidade do jornalismo está no potencial de esclarecimento, na força conscientização e na formação do leitor. Esse caráter que se funde na consciência de um ser humano incompleto, na luta pelos seus direitos, sobre as quais, inclusive, ele se tornou consciente. Será, por isso, consciente de seus direitos e saberá como buscá-los, mais facilmente. Em decorrência, o jornalismo contribui para que o leitor se transforme em um ser humano de busca e de decisões, um ser emancipado e provocador de emancipações (FREIRE, 2000). Como afirma Gentili (2005), o direito à informação é a chave de acesso aos demais direitos. Ainda, segundo Medina (1988, p.133), há

O Direito Social à informação e o Direito de Opinião - estes de todos os setores e indivíduos de uma sociedade - constituem dois dos principais pilares da democracia contemporânea. As lutas sociais pela democracia carregam, na dinâmica que lhes é inerente, o direito de saber o que está acontecendo a sua volta, porque sem o acesso ao fato histórico, o homem não passará a protagonista da ação social.

Portanto, a partir da percepção de Freire e Kapuzinski, pode-se inferir que o jornalista, como protagonista, mediador social, humanista, democrata, autêntico e competente, produz, também, um “testemunho da realidade”, não um testemunho céptico, mas esperançoso, não de uma

realidade estática, mas histórica e mutável. Um testemunho convicto da importância de sua luta e do valor do respeito às diferenças, no processo lento, mas contínuo de intervenção e transformação social. Convicto de que a sua maneira de ver e estar no mundo faz diferença. Certamente, isso ocorre não na velocidade que se deseja, nem na velocidade das tecnologias da informação, mas numa velocidade possível, na qual estão imbricadas diferentes mediações, saberes e interesses.

As idéias defendidas pelos autores do Jornalismo Público e por Freire, na Pedagogia da Autonomia, estão diretamente conectadas e são complementares. Consistem em um ideal – um ideal de jornalismo e de perfil profissional - levado ao seu limite. Essa concepção de jornalismo e de profissional, porém, sai da condição de utópica e ganha sentido e eficácia, quando o ponto de partida é a comunidade real, com seus elementos constitutivos, como fonte para pauta pública e espaço de compartilhamento dos interesses coletivos.

Nesse sentido, o jornalismo público contribui para a objetivação das possibilidades inerentes à vida social e política; é um todo em que se incluem as potencialidades e as capacidades dos jornalistas e da comunidade, para, cooperativamente, eleger os temas para o debate público. Trata-se de ver respeitado tanto o direito social à informação como o direito de opinião. O jornalismo proporciona, assim, o crescimento da comunidade, onde os sujeitos podem participar da construção dos valores individuais e sociais, que regulam a vida comum.

Quando isso ocorre, tem-se uma simbiose entre a cidadania, a democracia e o jornalismo. Em outras palavras, tanto o jornalista, quanto o jornalismo e os cidadãos integrantes da comunidade, atuam como atores políticos, revitalizando a vida pública. Na medida em que o jornalismo e a comunidade participam ativamente, na regulação da vida comum, contribuem, também, na provocação, formulação e na implementação de políticas públicas.

Assim, o jornalismo cidadão, aqui defendido, é uma teoria e prática que acredita na potencialidade da natureza humana e na experiência e participação da comunidade, como meio e fim profissional. A atualidade das idéias do jornalismo público e da pedagogia da autonomia, de Freire, evidencia que o jornalismo é peça essencialmente necessária à democracia e ao exercício da cidadania. Ele só é relevante, contudo, na medida em que possibilita que a realidade cotidiana, ou seja, a experiência social, seja permanentemente ampliada, renovada e historiada. Diante disso, o jornalismo é sempre secundário, em face da realidade cotidiana e da experiência da comunidade; ele é sempre um mediador, enquanto a comunidade é sempre, e simultaneamente, meio e fim. As-

sim, as idéias do jornalismo público e da pedagogia da autonomia não têm que se adaptar aos veículos e à prática dos profissionais, mas, ao contrário, são os veículos e os profissionais, com sua pedagogia de despolitização e naturalização, que têm que se submeter a elas, sob pena de perderem a razão de ser e estar no cenário público.

Portanto, o Jornalismo Cidadão não consiste em uma crença no potencial da tecnologia, mas nas múltiplas potencialidades de seus profissionais, como mediadores e “participantes justos” da experiência humana, política e social da comunidade. Por conseguinte, o desafio de recuperar uma teoria e prática jornalística cidadã é, efetivamente, um trabalho de reconstrução, no sentido de recriação das viciadas rotinas produtivas e reavaliação das rançosas culturas organizacional e profissional. As idéias do jornalismo público e da pedagogia da autonomia remetem a uma teoria política e social e sugerem uma prática atual e vital. E é nisso que deve residir o potencial criativo dos novos profissionais para resistir as múltiplas tensões e constrangimentos submetidos na prática cotidiana que serão problematizadas no capítulo a seguir.

4 TENSÕES, CONSTRANGIMENTOS, ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Na complexa sociedade contemporânea, o jornalismo, como prática constitutiva, relata as histórias sobre o cotidiano social dos diferentes campos, dando significado ao mundo. Assim, torna-se relevante analisar e compreender as problemáticas desse processo narrativo que re/constrói a própria realidade social. Essa problematização pode contribuir para repensar as dimensões éticas, as representações, os conceitos, as posições e as argumentações do narrador, individual e institucional, na produção de identidades, saberes e conhecimentos.

As narrativas jornalísticas assumem uma função relevante de mediação, na re/construção e ampliação de saberes e fomentação de experiências e vivências. Nas palavras de Rodrigues (1984, p.63), elas garantem, simultaneamente,

[...] a continuidade e a rotura, atualização da Grande Narrativa fundadora e corte em uma multiplicidade de pequenas narrativas menores, prolongamentos midiáticos do imaginário ancestral e produção de uma racionalidade quotidiana, de um efeito de realidade. Dupla pertença ao imaginário ancestral e à quotidianidade, fonte de uma nova estratégia legitimadora da divisão e da rarefação do espaço.

Trata-se de uma multiplicidade de micro e fragmentadas narrativas, provenientes de diferentes campos e atores, que legitimam e reorganizam, tanto esses espaços de origem, quanto o espaço da recepção. Assim, ao mesmo tempo em que reescrevem o cotidiano social, essas narrativas realimentam o imaginário coletivo. Resende (2005, p. 163) vê a narrativa como “[...] uma forma de representação coletiva, como um elemento que cria e recria sociabilidades, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem [...] para o alargamento dos horizontes de experiência.” Assim, o autor chama a atenção para a importância de pesquisas e análises, voltadas à forma de narrar o mundo, no que diz respeito ao conteúdo e às dimensões éticas e estéticas, que funcionam como mediações. Essas mediações re/posicionam e possibilitam existência pública aos campos e atores envolvidos. Por outro lado, há o aspecto autoritário do enquadramento jornalístico:

Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento que se tem produzido acerca do jornalismo enquadra suas narrativas em um lugar tão formatado que se torna difícil estendê-las a procedimentos dialógicos e polifônicos. Trata-se de narrati-

vas, em princípio autoritárias, exatamente porque propõe o apagamento daquele que fala (RESENDE, 2005, p. 164).

Pressuposto ao ato de narrar está o de atribuir sentidos, conectando-o a outros sentidos, já conhecidos. Esse processo fica prejudicado, quando se insiste em defender a objetividade e a verdade desinteressada. Nesse caso, provoca-se o apagamento do narrador, das vivências e das experiências, ou seja, a narrativa é resultado de palavras que se conectam com pouco nexos e não de experiências que se intercambiam. Nas palavras de Medina (1996), trata-se da produção de monólogos. As interferências do narrador, ao mesmo tempo em que lhe proporcionam visibilidade e clareza de papel, são indispensáveis para explicar e contextualizar a história narrada.

A rotina produtiva do processo de produção da narrativa jornalística a descontextualiza e a enquadra, em um “padrão do fato”. Desse modo, limita a atuação e a criatividade do narrador, gerando, como resultado, um produto distante da realidade e da cultura do cotidiano, ou seja, “limitado e limitador” (RESENDE, 2005, 164). O autor destaca que, diante dessa realidade profissional, limitada e limitadora, a narrativa jornalística, atrofiada e atrofiadora, se distancia, cada vez mais, do que Benjamin entende por narrativa, com um sentido utilitário de comunicar experiências. O que se percebe é que faltam condições e liberdade, para o jornalista construir uma “verdadeira narrativa”. Uma narrativa que contemple tempo, espaço, identidades, que proporcione ao narrador e aos receptores a possibilidade de experienciarem²¹ e compreenderem o mundo. Nas palavras de Resende (2005, p.165) “[...] o ato de narrar deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive.”

Para o autor (2005, p.165), o ato de narrar é uma problemática a ser enfrentada na prática jornalística, uma vez que se trata de uma forma autoritariamente velada de narrar a realidade “Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores, o discurso jornalístico tradicional [...] dispõe de escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano”. Nesse sentido, são os manuais de redação que normatizam e legitimam as regras e que criam o efeito de verdade e de neutralidade.

Portanto, a narrativa jornalística se estrutura, tendo como referência a verdade dos acontecimentos e uma técnica própria de narrar. Ambos funcionam como condicionantes e limitadores,

²¹ Resende (2005, p.166) atualiza o ato de experienciar no contexto de uma sociedade pós-industrial: “Ela deixa de derivar puramente de um tempo estritamente ligado ao real, como também passa a ser, de modo muito mais marcante que em outras épocas, causa/efeito de um significativo processo de mediação das narrativas.” Esses fatores possibilitam ao narrador e a narrativa novos lugares e novas funções.

tanto da atuação do narrador como da construção da narrativa. Apesar dessas restrições da prática jornalística, muitos profissionais conseguem romper barreiras, através de alternativas menos autoritárias e mais democráticas, seguindo, por exemplo, uma linha do jornalismo de resistência e do jornalismo público.

4.1 OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE: UMA AMBIVALÊNCIA COMPLEMENTAR DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Entre todas as Ciências Sociais, o Jornalismo é o que tem a sua objetividade mais debatida, questionada e problematizada, como ideal profissional. Entre as principais estratégias narrativas, utilizadas para garantir o efeito de objetividade, destacam-se: o uso da terceira pessoa e a supressão do sujeito da enunciação; a omissão de advérbios de tempo e lugar, por serem marcas do sujeito ocultado e de seu contexto enunciativo; o confronto das partes envolvidas, a exibição de provas e testemunhas, o uso das aspas, a sistematização das informações, de forma seqüencial (TUCHMAN, 1993).

Estudos da sociologia da notícia, como o *newsmaking* e a teoria organizacional, que refutam a crença ingênua e empirista da notícia, como verdade e reflexo da realidade, evidenciam um conjunto de elementos e rotinas que causam tensões e constrangimentos, ao processo de produção da notícia. São usados mecanismos objetivantes, perceptíveis aos jornalistas, mas imperceptíveis aos receptores. Esses mecanismos são incorporados na narrativa jornalística, e, ao mesmo tempo em que causam efeito de realidade, servem para legitimar o profissional, mas também protegê-lo de processos profissionais (TRAQUINA, 2004).

Essas teorias problematizam a questão da objetividade jornalística e se centram na idéia de que a mesma deve ser entendida como um conjunto de procedimentos, que dão suporte à credibilidade e legitimidade da narrativa jornalística. Defendem que isso é feito em defesa do interesse público, bem como protege o jornalista de possíveis contratempos (WOLF, 2003).

A pretensão de imparcialidade, em relação aos acontecimentos, implica na suposição de que o jornalismo e seus profissionais são observadores independentes e socialmente separados da realidade. Como isso não é possível, os pesquisadores acreditam que a objetividade jornalística se presta mais à defesa da profissão e de interesses comerciais, do que ao comprometimento com a verdade. O paradigma do *newsmaking* evidencia que a rotina profissional das redações, as con-

venções narrativas, os valores-notícia, a questão do tempo e do espaço, a possibilidade de exercício do direito de resposta, as limitações orçamentárias, a preocupação com a audiência e a concorrência são fatores que acabam condicionando a representação da realidade, mais do que a própria natureza dos acontecimentos (WOLF, 2003; TRAQUINA, 2004).

Assim, independente de qualquer intenção manipulatória, a narrativa jornalística pode se apresentar ideologicamente contaminada pelas matrizes culturais, presentes no processo de produção das notícias. As narrativas podem funcionar como dispositivos de legitimação de consensos e estereótipos sociais (HALL, 1982).

O autor defende a idéia que a mídia só pode sobreviver, à medida que opera inserida no que é admitido pelo senso comum, ou seja, o consenso. Já para Correa (2003), a mídia integra o processo dialético de produção de consenso, pois à medida que dá visibilidade ao consenso, também o formata.

Nesse contexto, temos que, para muitos receptores, a concepção da verdade, apresentada pelos veículos em forma de notícia (mensagem emitida), identifica-se com a veracidade do acontecimento (mensagem recebida) (RODRIGUES, 1990). Mas qual é a verdade do acontecimento? Na atualidade, o jornalismo é o lugar público mais relevante e estratégico, onde se encontra a “verdade”, em relação à realidade social, na sua pluralidade de oferta e acesso. O relato jornalístico é dado como algo inquestionável, pois se baseia em apreensão *in loco* do fato, com detalhes de observações de testemunhas, reforçando o “enquadramento” dado pelo mediador, como se outros não existissem.

A lógica da razão busca e está aberta a outras práticas enunciativas, provenientes de diferentes campos, que detêm outras verdades e podem enunciá-la. Para enunciá-las, necessita-se de um campo que lhes dê ordenamento e legitimidade “[...] o jornalismo, somado ao histórico, ao jurídico e ao científico de modo geral, se legitima como um lugar a mais do qual se profere a verdade.” Cabe ao jornalismo então, provocar e dar espaço para a fluência e anúncio dessa diversidade de verdades que estão “[...] categorizadas em lógicas sociais, econômicas e/ou políticas.” (RESENDE, 2006, p.173).

Essa cedência de espaço implica a submissão dessas verdades ao *modus operandi* do jornalismo, que segue sua própria lógica, para enquadrar e narrar as outras verdades. Assim, o jornalismo, ao mesmo tempo em que cede espaço, transforma-se em sujeito e assume o processo narrativo.

Conforme as regras de produção de cada veículo ou de outra instituição social, a construção narrativa das verdades sempre se dará sob uma determinada ótica. Portanto, é apenas o ponto de vista de quem olha e diz que se sobrepõe a outros pontos de vista. Todos esses têm, como horizontes, representações, cujos sentidos se constroem em um clima de tensão cultural. As verdades e os temas que não se enquadram nos valores jornalísticos são excluídos da comunicação pública, como desprovidos de valor cultural de interesse público. Isso sugere a existência de uma cultura à margem da midiática, não obrigatoriamente menos relevante. A questão é que as verdades, os temas e elementos excluídos não ganham existência, porque não se ajustam nas regras previamente estabelecidas pela cultura jornalística e assimiladas pelos seus produtores. Nessa estrutura, cabe apenas uma determinada construção lógica e coerente, condizente com a cultura organizacional. É uma arquitetura de sentidos, difícil de ser questionada pelo receptor-cidadão. Ele não recebe a pluralidade das visões sobre o fato, nem tem acesso ao sistema de produção, para emitir seu próprio julgamento, a respeito do funcionamento desse sistema e do produto final.

A lógica da narrativa jornalística, esteticamente acabada, não representa uma prova de uma verdade absoluta, como o jornalismo procura fazer crer. A objetividade torna-se, portanto, insuficiente, pois não se pode ofertar a verdade exclusiva, em si mesma, diante de interpretações que situam esta verdade. Assim, a busca da verdade, ao contrário do que é alardeada, é aberta e da ordem da incompletude. Apesar de toda busca pela objetividade, no entanto a questão da incompletude, por exemplo, resulta dos vários enfrentamentos que o jornalismo comporta, pois ele envolve um campo público de tensão, disputa e negociação, onde se confrontam, mutuamente, os diversos campos sociais, representações, visões de mundo, culturas e interesses. Todo acontecimento assujeita-se, portanto, a uma série de regras, como condição para atingir visibilidade social.

Os fatos sociais ganham visibilidade e penetrabilidade, no tecido social, pela publicização jornalística. Essa visibilidade, contudo, se dá sob uma forma específica da mediação jornalística, e não em decorrência dos campos de origem. Isso evidencia que a narrativa jornalística é uma instância de simbolização, pois, no mesmo instante em que é o principal espaço público para os campos sociais atingirem visibilidade, é também uma forma de chamar a si a noção de “verdade”, atribuída ao fato. Trata-se, então, de uma mediação interessada, pois imprime as suas marcas de visão de mundo. Nas palavras de Fausto Neto (s/d, p.18) como a “cena primária” não pode ser recuperada, o jornalismo “[...] movimenta suas éticas e sua deontologia em função de reavê-la. É

escravizado pelo jogo da linguagem, por onde pensa dar conta desta falta”. Porém, o que o jornalismo faz é apenas construir novas versões sobre o ocorrido.

A narrativa jornalística possui, simultaneamente, um perfil pluralista e seletivo: por um lado, confronta as diferentes visões de mundo, sobre um determinado acontecimento; por outro, descarta a disponibilidade daquelas visões que não são úteis às condições de produção da sua oferta comunicativa. Para as perspectivas que permanecem, predomina uma relação, também simultânea, de adversidade e complementaridade. Assim, os campos se estruturam como diferentes, porque trazem, na sua condição, a compreensão das suas singularidades, marcas dos próprios rituais, que lhes conferem as diferenças. Esses campos, entretanto, são também complementares, à medida que são submetidos ao enquadramento e à confirmação de visão de mundo, da mediação individual e institucional.

O campo jornalístico posiciona-se diante dos demais, construindo a narrativa socializada e, em decorrência, acaba direcionando o desenrolar da própria realidade. Trata-se de um campo central, com poder de relativizar ou valorizar a narrativa dos outros. Ele pode delegar ou tirar poderes, pois administra e opera o espaço público, de onde se historia o cotidiano social. Possui uma competência específica, assim como penetra e se sobrepõe às demais práticas narrativas e representacionais. Implica em certo poder de monitoramento da realidade a ser midiaticizada, uma vez que a transforma, em sua verdade, submetida às respectivas regras. Não é apenas a realidade que atinge visibilidade pelo veículo, mas é o veículo que dá a sua visibilidade à realidade.

Essa espécie de monitoramento jornalístico remete à existência de duas realidades socio-culturais, políticas e históricas distintas: uma, criada e institucionalizada pelo jornalismo; e a outra, vivenciada, criada e institucionalizada pelas pessoas e suas próprias culturas. Essas diferentes realidades, contudo, sofrem mútuas contaminações. Assim, o conhecimento da realidade não se refere a sua forma natural, mas a multicriações institucionalizadas. Pelo aparato tecnológico, porém, a realidade construída pelo jornalismo se sobrepõe às demais. Portanto, a realidade histórica contemporânea tem a narrativa jornalística como sua principal intérprete e, ao mesmo tempo, como *locus* de existência.

O jornalismo reelabora as narrativas dos demais campos, transformando-as em outras narrativas, destinadas a uma audiência diferenciada. As competências tecnológicas, morais e éticas, das narrativas jornalísticas, fazem parte da natureza tensional de suas interações com os atores e campos sociais, envolvidos em determinado acontecimento. É ingenuidade pensar que a narrativa

jornalística conseguirá representar, a contento, os diversos pontos de vista dos campos envolvidos, uma vez que, ela tem o seu próprio predomínio. Assim, a tensão e o conflito convivem, permanentemente, nesse espaço, que, para esta tese, é identificado como *público-privatizado* de mediação e de relativa negociação.

Os problemas clássicos do jornalismo estão relacionados à desobjetivação do acontecimento. Durante um longo período de tempo, a concepção do jornalismo não se julgava arbitrária, mas resultado de pura objetividade. Logo, o que surgia, no meio ou além do ofertado, era descartado, pois contradizia a sua visão de mundo, em nome do que se poderia julgar ser a objetividade. O que se percebe, no entanto, é que essa prática não é mais que a objetivação²², isto é, um sistema de idéias autojustificadas que se fecha na interpretação e na produção de sentidos, fundamentados em regras próprias de cada veículo.

A noção de subjetividade era vista, até a década de 1970, como ruído, por ameaçar o rigor da objetividade, que caracterizava a narrativa jornalística. Hoje, no entanto, se sabe que, excluir qualquer dimensão interpretativa, em nome de uma observação, supostamente objetiva, é algo utópico e, no mínimo, ingênuo, pois significa uma prática que se tem mostrado insuficiente para dar conta das complexas relações sociais. Autores como Bakhtin (1995) e Verón (1980) defendem que não existem observações isentas da ideologia e da cultura, nas quais o receptor e as instituições estão socialmente inseridas. Segundo essa visão, pode-se dizer que as Ciências Sociais, dentre as quais a Comunicação, e mais especificamente o Jornalismo, na verdade, não passam de um *trabalho interpretativo*. As noções de significado, produção de sentido, contexto e representação tornaram-se relevantes. Passaram a ser caracterizadas por um *espectro* de abordagem variado e, por vezes, confuso, mas não desconsiderado. Isso é valorizado como complementar, porque, em uma sociedade democrática, não pode haver uma única forma de informar, interpretar e enquadrar os acontecimentos sociais.

A objetividade-subjetividade representa uma ambivalência complementar das narrativas jornalísticas. Há uma dualidade, na questão da “verdade”. De um lado, há a questão da verdade sobre as informações, sobre o fato observado ou recebido. Há a objetividade acadêmica e a dos manuais de redação, que, acredita-se, têm seu fundamento, sua justificação, no universo de acontecimentos sociais. Estes sem uma ordem estabelecida, poderiam transformar-se em uma fábula. Por outro lado, existem as observações dos diferentes olhares jornalísticos e observações de insti-

²² Processo pelo qual a subjetivação se corporifica, em produtos passíveis de serem avaliados, para ela e para os outros, como elementos de um mundo comum. (FERREIRA, 1986).

tuições críticas. Há, então, o problema da verdade, em relação às finalidades, às políticas do veículo, que vulnerabilizam as informações colhidas pelos jornalistas, fornecidas pelas fontes. Isso implica que a “verdade” político-cultural e até ética do acontecimento não pertence à mesma natureza da notícia (TRAQUINA, 2004).

Sob esse aspecto, pode-se verificar que a narrativa jornalística é frágil e sujeita a múltiplas complementações e, mesmo, alterações. Independente do viés de análise, conclui-se que as informações são relativas e que não existe “a verdade”, e, sim, *pontos de vista*. Portanto, a complexidade da narrativa jornalística não pode ser reduzida à objetividade ou subjetividade, pois as duas se fundem, na produção da notícia, construindo uma realidade, com a pretensão de substituir a de origem. Não se tem como fugir da complexidade da fusão objetividade-subjetividade. Tudo é re/construção da realidade; portanto, os discursos são incompletos e sujeitos a equívocos e a interpretações diversas. As distorções começam com o primeiro contato do jornalista com a informação. Relacionaram-se ao modo como ele a enxerga e a recorta, a partir de seu mundo de experiência. Essa é a única forma de conhecermos a realidade, pois essa narrativa, assim como as demais, é algo socialmente mediado pelos sentidos do sujeito que olha e pela cultura do veículo que a publica.

Constata-se a forte presença individual e institucional, nas narrativas jornalísticas, pois a significação e a interpretação não se dão no vácuo. Essas mediações integram a prática produtiva jornalística e estruturam e enquadram o acontecimento na notícia, resultando em uma determinada oferta de sentidos.

A narrativa jornalística se efetua, segundo regras e princípios específicos, ou seja, através da mediação-manipulação dos campos e dos atores. Estes são tratados com objetividade, em proveito de uma determinada ordem, cultura e forma, que, em geral, se mostra eficaz para atingir o receptor. Essa *engendração* pode ser legítima, apenas na medida em que for respeitado o jogo pluralista dos campos e atores sociais, ou seja, em que seja respeitada “ [...] a condição de diversidade significativa” (TRAQUINA, 1993), pela ação dos receptores-cidadãos e se o campo jornalístico atuar com ética. Até porque, com a midiaticização, o processo de manipulação não age somente sobre a natureza do acontecimento, mas reflete e é refletido, no conjunto dos campos e atores sociais envolvidos no acontecimento, assim como nos receptores. Diante desse contexto submerso no poder simbólico, cabe o questionamento de Bourdieu, (1999, p.5): “Senhores do mun-

do, vocês tem domínio do seu domínio? [...] Sabem realmente o que fazem, o que estão fazendo, todas as conseqüências do que estão fazendo?”

A narrativa jornalística não apenas reconstrói a realidade como um todo, proporcionando uma sensação de emancipação, aos receptores, na medida em que possibilita acesso às informações dos mundos privados-globalizados, mas também apresenta um padrão bem específico de cultura, que se impõe sobre os demais, sob a justificativa de mediar a todos.

A narrativa jornalística implica uma parte do todo social, mesmo que seja uma parte vista apenas superficialmente. A única forma de objetivar a totalidade é selecionando uma parte dela. No caso da narrativa jornalística, tem-se uma construção através de recursos lingüísticos. Trata-se de uma simulação da realidade, mediante todo um sistema próprio de cada veículo, em que os jornalistas captam certo número de informações sendo que essas são transformadas em notícias, por meio da narrativa. Essa prática narrativa é perpassada pelas rotinas produtivas, pela experiência do jornalista e pela cultura organizacional do veículo.

Ao se adotar uma visão que incorpora essa dimensão interativa e social do processo de produção da notícia, para compreendê-la, deve-se levar em consideração a experiência dos sujeitos, no mundo, e conhecer os elementos dessa experiência, que vão mediar a sua relação com o mundo. É necessário incorporar, nessa discussão, no entanto, elementos que ultrapassam a noção de consciência individual e englobam a questão da ação estrutural mais ampla, assimilada na cultura organizacional. O caminho da análise e interpretação deve passar pelo exame dessa experiência e incorporar, tanto o que é relatado como notícia, como aquilo que se oferece como possibilidade e que compõe, também, a compreensão do mundo, num determinado tempo e espaço social. Portanto, para apreender o significado, é necessário ater-se, também, ao que não é dito literalmente, mas que aponta para a multiplicidade de vozes e para o contínuo engendramento de sentido, no trabalho de enunciação.

Na construção dessa narrativa, o jornalista e a cultura organizacional do veículo não são mais dissociados do acontecimento. O fato observado sofre constrangimentos, é aprisionado pelas normas, leis, modos de enunciar de cada veículo, até porque é necessário dar-lhe, uma forma para que atinja o tecido social. A seleção, distribuição e hierarquização das notícias são práticas que denotam e retratam uma concepção de mundo. Nesse sentido, as notícias representam o ponto de vista de determinado veículo sobre um acontecimento. Trata-se da construção de uma realidade institucionalizada. Com seu *poder simbólico*, essas notícias tornam-se instrumento para a repro-

dução de um determinado sistema social, na medida em que chamam a atenção pública para certos aspectos da atualidade, em detrimento de outros. As regras específicas de cada veículo é que instituem a singularidade de cada notícia.

Diante desse contexto, a notícia é, por si só, algo da ordem da incompletude. Assim, sempre é mostrada uma parte ou uma formação substitutiva da complexa interação social, mas o que se torna público é a parte disponível à sociedade. Há uma grande quantidade de matérias informativas, desde pautas até dados coletados para reportagem, que são excluídas, por não estarem no foco da linha cultural do jornalista e do veículo.

4.1.2 Paradigma da Intersubjetividade e da Verdade Desinteressada

De acordo com o paradigma da objetividade, o conhecimento se processa numa relação solitária e autocognocente do Sujeito com o Objeto. Já, para o paradigma da subjetividade, as explicações da realidade passam pela interpretação do narrador. Ultrapassando ambos, Meditsch (2001, p.232) propõe um terceiro paradigma, o da intersubjetividade ou da argumentação, que contempla as dimensões objetiva e subjetiva do conhecimento.

A teoria da argumentação, desenvolvida no âmbito do novo paradigma, propõe uma alteração dos critérios de aferição da verdade no conhecimento. Em comum com o paradigma ideológico, a teoria da argumentação reconhece a subjetividade inerente a toda forma de conhecimento. Mas, ao contrário do paradigma ideológico, estabelece um limite lógico para a relatividade que essa subjetividade implica: se todo o conhecimento é relativo, esta relatividade também o é. O elemento lógico, que limita a relatividade, deve ser buscado não mais no âmbito interno do discurso, como propunha o paradigma da objetividade, mas na relação deste discurso com o contexto que é produzido.

Já, para o Jornalismo Público, trata-se de um conceito desgastado, que gera tensões e contradições, pois ao mesmo tempo em que se reconhece a sua importância democrática e jornalística, ele também pode ser identificado como um obstáculo à dinamização e à animação da vida pública. Para o ideal democrático, a importância está no sentido do desenvolvimento de uma comunidade política e no jornalismo a manutenção da credibilidade, apesar de muitas vezes levar a po-

sicionamentos extremos. Assim, Rosen (1993, p.51) defende que, “É a noção de uma verdade desinteressada, não objetiva, mas desinteressada.”

Merrit (1995, p.19) combate a objetividade, dizendo que ela requer equilíbrio e, por isso, acaba induzindo os jornalistas a enquadramentos temáticos viciados e à apresentação de “extremos polarizados”. Ele critica a rotina de produção jornalística, no que se refere à objetividade e à necessidade de ouvir os dois lados. Diz que isso acaba criando um maniqueísmo, em que um lado é sempre privilegiado. Nessa perspectiva, a objetividade provoca certa cegueira, gerando a incapacidade de compreender o contexto e os sujeitos envolvidos nos acontecimentos.

Para Resende (2006), é fundamental continuar a pensar novos lugares para o jornalismo. Essa persistência de um papel mitificado do jornalista mantém a ilusão e a árdua (impossível) missão da busca e do encontro da verdade completa. Isso situa o campo em desvantagem, em relação ao científico e ao histórico.

Rosen (2003, p. 82) denuncia certa hipocrisia, como inerente à questão da objetividade, pelo modo com que ela é aclamada, quando se trata de uma “descrição correta” do acontecimento. Por trás desta suposta objetividade, existe a possibilidade de ação e produção dos interesses profissionais e institucionais, em relação ao que se está a passar, para poder agir, dar um passo, proteger seus interesses. O autor desconstrói a idéia de objetividade, apontando as seguintes falhas:

- primeira: ela representa um contrato entre editores e jornalistas. Enquanto os primeiros teriam liberdade para trabalhar, os segundos poderiam ficar tranquilos, pois as matérias sairiam “neutras”;
- segunda: é vista como uma forma de se chegar à verdade, separando fatos de valores. Isso não ocorre nem mesmo nas Ciências Naturais e é algo em que os jornalistas mais atentos não acreditam mais;
- terceiro: significa um conjunto de normas para a prática profissional, em que citar os dois lados é regra, o que geraria uma polarização extrema dos fatos;
- quarta: a objetividade seria uma técnica de retórica e de persuasão, pois, a partir do momento que o jornalista se declara neutro, ele se torna mais crível;
- quinta: mostra-se como um ideal essencial à democracia, pois traz a noção de uma “verdade desinteressada”.

Em resposta a essa tensão e ambigüidade, o autor levanta uma nova teoria de credibilidade, baseada nas experiências do jornalismo público, centrada em conceitos como preocupação e interesse do jornal, em abordar assuntos relevantes à comunidade. Assim, o leitor confia ou não, fundamentado no empenho do veículo com relação às preocupações da comunidade, e não mais com a objetividade. Para Rosen (2003, p.84), essa questão tem a ver com a democracia: se os jornalistas acreditarem que ela é assim, terão sempre a objetividade e todas as fraquezas desse conceito; mas, se acreditarem que esse termo é uma construção cotidiana, poderão ter uma nova abordagem e cumprir a função do jornalismo. Isso significa “[...] fazer a democracia funcionar.” Nessa perspectiva, entende-se que o jornalista não deve ser neutro, em questões relativas à participação das pessoas na vida política. Isso remete a uma identidade profissional, cuja principal característica é a politicidade.

Portanto, tem-se um novo paradigma de avaliação da verdade, no conhecimento da realidade. Substitui-se a impraticável retórica da objetividade, pelo paradigma da intersubjetividade, que se constrói na relação da narrativa com o contexto e os sujeitos de produção. Tem-se, igualmente, uma nova teoria de credibilidade, centrada em conceitos como preocupação e interesse do jornal em abordar assuntos relevantes à comunidade. Ambas as propostas, seguem uma lógica de interação externa ao discurso.

O narrador – sim, porque aqui se sente a presença de um outro que vê – conta os detalhes da cena, do fato jornalístico. Ele é contundente e faz enxergar o que se passa. Não há qualquer preocupação com a questão da objetividade, por exemplo, e, no entanto, é difícil pensar em uma cena mais objetivamente descrita. Escapamos nós mesmos da visão do jornalista, olhamos o fato e, com aquele que narra a história, nos tornamos parte dele. Além disso, a narrativa se estende e o olhar do narrador faz ver e sentir que a verdade, de fato, está na contradição das versões (RESENDE, 2006, p.177).

Pode-se inferir que, se a verdade está na contradição das versões, o consenso das versões pode levar à diluição da verdade. Ao narrar o acontecimento com dados objetivos e subjetivos, os diferentes e às vezes contraditórios olhares e versões ganham visibilidade. Isso ocorre sem que, necessariamente, tenha que existir uma terceira versão, ou seja, “[...] narrar as verdades dos fatos independe de encontrar uma verdade.” A intenção do autor é deixar fluir, para vir à tona “[...] o exercício de uma tessitura mais complexa que a imposta aos jornalistas deificados.” (RESENDE,

2006, p. 178). Dessa forma, o autor deixa brecha para a autonomia do receptor, no sentido de construir a sua verdade, a partir das contradições apresentadas.

Santiago (1989, p.51), ao falar sobre um dos vários atentados, ocorridos em 2002, em Jerusalém, no ano de 2002, faz a seguinte consideração sobre o perfil e a função do narrador-jornalista contemporâneo: “Pelo olhar, o homem atual e narrador oscilam entre o prazer e a crítica, guardando sempre a postura de quem, mesmo tendo se subtraído à ação pensa e sente, emociona-se com o que nele resta de corpo e/ou cabeça.” Nessa perspectiva, o narrador habita o texto, observando e contando uma história, desobrigado com a busca da verdade. Nessa desobrigação, o acontecimento se processa e se aproxima da linguagem e da compreensão dos receptores.

O *metier* do narrador-jornalista deve ser visto, também, da perspectiva de uma comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000), que possui um estilo próprio de olhar e “enquadrar” os acontecimentos. Submerso na narrativa jornalística, está a auto-imagem do mediador e a preocupação em construir e manter a própria identidade profissional. Trata-se de um constante exercício de avaliação de desempenho, não tanto em relação à opinião pública²³ ou aos leitores, em geral, mas, preponderantemente, pela sua própria “comunidade interpretativa”. Sendo assim, o discurso do jornalista é uma espécie de “termômetro”, que mede o êxito profissional, para si mesmo e para o seu grupo de referência; logo, o que fundamenta, estrutura, aproxima ou distancia esta comunidade é a prática discursiva. Sob esse aspecto, prefere-se, para essa tese, pensar que os jornalistas, além de representarem uma “comunidade interpretativa”, são antes e, essencialmente, uma *comunidade narrativa*. Isso se verifica, uma vez que as identificações e as estranhezas, bem como seu *status*, ocorrem em nível narrativo. Trata-se de uma comunidade de caráter discursivo, que constrói a realidade pública, preocupada, não exclusivamente em dar luz aos acontecimentos, mas, também, em construir e manter sua imagem junto a sua *comunidade narrativa*. Nesse sentido, a convivência se dá, essencialmente, como lembra Darnton (1990), em um nível simbólico.

Para além desses constrangimentos, os membros da *comunidade narrativa* vivem em ambientes de tensão, competitividade e insegurança, trabalham sob muita pressão e, às vezes, submissão, sujeitando-se à política comercial do veículo. Deparam-se, constantemente, entre uma situação de liberdade e coação, autonomia e dependência, sob o risco constante de canalizar ou distorcer a matéria, para que se ajustem as idéias prévias do editor. O trabalho de conciliar interesses contrários - ou seja, individuais, comunitários, organizacionais e públicos - torna a atividade jor-

²³ Não se trata de ignorar a importância da opinião pública, mas de admitir que, independente dos milhares de leitores que suas matérias possam atingir, o retorno da opinião pública, ao jornalista, é mínimo e até inexistente.

nalística, nos veículos de comunicação de massa, estressante e, por vezes desestimulante. As mensagens passam por um processo de estruturação, até chegar ao receptor: o repórter filtra suas idéias, entre o grupo de referência, e a cultura organizacional perpassa o discurso do editor e o manual de redação etc. (DARNTON, 1990).

É esse processo de estruturação narrativa que objetiva e subjetiva a realidade cotidiana, para a sociedade. A partir de estratégias discursivas, o jornalista coloca ordem no tempo e no espaço social, ou seja, transforma a experiência vivida em experiência narrada, seguindo uma lógica cultural, que faça sentido aos receptores.

Isso quer dizer que o jornalista descreve uma realidade em transformação, enuncia uma realidade transformada, mas, também, oferta uma significação desejada. Nas palavras de Motta (2007, p.143), “É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos.” Nesse processo de organização narrativa da realidade, conectam-se ações do passado, do presente e do futuro, garantindo continuidade a uma “ordem” histórica, que está mediada e interligada numa rede de relações, e interesses, públicos, mas também privados.

Apesar desses interesses e multiconexões temporais, espaciais e institucionais, o principal fator inspirador, organizador e estruturador do processo de construção narrativa é a experiência de vida do jornalista. Ao organizar e objetivar os acontecimentos cotidianos, ele dá visibilidade a uma história narrativa, transformando o contexto social, em cenário, e os sujeitos, em personagens. Esses personagens, antes sujeitos envolvidos no acontecimento, ganham uma segunda identidade, que Ricoeur (1997) chama de “identidade narrativa”. Assim, a experiência do narrador é pré-condição para a formação de suas histórias e personagens, que já nascem “contaminados” por essa experiência.

Os acontecimentos são dependentes da mediação de um sujeito vivido, que queira, saiba e possa pensá-los, interpretá-los, organizá-los e narrá-los. Segundo Barbosa (2003), trata-se de um sujeito que é reflexivo, pessoal, mas também social, que faz uma recuperação das experiências vividas, por si mesmo e pelos outros. Pode ocorrer que, para muitos leitores, essa “contaminação” passe despercebida, confundindo-se a “identidade da experiência” com a “identidade narrativa”, a realidade mediada com a realidade original. Essa opacidade pode ser desvelada pelo sujeito leitor, igualmente crítico, reflexivo, pessoal, histórico, cultural e social. Apesar dessa opacidade e parcialidade de uma experiência sobre a outra, Barbosa (2003) salienta que uma das característi-

cas do ato narrativo é crer nessa memória do passado. Isso se evidencia, porque ela é conhecida e interpretada no presente e o será, igualmente, no futuro, a partir das caracterizações e apropriações narrativas que traduzem uma forma de estar, olhar e nomear o mundo.

O autor chama a atenção, também, para o fato de que toda a narrativa sobre um acontecimento presente está calcada em experiências passadas. Essa atualização narrativa implica perdas. O fato ocorreu no passado; porém, o olhar do narrador está inserido no presente. Nessas condições, é feita a reconstrução dos acontecimentos cotidianos. A memória do narrador nunca recupera a autêntica experiência, na sua forma original. Essa impossibilidade provoca uma tensão permanente entre o passado e o presente, entre a “identidade da experiência” e a “identidade narrativa”, entre a produção e a recepção, e entre os sujeitos narrados e o narrador. Portanto, a narrativa fornece visões fragmentadas da realidade, também em virtude dessas tensões, que sustentam sua relação com a experiência.

Merleau-Ponty (1996) também aborda a questão dos conflitos e contradições, entre o narrador e a possibilidade de ilusão temporal. Para ele, o tempo passado e o futuro comparecem no tempo presente, apenas como uma intenção. Assim, o fato de olhar e recuperar o passado, no presente, já implicaria alterações. Mesmo que a consciência que temos do passado pareça uma recuperação fiel do ocorrido, essa atualização não representa o passado, tal qual como foi, mas como o vemos, no contexto presente. Talvez até como uma miragem.

Nesse processo interativo entre acontecimento, experiência de vida e narrativa jornalística, além da mediação tecnológica, há sempre uma mediação simbólica. Barbosa (2003) lembra que, para a compreensão do sujeito da experiência secundária ou narrativa, que é essencialmente social e cultural, é necessário se reportar à dimensão simbólica da experiência. Analisar a participação das mediações simbólicas, no envolvimento do sujeito em sua experiência, pressupõe verificar de que forma o simbolismo da cultura participa da experiência original. Isso é importante, uma vez que é a experiência de vida individual do narrador, inserida em uma determinada cultura, que dá a luz à narrativa.

Assim, o autor compreende a narrativa como um elemento aglutinador da experiência objetiva e subjetiva, passada e presente, de si e de outros. A prática narrativa de reconstrução da realidade remete a uma recuperação, com perdas, mas também a uma continuidade. Os sujeitos reconstróem o acontecimento presente, dialogando com outros acontecimentos. A experiência individual e social do sujeito narrador se enreda no processo de interpretação e objetivação da ex-

periência, de si e dos outros. São esses elementos constitutivos, mas também constituidores, que dão suporte à ordenação, compreensão e interpretação da narrativa. Trata-se de estruturas simbólicas, que provêm da cultura cotidiana e legitimam uma narrativa, ofertando e produzindo sentidos.

Sendo assim, tem-se que concordar com Barbosa (2003), quando ele afirma que os modos de pensamento de uma cultura “enformam e informam” a percepção da realidade, de acordo com as suas características. Ou seja, os acontecimentos que ganham visibilidade são enquadrados nas regras tecnoculturais, dos respectivos veículos de comunicação. Isso remete ao fato de que uma mesma experiência pode ser percebida, organizada e narrada de forma diferente, dependendo dos padrões socioculturais do narrador e do veículo que a “enforma e informa”. Esses padrões podem ser discriminatórios, maniqueístas ou emancipatórios e democráticos. A escolha dessas regras, estilos e padrões induzirá a uma interpretação diferente da realidade narrada.

Assim, enquanto o narrador constrói e revela uma identidade, para seus personagens, está, simultaneamente, revelando a sua identidade e a cultura na qual está socialmente inserido. Portanto, tanto o narrador quanto o leitor são sujeitos culturais, apesar de, muitas vezes, ambos ignorarem que os personagens também são sujeitos de uma experiência individual e coletiva.

Nessa perspectiva, é possível inferir que a mediação narrativa é a ponte para o conhecimento da realidade. O jornalista é um mediador narrativo, por excelência, das multinarrativas e realidades, dos diferentes sujeitos e instituições sociais, a partir de sua percepção de mundo. Trata-se de uma trama de experiências e narrativas, que são transformadas em uma narrativa pessoal do sujeito jornalista. Ele permite o acesso²⁴, mesmo que parcial e fragmentado, ao mundo da experiência. Assim, a narrativa jornalística transforma o acontecimento em notícia²⁵, “[...] os eventos em episódios e os atores sociais em personagens.” (BARBOSA, 2003, p.83).

A questão da “identidade narrativa” também é central, para Ricoeur (1997). Ele acredita ser ela uma das possíveis soluções, para os problemas interpretativos, tanto da narrativa histórica quanto da ficcional, uma vez que há um cruzamento entre a ficcionalização da história e a historicização da ficção. Segundo ele, a principal diferença é a descrição e a imaginação das narrativas pessoais, mas, em ambas, a questão da identidade é central. É esse entrecruzamento entre história

²⁴ Acesso, aqui, entendido em termos das características de visibilidade e penetrabilidade do discurso jornalístico midiático.

²⁵ Rodrigues (1990) diferencia acontecimento de notícia, pelo conceito de extração, em que o acontecimento é a mensagem recebida, e a notícia, a mensagem emitida.

e ficção que atribui, ao indivíduo, uma “identidade narrativa”, socialmente delimitada, em relação à “identidade da experiência”.

Na perspectiva de Ricoeur (1997), a “identidade narrativa” seria, em parte, uma ilusão emocional do narrador, uma vez que não é a mesma identidade substancial (atemporal) dos sujeitos envolvidos, sendo, portanto, temporal, circunstancial e passível de falhas. Trata-se, segundo ele, de uma “identidade móvel”, decorrente de determinado esquema narrativo. Assim, o narrador cumpre o duplo papel de narrador/construtor da identidade do outro, mas, inconscientemente, também está narrando/revelando a sua própria identidade.

O autor chama a atenção para outro fator desestabilizador da identidade narrativa: trata-se do impulso imaginativo, que, como o impulso descritivo, é inerente ao comportamento narrativo. Enquanto o descritivo direciona a narrativa para o lado da verificação concreta dos fatos, o primeiro puxa para o lado da variação ficcional. Em meio a essa tensão, Barbosa (2003, p.87) esclarece que: “A identidade é marcada por uma interação entre ficção e experiência que encontra na narrativa o campo privilegiado desse exercício.” Assim, nesse campo tensional, a narrativa jornalística pode transformar a experiência vivida, em história fictícia, e os sujeitos, em personagens, com uma identidade não mais substancial, mas narrativa.

Por outro lado, o ato de narrar pressupõe o ato de interpretar. O primeiro objetiva o segundo. Justifica-se, assim, a preferência, para esta tese, no sentido de definir a classe dos jornalistas como, essencialmente, uma *comunidade narrativa*, e não apenas “interpretativa”, como caracteriza Zelizer (2000). Segundo Larrosa (2004), o ser humano possui uma estrutura essencialmente interpretativa: interpreta o mundo, os outros e a sua forma de estar no mundo.

A partir daí, se pode pensar a relação entre esta misteriosa entidade que é o sujeito (o sujeito da autoconsciência, mas também o sujeito da intersubjetividade; o sujeito pessoal, mas também o sujeito social, o sujeito histórico, o sujeito cultural, etc.) e esse particular e quase onipresente gênero discursivo que é a narrativa. (LARROSA, 2004, p.12) [tradução nossa].

O sentido que esse sujeito descentrado constrói nas suas interpretações sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo, é objetivado por suas narrativas. Assim, o sentido de quem somos, para nós e para os outros, é uma construção narrativa. Nem por isso, contudo, constitui um processo individual, uma vez que a narrativa pessoal é inspirada e contaminada por histórias que já conhecemos. Vários autores referem-se a esse processo. Verón (1995) o identifica com o con-

ceito de “intertextualidade” ou “elementos extradiscursivos”, Bakhtin (1995) denomina como “polifonia” e Larrosa (2004, p.13) assim descreve:

[...] estas histórias que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais mais ou menos institucionalizadas [...] o sentido de quem somos é análogo a construção e interpretação de um texto narrativo e, como tal, obtém seu significado tanto das relações de intertextualidade que mantêm com outros textos como de seu funcionamento pragmático em um contexto.

Nessa perspectiva, tem-se que as realidades narradas são, antes, institucionalizadas. O autor destaca, ainda, a importância contemporânea da linguagem, na construção da identidade do sujeito. Aborda o conceito de “giros lingüísticos”, para explicar a interdependência entre o sujeito, a linguagem e a interpretação; entre a construção e a interpretação de um texto, e a interação com outros textos. Um é condição de existência para o outro, uma vez que o sujeito está inserido em um mundo em que o discurso funciona, socialmente, no interior de um conjunto de práticas discursivas.

4.2 A CULTURA DO ESPETÁCULO E O “INFOENTRETENIMENTO”

No processo de construção das práticas discursivas, a lógica do espetáculo vem ganhando força comercial. Tornou-se um dos princípios de organização, promoção e reprodução, do cotidiano social e de temáticas públicas, que ganham visibilidade no espaço público jornalístico. Em outras palavras, a cultura jornalística, a reboque da midiática, é cada vez mais regida pela lógica do espetáculo. O aparato tecnológico multimídia, no qual o jornalismo está inserido, potencializa e intensifica essa tendência, de forma que o espetáculo e a tecnologia formam duas faces da mesma moeda (KELLNER, 2006). O objetivo dessa junção é de cunho mercadológico, ou seja, trata-se de impressionar, fidelizar, conquistar e aumentar a audiência.

Por conta disso, problemas e conflitos sociais, culturais e políticos, que historicamente aguardam solução - como é o caso da pobreza e exclusão social, aqui estudados - são ignorados e

relegados a um segundo plano, em detrimento de pautas que rendem espetáculo. Essa “cultura do espetáculo”, nas palavras de Kellner (2006, p. 119), “[...] não aborda apenas grandes momentos da experiência contemporânea, mas também oferece material para fantasia e sonho, modelando pensamento e comportamento, assim como construindo identidades.” Seguindo esse estilo misto de “infoentretenimento”, o jornalismo, através de seus rituais, valoriza e legitima os valores da sociedade, escandalosamente e espetacularmente desiguais.

Debord (1998) desenvolveu uma noção geral e abstrata do conceito²⁶ de espetáculo. Esse conceito interessa a esse estudo, uma vez que, na contemporaneidade, o ambiente jornalístico é contaminado pelo midiático, de tal modo que tem se distanciado de suas raízes e adotado um estilo espetacular. Por conta dos interesses comerciais estarem acima dos interesses públicos, o jornalismo acaba servindo mais para hipnotizar e alienar do que conscientizar. Nas palavras do autor, “Quando o mundo real transforma-se em simples imagens, elas tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico.” (DEBORD, 1998, p. 18). Hipnótico, porque o espetáculo exige espectador. Ao espectador, cabe ouvir, assistir, observar, se surpreender, se deixar envolver e entorpecer, mas sem participar ativamente e intervir na apresentação. Essa postura remete à submissão, passividade e conformismo. A criatividade e a imaginação de um sujeito cidadão não ganham espaço nessa cena pública espetacular.

Além de motivar um comportamento hipnótico, Debord (1998, p.44) encara o espetáculo como uma “guerra do ópio permanente”. Assim, ele afirma que enquanto os espectadores se extasiavam com o espetáculo, estão, também, se afastando da vida cotidiana e produtiva. Ao assumir uma postura improdutiva, o indivíduo desperdiça o potencial de criatividade humana, necessário para atuar como sujeito social, tanto na esfera privada quanto na pública. O espetáculo, então, enquanto distrai o espectador, também o acomoda e o aliena, deflagrando um processo de despolitização dos cidadãos, enfraquecimento do espaço público e da vida democrática.

Esse processo de alienação e despolitização torna-se ainda mais preocupante, quando se constata que, até as problemáticas sociais, aqui abordadas, para se tornarem notícias são enquadradas e mediadas pela lógica do espetáculo. Essa lógica segue as regras da publicidade e do marketing, centrada na competitividade do mercado. Essa dimensão consumista pode ser mais bem entendida, nas palavras de Debord (1998, p.42) “[...] o espetáculo é o momento em que o consumo atingiu a ocupação total da vida social.”

²⁶ Abrange a mídia e a sociedade de consumo, em todo o seu processo, ou seja, produção, promoção, exibição e efeitos.

Kellner (2006) foca a definição do termo espetáculo, nas formas como os mesmos são produzidos, construídos e divulgados. O autor destaca que há vários níveis e categorias de espetáculo, do mega ao mini. O mega, por exemplo, dramatiza controvérsias e embates, bem como os modos de solução de conflitos. Inclui coberturas exageradas de acontecimentos, que dominam o noticiário, como se a vida real, distante de ser um espetáculo, parasse no tempo e no espaço. Kellner (2006, p.122) reconhece que, em uma época de sensacionalismo, “tabloidização” e escândalos, a lógica do espetáculo atingiu a produção de notícias. Como exemplo dessa tendência, tem-se a cobertura da vinda do Papa ao Brasil, as Olimpíadas do Rio de Janeiro, escândalos e mortes de celebridades. Essa forma-espetáculo e de entretenimento, que permeia as notícias, se populariza, cada vez mais, a ponto de o autor defini-la como uma cultura de “infoentretenimento tabloidizada”. Assim, pela centralidade do jornalismo, essa forma espetacular normatiza o estilo de vida das pessoas, influencia os pensamentos, as ações e reações. Em outras palavras, espetaculariza o modo de a pessoa ser e estar no mundo. Isso ocorre porque as práticas de espetacularização envolvem meios e instrumentos, que simbolizam valores sociais contemporâneos, como, por exemplo, o fato de ter se sobrepor ao ser; a estética, à ética; o individual, ao social; e a velocidade, à qualidade.

Na contemporaneidade, o fenômeno das fusões que unem corporações e monopolizam diferentes veículos, impressos e eletrônicos, contribui para o enfraquecimento da cultura jornalística. Trata-se da formação de megacorporações, que mesclam entretenimento com informação. Isso remete ao que Kellner (2006, p.124) identifica como “sociedade de infoentretenimento.” Como consequência, tem-se a redução da diversidade e aumento do controle corporativo dos veículos e do jornalismo, afetando a democracia participativa.

Essa cultura do infoentretenimento transforma as diferentes temáticas, áreas sociais e contextos. Trata-se de uma invasão da lógica do espetáculo, no processo de enquadramento e narração do cotidiano. Esse processo se constitui numa nova configuração jornalística, e em decorrência disso, novas formas de cultura e de sociedade. Isso ocorre porque, como afirma Kellner (2006, p.145) “[...] envolve novas formas culturais, relações sociais e tipos de experiência”. Diante desse contexto, a principal questão a ser desvendada e sugerida pelo autor é “[...] de que modo elas podem conter novas formas de domínio e opressão, bem como a sua potencialidade para a democracia e a justiça social.”

Na tentativa de entender essa nova configuração espetacular da prática jornalística, Motta (2004) identifica uma forma de produção, que utiliza o ato pedagógico de apresentar a história em *flashbacks*, fotos, legendas e fragmentos discursivos. Estes são recursos que situam o leitor e regem a construção da narrativa. Nessa perspectiva, a causalidade, os antecedentes e as consequências vão surgindo, de acordo com a necessidade desse tipo de esquema narrativo.

Marfuz (2003) destaca o estilo dramatizado, como uma das marcas emblemáticas do jornalismo contemporâneo. Salienta que a composição da personagem está entre as estratégias dramáticas utilizadas e bem-sucedidas. O conceito de personagem é importante, na constituição das relações entre drama e notícia, entre quem assiste e quem interpreta, produzindo, segundo o autor, um “efeito de identificação.” Assim, por meio das estratégias dramáticas, é possível mobilizar a capacidade sensorial dos receptores. Outras pesquisas globais também apontam para um estilo dramatizado da notícia (CARLSSON; FEILITZEN, 1999; PONTE, 2005; SODRÉ, 2002; MARONA; VILELA, 2004; JACKS, MORIGI, ROSA et.al, 2004; ROSA, 2007).

A forma corriqueira como a narrativa jornalística utiliza os recursos dramáticos acaba transformando os sujeitos reais em personagens de uma história fictícia: “[...] reduzindo-a a um conjunto ligeiro de traços dramáticos característicos e a inserindo num conjunto de acontecimentos interligados em forma de enredo, tornando-a cada vez mais moldada pela estrutura dramática.” (MARFUZ, 2004, p.101).

Já na visão de Motta (2004), a identidade dos sujeitos, transformados em personagens, é definida, não pela personalidade e pelos traços psicológicos, mas pelo que fazem e pelas características físicas, servindo para aumentar a tensão narrativa. Assim, os sujeitos da vida real transformam-se em categorias construídas a partir dos indicadores lingüísticos, ou seja, assumem a vez de “[...] uma figura da dramaturgia”. É por isso que, na concepção do autor: “[...] Narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade de modo a envolver o ouvinte na história narrada.” (MOTTA, 2004, p. 7) Se o objetivo é persuadir o receptor, o ato de narrar uma história remete, obrigatoriamente, ao uso de estratégias argumentativas e persuasivas. Dessa forma, o narrador não se atém, apenas, na ordenação cronológica e estética do texto, mas, também, na oferta de sentidos, com a pretensão de que sejam absorvidos pelos receptores. Nesse sentido, Motta (2004, p. 8) chama a atenção para o fato de que, além da preocupação em ordenar as informações, há uma intenção: “As narrativas são dispositivos produtores de significados e sua estruturação como narrativa obedece a interesses do narrador (individual ou institucional).”

Para desconstruir esse esquema narrativo e perceber as intenções e as finalidades subjacentes, é necessário analisar o contexto sócio-histórico e cultural, em que o fato, a narrativa e os personagens estão inseridos. Esses fatores, aliados às condições de produção, influenciam a narrativa, fazendo-a assumir determinada forma e passar certo ponto de vista, ou seja, “[...] as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, conformam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a sociedade inteira (NUNES, 2003, p. 8). Sendo assim, é essencial, na análise narrativa jornalística, observá-la como um fato cultural e, portanto, produtor de sentidos, em que diferentes tipos de expressões, argumentações e esquemas narrativos, sobre fatos reais, podem sugerir e produzir diversos significados da mesma realidade.

4.3 ESTRATÉGIAS NARRATIVAS E MEDIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Ao organizar e dar forma a um discurso, o narrador utiliza códigos culturalmente comuns aos seus receptores, que permitirão uma certa interação e semelhante interpretação da realidade. Motta (2004, p.12) defende que as narrativas são construídas mediante estratégias comunicativas, a fim de atender determinados objetivos. Assim, a narrativa jornalística, “[...] ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados).” Desse modo, as estratégias comunicativas são também estratégias culturais, dispositivos selecionados de acordo com o sentido pretendido, de forma a garantir sua eficácia no campo da recepção.

Por outro lado, essas estratégias comunicativas, utilizadas pelo jornalismo, também significam uma forma privilegiada de não só representar, mas de construir e objetivar a realidade social. Nas palavras de Motta (2004, p.13), “[...] são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação.” Nessa visão, as narrativas são formas de relações, que se estabelecem por causa da convivência. Representam estilos culturais, mas que estão sujeitos a constrangimentos sociais, de hierarquia e de poder. Assim, a narrativa jornalística, como as demais, ao optar por determinado esquema narrativo, participa e representa “jogos de linguagem”, para produzir sentidos desejados e passar determinadas visões da realidade.

Em decorrência dessas estratégias, esquemas e jogos, podemos inferir que, ao ler uma notícia, o leitor não está simplesmente em contato com o fato real, mas está diante de uma representação da realidade ou de uma projeção cultural, que se dá a partir da experiência de vida de quem

narra e da visão de mundo da instituição que está representando. Portanto, a realidade humana narrada é sempre uma construção de sentidos, tanto individual quanto institucional, objetivada pela linguagem. Nesse processo, na qual são utilizados códigos culturais, que permitem sua compreensão e reintrodução no tecido social. Conforme Motta (2004, p. 26), a comunicação narrativa “[...] gera um certo tipo de relação entre os interlocutores: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação de parte de seu destinatário.”

Seguindo essa linha de pensamento, a realidade social atinge o espaço público, por meio de uma mediação. Essa mediação ocorre de forma natural e intersubjetiva, mas baseada em regras de significação, do campo em que o mediador está socialmente inserido. Nesse processo, são feitas construções discursivas, que servem para nomear, classificar, ordenar, hierarquizar, representar e regular certa “ordem” social e práticas culturais, por meio da atribuição de determinados sentidos à realidade. Com isso, Motta (2004, p.14) não pretende igualar²⁷ as narrativas factuais (objetividade) e as imaginárias (subjetividade), mas salienta que, entre a realidade social e os receptores, existe sempre um mediador: “[...] o que constitui a realidade é o sentido de nossa experiência e não a estrutura ontológica dos objetos.”

Dessa forma, pode-se caracterizar o jornalista, através do sentido da sua experiência, como um mediador social por excelência. Ele desempenha uma função de ponte, entre as diversas realidades e experiências, e a sociedade como um todo. Nesse contexto, o jornalismo passa a ser um espaço público de multimediasções.

A mediação²⁸ é definida como uma das maneiras com que o âmbito da comunicação e da cultura se desenvolveu para conhecer, qualitativamente, a relação existente entre a cultura, os meios de comunicação-sociedade. Serrano (1980) distingue dois tipos de mediação que comparecem no processo de produção da notícia: a cognitiva e a estruturação. A função da mediação cognitiva é selecionar, entre os acontecimentos sociais, aquilo que deverá ser levado ao conhecimento da sociedade; portanto, ela é ideológica. Já a mediação estrutural determina a forma como os acontecimentos selecionados serão apresentados, a partir de regras próprias de cada veículo. Acredita-se que os dois tipos de mediação não são estanques, mas que ambos coexistem, simultaneamente. Quando a informação está em circulação, os receptores também necessitam selecionar

²⁷ A narrativa jornalística é factual. Baseia-se e tem compromisso com o real e procura preservar a objetividade do relato, enquanto a narrativa fictícia está compromissada com a imaginação.

²⁸ Tanto o francês como o inglês confirma essa origem “*media-tion*”.

conteúdos e decidir de que forma vão se apropriar das informações que farão parte de sua experiência. Trata-se, porém, de uma seleção cognitiva, e não de ordem técnica.

O conceito de mediação é usado, também, para significar o lugar onde se dá sentido ao processo da comunicação. Barbero (1997) privilegia a cultura, como a maior e principal mediação de todos os processos sociais, pelos quais nada está ligado diretamente a nada: há uma série de mediações que influem nas relações e que definem modelos de atuação social, caracterizando a forma de comunicação e o conteúdo narrativo para dizer, durante a ação concreta.

Por outro lado, pode-se pensar, com Verón (1980, p.188-189), que, indiretamente, tudo está ligado a tudo:

A rede semiótica não é senão tecido multidimensional de mediações que se encaixam e se encaixam, repetindo sem cessar o processo mercê de qualquer coisa é posta em relação com outra por meio de uma terceira [...] A rede semiótica encerra no seu desenvolvimento a dimensão temporal de uma história coletiva.

Entende-se que esse lugar não é fixo, desloca-se e se multiplica durante o processo de comunicação. Além disso, em toda cultura, está embutida uma ideologia e uma estrutura para visão do mundo e para difusão da sua própria visão. Portanto, as mediações - tanto cognitivas, quanto estruturais e culturais - estão pressupostas em todo processo de comunicação e significação.

A origem das mediações não se limita aos meios. Elas provêm de diferentes fontes, atores e instituições sociais. São como processos estruturantes, que comparecem no decorrer da interação comunicativa, mas que também moldam essa interação. As instituições tradicionais, como a família, a igreja e a escola, vêm gradativamente perdendo seu poder, na definição das produções de sentido, ou seja, “[...] o que se desordena é justamente o ordenamento tradicional de mediações.” (GOMES, 2006, p.89). Esse desordenamento e o enfraquecimento das mediações tradicionais abrem um espaço central e potencial, para a mediação midiática e, mais especificamente, a jornalística. Com esse deslocamento, as mediações cognoscitivas e a capacidade de percepção também sofrem alterações. Conforme alerta o autor, elas adquirem dimensões singulares, tornando o sistema nervoso e as habilidades visomotoras. Além do aspecto perceptivo, a autolegitimação da imagem é tida como o maior desordenamento, pois, através da verossimilhança com a realidade, ela atende os critérios de verdade.

O campo jornalístico que, simultaneamente, desordena e reordena a realidade, segundo Rodrigues (1999), é um conjunto de mecanismos de mediação, que se constitui em um quadro do contexto das experiências dos outros campos. Não comporta nem uma experiência, em si, apenas a da mediação; tem um domínio autônomo da experiência de si, do outro e do mundo natural. Devido à tecnologia, absorve a função de mediador, entre a experiência e o mundo de uma cultura técnica. Trata-se, essencialmente, de um campo de publicização, pois, em princípio, deve estar aberto aos demais. O processo de visibilidade, interface dos demais campos, é decorrência de uma combinação de elementos das narrativas de vários campos, porém “enquadrados” pelas regras jornalísticas.

Verón (1988) desenvolve o conceito de intertextualidade, para identificar as vozes que participam do processo de produção discursiva – como mediações – no âmbito do campo midiático, que remetem para outros discursos, criando efeitos co-textuais, que sugerem um sentido passível de ser identificado pelo público. O autor introduz princípios básicos como o de produção, operação e circulação, para a análise de ofertas discursivas. Defende que “[...] não se pode descrever o processo de produção de um discurso, a não ser relacionando-o com um conjunto de hipóteses referentes a elementos extradiscursivos.” (VERÓN, 1988, p. 106), isto é, não se pode fazer uma análise descontextualizada, pois toda notícia é tecida e mobilizada por diversos discursos.

Quanto ao mediador social e sujeito discursivo, Verón (1988) o fragmenta através da identificação das diferentes vozes, presentes na teia de intertextualidade do discurso enunciado. Entende-se que existe “polifonia” (BAKHTIN, 1992, p.121) em todo discurso jornalístico, na medida em que o sujeito que enuncia está tecendo uma trama, com fios de diferentes origens e vozes, dos quais ele lança mão, para fazer o seu próprio texto-tecido-tessitura. Muitas vozes podem falar num só texto, podem estar embutidas em cada passagem, sob forma de inspiração ou influência explícita. Essas várias vozes passaram por uma padronização, segundo o crivo da cultura jornalística. Pode-se afirmar que, mesmo identificando todas as vozes, representações e/ou influências, presentes num discurso, a sua forma final e o seu enfoque são resultados de decisões em seqüência: primeiro, do repórter, depois, do editor e do conselho editorial, variando conforme a ordem hierárquica do veículo.

Nesse sentido, Landowski (1992) caracteriza o jornal como um instrumento poderoso de integração das múltiplas interações de referência, que ele toma como fontes. Essa, porém, é uma

integração tensa, pela disputa de poder, que se instaura por um local privilegiado, narrativamente falando. Segundo o autor, o jornal é um discurso plural por excelência. Mais que qualquer outro discurso social, presta-se a uma enorme diversidade de abordagens, que podem dizer respeito tanto aos conteúdos ideológicos como às estratégias narrativas que ali se manifestam. Sendo assim, o acesso à produção de sentido das mensagens é uma questão totalmente aberta, ligada às condições de reconhecimento e ao contexto histórico e sociocultural do receptor.

Entende-se que a notícia é um produto dessa intertextualidade e o jornalista, um mediador social, na medida em que - e somente se - articular os argumentos das partes envolvidas, de modo democrático e ético, a fim de que o leitor, com o qual mantém um “contrato de leitura”²⁹ (VERON, 1983, p. 54 -55), possa formular seus próprios juízos, a respeito do que está sendo apresentado em forma de discurso jornalístico. Esse discurso é formatado por atores, perpassados de pressupostos ideológicos, que resultam de sua experiência e interação com o meio social. Portanto, ao mesmo tempo em que é constituída por dispositivos de mediação, os mídias representam, também instâncias de mediação obrigatória. Segundo Rodrigues (1990, p.42), a mídia “[...] faz repercutir ‘capilarmente’ até ao mais íntimo recôndito do tecido social as suas marcas.” Esse campo de mediação, através de sua narrativa, perpassa todos os campos e espaços privados, provocando uma exclusão dos que não são focados por ele.

As intermediações, segundo Barbero (1987), têm várias implicações, que podem ser sinteticamente, assim definidas: não se pode saber, *a priori*, o que se passaria em uma relação, uma vez que não se sabe que tipos de mediações vão interferir nela; há necessidade de incorporar elementos do macrocontexto, independentemente do contexto em que se dá a relação; e é preciso identificar, para cada caso, quais as principais fontes, que vão influenciar no contexto e na relação entre as partes envolvidas. É em meio ao confronto, conflito e negociação, entre os campos envolvidos, que se legitima o poder da função dos *media* e, mais especificamente, do jornalismo, no sentido de socializar o cotidiano privado, à medida que possibilita um acesso democrático ao espaço público. Conforme Rodrigues (1990, p.129 -130):

Este dever instrumental é um limite, mas a sua natureza não é histórica, é tencional. Dá-se sob a forma de uma miragem que se projecta no horizonte de um novo mundo sincrético, de um mundo homogeneizador da modernidade, confrontada com a diversidade de mundos cada vez mais autônomos.

²⁹Implica que o discurso midiático é um espaço imaginário, onde são propostos múltiplos percursos ao leitor.

Trata-se de uma autonomia que, na realidade, é cada vez mais relativizada por esse mundo de cultura técnica e homogeneizada. Por outro lado, autonomia e dependência convivem de forma complementar, mas conflitual, como condição para atingir a visibilidade social.

Várias são as falas sustentadas em um jornal. É com elas que o mediador fica conectado diretamente, e não com os fatos. Intermediando essas falas e o jornal, tem-se, por exemplo, o despacho da agência, uma escritura feita de sucessivas reescrituras, cujo jogo de enunciados é estudado nas fontes do jornal. Para que ocorra a passagem do acontecimento em notícia, é preciso transformar todo o fluxo de informações em uma “área espacial” (MOUILLAUD, 1997, p.26), através de operações que atingem, essencialmente, as formas advindas do mercado de consumo, marketing e publicidade. O jornalismo institui um discurso, utilizando-se da aparência, do encantamento, do jogo, do ritual para organização de um esquema narrativo, *redutor*, mas *sedutor* e *simbólico*.

Portanto, o mediador escuta todas as vozes dos campos envolvidos; porém “traduzindo-as” sob as suas normas. Segundo Mouillaud (1997), essa dualidade estratégica de suas origens é que lhe permite manipular o discurso dos demais campos, identificando-se com eles ou distanciando-se dos mesmos. Assim, há um traço autoritário na mediação, pois ela não deixa de significar certa violência, na medida em que se trata de um ato arbitrário do mediador com o sujeito e campo de origem. O mesmo ocorre com o receptor, em relação à decisão do que se deve saber sobre o cotidiano social, do qual, na maioria das vezes, ele não tem como ampliar a visão para uma interpretação própria. Como afirma Rodrigues (1990, p.42), “[...] a intriga supõe uma escolha arbitrária dos dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente.” Feita a escolha, outros tantos cenários permanecerão excluídos e jamais serão escritos. Certamente, de cada um resultaria multissignificações e até inversões, pois, alterando o contexto, conseqüentemente, as significações também serão alteradas.

Portanto, quanto à prática de mediação jornalística, surgem questionamentos, em relação ao que definir como realidade e como conhecê-la. Destaca-se, por exemplo, a questão de como saber qual será a relação mais equilibrada para esta interação tensional, entre as instituições e o jornalismo. O principal problema, no jornalismo, imerso nessa rede de interações e multimedias, é o da eleição de significados a serem ofertados. Isso significa oferecer, ao receptor algo

que lhe permita definir um olhar sobre tantos possíveis. Esse olhar, por sua vez, não sendo aleatório, não agrada a todos os campos e atores envolvidos.

Acredita-se que esse problema pode ser relativizado e o espaço público, democratizado, através das diferentes questões problematizadas nessa tese, tais como: a prática do contra-agendamento, o exercício do jornalismo público, a apropriação de novos saberes, por parte do mediador, e o uso da metaepistemologia, que serão abordados a seguir.

4.4 EM BUSCA DE UMA METAEPISTEMOLOGIA JORNALÍSTICA

Na perspectiva sociológica de Morin (2003), o grande problema atual da humanidade, não é a comunicação nem a informação, mas a falta de compreensão humana que ele define como “[...] um tipo de conhecimento que necessita de uma relação subjetiva com o Outro, de simpatia, o que é favorecido, talvez pela projeção, pela identificação.” (MORIN, 2003, p.12). É esse o desafio que a comunicação complexa e mais especificamente a narrativa jornalística continua a enfrentar, ou seja, a inclusão do componente afetivo. Assim, a compreensão nasce e se mantém por uma via afetiva, que pode ser a compaixão, a amizade, a fraternidade ou o amor. São esses componentes que possibilitam uma interação empática, com a alteridade. Na compreensão, não há espaço para a arrogância, o cinismo, o individualismo, a desigualdade e inverdades.

Já Maffesoli (2003, p. 21), reconhece que se trata de uma dificuldade etimológica. Compreender significa “[...] reunir, abordar o mundo na sua totalidade, abrir-se aos outros.” Isso tudo remete, essencialmente, ao processo narrativo. A questão seria, então, o fato de o narrador preferir focar coisas mais objetivas, ao invés de se ocupar com a compreensão e vibração do contexto. Maffesoli (2003, p.25) enfatiza essa dificuldade de “[...] pensar sensitivamente, incluindo a parte sensível da vida. A vida social baseia-se quase que inteiramente na atração e na repulsão”. Seguindo essa perspectiva, tem-se que o narrador pode vibrar com um grupo e não com outro, com uma temática e não com outra, sendo que essa atração ou repulsão são decisivas na construção de narrativas sobre a realidade e identidades sociais. Isso significa também que, a compreensão de si próprio só se dá na relação com a alteridade, e a compreensão com o outro só é possível, a partir do exercício de colocar-se no lugar do outro. Caso contrário, ocorrerá a repulsão, a incompreensão, a incomunicação e a exclusão.

Esta problemática, abordada por Morin (2003) e Maffesoli (2003), se acentua nas coberturas que envolvem problemáticas sociais, obstaculizando as intervenções na realidade e o exercício da cidadania plena. No tocante às formas de compreensão e abordagens jornalísticas que ajudam a problematizar as intervenções sobre a temática estudada, é necessário considerar que os conceitos, teorias e métodos, utilizados na cobertura, além de produzirem formas de pensar e ordenar a ação, atuam no processo de compreensão dos resultados. Na tentativa de avançar no enfrentamento dessa problemática, Popkewitz e Lindblad (2000) trabalham a distinção, com base em duas abordagens: a equidade e o conhecimento.

A abordagem da equidade analisa as questões de acesso dos indivíduos e grupos às políticas sociais, isto é, os processos que incluem ou excluem certos grupos. Valoriza-se, sobretudo, o desenvolvimento dos processos e as práticas organizacionais, apropriados para acesso à inclusão/integração social. A questão central envolve os aspectos da compreensão, explicação e intervenção, sobre a participação/não participação de grupos sociais e indivíduos. Os outros aspectos destacados por Rodrigues (2002) são os seguintes:

- reforço das políticas redistributivas, dado o peso desigual que há entre os vários estados membros e entre os distintos patamares de cobertura que viabilizam essas políticas;
- reforço do eixo das políticas de reconhecimento, que dão conta e tratam das diversidades dos grupos sociais, ou seja, do campo da injustiça redistributiva;
- interligação das políticas de inserção e de desenvolvimento.

Em contraposição, a abordagem centrada no conhecimento vai focar a produção de imagens e narrativas que vão basear classificações várias. Essas, por sua vez, apóiam a qualificação e ou a desqualificação dos indivíduos, no campo da política social.

As elaborações teóricas mais recentes consideram que a inclusão social se liga com a exclusão, por um *continuum*. Alguns analistas defendem que seria melhor falar de um conceito único: inclusão/exclusão. Na abordagem do conhecimento, a ênfase é a necessidade de compreender os processos de construção das qualidades, que distinguem e diferenciam os seres humanos para a ação e participação. Assim, o problema central dessa abordagem, não é a classe, o gênero, a etnia e a individualidade, mas a construção e representação social desses elementos. É esse processo que diferencia e induz as diferenciações e discriminações, entre os seres humanos (RODRIGUES, 2002).

A autora aborda algumas atitudes a serem desenvolvidas, nas intervenções da problemática do conhecimento. São elas:

- conhecer melhor o fenômeno que permanece e se reconfigura, com tradução na imaginação, não só sociológica, mas também cívica;
- focar os campos de produção social dos problemas, além de dar maior precisão às suas causas e apoiar as medidas de adequação;

- desenvolver a capacidade de acessar aos problemas da pobreza e exclusão social latentes, isto é, àqueles que estão inscritos, embora nem sempre nitidamente explícitos, nos processos e situações de reestruturação e alteração dos sistemas de proteção social;
- contar com a capacidade de auto e heteroconhecimento dos cidadãos, que vivem e experienciam a pobreza e exclusão social.

Entre as duas abordagens, os processos de administração da equidade têm despertado maior interesse social, e a reflexão sobre as causas tem ficado em segundo plano. Para os objetivos desta tese, porém, opta-se pela abordagem do conhecimento, que ajudará a conhecer e a problematizar as estratégias narrativas jornalísticas, no campo da pobreza e da exclusão social, bem como no conhecimento da representação das identidades dos sujeitos excluídos.

Além da abordagem do conhecimento, da busca de uma nova forma de conhecer, compreender, analisar e reconstruir a realidade, no espaço público jornalístico, faz-se uso, também, dos pressupostos epistemológicos da Metaepistemologia, propostos por Giardino (2003), que segue uma perspectiva sociológica. A teoria caracteriza-se por unir a Epistemologia do Sujeito Cognocente com a do Sujeito Cognocido. Acredita-se que a Metaepistemologia, juntamente com a abordagem do conhecimento, pode constituir-se num modelo interpretativo, a ser usado pelos jornalistas, ao narrar a realidade que envolve as problemáticas sociais da pobreza e da exclusão social, aqui estudadas.

A Epistemologia do Sujeito Cognocente impõe limites à manifestação da identidade do sujeito cognocido. São, por isso, altos os riscos de empregar noções prévias e parciais a respeito da identidade dos sujeitos conhecidos ou de se cumprir a afirmação de Spink (2000, p.142), no sentido de que se vê e se interpreta o mundo, a partir das viseiras dos próprios preconceitos. Trata-se de um determinado olhar e de uma visão de mundo, limitada pelas representações sobre o tema e do *habitus*³⁰ dos interpretantes.

A Epistemologia do Sujeito Cognocido propõe uma ruptura ontológica, que consiste em considerar a identidade do ser humano, como sendo formada por dois componentes: um essencial, comum a todos; e outro existencial, que faz com que cada ser humano seja único, em sua diferença. Ela parte, dessa forma, do princípio de igualdade essencial, entre os seres humanos, e da

³⁰ Bourdieu (1989, p.61) entende a noção de *habitus* como um conhecimento adquirido e também indica a disposição incorporada de um agente em ação.

identidade comum de quem conhece e de quem é conhecido, considerando o conhecimento como uma “construção cooperativa”. Assim, a Epistemologia do Sujeito Cognocido propõe “[...] novas formas de conhecer, com capacidade tanto para dar conta da igualdade essencial e da diferença existencial própria dos seres humanos como para evitar que sejam consideradas como essenciais suas diferenças existenciais.” (GIARDINO, 2003, p.100).

Coerente com essa opção epistemológica, propõe-se, para o campo jornalístico, a institucionalização de um Contrato Social de Conhecimento, entre o Sujeito Cognocente (S Cte) e o Sujeito Cognocido (S Cdo). Com outras palavras, propõe-se que o compromisso com o Sujeito Cognocido também tenha *status* de contrato, a exemplo do “contrato de leitura”, proposto por Verón (1989) entre o narrador (S Cte) e o leitor (receptor). Dessa forma, contempla-se o processo de comunicação interacional amplo, ou seja, a fonte de informação, o mediador e o receptor. Nessa perspectiva, o mediador assume um contrato, não apenas com o receptor, mas com todos os sujeitos sociais envolvidos no processo de construção cooperativa da realidade. Assim, a relação entre os sujeitos é mediada por um conjunto de representações para o qual todos os envolvidos (S Cte, S Cdo e receptor) apelam, no processo de conhecimento e interpretação da realidade.

Estudos globais (PONTE, 2005), na América Latina (GIARDINO, 1997; 2003; MARONNA e VILELA, 2004) e no Brasil (MAROCCO, 2004; JACKS, MORIGI, ROSA, et.al. 2005; ROSA, 2007), evidenciam a predominância do uso da Epistemologia do Sujeito Cognoscente, nas reportagens sobre temáticas sociais. O esquema narrativo utilizado, de modo geral, nega o componente comum e valoriza o que é socialmente desvalorizado. Caracteriza-se, por isso, numa construção discriminatória de representações sociais, evidenciando o que Giardino (2003) identifica como “ações de privação de identidade”.

Os estudos, acima citados, mostram que a identidade é imposta pela situação de pobreza. Os atributos e as ações, creditados aos sujeitos socialmente excluídos, reforçam a permanência nessa situação. As funções, caracterizações e qualificações, atribuídas a esses personagens, estão associadas à hierarquia e à ordem social vigente. Daí a relevância de se estudar a maneira como o jornalismo categoriza os sujeitos excluídos e suas ações. Essa maneira de categorização remete ao papel ativo ou passivo dos personagens, além de explicar e atribuir causas e significados às suas ações.

O jornalismo elabora uma estrutura de conhecimento, que inclui seqüências de ações estereotipadas, define responsabilidades, papéis sociais, direitos e deveres. Para Szymaniak et al.

(2000), os estereótipos funcionam como esquemas cognitivos de abordagem da realidade e carregam uma percepção simplificada e preconceituosa da mesma. Por exemplo, quando se pensa em moradores de favela, freqüentemente, tem-se a idéia estereotipada de pessoas ligadas à criminalidade. Essa idéia, no geral, é reforçada pelo fenômeno de “militarização” das favelas, legitimada pela cobertura jornalística. A realidade, porém, é bem mais complexa do que o pensamento estereotipado, que se formou em parte do inconsciente coletivo. A maioria dos favelados não se enquadra nesse estereótipo, ou seja, é formada por pessoas que trabalham, estudam e lutam, com dificuldade, para sobreviverem em um ambiente sem infra-estrutura básica.

Os estereótipos mencionados minimizam e até apagam as singularidades entre os sujeitos enquadrados. Assim, ao se deparar com o grupo de imagem estereotipada, a tendência é usar esses estereótipos, como condicionantes da forma de ser e estar com eles, bem como de compreendê-los. Essas idéias acabam enraizadas na estrutura simbólica e cultural do indivíduo e, também, do senso comum ao qual se recorre, toda vez que se olha e se dá significado ao mundo.

O resultado dessas interações, baseado em estereótipos, implica em ações e representações discriminatórias. O conceito de discriminação remete a uma ação, mediante a qual um dos sujeitos da interação social desconhece o componente essencial e comum da identidade do outro, e repele sua diferença existencial. Assim, as ações discriminatórias se produzem tanto quando se nega o componente comum, igual para todos os seres humanos, como quando se desconhece a diferença existencial, que é única a cada ser humano. Giardino (2003) destaca, ainda, a eficácia dessa estratégia e define, como essencial, as diferenças, que são apenas existenciais, no sentido de se “[...] preservar uma certa ‘ordem’ social; legitimar e justificar sentimentos, submissões e privações; liberar os responsáveis e colocar a culpa na vítima; consolidar as relações de poder e dominação.” (GIARDINO, 2003, p. 198).

A característica da narrativa discriminatória é a construção e a reprodução de um núcleo cognitivo que justifica a negação, mediante o recurso de mostrar atributos contrários aos socialmente aceitos, diferenciando-os dos demais. Assim, a discriminação ganha força, no tecido social, por meio de “ações de privação de identidade”. Entre as principais, Giardino (2003) destaca as seguintes:

- a relação causal, mostrada como necessária, para justificar o caráter irreversível dos comportamentos;

- a atribuição de culpa e responsabilidade aos grupos discriminados, e a dificuldade dos mesmos em se libertar dessas ações;
- a reiteração dos processos históricos, de seus conflitos e das formas de solução;
- a posição de uma contracultura ética, moral e de relações humanas, diferentes da expectativa social;
- a concentração de comportamentos ilegítimos;
- A carência de atributos afetivos próprios de sua humanidade;
- o registro da fala do sujeito, para dar conta autoconfessionalmente de sua contracultura.

Essas "ações de privação de identidade", imputadas aos sujeitos envolvidos no acontecimento, são dirigidas, diretamente, ao sujeito leitor e interlocutor do sujeito mediador. Indiretamente, elas tornam-se parte da interação, influenciando o conteúdo, o sentido e, na possibilidade das relações sociais, condicionando a definição da identidade. Portanto, “[...] essas ações de privação da identidade produzem e reproduzem as estruturas de poder e dominação da sociedade e, nesse caso, consolidam e agravam as situações de pobreza [...]” (GIARDINO, 2003, p.101).

As ações de privação da identidade, usadas pelo mediador, no processo de representação das pessoas excluídas, no geral, violam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todos os seres humanos têm um traço comum que os torna iguais. Esse traço é a dignidade intrínseca, ou seja, a *identidade essencial*. O outro componente é a *identidade existencial*, que determina o reconhecimento do direito de cada pessoa a ser diferente. Nessa perspectiva, a igualdade essencial entre indivíduos é o primeiro princípio, que deve orientar o processo de interação comunicativa. É injusta, portanto, toda a interpretação e estratégia narrativa, que ignora ou nega esse princípio. Trata-se de um princípio ético, uma ética definida a partir de fora, a partir do outro. Acredita-se que através da ação comunicativa, com igualdade de posições e em busca do melhor argumento, seria possível construir uma instância crítica e propositiva do dever ser das relações humanas. A ação comunicativa proposta por Habermas constitui-se em uma “interação simbolicamente mediada” orientada por normas que contemplam deveres e direitos recíprocos. Trata-se de um processo comunicativo onde as pessoas interagem através da linguagem para obter um consenso, mas norteadas pela idéia de justiça, de verdade e de liberdade (1987d).

Além das ações de privação de identidade, Giardino (2003) destaca, também, os paradigmas argumentativos, como marcos que delimitam as formas que o S Cte (mediador) utiliza para construir e representar a realidade. Esses paradigmas são constituídos cognitivamente por modelos interpretativos, que estão presentes na narrativa de forma implícita. Os modelos, por sua vez, supõem alguma forma de organização social, de diferenciação ou hierarquização, entre seus membros. Trata-se de um tipo de relação social predominante, que envolve uma maior ou menor possibilidade dos sujeitos, no sentido de contribuírem com a construção da sociedade, bem como de proporem e obterem uma transformação nos sistemas de distribuição de bens materiais, simbólicos e espirituais. Por outro lado, a distribuição desigual desses bens acentua as diferenças existenciais, sendo que grande parte dos conflitos sociais é justamente decorrente da ascendência e/ou perda desses bens (GIARDINO, 2003).

O uso de determinados paradigmas argumentativos e de modelos interpretativos funciona como um recurso que, por meio de um conjunto de oposições afirmativo/negativo, real, imaginário, sinaliza o tipo de identidade e a forma de ser e estar no mundo do S Cte (individual e institucional). Esse recurso objetiva provocar o sentido e as representações no receptor. Dependendo do paradigma argumentativo e do modelo interpretativo selecionado, o mediador pode deslocar os S Cdos de uma posição de submissão para a de protagonista, de vítimas para a de gestores, e vice-versa, alterando-se, então, os papéis e os lugares sociais (GOFFMAN, 1981).

Os paradigmas argumentativos e os modelos interpretativos, utilizados para representar determinado grupo, além de revelar a sua avaliação, têm, portanto, conseqüências sobre as ações que lhes atribuem. No caso de serem discriminatórias, as ações contribuem para a criação de estereótipos que, como "estruturas cognitivas", se associam às relações de dominação, entre os diferentes grupos sociais e essas pessoas. A discriminação evidencia um modelo social que consagra a desigualdade e corrompe os direitos de cidadania dos S Cdos discriminados. É por isso que a reprodução desse modelo de relações sociais está condicionada por formas de hierarquização, baseadas na posse de bens materiais e simbólicos. Em outras palavras, mediante a escolha de um sistema de reconhecimento ou negação, valorização ou desvalorização, o S Cte (mediador) regula a identidade e a ação dos S Cdos. Os efeitos dessa mediação incidem sobre a experiência cotidiana dos receptores, seja para confirmar, seja para repensar sua visão, compreensão e atitude diante da realidade de exclusão social.

Esse processo reconfigura continuamente os parâmetros de sociabilidade. Orozco-Gomes (2002, p.35) destaca o fenômeno de produção de sentidos, na audiência, ou seja, “[...] a partir do bombardeio midiático, as interações sociais se reordenam como também [...] se reconstituem diariamente a cultura, a cidadania, os saberes e conhecimentos, as identidades, as sensibilidades, as representações, as alianças e o poder.” Assim, torna-se difícil distinguir ou identificar as fronteiras da cultura, da cidadania, da identidade vivida no cotidiano, em relação à mediada. Para o autor, isso representa uma redução da autonomia, decorrente da experiência vivida, e uma ampliação do “despoder dos sujeitos sociais”. Já Thompson (1998, p.196 -197) vê possibilidade de neutralizar esse fenômeno:

Justamente quando muitas formas de experiência foram separadas dos contextos práticos da vida diária e reconstituídos em ambientes institucionais, os indivíduos se confrontam com uma explosão de formas de experiências mediadas. E algumas destas formas de experiência separada do fluxo normal da vida cotidiana foram reintroduzidas – talvez até ampliadas e acentuadas – através da mídia.

É nesse contexto de múltiplas reconfigurações sociais, decorrentes de experiências mediadas, institucionalizadas e midiaticizadas que, analisa-se, a seguir, as estratégias narrativas do jornal Zero Hora na construção da identidade de “Tribos da misérias” e na representação da temática em estudo.

5. ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DO JORNAL ZERO HORA, NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE “TRIBOS DA MISÉRIA³¹”

5.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Diante da proposta de pesquisa, de compreender como as narrativas jornalísticas reconstroem as identidades dos personagens envolvidos nos acontecimentos, optou-se por uma metodologia qualitativa, partindo de uma perspectiva hermenêutica. Trata-se de uma tentativa de aprofundar o diálogo com os agentes envolvidos no processo comunicacional, que engloba a problemática social aqui estudada. Nas palavras de Sodré (2003, p. 310), o desafio é:

[...] construir um paradigma de conhecimento em que o discurso reflexivo não seja totalmente estranho ao senso comum dos agentes sociais da comunicação, expresso tanto na mídia quanto na diversidade de práticas culturais [...] Para a produção de um saber ético ou prático no sentido da atribuição de um sentido humano ao bios-midiático, um saber capaz de reorientar as elites logotécnicas (jornalistas, diretores de mídia, produtores culturais, etc.) e as comunidades tornadas audiências.

O desafio, portanto, é de contemplar, nesta pesquisa, a “[...] complexidade e a opacidade do processo, tudo aquilo que excede e subverte o tranqüilo ir e vir da informação” (BARBERO, 1984, p.26), mas que é vestígio do sujeito histórico social, político e cultural. Assim, um método não é apenas um instrumento para estudar um problema de pesquisa. O autor caracteriza-o, também, como um ponto de vista sobre o objeto, que impede ou possibilita que algo seja considerado problema.

A narratologia vai se constituir a ferramenta de análise das matérias jornalísticas. Possibilitará conhecer a imagem, os estereótipos e suas implicações sociais. Justifica-se essa opção, pelo fato de a atividade jornalística ser, essencialmente, uma prática narrativa. Narra a realidade cotidiana de um espaço central e com regras e convenções, próprias para o conjunto da sociedade. Para tanto, utiliza-se de jogos de linguagem, para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu. Nas palavras de Maronna e Vilela (2007, p.29):

³¹ Expressão usada no episódio “Sem-teto na capital chegam a 4,7 mil”, publicado em 22/1/2006, jornalista Andrei Netto. Remete à diversidade de identidades e culturas das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social e à forma de organização das mesmas.

A narrativa como prática é uma forma de conhecimento e organização do mundo, é tentativa de tornar a experiência inteligível e comunicável. A narrativa é produtora de sentido e expressa visões de mundo, legitimando-as, em maior ou menor grau, e isto dependerá do lugar que ocupa o emissor da narrativa numa determinada sociedade.

O lugar privilegiado que o narrador jornalístico (individual e institucional) ocupa, entre as demais narrativas sociais, aumenta a sua responsabilidade, uma vez que suas práticas são carregadas de valores, referências comportamentais e de modelos de identidades.

Pretende-se, com essa opção metodológica, dar conta de um desafio político que se coloca à pesquisa da comunicação, que nas palavras de Braga (2004) é desenvolver e colocar a público um debate não abstrato, mas de resultados. Estes resultados oferecidos à sociedade e a capacidade de integrá-los e incorporá-los à vida cotidiana representam a principal velha e nova essência da pesquisa em comunicação – jornalismo. Mais especificamente, são aspectos também diretamente ligados à temática da pobreza e exclusão social, em que o debate é acirrado, mas se percebem reduzidas situações de consenso e ações práticas.

Nesse mesmo sentido, Barbero (1984, p.26) alerta para o risco de esquizofrenia da pesquisa, de um discurso vago e generalizante, que oculta a falta de trabalho empírico e o escapismo político,

[...] se faz pesquisa para não ter que passar à ação, ou melhor, se faz um tipo de pesquisa que não nos envolva, ou melhor, uma pesquisa generalizante que não exija 'prática' alguma, porque pesquisando o particular, sobre o qual é possível intervir, corre-se o risco de descobrir não somente argumentos para 'criticar' o sistema senão ferramentas para transformá-lo.

Feita essa opção metodológica, na primeira etapa, foi realizada a leitura, levantamento dos dados e seleção dos casos a serem analisados posteriormente. O jornal selecionado, para análise, foi o Zero Hora, de Porto Alegre/RS, de maior alcance, prestígio e incidência da região sul do Brasil. Isso é constatado, seja pela sua tiragem, pelo alcance da sua distribuição³² ou pela sua condição potencial de referentes para outros meios (rádio e televisão) e, por conseguinte, pela sua presença na discussão pública. Quanto à abrangência do período, 2003 a 2007, o motivo da esco-

³² Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) divulgados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), o Zero Hora (ZH) aparece em 5º. lugar entre os dez maiores jornais do Brasil em 2006. Perdendo, em ordem decrescente, apenas, pela Folha de São Paulo, O Globo, O Extra e O Estado de São Paulo.

lha é porque esse intervalo de tempo contempla parte das duas gestões do Presidente Lula, cuja plataforma política é calcada na prioridade à área social. Acredita-se que, nesse período, houve um investimento maior em pautas dirigidas a temas sociais e, até, uma possível consolidação dessa agenda. Assim, esse período é rico em materiais sobre a temática, ou seja, tem um bom potencial para a análise da forma como o jornalismo cobre as temáticas em estudo.

Após verificar o número de matérias indexadas, pelo jornal ZH, sobre a temática em estudo, foram selecionados e analisados os episódios mais relevantes publicados no período que apresentaram uma ou mais das seguintes palavras-chave³³: pobre, pobreza, linha de pobreza, miséria, fome, indigentes, moradores de rua, papeleiros, catadores de papel, exclusão social, e desigualdade.

Os episódios foram considerados, como constituídos por: uma notícia, referida a um fato concreto; uma seqüência de matérias jornalísticas, sobre um mesmo acontecimento, seguido ao longo do tempo; uma série de reportagens sobre a mesma temática; e, várias notícias, referidas a uma temática.

As estratégias narrativas jornalísticas de construção de identidades foram analisadas, tendo como base os procedimentos sugeridos por Motta (2007, p.147). Conforme esses procedimentos, procura-se “[...] interpretar dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno observado, compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção”. Propõe-se, assim, uma análise norteada pelos seguintes procedimentos (MOTTA, 2007, p.147 – 166): reconstituição do acontecimento jornalístico; identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; e a construção de personagens jornalísticas, estratégias e relações comunicativas e as metanarrativas.

A narratologia vai se constituir na ferramenta de análise das matérias jornalísticas. Possibilitará conhecer a imagem, os estereótipos e suas implicações sociais. Propõe-se, assim, uma análise orientada pelos procedimentos sugeridos por Motta (2007, p.147 – 166): reconstituição do acontecimento jornalístico; a construção de personagens jornalísticas; a identificação dos conflitos; estratégias comunicativas objetivadas e subjetivadas; a relação comunicativa e o “contrato cognitivo” e as metanarrativas.

³³ Definidas a partir dos conceitos envolvidos no objeto de estudo e contemplados no referencial teórico e de observação sistemática da narrativa de jornal, anterior à coleta efetiva.

5.1.1 Reconstituição do acontecimento jornalístico

Trata-se de uma síntese, que faz a retrospectiva da história e assume a vez de outro acontecimento. É esse acontecimento que serve como base para a análise, pois se transformou em um enredo coerente, contínuo e coeso, que sugere outra significação.

5.1.2 A construção de personagens jornalísticas

O narrador atribui papéis sociais aos personagens, que costumam ser o eixo das histórias, através de suas nomeações e qualificações. Portanto, o personagem é uma obra de seu narrador, que usou de autonomia e mobilizou sua subjetividade, na criação, nomeação e qualificação do mesmo. Ou seja, não se trata da descrição de um personagem real, mas de uma construção e interpretação, sobre o personagem criado pelo narrador jornalista. Ele distingue e hierarquiza os personagens, de acordo com suas ações, atributos, nomeações e designações, referindo-se a um ter, um fazer e um ser.

5.1.3 Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios

Toda e qualquer narrativa é estruturada pelo conflito ou situação-problema, que rompe com o equilíbrio e gera expectativas. O conflito sugere o confronto entre, no mínimo, duas partes, que possuem interesses distintos, gerando uma tensão narrativa.

5.1.4 Estratégias comunicativas

A narrativa jornalística estrutura-se através de jogos de linguagem e estratégias de constituição de significação. Oscila entre efeitos de real e outros efeitos de sentido, como a compaixão, a dor e a ironia, de forma exacerbada pela linguagem dramática. Transita entre contrários, o objetivo e o subjetivo, o real e o imaginário, a denotação e a conotação.

As **estratégias de objetivação** são construções dos efeitos de real. A principal estratégia da narrativa jornalística é fazer com que os receptores interpretem a notícia como verdade. O efeito de real é produzido, através de recursos de linguagem, que funcionam como estratégia argumentativa, para apagamento da figura do mediador.

As **estratégias de subjetivação** são construções de efeitos poéticos. Essa estratégia gera, nos receptores, efeitos de sentidos emocionais, como surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche e ironia. A forma de expressão dessas estratégias narrativas é bastante variada: verbos negativos, de conselho, de advertência; adjetivos afetivos ou de possessão; substantivos estigmatizados; exclamações; interrogações; comparações; ênfases; repetições; reticências; figuras de linguagem; ironias e paródias; conteúdos implícitos; e advérbios, como ‘apenas’, ‘de novo’, ‘só’, ‘ainda’.

5.1.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

Trata-se da forma de enquadramento e abordagem (seleção e saliência de aspectos da realidade). Essa forma é um contrato cognitivo implícito, entre narrador e receptor. Ambos convenionam que o jornalismo é o lugar da verdade, garantindo sua eficiência e gerando estabilidade. A partir dessa compreensão, é possível interpretar, por exemplo, ironias e insinuações. O contrato significa um jogo, entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor.

5.1.6 Metanarrativas

São significados de fundo, moral ou fábula da história. As notícias são fatos que transgridem algum significado social estável. Esse significado pode ser de ordem ética, moral, filosófica, política, religiosa, psicológica ou ideológica. Chega-se à metanarrativa, através da identificação e da interpretação desse significado simbólico.

Concluída essa classificação, partiu-se para análise qualitativa das narrativas. Optou-se, como linha central, para a análise dos casos pelo estudo dos personagens, e a forma como ocorre a identificação e a caracterização, (nominações, atributos, funções, ações). Isso possibilitará a identificação dos significados e possíveis contradições, envolvendo a temática em estudo.

A narrativa atribui qualidades (positivas ou negativas) às personagens e às suas ações. A adjetivação é o recurso imediato, para a qualificação de uma personagem ou ação, referenciadas numa notícia. Pode-se, também, usar uma linguagem figurada, para se obter o mesmo efeito, recorrendo-se, por exemplo, à metáfora. Os atributos dos personagens podem ser estabelecidos, indiretamente, através das ações que eles praticam, tendo em conta a forma como estas ações são representadas nas narrativas. Por exemplo, se um excluído é representado nas notícias por praticar atos anti-sociais, é atribuída, simbolicamente, a qualidade de excluído, e a deslegitimação para incluir-se. Assim, interessa, aqui, fazer um levantamento dos atributos que são imputados, direta ou indiretamente, às personagens das notícias. Interessa analisar como as narrativas jornalísticas reconstróem, simbolicamente, as identidades daqueles que estão representados, seja pelo jogo de linguagem, o vocabulário, as nomações, as ações ou pelas formas de relações entre os personagens excluídos.

Ao longo da leitura exploratória das reportagens, percebeu-se diferentes formas de cobertura, de acordo com as especificidades dos personagens envolvidos. Assim, para fins de análise, os episódios foram agrupados, não cronologicamente, mas nas seguintes categorias que se caracterizam em diferentes “tribos da miséria”:

- Famílias e políticas públicas sociais;
- Famílias em situação de rua;
- Migrantes em situação de rua;
- Mendigos em situação de rua;
- Adolescentes em abrigo Público;
- Crianças em situação de risco.

Na seqüência, é apresentada a análise de fragmentos³⁴ discursivos, de episódios jornalísticos, que ajudam na compreensão do processo de construção de identidades dessas diferentes “Tribos da miséria”.

³⁴ Apesar da seleção de fragmentos narrativos, o esforço de análise foi feito com base na realidade social e no contexto histórico-cultural do episódio.

5.2 ANÁLISE DA CATEGORIA FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

5.2.1 Episódio jornalístico: “O Fome Zero da Rua 3 da Prainha”

Narrador: Moisés Mendes

Data de publicação: 2/11/2003.

5.2.1.1 Reconstituição do episódio

A reportagem especial, intitulada “O Fome Zero da Rua 3 da Prainha”, narra o modo como uma comunidade de catadores de lixo reciclável sobrevive à margem do Programa “Fome Zero”, do governo federal. Como pano de fundo da reportagem, tem-se a questão do trabalho informal e de estruturas cooperativas de convivência, através de um processo de troca-troca de porções de alimentos e serviços, ou uma espécie de economia primitiva, mas também solidária. Essas possibilidades, porém, não foram diretamente abordadas. A maneira poética com forte uso de estratégias subjetivas, com que a realidade foi construída, mascara e romantiza a situação de pobreza, minimizando as dificuldades cotidianas. Mostra que, por precárias que sejam as condições de vida da comunidade, os moradores do local são felizes e, mesmo tendo pouco, dividem com quem não tem. Essa visão romântica da pobreza contribui para que os leitores não se incomodem com a questão da desigualdade social. Em nenhum momento, questiona problemas estruturais, como saneamento básico, que não se resolvem à base do escambo.

O episódio evidencia que as pessoas da comunidade sobrevivem excluídas de seus direitos de cidadania: direito à moradia, à saúde, ao trabalho, à educação, ao lazer e à alimentação. Apesar disso, constata-se, no texto, a ausência das instituições públicas, como escola, creche e posto de saúde. Mostra como a comunidade vive à margem dessas instituições, com os sujeitos cooperando, uns com os outros, improvisando um “postinho de saúde”, com “enfermeira do povo” voluntária, na casa de uma das moradoras. Uma outra moradora transformou sua casa em creche, para cuidar das crianças enquanto as demais mulheres trabalham, recolhendo lixo para reciclagem. O fato de a reportagem não questionar e problematizar essa ausência pública sugere uma valorização da “cultura de sobrevivência”, que compensa a falta de políticas públicas. É como se, para essas pessoas, bastasse sobreviver e elas não fossem dignas de condições e oportunidades melhores.

Destacam-se contradições da narrativa textual verbal, em relação à imagética. O texto verbal sinaliza para a construção de personagens heróis, que buscam, através da solidariedade, saída para seus problemas, focados na sobrevivência cotidiana. As fotos, ao contrário, todas posadas remetem a personagens acomodados, dependentes e românticos. Apesar de muitos trabalharem, nenhum é mostrado em atividade. Eles aparecem trocando alimentos ou sentados. As imagens sugerem que os personagens vivem em um estado de alienação mútua, pois a composição final das fotos tende a demonstrar que eles estão conformados com a situação em que vivem, pois apresentam semblante sereno e até alegre. Assim, as fotos geram uma unidade de sentido, pois exaltam um espírito romântico e até um pouco lúdico. Sugerem a idéia de que os moradores da Rua 3, da Prainha “são pobres, mas são felizes”. Outra característica comum das fotos é a tentativa de fragilizar os personagens, através da estratégia de amontoá-los.

5.2.1.2 A construção de personagens jornalísticos

“Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos”

“Rosângela Ajala Jardim, 30 anos, quatro filhos”

“Daiane Ajala Jardim, 18 anos, grávida de seis meses”

“Edgar Willian Correa Radde, 17 anos, esposo de Daiane, grávida de seis meses.”

“Sheila Jardim dos Santos, 19 anos, mãe de Cleber de um ano e dois meses”

“Maria Izabel Cruz dos Santos, 35 anos, cinco filhos”

“Zilda Santos de Paula, 68 anos, papeleira,”

“Maria Helena Silva Souza, 38 anos, quatro filhos”

“José Fernando Lopes da Silva, 38 anos, dois filhos”

“Miro, pedreiro, anjo”

“Vicente Santos Guimarães, anjo da guarda, soldado da Brigada”

A construção da identidade narrativa dos personagens é produzida com base no respeito à identidade existencial, uma vez que eles são identificados através do nome, sobrenome, idade, número de filhos, vínculos familiares - “Daiane Ajala Jardim, 18 anos, grávida de sete meses”, “Maria Izabel Cruz dos Santos, 35 anos, cinco filhos”, “Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos”, “Zilda Santos de Paula, 68 anos, papeleira [...] filho”, “José Fernando Lopes da Silva, 38 anos, dois filhos”. Essa caracterização sugere que se trata de personagens gestores, que se esforçam para sobreviver, possuem uma trajetória e história de vida e que trabalham como podem, para contribuir com a sobrevivência familiar e comunitária. Nesse sentido, a identidade narrativa da maioria dos personagens remete a heróis e heroínas do cotidiano.

O narrador utiliza a cultura cristã, para caracterizar alguns heróis - como “anjo”, “anjo da guarda” - que tomam forma humana para proteger, ajudar e compensar quem ajuda os demais. Além disso, o jornalista destaca a política de boa vizinhança, os vínculos de amizade - “vizinhas”, “sua vizinha” - o sistema inclusivo e participativo, vigente na comunidade - “participantes”. Salienta, também, que, apesar disso, há dificuldade de alguns personagens manterem a esperança, diante das dificuldades, “os desanimados”.

5.2.1.3 Ações atribuídas aos personagens

“Ganhou o sofá e um fogão a gás”.

“Diane: grávida de sete meses, mas cozinha para os vizinhos e recebe cartões apaixonados do marido. [...] Espera uma menina [...] Cozinha para os filhos das vizinhas que saem a catar papel”.

“[...] tratador de cavalos [...] Comprou casa e um terreno por RS500 [...] Deu o terreno para a irmã [...] Deu cartão a Rosane”.

“Agrega os participantes do Fome Zero da Prainha, atiça o ânimo dos desanimados [...] Mora na casa 522 [...] Tem um nebulizador para tratar as crianças [...] Saiu a pé de Viamão e foi parar em Guaíba [...] Doou café”.

“[...] catou letras adesivas no lixo [...] orientou o irmão na homenagem aos pais [...]

“Maria Helena: na carroça, a homenagem do filho”.

“[...] recebeu R\$1 de Jorge [...] comprou leite [...] mora numa casa de dois metros e meio [...] Dorme com a luz da lua iluminando a peça [...] Alimenta-se [...] na casa da irmã ou vizinhos”.

“ [...] doou R\$ 1 à sua vizinha [...] Saiu a distribuir espirais do mata-mosquito”.

“[...] regou os retalhos de madeira e deu forma a casa”.

“ [...] levou as madeiras para construção da casa de Izabel”.

“[...] tem uma carroça enfeitada de orgulho”.

“Tem uma carroça e a esperança de viver melhor com a família ali mesmo”.

“Recebeu café [...] recebe homenagem do filho”.

“ [...] tem um nebulizador para tratar as crianças asmáticas, ‘sempre de acordo com as receitas’ [...] A enfermeira do povo”.

É explícito, na narrativa das ações - “deu”, “doou”, “ganhou”, “ouviu”, “cozinha”, “recebeu”, “agrega”, “distribuiu”, “quem tem dá para quem não tem” -, o uso de valores da cultura cristã: “solidariedade”, “viver em união”, “por os bens em comum”, “generosidade”, “caridade”, “é dando que se recebe”, “milagre”, “anjos”. Trata-se de uma referência ao estilo de vida da primeira comunidade de cristãos, onde todos colocavam tudo em comum e, assim, não faltava nada a ninguém. Isso significa uma forma de sobreviver e conviver, sugerida pelas condições do con-

texto cotidiano, onde a moeda circulante é a do troca-troca: de serviços, de bens e de porções de alimentos. Assim, a descrição das ações evidencia a forma com que cada personagem participa da cultura do escambo e da solidariedade, seja ajudando, agregando, animando, recebendo, se orgulhando ou esperando, dependendo de suas condições.

O esquema argumentativo exalta a instituição “família” e destaca que a essência familiar não tem a ver com a pobreza e pode se manifestar em qualquer condição: “recebe homenagem do filho”, “esperança de viver melhor com a família”, “orientou o irmão na homenagem aos pais”, “Deu o terreno para a irmã”, “recebeu cartão apaixonado do marido”, “almoça com os filhos na casa da irmã”. Por outro lado, percebe-se que essa essência só consegue ser mantida pela unidade e solidariedade da comunidade: “cozinha para os filhos das vizinhas”, “agrega os participantes [...] atiça o animo dos desanimados [...] Tem um nebulizador para tratar as crianças da redondeza [...] doou R\$1 à sua vizinha [...] distribuir espirais do mata-mosquito [...] levou as madeiras para construção da casa de Izabel [...] Pregou os retalhos de madeira e deu forma a casa”.

Em uma sociedade capitalista e excludente, soa estranho o uso de expressões como “tem uma carroça enfeitada de orgulho”. Simbolicamente, “enfeitada” sugere esperança, amor-próprio e a sua família, alguém que trabalha com uma postura altiva, pois dentro dos seus limites, tem orgulho de ter uma carroça, poder trabalhar, sustentar sua família e ainda ter esperança, o afeto e a admiração dos filhos. Esse orgulho contamina outro personagem que, como bem material, “tem uma carroça” e, como bem espiritual e simbólico, “tem esperança de viver melhor com a família ali mesmo”. Isso quer dizer que, de acordo com a limitação que o contexto social impõe, a expectativa e esperança estão depositadas na concretude do espaço e das condições disponíveis.

Os fragmentos narrativos “catou letras adesivas no lixo [...] orientou o irmão na homenagem aos pais [...] Maria Helena: na carroça, a homenagem do filho” significam afeto e união familiar. A foto desse cenário destaca, na parte central da carroça, um cartaz onde está escrito: “Mãe-Pai”. Trata-se de uma homenagem que o filho fez para os pais, com letras encontradas no lixo. Ao lado, em um segundo plano, a mãe Maria Helena, com o filho. A imagem remete a uma relação carinhosa e de união, apesar das dificuldades que poderiam ser motivos de desestruturação familiar. Transmite um sentido do tipo: “somos pobres, mas nos amamos”. Não mostra o personagem executando o árduo serviço de catadora de papel; ao contrário, os sujeitos da foto estão bem apresentados e posados. Reforça a felicidade na pobreza, em contradição ao que ocorre em

tantos lares, que possuem fortuna, porém são desestruturados. Nesses, falta o afeto e os filhos não homenageiam os pais.

Percebe-se que o que é motivo de orgulho, para uns, em situação de pobreza, pode ser humilhação, para alguém que possui outra condição econômica, cujo orgulho, por exemplo, é ter um carro importado. Assim, o valor simbólico das coisas e dos bens materiais não segue, necessariamente, as regras do mercado e, sim, emergem da situação sócio-econômica-cultural do sujeito e da comunidade onde ele está inserido. Em outras palavras, uma carroça nunca estará enfeitada de orgulho, se for usada por um morador de um bairro de classe média, mas se torna um objeto de desejo, em uma vila de papeleiros.

A personagem gestante é descrita com traços identitários que a aproximam de uma mocinha de romance, com um final feliz. Ela está grávida e “recebe cartões apaixonados do marido”, que trabalha o dia inteiro como “tratador de cavalo”. Apesar de o texto destacar seu esforço - “grávida de sete meses, mas cozinha para os filhos das vizinhas” -, não informa se ela recebe algo em troca. Além disso, a foto não mostra a personagem trabalhando, mas destaca a maternidade e o romantismo. A leitura da imagem, feita diagonalmente, começa no reflexo de Diane no espelho, alisando os cabelos, e acaba na televisão ligada. O olhar da moça para o espelho mostra uma expressão feliz e de sonho. A principal sensação que a imagem transmite é a de um espírito lúdico e romântico. A casa, equipada com TV ligada, relógio e outros objetos, sugere que as coisas não são tão ruins, como o texto descreve. O cenário imagético passa a idéia de que ela está acomodada. É como se fosse uma justificativa para a miséria, o que pode representar certa ironia, pois é pobre, mas não deixa de lado a vaidade e a boa vida.

A personagem legitimada pela comunidade como “enfermeira do povo” é descrita como uma heroína, que salva a vida de crianças doentes da comunidade, compensando a ausência de Instituições públicas, como posto de saúde. A fala “sempre de acordo com as receitas” é destacada ironicamente por causa da contradição, já que, uma vez que não possuem auxílio do governo, eles também não têm acesso a receitas. Por outro lado sinaliza o nível de esclarecimento e auto-proteção de Izabel, para não ser responsabilizada pela prática indevida de automedicação. O narrador não questiona de onde vêm os recursos para compra de medicamentos, o que parece mais uma providência angelical.

5.2.1.4 Identificação dos conflitos

“O Fome Zero vileiro compensa e supera a falta do Fome Zero de Brasília”.
 “[...] o programa caseiro, não é igual, mas melhor que o do Governo”.

O principal foco de conflito narrativo está entre a comunidade e o Governo Federal. A narrativa sugere, ironicamente, que a margem e distante do Programa governamental de “Brasília” as pessoas em situação de exclusão sobrevivem pela solidariedade mútua, criando um Programa “vileiro” e “caseiro”, que não se compara ao do Governo. Isso significa uma crítica à burocracia e à dificuldade de acesso da maioria, enquanto o “programa vileiro” dispensa qualquer burocracia e é feito, administrado e usufruído por toda comunidade, indistintamente. O objetivo do narrador foi confrontar os dois programas e sugerir que o “programa vileiro” é melhor que o “programa de Brasília”.

Já no título do episódio, o narrador faz apologia ao Programa Fome Zero do governo federal - “O Fome Zero da Rua Três da Prainha”. Assim, há certa exaltação a esse tipo de ação pois, apesar de a comunidade não participar do programa, os moradores encontraram, como a melhor solução, a criação de um programa paralelo, onde todos fazem troca e doam o pouco que têm, aos menos favorecidos, sem existir regras ou burocracia, apenas por solidariedade. Enquanto o narrador defende que o programa vileiro “compensa”, “não é igual, é melhor” que o de “Brasília”, uma das personagens em causa é mais realista e esclarece: “É o jeito de sobreviver para não morrer de fome e não roubar.”

Ao mesmo tempo em que critica a exclusão do Programa do Governo, em nenhum momento a narrativa informa como a comunidade pode conseguir esse benefício social. Além disso, ignora alternativas como, por exemplo, a idéia de fortalecer a comunidade com recursos, por meio de crédito acessível e barato com a possibilidade de transformá-los em empreendedores. Assim, dispensa as políticas sociais e estimula a prática do escambo, ignorando necessidades maiores, como de infra-estrutura, cuja prática do troca-troca não dá conta.

5.2.1.5 Estratégias de objetivação

“Ali, onde Jorge mora, a Rua 3 da Prainha, na Vila de Ipê de Guaíba”.
 “Esta semana [...] na quarta-feira”

“Mora na casa 522 [...] área de banhado do Instituto de Previdência do Estado, perto da Estrada do Conde, que dá acesso à cidade da Região Metropolitana”.

“Aqui, R\$ 1 é uma fortuna”.

“É o jeito de sobreviver para não morrer de fome e não roubar”.

“Minha casa é uma associação sem nome [...] sempre de acordo com as receitas[...]”.

“A luz é roubada, pode dizer”.

“Aqui em Guaíba não tem vaga nisso. Nós é que nos ajudamos”.

A estratégia de objetivação foi reservada para localizar e enquadrar a história, em termos de tempo, espaço, condições e propriedade - “ali [...] Rua 3 da Prainha, na Vila de Ipê de Guaíba [...] Esta semana [...] na quarta-feira [...] Mora na casa 522 [...] área de banhado do Instituto de Previdência do Estado, perto da Estrada do Conde, que dá acesso à cidade da Região Metropolitana”. A fala concedida aos personagens em causa, que expressa sua experiência de sobrevivência, confere verossimilhança ao episódio, complementado pelo direito: “Aqui, R\$ é uma fortuna [...] A luz é roubada [...] Minha casa é uma associação [...] Nós é que nos ajudamos [...] e de viver a margem dos programas sociais [...] Aqui em Guaíba não tem vaga nisso [...]”.

A fala da personagem “É o jeito de sobreviver para não morrer de fome e não roubar” denota que há consciência, por parte desse personagem, que a forma que eles vivem está aquém do que os direitos humanos recomendam, como condições dignas. Resignada, afirma “É o jeito”, ou seja, trata-se apenas de “sobreviver para não morrer de fome e não roubar.” Mesmo diante da miséria, a narrativa destaca que a personagem não perdeu a sua dignidade - “não roubar”.

A narrativa destaca a solidariedade da personagem, no sentido de disponibilizar sua casa, para o bem coletivo - “Minha casa é uma associação sem nome [...]”. Ela assume a função de líder comunitária da saúde. O destaque da fala “sempre de acordo com as receitas [...]” sugere uma ironia, para quem tem dificuldade de acesso ao serviço de saúde, mas também evidencia que é uma pessoa bem informada, que sabe o risco da automedicação.

Outro personagem demonstra ter consciência de que se trata de um ato irregular - “A luz é roubada” -, mas manifesta certa ousadia, querendo que a história de miséria da comunidade ganhe visibilidade com todo o realismo, sem ter medo das conseqüências. Provoca - “pode dizer”. Outra moradora manifesta seu descrédito, na ajuda pública - “Aqui [...] não tem vaga nisso” - e complementa que a saída vem da solidariedade mútua: “Nós é que nos ajudamos”. Sugere uma

crítica ao governo, deixando claro que os Programas Sociais, como o Bolsa Família, apresentam problemas de seleção e de mecanismos de acessibilidade.

5.2.1.6 Estratégias subjetivadas

“Todos sabem nomes, dores e sonhos de todos, carregados de um lado para outro no escambo de xícaras de sal, farinha, fermento”.

“Quem tem café e não tem arroz, propõe a troca com o vizinho. Quem não tem café nem arroz, pede pra quem tem”.

“Quem não sabe o que é uma fortuna pode socorrer da sabedoria do catador de papel Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos. Ele esclarece: - Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.”

“Dorme com a lua inundando a peça única do quarto-sala-cozinha. Tem um fogão a gás, mas não tem gás. E se tivesse, se não tem comida? [...] sofá na rua e teto da casa transparente”.

“A casa de Isabel é luxo na redondeza [...] com madeira catada nas ruas num carrinho de mão conduzido pelo soldado da Brigada Vicente Santos Guimarães. Vicente nunca mais foi visto por perto. Isabel agradece: ‘- Ele é o anjo de guarda que puseram no meu caminho’. Dois outros anjos também sumiram: o pedreiro Miro e a mulher dele, que pregaram os retalhos de madeira e deram forma à casa.”

“O beco de casebres se espicha”.

“Teme um dia ser corrida da rua para um lugar em que ninguém conheça ninguém”

“O Fome Zero não tem regras ou cadastros”

O cenário é o de uma economia primitiva, onde a principal característica é o escambo, enquanto o contexto externo é de uma sociedade industrialmente avançada. A narrativa poetizada sugere um forte vínculo de convivência solidária e comprometimento comunitário, onde tudo é de todos. Os sentimentos se misturam aos ingredientes, ou seja, ao escambar xícaras de sal, farinha e fermento, junto vão as “dores e os sonhos”.

Apesar de o narrador não ter explorado a linguagem dos direitos, verifica-se que, nas três primeiras narrativas, está em jogo o direito à alimentação, cujo Comentário Geral nº 12, de 1999, das Nações Unidas, delibera: “O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção“. No caso da comunidade em causa, a renda não possibilita o acesso físico e econômico à alimentação adequada: “xícaras de sal, farinha, fermento [...] Quem tem café e não tem arroz, [...] Quem não tem café nem arroz [...]

nem aos meios para sua obtenção [...] Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.” Para garantir esse direito, “cada Estado fica obrigado a assegurar a todas as pessoas que estão sob sua jurisdição, o acesso à quantidade mínima, essencial e suficiente de alimento, garantindo assim que estejam livres da fome” (Comentário Geral nº 12, de 1999, das Nações Unidas). No caso, o escambo de xícaras de alimentos está distante de garantir adequadamente esse direito, que continua no papel, para a comunidade em causa.

Em um tom irônico, o narrador interage com o leitor, desafiando: “Quem não sabe o que é uma fortuna pode socorrer da sabedoria do catador de papel [...] Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.” Essa “sabedoria” contrasta fortemente a desigualdade social entre o grupo descrito e o restante da sociedade. Em tempos monetários, um real não representa nada, mas, para essas pessoas, cujo significado da vida é a sobrevivência, “pode valer uma fortuna”. A apologia à fortuna, através da citação frequente desse termo (seis vezes) - “Aqui um real é uma fortuna” - pode, por um lado, reforçar a miséria daquela realidade, e, por outro, inculcar a cultura do milagre da sobrevivência. Isto se evidencia, pois até quem vive na miséria sabe que não consegue comprar um litro de leite ou uma passagem de coletivo com essa “fortuna”.

Essa repetição pode funcionar como uma crítica, mas também como uma ironia, enfatizando o distanciamento dessa classe à sociedade, como se o mundo deles fosse subjetivo, ignorando suas necessidades maiores. Essa máxima foi registrada, também, na legenda da foto “Jorge: R\$1.00 pode valer uma fortuna na Vila do IPE”. O personagem é negro, está com uma criança no colo, e mais duas, ao fundo. Apesar de trabalhar, ele foi usado para destacar e valorizar a cultura da esmola. Enquanto um braço segura a criança, o outro aparece esticado com um vasilhame na mão, fugindo do enquadramento da foto. A imagem sugere, ao leitor, que Jorge é subempregado e não “empregado”, como foi narrado. Também remete à idéia de que o negro é desfavorecido. A criança no colo, porém, funciona como um apelo emocional; é um artifício das pessoas que se submetem a esse tipo de atitude.

O narrador destaca o detalhe do “teto da casa transparente”, ou seja, de plástico. Esse aspecto é romantizado, sugerindo uma espécie de privilégio - “Dorme com a lua inundando a peça” - pelo fato de a personagem poder apreciar a lua, mesmo quando está deitada em sua cama. Essa pitada de ironia ignora, por exemplo, a problemática enfrentada em dias de chuva, quando, ao invés da lua, é a água que inunda a peça. A foto que mostra esse cenário destaca a personagem sentada com os filhos, no sofá localizado no pátio, e a casa, em perspectiva. Essa cena sugere afeto,

mas reforça a acomodação e a falta de controle de natalidade. Na sequência, o jogo de palavras “Tem [...] mas não tem [...] e se tivesse se não tem [...]” causa uma tensão narrativa reforçando a carência do local. Interage com o leitor, fazendo-o refletir, questionando de que adianta ter fogão e gás, se não tem comida. O estilo poético de narrativa ficcional relativiza o ambiente de miséria.

A linguagem mística - “Ele é o anjo de guarda que puseram no meu caminho. Dois outros anjos também sumiram [...]” - evidencia que, na ausência da possibilidade de ajuda mútua, a contribuição virá, não do poder público, mas ‘do alto’. Nesse sentido, haveria uma força maior, a dos “anjos” que se corporificam em personagens humanos e, depois, somem, retornando ao céu. Isso valoriza a cultura da acomodação. É como se esperassem uma intervenção divina, um milagre, para melhoria da qualidade de suas vidas, ao invés de, por exemplo, se mobilizarem, como comunidade, e exigirem seus direitos de cidadãos. Tem também uma mensagem de cunho moral. Segundo essa idéia, quem é bom com os outros recebe a ajuda dos anjos, como Izabel, a “enfermeira do povo”, que transformou sua casa em um “postinho de saúde”. Ela é premiada - “A casa de Isabel é luxo na redondeza [...] com madeira catada nas ruas [...] - e abençoada, pela sua bondade, “o anjo da guarda que colocaram no meu caminho”.

A distinção da casa é “luxo na redondeza”, a partir de “retalhos de madeira recolhidos na rua”, sugere ao leitor o sentido de que esse luxo foi tirado do lixo e que, dependendo do local onde o material se encontra, é lixo. Esse mesmo material, nas mãos de quem vive na extrema pobreza, contudo, transforma-se em luxo, na tentativa de tapar a falta de políticas públicas habitacionais. Essa problemática fica mais saliente na narrativa, com a expressão: “O beco de casebres se espicha”, que remete à situação de miserabilidade e uma forma imprópria de habitação humana.

Apesar das múltiplas carências e dificuldades de toda ordem, o local impróprio é representado como um ambiente bom de se viver, pela solidariedade e amizade de quem só possui uns aos outros: “Teme um dia ser corrida da rua para um lugar em que ninguém conheça ninguém”. A fala da personagem evidencia um temor de quem é expulsa, “corrida”, de um lugar para outro. Além disso, lembra ao leitor que podem existir situações e experiências ainda piores, na ausência de políticas públicas, solidariedade e vínculos afetivos com as outras pessoas que possam se ajudar.

A narrativa “O Fome Zero Vileiro não tem regras ou cadastros”, é uma crítica irônica à burocracia do “Fome Zero de Brasília”, que tem “regras e cadastros”, mas demora para incluir

cidadãos, como as pessoas em causa. Assim, sugere que o Programa caseiro, que dispensa qualquer burocracia, funciona com mais eficácia, incluindo toda comunidade, de forma direta, através da troca de serviços, moedas e comida.

5.2.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia ocorreu no confronto do “Fome Zero da Rua 3 da Prainha”, um “Fome Zero Vileiro”, que garante a sobrevivência da comunidade, através da ajuda mútua. Funciona à base do escambo de porções de alimentos e trocas de serviços, com a crítica à burocracia do “Fome Zero de Brasília”, que não chegou, ainda, à vila dos papeleiros de Guaíba. A conclusão do narrador, sobre o embate, e o sentido sugerido é que o “Fome Zero Caseiro [...] não é igual, mas melhor que o Fome Zero de Brasília”.

5.2.1.8 Metanarrativas

- É através do sofrimento que o ser humano aprende a ser bom e caridoso e, assim, como premiação, recebe a presença de “anjos no seu caminho”.

- A solidariedade entre os integrantes da comunidade e a ajuda dos anjos compensam a falta das políticas públicas sociais.

- São pobres, mas são felizes.

5.2.2 Episódio Jornalístico : “Programas Sociais Excluem 63% dos Miseráveis”

Narrador: Marcelo Gonzatto

Data de publicação: 12/4/2004

5.2.2.1 Reconstituição do acontecimento

A reportagem especial faz uma incursão quantitativa e qualitativa sobre a cobertura e atendimento dos Programas Sociais do Governo Federal e Estadual, no Estado do Rio Grande do Sul. Avalia os impactos dos investimentos sociais, no cotidiano de famílias pobres, bem como os problemas enfrentados na seleção dos beneficiados. Narra duas histórias: uma bem sucedida, em que o benefício serviu de ponte para a emancipação econômico-financeira dos sujeitos envolvidos; e outro caso, que mostra o uso inadequado do recurso, que resultou na exclusão da família dos respectivos programas.

Através do diagnóstico feito, o narrador delinea limites, mas também pontos fortes dos programas e da postura dos beneficiados. A incursão preliminar qualitativa permite ao leitor perceber que os programas sociais, quando bem administrados, atendem às necessidades sociais básicas dos excluídos, de maneira bastante positiva. Demonstra, também, que, quando mal administrados, tanto pelos gestores públicos quanto pelos sujeitos beneficiados, há uso inadequado de recursos. Apesar de mostrar o potencial emancipatório dos programas, a reportagem destacou, a começar pelo título, que, após um ano de implantação, mais de a metade (63%) dos pobres gaúchos ainda não são contemplados. Em outras palavras, os programas ainda não dão conta dos requerimentos de capital social básico do Estado.

5.2.2.2 A construção de personagens jornalísticos

“miseráveis”,
 “superexcluídos”,
 “pobres”,
 “necessitados”,
 “o pedreiro Jandir de Araújo [...] Eles ganharam”,
 “Famílias pobres gaúchas [...] seus pobres”,
 “famílias incluídas”,
 “Maria dos Santos [...] a dona de casa [...] Eles perderam”.

O narrador nomina os personagens, com expressões que remetem para um agravamento na situação de pobreza, em escala crescente: “pedreiro”, “necessitados”, “pobres”, “miseráveis”. Observa-se, ainda, a criação de uma nova categoria, como se miseráveis e excluídos não dessem conta da realidade de exclusão; por isso, o uso do conceito de “superexcluídos” como para denotar uma exacerbação da situação de miséria. Por outro lado, essa diversidade de sinônimos remete

a vários níveis de miseráveis e, também, à divisão dos pobres, em “excluídos” e “incluídos”. A nomeação inclui referência ao trabalho, ao pai da família que ganhou o benefício, “pedreiro”, e à mãe da família, que perdeu “dona-de-casa”. Pode sugerir ao leitor que o benefício proporcionava a comodidade de poder se limitar a ser “dona-de-casa”.

Ao usar o pronome possessivo “seus”, o narrador reforça a pertença dos pobres a um território, a uma localização geográfica, “famílias pobres gaúchas”. Isso significa que o Estado economicamente mais desenvolvido do país não dá conta de incluir “seus” pobres. Pode sugerir que, em outros Estados brasileiros, economicamente mais pobres, a situação é ainda pior.

5.2.2.3 Ações atribuídas aos personagens

“[...] enfrentam duplamente o drama da exclusão. Além de viver abaixo da linha da pobreza, não fazem parte da lista de beneficiados dos dois principais programas de transferência de renda dos governos estadual e federal [...]”.

“[...] famílias obrigadas a comer, morar, se vestir e cuidar da saúde com menos de meio salário-mínimo per capita ao mês”.

“[...] famílias contam com auxílio de algum dos dois programas [...] esperam ajuda”.

“ [...] auxiliadas pela União”.

“ [...] ficaram sem auxílio oficial”.

“ [...] recebem transferências mensais”.

“Depois de passar por grandes dificuldades a família está tentando se estruturar. Com auxílio dos repasses do Bolsa Família e de programas da Prefeitura de Porto Alegre, somando R\$150, adquiriram uma kombi 1960 e fizeram alguns reparos, a família espera viver de seu próprio trabalho”.

“[...] a dona de casa Maria Selci dos Santos ...34 anos, viveu, em condições que, para ela, poderiam ser consideradas de luxo. O repasse mensal de R\$295 cedido mediante a seleção no programa estadual Família Cidadã dobrou a renda da casa onde vivem ela, o marido e três filhos ...[...] O ingresso na lista de beneficiados ocorreu por meio da indicação do Conselho Tutelar. Para conseguir dinheiro para jogar em Fliperamas, o filho mais velho de Maria, 17 anos fugia constantemente e passava dias sem dar notícias. A situação de risco foi amenizada com o ingresso do dinheiro. Quando as condições de vida dentro de casa melhoraram o rapaz interrompeu as fugas e até um videogame ganhou de presente”.

A narrativa reforça o papel de vítimas excluídas dos personagens e critica a ineficiência dos programas dos governos. As ações reforçam a situação de exclusão: “duplamente”, “abaixo da linha da pobreza”, “não fazem parte”, “ficaram sem”, “esperam ajuda”. Denuncia a privação e

violação de direitos básicos, como alimentação, moradia e saúde, uma vez que “famílias são obrigadas a comer, morar, se vestir e cuidar da saúde, com menos de meio salário-mínimo per capita ao mês”. Trata-se de uma missão que o leitor sabe ser impossível.

Os verbos “esperam”, “auxiliadas”, “contam com o auxílio”, “obrigadas” remetem a uma lógica de política pública assistencialista, a uma linguagem compatível com a cultura da esmola e não de direitos. Indicam a existência de uma ajuda que vem de cima, o que pode estimular a uma passividade dos cidadãos, no sentido de não assumir o próprio protagonismo.

As ações destacadas pelo narrador remetem a uma valorização e ao resultado positivo de um Programa Social, que conta com os dois lados, ou seja, com o “auxílio” do governo e a ação dos sujeitos envolvidos: “[...]depois de passar por grandes dificuldades está tentando se estruturar [...] Com auxílio [...] adquiriram uma kombi 1960 e fizeram alguns reparos, a família espera viver de seu próprio trabalho”. A descrição dessa trajetória de luta, esforço, esperança pode provocar uma identificação e projeção às famílias que vivem histórias semelhantes e motivá-las para o desenvolvimento.

Por outro lado, legítima, junto ao leitor, o merecimento do auxílio recebido. A narrativa destaca que o Programa do Governo conseguiu conscientizar essas pessoas excluídas, para que, a partir do Programa, buscassem suas próprias soluções. As estratégias narrativas respeitam os personagens, como sujeitos capazes de emancipar-se, e mostram o Programa Social, como capaz de alavancar esse processo de autonomia. Ou seja, aproveitam o benefício para reconstruir o cotidiano com dignidade humana. Assim, tanto a pobreza política quanto a socioeconômica foi interpretada como uma categoria concreta, passível de ser superada, e não como meramente estatística. O benefício foi mostrado como investimento, no desenvolvimento social, e não fundo perdido.

Ao leitor, fica um questionamento, não levantado pelo narrador: por que o Programa de Governo não chegou preventivamente no interior, para evitar a migração para o meio urbano, onde as políticas públicas não dão conta de administrar os bolsões de miséria?

A foto da família que ganhou o benefício apresenta, no primeiro plano, os integrantes em pé: filho adolescente, com os braços cruzados; pai, gesticulando; e mãe, com as mãos sobrepostas abaixo da cintura. Apesar da pose dos personagens, filho e mãe, que sugere certa acomodação, a narrativa textual destaca a iniciativa para emancipação. O cenário de fundo, com roupa no varal, kombi ao lado, remete ao trabalho e ao esforço da família. Portanto, a construção narrativa dos

personagens foi feita de tal forma que legitima o programa do governo e confirma que o repasse foi justo e bem utilizado.

A última narrativa, referente à família que perdeu o benefício à informação - “fugia para jogar [...] até um vídeo game ganhou de presente” - sugere que os programas do governo, quando mal administrados, podem provocar efeito contrário, como servir de estímulo ao vício e à vadiagem, bem como à compra de supérfluos “considerados de luxo”. Enquanto isso, outras famílias passam necessidade.

As informações levantadas sugerem, ao leitor, que houve erro, tanto na “seleção” do Programa Estadual Família Cidadã, quanto na “indicação” do Conselho Tutelar. Essas argumentações sugerem indignação ao leitor e, também, apoio à medida de exclusão. Podem, também, despertá-lo para a necessidade de ajudar a fiscalizar o uso adequado dos recursos públicos. O texto apresenta uma foto dessa família excluída do benefício, com os personagens sentados em posição passiva. Integra o cenário uma cuia de chimarrão, ao lado, som, cafeteira, tv, objetos que remetem ao conforto, ao lazer, supérfluos e, até, certo luxo, se comparado com as “grandes dificuldades” enfrentadas pela família que ganhou o benefício.

5.2.2.4 Identificação dos conflitos

“No Estado, 277 mil famílias que vivem com menos de meio salário per capita ficaram sem auxílio oficial”.

“Programas sociais excluem 63% dos miseráveis”

“Por enquanto, 162 famílias contam com auxílio de algum dos dois programas, contra 277 mil que ainda esperam ajuda no Rio Grande do Sul”.

“Eles ganharam”; “Eles perderam”. (título do box)

“Com o encolhimento do Programa Estadual, o Bolsa-família se mantém como o principal meio para amenizar os efeitos da miséria entre os gaúchos. Passados 15 meses da posse de Lula, 158 mil famílias (30% do contingente de pobres gaúchos) recebem transferências mensais em média R\$ 66 para complementar a renda”.

“Para o Presidente do Conselho Estadual Alimentar, o governo deve ir além dos planos estabelecidos até o momento [...] É preciso sair do atendimento emergencial e criar condições para acabar com a exclusão social de uma vez por todas”.

As narrativas “No Estado 277 mil famílias [...] ficaram sem auxílio oficial” [...] ainda esperam ajuda no Rio Grande do Sul” sugerem conflito, entre o governo federal e o governo estadual, entre governo federal e comunidade riograndense.

O jogo de linguagem afirmativa e negativa “ganharam” x “perderam”; 162 famílias contam com auxílio [...] contra 277 mil que ainda esperam”, sugere tensão e confronto entre os incluídos e os excluídos do Programa Social e também pode funcionar como pressão entre os que “ainda esperam” e o Governo Federal.

O uso do verbo “transferências”, ao invés de benefício ou doação, sugere um sentido de direito que o indivíduo assalariado tem, quando o que recebe não dá conta das necessidades básicas para levar uma vida digna. Já o uso dos verbos “se mantém” e “amenizar” remete a uma crítica ao caráter temporário e tratamento emergencial, não definitivo, do Programa do governo Federal. Assim, o narrador reforça e legitima a fala do representante estadual, “o governo deve ir além [...] sair do atendimento emergencial”. Por outro lado, remete a um conflito entre governo federal, que mantém o Programa, mas é emergencial, e o Estadual, que “encolheu” seu programa e critica o Federal, sem dizer como ir além e como o Estado pode contribuir. O leitor crítico pode interpretar que se trata de uma retórica política, de criticar o programa do adversário, sem fazer a parte que lhe cabe.

5.2.2.5 Estratégia objetivada

“[...]deixou São Luiz Gonzaga rumo à Capital para tentar uma vida melhor. Hoje vivem em uma casa de madeira de três peças em uma ruela da Vila Duque”

“No interior a gente pode morrer de fome, aqui eu pelo menos posso pegar alguma sobra no Ceasa e trazer para a família [...] Se não fosse esse dinheiro que recebemos, não sei o que seria de nós – diz Araújo”.

A expressão “deixou São Luiz Gonzaga rumo à Capital para tentar uma vida melhor” sinaliza a dificuldade da vida no campo, bem como se relaciona ao fenômeno de migração do meio

rural, para as periferias dos centros urbanos. Ao contrário de umas décadas atrás, quando a vida no campo era garantia de não morrer de fome, agora o personagem passou a encontrar essa possibilidade no meio urbano: “aqui eu pelo menos posso pegar alguma sobra no Ceasa e trazer para a família”. Essa estratégia objetiva prova, ao leitor, que quem vivia dignamente com o próprio trabalho no campo, agora tem que se contentar com as sobras e com o auxílio de programas sociais: “Se não fosse esse dinheiro que recebemos, não sei o que seria de nós”. Evidencia uma realidade de migração, constituída por uma massa itinerante, com múltiplas carências. São sujeitos que perderam suas diferentes formas de sobrevivência: “No interior a gente pode morrer de fome”. Algo impensado anos atrás, quando se produzia praticamente tudo o que era necessário para subsistência da própria família. O processo de urbanização e industrialização reduziu drasticamente as possibilidades de sobrevivência autônoma dos setores populares, que podiam viver e autoabastecer-se. Assim, aumentou a desesperança, no meio rural, e os sujeitos passaram a se submeter ao deslocamento, para o meio urbano, onde sobrevivem com sobras e restos.

Esse fenômeno contemporâneo do êxodo rural agrava a problemática da pobreza, nas periferias das grandes cidades. Apesar da relevância, a narrativa não se aprofunda, nem cita dados estatísticos, da problemática do êxodo rural, que forma bolsões de miséria nas periferias das grandes cidades, criando o fenômeno chamado de “favelização das cidades”.

A descrição da moradia e localização geográfica dá maior veracidade às condições precárias que a família vive na periferia da capital, “em uma casa de madeira de três peças em uma ruela da Vila Duque”.

5.2.2.6 Estratégia subjetivada

“[...] a bronquite asmática começou a lhe roubar o ar dos pulmões [...] não conseguiu mais trabalhar.”

“Das mais de 10 mil famílias atendidas por repasses mensais de R\$ 295 até o ano retrasado, apenas 3,5 mil continuam tendo acesso ao benefício - um encolhimento de 65% no número de pessoas incluídas no projeto gaúcho”

“A integração desse programa, ao Bolsa-Família, está sendo negociada entre o governo estadual e federal. Por enquanto, isso ainda não se concretizou”.

5.2.2.6 Relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia voltou-se para uma avaliação quanti-qualitativa dos Programas Sociais dos governos Estadual e Federal do Estado do RGS, aspectos positivos e negativos através da história de personagens e a denuncia que, após um ano de implantação, mais de a metade (63%) dos pobres gaúchos ainda não estão incluídos.

O narrador mostra que a política pública foi bem aproveitada com consciência e responsabilidade por uma das famílias que permitiu aos seus membros assumirem e dirigirem seu próprio destino, ou seja, houve a eliminação da dependência. A intervenção governamental possibilitou um processo de desenvolvimento durável. Os personagens se transformaram em protagonistas e defensores de seus próprios interesses sem a prática do assistencialismo. Nesse cenário, o governo federal aparece como espécie de herói, juntamente com a família que ganhou o benefício e fez bom uso. Em contrapartida, os que perderam são apresentados como espécie de vilões porque receberam o que não precisavam e compraram bens supérfluos.

5.2.2.6 Metanarrativas

Apesar de problemas de acesso e de seleção, o Programa do Governo Federal quando bem administrado tem potencial emancipatório, tanto da pobreza política quanto sócio-econômica.

5.2.3 Episódio Jornalístico: “Uma conquista longe das ruas”

Narrador: Letícia Duarte

Data de Publicação: 29/11/2004

5.2.3.1 Reconstituição do episódio

O narrador apresenta dados do Serviço de Educação Social de Rua, onde mostra que 42%, de 435 crianças e adolescentes, que receberam bolsas dos governos federal e municipal, para abandonar as ruas, foram sem sucesso. Em contrapartida, apresenta ‘Uma conquista longe das ruas’, que mostra um caso bem sucedido de programa social. Utiliza a história de Nívia da Costa, três filhos, 27 anos, analfabeta e negra, para ilustrar a ação social do Programa Núcleo de Apoio Sociofamiliar (Nasf), que atua contra a mendicância e trabalho infantil, em Porto Alegre. O narrador valeu-se de um esquema narrativo humanizado, dando voz aos sujeitos envolvidos, inicialmente como “sujeitos de necessidades”. Depois, com a contribuição das políticas públicas, esse sujeito transformou-se em “sujeito de demanda”. Nesse caso, a narradora deu visibilidade a uma cidadania comunicativa reconhecida e exercida (MATTA, 2006).

A trajetória de Nívia é desenrolada ao longo da narrativa, mostrando, desde o vício de voltar para os sinais nas ruas, até a conquista de um trabalho fixo, em uma confecção de casacos de couro. Através de auxílio psicológico, rancho, creche e transporte, provenientes do projeto de geração de renda, da Casa São Vicente de Paula, Nívia abandonou as sinaleiras, começou a ser alfabetizada e a trabalhar.

Nesse processo emancipatório, o narrador destaca a persistência dos coordenadores do Programa Social, que trabalharam, incansavelmente, para oferecer nova perspectiva de vida, a

quem se habituou a ver a mendicância, como única alternativa de sobrevivência familiar. Evidencia uma postura de crença no potencial da pessoa excluída.

5.2.3.2 A construção de Personagens Jornalísticas

“O esforço de pessoas como Nívia Maria da Costa, 27 anos [...] analfabeta”.
 “435 crianças e adolescentes abordados desde 2004”.
 “Para garantir a permanência das famílias, o programa também oferece auxílio [...] às 40 mulheres beneficiadas”.

A expressão “o esforço de pessoas como Nívia” significa que essa personagem representa muitas outras, que vivem uma realidade semelhante, necessitando de um programa dessa natureza, que contemple a inclusão e a emancipação das pessoas em causa, e de técnicos que persistam diante dos obstáculos. Trata-se de uma narrativa humanizada, que nomeia a personagem de “pessoa” e pelo nome completo, “Nívia Maria da Costa”. Destaca dois adjetivos que, juntos, ganham mais sentido, pelo nível de dificuldade enfrentado: “esforço” e “analfabeta”.

O uso das nomações, “crianças e adolescentes”, “famílias” e “mulheres” indica o alcance do programa social em questão, que trabalha a inclusão, em um contexto amplo. Isto se evidencia, pois os que focam apenas as crianças não obtiveram sucesso. Nesse cenário, a “mulher” ganha um lugar de destaque, porque, em muitos dos lares desestruturados, ela acumula o duplo papel, de mãe e provedora familiar.

5.2.3.3 Ações atribuídas aos personagens

“Uma conquista longe das ruas.”

“Acostumada a pedir esmola nas sinaleiras com os filhos, Nívia viu a vida da família mudar depois de ser incluída no programa Núcleo de Apoio Sociofamiliar”.

“[...] durante dois anos ela retornava periodicamente às sinaleiras [...] Na rua, costumava ganhar pelo menos R\$10 por dia [...]”.

“Depois de ganhar a bolsa por um ano e seis meses, tornou-se independente”.

“Ela está redescobrando seus próprios talentos [...] Nívia persistiu [...]Nívia viu a vida mudar”.

O título do episódio - “Uma conquista longe das ruas” - sugere que a rua não é um local para conquista e que isso só ocorreu, quando a personagem se distanciou da realidade anterior.

A narrativa destaca a provisoriedade do auxílio, “Depois de ganhar a bolsa por um ano e seis meses”, e o potencial emancipatório do programa, “tornou-se independente”, para o sujeito assumir sua própria autonomia. Isso significa que o programa não segue uma lógica paternalista, mas, sim, de “ensinar a pescar”.

O uso dos verbos “acostumada”, “costumava” e “retornava” remete a um hábito, a um ritual de repetir a mesma ação, diariamente, e por muito tempo. É o que se percebe, à medida que o termo “retornava” representa a ocorrência de um atraso na possibilidade de tomar um novo caminho, longe das sinaleiras e, também, um retrocesso no trabalho dos técnicos. Esses verbos evidenciam as dificuldades, tanto para as pessoas em causa como para os técnicos, as idas e vindas, os avanços e as recaídas do processo de retirada das pessoas das ruas, depois que já se apropriaram dessa cultura.

O narrador sugere que a perseverança foi recompensada, “Nívia persistiu”, porque “Ela está redescobrando seus próprios talentos”. Remete à parábola bíblica³⁵, que fala dos talentos que foram enterrados e dos que foram potencializados. Assim, após ter persistido e se distanciado das ruas, está conseguindo desenterrá-los e usá-los em proveito próprio e da família. Trata-se de uma ação digna de heroína, que, como prêmio, “viu a vida mudar”. Significa que não mudaram a vida de Nívia, mas que deram condições para que ela fosse protagonista da própria mudança, “testemunha ocular” de sua trajetória de vida.

Observa-se que, ao contrário de outros episódios, o enquadramento da notícia se dá no processo de mudança das pessoas em causa e não, apenas, no resultado. Na temática em estudo, esse é o foco mais interessante, mas, também, difícil de ser abordado. Isso ocorre, porque o processo de desenvolvimento é algo não quantificável, exige sensibilidade, capacidade de observação e interpretação do narrador. Nas questões sociais, os números não traduzem toda a dimensão do desenvolvimento humano, respeitando a trajetória individual de cada indivíduo e grupo.

5.2.3.4 Identificação dos conflitos

³⁵ Ver Mateus 25:14-18.

“[...] 435 crianças e adolescentes abordados em 2004 pelo Serviço de Educação Social de Rua em Porto Alegre recebem ou já receberam bolsas dos governos federal e municipal para abandonar a mendicância ou trabalho infantil, sem sucesso”.

“Mesmo com a bolsa de R\$ 150 (repassada pela prefeitura e pelo governo federal) e uma oportunidade de trabalho oferecida pela rede de assistência social e proteção à infância [...] ela retornava periodicamente às sinaleiras [...] os responsáveis pelo programa cansaram de ir buscá-la nos sinais.”

A primeira narrativa evidencia a ineficácia dos programas governamentais, em retirar as crianças das ruas. Sugere a necessidade de uma reavaliação de programas e políticas preventivas mais eficazes e menos onerosos, uma vez que é difícil romper os vínculos criados na rua, principalmente quando a relação familiar é fragilizada, por múltiplas privações.

A segunda narrativa remete à necessidade de algo mais do que auxílio financeiro e emprego: “Mesmo com a bolsa de R\$ 150 [...] e uma oportunidade de trabalho oferecida pela rede de assistência social e proteção à infância”. É o caso, por exemplo, de creche para as crianças, acompanhamento sociofamiliar para uma adaptação gradativa, capacitando-a para compreender e apreender a nova perspectiva de vida. Evidencia também o cansaço, mas não desistência dos responsáveis, que persistem no processo de romper o círculo vicioso: “cansaram de ir buscá-la nos sinais”. Demonstra, ainda, a dificuldade da personagem em cortar o vínculo com a cultura da rua: “ela retornava periodicamente às sinaleiras”.

5.2.3.5 Estratégias objetivadas

“Nosso projeto usa da geração de renda para mostrar que há uma Porto Alegre muito maior do que as sinaleiras [...] é preciso uma reconstrução de valores, dedicação e esforço pessoal”. (Joel Grigolo, coordenador do projeto de geração de renda Novos Rumos da Casa São Vicente)

“Os programas têm um impacto importante. Com certeza Porto Alegre hoje tem uma quantidade menor de meninos nas ruas, do que teria se não houvesse esse trabalho. Mas é preciso intensificar o trabalho com toda a família”. (Professor Lucas Neiva Silva, pesquisador do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (Cep-Rua), da UFRGS)

“Ficava lá sentada cuidando de carro, não fazia nada e ganhava meu dinheiro [...]

Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje. Tenho orgulho de mim agora”. (Nívia Maria da Costa)

A narrativa do coordenador do projeto mostra a convicção que os técnicos têm, no sentido de que estão no caminho certo, através de um projeto que contempla “geração de renda”, com a pretensão de “mostrar que há uma Porto Alegre muito maior do que as sinaleiras”. O objetivo de “mostrar” remete a um desejo de divulgar, apontar, indicar um caminho eficaz às instituições que trabalham com a problemática, sem obter sucesso, porque não contemplam a “geração de renda”. O coordenador complementa defendendo que “é preciso uma reconstrução de valores, dedicação e esforço pessoal”. Lembra que isso significa uma reaprendizagem e se trata, também, de um querer se dedicar, se esforçar e reconstruir, um saber e um poder fazer.

Essa condição de saber, de querer e de poder é legitimada pela fonte, representante da comunidade científica, que reconhece o efeito positivo dos programas: “Têm um impacto importante. Com certeza Porto Alegre hoje tem uma quantidade menor de meninos nas ruas do que teria se não houvesse esse trabalho”. A voz do especialista, no entanto, amplia esse saber, dizendo que o programa é impactante, mas não suficiente, pois “é preciso intensificar o trabalho com toda a família”.

O aproveitamento da oportunidade e a persistência e o profissionalismo dos técnicos são fatores que fizeram com que a personagem recuperasse sua auto-estima, autonomia e a capacidade de ser protagonista de sua própria existência. Isso ocorreu de forma digna e distante das ruas, com perspectiva de um futuro diferente para os filhos, que passaram a frequentar regularmente a escola. Nesse novo contexto, diferente do passado, com o amor próprio resolvido, ela afirma “Tenho orgulho de mim agora”. O advérbio de tempo “agora” sugere que, no passado, não tinha orgulho de si própria e do que fazia. Talvez tivesse, até, vergonha, porque “ficava lá sentada [...] não fazia nada”, o que sugere preguiça, acomodação e vida fácil. Apesar disso, a declaração “Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje” evidencia que a realidade de múltiplas carências, principalmente a “pobreza política” a impedia de enxergar outra possibilidade a não ser a rua.

5.2.3.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia se deu no sucesso do Projeto de Geração de Renda da Casa São Vicente de Paula, em detrimento do fracasso das “bolsas dos governos federal e municipal”. Focou o processo de retirada de uma família das sinaleiras, a dificuldade de romper com a cultura da rua e a transformação da personagem, de “sujeito de necessidade” para sujeito emancipado.

5.2.3.7 Metanarrativa

Os programas sociais, voltados para a população em situação de rua, só são eficientes, se contemplarem a geração de renda, aliada a um acompanhamento familiar, psicológico e de recuperação de vínculos afetivos e valores humanos.

5.3 ANÁLISE DA CATEGORIA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA

5.3.1 Episódio Jornalístico: “Sem-teto passam a acampar em praças de Porto Alegre”

Narrador: Silvana Wuttke

Data de publicação: 10/4/2004

5.3.1.1 Reconstituição do Episódio

O episódio mostra a ocupação de praças de Porto Alegre, por várias famílias, com colchões, travesseiros, cobertores, fogareiros e barracas improvisadas. Os bancos são usados como varais e há bebês dormindo no chão. Os demais frequentadores reclamam a inoperância da Prefeitura e se sentem expulsos das áreas destinadas ao lazer.

O narrador deu espaço para a fala de cinco personagens, de interesses distintos. São eles: dois frequentadores de diferentes praças, uma aposentada e outro um pai comerciante, que levou seu filho de dois anos para brincar; dois “moradores da praça”, sendo um ex-funcionário público

e o outro, integrante de famílias, vindas de Santa Maria, para vender cestos de cipó. O quinto personagem a ganhar visibilidade foi o assessor de imprensa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

O texto descreve a realidade de outras praças, entre elas, uma que é ocupada por usuários de maconha. Quanto à localização, com exceção de uma, na Av Ipiranga, as demais todas, se situam em áreas de classe média alta. Causa estranhamento o fato de que nenhuma praça, localizada em região de classe economicamente mais baixa, foi visitada pelo Jornal Zero Hora, já que, dois dias depois (12/4), o jornal publicou a reportagem “Mendigos ocupam Áreas Nobres de Lazer na Capital”. Assim, a lógica seria que essa primeira reportagem abordasse locais mais populares, como praças do centro da cidade, de bairros periféricos e parques populares, como o da Redenção. Essa lógica não ocorreu, pois o próximo episódio voltou-se, restritamente, à realidade do “Parcão”. Enquanto isso, o mais popular e frequentado da cidade, o Parque da Redenção, não foi visitado pelo jornal, para nenhuma das duas reportagens. É provável que o motivo seja porque lá o problema já esteja mais naturalizado, ou porque moradores dos bairros nobres pouco o frequentam. Assim, o elemento contraditório se dilui e causa menos impacto no leitor.

5.3.1.2 A construção de personagens jornalísticos

“Sem-teto”.
 “Moradores da praça”.
 “Grupo”.
 “Famílias”.
 “Adultos e crianças”.
 “Mozart Santos dos Santos”.

As nomeações acima evidenciam uma mudança de perfil nos moradores em situação de rua. Ao contrário do que algumas pesquisas mostram e o senso comum possa prever, não se trata mais apenas de indivíduos sozinhos, alcoólatras, que a família abandonou, mas de “famílias”, “adultos e crianças”, que formam “grupos”, mudando com seus pertences para a praça. O espaço público “praça”, cuja função é proporcionar lazer, teve sua atribuição alterada. Passou a servir de abrigo, ter inquilinos fixos. A praça pertence a quem a tem como última opção, como “teto”, lar: os “moradores da praça”.

Percebe-se que a denominação “sem-teto” transformou-se em um conceito guarda-chuva, que abriga não apenas os privados do direito à moradia: são famílias, índios, consumidores de maconha, foragidos da justiça e demais moradores, em situação de rua, vítimas de múltiplas privações além do “teto”.

Interessante destacar que, enquanto os demais personagens receberam denominações genéricas, o único personagem que teve sua identidade existencial respeitada foi “Mozart Santos dos Santos”, um ex-funcionário público, sugerindo certo respeito ao status profissional do passado.

5.3.1.3 Ações atribuídas aos personagens

“Grupo montou barracas de lona na Athos Ferreira [...] Outra praça tomada por sem-teto é a Athos Dias Ferreira, na esquina das ruas Bornidi e Quintino Bocaiúva. Por volta do meio-dia de quarta-feira, pelo menos três famílias - entre adultos e crianças – estavam acampadas em barracas de lona. Segundo elas vieram de Santa Maria para vender cestos de cipó”,

“Adultos e crianças sobrevivem na praça”

As ações acima “montou”, “tomada”, “acampada”, “vieram vender” sinalizam para sujeitos ativos, personagens gestores da própria sobrevivência. Por outro lado, o uso do verbo “tomada” significa que as pessoas em causa assumiram o espaço público da praça, pegando “tomando” de outros que perderam o direito de usufruir o espaço para seu lazer. O uso do verbo “sobrevivem” significa que não vivem, apenas sobrevivem, ou seja, resistem a vida em um local em que não há condições para uma vida digna, nem para adultos e, muito menos, para crianças e famílias inteiras.

Pela procedência “Santa Maria” e atividade “vender cestos de cipó”, mesmo que o narrador não tenha informado, o leitor pode interpretar que se trata de famílias indígenas que estão tendo que se deslocar de seus locais de origem para tentar vender os produtos de seus serviços nos grandes centros, a fim de garantir o sustento da família que permanece no interior.

5.3.1.4 Identificação dos conflitos

“Moradores de rua estão acampando em diferentes praças de Porto Alegre e expulsando delas outros frequentadores”.

A narrativa acima evidencia um forte conflito entre as pessoas que têm o direito de frequentar as praças e parques, para fins de lazer, e quem necessita de um espaço para morar. A representação feita da praça, como espaço público, é de um ambiente democrático, que considera os “sem-teto” também frequentadores, mas que condena seu ato, “expulsando-os”, privando os “outros frequentadores”, que também têm direito a usufruir do local. Assim, assumem o papel de vilões e os demais, de vítimas. Nesse cenário, a tendência é o leitor também se sentir vítima e olhar, e se relacionar com as pessoas em causa como vilões.

5.3.1.5 Estratégias objetivadas

“Não há iluminação, o que facilita a ação dos marginais. A prefeitura tem obrigação de agir. Pagamos imposto alto e não podemos desfrutar a praça.” (aposentada, 61 anos)

“Vim porque não vi ninguém por aqui, mas a partir das 16h30min moradores da praça começam a chegar.” (Marcelo Barcelos, comerciante, 40 anos)

“Viemos aqui há quinze anos, ficamos duas semanas depois vamos embora, mas bem que poderiam colocar banheiros nas praças.” (Três famílias, vindas de Santa Maria)

“Não tenho para onde ir” (Mozart Santos dos Santos, 58 anos, voltou a morar no Parque Marinha do Brasil esta semana, depois de um ano em uma calçada da Avenida Protásio Alves, abandonada depois de um assalto. Antes de virar sem-teto, há 15 anos, foi servidor público do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), tinha mulher, filhos e casa. Perdeu tudo, conforme ele, depois de um atropelamento que ainda hoje o atormenta com dores na perna)

“A Praça Planetário e a Athos Dias Ferreira recebem capina e varrição pelo menos uma vez por semana e é realizado mutirão mensal se houver necessidade. [...] Quanto aos invasores, nossa atribuição é impedir que a pessoa crie condição de moradia. Nesse caso, temos poder para tirar as instalações do local, mas não de expulsar ninguém. O que não se pode, é permitir que a área ambiental se transforme em residência.” (Fabiano Cardoso, assessor de imprensa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente)

A moradora aposentada, há 25 anos, do bairro Bela Vista, um dos de maior poder aquisitivo de Porto Alegre, diagnostica o problema da Praça Breno Vignoli, que, segundo o narrador, é frequentada por usuários de maconha: “Não há iluminação, o que facilita a ação dos marginais.” Ela reclama em função do dever não cumprido, por parte do poder público: “A prefeitura tem obrigação de agir”. Por fim, se autolegitima a defender, em nome de um coletivo (nós), o direito do cidadão de usufruir da praça para lazer: “Pagamos impostos e não podemos desfrutar a praça.” Fica subentendido que, ao contrário, os que estão usufruindo não pagam impostos (eles). A narrativa provoca tensão na relação entre os cidadãos contribuintes, conscientes de seus direitos, uma vez que fizeram seu “dever de casa”, evidenciado na afirmação da personagem indignada “Pagamos impostos”. Mesmo assim, eles não recebem a contrapartida, em termos de direitos: “não podemos desfrutar a praça.” Isso ocorre porque o poder público não cumpre a sua parte: “Não há iluminação”, “A prefeitura tem obrigação de agir”. Assim, o principal conflito se dá entre os cidadãos e a inoperância do poder público que, além da incompetência na gestão dos espaços públicos destinados ao lazer, não dá conta de políticas sociais voltadas à habitação popular.

Na fala do empresário que levou o filho de dois anos, para brincar na Praça Planetário: “Vim, porque não vi ninguém por aqui, mas, a partir das 16h30min, moradores da praça começam a chegar.”, há um contrato tácito de divisão de horários, para frequentar a praça como espaço público. Junto com o horário, estão subentendidas duas diferentes funções para a praça, ou seja, até as 16h30min, proporcionar lazer e, a partir disso, prestar abrigo a quem não tem. Assim, enquanto os demais usuários da praça, no final da tarde, vão para suas casas, os moradores voltam, buscando-a como lar. Há reconhecimento dessa pertença, na fala do frequentador, pois o uso da combinação preposição e artigo, “da”, significa que eles não apenas moram “na”, mas que são “da praça”.

A fala do personagem, ex-funcionário público, “Não tenho para onde ir” revela a transformação de sua realidade e a atual falta de alternativa. Trata-se de uma sinceridade que causa comoção ao leitor, de quem admite que estar ali não é uma opção, mas a única alternativa que lhe restou. Essa declaração ganha maior sentido, comoção e veracidade, à medida que o narrador decide expor a trajetória de vida, que começa com o sucesso do funcionário público; passa pela condição de vítima de atropelamento, “que ainda hoje o atormenta com dores na perna”; e culmina com o abandono familiar e a realidade atual de morador em situação de rua. Esse “sem-teto”, diferente da maioria dos demais casos, tem direito a nome completo, “Mozart Santos dos Santos”,

uma idade que inspira respeito, “58 anos”, foi um profissional reconhecido, “servidor público do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae)”; e tinha família e teto, “mulher, filhos e casa”.

A visibilidade desse perfil contribui para desmistificar o estereótipo de morador de rua, presente em outros episódios e no senso comum, como bêbado, fracassado, marginal e lixo social. Outra informação, que contribui para mostrar que quem vive na rua não obrigatoriamente é ladrão ou sem valores morais, é o fato de ele ter voltado a “morar no Parque Marinha do Brasil esta semana, depois de um ano em uma calçada da Avenida Protásio Alves, abandonada depois de um assalto”. Subentende-se que foi assaltado e, por isso, mudou de local. Não se trata de um vilão, capaz de assaltar, mas, sim, de mais uma vítima da falta de segurança nas ruas da capital gaúcha.

Essa estratégia de construção da identidade narrativa do personagem, respeitando sua identidade essencial e existencial, e concedendo direito à fala, possibilita uma identificação e aproximação da pessoa excluída com o leitor. Isso se verifica, por que muitas pessoas já foram assaltadas alguma vez ou conhecem alguém que já tenha passado por esta situação. A identificação pode surgir, ainda, pelo fato de já ter frequentado e necessitado da repartição pública, onde ele já foi servidor, ou, mesmo, por já ter sofrido algum atropelamento e, ainda, por rejeição familiar ou simplesmente por solidariedade humana.

No caso da narrativa “Vieram de Santa Maria para vender cestos de cipó”, atribuída a um grupo de famílias, a atividade desempenhada sugere ao leitor que essas pessoas são de origem indígena e que sua cidade, há tempo, não garante o sustento. Nesse contexto, é compreensível que faltam recursos para pagar, até mesmo, um quarto de pensão, e a solução que restou foi acampar na praça. A reivindicação “mas bem que poderiam colocar banheiro nas praças” evidencia que se trata de um “sujeito de demanda”, que há 15 anos experiencia essa necessidade. Sugere certo constrangimento, ao poder público, que não enxergou uma necessidade tão básica, para qualquer frequentador de praça. Provavelmente, o banheiro não seja instalado, exatamente para evitar que os moradores em situação de rua se instalem no local. Trata-se de trabalhadores que necessitam se deslocar para a capital, vender os frutos de seu trabalho e garantir o sustento da família, que permanece no interior do estado. Ficou claro o longo período em que eles se submetem a esse ritual de deslocamento, do interior para a capital, e acampamento na praça. Apesar disso não houve, por parte do narrador, uma busca de alternativas, no sentido, por exemplo, de escutar o prefei-

to de Santa Maria ou um órgão do Estado que responda pela problemática de migrantes. O narrador não cogitou a possibilidade de uma cooperativa de trabalho, que possa intermediar a venda, na busca de solução.

A fala do poder público é preservada, através de uma estratégia objetiva, separada em um box, identificado como contraponto, onde não há possibilidade de ser confrontada pelas demais narrativas. O fato de um problema dessa relevância ter sido abordado pelo assessor de imprensa sugere ao leitor um descaso, por parte das autoridades competentes, como uma naturalização do problema e o julgamento no sentido de ser perda de tempo. O personagem público relata como o órgão atua, para conservação da praça. Além da limpeza das ervas daninhas, há uma limpeza de outra natureza, onde os moradores em situação de rua são nominados de “invasores”, o que remete ao tratamento dispensado ao movimento dos sem-terras (MST).

Nesse contexto, o órgão público tem duas atribuições, na administração das praças: capinar e “impedir que a pessoa crie condição de moradia”. Essa narrativa explica a falta de sanitários na praça, mencionada pelo personagem indígena, “bem que poderiam colocar banheiros nas praças.” Na sequência o representante do estado restringe uma problemática social à questão ambiental: “o que não se pode é permitir que a área ambiental se transforme em moradia”. Sugere que o resto tudo pode, ou seja, o problema não engloba o fato, por exemplo, de pessoas, há 15 anos, terem que transformar a praça em suas moradias, por falta de políticas sociais de emprego e habitação, mas apenas remete à preservação da área ambiental. Esse tipo de enquadramento denuncia a ausência de um trabalho conjunto, entre os diferentes órgãos públicos, no caso entre o ambiental e o social. Por outro lado, mostra a limitação do narrador, em não ter ouvido os responsáveis pela questão social, que é a origem do problema ambiental.

5.3.1.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia se deu em aspectos periféricos da problemática, como a questão ambiental e a privação do direito ao lazer, aos demais frequentadores das praças e parques.

Assim, o problema não será resolvido, porque, se os “sem-teto” saírem das praças e parques citados, terão que ir para outros. O foco central é a ausência de políticas públicas de habitação e trabalho, para essas famílias, que tiveram que se mudar para uma praça ou parque. Foi ig-

norado que se trata de um caso típico da falta de uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (DEMO, 2007).

5.3.1.7 Metanarrativa

A problemática da ocupação das praças e bosques da capital, pelos “sem-teto”, fugiu do controle público e os demais usuários perderam o direito de frequentar esses locais para o lazer.

5.4 ANÁLISE DA CATEGORIA MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE RUA

5.4.1 Episódio Jornalístico : “Migrantes habitam novos viadutos da capital”

Narrador: Andrei Netto

Data de publicação: 12 e 13/07/2005

5.4.1.1 Reconstituição do episódio

A reportagem conta a história de cinco migrantes, vindos de diferentes lugares do Brasil: região metropolitana, interior do Estado, do Sudoeste e do Nordeste do país. Eles habitam em dois buracos, abertos em paredes de tijolos, sob os novos viadutos de acesso ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Para se sustentarem, trabalham com a coleta de lixo, para reciclagem, sendo que todos manifestam a frustração, com a falta de oportunidade na capital gaúcha.

No dia seguinte, o jornal publicou nova reportagem, intitulada “Assistentes sociais procuram grupo que vive sob viaduto”, evidenciando que conseguiu provocar o agendamento da ação do Estado. As técnicas não encontraram essas pessoas, mas aproveitaram para abordar outras três e dar solução para suas problemáticas. Prometeram retornar, para fazer contato com os cinco migrantes. O representante do Estado prometeu bloquear área utilizada como moradia.

A itinerância é um elemento importante, que vem à tona nesse episódio, e é um fenômeno da contemporaneidade. Trata-se de migrantes pauperizados, com múltiplas carências, que se deslocam pelo país. Assim, eles se mudam para tentar a sorte nas capitais, onde acreditam poder conquistar um espaço privilegiado, na economia moderna, aberta ao mercado internacional com farta circulação de capital. Estão em busca de melhores condições de vida, porque perderam suas muitas formas de sobrevivência, no local de origem. O processo de urbanização e industrialização reduziu drasticamente as possibilidades de sobrevivência autônoma dos setores populares, onde podiam viver e obter subsídios para seu sustento, para o abastecimento de suas famílias.

5.4.1.2 A construção de personagens jornalísticos

“Silvana Gonçalves, maranhense de 43 anos [...] irrequieta maranhense [...] nordestina”.

“José Armando Farias, guaibense de 35 anos”.

“Marcos Nascimento dos Santos, 18 anos, ex morador de São Luiz Gonzaga”.

“Fernando Souza Pereira, mineiro de 34 anos [...] o errante mineiro Fernando”

“Edgar - pelotense, o único a evitar identificar-se.”

“Pedro Augusto Silva Barbosa, 22 anos, ex-jardineiro e pedreiro, desempregado, natural de Viamão”.

“O quinto sem-teto, José, companheiro de Silvana e natural de Guaíba.”

“Homem”, “mendigos”, “migrantes”, “o grupo”, “papeleiros” “imigrantes”, “moradores de outra toca”, “essas pessoas”, “três amigos”.

Diferente dos demais moradores de rua adultos, caracterizados fundamentalmente como mendigos e sem-teto, os imigrantes, apesar de essas denominações terem sido usadas poucas vezes, na maioria das vezes, têm direito a nomes tendo sua identidade respeitada. Esse tipo de nominar, respeitando a identidade essencial “pessoas”, “homem” e a identidade existencial, com nome, idade, origem, profissão, contradiz a representação da identidade dos demais moradores de rua. Nesse sentido, a narrativa destaca que são trabalhadores, são desempregados e não desocupados, como são identificados os outros grupos. Percebe-se a forma humanizada de descrever as relações, entre os personagens: “três amigos”, “companheiro”, “o grupo”.

A informação da faixa etária, que varia de 18 a 43 anos, evidencia que a problemática da itinerância e do êxodo, em busca de melhores oportunidades de vida, atinge jovens e adultos. A informação da origem “guaibense”, “de Viamão”, “pelotense”, “maranhense”, “mineiro” eviden-

cia que a população em situação de rua, de Porto Alegre, provém dos mais diferentes locais do país: grande porto alegre, interior do estado e estados distantes, como Maranhão e Minas Gerais. A caracterização de “irrequieta maranhense” e “nordestina” sugere ao leitor o fenômeno histórico dos retirantes nordestinos, que precisam enfrentar a ansiedade, a preocupação, a insegurança e o abandono da sua terra, em busca de sobrevivência.

5.4.1.3 Ações atribuídas aos personagens

“Os três saem todo o dia de manhã cedo em busca de papel, latas de metal e plásticos jogados ao lixo”.

“Habitando dois buracos”.

“Vivem no interior do viaduto”.

“Romperam paredes de tijolos”.

“Com José [...] vive a nordestina Silvana. Ambos vivem em um amplo espaço entre o chão batido e o teto de concreto [...] em condições semelhantes vivem Marcos, Fernando e Edgar na outra base do mesmo viaduto. Marcos dorme próximo ao fogo de chão em uma cama menor que seu corpo, improvisada com tijolos e roupas velhas. Mais ao fundo da área ampla dormem Fernando e Edgar.”

“Romperam paredes de tijolos a marretadas obtendo um abrigo eficiente contra a intempérie, mas sujo e escuro”.

“Homem pediu ajuda para fazer documentos”.

“Divididos em duas tocas [...] habitam as bases de um viaduto de acesso ao Aeroporto [...] Para tanto romperam paredes de tijolos a marretadas, obtendo um abrigo eficiente contra a intempérie, mas sujo e escuro”.

“Vem para a rua em busca de um espaço que não encontram em casa. Por abusos ou por uma série de outras razões, preferem viver em condições sub-humanas”.

“Três moradores de outra toca [...] foram abordados. Um aceitou partir para um abrigo municipal, outro foi encaminhado à casa de um amigo, com o qual havia residido. Um terceiro garantiu que procurará ajuda, mas preferiu ficar na rua”.

“Silvana tem vergonha de seu ato”.

Os verbos utilizados remetem a ações que dão dignidade ao grupo e, de certa forma, os inclui no sistema produtivo, mostrando uma rotina cotidiana. São representados personagens ativos, gestores que lutam, tomam iniciativa, têm preferências, enfrentam, com determinação, a situação e se viram por conta própria. São abertos ao diálogo e à negociação, têm palavra e, apesar do cenário, ainda mantém a honra: “saem”, “vem”, “não encontram”, “preferem”, “preferiu”, “buscam”, “pediu ajuda”, “vive”, “habitam”, “dormem”, “improvisada”, “romperam”, “obtendo”, “aceitou partir”, “foi encaminhado”, “garantiu que procurará”, “tem vergonha”.

As ações, atribuídas aos personagens, sinalizam para trabalhadores que batalham, mas, mesmo assim, não têm assegurado os seus direitos básicos. “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008)

A narrativa das ações destaca, também, o local impróprio para moradia de seres humanos, “sujos e escuros”, “condições sub-humanas” sendo que os primeiros locais remetem à habitação de animais, como os tatus e os ratos: “tocas”, “buracos”; e o segundo, como local insalubre, “viadutos”, para passagem de carros. Ambos ambientes são inadequados para habitação humana, ou seja, para os que quiseram exercer o direito de ir e vir, em busca de melhores oportunidades de vida.

O destaque para a amplidão do espaço, “amplo espaço”; “área ampla”, contrasta com o vazio imaginado pelo leitor, pois ali não há o essencial para as necessidades básicas, comer e dormir: cama, fogão e geladeira. A narrativa mostra que, mesmo em condições impróprias, há respeito mútuo. Assim, os sujeitos dividiram o espaço, de forma democrática: “na outra base do mesmo viaduto, Marcos dorme próximo ao fogo [...] mais ao fundo [...] dormem Fernando e Edgar”. A riqueza de detalhes, na descrição do espaço, remete ao estilo de uma história ficcional, mas serve para prender o leitor.

Por oposição, o ato ilícito é justificado, o que sugere ao leitor uma tolerância, por causa do fim a que se destina “abrigo contra a intempérie”. O artigo “mas” relativiza a eficiência, em vista de ser “sujo e escuro”. Local impróprio, insalubre para habitação humana que, além de proteger contra as intempéries, deve ser limpo e arejado.

5.4.1.4 Identificação de conflitos

“Eles romperam paredes de tijolos, construídas nas bases da elevada justamente para evitar moradias de mendigos. Por ironia, as paredes acabaram servindo de abrigo mais eficiente contra o frio”.

“Até o final da tarde de ontem, técnicos do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) [...] analisaram de quem é a competência para que as estruturas sejam novamente lacradas, para alívio dos imigrantes a demora lhes garantirá mais uma noite de abrigo”.

“Ver fechado os pontos de ingresso às tocas é o pior temor do grupo. A esperança é obter auxílio para retornar às suas cidades de origem”.

“[...] medos sobressaltam o sono da inquieta maranhense [...] o de que pedras e tijolos arremessados por jovens ao fim das festas em um pavilhão nos arredores lhes causam ferimentos.[...] que seja invadida por vândalos que ameacem sua vida com fogo – como ocorreu há 10 dias no Viaduto dos Açorianos [...] Silvana teme que o abrigo que invadiu com o companheiro José seja tomado por outros sem-teto ou pela polícia”.

A narrativa mostra conflito, entre os vários Departamentos Estaduais, que precisam analisar a questão: “Até o final da tarde [...] analisaram de quem é a competência [...]”. Sugere ironia contra a demora e burocracia estatal, que precisa se reunir e analisar para definir quem irá resolver a questão. Conflito entre o poder público, que tentou evitar a ocupação do viaduto, e a criatividade e ousadia, de quem não possui moradia e se apropria do local público, como abrigo.

Conflito entre os migrantes e os jovens que apresentam comportamento violento na saída de festas noturnas “[...] medos sobressaltam [...] de que pedras e tijolos arremessados por jovens ao fim das festas em um pavilhão nos arredores lhes causam ferimentos.[...] que seja invadida por vândalos que ameacem sua vida com fogo – como ocorreu há 10 dias no Viaduto dos Açorianos”

Conflito entre os sem-teto migrantes e os demais sem-teto e, também, com a polícia “Silvana teme que o abrigo que invadiu com o companheiro José seja tomado por outros sem-teto ou pela polícia”.

Nesse sentido, a narrativa remete à insegurança de viver na rua e à disputa por um espaço para viver, frente à ausência de uma política social, voltada para a habitação das pessoas, que vivem em situação de rua. Sugere, também, conflito entre os migrantes e a polícia, uma alusão ao uso da força, na desocupação de espaços públicos.

As duas últimas narrativas sugerem uma questão de gênero, pois, enquanto o “pior temor do grupo”, onde predominam homens, é “Ver fechado os pontos de ingresso às tocas”, a única mulher integrante vive tomada pelo medo “[...] medos sobressaltam [...] o de que pedras e tijolos arremessados por jovens [...] lhes causam ferimentos. [...] que seja invadida por vândalos que ameacem sua vida com fogo [...] teme que o abrigo [...] seja tomado por outros sem-teto ou pela polícia”. Assim, o narrador destaca que o cenário é inadequado para habitação humana, incluindo homens e mulheres, mas a mulher é a que mais sofre com seus temores. É ela que encontra mais dificuldades, para se adaptar aos problemas de rua. Trata-se de uma narrativa do medo, para

focar a insegurança feminina no ambiente da rua, até quando dorme. Remete também a uma preocupação maternal, no sentido de que nada de mal aconteça com a própria “família”, no caso ela, seu companheiro e os amigos. Essa insegurança e medo de viver na rua provocam projeção e identificação, ao leitor, principalmente no público feminino.

5.4.1.5 Estratégias Objetivadas

“Daqui, só saio para a minha casinha”. (o papeleiro José)

“Aqui é sujo, tem ratos e mosquitos, não dá para ter fogão ou cama”. Mas este viaduto é meu casarão”. (Silvana, a nordestina)

“Não vou para o albergue, mas quero ajuda para fazer meus documentos de novo”. (Pedro Augusto Silva Barbosa, 22 anos, ex-jardineiro e pedreiro desempregado, natural de Viamão)

Os personagens em causa ganham direito de participar da comunicação pública, para expressar seus sonhos e desejos, que significam determinação e resistência. Trata-se de uma representação de sujeitos capazes de tomar decisões, com sonho da casa própria, comum à maioria dos brasileiros “Daqui só saio para a minha casinha”. O advérbio de lugar “Daqui” sugere um cansaço da itinerância e, também, certa adaptação nessa “casa provisória”. O uso diminutivo, para expressar seu sonho, “casinha”, mostra a postura humilde e visão realista do personagem, ou seja, para quem vive na rua, a ambição é uma “casinha”, não um casarão, nem uma casa.

Por outro lado, a fala feminina, “Aqui é sujo, tem ratos e mosquitos, não dá para ter fogão ou cama, mas este viaduto é meu casarão” (Silvana, a nordestina), mostra a percepção feminina, no sentido de que é um ambiente impróprio para morar. O uso do “mas”, no entanto, reconhece que, apesar de tudo, essa é a casa que ela tem e, com bom humor, adotou como seu “casarão” - uma alusão ao amplo espaço vazio ou ao desejo de ter seu próprio casarão.

A terceira narrativa mostra a recusa de um trabalhador desempregado, ao convite de ir a um abrigo: “Não vou para o albergue”. O uso do “mas” impõe condição a essa negativa “quero ajuda para fazer meus documentos de novo”. Isso significa resistência e o desejo do personagem recuperar sua vida “normal”, suas atividades profissionais e, também, a consciência de que albergue não é a solução definitiva e, sim, o trabalho. Essa estratégia provoca identificação e projeção nos leitores, em relação ao personagem em causa, que não é, mas está desempregado, como milhares de outros brasileiros.

Trata-se da construção de identidade de sujeitos portadores de necessidades, mas, também, de sujeitos capazes de perseguir seus direitos, ou seja, trata-se de personagens vítimas da pobreza socioeconômica, mas não de uma pobreza política.

5.4.1.6 Estratégias Subjetivadas

“Porto Alegre, a cidade que à nordestina causava curiosidade e ao guaibense, encanto e esperança, lhes rendem uma discreta frustração. Em lugar de encontrar progresso diz Silvana, eles hoje vivem para sobreviver”.

“Sob a elevada, um casarão para o casal”, “caverna urbana”.

“Não basta a natural agrura de viver sob uma ponte sem colchão para dormir ou alimento para substituir o chá de boldo que faz para enganar a fome. Como de sua pobreza, Silvana tem vergonha de seu ato”.

“Além de compartilhar um espaço [...] dividem sonhos. Seduzidos pelas histórias de aventuras do errante mineiro Fernando [...] a realização de um desejo [...] pisar a areia fina de Santa Catarina”.

“Ainda que ambos estejam seduzidos pela possibilidade de vagar pelo Brasil atrás de emprego”.

“Sem o emprego que – como todos os demais – desejava quando deixou São Luiz Gonzaga”.

“Três amigos pensam em seguir viagem”.

“O quinto sem-teto, José, companheiro de Silvana e natural de Guaíba, planeja acompanhar a mulher na transferência para o Nordeste”.

“Condições de vida precárias”.

Poético e irônico sugere o conflito entre a capital gaúcha que, de “encanto e esperança”, transformou-se em “frustração”, contradizendo a música de Isabela Fogaça que expressa: “Porto Alegre é demais...”. Para os moradores em situação de rua, poderia se dizer que “Porto Alegre é de menos”.

O uso da expressão “cavernas urbanas” sinaliza para um retorno às condições de vida do homem primitivo, sem nenhuma infra-estrutura, em pleno meio urbano, onde, em princípio, nada lembraria uma caverna. Trata-se de um paradoxo social. De um lado, parte da sociedade, vive na

fartura, come além da conta e da fome e, depois, necessita tomar chá de boldo, para facilitar a digestão do excesso de alimentos ingeridos; de outro, estão os sujeitos que tomam o mesmo chá, para obter efeito contrário: “enganar a fome”

O desabafo da personagem, “Me preocupo porque o que fiz é contra a lei”, evidencia seus valores éticos que, mesmo em condições subumanas, preocupa-se em não perder sua dignidade. A visibilidade dessa fala, ao contrário de outros episódios, nega a ligação direta entre a pobreza e a criminalidade. Por outro lado, essa retidão de postura de quem praticou um ato ilícito para sobrevivência faz o leitor pensar sobre outras realidades, onde pessoas que têm condições privilegiadas cometem atos ilícitos, sem reconhecer seu erro. Um exemplo disso são os políticos envolvidos em corrupção, que utilizam o cargo e os recursos públicos para proveito próprio, sem nenhum constrangimento, enquanto a maioria da população é privada dos direitos básicos.

Nessa mesma perspectiva, o narrador usa a expressão: “Não basta a natural agrura de viver sob uma ponte [...] Como de sua pobreza, Silvana tem vergonha de seu ato”, para destacar que a personagem, apesar de sofrer e de se preocupar com a situação de exclusão, em que se encontra, não perde a noção da legalidade e da ética, preocupando-se com o que é certo ou errado. A negativa “Não basta”, implicitamente sugere o contrário, ou seja, a ela bastaria o problema da pobreza, não precisaria ter “vergonha de seu ato”. A vergonha, nesse caso, é transferida ao Estado, que não provém seus cidadãos dos direitos básicos.

Trata-se de uma narrativa humanizada. O texto destaca que, apesar da dura realidade, essas pessoas também têm “sonhos” e “desejos”, são solidárias, compartilham, dividem, são “amigas”. Por outro lado, mostra uma dose de ingenuidade, por se deixarem levar, “seduzidos”, “aventuras do errante”, “vagar pelo Brasil atrás de emprego”.

A descrição detalhada do cenário reforça a situação precária de miserabilidade em que vivem os imigrantes, “cavernas urbanas”. Essas cavernas não têm luz, esgoto ou fonte de água tratada e são infestadas por “ratos e baratas”. Trata-se de uma realidade distante do que assegura os direitos universais da pessoa humana.

Após levantar a tensão e o conflito, por fim, o narrador dá espaço às alternativas dos órgãos competentes: albergue ou retorno à cidade de origem: “Técnicos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) procuram o grupo no local oferecendo uma solução como vaga em Albergue ou passagem para retorno a cidade de origem”.

Os moradores de rua imigrantes acumulam um duplo papel, de heróis e vítimas. Vítimas pelo desemprego, pela falta de políticas públicas habitacionais e exclusão dos programas sociais; e heróis porque, apesar das condições precárias, sobrevivem, mantendo sua humanidade, dignidade, amizade, sonhos, amor. Esses sentimentos provocam identificação e projeção, com um grande contingente de heróis anônimos, pessoas que migram do interior, para as capitais, em busca de melhores condições de vida. Além da comoção, que provoca no leitor, pode haver identificação com todos os que vieram do interior, para o centro urbano, enfrentaram dificuldades, sendo que uns venceram, e outros não. Assim, se aliam às vítimas, sentindo-se heróis, simplesmente ao ser solidário, lançando um olhar de compaixão.

5.4.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da primeira reportagem ocorre em torno da rotina de frustração, de um grupo de migrantes, de diferentes locais do país e do meio rural. Eles se deslocaram para tentar a sorte na capital gaúcha, em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Em geral, isso se verifica, porque perderam suas muitas formas de sobrevivência no local de origem. Eles moram debaixo de viadutos e, para se sustentar, coletam lixo para reciclagem.

A segunda reportagem foca a ação dos técnicos do Estado, agendada pela reportagem do dia anterior: procuram as pessoas em causa e buscam soluções, prometendo bloquear a área do viaduto utilizada como moradia. O maior esforço das políticas sociais foi pelo retorno dos cidadãos, ao seu lugar de origem, através do fornecimento da passagem.

5.4.1.8 Metanarrativa

- A capital gaúcha seduz as pessoas para melhores oportunidades de trabalho. Apesar do potencial produtivo, os desqualificados profissionalmente e com baixo nível de instrução acabam frustrados, sobrando no mercado de trabalho e sobrevivendo nas ruas.

- O jornalismo agendou a atuação do poder público que agiu sob pressão.

5.4.2 Episódio Jornalístico : “Sem-teto na Capital chegam a 4,7 mil”

Narrador: Andrei Netto

Data de Publicação: 22/1/2006

5.4.2.1 Reconstituição do episódio

O episódio narra duas histórias: a primeira envolve três personagens, vindos de outras cidades e que vivem nas ruas de Porto Alegre. Destaca pontos comuns dos personagens, como o alcoolismo, o conflito familiar e a vergonha de não ter conseguido vencer o vício. A narrativa imagética mostra os três personagens: um, de cabeça baixa, com a mão nos olhos, e aba do boné tapando o rosto, em sinal de vergonha; outro olhando ao léu, como sinal de desvario; e o outro, em pé, de costas. Ao lado dos personagens, há quatro pequenos sacos plásticos, provavelmente o que restou de seus pertences. O sentido sugerido é o de vergonha, humilhação e desatino. Eles se mostram sem coragem de olhar para frente, de encarar e enfrentar a família, a sociedade e sua própria realidade.

A narrativa evidencia críticas, de especialistas, quanto às deficiências dos programas da Prefeitura e à falta de integração das políticas públicas. Relata, também, a visita do prefeito da Capital a quatro abrigos e a promessa de construção de mais 10 casas-lares, para o ano de 2007. Mostra o aumento de 30%, nas vagas do ano de 2005. Confronta a promessa e esses dados com a visão de especialistas que afirmam que ainda será insuficiente para dar conta da demanda, uma vez que há em torno de 500 vagas para 4,7 mil candidatos.

O narrador apresenta uma estatística da Fundação de Assistência Social e Cidadania, que “revela um drama crescente: há cada vez mais sem-teto em Porto Alegre”. Um quadro, à parte do texto, informa sobre a rede de abrigos de acolhimento de Porto Alegre, um total de, apenas, quatro abrigos.

Por fim, relata o cotidiano de um grupo de oito famílias, catadoras de material para reciclagem, que transformaram uma casa abandonada em moradia e depósito para separação do material. Mostra a reclamação dos vizinhos em função do mau cheiro e da proliferação de animais

peçonhentos. A solução é apontada através da fala de uma assistente social, que coordena outros grupos de recicladores. Ela afirma que o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) deve agir, dando conta da logística necessária. A profissional denuncia, também, a ineficiência dos órgãos de assistência a essa população e a incompreensão dos profissionais ali locados, em relação à cultura e às necessidades dessa população.

5.4.2.2 A construção de personagens jornalísticos

“Doze anos depois de migrar de Ijuí, no noroeste do Estado, para a Capital, André Luiz Silveira, pintor de 32 anos, passou a deparar todos os dias com Alemão, apelido de Irineu Marcos, 39 anos, caminhoneiro catarinense aposentado”.

“Os encontros mais frequentes se dão na Praça Atos Ferreira, no Bairro Floresta, onde Marcos passa a maior parte de seus dias quando, a exemplo de Silveira, passou a considerar as ruas sua casa. Sem-teto, eles vivem de esmolas ou pequenos biscates e podem ser incluídos entre 4,7 mil pessoas que passam a maior parte de suas vidas habitando as ruas da capital”.

“[...] o catarinense diz não ter coragem de voltar para casa [...] Marcos é um exemplo. Nascido em Itaiópolis (SC), o caminhoneiro transformado em sem-teto repete duas histórias típicas: alcoolismo e conflito familiar. Sobrevive obtendo dinheiro ‘com tudo que é lícito’ e prefere permanecer nas ruas, valendo-se de banheiros e bancos públicos para fazer a higiene pessoal e dormir. Com olhos marejados, não esconde a vergonha e o complexo de inferioridade por ter perdido a luta contra o vício.”

“[...] novos e antigos moradores seguem brotando das pontes do Dilúvio- como há anos se repete”

“O problema social em Porto Alegre é complexo por várias razões. Diversas “tribos da miséria” convivem nas ruas. Nos semáforos, mães estimulam filhos a pedir esmolas. Ao longo da Avenida Ipiranga, meninos praticam acrobacias em troca de centavos”.

Para construção da identidade de seus personagens, o narrador usa uma diversidade de nomações. Apesar das condições impróprias, ele destaca a preservação de laços familiares, respeita a identidade essencial e existencial. Outras nomações indicam um pertencimento dos personagens à “rua” e à “miseria”. Esses sujeitos são, também, caracterizados pela atividade profissional, contrastando a anterior com a atual.

A nomenclatura, feita pelos estudiosos e especialistas, “Populações de rua”, “Tribos da miséria” remete à diversidade de identidades e culturas dessas pessoas e a sua forma de organização, a ponto de se caracterizarem como diferentes “tribos” e “populações”.

Ao caracterizar os personagens, o narrador respeita suas identidades existenciais: “André Luis Silveira”, “Irineu Marcos”, “Marcos”, “Silveira”. A citação da idade dos personagens evidencia que o fenômeno abordado atinge pessoas jovens, “20 anos”, “32 anos”, “39 anos”. Assim, sugere ao leitor que se trata de existências desperdiçadas, por falta de políticas públicas que ataquem as raízes do problema.

Tem-se, então, uma narrativa humanizada, que destaca a necessidade de pertencimento e nomenclaturas que remetem à identidade essencial, comum aos demais seres humanos: “pessoas”, “seus dias”, “habitando”, “sua casa”, “lares”, “encontros”, “vivem”, “suas vidas”. Essa forma de nominar e caracterizar contribui para aproximá-los dos leitores, pois há pontos de identificação.

A primeira narrativa destaca o problema da migração do meio rural - onde o personagem tinha um nome e uma profissão, “André Luiz Silveira, pintor de 32 anos” - para o meio urbano, que resulta em uma população marginalizada, onde acabam vivendo em grupos, ou seja, descobrem pessoas que enfrentam situações semelhantes: “Irineu Marcos, 39 anos, caminhoneiro catarinense aposentado”. O uso do apelido “Alemão” demonstra certa intimidade e amizade entre os dois, representando a criação de vínculos afetivos, na nova “família”, conhecida e constituída na rua.

Ao mesmo tempo em que o narrador recupera a “praça”, como local de encontro - “passou a deparar todos os dias” -, há a transformação do espaço público “ruas” e “praças”, em espaço de pertencimento dessas pessoas: “suas casas”. A expressão “sem-teto” serve tanto como atributo da “sua casa” como nomenclatura das pessoas em causa. Em se tratando da nomenclatura, tem-se, ali, uma estratégia narrativa de simplificação, uma vez que essas pessoas não são apenas sem-teto, são, praticamente, ‘sem-tudo’.

Interessante perceber a valorização do trabalho - “pequenos biscates” - e a visibilidade da fala do personagem “com tudo que é lícito”. Assim, o narrador fez uso da metaepistemologia, incluindo os personagens no sistema produtivo e destacando, através de uma estratégia objetiva, que, apesar do vício e das condições adversas, essas pessoas não perderam a dignidade, valores humanos e morais, uma vez que não se envolvem com atos ilícitos.

O esquema narrativo selecionado utiliza as histórias dos personagens, para evidenciar que as principais causas, que levam as pessoas a se transformarem em moradores de rua, são, historicamente, as mesmas: “repete duas histórias típicas: alcoolismo e conflito familiar”. Aborda o problema como um fenômeno social. Há aqui um foco de conflito narrativo. Sugere ao leitor-cidadão certa indignação contra a incompetência do Estado, na gestão da saúde pública, em não dar conta de antigos problemas como o “alcoolismo”. Remete à falta de políticas públicas que atuem preventivamente, evitando que pessoas atinjam tal nível de miséria. A expressão “o caminhoneiro transformado em sem-teto” indica uma posição de vítima e não vilão ou, no mínimo, que há corresponsabilidade pela situação. Caso o narrador pretendesse sugerir um sentido de responsabilidade própria e única pela situação, teria usado “transformou-se” e não “transformado”. O texto sugere, portanto, que houve a ação de agentes externos, no caso, o alcoolismo, visto como doença social que necessita ser tratada para evitar essa e outras “metamorfozes ambulantes”: de caminhoneiro catarinense para sem-teto porto-alegrense.

Destaca-se, novamente, a preocupação do narrador em evidenciar que a problemática é antiga - “[...] novos e antigos moradores”, “como há anos se repete” - e que de novo só há o agravamento: “seguem brotando das pontas do Dilúvio”. O verbo “brotando” sugere, ao leitor, o quanto a problemática está viva e se reproduzindo, como brotos, que darão origem a novas árvores. Esse verbo, seguido da citação do nome da ponte, “Dilúvio”, funciona como uma estratégia subjetiva, sugerindo que o problema se compara a uma chuvarada, uma tempestade, a um dilúvio de “sem-teto” a inundar as ruas da capital.

Apesar de informar a escolha do personagem - “prefere permanecer nas ruas” - o narrador preocupa-se em mostrar o que há por trás dessa escolha: “Com olhos marejados, não esconde que o orgulho, a vergonha e o complexo de inferioridade por ter perdido a luta contra o vício.” Ou seja, evidencia que sozinho ele não consegue expulsar “o mendigo”, que já se impregnou em sua alma, destruindo a autoestima.

O uso da nomenclatura “tribos da miséria” reforça a complexidade da problemática e sugere uma diversidade de perfis dessas pessoas, dividindo o espaço da rua, como campo de trabalho, em busca da sobrevivência, tais como: “mães estimulam filhos a pedir esmolas”, “meninos praticam acrobacias em troca de centavos”. Independente das especificidades de cada tribo, a preposição “da” destaca que todas pertencem à miséria, como se essa tivesse sido incorporada à existência e à própria identidade dos membros da tribo, de forma que a luta cotidiana pela sobrevivência

significa para eles um tipo de compromisso, de trabalho onde tem que se adaptar. A localização “Nos semáforos”, “Ao longo da Avenida Ipiranga” é usado como estratégia objetiva, para dar maior veracidade à informação que sinaliza ao leitor e ao governo, geograficamente o endereço do problema.

5.4.2.3 Ações atribuídas aos personagens

“Na Rua Pará, no bairro São João, oito famílias ocupam há cinco anos uma casa abandonada, alvo de uma disputa judicial. No pátio e na calçada, separam o lixo que estimula a proliferação de ratos, baratas, mosquitos e doenças, além do mau cheiro”.

“Passou a considerar as ruas sua casa [...] eles vivem de esmolas ou pequenos biscates [...] passam a maior parte de suas vidas habitando as ruas da capital [] diz não ter coragem de voltar para casa [...] Sobrevive obtendo dinheiro com tudo que é lícito e prefere permanecer nas ruas [...] convivem nas ruas”.

As ações destacadas focam o cotidiano dos moradores de rua da capital. Sinalizam, por um lado, para personagens que possuem um traço de vítimas de seu próprio vício e, também, do excludente sistema social. Em outra perspectiva, essas pessoas são vistas como heróis, por conseguirem manter a dignidade, a amizade, a convivência, a sinceridade e os valores morais, mesmo tendo a “rua como casa”. Essa perspectiva quebra o paradigma de que a rua leva à criminalização.

O senso de oportunidade e sobrevivência das famílias é destacado através do uso do verbo “ocuparam”, o que estava desocupado, e não “invadiram”. A narrativa apresenta o problema de que esse trabalho é feito em local inadequado. No conjunto do esquema narrativo, o leitor é levado a pensar que o problema não é dessas famílias, que estão trabalhando como podem, para sobreviver, mas do governo, que não proporciona um local adequado, alimentando o conflito entre os vizinhos “[...] oito famílias ocupam há cinco anos uma casa abandonada [...] No pátio e na calçada, separam o lixo que estimula a proliferação de ratos, baratas, mosquitos e doenças, além do mau cheiro”.

O espaço da rua significa um lugar de encontro, de solidariedade, amizade, mas, também, um lugar inadequado, impróprio para morar. Há uma espécie de vínculo, desenvolvido pelos per-

sonagens na rua e com a rua “Passou a considerar as ruas sua casa [...] prefere permanecer nas ruas [...] convivem nas ruas”.

5.4.2.4 Identificação de conflitos

“Sônia Holmos Mesquita, 51 anos, assistente social não-vinculada a governos, há 10 anos coordena grupos de recicladores e aponta uma solução: o Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) precisa organizar novos galpões e gerenciar a compra e a venda dos produtos recicláveis.”

“É a incapacidade de oferecer tratamento contra o vício, apoio psicológico e abrigo de forma integrada e eficiente a principal crítica que especialistas fazem aos programas da prefeitura. Jane Prates, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica que se dedica a estudar as populações de rua, aponta o paternalismo como um problema da rede municipal”.

As narrativas acima confrontam a visão dos especialistas com a forma de atuação da prefeitura, pautada numa percepção conservadora de políticas sociais “paternalistas”, sem uma “proposta planejada de enfrentamento” (DEMO, 2007). Essa atuação se manifesta na “incapacidade de oferecer tratamento contra o vício, apoio psicológico e abrigo de forma integrada e eficiente”. Ao contrário da atuação “paternalista” da Prefeitura, que descarta o pobre como protagonista do processo, limitando-o a objeto de distribuição, a solução apontada pela especialista volta-se para uma política social emancipatória e contempla a geração de renda para auto-sustentação: “precisa organizar novos galpões e gerenciar a compra e a venda dos produtos recicláveis.”

5.4.2.5 Estratégia objetivada

“É difícil precisar quantos são os moradores de rua hoje, mas vemos cada vez mais gente. É notório. É uma realidade cada vez mais crua”. (Mario Vargas, diretor técnico da Fasc)

“Há falhas de integração das políticas públicas. Não adianta dar casa ou emprego e não tratar o alcoolismo, assim como não adianta tratar o alcoolismo e não dar alternativas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda. [...] Os órgãos de assistência não entendem a vida dessas pessoas. É preciso or-

ganizá-los em cooperativas de trabalho e dar-lhes esperança. Não existe nenhuma política eficiente para tirar as pessoas da rua e fazê-las crescer. Eles têm expectativas, mas eu não vejo saída. Dá até um desânimo.” (Sônia Holmos Mesquita, 51 anos, assistente social não-vinculada a governos, há 10 anos coordena grupos de recicladores)

“O mendigo também chora, sente saudade, mas não tem coragem de voltar para casa.” (Irineu Marcos, morador em situação de rua)

“Os vizinhos reclamam por causa do lixo, mas a casa estava abandonada. Fomos ficando” (Alexandre Nogueira, 22 anos)

O narrador utiliza uma estratégia narrativa objetiva, para mostrar a falta de controle dos órgãos competentes, que não possuem dados atualizados, através da declaração da autoridade responsável pela problemática: “É difícil precisar quantos são os moradores de rua hoje”. Também evidencia que, apesar de o governo não dar conta de trabalhar essa realidade, ele admite que o fenômeno não para de crescer, “[...] mas vemos cada vez mais gente. É notório. É uma realidade cada vez mais crua”. Há, também, um conflito implícito entre o representante público e o contribuinte, pelo fato de o primeiro naturalizar a problemática - “É notório. É uma realidade cada vez mais crua” sem propor alternativas e, também, por evidenciar um não saber. “É difícil precisar”, fundamental, para o desempenho de sua atividade social. Trata-se de um representante público legitimado de direito, mas não de fato, para desempenhar a função de Diretor Técnico da Fasc, órgão responsável pela população em situação de rua.

A fala da especialista denuncia a ineficiência do sistema paternalista vigente nos abrigos municipais, que não disponibiliza tratamento contra o vício, apoio psicológico nem perspectivas profissionais. O saber da assistente social lança um olhar complexo e politizado sobre essa realidade - “não adianta dar [...] e não tratar [...] não adianta tratar [...] e não dar [...]”. Trata-se de um jogo de palavras que remete a um embate conflitual entre especialistas que vivenciam o problema e os responsáveis públicos que, à distância, criam políticas sociais desintegradas entre si - “Há falhas de integração das políticas públicas” - e desarticuladas com a realidade - “Não adianta dar casa ou emprego e não tratar o alcoolismo”. Além disso, a especialista ensina, ao poder público, que é necessário criar condições para emancipação das pessoas em causa - “Não adianta tratar o alcoolismo e não dar alternativas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda”. Essa forma os mantém numa situação de dependência, para o resto de suas vidas e a Prefeitura, como eterna provedora.

A fala da assistente social denuncia que os órgãos públicos, encarregados da problemática, não compreendem e são ineficientes. A compreensão, o entendimento, o saber e a eficiência sobre esta questão não estão no governo - “não entendem”, “não existe nenhuma política eficiente” - mas em uma especialista “não vinculada a governos”. Assim, o narrador destaca que quem conhece e convive com o problema tem o saber e um discurso humanizado e politizado: “a vida dessas pessoas”, “dar-lhes esperança”, “fazê-las crescer”. Verifica-se que, enquanto o dizer e o fazer da especialista seguem uma lógica da “pedagogia da autonomia”, os órgãos de assistência do governo demonstram orientar-se pelo viés paternalista e despolitizado: “Não existe nenhuma política eficiente para tirar as pessoas da rua e fazê-las crescer”, que é próprio de uma pedagogia voltada para a manutenção do oprimido (FREIRE, 2003). Isso sugere um forte conflito, para quem quer trabalhar e luta, cotidianamente, contra a ineficiência das políticas públicas, chegando a desanimar, mesmo diante da esperança das pessoas em causa: “Eles tem expectativas, mas eu não vejo saída. Dá até um desânimo.”

Essa realidade evidencia que as políticas públicas sociais não são baseadas na concepção de direitos e, também, que parte dos programas sociais não garantem o acesso incondicional dos portadores de direito aos mesmos. A narrativa da especialista faz eco à avaliação de Yasbek (2004, p.105), quando fala que a lógica das políticas sociais obedece muito mais ao discurso humanitário da filantropia, despolitizado e terceirizado, do que o provimento de direitos. Nas suas palavras, “Esta lógica, que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras de mercado, moldou para a política social brasileira um perfil despolitizado, privatizado e refilantropizado.” Esse tipo de concepção reforça o deslocamento de ações de proteção social para a esfera privada, colocando, inclusive, em questão os poucos direitos já garantidos. Também não proporciona o crescimento e a emancipação das pessoas excluídas.

É preocupante o tipo de perspectiva pública confessada pela autoridade, na primeira narrativa e, em seguida, denunciada pela especialista. Trata-se de uma visão determinista e imobilizante sobre a realidade, explicitando que a “realidade é assim mesmo”. Esse tipo de posicionamento público contribui para que profissionais, como a envolvida nesse episódio e também grande parte da sociedade brasileira, se vejam tomados por uma espécie de espanto e letargia, e, para piorar, prevaleça um sentimento de impotência - “Dá até um desânimo” - no sentido de que não há o que fazer contra a miséria crescente - “eu não vejo saída”. Demo (2007, p.16) diria que se trata de uma perspectiva pública que subestima a capacidade histórica de

transformação da realidade, pois “No contexto de uma realidade social determinada, a intervenção humana é sempre algo secundário, o que leva a assumir que desigualdade social é dada e invariante”. Esse tipo de discurso público maniqueísta, segundo Demo (2007, p.16) é responsável por ter transformado o problema da desigualdade e da exclusão social em artefatos histórico-estruturais, que “[...] perfazem a própria dinâmica histórica em termos de resistência e necessidade de mudança.”

Ao se autorrepresentar como “mendigo”, o personagem está desabafando que, como as demais pessoas, ele tem sentimentos, dores e medos: “também chora, sente saudades”. Apesar disso, contudo, a figura interna de mendigo o impede de retornar: “mas não tem coragem”. Essa expressão pode sugerir ao leitor um pedido de socorro, uma ajuda, a fim de ganhar coragem de voltar para casa. Essa ajuda não é atendida pelos abrigos, que se limitam a ofertar acolhimento noturno. Por outro lado, esse “choro” e “falta de coragem” reforça o que Freire (2000, p.93) identifica como “culpa indevida”, onde seria necessário expulsar esse opressor de dentro do oprimido que funciona como “sombra invasora”. Assim, sem acompanhamento, a dor, o sofrimento, o medo, a culpa, a imagem de fracasso são aspectos que impedem pessoas em semelhante estado de, ao menos, dividirem a responsabilidade da miséria com o perverso sistema social. Esse tipo de sentimento e de autorrepresentação reforçam e legitimam o poder do sistema, e mesmo, inconscientemente, segundo Freire (2000) tornam-se “coniventes da ordem desumanizante”. Nesse caso, o narrador cumpriu o papel de “participante justo” (MERRIT, 1995), entre o sujeito oprimido e o sistema opressor. Mostrou, ao leitor, a inexistência de políticas públicas que sejam eficazes para a substituição da “vergonha” e do “medo”, pela reconquista da autonomia e da responsabilidade sobre a própria existência.

A fala do personagem Alexandre - “Os vizinhos reclamam por causa do lixo, mas a casa estava abandonada” - denota entendimento quanto à reclamação do vizinho, mas apresenta uma forte justificativa, pela atitude do grupo: “a casa estava abandonada”. Evidencia a visão empreendedora, diante da necessidade das famílias, pois ele visualizou uma oportunidade. Sugere que, como o governo não contribui com galpões e organização de cooperativa, a solução foi utilizar o que estava sem serventia. Por outro lado, a narrativa mostra um conflito entre os moradores de rua que, por não terem onde trabalhar ocupam uma residência abandonada, e os vizinhos, que passaram a ter problemas de sujeira com a proximidade da separação do lixo. De qualquer forma,

o esquema narrativo evidencia que o principal responsável por esse conflito é o poder público que, segundo a especialista, não os organiza em “cooperativas de trabalho”.

5.4.2.6 Estratégia subjetivada

“O catarinense Irineu Marcos [...] dispensa o abrigo municipal e o retorno à família, pela vida ao léu pelo bairro Floresta, onde pode beber”.

“O orçamento municipal de 2006 prevê a construção de 10 casas lares. Mas, mesmo que a promessa se concretize, pode ser insuficiente.”

A primeira narrativa gera, no leitor, um sentido de ironia, pela “opção libertária” do personagem, que se dá ao luxo de dispensar “o abrigo municipal e o retorno à família pela vida ao léu”, ou seja, vida sem compromisso, livre, onde “pode beber”. Essa forma de narrar isenta a família e o poder público de qualquer responsabilidade, e atribui a culpa pela situação ao personagem em causa (GIARDINO, 2003).

O uso dos termos “prevê”, “construção”, “promessa”, concretize”, “pode” evidenciam características comuns a muitos discursos políticos, que se fundamentam em promessas, enquanto as soluções são postergadas. Por outro lado, sugere uma advertência debochada, ao poder público, que, ainda que as previsões e promessas se concretizem, “pode ser insuficiente”, para a solução da problemática. O uso do “mas” relativiza a importância da “construção de 10 casas lares” e o “mesmo” reforça a insuficiência da medida, em detrimento da necessidade.

5.4.2.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia se dá nas causas, consequências e soluções da problemática, que envolve os moradores de rua. Confronta o crescimento dos sem-teto, na capital, com a insignificante rede de abrigos públicos. Denuncia as soluções simplistas da Prefeitura, a incompetência e incompreensão dos técnicos, bem como a falta de integração das políticas públicas sociais.

Foca a resistência de famílias e de uma assistente social, que lutam como “sujeitos de demanda”, mas também de decisões, em contraposição à inoperância pública.

5.4.2.8 Metanarrativa

A prefeitura, as autoridades, órgãos competentes e as políticas sociais andam na contramão das soluções da problemática abordada. O saber, o querer e o fazer são externos ao poder público.

5.5 ANÁLISE DA CATEGORIA: MENDIGOS EM SITUAÇÃO DE RUA

5.5.1 Episódio Jornalístico: “Mendigos Ocupam Áreas Nobres de Lazer na Capital”

Narrador: Marcelo Gonzatto

Data de publicação: 12/04/2004

5.5.1.1 Reconstituição do acontecimento

O episódio mostra que os mendigos estão chegando às áreas nobres, “regiões frequentadas pela classe A portoalegrense”. “Estão começando a ocupar o Parcão, uma das mais tradicionais áreas verdes da cidade”. Segundo o narrador, trata-se de “um exemplo vivo da crise que afeta o Brasil”.

A narrativa é feita em um tom irônico, ao contrastar, constantemente, o perfil dos “ocupantes mendigos” com o dos “frequentadores tradicionais - integrantes da classe A”. Trata-se de um cenário raro, que reuniu, no mesmo espaço físico, personagens que se encontram nos dois extremos da pirâmide social. Apresenta o cotidiano dos mendigos no Parcão e destaca o constrangimento dos demais, em assisti-los dormir e fazer suas necessidades em público, como urinar e defecar. Para tanto, o narrador dá direito à participar da comunicação pública aos frequentadores tradicionais de diferentes idades, profissões e sexo, integrantes da classe média alta. Em oposição, nenhum mendigo é identificado e ouvido.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente foi entrevistado, mas explicou que não compete a sua secretaria a gestão desse problema e, sim, à Brigada Militar e à Fundação de Assistência Social e Cidadania. Ambas as fontes não foram consultadas, o que evidencia um equívoco do narrador, na interpretação das competências públicas e, também, na natureza da problemática abordada. A questão é que se trata de um problema social, que envolve, fundamentalmente, pessoas, e não apenas de meio ambiente.

O texto evidencia, também, a divisão da cidade em espaços populares e espaços nobres, classes populares e classes tradicionais de alto poder aquisitivo. Simbolicamente, está delimitado

o espaço de uns e o espaço de outros. Assim, o episódio estudado envolve um conflito pelo rompimento dessa arquitetura, através da invasão do espaço do outro.

5.5.1.2 A construção de personagens jornalísticos

“Moradores de rua”
 “Sem-teto”
 “Mendigos”
 “Miseráveis”
 “pessoas nuas”
 “vítimas da exclusão social gaúcha”

Ao contrário dos frequentadores tradicionais do parcão, que são nominados pelo nome completo e profissão, os personagens em causa não têm nome, origem, idade nem voz. São apenas “mendigos”, “miseráveis”, excluídos da engrenagem social. Tratando-se de uma realidade capitalista, a escolha dessa “estratégia de negação” (GIARDINO, 2003) da identidade essencial e existencial deve-se ao fato de essas pessoas não participarem do sistema produtivo e, em decorrência, não possuírem bens materiais. Assim, constituem-se como pessoas triplamente excluídas: materialmente, narrativamente e simbolicamente. Desse modo, decreta-se a morte narrativa e social desses sujeitos.

Na nomenclatura “moradores de rua”, a preposição “de” remete a um lugar de pertencimento. Da mesma forma, a caracterização “vítimas da exclusão social gaúcha”, está personalizando e responsabilizando, diretamente, o Estado e, também, a sociedade gaúcha, evidenciando-os como os vilões dessa situação.

Ao nominar as pessoas em causa como “sem-teto”, o narrador restringe o problema a uma questão que envolve múltiplas exclusões. Limita à ausência de teto, privação do direito à habitação, ignorando que eles não têm, por exemplo, a alimentação adequada.

A única vez que é usado um tratamento que respeita a identidade essencial e, em princípio, os aproximaria do restante da sociedade, “pessoas”, refere-se a uma atitude antissocial, pois, além de estarem “nuas” em local público, trata-se de um nu que não atende aos padrões estéticos do belo e do artístico, socialmente valorizado.

5.5.1.3 Ações atribuídas aos personagens

“Sob uma árvore nas proximidades da Avenida Goethe, um homem defecava à vista dos passantes, incluindo mulheres e crianças”.

“Nas proximidades, pelo menos cinco moradores de rua ocupavam bancos com roupas, garrafas, pratos plásticos e outros utensílios. Um deles circulava com carrinho de supermercado repleto de papelão diante de carros importados estacionados”.

“invadem áreas nobres do lazer na capital [...] utilizam as áreas públicas para comer e fazer suas necessidades [...] usam bancos como camas [...] pessoas nuas urinando ou defecando”.

As ações acima “usam”, “invadem”, “circulam”, “urinando”, “defecando” remetem a “personas no gratas”, personagens que subvertem a ordem pública. Diferente do sentido sugerido pelos verbos “freqüentar”, “ocupar” e “invadir” remete a estar em um local ilegalmente ou, no mínimo, que não pertence a eles e, como agravante da invasão, “urinando e defecando”. Desloca e inverte algo da ordem do privado para o público. Atos normais “urinando, defecando”, na rotina diária das demais pessoas, no âmbito privado, mas que se constituem como algo “constrangedor”, quando ganha visibilidade em um espaço público. Essa inversão se constitui, socialmente, numa espécie de contraversão moral, que ameaça derrubar as fronteiras da vida civilizada e coloca os responsáveis em uma distância abismal, em relação aos demais. Como espécie de sansão narrativa, por não participarem do sistema produtivo e pelo comportamento antissocial, os personagens, vítimas transformadas em vilões, são despídos da identidade essencial e excluídos da cidadania comunicativa, ou seja, perdem o direito ao nome e à participação na comunicação pública.

As ações narradas destacam um cenário de contraste entre o glamour e a sofisticação que sugere a Av. Goethe e o ato primitivo, mas também constrangedor e antissocial, de defecar publicamente, principalmente quando fere a vista feminina e a inocência infantil, “à vista [...] de mulheres e crianças”.

Por outro lado, o narrador não traçou o perfil das pessoas em causa, nem deu voz para autorrepresentação. Provocou um apagamento na história de vida dessas pessoas privando o leitor de respostas a perguntas básicas para compreensão do fenômeno, como: quem são? de onde vieram? Assim, sem contexto, pode-se inferir a possibilidade de essas pessoas, no seu estado físico e simbólico de múltiplas exclusões, estarem tão distantes da realidade e dos hábitos das que passam pelo local que, para elas, defecar sob uma árvore significa fazer isso no local mais escondido e

privativo de que dispõem. É o que ocorre, muitas vezes, como um hábito comum, no meio rural, onde quem não possui sanitário, faz as necessidades no “mato”. Para a população do meio urbano, contudo, que possui infra-estrutura básica, isso significa um hábito primitivo. Nesse contexto, pode-se pensar que as pessoas em causa, podem ser migrantes do meio rural e não pretendem causar constrangimento, nem se expor aos demais. Caso contrário, fariam suas necessidades no centro da praça ou no caminho dos pedestres e não “Sob uma árvore”.

A narrativa revela a necessidade que o ser humano possui de pertença. Mesmo que, para os demais, “garrafas, pratos e utensílios” sejam um amontoado de lixo, para os que vivem na rua significa tudo o que restou, a ponto de muitos se negarem a frequentar abrigos, para não ter que abrir mão de seus únicos pertences. A narrativa reforça o contraste entre o diminutivo - “carrinho de supermercado” e os “carros importados” - objeto de desejo a que poucos têm acesso. Além do contraste no valor, o texto remete ao contraste dos acessórios - “repleto de papelão”, enquanto “importado” sugere: computador de bordo, aparelho para mp3, etc.... Além disso, há a questão da posse. Um é “de supermercado”, ou seja, sugere a possibilidade de ter sido furtado, enquanto o outro “importado”, ou seja, ostentando status e poder aquisitivo.

5.5.1.4 Identificação dos conflitos

“Áreas de lazer como, o Parque Moinhos de Vento e o Parcão abrigam um número cada vez maior de moradores de rua que utilizam as áreas públicas para comer e fazer suas necessidades – contrastando com o alto poder aquisitivo dos tradicionais frequentadores”

“Cresce a presença de sem-tetos no Parque Moinhos de Vento.”

“Zonas nobres da Capital estão se transformando em exemplos vivos da crise econômica que afeta o Brasil”

“O engenheiro Ronaldo Duarte alega que costuma presenciar situações constrangedoras em suas caminhadas no início das manhãs, como pessoas nuas, urinando ou defecando”.

“Convivência: frequentadores do Parque circulam em meio a moradores de rua que usam os bancos como camas.”

O cenário de contraste gera tensão narrativa e trata da presença de sem-tetos, no bairro mais nobre da capital, onde, supostamente, sobra teto nos amplos, acintosos e luxuosos aparta-

mentos e mansões. O esquema discursivo denuncia a transformação de áreas de lazer em abrigos. Assim, como o poder público não dispõe de políticas públicas que deem conta da problemática, as áreas públicas cumprem esse papel, “abrigam”.

A narrativa mostra a rotina matinal de qualquer ser humano - “urinam e defecam [...] pessoas nuas”-, mas evidencia que o estranhamento se dá pelo deslocamento de uma rotina que, para as demais pessoas, ocorre no espaço privado, enquanto as pessoas em questão vivenciam isso em um espaço público. Evidencia o constrangimento dos frequentadores - “não gostam de ver [...] situações constrangedoras” – mas, em nenhum momento, questiona qual é o nível de constrangimento dos moradores de rua, em terem que fazer suas necessidades em público e sem as mínimas condições de higiene ou seu sentimento e percepções sobre a realidade.

A narrativa, que serve de legenda da foto centralizada no texto, “Convivência: frequentadores do Parque circulam em meio a moradores de rua que usam os bancos como camas”, chama atenção para uma “convivência” forçada, onde se deparam, dividindo o mesmo local, pessoas com realidades sociais e econômicas extremamente distintas: “frequentadores do parque” e “moradores de rua”. O cenário, descrito na narrativa e mostrado na foto, em um primeiro olhar desatento, remete a uma harmoniosa convivência entre árvores, pombos, nobres e mendigos, ou seja, flora, fauna e humanos. Numa análise mais apurada, contudo, percebe-se a tensão, pelo fato de que os olhares não se cruzam, ambos estão de cabeça baixa. O que mora na praça está sentado no banco, cabisbaixo, com a aba do boné e a mão tapando o rosto, em uma expressão de vergonha, enquanto o “frequentador tradicional” está em posição de quem caminha de cabeça baixa e a mão no cabelo, em sinal de que algo o inquieta ou incomoda. O cenário sugere uma convivência forçada entre duas classes, que não convivem em nenhum outro espaço social. Os sujeitos da foto parecem ter, em comum, o constrangimento e a vergonha, pela proximidade do distanciamento social.

5.5.1.5 Estratégias objetivadas

“Muita gente reclama porque não gosta de ver, mas também tem a questão da sujeira”. (Estudante de Direito, Patrícia Gomes, 18 anos)

“[...] a multiplicação dos miseráveis é resultado da crise econômica que não deixa alternativa para os moradores de rua” (frequentador Telmo Bastos)

“Acho que não faz diferença se esse tipo de coisa ocorre em uma área nobre ou não. Deveria ser feito alguma coisa.” (Engenheiro Ronaldo Duarte)

“[...] a Brigada Militar não tem autonomia para tirar ninguém à força [...] a Fundação de Assistência Social e Cidadania não tem como obrigar qualquer pessoa deixar o local”. (Secretaria da Ação Social)

A estratégia de objetividade foi reservada aos “frequentadores tradicionais” que diagnosticaram a realidade observada, falaram de seus constrangimentos e expuseram suas representações dos personagens em pauta. A fala “não gosta de ver” diz respeito a uma parcela da população que sabe que existe tal problemática social, mas se limita a apenas garantir que ela esteja distante de seus olhos. Por outro lado, a “questão da sujeira” contrasta com a limpeza dos ambientes privados e pode sugerir a inclusão dos próprios mendigos, como “sujeira”, uma vez que não disponibilizam de infraestrutura para higiene pessoal.

A expressão “a multiplicação dos miseráveis é resultado da crise econômica que não deixa alternativa para os moradores de rua” remete a um olhar tipo causa consequência, que vitimiza os moradores de rua, mas não vê alternativas para saída da situação de exclusão. Ao apontar a causa “crise econômica”, não é situada, historicamente, a evolução dessa crise. O jornalista também não apresenta estatísticas sobre o problema, o que pode sugerir que se trata de um fenômeno, apenas, contemporâneo.

Os participantes do debate público enfatizam a atualidade do fenômeno: “cresce a presença dos sem-teto, um número cada vez maior”, “a multiplicação dos miseráveis”. Essa perspectiva sugere um crescimento fora do controle, que significa temor, ameaça, invasão, conflito. Outro dado evidenciado é o conflito de classes: de um lado “o alto poder aquisitivo dos tradicionais frequentadores” e, de outro, os sem-poder e sem tradição, “os moradores de rua que utilizam as áreas públicas para dormir, comer e fazer suas necessidades”. A narrativa mostra, ainda, o conflito entre os mendigos e os nobres; entre a consciência dos que frequentam e integram a classe A e a realidade social observada, despida de qualquer humanidade; entre o direito ao lazer e o direito básico de habitação; entre os usuários contribuintes e o poder público que deveria administrar o

problema; entre a sociedade e a política econômica do governo que provoca a “multiplicação de miseráveis”.

A narrativa do “freqüentador tradicional”, mas também especialista, legitima a engenharia da cidade, dividida em áreas nobres e populares, mas democratiza a necessidade de solução da problemática: “não faz diferença se esse tipo de coisa ocorre em uma área nobre ou não. Deveria ser feito alguma coisa”.

A fala institucional “a Brigada Militar não tem autonomia [...] a Fundação de Assistência Social e Cidadania não tem como obrigar” isenta, de qualquer responsabilidade, os órgãos competentes da solução da problemática. Em outras palavras, a duplicidade do jogo de expressão “não tem autonomia” e “não tem como obrigar” justifica a permanência da problemática e legitima a falta de atuação, por limitações legais, relativas ao direito que as pessoas têm de ir e vir. Por outro lado, a resposta está coerente com uma suposta pergunta do narrador, dos leitores e do restante da comunidade, que pressionam pela retirada das pessoas daquele cenário: “tirar” “obrigar” “deixar o local”. Apesar dessa negação, os personagens em causa sabem que a Brigada Militar, frequentemente, usa seus métodos para tirá-los da visibilidade pública até mesmo quando estão dormindo, como ocorreu no Episódio “A Nova Tática da Brigada Militar contra os Mendigos”.

A narrativa do Poder Público foi destacada em um box, identificado como contraponto. O espaço é usado para isentar de responsabilidade as Instituições envolvidas na solução do problema. Em nenhum momento, levanta alguma alternativa ou é questionada pelo repórter, sobre uma forma que não seja “tirar à força” ou “obrigar”. Sugere conflito entre o leitor, que paga impostos para que a gestão pública cumpra suas atribuições com competência, e entre o poder público e as pessoas em causa. Evidencia uma incompetência da gestão pública, para lidar com a questão.

5.5.1.6 Estratégia subjetivada

Ironicamente, a presença dos sem-teto parece retomar uma antiga tradição da zona que, no passado era chamada de Baixada dos Moinhos do Vento. Nas décadas de 30 e 40, a região era conhecida por abrigar grande contingente de ciganos. Um monumento a esses antigos freqüentadores se esconde embaixo das árvores, trazendo uma frase que poderia se aplicar aos novos moradores do Parque: A terra é minha pátria, o céu é meu teto e a liberdade minha religião.

A narrativa acima fecha o episódio com um sentido irônico, fundamentado numa linguagem do contraste: entre a realidade presente e a tradição; os atuais frequentadores e os antigos (ciganos); entre o atual e nobre bairro Moinhos de Vento e a popular Baixada dos Moinhos do Vento do passado. Sugere uma espécie de vingança pela invasão dos nobres. Assim, com base no contexto histórico, haveria uma inversão: os nobres passariam a ser os invasores e as pessoas em causa identificadas com os frequentadores tradicionais. A informação “Um monumento a esses antigos frequentadores se esconde embaixo das árvores” sugere, também, certa vergonha, coletiva e pública, por essa origem ou pelo esquecimento e descaso, que remete a um povo que ignora a tradição. O repórter afirma que a mensagem relativa aos antigos moradores “poderia se aplicar aos novos moradores”. Nesse sentido, sugere semelhantes traços identitários entre os “ciganos” e os “mendigos” ou uma possível transformação dos ciganos em mendigos. Nessa perspectiva, os “invasores” seriam os “tradicionais frequentadores” e não os moradores do bairro Moinhos de Vento. Apesar da representação dos “antigos moradores”, contudo, a diferença é que os atuais, os “mendigos”, não terão direito a monumento e, sim, a obrigação de deixar o local, agora destinado à tradição nobre.

A expressão final, onde o narrador sugere que se poderia aplicar aos novos moradores - “A terra é minha pátria, o céu é meu teto e a liberdade minha religião” - romantiza e relativiza as condições miseráveis dos moradores de rua, sugerindo, poeticamente, que a eles basta “a terra [...] o céu [...] a liberdade”, como se não tivessem outras necessidades práticas a serem supridas. Nessa analogia, não é diferenciada a cultura cigana, onde a maioria dessas comunidades tem suas necessidades bem supridas, através da venda de diferentes serviços, produtos e bens de consumo.

5.5.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia deu-se em um cenário de profundas diferenças sociais, reforçadas pelos jogos de linguagem, cuja principal estratégia é a do contraste, seja do poder aquisitivo, dos bens materiais, das condições de moradia e de hábitos de vida:

“Contrastando com o alto poder aquisitivo dos tradicionais frequentadores”	Mendigos ocupam áreas nobres do lazer na Capital”.
“Classe A porto-alegrense”	“Moradores de rua”

“Área de lazer”	“Serve de abrigo”
“Carros importados”	“Carrinhos de papelão”
“Parque Moinhos de Vento”, “Avenida Goethe”	“Bancos como cama”, “urinando e defecando”

QUADRO 3: Jogos de linguagem do contraste

5.5.1.8 Metanarrativas

Os “mendigos” causam constrangimento aos demais, porque são uma espécie de “lixo social”, improdutivos, sujos, sem história de vida, sem nome e sem voz, invadindo um território público frequentado pelos nobres.

5.5.2 Episódio Jornalístico: “Umidade”

Narrador: Não identificado

Data de publicação: 25/1/2006

5.5.2.1 Reconstituição do episódio

Apesar de ser apenas uma nota publicada, foi incluída para análise, devido às multinominações atribuídas às pessoas moradoras de rua, em tão limitado espaço. Neste sentido, a narrativa muito contribui para análise da construção da identidade dos grupos em estudo. O episódio envolve pessoas em situação de rua, que moram na Praça XV, no centro de Porto Alegre, os usuários de transporte coletivo e a Brigada Militar. Trata-se de uma narrativa decorrente da epistemologia do sujeito cognoscente, individual e institucional.

5.5.2.2 A construção de personagens jornalísticos

“Desocupados”,
 “sem teto”,
 “sem banho”,
 “mendigos”,
 “bêbados”,
 “outros deserdados”.

O narrador utiliza uma série de nomações e adjetivos, que desqualificam os personagens, como sujeitos sociais, eliminando qualquer possibilidade de inclusão social. As nomações representam contravalores sociais e referem-se ao fato de estarem fora do sistema produtivo, “desocupados”; excluídos do direito à habitação, “sem-teto”; do direito à saúde, “sem banho [...] bêbados”; e de outros direitos sociais, usufruídos pelos considerados herdeiros sociais: “outros deserdados”. As formas de nomações utilizadas remetem ao grupo, como expulsos do convívio social, “deserdados”; dos bens materiais, “sem-teto”; dos bens sociais e espirituais, “desocupados”, “mendigo”, “sem-banho”, “outros deserdados”. Logo, trata-se de personagens despidos de humanidade e desprovidos de lugar, de identidade, de valor e de direitos. Essa caracterização transformou-os em “sem-tudo” e remete mais a um ‘lixo social’, que necessita ser limpadado do espaço público, do que propriamente a pessoas portadoras de direitos, que necessitam ser, socialmente, incluídas.

5.5.2.3 Ações atribuídas aos personagens

“Fazem da Praça XV terra de ninguém”.
 “Gritam quando a BM se aproxima”.

O cenário descrito como “terra de ninguém”, indiretamente, nomina o grupo como “ninguém”, uma vez que eles moram na praça. A segunda narrativa evidencia o comportamento antisocial dos personagens que “gritam”, mas também expõe um conflito, ao sugerir uma possível reação a uma abordagem inadequada ou violenta, por parte da BM, e “gritar” é a forma de se proteger. Nesse caso, os papéis se invertem: a BM é a vilã e o grupo passa a ser possível vítima. Por outro lado, o leitor pode interpretar o “se aproxima” como uma atuação ineficiente da BM, que assusta, mas é incapaz de pôr ordem no local público. Qualquer das possibilidades remete a uma incompetência do poder público, pela presença indesejada dos “deserdados”.

5.5.2.4 Identificação de conflitos

“Quem usa o transporte público do centro da capital não aguenta mais.”

O conflito se restringe entre os moradores de rua e os usuários de transporte público, mas não engloba o poder público, responsável pelas providências. O narrador incorpora a indignação dos usuários do transporte público, que necessitam frequentar o local: “Quem usa o transporte público do centro da capital não aguenta mais.” Assim, as pessoas em causa assumem a vez de vilões ativos e os usuários são representados como vítimas passivas, mas ganham voz, através da indignação de um narrador coletivo e institucional: “quem usa não agüenta mais”.

5.5.2.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento do episódio ocorreu na forma de um desabafo, em nome dos usuários dos transportes coletivos, e um xingamento aos “sem-tudo”. Mostrou o caos do local ocupado pelos mendigos. Não apontou origens e alternativas para a problemática.

5.5.2.6 Metanarrativa

Os mendigos são uma espécie de “lixo social”, que precisa ser limpo da praça XV, para que ela volte a ser um território habitável.

5.5.3 Episódio Jornalístico: “O constrangimento nas ruas em discussão”

Narrador: Não divulgado

Data de publicação: 02/04/2008

5.5.3.1 Reconstituição do episódio jornalístico

A reportagem especial aborda, ou melhor, divulga, um projeto editorial multimídia da Rede RBS, de periodicidade mensal, lançado em janeiro de 2008, no qual uma ou mais personalidades são entrevistadas sobre temas de interesse público. Nesse episódio, o tema anunciado é "Constrangimento nas ruas - Até onde vai esse problema?". A temática foi objeto de uma pesquisa de opinião, encomendada pela RBS, cujos resultados fomentaram o painel transmitido no sistema multimídia da rede.

O debate ocorreu no mesmo dia da publicação da “matéria-propaganda” e foi mediado pelo jornalista esportivo Lauro Quadros. Participaram do encontro, representantes de instituições, entidades e órgãos públicos. Entre eles, o subcomandante-geral da Brigada Militar, Paulo Roberto Mendes, O juiz criminal do Fórum de Sarandi, Felipe Keunecke de Oliveira, a socióloga e advogada, Ana Paula Motta Costa, e a coordenadora da Casa de Convivência de Moradores de Rua, Iara Rosa. Apenas essa última trabalha diretamente com a população que vive em situação de rua. Dos nove convidados, seis, de alguma forma, são ligados à justiça, à questão do crime e da violência, o que evidencia a forma de o grupo RBS olhar, abordar, representar e significar a problemática à sociedade.

O painel foi organizado em quatro módulos. No primeiro bloco, foi feito um diagnóstico do problema. Na segunda parte, os convidados discutiram a percepção da sociedade. Na terceira, a ação do poder público e, na última parte, discutiram alternativas e experiências bem-sucedidas na luta contra o problema.

A pesquisa em pauta questionou 601 pessoas, de diferentes bairros e classes sociais, sobre o sentimento delas, em relação às pessoas que pedem dinheiro nos sinais. O resultado apontado é que 69% dos entrevistados se sentem incomodados, pela abordagem dos pedintes; 11,8% acham que a maneira deles agirem é agressiva e os faz sentir como se fossem assaltados. Além disso,

40,3% dos entrevistados acham que quem pede ajuda no sinal tem preguiça de trabalhar e escolhe o caminho mais fácil para viver; e 40,9% acham que a maioria das pessoas que vivem nas ruas são ladrões.

Ainda que 76,9% dos entrevistados entendam que parar de dar esmolas forçaria uma solução para o problema, 54,4% deles admitem que costumam dar dinheiro ou outro auxílio, quando solicitados. Apesar de a maioria dos pesquisados apostar em políticas sociais e educativas, como forma de contornar o problema, esse não foi o foco do debate público. O foco voltou-se para um dos principais resultados da pesquisa: “69% se dizem incomodados, por abordagem de pedintes. Esse dado revela o nível de incomodação e constrangimento da “população da cidade”, no que diz respeito à “população em situação de rua”; teve destaque na capa do jornal e como título de editorial. O texto da matéria especial sugere um cenário de um grande espetáculo, anunciando platéia, convidados especiais e cobertura multimídia. A maior parte do espaço destina-se a convidar e a provocar o leitor, no sentido de acompanhar o debate sobre a temática da pesquisa, na mídia de sua preferência: rádio, Tv ou internet - todas integrantes da Rede RBS.

O problema, para o grupo RBS, o maior grupo de comunicação da região sul do país e que atinge grande parte da população da capital gaúcha, não são os motivos e as causas que levam as pessoas a pedirem dinheiro no sinal, mas, sim, o constrangimento que esses moradores em situação de rua causam, no momento em que solicitam ajuda aos pedestres e motoristas. Essa abordagem sugere que, se essas mesmas pessoas permanecessem nos sinais; porém sem se dirigir aos demais, não haveria o “problema do constrangimento”. É o que pode ser apreendido, a partir do enquadramento narrativo do episódio, a começar pelo título da matéria “Constrangimento nas ruas em discussão”, pela temática do Painel “Constrangimento nas ruas – Até onde vai esse problema?” e pelo principal resultado da pesquisa: “69% se dizem incomodados por abordagem de pedintes”.

Assim, o que a rede RBS julgou necessário debater é como acabar com o constrangimento que essas pessoas causam às demais, e não como fazer com que essas pessoas não precisem morrer e sobreviver nas ruas. O narrador individual e institucional se eximiu do uso de uma linguagem de direitos e deveres. Caso tivesse utilizado, teria questionado a inexistência de políticas sociais eficazes, que poderiam resolver a problemática abordada, para além do “constrangimento”.

Pela linguagem persuasiva e a carência informativa, tem-se que a matéria teve o objetivo de propagandear o debate transmitido pelo aparato multimídia do grupo RBS, mais do que inter-

pretar o resultado da pesquisa, contextualizando a problemática abordada. O texto levantou expectativa, chamando a audiência para um evento, onde seriam revelados vilões e vítimas, do fenômeno intitulado “constrangimento nas ruas”:

Painel RBS - 3ª edição” [...] O evento poderá ser acompanhado por rádio, TV e internet [...] Painel poderá ser acompanhado ao vivo pela Gaúcha e TVCOM [...] Na platéia do Painel RBS, estarão representantes de organizações governamentais e não-governamentais municipais e estaduais. O painel vai ao ar hoje, das 10h às 12h, pela TVCOM (canal 36), pela Rádio Gaúcha (600 AM) e pela internet (www.painelrbs.com.br) [...] Acompanhe [...] Para acompanhar [...] Sobre o painel RBS [...] Trata-se de um projeto editorial multimídia [...] Acompanhe ao vivo o Painel RBS e confira na íntegra a pesquisa Relação da população de Porto Alegre com a ‘população de rua’.

Diante da limitação informativa do texto impresso, e pela relevância da temática para essa tese, optou-se, para fins de análise da narrativa, incluir também a pequena matéria publicada no site da ZH sobre o debate. Os fragmentos narrativos, selecionados dessa matéria *on-line*, dizem respeito às falas dos participantes no debate, que foram incluídas no item estratégias objetivadas. Também por conta da limitação textual, as ações e os conflitos não foram especificados, porque estão diluídos nos itens abaixo.

5.5.3.2 A construção de personagens jornalísticos

“Relação da população de Porto Alegre com a ‘população de rua’ “

“A Zero Hora publicou hoje o resultado de uma pesquisa que questionou 601 pessoas de diferentes bairros e classes sociais sobre o sentimento delas em relação às pessoas que pedem dinheiro nos sinais. O resultado apontado é que 69% dos entrevistados se sentem incomodados pela abordagem dos pedintes, 11,8% acham que a maneira de agir dos pedintes é agressiva e os faz sentir como se fossem assaltados. Além disso, 40,3% dos entrevistados acham que quem pede ajuda no sinal, na verdade, tem preguiça de trabalhar e escolhe o caminho mais fácil. E 40,9% acham que a maioria das pessoas que vivem nas ruas são ladrões”.

“O ponto de partida é a pesquisa de percepção de moradores e freqüentadores da cidade sobre a relação diária com pessoas que pedem ou mesmo tentam extorquir”

Ao nominar e separar as pessoas em duas categorias “moradores e frequentadores da cidade” ou “população de Porto Alegre” e “população de rua”, o narrador desconsidera os moradores de rua, como moradores, frequentadores e população da cidade. Ironicamente, por não terem casa, talvez eles sejam quem mais experiencia a cidade. Isso não lhes garante, contudo, o direito de serem incluídos como “população de Porto Alegre”. Essa exclusão está ancorada, narrativa e simbolicamente, na caracterização e adjetivação dada aos personagens: “pedem dinheiro”, “pedintes”, “são ladrões”, “pedem ou mesmo tentam extorquir”. Esses atributos e ações atribuídas são socialmente, legalmente e moralmente inaceitáveis e particularmente condenáveis, pela “população de Porto Alegre”, como evidenciou o resultado da pesquisa em pauta.

Essa estratégia narrativa de *apartheid*, que separa a população em dois grupos: “população de rua” e “população de Porto Alegre”, sugere uma tensão narrativa e uma cultura adversativa, na relação entre ambas. Isso pode contribuir para aumentar, ainda mais, a distância abismal, entre uma parcela da população e outra, legitimando a inclusão de uma e a exclusão da outra. No caso de usar a metáfora centro-periferia, constatam-se deslocamentos e tem-se que a rua transformou-se em periferia, ou, ainda, que a periferia ocupou as ruas, e os que pertencem ao centro estão sitiados na cidade. Além disso, essa forma de nominar, caracterizar e separar a população de uma cidade sugere uma identificação e incorporação da “população de rua”, como a personagem vilã, que causa constrangimento à personagem vítima, no caso, a “população de Porto Alegre”. Nesse episódio, o grupo em estudo é representado como vilão, que causa constrangimento às vítimas, e lixo social, a ser limpo e deslocado da linha de visão da “população de Porto Alegre”. Portanto, a identidade narrativa foi construída, a partir de uma estratégia de negação da identidade essencial, estruturada com base na epistemologia do sujeito cognoscente, individual e institucional.

5.5.3.3 Estratégias objetivadas

“Nos consideramos lixeiros sociais. O Estado como um todo é representado, principalmente, pela BM. Somos nós que entramos nas vilas. Vamos recolhendo, assim como o lixeiro. Mandamos sair e eles não saem. Mandamos para o poder judiciário, para o quartel, mas o problema continua o mesmo”. (Subcomandante-geral da Brigada Militar, Paulo Roberto Mendes)

“Temos que diferenciar o problema daqueles que vão para sinaleira assaltar, e daqueles que vão para causar constrangimento à população [...] Os governantes insistem em não construir mais presídios, por que não dá voto, a sociedade não quer. Então se faz uma legislação branda, permissiva, para um país violento”. (Juiz criminal do Fórum de Sarandi, Felipe Keunecke de Oliveira)

“Acredito na assistência específica, trabalhando a individualidade. Outro fator que pode dar certo é a implantação da polícia comunitária, já que ela vive e conhece as pessoas com quem está trabalhando”. (Diretor do Instituto São Paulo contra a Violência, sociólogo Marcelo Nery)

“Tem uma série de coisas que impossibilita que o morador de rua crie uma sistemática de trabalho. É preciso compreender esta dinâmica para criar novas oportunidades de trabalho”. (Coordenadora da Casa de Convivência dos Moradores de Rua, socióloga e advogada Ana Paula Motta Costa)

Os jogos de linguagem das narrativas acima, além de serem construções dos efeitos do real, são estratégias de constituição de muitas significações, conflitos e confrontos.

A fala do representante público significa uma confissão de uma prática cotidiana da instituição pública, que mostra o tipo de tratamento dado ao grupo em estudo e constatado em outros episódios, aqui analisados. A narrativa destaca o descaso estatal, através do “jogo de empurra-empurra”, de um problema que ninguém quer e ninguém resolve. “Vamos recolhendo [...] Mandamos sair [...] Mandamos para o poder judiciário, para o quartel, mas o problema continua o mesmo”.

Na forma do personagem nominar os integrantes de sua corporação, “lixeiros sociais”, e se igualarem “como o lixeiro”, está explícita a representação que os integrantes fazem do grupo em estudo, ou seja, “lixo social”. A gravidade dessa representação se acentua à medida que o personagem declara: “O Estado como um todo é representado, principalmente, pela BM”. Isso sugere ao leitor que essa é a forma que o Estado trata as pessoas em causa.

Para o polêmico representante do Estado, tudo o que não é resolvido nas instâncias competentes à sociedade empurra para a polícia. Isso evidencia que, embora muitos finjam que os

moradores em situação de rua são invisíveis, eles incomodam, e tudo o que o poder público faz é tentar tirá-los do campo de visão do restante da sociedade.

Outro representante do Estado faz eco à voz do primeiro, só diferenciando o destino. Enquanto o primeiro se refere a “lixeiros sociais”, o segundo fala em presídio, ou seja, segue uma lógica de limpeza social e de criminalização da pobreza. Utiliza seu poder de fala e de representação institucional, para fazer crer, à opinião pública, que uma das alternativas está na construção de presídios. Utiliza uma linguagem pedagógica, para ensinar que é preciso distinguir quem está na sinaleira ou quem pede para roubar, dos que querem constranger a população. Pretende fazer crer ao leitor que quem passa horas parado no sol, na chuva ou no frio, sentindo o desprezo e o medo dos motoristas, faz isso apenas “para causar constrangimento”.

É necessário refletir sobre as conseqüências desse jogo de linguagem, que expressa a natureza da atuação das instituições responsáveis, que remete a um tipo de “limpeza social”, uma vez que o subcomandante geral da Brigada Militar identifica seus membros como “lixeiros sociais”. Esse tipo de abordagem pode sugerir e justificar ações de extermínio, envolvendo polícias militares, como ocorreu na Chacina da Candelária no Rio de Janeiro, em 1993, quando mataram um grupo de meninos que viviam em frente da Igreja da Candelária; e no massacre de moradores de rua, na Praça da Sé, em São Paulo³⁶, em 2004. Esse discurso de “limpeza social” atingiu também jovens de classe média alta que, em 1997, queimaram o índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília; em 2007, jovens universitários do Rio de Janeiro, entre eles um estudante de Jornalismo, atacaram travestis e prostitutas na Barra da Tijuca; na mesma semana, foram registrados mais quatro casos, na delegacia de polícia do mesmo bairro; em 2008, novamente um grupo de jovens universitários, de classe média alta do Rio de Janeiro, atacaram e agrediram uma empregada doméstica, em uma parada de ônibus, justificando que pensavam que era uma “travesti”.

Essas execuções e agressões dramáticas, contra minorias que as políticas sociais ignoram, são exemplo de “limpeza social” e, também, significam a objetivação do discurso das autoridades, não problematizado pelo jornalismo. Daí para o nazismo a distância é curta. Começam por meninos em situação de rua e continuam com os índios, prostitutas, travestis, mendigos, empre-

³⁶ Em agosto de 2004, 16 moradores de rua foram surrados, enquanto dormiam nos calçadões do centro de São Paulo; sete deles morreram. O caso chocou a população, mas os criminosos continuam impunes. As investigações das autoridades levaram a seis suspeitos – cinco são policiais militares e um é segurança clandestino.

gadas domésticas... e tantos outros, que constam nos registros policiais, mas que não ganharam visibilidade midiática. Os agressores seriam aspirantes a que?

A comprovação máxima que a humanidade tem da força de um discurso público e institucionalizado é a Segunda Guerra Mundial, que foi deflagrada, primeiro, na linguagem nazista de Hitler. Nesse sentido, reportamo-nos a Foix (2003, p.1), que, com base em Kapuzinski, alerta que a origem de muitas guerras está na linguagem. Foix defende que “O princípio está sempre na linguagem. E da linguagem se derivam as políticas, as leis, os programas de governo”³⁷ O autor exemplifica, lembrando as cenas do último filme de Polanski, *O Pianista*, onde fica evidenciado que a desgraça do desastre do holocausto foi deflagrada na narrativa jornalística, que acabou agendando o restante do processo. No primeiro instante, os judeus foram acusados, nos jornais de Varsóvia. Essas acusações foram incorporadas, nos decretos do general Fischer, do alto comissário nazista na Polônia ocupada. Na continuidade, vieram as deportações e as humilhações, que culminaram na gasificação massiva.

Outro exemplo, citado pelo autor, no sentido de que a origem de muitas tensões e conflitos está na linguagem, é a tragédia que viveram os cidadãos dos Balcanes, nos anos de 1990. Essa tragédia começou com um discurso de Milosevic em Kosovo, onde as palavras de limpeza étnica foram utilizadas com naturalidade e, mais tarde, chegaram às leis, ao exército e às deportações massivas dos que não eram sérvios. Assim, o autor alerta que se deve ter cuidado e responsabilidade, com a “utilização incorreta e adulterada da linguagem”, principalmente quando as palavras forem proferidas por políticos e por quem tem a responsabilidade de construir a realidade contemporânea e histórica, junto à opinião pública, como é o caso da comunidade narrativa e dos atores e instituições públicas, que ganharam visibilidade no espaço público jornalístico.

As soluções sugeridas e as medidas adotadas, pelas autoridades, foram desaprovadas pelos sociólogos presentes no debate público. Uma das medidas repudiadas é o uso de termos circunstanciados. Segundo as vozes discordantes, o termo circunstanciado tem de estar baseado em um crime, e não no direito de ir e vir, que é o caso do grupo em estudo. A fala dos sociólogos sugere uma saída do “piloto automático” das soluções oficiais, que, independente do problema, sugerem que a saída é “construção de presídios”.

Para além do tratamento descartável e prisional, proposto pelas autoridades, as vozes discordantes, no caso, da socióloga e da assistente social, sugerem um tratamento diferenciado, le-

³⁷ Tradução livre do original: “En el principio está siempre el lenguaje. Y del lenguaje se derivan luego las políticas, las leyes, los programas de gobierno”.

vando em conta a singularidade de cada caso: “assistência específica, trabalhando a individualidade [...] polícia comunitária, já que ela vive e conhece as pessoas.”; “Tem uma série de coisas que impossibilita [...] É preciso compreender esta dinâmica [...]”. Contrariando a simplificação da abordagem policial, a fala das especialistas evidencia a complexidade da questão e sugere que o tratamento oferecido aos moradores de rua é inadequado as suas condições de vida e, por isso, é ineficaz.

5.5.3.4 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento jornalístico, feito nesse episódio, foi no constrangimento que a “população de rua” causa na “população da cidade” de Porto Alegre, que se sente incomodada pelas abordagens.

5.5.3.5 Metanarrativa

A “população de rua”, a maioria preguiçosa e ladra, incomoda, causa constrangimento e medo à “população da cidade.”

5.5.4 Episódio Jornalístico: ‘A nova tática da brigada contra mendigos’

Narrador: Não identificado

Data da publicação: 17/4/2008

5.5.4.1 Reconstituição do episódio

O episódio parece ter a pretensão de dar uma resposta à sociedade, após a divulgação do resultado da pesquisa, do episódio anterior, revelando que 69% da população de Porto Alegre sofrem constrangimento”, em relação aos “moradores de rua”. Assim, diante dessa revelação, a Bri-

gada Militar foi pressionada a mostrar serviço, adotando uma “nova tática [...] contra os mendigos”.

O texto narra uma rotina vivida por moradores em situação de rua, que são constantemente abordados pela Brigada Militar. Apresenta a nova tática, que consiste em levar os moradores à guarnição militar, para serem identificados.

Os moradores de rua são conduzidos pelos policiais, que os obrigam a entrarem no microônibus e sentarem no chão, para não sujarem o estofado. Oficiais da Brigada Militar justificam essa nova tática, pelo fato de 95% dos moradores de rua e catadores identificados possuírem ficha na polícia. Além disso, dizem que agem, para atender à reivindicação de bairros nobres de Porto Alegre, que reclamam de furtos e roubos.

Ao chegar ao quartel, o grupo abordado continua sem direito a sentar em bancos: “senta-se junto ao meio-fio, onde são repassados documentos e informações pessoais”. Para acompanhar a ação da polícia, a Brigada Militar conta com a ajuda voluntária de um aposentado, que procura acalmar o grupo, através de mensagem espírita. Ele atua como interlocutor, entre o poder militar e os moradores de rua.

O narrador registra a rotina dessas pessoas em situação de rua, desde o instante em que são levados pela Brigada, até o momento em que são liberados. O esquema narrativo volta-se para o detalhamento das ações e justificativas da Brigada. Dá voz, também, a uma moradora de rua, que manifesta revolta e indignação, com o tratamento recebido.

O tipo de atuação da Brigada Militar parece mais preocupado em responder possíveis pressões sociais e políticas do que resolver a problemática em pauta. Desse modo, prova que, de alguma forma, está agindo. O entendimento dos Comandantes da Brigada, no sentido de que estão exercendo o direito constitucional³⁸ de intervir e de mostrar à sociedade, que o Estado não está inerte. Para tanto, contudo, limitam-se a deslocar, de um lado para outro, e dando ‘chá de banco’, no quartel, às pessoas em situação de rua. Trata-se de uma solução simplória, para uma questão complexa.

A reportagem não ouviu outras fontes, como a Fundação de Ação Social e Comunitária de Porto Alegre (FASC)³⁹ e algum representante da Casa de Convivência dos Moradores de Rua,

³⁸ O Decreto-Lei 3.688, de 03/10/1941 - Lei das Contravenções Penais, artigos 37, 42, 59, 60, 61, 62 e 68, que tratam de perturbação do sossego alheio, mendicância, vadiagem, embriaguez, ofensa ao pudor, sujeira em lugar de acesso público, recusa de identidade, independentemente dos antecedentes criminais da pessoa abordada, dão amparo legal à BM, para atender aos chamados das pessoas que se sentem importunadas por moradores de rua.

³⁹ A FASC é o órgão da Prefeitura de Porto Alegre responsável pela retirada de pessoas dos espaços públicos.

que pudessem discutir e apontar para o fato de que a solução requer apoio e ação conjunta das áreas de saúde, educação, esporte e cultura, além da assistência social, em uma visão mais humanizada que a atuação da Brigada Militar.

Cinco dias depois, porém, no dia 22 de abril de 2006, o Jornal abriu espaço para publicação de uma entrevista com a presidente da FASC, Brizabel Müller da Rocha, que contestou a ação da Brigada Militar. Rocha questionou a atitude da Corporação Militar: “a Brigada [...] não está com claro entendimento do que são pessoas em situação de rua”.

O trabalho da Brigada representou uma interferência, na área de atuação da FASC, uma vez que as instituições possuem papéis distintos. Consta-se que o objetivo da reportagem foi exercer pressão, para a solução dos incômodos que os moradores de rua causam aos demais moradores, confrontando a atuação da Brigada com uma possível ineficiência e descrédito do trabalho da FASC.

5.5.4.2 A Construção de Personagens Jornalísticas

- “A nova tática da Brigada contra mendigos”. (título)
- “[...] a catadora Daniela, 27 anos [...] grávida de 4 meses [...]”.
- “Aposentado por invalidez, Remião atua como voluntário do 9º BPM [...] incentiva a ressocialização dos sem-teto [...]”.
- “Um a um, com intervalo de cinco em cinco minutos, para evitar a formação de grupos.”.
- “A reação dos oito homens e da outra mulher que compõem o grupo é semelhante”.
- “Entre eles, um foragido da Justiça [...]”.

A forma diversificada de nominar as pessoas em causa, “mendigos”, “catadora Daniela”, “sem-teto”, “grupos”, “foragido da Justiça”, “homens”, “mulher”, indica uma multiplicidade de perfis, entre as pessoas que vivem em situação de rua, o que contrasta com a abordagem e tratamento-padrão da Brigada Militar.

A cotidiana e problemática relação, entre a Brigada e os “mendigos”, vira notícia à medida que a Brigada adota “nova” estratégia, na tentativa de obter sucesso. O uso do termo “contra”, contudo, denuncia uma cultura adversativa da primeira, em relação aos segundos, o que pode sinalizar sobre o porquê de as táticas anteriores terem sido frustradas. Evidencia, também, uma in-

competência da Brigada, em se relacionar com o grupo, uma vez que as técnicas anteriores foram ineficazes, sendo necessária “nova tática”.

Ao destacar o nome, o trabalho, a idade e o estado de gravidez, a narrativa humaniza a personagem feminina, respeitando sua identidade essencial e existencial. Esse perfil de gestante apela para o lado afetivo do leitor e contrasta com o tratamento inadequado e desumano da Brigada. Isso facilita a projeção e identificação dos leitores com a personagem.

Sem entrar no mérito da boa vontade do aposentado, a narrativa leva o leitor a constatar a falta de um trabalho conjunto, com outros órgãos que disponibilizam técnicos de saúde física e mental, para um trabalho profissional e efetivo.

5.5.4.3 Ações atribuídas aos personagens

Com poucas palavras de esclarecimento, é levado a um microônibus [...] uma viatura para recolher moradores de rua e levá-los à guarnição. [...] O grupo é obrigado a sentar no chão para não sujar os bancos.

Daniela [...] pouco presta atenção às palavras [] Estão mais preocupados com o horário da liberação.

[...] os R\$ 50 ganhos na coleta de matérias recicláveis são utilizados em grande parte para pagar traficantes. Daniela conta que a droga tira a fome e te faz esquecer de comer.

A narrativa destaca que, sem direito a justificativas, “Com poucas palavras de esclarecimentos”, o grupo, sem poder e direito de escolha, sofre a ação da Brigada: “é levado”, “é obrigado”. O tratamento remete à espécie de um lixo social, que a viatura “recolhe” e que, como tal, não tem o direito de sentar no mesmo lugar destinado a outras pessoas, para “não sujar os bancos”. Sem direito à explicação, são “recolhidos, levados, obrigados”. O uso desses verbos mostra a natureza da “nova técnica” e destaca o local passivo, de submissão, sem voz e sem vez, que a Brigada Militar destina às pessoas em causa.

O narrador usa o método de observação e o exercício de empatia, para destacar que, apesar de aparentemente passivos, por serem “levados obrigados” a “nova tática” pode funcionar sobre o físico, mas não sobre os espíritos e mentes das pessoas. Logo, se são obrigados a permane-

cerem ali, contra a vontade, e aceitam, por uma estratégia de sobrevivência, em resposta, ignoram as mensagens, uma vez que não podem obrigá-los a prestar atenção. O livre arbítrio é usado, à medida que se negam a prestar a atenção e estão voltados a suas próprias preocupações. São gestores de seus próprios pensamentos e, assim, é como se o narrador sugerisse, aos leitores, que os brigadianos estão falando consigo próprios. O comportamento do grupo evidencia que a “nova tática” também não funcionou, por fundamentar-se em uma antiga cultura, como as anteriores.

A narrativa “[...] os R\$ 50 ganhos na coleta de matérias recicláveis são utilizados em grande parte para pagar traficantes. Daniela conta que a droga tira a fome e te faz esquecer de comer” pode sugerir um sentimento de revolta, contra o grupo, e de apoio à medida adotada pela Brigada, pois, ao invés de se alimentar, os moradores de rua compram drogas. Por outro lado, pode indicar que o dinheiro é insuficiente para suprir às necessidades e, assim, eles consideram ser melhor “tirar, esquecer” a fome. Evidencia, também, a falta de consciência da personagem feminina, sobre seu estado materno, e uma negação das duas existências, de sua própria e de seu filho, talvez “filho do acaso”. Fica claro, ainda, que não há um tratamento diferenciado, por parte da Brigada, à gestante que, como tal, tem necessidades especiais.

5.5.4.4 Identificação dos conflitos

“O comandante [...] argumenta que a atitude atende a uma reivindicação dos bairros Floresta e São Geraldo, indignada com o número de furtos.”

“Sob o Viaduto da Conceição, a catadora Daniela, tem o sono interrompido por policiais militares. Com poucas palavras de esclarecimento, é levada a um microônibus da Brigada Militar, no qual se junta a mais nove moradores de rua.[...] Em um dia, 60 pessoas passam por tentativa de convencimento [...] Cerca de 40 minutos depois da chegada, o grupo começa a ser liberado. Um a um, com intervalo de cinco minutos para evitar a formação de grupos. Durante a liberação do primeiro grupo do dia, chega o segundo. Até o fim do dia, 60 moradores de rua são identificados no quartel do 9º BPM [...] Entre eles, um foragido da Justiça.”

A ação e o argumento da autoridade estão calcados na indignação de uma parcela da população, e não na suposta solução da problemática. O uso do adjetivo “indignada” evidencia o clima de conflito, entre os moradores de rua e os demais moradores dos bairros próximos.

A segunda narrativa evidencia um forte conflito entre a Brigada Militar e os moradores em situação de rua. Destaca o tratamento desrespeitoso da Brigada, com pessoas que têm o direito ao descanso e à liberdade de ir e vir: “sono interrompido [...] Com poucas palavras de esclarecimento, é levada”.

O narrador descreve, com riqueza de detalhes, o ritual da Brigada Militar, para desmobilização do grupo: “Cerca de 40 minutos depois da chegada, o grupo começa a ser liberado. Um a um, com intervalo de cinco minutos para evitar a formação de grupos. Durante a liberação do primeiro grupo do dia, chega o segundo.” Constata-se o cuidado da “nova tática”, em evitar a criação de vínculos e a possibilidade de união e mobilização do grupo. Individualmente, “um a um” permanecem apenas números anônimos, desintegrados e sem força de mobilização e pressão, que a “formação de grupos” poderia causar.

O texto mostra, assim, o amadorismo da abordagem e o autoritarismo na técnica de “convencimento” e não conscientização. Destaca, também, a perda do dia dessas pessoas, no processo de identificação, “Até o fim do dia”, ou seja, enquanto permanecem o dia à disposição da Brigada, não estão nas ruas, mas também não podem catar papel para o sustento. Assim, o êxito da nova técnica se limita a recolher, identificar e tentar converter. Ao informar que, entre eles, há “um foragido da Justiça”, a narrativa pode sugerir ao leitor um sentido de que a tática valeu a pena, mas, também, faz pensar que, entre os moradores de rua, há perfis diferenciados, de trabalhadoras grávidas a apenas “um foragido”, entre os 60 identificados.

5.5.4.5 Estratégias objetivadas

“Entre 90% e 95% das pessoas abordadas têm passagem pela polícia. Com esse trabalho, já conseguimos prender 50 foragidos e reduzir os crimes de pequena monta em 33% no Floresta e, em 55%, no São Geraldo.” (Comandante da 4ª Companhia do 9ºBPM, major Marlo-Hur Toral Vieira)

“Eles acham que vão melhorar a gente, mas é pior. Saio daqui com mais vontade de queimar pedra”. (Daniela)

A fala do personagem público - “Entre 90% e 95% das pessoas abordadas têm passagem pela polícia” - serve para justificar o tratamento dado aos moradores em situação de rua na nova tática: “poucas palavras de esclarecimento”, “permissão apenas para sentar no chão”. Também é produzida para prestação de contas e mostrar serviço, aos moradores dos bairros, que exigiram ação “335 no Floresta e em 55% no São Geraldo”. Por outro lado, o leitor pode desconfiar dos altos índices fornecidos pelo major, comparados com a amostragem do dia que a reportagem acompanhou e que registrou um número bem inferior: “um foragido” entre os 60 identificados.

A fala da personagem Daniela - “Eles acham que vão melhorar a gente, mas é pior. Saio daqui com mais vontade de queimar pedra” - confirma a tese anterior, de que a Brigada pode obrigá-los a acordar no meio da noite, entrar na viatura, sentar no chão, permanecer até o final do dia a sua disposição, mas não pode mandar em suas vontades, ou seja, não é à força que se muda essa problemática. O leitor pode concluir que a tática da Brigada é inadequada, porque não resolve nem ameniza, mas piora a situação, com exceção do foragido da justiça.

Destaca-se a representação humanizada que a personagem feminina faz do seu grupo “gente”, “pessoas”, contrastando com o tratamento desumanizado, recebido por parte da Brigada Militar e, também, do narrador”. Percebe-se a determinação da personagem gestora, em usar sua autonomia, mesmo que seja para “queimar pedra”, ao justificar que os brigadianos, “eles”, estão equivocados, pois suas táticas não ajudam o grupo a transformarem em “pessoas melhores”, mas, sim, “piores”. Evidencia a falta de entendimento entre “eles” e a “gente”, o predomínio de uma incomunicação. Nesse contexto, percebe-se mais discernimento na fala da moradora de rua, em interpretar a realidade, do que na nova tática da Brigada, que representa o poder público e que não percebe que consegue piorar a situação.

5.5.4.6 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia focou a atuação da Brigada Militar, que iguala, marginaliza e dá o mesmo tratamento a sujeitos de diferentes perfis e envolvidos em diferentes situações, tais como: os que sobrevivem nas ruas, catando material para reciclagem; foragidos; dependentes químicos e alcoólatras.

Isso significa que falta entendimento sobre seu papel institucional, falta um saber técnico e humano, para atuar sobre uma área externa a ordem e segurança pública. Faltou a visão de um trabalho conjunto, pois se trata de pessoas que perderam seus vínculos familiares e afetivos, e que aprenderam uma maneira própria de sobreviver na rua. Por outro lado, o tipo de atuação da Brigada Militar pode sinalizar a ausência ou deficiência de uma política social, que contemple esse atendimento mais complexo. Nenhum desses significados foram questionados e problematizados, pelo narrador. A Brigada Militar falou com total autonomia, sem o confronto com outras vozes discordantes.

5.5.4.7 Metanarrativa

A nova tática da Brigada Militar, como as anteriores, é paliativa e inadequada, para resolver a velha e complexa problemática dos moradores em situação de rua. Os policiais militares não têm competência para lidar sozinhos com essa questão social; ao invés de melhorar, só pioraram a situação.

5.6 ANÁLISE DA CATEGORIA ADOLESCENTES EM ABRIGO PÚBLICO

5.6.1 Episódio Jornalístico - “A Casa dos Rejeitados”

Narrador: Nilson Mariano

Datas de publicação: 26-30/11/2006 e 1º. 12/2006

5.6.1.1 Reconstituição do episódio

Fragmentada em cinco partes, a série de reportagens intitulada “A casa dos rejeitados” remete à minissérie, de grande sucesso nacional, “A casa das sete mulheres”, produzida e veiculada pela Rede Globo no mesmo ano.

Durante 20 dias, o narrador observou o cotidiano de adolescentes que vivem no Abrigo Municipal Ingá Britta, de Porto Alegre, administrado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). O resultado é uma série de reportagens que destaca a rotina de mendicância, drogas, comportamento antissocial e violento dos adolescentes abrigados. Todos vivendo no mesmo ambiente, onde existe, constantemente, o clima de intriga e tensão.

O cenário é assim descrito pelo narrador:

“O Ingá Britta se parece a um presídio. É cercado de muros altos, encimados de telas, vigiados 24 horas por guardas. As portas internas de madeira estão guarnecidas por grades de ferro – e as janelas também. São tantos cadeados e fechaduras que o gerente, Benjamim Boezzio, controla 84 chaves, divididas em, 27 molhos. Para evitar furtos e depredações, a TV e o bebedouro estão em gaiolas de metal. [...] Mas o Ingá Britta não é um presídio. Os abrigados podem sair a rua, para passear, ir ao colégio, aprender alguma profissão.”

O narrador tentou introduzir uma mudança de mentalidade, no sentido de que os abrigos⁴⁰ não são espaços tutelados, definitivos, mas locais transitórios, de passagem: “O Abrigo Municipal Ingá Britta deveria ser passageiro, somente para urgência, até que adolescentes desgarrados fossem devolvidos a familiares.” Evidencia que o Ingá Brita segue a perspectiva histórica, segundo a qual os abrigos do país não trabalham na perspectiva da família. Criou-se a imagem do abrigado como órfão, mesmo que os levantamentos desmintam essa máxima. A partir da década de 1990, emergiu um novo ponto de vista sobre o assunto, particularmente dentro dos órgãos de governo. A família passou a ser apontada como responsável pelas crianças abandonadas, mas também culpabilizada pelas situações de risco, a que seus filhos foram submetidos. Essa postura de tratar os pais como violadores dos direitos, sem um trabalho preventivo, não contribui para uma mudança cultural no sistema de abrigos. Necessita-se de um trabalho preventivo, no sentido de desenvolver ações, que ajudem os pais a recuperarem a capacidade de paternidade.

⁴⁰ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, há aproximadamente 120 mil crianças e adolescentes brasileiros, que vivem em abrigos (MDS, 2008)

Ao longo das reportagens, a desestrutura familiar foi mostrada como a principal causa da problemática abordada. O espaço público da rua foi representado como perdição e “escola do vício”. O poder público teve sua fala registrada em forma de box, ou seja, preservada da tensão textual e do confronto com outros personagens e instituições. Os aspectos positivos tiveram um espaço, significativamente menor, que o destinado aos aspectos negativos. Nesse contexto narrativo, a recuperação dos adolescentes foi vista como “uma missão quase impossível”.

Destaca-se o sentido sugerido pela foto, que serviu de logomarca para a série de reportagens e que, no primeiro dia, ocupou quase a metade do espaço. A foto destaca apenas a silhueta dos personagens, com a identificação “A casa dos rejeitados”. Trata-se de um grupo de meninos, cujos gestos e vestimentas lembra uma gangue. O ângulo da foto, “de baixo para cima”, sugere ameaça e medo, pois aproximou e aumentou os personagens, em relação à linha de visão do leitor, provocando um sentimento de rejeição às pessoas em causa.

As partes da série de reportagens foram identificadas como:

1ª. parte – “A tumultuada rotina no Ingá Britta”

A primeira parte da reportagem ocupou três páginas. A primeira registra a rejeição, por parte dos pais de um adolescente. Apresenta a instituição, função, capacidade, quadro de pessoal e, ainda, informa o número de refeições servidas por dia e o consumo por mês. Na segunda página, o narrador volta-se para as disputas, brigas e intrigas, entre os internos, e as agressões, desobediências e alguns poucos afetos, entre os internos e os monitores.

Na última página, o narrador investe em uma estratégia comunicacional, que transforma a cultura de dar esmola, para aliviar a consciência, em uma outra, cujo “benfeitor” (herói) transforma-se em malfeitor (vilão), na medida em que a esmola dada não destina-se à alimentação: “Esmola serve para comprar drogas”. Em um box à parte, o jornal convida o leitor a participar de uma enquete, no site da zh.clicrbs.com.br, cujo título é: “Não dê esmolas”, e a pergunta a ser respondida é: “Você dá esmola na rua?”

2ª. parte – “A droga impede a volta para casa”

Mostra a ação desastrosa das drogas, na vida dos adolescentes. A segunda página é destinada à participação dos internautas do clicRBS, em uma enquete que questiona sobre qual a melhor maneira de tirar crianças e adolescentes das ruas.

3ª. parte - “O erro de misturar diferentes perfis”

Denuncia as conseqüências do erro de misturar, no mesmo local, adolescentes de diferentes perfis, como órfãos e drogados. Para tanto, conta duas histórias tristes, sendo que uma delas resultou na morte de um portador de necessidades especiais. A segunda página é destinada a comentários e idéias dos internautas, diante das seguintes questões, colocadas pelo clicRBS: o dinheiro da esmola geralmente é usado pelo jovem pedinte para comprar drogas. Você já presenciou esse problema, no seu bairro?

Sem identificação de parte - “O fascínio pela bola de futebol”

A primeira página com o título “Com a bola, brigões driblam o destino”, mostra que o futebol e o trabalho ajudam os adolescentes a encontrarem alternativas para as suas vidas. Na segunda página, os internautas do clicRBS responderam às seguintes questões: como a comunidade pode ajudar a integrar o jovem de rua à sociedade?

4ª. parte – “O triste fim de quem precisa sair”

A primeira página mostra o que ocorre com os jovens que precisam sair do abrigo, ao completarem 18 anos. Alguns acabam presos, outros moram na rua e outros, ainda, entram no tráfico. A segunda página destina-se à participação dos internautas do clicRBS, respondendo a questão: É possível recuperar o adolescente de rua viciado em drogas? Como?

5ª. parte -“Os que deram certo ao deixar o abrigo”

Na última reportagem da série, foram mostrados dois casos de recuperação, sugerindo que existe saída para o “inferno da juventude degradada”. Em ambos, o poder público contou com a ajuda de familiares, que incluíram o elemento afeto, no processo de resgate.

5.6.1.2 A construção dos personagens jornalísticos

“Aqueles adolescentes que ninguém quer tem um endereço em Porto Alegre: o Abrigo Municipal Ingá Britta. São os órfãos sem direito a luto. Mais os expulsos de lares que desmoronaram. Também os que vivem na intempérie das ruas pedindo esmolas. Ainda os que se entorpecem e perderam algum dente em brigas ferozes. Todos sob o mesmo teto. [...] Turma dos medonhos [...] Turma dos fujões [...] Turma dos exaltados [...]”

“Adolescentes discutem como crianças, mas brigam como adultos”.

“Eles podem ser brincalhões e afáveis, como crianças tardias, mas também agressivos e revoltados, quando se transformam em adultos prematuros.”

“Eles discutem como criança por bobagens, mas brigam com a ferocidade de adultos”.

“O irritado”, “o revoltoso”, “o neto rebelde”, “o garoto nostálgico”, “Jovens viciados em droga”, “traficante ou cafetão”, “Juventude degradada”.

“Jovens desgarrados”, “adolescentes desgarrados”, “É como juntar cordeiros e lobos sob o mesmo teto”, “presa dos que se tornam predadores”, “Como uma topeira sob a ponte”.

“Filhos do abandono”, “jovens enjeitados”, “Crianças rejeitadas”, “Meninos rejeitados”, “Adolescentes recolhidos ao abrigo”, “adolescentes desgarrados”, “o guri abrigado”, “Adolescentes que ninguém quer”

“Um garoto surdo e com retardo mental [...] o garoto surdo [...] o deficiente físico”, “o rapaz psicótico”

“Hóspede da casa”, “finadinho”, “sabonete”, “ex-pupilo”

“Garotada”, “guri”, “jovem”

“Volnei”, “Lenine”, “Lucas Ronaldo Martins Santos da Silva”, “Mauro Maxiliano da Silva Mattos”, “Edimilson”, Gilson Oliveira de Mattos, 18 anos”

O narrador abre a série de reportagens, elencando os diferentes perfis dos habitantes do Abrigo: de órfãos a drogados e brigões. Os adolescentes são enquadrados em quatro diferentes grupos. Desses, três são descritos como vítimas - “órfãos sem direito a luto”, “expulsos de lares que desmoronaram”, “os que vivem na intempérie das ruas pedindo esmolas” - e um grupo como vilão - “os que se entorpecem e perderam algum dente em brigas ferozes.”

A nomenclatura do grupo, “órfãos sem direito a luto”, significa que são órfãos de pais vivos, ou seja, sugere que as crianças perderam seus pais, sem eles terem morrido de fato. Perderam, simbolicamente, pela separação do convívio familiar, o que pode ser mais traumático que a própria morte, uma vez que, com o “direito a luto”, o tempo se encarrega de enterrar também a tristeza, mas, estando vivos, a vida não deixa esquecer. Pode significar, também, que a rotina dessas crianças é tão dura que não há tempo para lamentos “luto”, pelos pais que os abandonaram. Essa foi a única vez que o narrador utilizou a linguagem dos direitos e o fez em um sentido figurativo, “sem direito a luto”, mas que, de fato, trata-se de adolescentes sem direito a, praticamente, tudo.

O segundo grupo é caracterizado como “expulsos de lares que desmoronaram”. O ato de expulsão remete a crianças que foram excluídas, banidas e eliminadas dos respectivos lares. O fato de serem expulsos e banidos se justifica porque algo que “desmorona”, tomba e vira ruína. Não sobra “pedra sobre pedra”. São jogos de linguagem, com significação de catástrofe social, ou seja, não tem como voltar ao cenário anterior para tentar recompor. Isso sugere um trabalho penoso de recomeço, sem poder contar com uma mínima estrutura familiar.

Outro grupo caracterizado como vítima é o dos que “vivem na intempérie das ruas pedindo esmolas.” Significa que as crianças, ao invés de estarem protegidas, nos seus lares contra o “mal tempo”, estão desprotegidas, sujeitas a “chuvas e trovoadas”, nas ruas. Ao invés de receberem alimento, elas têm que pedir esmolas, mendigar e depender da piedade de estranhos, para sobreviver. À medida que “são bem sucedidos”, nessa prática, se apropriam da cultura das ruas, dificultando o retorno familiar.

O último grupo, cujos integrantes são caracterizados como vilões, são “os que se entorpecem e perderam algum dente em brigas ferozes.” Significa que se trata de personagens drogados, agressivos e perigosos, que têm momentos que ficam paralisados, porque se “entorpecem”, mas depois viram feras. A informação de perda de “algum dente” destaca a brutalidade das “brigas ferozes”.

O papel de vilão é consolidado, e até expandido, ao longo das reportagens, quando o narrador caracteriza os personagens, enquadrando-os em três turmas: “turma dos medonhos”, “turma dos fujões”, “turma dos exaltados”. Trata-se de traços identitários negativos e preconceituosos, atribuídos a esses personagens, em um estigma social de “medonho”, “fujão” e “exaltado”.

O jogo de linguagem - “Eles podem ser brincalhões e afáveis, como crianças tardias, mas também agressivos e revoltados, quando se transformam em adultos prematuros” - remete a um não lugar para esses personagens, pois, como crianças, são “tardias”e, como adultos, são “prematuros”. Isso significa que eles não pertencem integralmente a nenhum dos mundos. Em decorrência desse deslocamento identitário, ocorre uma metamorfose comportamental, que os torna seres não confiáveis, uma vez que: “Eles podem ser brincalhões e afáveis, [...] mas também agressivos e revoltados.” Essa descrição lembra a expressão de um cantor: “metamorfose ambulante”. Transformam-se de adultos para crianças e vice-versa, deslocam-se de faixa etária, como ninguém mais. Podem ser crianças que “discutem [...] por bobagem”, “brincalhões e afáveis” e, também, podem ser adultos, desde que “brigam”, “brigam com ferocidade”, “agressivos e

revoltados”. Podem ser tanto crianças como adultos, mas, em ambas as faixas, são seres atípicos: “tardias”, “prematuros”. São, mas não são. São crianças, no entanto, o uso do “mas” reforça o lado adulto, ou seja, de brigões, ferozes “agressivos e revoltados”. Sem nome, sem lugar, meio adultos, meio crianças, meio animais. Significa que não pertencem integralmente a nenhum dos mundos, nem adulto, nem infantil, nem animal. Deslocados, sem um lugar na sociedade. Trata-se de uma construção de identidade discriminatória, que sugere seres anormais, mas, também, de reconhecer que crianças e adolescentes, em situação de exclusão, não têm nem mesmo o direito de viver as diferentes fases de suas vidas.

Em muitas situações, o narrador atribui denominações adjetivadas, que remetem, a maioria, a desvios de comportamentos, por diferentes motivos, como: tristeza “o garoto nostálgico”; carência, “o sabonete”; nervosismo e inquietação, “o irritado”; revolta, “o revoltoso”; rebeldia, “o neto rebelde”; droga e crime, “Jovens viciados em droga”; “traficante ou cafetão”, “Juventude degradada”. Outras vezes, o narrador opta por nominar, destacando a realidade de abandono e de rejeição dos personagens: “Filhos do abandono”, “jovens enjeitados”, “Crianças rejeitadas”, “Meninos rejeitados”, “Adolescentes recolhidos ao abrigo”, “meninos que correm perigo”, “adolescentes desgarrados”, “hóspede da casa”, “ex-pupilo”, “Adolescentes que ninguém quer”.

Outra opção do narrador foi usar metáforas e analogias do mundo animal, para nominar e caracterizar alguns personagens: “jovens desgarrados”, “adolescentes desgarrados”, “É como juntar cordeiros e lobos sob o mesmo teto”, “presa dos que se tornam predadores”, “Como uma topeira sob a ponte”. Nesses casos, os personagens foram despidos de sua humanidade e desprovidos de racionalidade, o que impossibilita a identificação do receptor com eles, uma vez que foram comparados a animais. Assim, reforça o distanciamento e rejeição dos personagens em causa, com o restante da sociedade.

A deficiência física e mental também serviu de fonte de inspiração, para nominar os personagens portadores de necessidades especiais: “um garoto surdo e com retardo mental [...] o garoto surdo [...] o deficiente físico”, “o rapaz psicótico”. Essa modalidade contribui para ressaltar as diferenças e dificultar a inclusão. Os demais receberam denominações genéricas, como: “garotada”, “guri”, “jovem”.

Interessante destacar que os personagens nominados pelo próprio nome - “Volnei”, “Lenine”, “Lucas Ronaldo Martins Santos da Silva”, Edimilson”, “Mauro Maxiliano da Silva Mattos”, “Gilson Oliveira de Mattos” - foram todos vítimas de violência interna ou externa e morreram,

com exceção dos dois últimos. Mauro é ex-abrigado, mora debaixo da ponte da Av. Ipiranga e foi visitado pela assistente social do abrigo; e Gilson foi o único adolescente, que apareceu frequentando um curso profissionalizante na Fundação Pão dos Pobres. Isso remete ao dito popular de que só depois que morre a pessoa vira santo. Neste caso, só depois que morreram, eles mereceram a dignidade de serem chamados pelo nome, respeito a sua identidade existencial. O mesmo ocorreu com os outros dois: um, porque foi visitado pela assistente social; outro, porque representa uma exceção, o que deveria ser regra,

Portanto, predomina o uso de nomações ligadas à situação existencial de abandono e de comportamentos socialmente desvalorizados. Trata-se de estratégias narrativas, que Giardino (2003) identifica como “privação de identidade”, que se destina a promover um sentimento de distanciamento, impedindo identificação, por parte do receptor. Nesse caso, houve dupla privação: da “identidade essencial”, porque foram nominados também como animais, e da “identidade existencial”, porque, com exceção de alguns personagens – vítimas, os demais tiveram seus nomes de registro civil ignorados.

Trata-se de privações impostas, narrativamente, pela situação de exclusão social. Esta situação, de certa forma, os remeteu a realizar ações socialmente inaceitáveis, que consolidam e reforçam a permanência desses personagens, na situação de exclusão.

Meninos, adolescentes, jovens, crianças, qualquer que seja a nomação, a principal adjetivação remete para a ausência de paternidade: “filhos do abandono”; de vínculos afetivos, “meninos rejeitados”, “crianças rejeitadas”. Como decorrência, tem-se essas crianças crescidas, como “Jovens viciados em droga”, “juventude degradada”. Aos filhos do abandono e da rejeição, em qualquer fase de suas vidas, ou seja, como “crianças”, “adolescentes” ou, já como “jovens”, resta serem “recolhidos ao abrigo”. O “recolher” sinaliza para um tratamento de objeto, como lixos a serem retirados, limpados da rua, porque são “adolescentes que ninguém quer”. A principal causa dessa realidade está centrada nas “famílias desestruturadas”, “prole e lares desintegrados”. A nomação “família” e “lares”, que remete a vínculos afetivos e proteção, contrasta com os adjetivos “desestruturadas e desintegradas”, exatamente porque a família é a primeira estrutura do ser humano, onde se sente, em princípio, integrado e pertencente.

5.6.1.3 Ações atribuídas aos personagens

“Como podem sair do local, muitos dos jovens aproveitam para pedir esmola nas ruas da cidade e, com o dinheiro, alimentar o vício em maconha, crack ou loló”.

“Como não estão trancafiados, adolescentes utilizam os passeios na rua para pedir esmola.”

“Como podem sair do abrigo, os adolescentes pedem dinheiro nas esquinas, simulando uma fome que não sentem e se abastecem de drogas. Ao voltarem grogues não fazem o tema de aula, faltam ao colégio, arrumam confusão e se agri-dem”.

“Mauro explica que não gosta de acordar às 6 horas, a regra no abrigo”

“Deveria vender uma bucha de cocaína, mas consumiu o tóxico”

“Conseguiram infiltrar a droga, mas não quiseram reparti-la com outros três usuários. Apanharam”.

“Causou um terremoto de problemas [...] quebrava portas a socos e pontapés, demoliu TV. Pôs uma monitora a nocaute, com um tapão no ouvido, e ameaçava até os guardas”

“Dois garotos conseguiram infiltrar a droga, mas não quiseram reparti-la. Apanharam.[...] os internos da casa conseguiram infiltrar o tarugo de maconha [...] quando fumavam o tóxico foram assediados por três adolescentes da casa 3 [...] um dos hóspedes da casa 3, de 16 anos, continuava enfurecido [...] Ele esperou um dos donos da maconha sair do refeitório e o agrediu com um soco e pontapé.

“[...] um adolescente de 16 anos golpeia a portinhola de metal, o blam-blam-blam anunciando que voltou da rua. Não é da turma dos exaltados, mas também se nega a ficar nu para a revista.[...] O garoto esbraveja, parece alterado”.

“O filho parecia um ioiô: fugia de casa, era buscado, tornava a escapar. Ao léu, contraiu tuberculose, envolveu-se em confusões. Numa delas entrou de gaiato. Ao se aproximar para ver um assassinato, o cadáver estendido no asfalto, um dos criminosos apontou o dedo – Foi ele! Foi ele! Algemado, Edimilson demorou a esclarecer que tomada de luz não é focinho de porco. A mãe se afogava de aflição e matutava consigo mesma”.

“Adolescentes pobres são atraídos pela rua como mariposas pela luz”.

“Até que fossem devolvidos aos familiares”.

“Expurgado pela mãe, desprezado pelo pai”.

“Ao pedirem esmolas nos cruzamentos de Porto Alegre, os jovens internados no Abrigo Ingá Britta ocultam que recebem cinco refeições por dia.”

“Em represália ele arremessou uma tábua contra as canelas de Blanca [...] Em 2004, um jovem a xingou [...] a monitora levou um soco no ouvido direito, indo a locaute.[...] um rapaz aborrecido com o confinamento no abrigo cochichou sinistramente [...] Mas as demonstrações de carinho alentam Blanca [...] ao oferecer uma fatia de bolo a um garoto de 16 anos pelo Dia das Crianças, ganhou um sorriso de recompensa. Já a monitora Patricia provou a solidariedade, inclusive de parte da turma dos medonhos. Uma vez, ela se desesperou na iminência da morte de uma familiar, desabafou em choro dentro do abrigo. Subitamente, foi abraçada por uma torrente de braços, rostos aflitos que encorajavam”.

“Quando entrou no abrigo [...] o garoto deitou-se na grama e ficou contemplando as nuvens. Não quis se enturmar, jogar bola, nem conversar com as monito-

ras. Depois, ao ganhar um pacote de massa de modelar, transfigurou-se: apresentou uma fornada de esculturas [...] transforma massa de modelar e biscuit [...] em fadas, gnomos, pessoas.”

“Eles gazeiam a aula, não arrumam a cama de manhã e soltam palavrões de corar o mais veterano dos malandros, mas se transformam em adolescentes exemplares no momento de jogar futebol. Quando a bola rola, reina a paz no abrigo Ingá Britta.”

“[...] Gilson Oliveira de Mattos, 18 anos. Ele encontrou uma ponte segura para deixar o Ingá Britta: está aprendendo uma profissão no Laboratório de Metalurgia da Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre. Gilson entrou no Ingá Britta quando os pais se separaram – os oito irmãos ficaram à deriva. [...] Inicialmente surdo aos conselhos dos monitores, o rapaz acabou entendendo que só havia uma saída: estudar e trabalhar. Ele se esforça no curso de serralheiro. O sonho de Gilson é arranjar trabalho, juntar o necessário para ter uma casa e reagrupar a família dispersa.”

“Voltou a morar com a família, voltou ao colégio, voltou a ser filho comportado da dona de casa Rosa Maria [...] Edimilson agora dorme sob um teto, ressona ao lado dos irmãos”.

As narrativas acima expressam ações dos adolescentes, que sugerem uma diversidade de significações, que vão desde a: relação causa-consequência, culpa e responsabilidade pela própria situação, agressividade e rebeldia, inadaptação social, animais, objetos, capetas, até amizade, afeto e solidariedade.

O narrador expressa as circunstâncias de causa, usando a conjunção “como” que serve de motivo, razão e explicação para as ações condenáveis cometidas pelos adolescentes. O fato determinante de “pedir esmola”, “alimentar o vício”, “se abastecem de drogas”, “não fazem o tema de aula, faltam ao colégio, arrumam confusão e se agriem” é a saída para a rua. Essa é a causa. Assim “pedir esmola”, “alimentar o vício”, “se abastecem de drogas”, “não fazem o tema de aula, faltam ao colégio, arrumam confusão e se agriem” são as consequências de poderem sair para a rua. Partindo-se dessas conseqüências, chega-se à causa: “podem sair do local”, “não estão trancafiados”, “podem sair do abrigo”. Trata-se de uma visão determinista, onde o problema para todos os males é o regime aberto dos abrigos públicos. Essa visão sugere que, se os adolescentes estivessem “trancafiados”, nada disso ocorreria.

Uma série de ações contribui para legitimar e justificar o tratamento animal, as submissões e privações de direitos. Cria condições para liberar a responsabilidade pública, concentrando

a culpa nas vítimas, transformadas em vilões, e distanciá-las do restante da sociedade, dificultando uma possível inserção: “explica que não gosta de acordar às 6 horas”, “Deveria vender [...] mas consumiu [...] conseguiram infiltrar [...]mas não quiseram reparti-la [...] Apanharam”, “causou um terremoto de problemas [...] quebrava portas a socos e pontapés, demoliu TV. [...] ameaçava até os guardas” . Essas e outras ações, como “fumavam”, “continuava enfurecido”, “agrediu”, “golpeia”, “esbraveja”, remetem a ações que dão uma dimensão do estrago que a droga causa no cenário e nas relações que envolvem os adolescentes.

Para explicar o processo de idas e vindas do menino, de casa à rua e vive-versa, o narrador compara o filho a um objeto de brincadeira “parecia um ioiô”. Já a analogia usada para a explicação do adolescente, sobre a acusação injusta, serviu para o igualar a um porco: “tomada de luz não é focinho de porco”. Quanto à descrição da intensidade da dor da mãe, além da exacerbação da aflição, “se afogava”, que remete a um estilo sensacionalista, o uso do verbo “matutava”, ao invés de pensar, refletir, sugere um tratamento discriminatório de “caipira”, “jeca”, “matuto”.

O uso dos verbos “pedirem”, “recebem”, “ocultam”, somado ao desenho colocado ao lado da narrativa - que mostra a cabeça de um personagem com gorro longo e que, no lugar das orelhas, tem duas guampinhas - lembra o personagem saci ou o capeta. Isso sugere que os adolescentes são como ou o próprio saci, como capetas, pois são quem finge, oculta, encena, esconde e simula uma realidade, para enganar a outros. Outras ações atribuídas aos personagens indicam semelhança e ou igualdade a animais, “como mariposas”, e a objetos, “devolvidos”, “expurgados”.

O narrador destaca que, na relação dos adolescentes com os monitores, há sentimentos e ações que oscilam da agressão ao abraço, da indiferença ao sorriso e encorajamento, do xingamento à solidariedade: “Arremessou”, “xingou”, “cochichou”, “ganhou um sorriso”, “provou a solidariedade”, “foi abraçada”, “encorajavam”. Indica que há esperança, que nem tudo está perdido, pois manifestações de afeto, solidariedade, amizade e fé vieram de onde menos se esperava. Sugere que há saída para essas crianças e adolescentes, pois, além do lado de “brigões” e “rebel-des”, há sentimentos capazes de ações nobres.

Por outro lado, constata-se que à monitora Blanca, a narrativa mantém o predomínio das experiências negativas e traumáticas, o que pode sugerir um papel de vítima, e dos adolescentes, como vilões. Já Patrícia, cujo lema é “tratá-los como se fosse os próprios filhos”, é construída como a heroína, para a qual são reservadas apenas experiências positivas. Sugere que o tratamento segue a regra da reciprocidade, ou seja, eles tratam bem quem também os trata bem. Seguindo

essa lógica, os papéis acima se inverteriam, a monitora Blanca passaria a ser a vilã e os adolescentes, vítimas.

Para descrever o processo de adaptação de um adolescente, no abrigo, o narrador fez uso dos seguintes verbos: “entrou”, “deitou-se”, “ficou contemplando”, “não quis se enturmar, jogar bola, nem conversar”, “ao ganhar”, “transfigurou-se”, “apresentou”, “transforma.”. Isso evidencia a sensibilidade do narrador em descrever as ações, focando no processo de adaptação e transformação do adolescente, que, diante da primeira oportunidade disponibilizada, desenvolveu seu potencial artístico. Significa que a adaptação de adolescentes, em abrigos públicos, não é tarefa simples e nem ocorre por acaso. Requer, por parte da equipe técnica, “um saber, um querer e um poder fazer” e, por parte da criança e do adolescente, essencialmente, um “querer fazer”. A narrativa mostra que, quando todos os personagens envolvidos desempenham a sua parte, o conflito fica resolvido.

Da mesma forma, ocorreu, também, o uso dos verbos “encontrou”, “aprendendo”, “encontrou”, “se esforça”, “acabou entendendo”, “estudar e trabalhar”, “arranjar trabalho”, “ter uma casa”, “reagrupar a família.” Aqui, tem-se a sugestão de ações que integram um longo processo, que envolve várias etapas, como encontro, entendimento, esforço, aprendizagem e conquistas. Trata-se de uma caminhada para reinclusão familiar, escolar e social, onde há o envolvimento de todos os personagens envolvidos, mas o agente principal é o adolescente, até então excluído.

O narrador destaca o potencial transformador do esporte, no cotidiano de adolescentes em condições de risco, ou seja, segundo ele, os mesmos personagens que “Gazeiam a aula, não arrumam a cama e soltam palavrões”, “se transformam em adolescentes exemplares”, “reina a paz”. Isso significa que, sem esporte, no caso, o futebol, eles transformam o abrigo em um cenário de guerra.

A afirmação linear do narrador, para explicar o fenômeno da ida de adolescentes à rua - “Adolescentes pobres são atraídos pela rua como mariposas pela luz” - sugere uma pergunta: Por que adolescentes ricos não são atraídos pela rua como mariposa pela luz? A resposta desconstrói a simplificação analógica feita pelo narrador, ou seja, não vão à rua porque têm, em casa, toda gama de oportunidades e alternativas de lazer, estudo, alimentação e perspectivas de futuro. Se isso for real, é uma inverdade afirmar que “os adolescentes pobres são atraídos pela rua como mariposas pela luz”. As mariposas, sim, são guiadas apenas pela luz, enquanto os personagens em causa são guiados por múltiplas exclusões e carências de necessidades básicas, de oportuni-

des e perspectivas. Assim, tem-se que, além de o narrador simplificar o problema, comparou os adolescentes às mariposas, pelo uso da expressão “como”.

As ações positivas remetem à inclusão familiar, inclusão escolar, a um comportamento socialmente correto: “Voltou a morar com a família, voltou ao colégio, voltou a ser filho comportado da dona de casa Rosa Maria [...] Edimilson agora dorme sob um teto, ressona ao lado dos irmãos”.

Uma série de outras ações atribuídas aos adolescentes, abaixo representadas no verbo utilizado, remete a atos socialmente indevidos e alguns condenáveis, como:

Irresponsabilidade: “não fazem”, “faltam”, “ausentes”, “fugiu”, “perambulou”, “prometia”, “desaparecia”.

Brigas: “irritam”, “incita”, “disputa”, “amotinou-se”, “agridem”, “brigam”, “ameaça golpear”, “atirou uma pedra”.

Rebeldia: “desafiar”, “insiste”, “resmungam”, “discutem”, “inconformado”, “teima”.

Drogas: “fuma”, “se entorpecem”, “contrabando proibido”, “se abastecem”.

Mentiras: “simulam”, “fingem”.

Mal intencionado: “distorceu a frase, acusando”.

Derrota: “sucumbiram”, “tombou”.

Essa concentração de comportamentos ilegítimos envolve situações impensadas e inaceitáveis, na convivência do restante da sociedade, o que reforça o distanciamento e a falta de identificação dos receptores com eles. Essas ações justificam a adjetivação de animais, atribuídas pelo narrador e reforçam a característica de vilões ativos, opondo-se à passividade das vítimas. Isso se caracteriza, segundo Giardino (2003), numa construção discriminatória, que justifica a negação dos direitos, mediante o recurso de mostrar atributos contrários aos socialmente aceitos, diferenciando-os do restante da sociedade. Logo, reflete e reproduz um modelo social, que consagra a desigualdade, respeitando os direitos e a dignidade de uns e desmerecendo a de outros.

Por fim, é interessante destacar algumas ações, atribuídas aos personagens, pelo editorial de Zero Hora, no dia seguinte à publicação da última reportagem da série:

“pagam a abrigagem com violência, agredindo monitores e assistentes sociais, recusando-se a cumprir normas disciplinares e fazendo do estabelecimento apenas uma base para incursões pelas drogas e pela criminalidade”.

O uso dos verbos “pagam”, “agredindo”, “recusando-se a cumprir”, “fazendo”, sugere que os personagens receberam algo do Estado, não por um direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas de favor; no entanto, são mal agradecidos, ingratos e mal comportados. Com o uso do “apenas”, o sujeito narrativo institucional descarta qualquer possibilidade de aprendizagem e recuperação. As únicas possibilidades são: o crime e as drogas: “fazendo do estabelecimento apenas uma base para incursões pelas drogas e pela criminalidade”. Interessante observar, também, a representação feita pelo espaço público, da rua como “perdição: nela os enjeitados encontram a mendicância, a violência, as drogas e o crime. A rua é a escola do vício.” O narrador institucional, numa visão determinista, transforma a rua em causa e instituição de todo o mal e problemática, que envolve os personagens em causa.

5.6.1.4 Identificação de conflitos

“Ao voltar [...] um dos internos mais rebeldes, de 15 anos, recusa-se a tirar a roupa na inspeção.[...] O guarda tenta afrouxar o cinto do garoto, mas leva um tapa na mão. Em seguida o revoltoso pega a muleta de um colega [...] e ameaça golpear quem lhe barrar o caminho.”

“Um adolescente de 15 anos quer fumar dentro da sala de TV. Um guarda explica que não pode. Ele insiste, teima [...] entra fumando no local proibido”.

“Os dois se atacam, o garoto é imobilizado contra a parede, queixa-se que teve um dedo da mão torcido [...]. Um segundo guarda intervém, contendo o jovem com um abraço de urso. Ele não resiste, mas, ao ser liberado, desfere um pontapé na perna do primeiro guarda”.

“Os tios da sinaleira são induzidos ao erro. As moedas e os trocados servem para comprar loló, maconha e crack. Em vez de ajudarem, empurram os jovens para o lodo movediço dos entorpecentes. [...] As inocentes moedinhas que os motoristas distribuem nas sinaleiras de Porto Alegre têm o poder de convulsionar a rotina do Ingá Britta. Quem dá esmola se imagina um benfeitor, alivia a consciência, mas o dinheiro é usado para comprar algo mais explosivo que dinamite: drogas.”

“Há três objetos de desejo que causam alvoroço entre os adolescentes. [...] uma ficha de vale-transporte [...] uma carteira de cigarro [...] E o mais valioso: um tê-

nis de marca, mesmo que pirata.[...] Um rapaz de 17 anos ganhara o modelo mais cobiçado [...] Quem implicou, e rugindo alto, foram outros internos que se sentiram injustiçados.[...] A bronca aumentou quando o dono vendeu o Nike por R\$ 6, para um colega que estava com o pé engessado.[...] o comprador foi obrigado a devolver o tênis. Inconformado, amotinou-se nas suas muletas antes de ser dominado por três guardas, atirou uma pedra que espatifou a vidraça da sala dos técnicos.”

“Não existe um dia em que os adolescentes não se xinguem, não se provoquem, não se desafiem. Qualquer rusga é motivo para agressões, mesmo entre bons companheiros.[...] Dois garotos, ambos de 16 anos, dançam em frente ao aparelho de som. Um deles debocha que o outro é a mulher da música [...] Antes que guardas e monitores consigam intervir, estão trocando socos e pontapés. Separados, continuam de olhos coléricos, mãos crispadas.[...] Um jovem de 17 anos queixa-se ao monitor que um colega, de 16 anos, lhe surrupiou o gorro. O monitor exige a devolução, o adolescente desconversa.[...] Se não devolver, não vai sair do abrigo. Quando o monitor se afasta, o de 16 anos grunhe no ouvido do que havia feito a reclamação, para ele uma denúncia [...] Um adolescente de 15 anos quer fumar dentro da sala de TV. Um guarda explica que não pode. Ele insiste, teima.”

“É como juntar cordeiros e lobos sob o mesmo teto. A obrigatoriedade em abrigar desde adolescentes ingênuos – como os órfãos – até os traquejados no submundo das drogas impõe o alerta permanente [...] Um garoto surdo e com retardo mental, de 15 anos, foi internado [...] por decisão da justiça da infância e da juventude, sob a justificativa que não estaria seguro em casa. Lucas Ronaldo Martins Santos da Silva sucumbiu à malvadeza de outros adolescentes. [...] o monitor alertava no prontuário [...] A advertência não teve efeito. [...] os monitores alojaram Lucas Ronaldo para dormir na biblioteca, mas os ataques prosseguiram [...] A estrutura do Ingá Britta mostrou-se incapaz de defender o garoto surdo, enquanto a burocracia judicial prolongava uma solução. [...] De tanto apalpar, Lucas Ronaldo aprendeu a esboçar defesa, mas continuou presa dos que se tornam predadores diante dos mais fracos. [...] Morreu em 9 de maio deste ano, no Hospital Vila Nova, o corpanzil de 90 quilos reduzido pela metade. Na certidão de óbito, constou: ‘Insuficiência respiratória, broncopneumonia, retardo mental.’ [...] o monitor estava desalentado. [...] O equívoco da internação surgiu de outro erro. O pai de Lucas, o pedreiro João Dias da Silva Neto, 61 anos, foi apontado por um vizinho como suspeito de ter molestado a filha. Como ela é irmã gêmea de Lucas e também deficiente, a opção foi levar os dois para abrigos públicos. O pai se atormenta com o que considera injustiça [...] Silva Neto se emociona, ao lembrar do filho, a quem chama de ‘o finadinho’”

“A missão de acolher adolescentes de variados perfis quase provocou uma calamidade [...] um garoto de 13 anos poderia ter sido violado por outro mais velho. O menino de 13 anos estreava no abrigo, encaminhado pelo Conselho Tutelar, por não ter onde morar. Quando se preparava para dormir recebeu a visita de um adolescente de 17 anos. Os dois deveriam estar em casas diferentes. [...] O jovem de 17 anos toma um coquetel de quatro poderosos calmantes para inibir surtos psicóticos. Usuário de drogas, ficou 30 dias em uma clínica de desintoxicação. Foi enviado ao abrigo por tentar bater na mãe [...] o rapaz psicótico fuma sem parar [...]”

As narrativas acima mostram múltiplos conflitos, envolvendo os adolescentes abrigados: conflito com os funcionários do abrigo, entre os adolescentes de diferentes perfis, conflito interinstitucional, com a família e com a sociedade.

Um dos motivos de conflito, entre os adolescentes e os guardas, é a resistência dos adolescentes, em se submeterem à revista íntima “O guarda tenta afrouxar o cinto do garoto, mas leva um tapa na mão. Em seguida o revoltoso pega a muleta de um colega [...] e ameaça golpear”. A narrativa sugere desobediência às normas, mas também desejo de privacidade. O vício do cigarro e a restrição de certos locais é outro aspecto que tenciona essa relação: “Um adolescente de 15 anos quer fumar dentro da sala de TV. Um guarda explica que não pode. Ele insiste, teima [...] entra fumando no local proibido”. O conflito se desenrola por conta da teimosia, rebeldia e dificuldade em acatar as ordens. O conflito aumenta pelo prazer de enfrentar e desafiar a autoridade, a exemplo de outros adolescentes que convivem com as famílias e desafiam a autoridade paterna ou materna. Nova tensão se dá, quando os guardas separam brigas: “se atacam, o garoto é imobilizado [...] dedo da mão torcido [...] desfere um pontapé na perna do guarda”

As narrativas sugerem que os guardas usam várias técnicas, para suas intervenções, que vão do diálogo, passam pela força, até a possibilidade de machucar: “Um guarda explica que não pode”, “O guarda tenta afrouxar o cinto do garoto”, “o garoto é imobilizado”. Os adolescentes, por sua vez, começam ameaçando, desobedecendo e chegam à agressão [...] ameaça golpear”, “teima [...] entra fumando no local proibido”, “desfere um pontapé na perna do guarda.” A ocorrência desses conflitos sinaliza para uma relação de confronto e um certo “dente por dente e olho por olho”.

Na narrativa “Os tios da sinaleira são induzidos ao erro”, ironicamente, o narrador nomina os motoristas de “tios”, a forma como os meninos os chamam, para mostrar, que são vítimas, porque “induzidos”. As pessoas dão “inocentes moedinhas” e, assim, cada um “se imagina um benfeitor, alivia a consciência”. Em um segundo momento, o narrador desloca os “tios” vítimas, para o papel de vilões, porque, “Em vez de ajudarem, empurram os jovens para o lodo movediço dos entorpecentes.” Isso se evidencia, porque “As moedas e os trocados servem para comprar loló, maconha e crack.”, “o dinheiro é usado para comprar algo mais explosivo que dinamite: drogas.”

A narrativa, então, sugere ao leitor motorista e aos demais, por extensão, um duplo sentimento, primeiro de serem enganados, de fazerem papel de palhaço e, segundo, a responsabilidade, por estarem ajudando a alimentar o vício. Indica, também, ingenuidade, por parte dos motoristas, em acreditar, por exemplo, que a esmola destina-se à alimentação; e malandragem dos adolescentes, que enganam os motoristas e compram drogas, uma vez que se alimentam no abrigo.

Nos conflitos surgidos entre os adolescentes, o narrador destaca que: “Há três objetos de desejo que causam alvoroço entre os adolescentes”. Sugere que não é o objeto, em si, que causa conflito entre os personagens, mas o que eles significam, ou seja, o desejo de liberdade, através de “uma ficha de vale-transporte”; o desejo de alimentar o vício, “uma carteira de cigarro”; e o desejo de status social, tendo “um tênis de marca”.

Uma série de outros conflitos ganha espaço, por conta da “missão de acolher adolescentes de variados perfis”, no mesmo espaço. Isso lembra um cenário de selva, com “presas”, “predadores”, “lobos”. Com esse estilo sensacionalista, a realidade é exacerbada: “Não existe um dia em que os adolescentes não se xinguem, não se provoquem, não se desafiem”. Os conflitos ocorrem entre adolescentes com perfis extremos: “cordeiros e lobos”; “adolescentes ingênuos” e “traquejados no submundo das drogas”; “usuário de drogas” e o “rapaz psicótico”; “deficiente físico” e a “malvadeza de outros adolescentes”. Sugere que, nesse cenário de conflito generalizado, o diálogo não tem vez: “Qualquer rusga é motivo para agressões”, ou seja, ninguém se salva “mesmo entre bons companheiros [...] estão trocando socos e pontapés”. Para aumentar a tensão narrativa, o narrador se utiliza da técnica da observação e destaca a comunicação não verbal: “olhos coléricos, mãos crispadas”. Significa fúria, raiva, prontos para briga ou, na linguagem popular, que eles estão “cuspindo fogo pelos olhos”.

O narrador dá visibilidade, também, a conflitos interinstitucionais, entre a “justiça da infância e da juventude” e a equipe do abrigo, que alerta, mas não é ouvida: “A equipe não está preparada para lidar com as condições especiais do menino [...] o adolescente está sendo importunado por outro rapaz [...] Apresenta vários hematomas”. O conflito sugerido é por conta do poder público permitir que, no mesmo cenário, convivam adolescentes de diferentes perfis, representando uma ameaça, para os mais frágeis, e dificultando o trabalho dos técnicos. Conflito entre quem manda e não conhece a realidade e quem tem que obedecer, conhecendo o cotidiano dos abrigos: “o monitor estava desalentado”. Conflito com a sociedade, pelo fato de o poder público ignorar

que transformou o abrigo em um depósito humano, superlotado e subestruturado, onde vale a “lei da selva”.

A narrativa evidencia, também, conflito entre o abrigo Ingá Britta e a “burocracia judicial”, pois, por conta da demora em apresentar uma solução, o menino, portador de necessidades especiais, foi agredido até a morte: “A advertência não teve efeito [...] A estrutura do Ingá Britta mostrou-se incapaz de defender o garoto surdo, enquanto a burocracia judicial prolongava uma solução. [...] De tanto apanhar [...] Morreu em 9 de maio deste ano [...] o corpanzil de 90 quilos reduzido pela metade”

A narrativa sugere, também, conflito entre a equipe do Abrigo, que sabe que a morte do adolescente foi causada pelas constantes agressões sofridas e o Hospital Vila Nova. O hospital, para acobertar a morosidade e o erro judicial, emitiu certidão de óbito, onde constou: “Insuficiência respiratória, broncopneumonia, retardo mental”. Esses conflitos interinstitucionais atingem o receptor, uma vez que sugere revolta e indignação, diante do empenho dos monitores, para evitar que o pior ocorresse, ao mesmo tempo em que ressalta o descaso da justiça, ao que se percebe, a principal vilã na morte do menino.

Outros focos de conflito ocorrem entre a justiça e a família, e a justiça e a sociedade, pois o narrador denuncia equívocos e erros judiciais “O equívoco da internação surgiu de outro erro.” Primeiro suposto erro foi a justiça agir por força de uma suspeita: “O pai de Lucas, o pedreiro João Dias da Silva Neto, 61 anos, foi apontado por um vizinho como suspeito de ter molestado a filha [...] a opção foi levar os dois para abrigos públicos”. O segundo erro foi: “juntar cordeiros e lobos sob o mesmo teto [...] adolescentes ingênuos – como os órfãos – até os traquejados no submundo das drogas”. A consequência desse duplo erro foi a morte de um portador de necessidades especiais, por agressões sofridas no abrigo. A principal questão, aqui, está no fato de o poder público, que deveria oferecer proteção, acabar se transformando na principal ameaça à integridade física e psicológica do adolescente, levando-o à morte. Trata-se de uma triste ironia, onde o Estado assume o papel de vilão, e os cidadãos, de vítimas, sendo uma fatal e a outra “se atormenta com o que considera injustiça”.

Assim, nesse cenário de múltiplos conflitos, os diferentes personagens em confronto podem ser enquadrados como vilões, vítimas e heróis. Nessa trama, porém, os heróis não dão conta da solução, e a tensão narrativa permanece crescente e latente: “em alerta permanente”:

Vítimas: “adolescentes ingênuos – como os órfãos”, “cordeiros”, “presas”, “um garoto de 13 anos [...] estreava no abrigo”, “um garoto surdo e com retardo mental”, “João Dias da Silva Neto”, “Lucas Ronaldo Martins Santos da Silva”, “o finadinho”, “mais fracos”, “motoristas”.

Vilões: “burocracia judicial prolongava uma solução”, “foi internado [...] por decisão da justiça da infância e da juventude [...] do equívoco da internação surgiu de outro erro”.

Auxiliares de vilões: “traquejados no submundo das drogas”, “um adolescente de 17 anos [...] usuário de drogas”, “lobos”, “predadores”, “motoristas”.

Heróis: “o monitor alertava no prontuário [...] A advertência não teve efeito. [...] os monitores alojaram Lucas Ronaldo para dormir na biblioteca, mas os ataques prosseguiram”.

Os conflitos revelam a deficiência da rede municipal de abrigos, para a infância e adolescência. Da mesma forma que no exemplo dos presídios, essas instituições, ao invés de recuperarem, propiciam um ambiente de aprendizagem e aprimoramento de comportamentos desumanos e antissociais. Por paradoxal que seja, esses comportamentos surgem, até mesmo como proteção da própria vida, em um local que, em tese, deveria protegê-los. Trata-se de verdadeiros depósitos humanos, onde vale a “lei da selva”.

5.6.1.5 Estratégias objetivadas

Poder Público

“A orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente é que se acolha diferentes perfis. É o desejável, o adequado, porque a diversidade ajuda no desenvolvimento e evita o estigma. Mas a intenção nem sempre é positiva. Às vezes ela não deve ser feita [...] A prefeitura está revisando o modelo de abrigagem. A decisão é de não expandir a rede. A curto prazo o plano é transformar os grandes em pequenos abrigos, e próximos à comunidade. Serão do tipo casa lar e residencial. (Léo Voigt, coordenador do Núcleo de Políticas Sociais da Prefeitura)

“Na Idade Média a esmola atenuava o sofrimento humano. Hoje, ela é bastante nociva, porque financia a criança fora da escola e o uso de drogas. O maior problema é a população que se sente culpada ao não dar esmola. Atualmente é um problema urbano porque coloca as crianças na rua, nas sinaleiras, em situação de alto risco. [...] As pessoas podem ajudar no seu bairro colaborando com as entidades de proteção à infância. Porto Alegre tem 480 ONGs atendendo crianças, de diferentes perfis. A ajuda pode ser com doações, conhecendo a obra, fazendo

voluntariado, de várias formas. A solução começa pela comunidade.[...] A Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), da prefeitura, aceita doações pelo fone [...] sites ajudam a participar [...]"

“A droga é um fenômeno em expansão, mas os serviços públicos quase não existem. É um buraco negro na rede de atendimento a crianças e adolescentes. Não há lugar para internar os dependentes. [...] É necessário providenciar uma estrutura com atendimento integral, para a desintoxicação, a recuperação e o retorno à escola. A prefeitura pretende fazer convênios para minimizar a situação.”

“Há uma insuficiência de atividades culturais, esportivas e de lazer complementares à abrigagem. Os adolescentes têm uma vitalidade incrível. Nunca há atividades que chegue, faltam profissionais nessa área”.

“O grande esforço dos abrigos é que o adolescente estabeleça novas referências. Durante a abrigagem, é importante que o jovem participe de uma rede de inclusão, na qual ele acesse programas de capacitação. Com outros vínculos, ele não precisará correr riscos ou voltar para o narcotráfico [...]”.

A narrativa do poder público, através de estratégia objetiva, teve espaço, sempre, em forma de box. O personagem falou sobre questões que envolvem a problemática em pauta, como o modelo de abrigagem do Ingá Britta, onde se misturam diferentes perfis de adolescentes; as implicações da esmola; o tratamento para os dependentes de droga; as atividades esportivas e culturais, desenvolvidas no abrigo; e sobre a saída do adolescente, ao completar 18 anos.

A declaração “A orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente é que se acolha diferentes perfis. É o desejável e adequado, porque a diversidade ajuda no desenvolvimento e evita o estigma. Mas a intenção nem sempre é positiva. Às vezes ela não deve ser feita” significa uma crítica ao ECA e destina-se a se eximir da problemática. Assim, atribui a responsabilidade ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como a sugerir que “de boa intenção o inferno está cheio”. O personagem público omite, porém, sem ser questionado, que o ECA recomenda que os diferentes perfis não estejam na mesma casa, mas em casas diferentes. Isso evidencia um forte conflito entre quem faz as leis, quem aplica e quem vive a realidade aplicada. Para apresentar as soluções do problema, a narrativa usa as expressões: “está revisando”, “A decisão é de não expandir”, “o plano é transformar”, “serão do tipo”. Percebe-se, portanto, que a solução ainda está distante, sem data para acontecer, uma vez que se encontra no estágio da “revisão”, “do plano” e do “serão”. O jornal, como espaço e sujeito narrativo, cumpriria sua função pública, se, após dois anos dessa promessa, voltasse para ver e mostrar, aos seus leitores, os feitos ou desfeitos.

A comparação feita pelo personagem público, sobre a esmola na Idade Média e na atualidade, faz o leitor, que tem o hábito de dar esmola, se sentir no período medieval, pelo fato de pensar que seu ato diminui “o sofrimento humano”, ou deslocar-se para a atualidade e sentir-se vilão: “porque financia a criança fora da escola e o uso de drogas.” Por outro lado, ao leitor que não costuma dar esmola, é proporcionada uma sensação de herói, por contribuir para que as crianças estejam na escola e distante das drogas. O personagem concentra a responsabilidade, na crise de consciência da população: “O maior problema é a população que se sente culpada [...] é um problema urbano porque coloca as crianças na rua.” Reforça a culpa da população e o papel de vilã, uma vez que seu ato: “coloca as crianças na rua, nas sinaleiras, em situação de alto risco”, ou seja, não é a situação de pobreza e as múltiplas privações que os levam às ruas e, sim, as esmolas. Em seguida, a narrativa ensina os vilões como podem se transformar em heróis e livrarem-se da culpa: “podem ajudar no seu bairro colaborando com as entidades de proteção à infância. [...] A ajuda pode ser com doações, conhecendo a obra, fazendo voluntariado, de várias formas.” Volta a atribuir a responsabilidade à coletividade: “A solução começa pela comunidade.” Para agilizar o processo de libertação de uma culpa, que é mais do poder público do que da sociedade, e assumir o papel de herói, o personagem público disponibiliza a mediação tecnológica: “aceita doações pelo fone [...] sites ajudam a participar [...]”. Sugere uma passagem: da cultura da esmola para a solidariedade virtual.

Ao se referir ao tratamento dos dependentes de droga, limita-se a diagnosticar: “um fenômeno em expansão, mas os serviços públicos quase não existem. É um buraco negro [...] Não há lugar”; e a adiar a solução: “[...] É necessário providenciar [...] A prefeitura pretende fazer”. O mais importante e concreto não é dito: quem providenciará a estrutura? quando e com quem a prefeitura pretende fazer convênios? . Esse tipo de soluções evasivas evidencia a ineficácia dos serviços públicos e a falta de comprometimento político, com esse público e com essa problemática. Trata-se de uma fala pública, que se presta a postergar a solução do problema em pauta. Isso significa que não há uma “proposta planejada de enfrentamento” (DEMO, 2007) dessa problemática crescente. Assim, sem uma política social, o problema continua crescendo à revelia, pois, ao contrário do que canta Milton Nascimento, “Quem não sabe não faz a hora”, mas vê a situação se agravar. Cabe indagar, então, se é uma questão de incompetência pública ou de falta de vontade política.

No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, o personagem diagnostica que “Os adolescentes têm uma vitalidade incrível”, “Há insuficiência de atividades”, “faltam profissionais”, “nunca há atividades que chegue”. Ele se limitou a diagnosticar, sem apontar soluções. Além disso, sua narrativa é contraditória, pois, como pode afirmar que “Nunca há atividades que chegue”, se admitiu que “Há uma insuficiência de atividades [...] faltam profissionais nessa área.” Mais uma vez, fica evidente o descaso público com a problemática e com as pessoas em causa.

O discurso sobre a saída dos jovens, ao completarem 18 anos, é politicamente correto: “Durante a abrigagem, é importante que o jovem participe de uma rede de inclusão, na qual ele acesse programas de capacitação. Com outros vínculos, ele não precisará correr riscos ou voltar para o narcotráfico”. O personagem fala, no entanto, sobre a extensão e a consistência desta “rede de inclusão”. Apesar desse discurso politicamente correto da autoridade, o episódio mostrou apenas um jovem fazendo curso de serralheiro no Pão dos Pobres, e outros dois, sem vínculos, precisaram correr riscos e apareceram mortos, logo após o desligamento do abrigo. O leitor que fizer o cruzamento dessas informações irá deduzir que se trata de uma “rede de inclusão” mais imaginária do que real, ou, no mínimo, insuficiente para atender à demanda.

Caberia ao narrador, no papel de “participante justo”, questionar em que medida a “rede de inclusão” dá conta da demanda e, também, questionar a inexistência de uma casa de passagem, que barateie as despesas iniciais, até o ex-abrigado firmar-se de forma independente. Esse questionamento é importante, até porque, se o emprego está difícil para os que tiveram todas as oportunidades de desenvolvimento humano e social, é natural que essa condição se agrave para os desiguais.

A estratégia de colocar a fala do poder público, à parte do texto, em forma de box, preserva do embate e impede a tensão com as falas dos demais personagens e instituições, como requer a complexidade da questão abordada. Dessa forma, o representante público, comodamente, se posiciona diante das necessidades de solução para as problemáticas apresentadas, de forma politicamente correta, evasiva, genérica ou postergada. Trata-se de uma estratégia inadequada, por parte do jornalista, como “participante justo”, a fim de pressionar para que o poder público dê conta de suas responsabilidades. Nesse cenário de resguardar o poder público, questões fundamentais deixaram de ser problematizadas, como:

- a super lotação do abrigo;

- a localização, porque próximo ao centro e não em uma chácara, com contato com animais, plantas, terra e mais distante das ruas;
- a insuficiência de atividades educativas e culturais;
- o nível de atendimento, se é especializado ou limita-se a um local fechado, próximo ao centro e com regras rígidas;
- a consistência da rede de inclusão, uma vez que apareceu apenas um adolescente frequentando curso profissionalizante, no Pão dos Pobres;
- se é qualificado, a ponto de poder conquistar a confiança dos adolescentes e trabalhar a reaproximação com a família, através de programas de apoio sociofamiliar;
- a inexistência de um albergue, para os maiores de 18 anos poderem morar, até obter a autonomia;

Portanto, faltou discutir que cabe ao Estado, por exemplo, diante da produção de uma insegurança vital das famílias, pela incapacidade de sustentar seus próprios filhos, dar condições para essas crianças sejam cuidadas e mantidas em seus próprios lares, e não recolhidas em abrigos prisionais. Talvez aí esteja uma explicação pela pobreza ser histórica e parecer nunca acabar. O problema esteve muito mais na retórica dos governos, nos jogos políticos e, às vezes, também, na narrativa jornalística. Nesses contextos discursivos, os pobres são ignorados como pessoas capazes de serem sujeitos e enquadrados em categorias oprimidas ou de eternos dependentes da ajuda pública.

Estratégias objetivadas - Adolescentes

“Chinezinha que rebola, rebola, e fica suadinha”. (um adolescente)

“E aí, vai te mixar?”. (um adolescente)

“Vadia e vaca”. (um adolescente)

“E o que tu tem a ver com isso?”. (adolescente de 15 anos)

“Não vou baixar [...] vai quere ver a minha p.... [...] Não vem com sermãozinho. Tu manda no abrigo, mas não manda na minha vida”.(um dos internos mais rebeldes, 15 anos)

“Vou levantar aquele ali e o negãozinho também”. (adolescente de 16 anos)

“Ó, véia, não vou esquecer o que tu fez. Vou te estuprar e deixar uma marca na tua cara.” (um jovem usuário de droga)

“Vou dar 2 tijoladas nele.” (um adolescente)

“Deixa, quando anoitecer, vamos te pegar”. (um adolescente)

“Olha eu quero um tênis novo, senão vou armar um bolo.”

“Tem duas opções: ou tu vira ladrão ou tu vira carroceiro [...] Não sei seu. Não sei se vou meter um tráfico, quando fizer 18 anos, ou se vou virar cafetão.” (Adolescente nascido em uma vila de Porto Alegre)

“Ele fica aqui só armando bolo. A gente, que faz as atividades, não ganha. Isso que irrita o cara”. (um adolescente)

“Vai na fé, vai na fé.” (adolescente)

“Ela me trata bem”. (adolescente de 16 anos, órfão)

“Bah, fiquei muito irritado. Nunca faltei na escolinha de futebol, queria ficar sem nenhuma falta.” (um adolescente)

“Não vou mais fazer essas coisas”. (Vilson, 18 anos)

“Bah, fiquei com medo que viessem me tirar daqui. Não tenho onde ficar”,
 “Boa, não. A gente luta com as garras que tem. Será que vão tirar a gente daqui?” (Mauro Maximiliano da Silva Matos, 20 anos, ex-abrigado)

As narrativas acima, na sua maioria, mostram comportamentos, socialmente desaprovados, como ameaças, desrespeito, provocação, deboche e indisciplina. Poucas remetem a sentimentos e comportamentos socialmente exemplares.

A expressão “chinezinha que rebola, rebola, e fica suadinha” dirigida a um personagem masculino significa um deboche erótico, que envolve possível preconceito, relativo às questões de gênero e etnia. Já a narrativa “E aí, vai te mixar?” significa uma provocação, para que o outro não se encolha, não desista e parta para uma ação.

As palavras “vadia e vaca” proferidas por um adolescente à monitora de 56 anos mostra desrespeito humano, com o agravante de ser uma pessoa mais velha e que exerce certa autoridade.

de. Significa, também, uma comparação com prostituta que, numa linguagem chula, é “vadia”, e com um animal, “vaca”

A fala do menino “E o que tu tem a ver com isso?” foi produzida em resposta à ordem da monitora, para que ele parasse de jogar, porque estava com a perna engessada. Sugere irritação e dispensa da preocupação, provavelmente porque não reconhece nela alguém que possa orientá-lo, como seria o caso de uma mãe.

As expressões de negação, “Não vou baixar [...] Não vem com sermãozinho”, mostram um perfil desobediente, indisciplinado, que não se adapta às normas e regras sociais, mas, também, um desejo de privacidade, de não querer ser revistado, tirando a roupa em público.

Uma série de narrativas evidencia a familiaridade, dos adolescentes em estado de risco, com uma cultura que remete à chantagem, à extorsão, à intimidação e à advertência, comportamentos que podem ter sido aprendido nos diferentes ambientes de sociabilidade, por onde passaram, como a família, a escola, a rua e o abrigo. Assim, eles expressam ameaças: “Vou levantar aquele ali”, “não vou esquecer o que tu fez. Vou te estuprar e deixar uma marca na tua cara.”, “Vou dar 2 tijoladas nele”, “quando anoitecer, vamos te pegar”, “Olha eu quero um tênis novo, senão vou armar um bolo.”

A marca binária, “duas opções”; o desatino, “Não sei seu”; o artigo de exclusão “ou”, na narrativa do menino, que fala sobre o que vai fazer, quando completar 18 anos e tiver que sair do abrigo, são expressões da falta de perspectiva para o futuro e, também, de que o abrigo não dá conta de prepará-los para a saída. A consequência, além da falta de alternativas, é que o caminho do crime se atravessa entre essas poucas opções: “vira ladrão [...] meter um tráfico [...] virar cafe-tão” ou, na melhor das hipóteses, surge para esses rapazes a opção do subemprego, “carroceiro”. Essa fala, de quem nasceu e está crescendo em ambientes impróprios para crianças e adolescentes, primeiro sob a irresponsabilidade familiar, agora sob a irresponsabilidade do Estado, põe em cheque a existência da “rede de inclusão”, sugerida pelo representante do poder público. Pelo sim ou pelo não, fica o questionamento de por que esse é o horizonte que um menino de 13 anos, com acesso a uma rede de inclusão, consegue avistar, para o seu futuro.

A fala do personagem “Ele fica aqui só armando bolo. A gente, que faz as atividades, não ganha. Isso que irrita o cara” passa indignação, por um possível tratamento desigual e injusto, por parte dos monitores, em relação aos abrigados, ou seja, de premiar os irresponsáveis. Por outro lado, evidencia consciência e discernimento, sobre o que é certo e errado, “Ele fica aqui só ar-

mando bolo”; justo e injusto, “A gente, que faz as atividades, não ganha”. Mostra, também, a importância que ele dá para relações justas, “Isso que irrita o cara”, ou seja, não são outras coisas que o irritam.

O uso da gíria, “Vai na fé, vai na fé”, evidencia a espiritualidade do personagem. Segundo a descrição do narrador, essa expressão foi acompanhada de um abraço, a uma das monitoras que estava triste, pela doença de um parente. Isso significa, também, capacidade afetiva, solidariedade e fé. Parece uma tentativa do narrador de mostrar que, apesar de “medonhos”, eles são solidários, o que pode sugerir ao leitor que “nem tudo está perdido”.

A expressão “Ela me trata bem” é a justificativa do adolescente órfão, que presenteou uma monitora, com uma caricatura de massa de modelar. O gesto demonstra que, mesmo em um ambiente hostil, há reciprocidade afetiva, retribuição por um tratamento, supostamente, maternal, já que, segundo o narrador, o lema dessa monitora é tratá-los, “como se fossem meus filhos”. Fica implícito que, se ela o tratasse mal, ou não fizesse esse exercício de empatia, ele não teria motivos para esse gesto de carinho.

A fala do adolescente “Bah, fiquei muito irritado. Nunca faltei na escolinha de futebol, queria ficar sem nenhuma falta” mostra indignação, mas, também, responsabilidade. Além disso, destaca o potencial do esporte, no desenvolvimento das crianças em estado de risco. Nessas atividades, eles aprendem responsabilidade, disciplina, espírito de equipe e ainda são ajudados na esperança e motivação de um futuro promissor.

A promessa do jovem “Não vou mais fazer essas coisas”, feita à irmã, ao sair do abrigo, não foi suficiente para evitar que o rapaz fosse assassinado, um dia após completar 18 anos. Isso sugere a armadilha que representa o envolvimento com o tráfico, popularmente falando “fácil de entrar, difícil de sair” e, também, a falácia da “rede de inclusão”, citada pelo representante do Estado. A alusão genérica “essas coisas” mostra cuidado, medo, proibição, até no falar, sobre algo tão ameaçador e perigoso como as drogas.

Com uma expressão gauchesca, o ex-abrigado responde ao cumprimento da assistente social do abrigo, que foi visitá-lo, debaixo da ponte da Av. Ipiranga: “Bah, fiquei com medo que vissem me tirar daqui. Não tenho onde ficar”. A narrativa mostra apego ao local, como se fosse sua própria casa, em ameaça constante de ser despejado, sem aviso prévio. A segunda narrativa, “Boa, não. A gente luta com as garras que tem. Será que vão tirar a gente daqui?”, é em resposta à pergunta da assistente social, se estava boa a vida na rua, uma vez que ele estava magro e sujo,

mas não aceitava ir para o abrigo dos adultos, onde tem comida, banho e cama. A justificativa da recusa, segundo o narrador, é porque não gostava de levantar às 6h da manhã, o que sugere que ele mora debaixo da ponte, porque é preguiçoso. No entanto, a fala do personagem, admitindo que “Boa, não. A gente luta com as garras que tem”, questiona, ou, no mínimo, complexifica o perfil de “preguiçoso”. Primeiro, porque admite que a vida não é boa; segundo, porque fala em necessidade de “luta”, “garra”, que indica esforço, batalha; e terceiro, porque sua recorrente preocupação com o espaço em que vive, “Será que vão tirar a gente daqui?”, “Bah, fiquei com medo que viessem me tirar daqui. Não tenho para onde ir”, significa sua necessidade de pertença a um local que não seja público como um abrigo. Ele demonstra a necessidade de um local, onde possa deixar seus pertences que, para os demais, são lixo, coisas que ele não tem permissão para levar ao abrigo.

A expressão “Não tenho para onde ir” confirma que o personagem não reconhece o abrigo como possibilidade de sua “casa”, mas debaixo da ponte, sim, apesar da sujeira e da insalubridade. Isso sugere a necessidade de o Estado repensar a sistemática de abrigos para adultos, apenas como espaço para pouso e comida, pois esses personagens se nominam como “a gente” e, como tal, ao contrário do que uma parcela da população possa pensar, não se satisfazem apenas com comida e poso. A situação, portanto, requer uma política social de inclusão ampla, que dê conta dos demais direitos.

Portanto, na fala dos adolescentes, predominam as expressões que contribuem para eles mesmos legitimarem as nomeações e caracterizações negativas, feitas pelo narrador. Essas expressões remetem a personagens brigões, debochados, mal educados e hostis. Das demais falas, uma revela o desatino e a falta de perspectiva de futuro, de um personagem; outra se destina a mostrar o lado solidário de um grupo; outra, ainda, evidencia o senso de responsabilidade e justiça de um adolescente.

Estratégias objetivadas - Familiares

“Durmo pensando nessa calúnia. Quando me tiraram os filhos pensei até em fazer uma bobagem”.

“Tenho levado tanto culape na vida”, “o finadinho”.

(João Dias da Silva Neto, 61 anos, pai de Lucas, agredido até a morte)

“É uma dor que não diminui. Ela aumenta, aumenta, aumenta mesmo.” (Maslova Dalila Brito, 50 anos, mãe de Lenine, de 16 anos, morto na rua)

“Eu lavo as minhas mãos’. (Mãe de um menino de 13 anos)

“Não quero meu filho na minha casa, isso porque está roubando [...] vou acabar cortando suas mãos com faca”. (Pai do menino de 13 anos)

“Bichinhos do mato”.

“Não é que eu não queira. Eu não posso. Não vou arriscar os outros, é complicado. Tenho que protegê-los. A droga depois que entra numa família mina tudo”. “A sinceridade. [...] Não posso pedir mais isso a ela, a senhora entende. [...] “, “Te cuida negão”.

(avô de um órfão de 15 anos e que cuida dos demais seis irmãos)

“Olha, agora que tu tá fazendo 18 anos, se tu fizer alguma coisa, tu vai preso.....”. (irmã de Volney Souza Junior)

“Sabia que ia acontecer. Avisava, avisava....”. (Volnei José de Souza, 48 anos, pai de Volney Souza Junior)

“Bah, o guri não olha no olho da gente [...] Fiquei com pena, é o meu sangue”. (tia, mãe de cinco filhos)

“Está surpreendendo nós, graças a Deus. Valeu a pena o esforço [...] Acompanho ele, para que não saia mais do caminho” (vó 67 anos do jovem de 19 anos)

A fala dos familiares foi destinada a expressar diferentes sentimentos e comportamentos, como afeto, acolhimento, dor, revolta, rejeição e prevenção. A citação do nome e idade dos pais contribui para esclarecer a opinião pública que, ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos abrigados não é composta por órfãos. Assim, a citação do nome é uma forma de responsabilizar os pais, publicamente, pelo abandono. Em outros casos, onde se trata de personagens vítimas, o nome e a idade reforçam o estado vitimado, despertando o sentimento de pena nos leitores.

A narrativa do personagem de 61 anos, “Durmo pensando nessa calúnia. Quando me tiraram os filhos pensei até em fazer uma bobagem”, remete a um tipo de pai para o qual os filhos são o sentido da própria existência. Expressa dor, tristeza, revolta e desatino, primeiro pela “calúnia”, e segundo, pela dupla perda do filho: a separação, com a ida para o abrigo e, depois, com a morte. A fala do personagem sugere uma injustiça cometida pelo poder público, que quase o levou a cometer o suicídio, identificado por ele de “bobagem”. O personagem se reconhece no papel de vítima: “Tenho levado tanto culape na vida”. Significa que sua trajetória de vida tem sido marcada por muitas perdas, injustiças, sacrifícios e dificuldades. Nesse cenário, restou apenas o tratamento afetivo ao filho morto, “o finadinho”. Esta narrativa, em forma de estratégia objetiva,

provoca, também no leitor, revolta e indignação, pelos possíveis erros e injustiças do Estado, ao retirar o filho do pai para proteger, mas, ao invés de proteção, lhe tirou a vida.

A narrativa materna, “É uma dor que não diminui. Ela aumenta, aumenta, aumenta mesmo”, demonstra um tipo de mãe para a qual os filhos representam a alegria de viver, e sua ausência, a tristeza de viver. A força de expressão das palavras repetidas, pela personagem materna, dá a dimensão de uma dor racional e emocional que o tempo não abrande; ao contrário, “não diminui”, “aumenta”, “aumenta”, “aumenta mesmo.” Essa repetição e multiplicação do sentimento materno, em forma de um processo crescente, atinge, de uma forma ou de outra, o leitor, imaginando, sentindo ou se solidarizando, com a personagem vitimada pela dor da perda. Esse estado de luto permanente, “mesmo”, e crescente, “não diminui, aumenta”, reforça no leitor o dito popular de que não há dor pior que de uma mãe ter que enterrar o próprio filho. Isso se evidencia porque há uma inversão da ordem natural, ou seja, a mãe de 50 anos perdeu o filho de 16 anos.

A terceira narrativa representa os pais, cujos filhos são tidos como desgraça da vida: “Eu lavo as minhas mãos”, “Não quero meu filho na minha casa, isso porque está roubando [...] vou acabar cortando suas mãos com faca”, significa desistência do filho de 13 anos. Isso evidencia um forte conflito familiar, que resulta em uma dupla rejeição ao filho, primeiro da mãe que, imitando Pilatos, se exime da responsabilidade e passa o problema em frente para o ex-marido, “Eu lavo as minhas mãos”. A segunda rejeição se dá por parte do também “ex-pai”, que, apesar da posse “meu filho”, nega proteção. Ele afirma: “Não quero”, referindo-se à possibilidade de ter o menino na sua residência: “minha casa”. A rejeição paterna é justificada, para evitar uma possível tragédia: “vou acabar cortando suas mãos com faca.” Essa dupla rejeição é confirmada pelo plantonista do abrigo, que registra, no cadastro do menino: “Os pais não quiseram assumir”. Esse cenário de desistência de paternidade remete a uma realidade, onde, juntamente com o fim de muitos casamentos, ocorre também a desagregação total das famílias, pelo abandono e rejeição aos filhos do primeiro casamento. O jogo de linguagem, mas também de ‘empurra–empurra’ - “Eu lavo as minhas mãos”, “Não quero meu filho na minha casa” - reforça a “rejeição” e justifica, ao leitor, o fato de o narrador identificar o abrigo como “o endereço dos rejeitados” e dos “adolescentes que ninguém quer”. Dessa forma, torna-se mais natural que a sociedade também rejeite o que os próprios pais não quiseram. Por outro lado, é gritante, ao leitor-cidadão, o fato de que até o Estado “lave suas mãos”, limitando-se a disponibilizar um abrigo sem estrutura adequada, para o enfrentamento dessa problemática social.

A justificativa do avô, “Não é que eu não queira. Eu não posso. Não vou arriscar os outros, é complicado. Tenho que protegê-los. A droga depois que entra numa família mina tudo”, é uma resposta à assistente social que tentava a reinclusão familiar do adolescente abrigado que, segundo o narrador, “gemia de saudade dos irmãos”. As explicações do avô mostram uma atitude extrema, tipo “salva-se os que pode e rejeita-se os demais”. Isso significa uma rejeição, mas uma rejeição preventiva, porque o neto maior se envolveu com drogas, ou seja, o avô-pai não quis correr o risco de, ao acreditar na recuperação e tentar salvar um, perder todos pela contaminação da convivência. Outra justificativa, para a rejeição, é que o avô está no segundo casamento, ou seja, a esposa não é avó das crianças, mesmo assim, aceitou criá-las. Então, “Não posso pedir mais isso a ela, a senhora entende”. Esta fala sugere que seria abusar da boa vontade da esposa pedir que ajude a criar, além das seis que já cuida, mais um e, ainda, com problemas de droga.

O avô, que vive com o salário de porteiro, preferiu ficar com os que transformou de “bichinhos do mato” em, segundo o narrador, “orgulhos do avô [...] todos limpinhos, unhas aparadas, dentes escovados, obedientes e estudiosos”. A nomenclatura “bichinhos do mato” é uma alusão à condição de sujos e assustados, dos netos órfãos, quando o avô os assumiu, por ocasião da morte dos pais. As últimas palavras do avô, ao neto maior, “Te cuida negão”, se referem à despedida, que, segundo as observações do narrador, foi “sem apertos de mãos e afagos”, ou seja, uma despedida fria. Nesse sentido, a expressão “te cuida” sugere delegação do cuidado ao próprio adolescente, um ato simbólico de descomprometimento, porque comprometido com os demais que não se envolveram com drogas. Sem responsabilizar o avô, o narrador informa que, no primeiro dia após a visita, o adolescente, que “gemia de saudade dos irmãos”, fugiu do abrigo. Esse cenário causa comoção ao leitor, pois, de um lado, é compreensível a atitude do avô, mas, por outro, evidencia-se a compaixão pelo fato de o rejeitado não ter tido a chance de recuperação, no convívio familiar. Assim, com saudade, sozinho e sem esperança de retorno, o narrador informa que ele “fugiu” do abrigo. Permanece no papel de vítima, até não cometer uma ação socialmente desaprovada, que o deslocará para o papel de vilão.

A narrativa “Olha, agora que tu tá fazendo 18 anos, se tu fizer alguma coisa, tu vai preso...” significa um alerta, um conselho, uma orientação da irmã que prepara o irmão para enfrentar a responsabilidade criminal, que a maioria implica. Previne “se tu fizer alguma coisa”, o “alguma coisa”, aqui, significa algo errado, legalmente condenável, como, por exemplo, o envolvimento com drogas. Sugere que, se antes fazia algo errado, a lei o protegia, mas, agora, com

18 anos, “vai preso”. Ao contrário da irmã, a narrativa do pai indica que ele não tinha esperança, e que, mais dias, menos dias, esperava pela ocorrência: “Sabia que ia acontecer”. Esse “saber” paterno pode ser decorrência da experiência cotidiana, morando em uma das vilas mais violentas de Porto Alegre, a Vila Jardim, onde o filho foi assassinado um dia após ter completado 18 anos. Na expressão “Avisava, avisava....”, o personagem sugere que não foi por falta de aviso e, também, que, como pai, lava suas mãos pelo ocorrido, porque julga que fez sua parte. Observa-se que, tanto na fala da irmã, “se tu fizer alguma coisa”, como na do pai, “Avisava, avisava”, fica subentendido que essa “alguma coisa” refere-se às drogas e “avisava, avisava” tem implícito que o aviso era para não se envolver com drogas. Há o cuidado de se proteger ou o medo de se comprometer. Daí a estratégia de falar com meias palavras, sem citar, diretamente, o tráfico de drogas ou pessoas envolvidas. O leitor chega a essas conclusões, a partir da informação de fonte policial, que o ex-abrigado foi assassinado por traficantes.

“Bah, o guri não olha no olho da gente”, além de a expressão indicar o gauchismo da personagem, refere-se ao comportamento arisco e desconfiado do sobrinho, que havia escapado da sentença de morte de um traficante. Evidencia, também, a força dos laços sanguíneos, pois, apesar de ser mãe de cinco filhos, aceitou o sobrinho em sua casa: “Fiquei com pena, é o meu sangue”. A “pena” também se refere às condições físicas do sobrinho, 10 quilos mais magro. A fala da avó, que mora com a filha, indica orgulho, diante da superação das expectativas positivas do comportamento do Neto e gratidão a Deus, “Está surpreendendo nós, graças a Deus”. Ela se sente recompensada, afirmando: “Valeu a pena o esforço”. Apesar de o jovem ter 19 anos, manifesta cuidado e proteção: “Acompanho ele, para que não saia mais do caminho”. A determinação da personagem, de 67 anos, em acompanhar o neto, de 19 anos, como se tivesse nove anos, evidencia a necessidade de segurança e apoio do jovem, nesse recomeço. Por outro lado, a expressão “não saia mais do caminho”, ainda que não explicita claramente que caminho é esse, sugere um percurso já sabido, no inconsciente coletivo, que se trata do caminho do bem, do caminho trilhado pela vó e pela tia. Fica evidente, portanto, que sair do caminho implica se envolver com drogas.

As falas acima, dos pais e avós, sinalizam para posturas diferentes, diante da problemática abortada. Essas posturas representam perfis de paternidade: pais que os filhos são a razão de viver; mães que os filhos são a alegria de viver; pais que os filhos são a desgraça de viver; avós que acolhem o “neto-filho pródigo”; e avós que rejeitam o “neto-filho pródigo”, como medida de pre-

venção para garantir a salvação dos demais, interrompendo o círculo vicioso dos pais das crianças, que se perderam no mundo do crime e das drogas.

Estratégias objetivadas - Equipe do abrigo

“Aqui é como uma goleira, mas de cristal”. (gerente do abrigo)

“Os pais não quiseram assumir”. (plantonista do abrigo)

“Não faz isso, tu vais prejudicar a tua recuperação. Para agora mesmo”. (monitora)

“É como se ganhasse um troféu”, “ gratificante mas espinhosa”. (monitora Patrícia Fernanda Aguiar Barbosa, 37 anos)

“A equipe não está preparada para lidar com as condições especiais do menino [...] Apresenta vários hematomas [...] o adolescente está sendo importunado por outro rapaz [...] Recebeu um tapa no pescoço [...] Novamente relato que Lucas tem sido agredido sistematicamente [...] Não era para ter vindo para cá.” (monitora)

“Baixa os panos”, “Mas tenho de fazê a revista”, “tu sabe disso nem precisaria te falar”.

“Mas já te disse que não pode”

“Fica quieto, cala a boca”. (guardas)

“Não me chama de vadia, porque podia ser tua mãe.” (Blanca Rene Gomes, 56 anos)

“Se não devolver não vai sair do abrigo”. (monitora)

“Nós é que estamos presos aqui dentro do abrigo”. (monitora)

“Ôooi, Mauuro, como é que vais?” “Então tá boa a vida na rua?” (assistente social, Leonilda Maria Foschiera)

“E aí? A cara é a mesma, deslavada de sempre!”, “E os modos dele, como estão?” (Pedagoga)

As narrativas acima mostram a percepção de diferentes personagens, que integram o cenário do abrigo público, sobre a atividade que desenvolvem, o público que atendem, os conflitos, as dificuldades e gratificações cotidianas.

A metáfora utilizada pelo gerente, para definir o abrigo “Aqui é como uma goleira, mas de cristal”, significa que, quando outras barreiras, como a familiar, institucional e social de contenção, já fracassaram, os adolescentes são jogados para lá, feito bolas na goleira. O fato de o ge-

rente destacar a característica da goleira, “mas de cristal”, sugere que se trata, não de bolas, mas de pessoas. Pessoas frágeis como o cristal, fáceis de quebrar, porque são frutos dos males do desemprego dos pais; da falta de planejamento e da desestrutura familiar; de problemas de alcoolismo dos pais; das drogas; da orfandade; e da desesperança. Todos esses problemas, quando não resolvidos, são chutados para o abrigo; por isso, a afirmação. A fala do plantonista do abrigo é um exemplo dessa realidade: “Os pais não quiseram assumir”. Isso significa a formalização do ato de rejeição, chegado ao extremo. O registro de negação de paternidade, no abrigo público, prova a desistência de um filho de 13 anos, agora entregue aos cuidados do estado.

O cuidado, a preocupação e a responsabilidade do monitor estão expressos na narrativa, “Não faz isso, tu vais prejudicar a tua recuperação. Para agora mesmo”. Trata-se de um menino que atacava, na goleira, com a perna engessada. No primeiro momento, o monitor pede e explica: “Não faz isso, tu vais prejudicar a tua recuperação”. Em seguida, ordena: “Para agora mesmo”. A fala dele assemelha-se a uma advertência paterna, diante das travessuras do filho.

O atleta vencedor ganha uma medalha ou um troféu de recompensa pela vitória. Com significado de vitória, a monitora expressa sua satisfação, diante do presente ganho de um adolescente de 16 anos: “É como se ganhasse um troféu”. Vitória, porque, quando ele entrou no abrigo, demorou para se adaptar e se integrar, mas, assim que ela lhe deu um pacote de massa de modelar, ele se transformou em artista e fez uma caricatura da monitora, para presenteá-la. Segundo o narrador, essa monitora tem como característica a de cuidar dos adolescentes, “como se fossem seus próprios filhos”. Assim, sua expressão manifesta afeto, carinho, valorização pelo trabalho feito e uma emoção e alegria maternal, pela evolução e abertura do filho. Ambos são vencedores.

A segunda fala da monitora, “gratificante, mas espinhosa”, define a sua forma de encarar a atividade, como uma missão que tem dupla face. Mostra seu lado maternal e paternal, na tarefa de cuidar, educar e impor limites aos adolescentes. Isso significa que, como na educação dos filhos, os pais têm momentos difíceis, árduos e penosos, mas também prazerosos; de proibição, mas também de permissão; de conflito, mas também de afeto; de brigas, mas também de abraços. O uso do “mas” relativiza o lado “gratificante” e reforça a face “espinhosa” da atividade.

Os registros da monitora - “A equipe não está preparada para lidar com as condições especiais do menino” [...] Apresenta vários hematomas [...] o adolescente está sendo importunado por outro rapaz [...] Recebeu um tapa no pescoço [...] Novamente relato que Lucas tem sido agredido sistematicamente” - significam consciência, responsabilidade e preocupação da equipe, pela falta

de condições técnicas e de infraestrutura para atender um adolescente portador de deficiência física e mental. O registro diário sobre o processo de espancamento, que levou o menino deficiente físico à morte, prova a morosidade, o descaso judicial e, ainda, um erro inicial de encaminhamento: “Não era para ter vindo para cá.”

O guarda refere-se à roupa do adolescente como “panos”, significa qualquer tecido sem medida, forma e estética que outros adolescentes, provavelmente, se negariam a usar. Lembra o costume dos abrigos onde as roupas são de uso coletivo, todos usam tudo, independente do tamanho, usa-se o que tem. Em seguida, remete a um já sabido, um acordo que é uma pré-condição para eles estarem no abrigo. O uso do “mas” referindo-se a um saber “tu sabe”, “tu já sabe”, “nem precisaria te falar”, serve para desarticular, deslegitimar qualquer negação ou desobediência dos abrigados em não cumprirem a ordem que também é um constrangimento de ficar nu para a revista. A última narrativa “Fica quieto, cala a boca” sugere imposição de limites diante da desobediência e também a perda de paciência do guarda pondo fim ao diálogo. Portanto, a fala dos guardas remete ao cumprimento das normas, manutenção da ordem, imposição de limites e proibições. Começa pedindo e acaba impondo. Diante da desobediência, o narrador observa que o guarda deposita em cima da mesa o que chama de “amansa louco”, ou seja, o cassetete. Sugere que os adolescentes são loucos e sempre que necessário amansa-os com o cassetete.

Com base na diferença da faixa etária, a monitora recorre a figura materna “podia ser tua mãe” para exigir respeito e impor limites “Não me chama de vadia”. Sugere que ele não chamaria a mãe de vadia, da mesma forma, não pode chamá-la que, de certa forma, representa a figura materna. Trata-se de situações constrangedoras que as monitoras enfrentam, a ponto de ser chamada de “vadia”, sinônimo de prostituta, aos 56 anos.

Bolo na gíria significa confusão, baderna. Diante dessa ameaça por parte de um adolescente a monitora teve bom humor e respondeu “Bolo? So se for de chocolate”. A estratégia do humor, da gozação, ao invés do enfrentamento, é capaz de desarmar o autor da ameaça, até porque, bolo de chocolate costuma ser o preferido entre as crianças e adolescentes. Assim o que era raiva pode transforma-se em riso e desejo.

É prática comum, na educação das crianças e adolescentes, os responsáveis usarem a tática do troca-troca, do “faz isso que te dou aquilo”, “não faz isso que te proíbo daquilo”. A narrativa da monitora “Se não devolver não vai sair do abrigo”, indica esse tipo de relação, ou seja, “devolve para poder sair” e não “devolve porque é certo”. Facilmente as crianças e adolescentes se

apropriam dessa cultura da chantagem e passam a reproduzi-la. Normalmente essa estratégia é usada como último recurso de convencimento, ou seja, quando a tolerância dá sinal de se esgotar.

A monitora critica o regime aberto do abrigo dizendo “Nós é que estamos presos aqui dentro do abrigo”. Sugere que os adolescentes deveriam estar presos. Lembra uma expressão muito usada pelo senso comum para manifestar a indignação diante da insegurança pública e a necessidade de gradiar as residências para proteção do cidadão: “Nós estamos presos enquanto os bandidos estão soltos”. Assim, a narrativa faz referência aos meninos que estão soltos como bandidos.

A forma de a assistente social cumprimentar o ex-abrigado, que mora debaixo da ponte da Av Ipiranga, mostra habilidade de chegar devagar, para dar tempo ao outro de reconhecer e assimilar a visita, sem se assustar “Ôooi, Mauuro, como é que vais?” Sugere também certa intimida, ou seja, cumprimento de velhos conhecidos com informalidade “Ôooi”, chamando pelo nome Mauuro”. O ex-abrigado estava magro e sujo e a assistente social convidou para ir a um abrigo de adultos e ele não aceitou por não se adaptar as normas e horários. Nesse contexto comunicacional surgiu a segunda narrativa “Então ta boa a vida na rua?”. Essa constatação em forma de pergunta, carrega um tom de ironia, ou seja, esta magro e sujo e não quer ir ao abrigo onde tem comida, banho, roupa limpa. Mesmo trabalhando diretamente com essa realidade percebe-se a dificuldade da assistente social entender possíveis motivos que o levam a preferir a sujeira e a insalubridade do local da rua e recusar o abrigo.

O estilo como a pedagoga do abrigo se dirige ao ex-abrigado em visita a família “E aí? A cara é a mesma, deslavada de sempre!” indica semelhança com a irreverência e o deboche dos jovens, o que serve como estratégia de aproximação. A expressão de “cara deslavada” significa cara de esperto, travesso, também safado e sem vergonha, mas mais no sentido de brincadeira do que pejorativo. Quanto ao questionamento direcionado à mãe do jovem “E os modos dele como estão?”, novamente percebe-se a habilidade técnica de se aproximar do outro através da linguagem que lhe é familiar. A expressão “modos” é entendida pela mãe que a pedagoga deseja saber sobre as atitudes, a maneira de ser e o comportamento do filho, se mudou ou não.

As narrativas acima mostram que a percepção dos personagens é que o abrigo é um local onde são jogadas as crianças e adolescentes rejeitados por uma série de problemas que outras instâncias familiares e sociais não conseguiram resolver. Mostrou também o registro da rejeição familiar e do descaso jurídico. Na relação com os adolescentes, percebem-se diferentes posturas e

sentimentos como: profissionalismo, afeto, cuidado, humor, mas também desmotivação, intolerância, desprezo, preconceito e insensibilidade.

Estratégias objetivadas - Internautas do clicRBS

Interessante destacar que, das treze folhas ocupadas pela série de reportagens, cinco foram destinadas à participação de 27 internautas do clicRbs (11 mulheres e 16 homens), que responderam perguntas feitas pelo jornal, sobre a problemática abordada. Pelo volume de narrativas, elas não serão descritas integralmente, mas registra-se que a maioria absoluta dos participantes apontou o investimento em educação, como alternativa ao enfrentamento da questão. Isto indica que esses cidadãos compreendem a importância de atacar a pobreza política, e não apenas a econômica (DEMO, 2007). As demais alternativas estão descritas e analisadas abaixo:

“Meninos cheiram loló. Um horror, e o poder público não faz nada, Até que aconteça algo bem grave talvez façam alguma coisa para incluir aqueles jovens que vivem ali.”(Fátima Krapf, Porto Alegre)

“Nota-se uma série de irregularidades com adolescentes. Não se vê nenhum membro do Conselho Tutelar atuando. É preciso o fortalecimento dos laços familiares” (Romeu Martins Viola, Porto Alegre)

“Ensinar os políticos que, para salvar as crianças, é preciso esporte e lazer.” (Marlini Eckerleben, Alvorada)

“Fiz denúncia, mas não houve ação”, “quando viaturas policiais passam por ali são ignoradas” (Pedro da Silva, Gravataí)

“Basta boa vontade e determinação dos órgãos responsáveis pela segurança e saúde física e psicológica desta população, que, a cada dia, fica mais marginalizada e sofre com a discriminação. Por que as políticas sociais não implantam com mais firmeza a capacitação desses jovens? Essa é a solução. A partir do momento em que o jovem se sentir útil e valorizado, terá sua auto-estima elevada.” (Ângela Maria Braga Knorr, Porto Alegre)

“Precisam de ajuda de instituições preparadas, com equipe técnica adequada, projetos sociais que atendam o usuário, a família e principalmente que desenvolvam a espiritualidade. Lembro que a prevenção é o instrumento mais eficaz.” (Ângela Gatelli, Gravataí)

“Os governos insistem em políticas assistenciais.[...] Infelizmente esse público não traz votos, e esses abrigos continuarão sendo uma espécie de tapete para onde são varridos os indesejáveis.” (César Louis, Porto Alegre)

“Investir na educação, em moradia, na saúde, ou seja, dar melhores condições de sobrevivência. Só assim conseguiremos fazer algo para tirar nossos jovens das ruas.” (Sílvia Cauduro, Porto Alegre)

“O primeiro passo a ser dado, no sentido de integrar o jovem de rua à sociedade é através do estímulo à auto-estima e do atendimento das necessidades primárias [...] Haverá custos nessa inserção, os quais deveremos considerar como investimento [...] para a construção de uma sociedade mais justa e humana.” (Índio Guilherme Bauer, Porto Alegre)

“A falsa caridade de dar esmolas é um ato de incentivar crianças e adultos nas ruas. [...] Os órgãos públicos devem fazer uma campanha de conscientização e divulgar seus serviços e entidades conveniadas para que sejam apoiadas pelas comunidades.” (Marco Antonio de Souza, Porto Alegre)

“Não bastam apenas recursos materiais, pois a grande carência das pessoas que vivem nessa situação é afetiva. [...] se tornaram insensíveis a todos e a tudo a sua volta. Somente com uma postura diferente da sociedade como um todo poderá ser modificada a condição dessas pessoas.” (João Horácio Borges, Restinga Seca)

“Temos que reconstruir a família. Será que não custa mais caro o adolescente em uma situação quase presidiária do que educá-lo em seu ambiente familiar?” (Lousena R. Cezar, Esteio)

“Não existem jovens de rua e sim jovens na rua. Planejamento familiar e uma rede de atendimento à família que busque sua reestruturação se tornam, essenciais” (Roque Fregapani, Porto Alegre)

“Oportunidade aos pais com melhores salários [...] a fome e a miséria é que levam nossa crianças e adolescentes para as ruas”. (Nadia Alves, Porto Alegre)

“[...] essas crianças trazem marcas e dores que talvez nem imaginemos” (Thaís Bampi, Gravataí)

“Não são seres de outro mundo e nem determinados a serem meninos de rua a vida toda”. (Charlon Zalewski, Santa Maria)

As primeiras oito narrativas, além de algumas analisarem a problemática e indicarem soluções, todas focam na crítica à inoperância e ineficácia do poder público e na natureza provisória e assistencialista das políticas sociais: “Um horror, e o poder público não faz nada”, “Não se vê nenhum membro do Conselho Tutelar atuando.” “Ensinar os políticos que, para salvar as crian-

ças, é preciso esporte e lazer.”, “Fiz denúncia, mas não houve ação”, “Basta boa vontade e determinação dos órgãos responsáveis pela segurança e saúde física e psicológica desta população”, “Por que as políticas sociais não implantam com mais firmeza a capacitação desses jovens?”, “Os governos insistem em políticas assistenciais.”

Outras três narrativas sugerem alternativas que envolvem parceria entre governo e sociedade, através de investimentos materiais e afetivos, campanhas e mudança de postura: “integrar o jovem de rua à sociedade é através do estímulo à auto-estima e do atendimento das necessidades primárias [...] Haverá custos nessa inserção, os quais deveremos considerar como investimento [...] para a construção de uma sociedade mais justa e humana”, “Os órgãos públicos devem fazer uma campanha de conscientização e divulgar seus serviços e entidades conveniadas para que sejam apoiadas pelas comunidades” , “não bastam apenas recursos materiais, Somente com uma postura diferente da sociedade como um todo poderá ser modificada a condição dessas pessoas.”

Percebe-se, também, a defesa do investimento na instituição família, para o enfrentamento preventivo do problema: “Temos que reconstruir a família. Será que não custa mais caro o adolescente em uma situação quase presidiária do que educá-lo em seu ambiente familiar?” “fortalecimento dos laços familiares”, “oportunidade aos pais”, “rede de atendimento à família”.

As crianças e adolescentes também são vistos como vítimas da pobreza econômica, “a fome e a miséria é que levam nossas crianças e adolescentes para as ruas”. Ao contrário das hipóteses de outros personagens, então, não é apenas o desejo de liberdade que atrai as crianças para a rua, mas a necessidade de sobrevivência. Trata-se de personagens que “trazem marcas e dores que talvez nem imaginemos.” Isso sugere que o que vemos pode ser pouco, diante do que eles passaram, na trajetória familiar, e enfrentam na rua. Nesse sentido, a narrativa desafia a um exercício de empatia, de imaginar que marcas e dores podem ser essas.

Por último, e para além das aparências e das condições existenciais, a narrativa chama a atenção para a identidade essencial desses personagens: “Não são seres de outro mundo e nem determinados a serem meninos de rua a vida toda”. Ao nominar que “Não são seres de outro mundo”, o texto usa uma forma de negação, para salientar que são desse mundo, ou seja, são seres humanos. Vê a problemática como possibilidade de intervenção, “nem determinados”, ou seja, eles estão na rua, mas como seres desse mundo, não são da rua. Hoje, estão, amanhã podem não estar, só dependem de oportunidades e intervenções. As demais nomações, atribuídas pelos internautas, remetem a um tratamento adequado e humanizado “Crianças e adolescentes”, “pes-

soas”, “jovens”, “população”; outros termos são afetivos e significam pertença a uma comunidade, “nossas crianças”, “nossos jovens”; e, ainda, há outros que denotam uma consciência de que esses jovens não pertencem à rua, mas situacionalmente estão na rua: “não existem jovens de rua e sim jovens na rua”.

5.6.1.6 Estratégias subjetivadas - Linguagem dramatizada

“A série de reportagens revela o drama protagonizado..”

“Um drama que choca a sociedade”.

“Formada a platéia, o adolescente entra fumando no local proibido. [...] os expectadores tratam de por mais lenha na fogueira.”

“O menino de 13 anos estreava no abrigo”.

“Cochichou sinistramente”.

“Na boléia de uma carrocinha tracionada por cavalo esqualido”.

“Tombou com cinco tiros nas costas diante da namorada”.

“Fulminada por um câncer”.

“O corpanzil de 90 quilos reduzido pela metade”.

“Capa da gaita (muito magro)”.

“Terremoto de problemas”.

“A mãe se afogava de aflição”

“Provocou uma calamidade”

“padece de um luto recorrente”

“Depositou o que chama de ‘amansa louco’ sobre a mesa, à vista dos adolescentes.”

“Inga Britta, aqui é como uma goleira, mas de cristal”.

“As inocentes moedinhas que os motoristas distribuem nas sinaleiras [...] têm o poder de convulsionar a rotina”.

“Um par de tênis estremeceu o Ingá Britta” .

A estrutura de linguagem dramática, das narrativas acima, remete ao conceito de “sociedade do espetáculo”, de Debord (1998), e “sociedade do infoentretenimento”, de Kellner (2006), ou seja, é a lógica espetacular, contaminando a natureza jornalística de construção da realidade. Como diz Marfuz (2003), é o estilo dramatizado se impondo como marca emblemática do jornalismo contemporâneo, pois consegue mobilizar a capacidade sensorial dos receptores. Essa lógica sensacionalista sobrepõe a estética a ética. Trata-se de uma configuração jornalística, que pode significar novos formatos de exclusão social e servir de contra-antídoto para a equidade social, como questiona Kellner (2006, p.145): “de que modo elas podem conter novas formas de domínio e opressão, bem como a sua potencialidade para democracia e a justiça social.”

Estratégias subjetivadas - Metáforas e analogias do mundo animal

“jovens desgarrados”, “adolescentes desgarrados”, “É como juntar cordeiros e lobos sob o mesmo teto”, “presa dos que se tornam predadores”, “Como uma topeira sob a ponte”.

“brigas ferozes”, “continuava enfurecido”, “grunhe ao ouvido”, “rugindo alto”, “Moram debaixo da ponte, nos porões da capital na companhia de ratos e baratas”, “Algemado, Edimilson demorou a esclarecer que tomada de luz não é focinho de porco”, “A mãe [...] matutava consigo mesma [...] dedicava-se para que nenhum dos pintos se afaste da ninhada”, “atraídos pela rua como mariposas pela luz”, “confinamento no abrigo”.

Essas nomeações e caracterizações do mundo animal, atribuídas aos personagens, agredem os princípios dos direitos humanos, formam uma coerência de natureza discriminatória, que consegue despir os personagens de sua humanidade, para enquadrá-los como animais. Nesse caso, assumem o papel de vilões e são apresentados desprovidos de racionalidade e de características de humanidade, o que impossibilita a identificação do receptor com eles. É preciso atentar para o potencial narrativo, que segundo Motta (2004, p.8), “[...] criam significações sociais [...] conformam as crenças, valores, as ideologias, a política, a sociedade.” Além disso, essa estratégia narrativa encobre as causas estruturais, mostrando o sujeito distante dos demais e do poder, é “o emblema da não cidadania”, de quem perdeu o direito a ter direitos (MATTA, 2006), e, até mesmo, de ser tratado, narrativamente, como humano. Esse tipo de tratamento “animal” remete ao desprezo e lembra Kapuzinski (1992), quando adverte que não é legítimo, não é ético e nem justo escrever sobre alguém que se despreza, principalmente, devido ao alcance social da notícia.

Estratêas e destinos

“Zero Hora mostra o triste fim de jovens que precisam sair do local ao completar 18 anos.

Alguns acabam presos, outros ficam morando na rua e há aqueles que não resistem a 24 horas sem a proteção da instituição e se tornam presas do tráfico.”

“Há pessoas infortunadas, que nascem com uma cruz pregada as costas. Silva Neto carrega várias, desde criança, quando caiu num braseiro e queimou a mão e o braço direito. A atrofia não o impediu de ser lenhador e pedreiro. Casou-se, mas os três filhos nasceram com deficiência física ou mental. Há nove anos perdeu a mulher Joceli, fulminada por um câncer. [...] O pai guarda fotos do filho, mareja os olhos ao lembrar daquele a quem chama de ‘o finadinho’ [...] continuou presa dos que se tornam predadores[...].”

“Debatem-se contra a miséria, as drogas e a criminalidade para reatar vidas destinadas à derrota”.

“Foi a sina de Volnei”.

“A vitória sobre sentenças de morte”.

“Com a bola, brigões driblam o destino”.

“Os garotos tentam driblar o destino”.

“Um dos adolescentes diz o que pensa do destino”.

“Como não estão trancafiados, pedem esmolas”.

“Como podem sair do Abrigo, pedem dinheiro nas esquinas, simulando uma fome que não sentem e se abastecendo de drogas. Ao voltarem, grogues, não fazem os temas de aula, faltam ao colégio, arrumam confusão e se agridem”.

Trata-se de narrativas focadas em um destino determinado pela impotência de as pessoas saírem da situação de exclusão. Um estilo que foge da problematização e exalta a resignação, mostrando a adaptação e a negação dos direitos. A narrativa não levanta uma discussão sobre possibilidades de intervenções e sobre o futuro, como um problema a ser enfrentado. Prega a desesperança nos personagens em causa. Assim, legitima o círculo vicioso da pobreza e da exclusão dessas crianças e adolescentes à medida que aborda a problemática, como “destino”, ou seja, coisas do acaso, fatalidade, sina.

Essa desesperança imobiliza os excluídos, a sociedade e a própria narrativa. Trata-se, nas palavras de Freire (2000, p.85), de um “fatalismo cínico e imobilizante”, ao invés de uma narrativa “criticamente esperançosa”. A esperança, segundo Freire (2000, p. 81), “[...] é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-datado.”

Trata-se de um esquema narrativo, próprio de sujeitos que vivem a história como determinação e não como tempo de possibilidade e como um desafio. “É o saber da História como possibilidade e não determinação [...] O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2000, p.81). Esse olhar e essa interpretação deterministas da realidade decretam a morte da esperança, na saída dessa situação. Com isso, decreta-se, também, a morte das políticas sociais, da democracia e do próprio jornalismo, que tem a missão de revitalizar a vida pública e fortalecer a cidadania (ROSEN, 1994). O mesmo ocorre com o jornalista, que deve assumir um papel de “participante justo” (MERRIT, 1995) e “parceiro ativo”, na procura de soluções para os problemas sociais (TRAQUINA, 2003).

5.6.1.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O eixo central da trama narrativa são as fontes de tensão, no cenário interno e externo, predominando o interno. O clima de tensão e suspense é alimentado com a visibilidade de intrigas e confusões, envolvendo os personagens em causa.

O questionamento sobre aspectos estruturais foi relegado a um plano secundário. Não houve busca de novas soluções, aos antigos problemas, nem problematização das políticas sociais voltadas a esse público. Faltou uma compreensão humanística, no sentido de que é necessário dar, aos jovens, razões por quais viver, lutar, valores que os engajem na sociedade. Eles se sentem estranhos no abrigo, hóspedes. Assim, sem vínculo, sem perspectivas de futuro, de trabalho, de diversão saudável, resta a ocupação da rua.

5.6.1.8 Metanarrativa

-O abrigo público funciona como um depósito humano, sob a “lei da selva”, para adolescentes que ninguém quer. Esses adolescentes, irracionais, são um ameaça social, são como animais irrecuperáveis.

- Como no sistema prisional, o Estado erra em misturar diferentes perfis, no mesmo ambiente.

5.7 ANÁLISE DA CATEGORIA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

5.7.1 Episódio Jornalístico : “Uma Tragédia Em Cinco Atos”

Narrador: Humberto Trezzi, José Luiz Costa, Leandro Rodrigues, Carlos Henrique Nunes e José Luiz Costa

Data de publicação: 12;13/3/2004 e 11/04/2004

5.7.1.1 Reconstituição do episódio

Este episódio narra uma história que sentenciou a morte de cinco crianças, de dois a nove anos, vítimas da violência, da pobreza e da exclusão social. Os principais sujeitos envolvidos são negros⁴¹, têm baixa escolaridade e vivem em condições de miserabilidade.

O fato ocorreu no dia 11 de março de 2004, na cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre (RS). Os crimes foram cometidos pelo ex-companheiro da mãe das crianças, no interior da residência da família. As crianças estavam sozinhas em casa, enquanto a mãe trabalhava como catadora de papel, nas ruas da cidade. O acontecimento foi noticiado na mídia nacional e

⁴¹ Isso reforça o estigma da história social dessa população, reproduzida na atualidade pelos seus descendentes, que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. Segundo constatações do Atlas Racial Brasileiro (2004), a desigualdade racial no País ainda é muito grande: sete em cada dez miseráveis no Brasil são pretos ou pardos e, ainda, uma criança negra tem 66% a mais de chances de ser vitimada pela condição de pobreza em que nasce, antes de completar um ano de vida, do que uma de cor branca.

teve alta repercussão social, tendo em vista o número de vítimas e as condições peculiares dos crimes.

O jornal Zero Hora deu amplo espaço para o ocorrido; porém, no primeiro momento, o esquema narrativo ignorou a complexidade de problemáticas sociais, em que o episódio estava inserido. Apesar de apresentar um quadro com medidas preventivas e dados estatísticos sobre violência doméstica, os narradores deram ênfase à comoção da mãe, parentes, professores, vizinhos, e a polícia ao detalhamento do crime com a ação do agressor.

O episódio em questão teve expressiva visibilidade no jornal Zero Hora, mas não contribuiu, obrigatoriamente, para a qualificação do debate público, no sentido de sinalizar a busca de alternativas para a problemática abordada. Entende-se que a cobertura jornalística demorou para contemplar o acontecimento, em toda a sua complexidade: atendimento, tratamento e reintegração social das vítimas, políticas públicas, ações preventivas, providências implementadas ou ignoradas, causas e consequências, impactos existenciais, familiares e sociais etc.

Depois de um mês da ocorrência, no dia 11 de abril de 2004, por ocasião do aniversário da criança sobrevivente, o jornal publicou uma reportagem de página dupla, reconstituindo o episódio: “Nesta reportagem, Zero Hora reconstitui a história de miséria, abandono e violência que sentenciou à morte cinco crianças.” A partir disso, o jornal se redime da superficialidade da cobertura feita, logo após o episódio, e se reposiciona, assumindo o duplo papel de espaço e sujeito narrativo. Para explicar ao leitor as causas da tragédia, lança um olhar mais complexo para uma realidade de múltiplas exclusões, ou seja, quem “sentenciou a morte cinco crianças” não foi um personagem vilão, mas a realidade de exclusão a que estavam expostas, excluídas de políticas sociais: “miséria, abandono e violência”.

Trata-se de um macrocontexto, que envolve componentes centrais e correlatos da atual situação social brasileira, de uma grande parte da população, que sobrevive abaixo da linha da pobreza: desemprego ou subemprego, que os obriga a viverem com subsalários, em submoradias ou na rua; desestrutura e falta de planejamento familiar; o círculo vicioso da violência; a falta de políticas públicas, principalmente em relação à educação e à saúde, que garantam, desde a primeira infância, condições mais justas e igualitárias de desenvolvimento humano e inserção social.

A narrativa recuperou fatores importantes, para a compreensão do episódio, inclusive o perfil do agressor e o contexto socioeconômico e cultural que, de certa forma, o produziu. Fez isso, contudo, mediante uma estrutura narrativa um tanto espetacularizada. O componente

emocional mostrou-se intenso, por meio da manipulação das palavras e fotos. Esse estilo acabou diluindo a ordenação, a explicação e a conseqüente compreensão das problemáticas, em que o fato estava envolto.

Na seqüência, são examinados fragmentos⁴² discursivos, que ajudam na análise da identidade narrativa dos principais sujeitos envolvidos.

5.7.1.2 A construção de personagens infantis

“A Juliane e a Parícia eram meigas, queridas..(Profª. Cristiane Buzzacaro)
 “Estavam como uns anjinhos, nem pareciam mortas. (Administrador do cemitério)
 “[...] a meninada sabia que os pais eram outros”. (Mãe)
 “A Andressa e a Juliane não podem vir agora elas estão no céu”. (Criança sobrevivente)
 “[...] os filhos ficavam sozinhos em casa”. (Repórter)
 “As crianças estavam expostas a um jovem marcado pela violência.” (Repórter)
 “Os mais velhos de Delamara”. (Repórter)
 “[...] cinco irmãozinhos assassinados” (Repórter)
 “[...] a filha Patrícia, seis anos, a única sobrevivente da chacina. A pequena que ainda troca os ‘erres’ pelos ‘eles’.”
 “A pequena, que ainda troca os ‘erres’ pelos ‘eles’ [...]”. (Repórter)
 “A papeleira mandou rezar uma missa pela alma dos rebentos”. (Repórter)
 “Adeus às crianças assassinadas”. (Título)
 “A despedida das crianças massacradas”. (Subtítulo)
 “[...] cinco menores assassinados [...] cinco criancinhas sendo esfaqueadas”.(Colunista do Jornal)
 “Eram crianças como o meu filho” (Escritora)
 “Morreram Andressa, nove anos, Juliane, oito, Guilherme Francisco, cinco, Vitória, quatro, e Jonas Alexandre, dois. Sobreviveu Patrícia, seis anos.”

As diferentes nomações, “as crianças”, “Andressa e Juliane”, “os mais velhos de Delamara” “A pequena”, “cinco irmãozinhos assassinados”, “cinco menores assassinados”, “cinco criancinhas”, “meninada”, “crianças assassinadas”, “crianças massacradas” dão a dimensão da tragédia, que eliminou a todos. As nomações reforçam os vínculos, “os filhos”; a idade, “os mais velhos”, “a pequena”; a quantidade de vítimas, o conjunto, “cinco irmãozinhos”, “cinco menores assassinados”, “cinco criancinhas”; e também intercala nomações genéricas “rebentos”, “meninada”, “crianças assassinadas”, “crianças massacradas”. Nesse cenário de barbárie, a narrativa

⁴² Apesar da seleção de fragmentos narrativos, o esforço de análise se dará com base na realidade social e no contexto histórico-cultural do caso.

destaca, na adjetivação, que nem mesmo sendo “anjinhos” e “crianças meigas” elas foram poupadas.

Na nomenclatura, “Os mais velhos de Delamara”, a palavra “de” é designativa de posse e de origem. Representa a realidade de grande parte das crianças que vivem em estado de vulnerabilidade social, em que a mãe dá conta sozinha dos compromissos de uma família desestruturada. Assim, justifica-se a invisibilidade paterna.

“Criança” sugere nascimento, vida, longa existência, carinho, doçura, indefesas. Em nada lembra a morte, chacina; por isso, o uso dos adjetivos, “assassinadas” e “massacradas”, contrasta, fortemente, com o significado do sujeito. Esse jogo de linguagem aumenta a indignação do leitor e torna o “adeus” e a “despedida” ainda mais dramáticos, reforçando o papel de vítimas, dos personagens infantis.

A nomenclatura “crianças como o meu filho” sugere um exercício de empatia, que iguala as vítimas ao filho da personagem. Assim, subentende-se que elas precisavam de amor, carinho, cuidado e proteção.

5.7.1.3 A construção da personagem materna

“A catadora de material reciclável Alda Delmara Machado, 36 anos”.

“Delamara não virou papeleira por opção, mas por desemprego mesmo.

“Bonita e vestida com apuro, a papeleira ajeita as unhas vermelhas e os cabelos enquanto discorre sobre os 36 anos de batalha nas ruas da grande Porto Alegre.”

“Parece que esta moça deixou que o rapaz voltasse para casa”.

“Alda Delamara aparenta ser mãe cuidadosa, mas tinha que trabalhar.”

“As pernas e os braços de Alda Delamara são fortes, resultado da jornada de oito horas diárias puxando peso.”

A narrativa evidencia que a principal relação entre necessidade e causalidade é o fato de a mãe ter que sair para trabalhar, como catadora de papel, e os filhos, com idade entre dois e nove anos, terem que ficar sozinhos em casa: “a moça parecia mãe cuidadosa, mas tinha que trabalhar”; uma cena cada vez mais comum, nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde as crianças ficam expostas a todo o tipo de perigo. Por outro lado, o uso do verbo “parecia” emite um juízo, uma dúvida, uma probabilidade sobre a virtude materna, que, em seguida, se opõe e contrasta com uma necessidade: “mas tinha que trabalhar”. As expressões “parece” e “mas” dei-

xam a alternativa entre algo que pode ou não ser verdade, da mesma forma que o uso da expressão “moça”, para uma mãe separada e com seis filhos, mantém a significação aberta, estimula a ambiguidade de sentidos, cria suspense e gera ansiedade, reforçando, assim, o interesse do leitor pelo fato.

Ao destacar, junto com a nomeação, características estéticas e físicas num cenário de tragédia - “bonita e vestida com apuro”, “unhas vermelhas”, “As pernas e os braços de Alda Delamara são fortes” -, o narrador relativiza a personalidade e seus traços psicológicos. Isso aumenta a tensão narrativa e desqualifica a figura materna.

Constata-se que a narrativa, ao construir linguisticamente a identidade da mãe das crianças, apesar de levantar a hipótese de ela ser “mãe cuidadosa”, possuir valores espirituais - “mandou rezar missa” - e ser esforçada, batalhadora e sacrificada -“Arrastando 80 quilos por lombas e trilhas” – foca, com maior destaque, a “identidade existencial”, em detrimento de um apagamento da “identidade essencial” (GIARDINO, 2003)

5.7.1.4 A construção do personagem do padrasto

“A primeira rejeição de Gerson Junior enfrentou ainda no berço”.

“O menino apanhava muito e brincava pouco”.

“A morte visitou Gerson Junior aos 15 anos, quando ele foi acordado aos gritos pelo irmão mais novo, para tirar o padrasto da forca”.

“O matador esperou a ex-companheira sair de casa e surpreendeu as crianças.”

“O horror mata cinco crianças em Viamão”.

“Polícia transferiu matador ameaçado de linchamento”.

“Biscateiro ficará na Pasc”.

“O papeleiro Gerson Luís Silveira de Lacerda Junior, 18 anos, come e toma sol separado de outros presos. Junior faz isso para não correr risco na prisão. Comeu um pecado capital, do ponto de vista bíblico e na ética dos próprios criminosos: matou crianças. [...] munido de uma faca com 15 centímetros de lâmina e cabo de osso, assassinou os cinco enteados que viviam com a sua companheira, Alda Delamara Machado Carvalho, 36 anos, numa vila de Viamão”.

Observa-se que, no geral, o narrador omite o nome do sujeito da ação violenta e o substitui por adjetivos e motivos que, de alguma forma, possam justificar ou caracterizar a barbárie; ou seja, quem matou e massacrou as crianças foi “o horror”, “cena de ciúmes”, “o matador”, “o biscateiro”; é assim que o narrador tenta encontrar explicação externa à natureza

humana, para tamanha barbárie. Essas expressões podem sugerir ao leitor que o agressor não é um ser humano, e, sim, “um monstro”, como expressaram duas entrevistadas. “Biscateiro” é um avulso social; “horror” não é sujeito, é um sentimento de medo, pavor, ódio, ciúmes. Assim, a narrativa não se limitou às expressões utilizadas na linguagem jurídica (criminoso, culpado, agressor...); ela o desqualificou como sujeito, utilizando um vocabulário marginal.

Como cenário da narrativa que reconstruiu o acontecimento, o jornal recupera o histórico de violência do agressor, iniciando pelas ações e consequências: “marcado pela violência”, “surrava colegas da escola de onde fugia com frequência”. O adjetivo “marcado” remete para um sinal distintivo, uma categoria ou fatalismo, em que o sujeito está indicado e delimitado para a violência, sendo-lhe negado o direito emancipatório de escolher outro caminho para a sua própria existência. Sendo assim, por ser essa sua sina, ele pode ser caracterizado, identificado e desqualificado como “O matador”. Uma das vezes em que a narrativa se refere ao nome “Junior”, é para igualar o sujeito à violência: “era sinônimo de violência”, ou seja, a mesma significação. Em um segundo momento, quando o jornal aborda o agressor também como vítima da sua vulnerabilidade social, recuperando possíveis causas, respeita sua “identidade existencial”: “a morte visitou Gerson [...] foi acordado aos gritos [...] para tirar o padrasto da força”, “Gerson Junior”. O uso do verbo “visitou” remete a um sentido de cortesia, como se a vida o tivesse predestinado para a morte.

O uso dos substantivos, adjetivos e verbos “horror mata”, “matador”, “esfaqueou”, “massacra”, reforça a crueldade do ato e inspira uma série de sentimentos, que também afloram em espetáculos melodramáticos, tais como terror, pavor, ódio, sofrimento, violência, chacina, sacrifício e desgraça. O uso desses termos denota, também, que a escolha das estratégias e do esquema narrativo favoreceu a dramatização da notícia.

O narrador usou o primeiro nome e último sobrenome “Gerson Junior” e a denominação “menino”, para mostrar uma trajetória que envolve rejeição “ainda no berço”, uma infância onde “o menino apanhava muito e brincava pouco”, e, na adolescência, “A morte visitou Gerson Junior [...] foi acordado aos gritos [...] para tirar o padrasto da força”. Essa denominação, somada ao histórico de vítima, pode causar comoção no leitor. Desse contexto de vida, surge o que o narrador passa a nominar de “papeleiro”, “biscateiro”, “matador”, “horror” e “sinônimo de violência”.

Trata-se de um fenômeno social, explicado pela Psiquiatria e Psicologia, onde a criança que sofre violência na infância e não é devidamente tratado, a tendência é repetir essa violência na vida adulta.

A compreensão do narrador, que nomina o personagem pela identidade existencial, “Gerson Junior”, e por “menino”, permanece enquanto vítima, quando, por conta desse papel transforma-se em vilão, passa a nominá-lo, predominantemente, com adjetivos, desvalorizados socialmente - “papeleiro”, “biscateiro” - e coerentes com a nova função “matador”, “horror”, “sinônimo de violência”. Volta a nominar pela sua profissão, “papeleiro”, e pelo nome completo, respeitando sua identidade existencial “Gerson Luís Silveira de Lacerda Junior”, para informar que “come e toma sol separado de outros presos.” Isso pode significar uma ironia, sugerindo uma possível mordomia, para alguém que fez o que fez. Em seguida, o narrador esclarece que o agressor foi isolado dos outros presos, porque cometeu um crime que, tanto na Bíblia, considerada pelos cristãos o “livro da vida”, como no imaginário coletivo, incluindo os presos, é algo imperdoável. Há um contrato tácito, “ética”, entre os presos: quem matou crianças tem que morrer. Isso significa que as crianças devem ser preservadas da violência, como algo sagrado, comparadas a “anjinhos”.

Áries (1981) defende que essas representações da infância foram fortemente influenciadas pelo pensamento da modernidade, que estabeleceu o “sentimento de infância”. Dela, derivaram outras representações, provenientes do “imaginário tradicional”, que representa o infante como um “anjo”, “puro”, “assexuado”, “dependente” e “ingênuo”. Muitas dessas representações estão presentes nesse episódio, como, por exemplo, as atribuições à “inocência”, à “pureza”, à “dependência” e à “fragilidade” das crianças, analisadas acima, na construção dos personagens. Estes são atributos que tornam perenes, no imaginário social, o que se entende por infantil, em seu sentido ontológico, e que ajudam a compreender a ética dos presos.

Para reforçar esse “pecado capital”, onde o agressor “matou crianças”, “assassinou os cinco enteados”, o narrador dramatiza, descrevendo o vigor do instrumento utilizado nos crimes: “uma faca com 15 centímetros de lâmina e cabo de osso”.

5.7.1.5 Ações atribuídas

“Ela e o companheiro, Gerson, transformavam em dinheiro o que os outros consideram lixo. [...] Para encher o veículo tinham antes de selecionar restos molhados e secos nas lixeiras – já que a maioria da população não separa o lixo. [...]

Num dia bom, Delamara faturava R\$ 30. Mas algumas vezes obtinha pouco mais de R\$ 6.”

“Delamara não virou papelreira por opção, mas por falta de emprego mesmo. Já trabalhou de carteira assinada, como operária e auxiliar de produção, numa fábrica da zona sul de Porto Alegre. Como estudou apenas até a 4ª. série, passou anos desempregada. Com oito filhos para sustentar, virou-se como pode. Foi faxineira e há quase uma década atua como catadora. Faz de 10 a 15 quilômetros por dia, subindo lomba, encarando trilhas repletas de buracos. Conhece cada palmo de chão batido das vilas Cecília, Isabel e Augusta, em Viamão. Agruras de quem não teve escolha, pois perdeu a mãe (doméstica) e o pai (motorista) quando ainda jovem.”

“A papelreira terminou o relacionamento com Junior em fevereiro, mas ele se recusou a sair da casa. Delamara chamou então a Brigada Militar que o retirou da residência, uma semana antes dos assassinatos.”

“Bonita e vestida com apuro, a papelreira ajeita as unhas vermelhas e os cabelos enquanto discorre sobre os 36 anos de batalha nas ruas da Grande Porto Alegre. Levantava-se todas às noites, às 2h, para catar papel. Trabalhava até as 5h. Voltava para casa, descansava um pouco e às 7h já era despertada pela criançada, a exigir café da manhã e atenção.”

“Alda Delamara chora ao ver o porta-retrato dos cinco filhos assassinados em Viamão.[...] Alda Delamara fala nos filhos e chora. Acende um cigarro e chora mais um pouco, na sala da casa de parentes onde se refugiou, na zona norte de Porto Alegre. Refere-se às crianças no tempo presente, como se ainda estivessem vivas. Na imaginação dela, elas ainda correm pela casa”

“A catadora de material reciclável Alda Delmara Machado, 36 anos, que perdeu cinco de uma prole de oito filhos, não suportou o que via e desmaiou.”

“A papelreira mandou rezar uma missa por um mês pela morte dos rebentos, ‘para que a alma deles não fique atormentada’.

As ações acima atribuídas à mãe das crianças, negra e pobre, focam as múltiplas interfaces de sua realidade cotidiana de miséria e sofrimento; os diferentes papéis assumidos, como companheira, mãe, filha e gestora familiar; as características físicas, psicológicas; e os valores morais e espirituais:

batalhadora - “36 anos de batalha nas ruas”.

sacrificada - “Levantava-se todas as noites, às 2h [...] Trabalhava até as 5h”, “tinham antes de selecionar restos molhados e secos nas lixeiras”, “descansava um pouco, às 7h já era despertada pela criançada, a exigir café da manhã e atenção.”

sofrida - “Alda Delamara chora ao ver o porta-retrato dos cinco filhos assassinados em Viamão.[...] fala nos filhos e chora. Acende um cigarro e chora mais um pouco”, “perdeu cinco de uma prole de oito filhos, não suportou o que via e desmaiou.”

subempregada - “catar papel [...] Num dia bom, Delamara faturava R\$ 30. Mas algumas vezes obtinha pouco mais de R\$ 6.”

responsável - “A papelreira terminou o relacionamento com Junior em fevereiro, mas ele se recusou a sair da casa. Delamara chamou, então, a Brigada Militar, que o retirou da residência, uma semana antes dos assassinatos.”, “Com oito filhos para sustentar, virou-se como pôde”.

vaidosa - “Bonita e vestida com apuro, a papelreira ajeita as unhas vermelhas e os cabelos”.

religiosa - “mandou rezar uma missa [...], para que a alma deles não fique atormentada”.

robusta - “As pernas e os braços de Alda Delamara são fortes”.

empreendedora - “Ela e o companheiro, Gerson, transformavam em dinheiro o que os outros consideram lixo.”

Percebe-se a sensibilidade e respeito dos narradores, ao descrever a dura trajetória da personagem. É como se, em um exercício de empatia, eles tomassem as dores dessa mãe. Assim, se empenham para construir e caracterizar a identidade como vítima - “falta de emprego mesmo”, “perdeu a mãe (doméstica) e o pai (motorista) quando ainda jovem” - e heroína - “Com oito filhos para sustentar, virou-se como pôde”.

O narrador capta a imaginação, o olhar, os gestos, as ações e as palavras da mãe, para interpretar e registrar a intensidade do processo de sofrimento. Evidencia também que, mesmo tendo passado 30 dias, ela continua a não acreditar no que aconteceu - “Refere-se às crianças no tempo presente” - ou se expressa, como que acreditasse em um milagre “Olha a carinha da Juliana como é esperta....”.

A narrativa sugere ao leitor que a personagem se tornou papelreira, porque não teve alternativa: “não virou papelreira por opção, mas por falta de emprego mesmo”, “virou-se como pôde”, “Agruras de quem não teve escolha”. Mostra uma trajetória comum, na vida profissional dos que possuem baixa escolaridade e que vão sobrando, no mercado, devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico: “Já trabalhou de carteira assinada como operária e auxiliar de produção numa fábrica da zona sul de Porto Alegre”. Assim, sobrevivem oscilando entre períodos de desemprego e subemprego: “passou anos desempregada [...] Foi faxineira e há quase uma década atua como catadora.”

A questão da escolaridade e oportunidade é construída numa relação de causa-consequência “Como estudou apenas até a 4ª. Série, passou anos desempregada.” Assim, a trajetória profissional é descrita em uma escala descendente em remuneração e status social; só ascendente, no quesito sacrifício: “Faz de 10 a 15 quilômetros por dia, subindo lomba, encarando trilhas repletas de buracos.”

O narrador aproveita o contexto, para mostrar o quanto os personagens em causa sofrem, pela irresponsabilidade social: “Para encher o veículo tinham antes de selecionar restos molhados e secos nas lixeiras”. Denuncia a falta de consciência ambiental, também dos que tiveram oportunidade de cursar bem mais que a quarta série: “a maioria da população não separa o lixo.” Isso é, após tantas campanhas e notícias sobre a situação do planeta, sobre a estruturação de cooperativas de catadores que proporcionam o sustento de muitas famílias, nada disso conseguiu mudar a cultura do descartável, de compreenderem que boa parte do que é lixo, para uns, transforma-se no luxo de sobrevivência para outros.

No inconsciente coletivo, a fé e a espiritualidade são elementos importantes, no processo de superação de uma tragédia. Assim, o narrador proporciona identificação e aproximação com o leitor, ao informar que “A papaleira mandou rezar missa de um mês pela morte dos rebentos ‘para que a alma deles não fique atormentada’”. Isso significa o desejo da mãe que a angústia, o tormento e a agonia que as crianças passaram não se depois da vida, ou seja, que a alma possa “descansar em paz”, como deseja toda pessoa que perde ente queridos.

Como síntese da identidade narrativa, das ações e atribuições conferidas à mãe das crianças, tem-se o seguinte perfil: papaleira, Alda Delamara Machado Carvalho, 36 anos, extremamente sacrificada e sofrida, alvo da indiferença, da desigualdade e do preconceito social (vítima). É batalhadora, forte, esforçada, responsável e espirituosa (heroína).

5.7.1.6 Estratégias Objetivadas

“O menino brincava pouco e apanhava bastante”. (Geci Oliveira, vó adotiva do agressor)

“Estamos com raiva. Queria ver a cara desse monstro. Se tivesse oportunidade iria ajudar a bater nele”. (Elizabete Matias, comerciante)

“Esse horror estragou o meu dia. Não, estragou foi a minha vida”. (Ires Lemos de Mattos, vizinha)

“O rapaz era viciado em droga e costumava gastar o dinheiro ganho por ela”. (Alexandre Flores, vizinho que aluga a casa para a mãe das crianças)

“Que criança ia aguentar um homem que luta taekwondo? Quero que ele pague por cada facada. Não com a morte, que não sou ruim como ele”. (Mãe das crianças)

“Às vezes eu separava dinheiro para as crianças e ficava sem comer [...] Apesar de ganhar pouco, eu sempre dava um jeito de chegar com brinquedos para as crianças. Elas corriam para me abraçar, e o Junior mal disfarçava a ciúmeira, estampada no rosto. Ele queria ser chamado de pai, mas a meninada sabia que os pais eram outros. Aí piorava o humor de Junior”. (Mãe das crianças)

“Eles brigavam constantemente. Eu já tinha pedido para ela se separar dele. Já tínhamos visto que ele não era uma boa pessoa.” (Edelma Carvalho Padilha, Irmã da mãe das crianças)

“Era um casal normal. As meninas gostavam muito dele e o chamavam de pai” (Jorge Luiz dos Santos, dono do ferro-velho para o qual o casal revendia a coleta seletiva)

“Ela estava em estado de choque. Só disse que tinha mais três dentro da casa. Derrubamos a porta da frente e encontramos as outras crianças mortas [...] Tenho mais de 10 anos de BM. Não tinha visto nada igual e acho que nunca mais vou ver (Soldado Alexandre da Silva)

“Sabíamos da vida do padrasto e não deixávamos ele se aproximar da escola [...] Ela havia proibido o rapaz (Gerson) de ir ao colégio buscar as crianças” (Amilton, Diretor da escola)

“Pode-se prever ajudando a pessoa a controlar seus distúrbios que desencadeia a violência” (Luiz Carlos Prado, psiquiatra)

“Dependendo da situação, a mulher e os filhos podem ser encaminhados para uma casa de passagem.” (Sílvia R. C. Souza, delegada da Delegacia da Mulher)

“A Juliane e a Patrícia eram meigas, queridas. Elas tinham dificuldade de aprendizagem, mas eram esforçadas, educadas e cumpridoras das tarefas. Elas se destacavam pela vontade de aprender [...] o homem que fez isso é um monstro”. (Profª. Cristiane Buzzacaro)

“Eram ótimas, muito amorosas, cuidavam umas das outras. Estavam sempre preocupadas em levar papel para a mãe”. (Professora)

“As crianças deixavam a escola, ajudando a mãe a carregar papel reciclável”. (Diretor da Escola)

“A Andressa e a Juliane não podem vir agora elas estão no céu”. (Criança sobrevivente)

“Elas jogavam bola com a gente aqui em frente, todo o dia. Estamos muito sem jeito com isso”. (Diego da Silva Domingues, amigo das crianças)

“[...] meninos e meninas órfãos ou que vivem nas ruas por falta de tempo dos pais cuidá-los. Uns vão para lá parar lá porque cheiram cola, outros porque apa-

nham em casa, outros porque vivem num cubículo [...]Tem de ser leve da cabeça para lecionar aqui, ou não agüenta” (Olga Bragé, orientadora pedagógica da escola)

“Olha o que o Junior fez moço! Pegou a faca e furou a gente. Dói quando aperta” (Patricia, seis anos a única sobrevivente)

“Perguntei porque e ele respondeu apenas “Matei”, com uma frieza impressionante, sem o menor resquício de emoção [...]Tem um perfil fúnebre. Se veste sempre de preto, cheio de correntes e pulseiras pelo corpo. Gosta de artes marciais e perturbava a vizinhança escutando rock pauleira em alto volume.” (Jane M.P. Bilyez, Delegada de Polícia no DEIC, de Porto Alegre)

“Estamos prestando todo o apoio” (Prefeito Eliseu Chaves)

“Infelizmente, esse é o mundo real, um retrato do pior do Brasil. Conheço vários casos de crianças de seis anos cuidando de irmãos com quatro ou até dois anos, como aconteceu em Viamão. É chocante, mas banal. [...] O poder público deveria assumir o compromisso de garantir a educação infantil. Não apenas com creches caritativas, mas educacionais. É um direito estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. [...] A escola é muito boa, mas não deveria funcionar com um asilo para deficientes. As duas instituições deveriam funcionar totalmente separadas.[...] Parece que essa moça deixou que o rapaz voltasse para casa e, pior, que ficasse com as crianças. Infelizmente isso é muito comum. É humano. (Vera Deboni, juíza da 3ª. Vara da Infância e Adolescência de Porto Alegre)

“Tu vai ser minha ou de mais ninguém”, “Hoje não vou trabalhar. Matei as crianças.” (Junior, o agressor)

De acordo com as narrativas acima, a estratégia objetiva foi usada para dar espaço a uma diversidade de personagens e instituições, que reagiram de diferentes formas, frente ao ocorrido. Expressaram sentimentos diversos e contraditórios, como raiva, revolta, dor, indignação, vingança, justiça, amizade, saudade; causas e justificativas; atuação e interpretação das diferentes esferas policiais; análise de especialistas, perfil das vítimas, confissão do vilão.

Raiva e revolta: “Estamos com raiva. Queria ver a cara desse monstro”, “o homem que fez isso é um monstro”.

Indignação: “Esse horror estragou o meu dia. Não, estragou foi a minha vida”.

Vingança: “Se tivesse oportunidade iria ajudar a bater nele”.

Desejo de justiça: “Quero que ele pague por cada facada. Não com a morte, que não sou ruim como ele”.

Justificativas: “Eles brigavam constantemente”, “O rapaz era viciado em droga”, “Crise de ciúme massacra cinco crianças”, “Que criança ia aguentar um homem que luta taekwondo?”, “o Junior mal disfarçava a ciúmeira, estampada no rosto. Ele queria ser chamado de pai, mas a

meninada sabia que os pais eram outros. Aí piorava o humor de Junior”, “O menino brincava pouco e apanhava bastante”.

Contradições: “Era um casal normal. As meninas gostavam muito dele e o chamavam de pai”.

Interpretação: “O que aconteceu com elas, ninguém deve se enganar, não foi somente um crime passional. Aqueles seis irmãos tiveram uma vidinha inteira de privações e de desencanto”

Diplomacia política: “Estamos prestando todo o apoio”.

Interpretação policial: “Uma frieza impressionante, sem o menor resquício de emoção [...] Tem um perfil fúnebre”.

Atuação e comoção militar: “Derrubamos a porta da frente e encontramos as outras crianças mortas [...] Tenho mais de 10 anos de BM. Não tinha visto nada igual e acho que nunca mais vou ver”.

Testemunha ocular: “Olha o que o Junior fez moço! Pegou a faca e furou a gente. Dói quando aperta”.

Amor materno: “Às vezes eu separava dinheiro para as crianças e ficava sem comer [...] Apesar de ganhar pouco, eu sempre dava um jeito de chegar com brinquedos para as crianças. Elas corriam para me abraçar “.

Prevenção: “Sabíamos da vida do padrasto e não deixávamos ele se aproximar da escola [...] Ela havia proibido o rapaz (Gerson) de ir ao colégio buscar as crianças”, “Eu já tinha pedido para ela se separar dele. Já tínhamos visto que ele não era uma boa pessoa.”, “Pode-se prever ajudando a pessoa a controlar seus distúrbios que desencadeia a violência”, “Dependendo da situação, a mulher e os filhos podem ser encaminhados para uma casa de passagem.”

Advertência: “Criança é para ser feliz e enquanto uma criança ainda morrer no Brasil, seja na tragédia que for, de fome, de doença ou de faca, a gente não pode descansar nem fechar os olhos em paz”.

Perfil das vítimas: “A Juliane e a Patrícia eram meigas, queridas. Elas tinham dificuldade de aprendizagem, mas eram esforçadas, educadas e cumpridoras das tarefas. Elas se destacavam pela vontade de aprender [...] o homem que fez isso é um monstro [...] Eram ótimas, muito amo-

rosas, cuidavam umas das outras. Estavam sempre preocupadas em levar papel para a mãe”, “Sarna e piolho aqui são comuns, mas elas eram cuidadas e bem educadas”.

Ambiente escolar: “A escola é muito boa, mas não poderia funcionar com um asilo para deficientes”, “meninos e meninas órfãos ou que vivem nas ruas por falta de tempo dos pais cuidá-los. Uns vão para lá porque cheiram cola, outros porque apanham em casa, outros porque vivem num cubículo”, “Sarna e piolho são comuns”.

Amizade e saudade: “Elas jogavam bola com a gente aqui em frente, todo o dia. Estamos muito sem jeito com isso”.

Incredulidade: “Olha a carinha da Juliane como é esperta”.

Ameaça: “Tu vai ser minha ou de mais ninguém”.

Autoconfissão: “Hoje não vou trabalhar. Matei as crianças.”

Chama a atenção a utilização de verbos no presente, pela criança sobrevivente - “elas não podem vir agora, elas estão no céu” - e pela mãe - “olha a carinha da Juliane como é esperta”. Isso destaca a sociabilidade das crianças, uma justificativa sublimada, pela ausência das irmãs, e o carinho nostálgico da mãe. Ao mesmo tempo, sugere uma incredulidade diante do real, como se, de fato, as crianças continuassem vivas, e tudo não passasse de uma dramática peça teatral, intitulada, pelo jornal, de “Uma tragédia em cinco atos”, durante a qual ocorre um “macabro ritual de cinco criancinhas esfaqueadas”.

As falas da mãe das crianças - “corriam para me abraçar”; “O Junior mal disfarçava a ciúmeira. Ele queria ser chamado de pai” - remetem à afetividade das crianças, a carência afetiva do agressor e a força da rejeição. Sinalizam, também, para o fato de que, no espaço privado, funcionam a lógica do afeto e os critérios subjetivos, como sentimentos, gestos e desejos; ao contrário do espaço público, em que prevalece a lógica da estética e da produção. Ou seja, a narrativa apresenta um tratamento condicionado a critérios objetivos, como a aparência física e a forma de se comportar, mas sempre adequado à situação econômica e à posição social dos personagens: “eram limpinhas”, “cumpridoras das tarefas”.

A fala do professor destaca a afetividade das crianças “Eram ótimas, muito amorosas”. Salienta, ainda, o perfil precoce de gestores infantis: “cuidavam umas das outras. Estavam sempre preocupadas em levar papel para a mãe”. O perfil de ternura é legitimado pelo diretor - “eram

crianças meigas, queridas”-, que parece reconhecer o mérito materno - “eram cuidadas e bem educadas”.

A professora destaca também características ligadas ao asseio, a um comportamento dócil, esforçado e submisso “se diferenciavam pela limpeza”, “Elas tinham dificuldade de aprendizagem, mas eram esforçadas, educadas e cumpridoras das tarefas. Elas se destacavam pela vontade de aprender”. Por trás da “dificuldade de aprendizagem”, apesar de não contextualizada na narrativa, está a falta de políticas e programas públicos de intervenção, junto à saúde, nutrição e educação da primeira infância, pois se sabe que as condições de nutrição e o meio social são determinantes nas etapas de crescimento e na capacidade de absorção. O uso do “mas” sugere uma relativização da “dificuldade de aprendizagem”, que remete a uma incapacidade intelectual, compensada por atributos adequados e suficientes, a quem cabe uma posição de submissão social: “eram esforçadas, educadas e cumpridoras das tarefas.” Intencional ou não, trata-se de uma narrativa carregada de constrangimentos culturais, que remetem, segundo Giardinio (2003), a condições sociais de hierarquia e poder. Ou seja, trata-se de um contexto pragmático, que sugere efeitos políticos de crianças pertencentes a uma classe dominada; é este lugar que estaria reservado a elas no estrato social, caso sobrevivessem.

O uso do verbo “deixavam”, pelo diretor, sugere um sentido de abandonar, cessar, parar com aquela atividade escolar. A partir daquele momento, a realidade do colégio estaria distante da vida deles, a ser retomada apenas no dia seguinte. Passariam à função de auxiliares do trabalho da mãe, facilitando o socorro da sobrevivência, “carregando” uma carga que não compete às crianças, uma vez que “carregar” remete a fardo pesado, logo, ao universo adulto.

A narrativa da criança sobrevivente: “Olha o que o Junior fez moço!”, sugere um perfil de vítima ativa, consciente do que ocorreu, vai reclamar e testemunhar o drama assistido e vivenciado. A descrição do crime, por uma criança, numa linguagem real, dura e direta: “Pegou a faca e furo a gente”, reforça a crueldade do ato e atinge o emocional do leitor. Apesar de a personagem mostrar o ferimento individual, “olha o que o Junior fez moço”, ela se refere “a gente”, como o coletivo de seis irmãos, mostrando o forte vínculo fraternal, mesmo depois de mortos. O testemunho ganha mais realismo, pela espontaneidade da criança, que, após 30 dias do ocorrido, salienta que ainda “dói quando aperta”. A narrativa da criança é usada para legitimar a descrição detalhada e dramatizada do narrador, ao explicar o ataque à vítima sobrevivente, causando maior perple-

xidade e comoção ao leitor: “A maior, que atravessa a barriga de lado a lado, perfurou o fígado. As outras são pontações nas costas, nas pernas e no rosto.”

Nesse episódio complexo, de múltiplos assassinatos, o jornal, como “espaço narrativo e sujeito narrador”, concede um lugar de destaque à fala de uma personagem, especialista jurídica, para ajudar a desvendar a trama, com causas e consequências, direitos e deveres. No imaginário coletivo, o personagem juiz significa bom senso, discernimento, cautela, prudência, ponderação e justiça. Ao falar de sua rotina de trabalho, a personagem sugere que, entre a parcela da população, economicamente desfavorecida, tornou-se uma realidade cotidiana crianças em situação de risco: “é o mundo real [...] banal [...] isso é muito comum”. Nessa realidade banal, incluem-se casos de crianças que morrem queimadas, atropeladas, vítimas de acidentes domésticos, vítimas de abuso sexual ou assassinato sumário, a exemplo desse episódio. Se esse “é o mundo real”, significa que “o mundo da fantasia” é aquele onde as crianças estão protegidas e com seus direitos garantidos (ECA). É o mundo onde o poder público assume o compromisso de garantir a educação infantil, e as crianças não ficam mais sozinhas. No mundo real, os direitos permanecem no papel. Para aumentar esse conflito, entre o mundo dos direitos e o dos deveres, entre o direito escrito e o concedido, a representante da justiça, como uma personagem que sabe, quer e pode usar a comunicação pública, indica o principal vilão: “O poder público deveria assumir o compromisso de garantir a educação infantil. Não apenas com creches caritativas, mas educacionais. É um direito estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação”.

Quanto ao nível de qualidade da escola, ao mesmo tempo em que a autoridade reconhece, afirmando: “é muito boa”, o uso do “mas” desqualifica a instituição, pelo fato de “funcionar com um asilo para deficientes”. O advérbio de intensidade “totalmente” mostra a incompatibilidade de funcionar, no mesmo local, uma escola e um instituto para doentes mentais. Isso remete a um cenário inadequado, onde convivem perfis tão diferenciados, como crianças em situação de risco e doentes mentais, isolados pelas respectivas famílias e sociedade: “muitos dos quais a falar sozinhos e abraçar amigos imaginários pelos cantos”.

Por fim, a especialista avalia o comportamento inadequado da mãe das crianças, diante da ameaça, que, supostamente, agiu de forma contrária ao recomendado pela justiça. Nesse sentido, ela salienta o fato de que, ao invés de fazer queixa na polícia e pedir o afastamento de quem ameaçava, “Parece que a moça deixou que o rapaz voltasse para casa e, pior, que ficasse com as crianças”. Dessa forma, a juíza sugere que a mãe foi conivente por expor os filhos à companhia

do agressor. A incerteza “parece”, a nomenclatura inadequada “moça”, para uma mãe de seis filhos, somados ao uso de expressões como “é o mundo real [...] É chocante, mas banal. Infelizmente isso é muito comum. E humano”, significa certo automatismo, uma tendência à naturalização, uma fala de quem já incorporou, na sua rotina, como um costume, a ocorrência de crimes junto à população pobre. Parece ser uma prova disso o fato de ela estar desinformada do procedimento adequado da mãe das crianças “A papaleira terminou o relacionamento com Junior em fevereiro, mas ele se recusou a sair da casa. Delamara chamou então a Brigada Militar que o retirou da residência, uma semana antes dos assassinatos.” Trata-se de uma avaliação equivocada, onde a mãe tomou as providências cabíveis. Talvez quem tenha deixado de tomá-las foi o poder público, uma vez que envolvia a vida de seis crianças e as providências não foram tomadas, conforme a gravidade da situação e do nível de risco que existia.

A fala do personagem vilão ganhou visibilidade, primeiro, para destacar uma ameaça que revela uma relação possessiva, de exclusividade e com ciúmes doentio “Tu vai ser minha ou de mais ninguém”, de pessoas que não toleram a rejeição. Diariamente, os jornais mostram novos casos que resultam em mortes, pela inconformidade do fim do relacionamento. Isso implica em um desafio para a Psiquiatria e a Psicologia familiar, social e prisional. A segunda narrativa destina-se a confessar e assumir o crime: “Hoje não vou trabalhar. Matei as crianças.” Ambas as falas legitimam o papel de vilão, atribuído ao personagem.

5.7.1.7 Estratégias subjetivadas

“Uma tragédia em cinco atos”.

“Como se ainda estivessem vivas”.

“Estavam como uns anjinhos, nem pareciam mortas. Uma cena inesquecível”.

“[...] cinco menores assassinados [...] macabro ritual de cinco criancinhas sendo esfaqueadas”.

“Os pequenos caixões brancos etiquetados com o nome dos cinco irmãozinhos assassinados [...] a golpe de punhal percorreram os últimos 50 metros nas mãos de parentes”.

“Destino trágico

Eram crianças como o meu filho, com aquele lume nos olhos, aquele lume pedindo vida e amor, pedindo carinho.

[...] o tempo todo de mão comigo, olhinhos de adoração [...] Todos eles eram lindos como somente são crianças. E tinham brilho, eram espertos e inteligentes. Pequeninos em tamanho, por causa da má alimentação, eram grandes em coragem – a vida daquelas crianças sempre foi sofrida [...] Rostinho com sorriso digno de uma criança de 6 anos.[. . .] Criança é para ser feliz. [...] Garota esfaqueada”.

As narrativas acima, de diferentes atores sociais, remetem a uma representação do personagem infância ligada à inocência, à candura, à singeleza, à afetividade, isenta de malícia e culpa; logo, não merecedora de violência. Para tanto, esses atores fizeram uso dos seguintes adjetivos: “meigas”, “pequenos caixões brancos”, “anjinhos”, “lume nos olhos”, “olhinhos de adoração”, “lindos como somente são crianças”, “Rostinho com sorriso digno de uma criança”, “troca os ‘eres’ pelos ‘eles’”, “elas estão no céu”.

O uso de diminutivos reforça a tenra idade das crianças e a qualidade de “pequenos” e “menores”: “rostinho”, “carinha”, “criancinhas”, “amiguinhos”, “olhinhos”, “pequeninos”, “irmãozinhos”. Assim, as expressões sugerem duplo sentido: um tratamento carinhoso, mas também uma forma de mantê-las numa posição de fragilidade, o que reforça a representação de crianças como vítimas, inocentes e “submissas”.

O jogo de linguagem, “Pequeninos em tamanho [...] grandes em coragem”, reforça a inversão de uma ordem, que se entende como natural, em que a infância é uma fase de crescimento e desenvolvimento, e a coragem pertence ao mundo dos “grandes”, mártires e heróis. Por outro lado, essa precocidade remete a um “não-lugar”, não pertence, integralmente, a nenhum mundo, ou seja, são “crianças tardias” e “adultos prmaturos”. Trata-se de seres com uma identidade existencial híbrida, mas que representam uma nova categoria social, onde está incluída a maioria absoluta da infância brasileira, que se encontra em situação de exclusão social. Nesse contexto de naniquismo físico e intelectual (por causa da “má alimentação”), esses “seres híbridos” são “cumpridoras das tarefas”, “cuidam umas das outras”, estão “sempre preocupadas em levar papel para a mãe” e, ainda, “deixavam a escola ajudando a mãe a carregar papel reciclável”.

A narrativa, ao informar que “Os mais velhos de Delamara estudavam em um bom colégio, mas partilhavam o mesmo prédio onde estão abrigados deficientes mentais”, exprime o contraste entre o fato de ser um bom colégio e representar a necessidade de partilhar espaço com deficientes mentais.

Na sequência, a narrativa expõe o drama de milhares de crianças pobres, que ficam sozinhas enquanto as mães trabalham, entregues à babá eletrônica: “sozinhas em casa [...] assistiam TV”. Ou seja, evidencia a falta de políticas públicas, que deem conta da educação e proteção da infância, uma vez que nenhuma das crianças estava adequadamente assistida.

A narrativa de diferentes personagens, na voz passiva: “A vida daquelas crianças sempre foi sofrida”, “sempre preocupadas”, evidencia que as crianças estavam sujeitas, submetidas constantemente, ao sofrimento, e remete a uma incapacidade e impossibilidade de reação. Os advérbios de tempo e adjetivos “sempre sofrida”, “sempre preocupadas” dizem respeito a estados de vida que não pertencem ao universo infantil, a quem, em princípio, o imaginário coletivo atribui felicidade, isenção de sofrimento e de preocupação.

A narrativa, ao mesmo tempo em que mostrou que as crianças viviam desprotegidas e que foram vítimas da violência de adultos, destacou a capacidade de resistência, de sobrevivência e certa autonomia, responsabilidade e solidariedade: “cuidavam umas das outras”, “Estavam sempre preocupadas em levar papel para a mãe”, “deixavam o colégio ajudando a mãe a carregar papel reciclável”. Assim, as crianças foram apresentadas não apenas como vítimas receptoras das ações dos adultos, mas também como vítimas gestoras e trabalhadoras infantis.

O uso do verbo “expostas” salienta o abandono e a fragilidade das vítimas, diante do poder e da maldade dos adultos, uma vez que estar “expostas” significa que as crianças estavam enjeitadas e abandonadas. O verbo “surpreendidas”, neste caso, sugere duplo sentido, pois, ao mesmo tempo em que as crianças foram mortas de improviso, elas foram, também, tomadas de surpresa, perplexidade e espanto, uma vez que se tratava de alguém conhecido, que havia dividido o mesmo espaço familiar, o que comprova estatísticas que denunciam que a maioria dos agressores são pessoas próximas das vítimas.

Observa-se o uso do termo “menores”, que remete à legislação anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o antigo “Código de Menores”, que tinha uma perspectiva assistencialista e tutelar. Assim, nesse superado contexto, “menores” significa seres inferiores. Complementa esse sentido de inferioridade e acanhamento a nomenclatura “pequenas”.

A expressão “destino trágico” reconhece que se trata de uma fatalidade, mas também destaca que se constitui uma sina. É como se aquelas crianças estivessem determinadas a esse fim, fadadas a morrer. Apesar de reconhecer a crueldade, a noção de “trágico” sugere uma conformidade, porque era sina, “destino”.

5.7.1.8 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento dado após a ocorrência do crime focou na comoção da mãe, parentes, professores, vizinhos, na ação da polícia e no detalhamento do crime. Na suíte, 30 dias depois, houve reconstituição da história de miséria e abandono das crianças. Envolve subemprego, desestrutura familiar, violência doméstica e deficiência das políticas públicas. A estrutura narrativa foi dramatizada, apelou para o emocional do leitor e diluiu a compreensão da problemática, como fenômeno social.

5.7.1.9 Metanarrativas

- A falta de planejamento familiar é a principal causa da tragédia.
- A pessoa que cometeu o crime é um monstro.

5.8.2 Episódio Jornalístico : “Por que crianças dormem na pedra?”

Narrador: Leticia Duarte e Nilson Mariano

Data de publicação: 28/11/2004

5.8.2.1 Reconstituição do episódio

A reportagem especial, intitulada “Por que crianças dormem na pedra?” questiona o leitor a respeito dessa contradição: crianças-pedra. Registra dois dias da rotina do menino Vitor (nome fictício), 14 anos, e de sua turma de amigos, no centro de Porto Alegre. Além de Vitor, Márcio, de 11 anos, Elias, de 13 anos, e mais três crianças usam a escadaria do viaduto Otávio Rocha como cama.

O episódio mostra que o consumo de loló é comum, nas ruas de Porto Alegre, e é feito por uma em cada quatro crianças que vivem nas ruas. A polícia foi questionada e alegou não poder

fazer nada, pois a droga é legal, para compradores maiores de idade. Segundo a Polícia, as crianças fazem acordos com atravessadores, para conseguirem a droga.

O texto apresenta dados do Laboratório de Observação Social, vinculado à UFRGS, onde mostra que existem mais de 502 sujeitos, entre crianças e adolescentes, nas ruas da Capital. Denuncia que esse quadro é agravado pelo fato de os Programas de proteção à infância serem ineficazes e os abrigos não possuírem suporte necessário para atender a todos os adolescentes.

5.8.2.2 A construção de personagens jornalísticas

- “Por que crianças dormem na pedra?”
- “Nos registros oficiais, são chamados de meninos e meninas em situação de rua. Para os que habitam no centro à noite, a definição é outra: ‘Da pedra’. Há 502 crianças e adolescentes nas ruas da Capital [...]”.
- “A produção de miseráveis é maior do que a rede de amparo [...]”.
- “A rotina de Vitor, 14 anos [...] um filho da pedra [...] e sua turma [...]”.
- “Cabe a Márcio, 11 anos, buscar os trapos e esponjas que servem de colchão [...]”.
- “[...] a turma de amigos ocupa a escadaria [...]”.
- “O garoto salta da amurada do viaduto [...]”.
- “Elias, 13 anos, é o mais peralta”.
- “Os quatro meninos e as duas meninas dormem em plano inclinado [...]”.
- “O mudinho é boa gente, mas fica nervoso [...]. Um adulto surdo-mudo aproxima-se raivoso de dois amigos de Vitor [...]”.

As narrativas acima evidenciam que a identidade dos personagens foi construída, com base numa diversidade de nomações e caracterizações: na identidade essencial, “gente”, “amigos”, “crianças”, “adolescentes”; na existencial, “Vitor”, “Márcio”, “Elias”; em nomações genéricas, “meninos”, “meninas”, “meninos e meninas em situação de rua”, “garoto”, “turma”, “miseráveis”; nomações metafóricas : “da pedra”, “filho da pedra”; e nomação de portador de necessidades especiais, “adulto surdo-mudo”.

A versão oficial está politicamente correta, por nominar o grupo de “meninos e meninas em situação de rua”, ou seja, eles não são de rua, mas estão na rua, situacionalmente. O narrador utiliza, contudo, o antagonismo, para destacar o contraste entre a versão conceitual, oficial “meninos e meninas em situação de rua”, e a versão real do grupo “da pedra”, que remete a um pertencimento. Do politicamente correto, resta apenas a dureza do “concreto” ou “da pedra”.

A estratégia subjetiva “um filho da pedra” destaca o contraste entre um objeto sem vida e incapaz de gerar vida, “pedra”, logo, incapaz de proteger e afagar, e o “filho”, nascido das entranhas humanas. Apesar da paternidade petrificada, atribuída ao “Vitor”, como “filho da pedra”, o narrador destaca a pertença humana a “sua turma”. O vínculo afetivo, no espaço público “rua”, ocorre pela “turma”, enquanto no espaço privado o principal vínculo é o familiar. Isso evidencia a necessidade de socialização e, também, de sobrevivência do grupo formando “sua turma”.

Através do uso da narrativa humanizada, “a turma de amigos”, apesar da nomenclatura e da realidade “das pedras”, o narrador chama a atenção que o coração e o sentimento das crianças em causa não se petrificou, uma vez que cultivam um dos maiores valores da comunidade humana, que é a “amizade”, o que ajuda a aproximá-los dos leitores, nem que seja pela compaixão.

Na narrativa “Por que crianças dormem na pedra?”, o narrador questiona o leitor sobre uma realidade que não pertence ao mundo natural das pessoas humanas e, muito menos, das “crianças”. Esse questionamento mexe com a emoção do leitor, porque, no inconsciente coletivo, o sono infantil remete a lindos sonhos, em lugar tranqüilo, aconchegante e aquecido de temperatura e de afeto, adequado à fragilidade e meiguice da “criança” que em nada combina com aspreza, frieza e sujeira de uma laje de “pedra”. O texto interage com o leitor, convidando-o a encontrar os vilões dessa história triste. A forma imediata, sugerida ao leitor para ajudar e se tornar heróis, é a leitura do texto. A simples aceitação do desafio para desvendar a problemática colocada no título, “Por que crianças dormem na pedra?”, proporciona aos leitores uma sensação de heróis coadjuvantes, que estão à caça dos vilões.

O narrador mostra que as crianças, a seu modo, mantêm uma “rotina”, não familiar, nem de abrigos públicos, mas de “turma de amigos”, onde, apesar de não terem janta, cama, escova dental e o boa noite dos pais, eles “se preparam para dormir”, protegendo-se mutuamente, distantes da proteção familiar e do Estado.

O cenário descrito “plano inclinado” prende e ajuda o leitor, no exercício de empatia, imaginando e se aproximando das condições impróprias, em que os meninos e meninas dormem, podendo cair durante o sono.

O diminutivo, “mudinho”, acompanhado do adjetivo “é boa gente” indica que a criança tem discernimento para identificar as pessoas boas e más, e significa um tratamento carinhoso, bem como uma forma humanizada de nominar “gente”, e entender o outro “como não consegue falar, fica nervoso”. Por outro lado, o uso do “mas” relativiza a virtude de “boa gente”, uma vez

que “fica nervoso” e mostra certa intolerância da “turma” com a limitação do outro, que não consegue falar.

Esses comportamentos - “nervoso e raivoso” - podem sugerir, ao leitor, o sentido de que, se é difícil para as demais crianças e adultos, que conseguem se comunicar, sobreviver nas ruas, mais difícil ainda é para quem é portador de necessidades especiais, uma vez que nem as necessidades básicas são consideradas, quanto menos as “especiais”. Esse cenário de múltiplas privações contribui para o leitor se identificar e até entender o “nervosismo e a raiva” de quem não consegue se fazer entender pelos demais.

5.8.2.3 Ações atribuídas aos personagens

“A oferta em rima do vendedor de espetinho seduz Vitor e as seis crianças de rua que se preparam para dormir nas escadarias [...] Depois de pedir o dinheiro para um tio [...] eles devoram os cinco cubos de lingüiça e carne”.

“[...] a turma de amigos ocupa a escadaria da histórica elevada [...]”.

“[...] o garoto salta da amurada do viaduto, mas depois se apavora com a altura, teme cair do abrigo [...]”.

“Os efeitos do cheiro da loló amplificam a bagunça dos que dormem ao relento”.

“Elias porta um canivete, pois já sofreu tentativa de abuso sexual”.

“Eles dormem amontoados, para proteção mútua”.

As ações descritas, na primeira narrativa, evidenciam a privação e o desejo, a presença e a ausência, o ver e o não poder, a proximidade e a impossibilidade. Não bastasse a fome e o desejo, há a persuasão da linguagem “em rima”, ofertando espetinho. O uso do verbo “pedir” salienta certa educação, uma vez que não roubam, mas pedem e a nomeação “tio”, um tratamento afetivo, familiar, que pode levar o outro a pensar que aquela criança poderia ser um sobrinho seu, passando fome. Por outro lado, pode funcionar como uma estratégia de comoção e aproximação, para o pedido ser bem sucedido. Por sua vez, o verbo “devoram” exacerba o nível da fome das crianças, ou seja, a fome é tanta que eles não comem “devoram”, o que justifica, para os leitores, o ato de pedir dinheiro ao tio, pois, do contrário, teriam dormido famintos.

O ato de “ocupar” a escadaria da histórica elevada pode sugerir que esse tipo de “turma de amigos” também é histórico, logo, há uma espécie de pertencimento nessa ocupação, como se a escadaria da elevada, fosse o único “lar” a acolher os seus “filhos da pedra”. Portanto, a narrativa

sugere que, mesmo que a condição existencial, por acidente de percurso, os aproxime “turma de amigos”, “escadaria” “filhos da pedra”, a identidade essencial os diferencia e os distancia, ou seja, não há traço identitário entre ambos.

Isso mostra uma coragem e atrevimento, próprio de meninos travessos e espertos, que não têm noção do perigo, mas que, como crianças “depois se apavoram” até porque não tem ninguém que os ampare e proteja no salto. Isso seria comum em um ambiente familiar, em que as crianças ousam, confiando na proteção dos pais, que costumam estimular “salta que a mãe/pai segura/ampara”. É como se, ao “se apavorar”, o garoto que saltou caísse em si e enxergasse, ao invés do reço paterno, a concretude de uma laje. A narrativa reforça, assim, a idéia que toda a criança necessita de proteção, pois não tem noção do perigo.

O narrador destaca o efeito da droga, através do uso do verbo “amplificam”, que dá uma dimensão maior, ao desordenamento do cenário. Esse cenário se mostra impróprio para o repouso de qualquer ser humano e, ainda mais, de crianças que, contraditoriamente, ao invés do aconchego do lar, “dormem no relento”.

Ao mesmo tempo, o narrador denuncia que o Elias “porta um canivete” e preocupa-se em justificar, ao leitor, que se trata de uma autodefesa, “pois já sofreu tentativa de abuso sexual”. Sugere que, apesar de morar na rua, o personagem não perdeu seus valores morais, o que dá um ar de “legalidade”, ao fato de portar a “arma”, para se defender de outros possíveis abusos.

Ao narrar as condições impróprias, em que as crianças “dormem amontoadas”, antes que o leitor possa imaginar outros motivos, como uma possível “promiscuidade sexual”, o narrador tem o cuidado de dar uma nobre justificativa: “proteção mútua”. Uma proteção semelhante a que se espera de uma família, onde há reciprocidade entre seus membros, defendendo e protegendo, uns aos outros de ameaças externas. O ato de dormir amontoados sugere, então, uma estratégia de sobrevivência e de proteção do grupo, mas, também, salienta a relação humanizada e os vínculos afetivos, desenvolvidos entre os membros da “turma”, a ponto de se preocuparem em se proteger mutuamente.

Constata-se, por parte do narrador, uma preocupação humanística, no sentido de interpretar e justificar as ações dos personagens, aos leitores, de forma coerente com o cenário, em que o episódio está inserido. O mediador, como “participante justo”, procura conhecer e considerar as especificidades, muitas delas desconhecidas dos leitores. Essa preocupação em dar visibilidade ao contexto comunicacional denota sua responsabilidade, em ofertar uma produção de sentidos, coe-

rente com a realidade das pessoas em causa. Assim, o estilo narrativo respeita o saber, o ser e a forma de estar e sobreviver na rua, dessas crianças, sem impor um enquadramento externo, seja ele individual, institucional ou social.

5.8.2.4 Identificação dos conflitos

Programas de proteção à infância não estão conseguindo resolver o drama. A produção de miseráveis é maior do que a rede de amparo pode suportar.

Para o Conselho Tutelar, o garoto está abrigado recebendo comida e dormindo na cama. Na realidade, a rua é o seu lar. [...] a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) afirmou que o nome do menino não era conhecido pelo Serviço Social de Rua e que não era possível saber se estava vinculado a outro serviço porque o cadastro não é centralizado. A Fasc [...] diz que ele fugiu [...] os abrigos funcionam em regime aberto porque o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito de ir e vir.

A Fasc oferece tratamento, mas a adesão depende do abrigado. A polícia alega que não pode fazer nada porque a droga é legal.

As narrativas acima mostram múltiplos conflitos, entre a sociedade e os “miseráveis”, entre as instituições responsáveis pela problemática, entre a instituição e os abrigados e entre a polícia e a legislação.

O uso da expressão “a produção de miseráveis é maior que a rede de amparo” sugere uma atividade de escala industrial, com grande quantidade. Um desequilíbrio entre oferta (artesanal) e demanda (industrial), significando uma incompetência da gestão pública, na prevenção e administração da problemática. Por outro lado, o uso da expressão “produção” sugere um questionamento ao leitor: quem produz os miseráveis em escala industrial? A resposta sinaliza para um sujeito coletivo: a sociedade. Seguindo esse raciocínio, tem-se que a sociedade que produz “miseráveis” delega, aos seus “eleitos”, a responsabilidade pela gestão da “rede de amparo”. Assim, a sociedade teria mais competência em produzir miseráveis do que desenvolver pessoas e formar cidadãos. Trata-se, primeiro, de “objetos” produzidos, sem direitos e, no segundo momento, eles continuam sem o merecimento, sequer, de “amparo”, quanto menos de seus direitos.

Conflito entre a Fasc, que afirmou que o nome do menino não era conhecido pelo Serviço Social de Rua e que não era possível saber se estava vinculado a outro serviço; o Conselho Tutelar, para o qual “o garoto está abrigado recebendo comida e dormindo na cama”; e o narrador,

que é taxativo: “Na realidade, a rua é o seu lar”. O motivo do conflito é a falta de um sistema de cadastro centralizado. O narrador denuncia a contradição de informações, a falta de acompanhamento do Conselho Tutelar e a falta de controle dos abrigos, bem como sua incapacidade em manter as crianças.

Diante da fuga de um menino, a narrativa evidencia o conflito, gerado entre quem põe em prática as leis e quem elabora - no caso, entre a Fasc e o ECA. A Fasc, que funciona em regime aberto como os demais abrigos, “diz que ele fugiu” e responsabiliza o ECA, que “assegura o direito de ir e vir”. Esse mesmo tipo de conflito observa-se com relação ao consumo da droga loló: “A polícia alega que não pode fazer nada porque a droga é legal.”. A Fasc, por sua vez “oferece tratamento, mas a adesão depende do abrigado”. O uso do “mas” sugere que é em vão o tratamento oferecido, se não houver a adesão do abrigado, ou seja, a Instituição faz a sua parte; o resto só depende do abrigado.

Verifica-se o desencontro e contradição de informações, entre os diferentes órgãos, que respondem pela problemática em questão. Esse desencontro decorre do fato de não haver um cadastro centralizado, o que impossibilita o acompanhamento simultâneo do processo. Há, portanto, dificuldade de acesso a uma informação atualizada e de acompanhamento dos processos. Daí, pode-se inferir que os dados fornecidos pelos organismos oficiais podem estar distantes da realidade observada pelos leitores, nas ruas das grandes cidades.

5.8.2.5 Estratégias objetivadas

- “[...] ô meu, olha onde vai pulá”. (Vitor)
- “Ficamos de mãos amarradas, porque portar ou consumir loló não é crime”. (Delegado Cristian Nedel)

Entre a “turma de amigos”, uns cuidam dos outros “[...] ô meu, olha onde vai pulá”. Essa advertência significa posse, vínculo, afeto, “O meu”, e também preocupação, apreensão e alerta sobre possível perigo, para que nada de mal aconteça ao outro: “olha onde vai pulá”. Essa preocupação e cuidado sugere que as crianças, na ausência dos familiares, assumem a vez de irmãos e pais, uns dos outros, ou seja, gestores e adultos precoces.

A fala do delegado evidencia o olhar e a linha de atuação desses atores sociais, bem como das Instituições que representam, em relação à problemática abordada, ou seja, a abordagem é da “criminalização da infância”. Quando isso ocorre, há um deslocamento do papel da infância em situação de rua: de vítimas para vilões ou auxiliares de vilões. A inoperância e ineficiência pública “ficamos de mãos amarradas” é justificada pela limitação jurídica: “não é crime”.

5.8.2.6 Estratégias subjetivadas

- “Vitor rega o assado com o molho de pimenta, lambuza os lábios de farinha de mandioca”.
- “[...] fazia xixi sobre os passageiros de ônibus que [...] quando percebem o chuveiro malcheiroso sobre os ombros, é tarde, ouvem apenas a gargalhada marota camuflada na noite”.
- “Elias [...] abre a lâmina, demonstra como furaria a barriga do agressor”.
- “No mundo do papel, Vitor está protegido”.
- “Não é à toa que uma em cada quatro crianças que perambulam pelas ruas da Capital consuma loló”.

O uso do verbo “regar” sugere um sentido exacerbado, para o ato de temperar. É mais que molhar, é uma forma de curtir intensamente o alimento desejado, como se fosse a preparação de um banquete raro. Da mesma forma, “lambuzar” é mais do que sujar; é o melear da criança se alimentando. Significa intensidade, apesar de o “assado” ser apenas um “espetinho”, onde até a farinha serve para incrementar o momento de raro prazer. Portanto, esses verbos sugerem um estado de êxtase e deslumbramento “rega o assado”, “lambuza os lábios”, diante de algo tão desejado pelo faro e olhar de quem vive nas ruas, mas, normalmente, distante e raro para sua degustação. Evidencia a sensibilidade do narrador, em captar essas sensações e desejos através da técnica de observação e empatia.

Na narrativa, “Elias [...] abre a lâmina, demonstra como furaria a barriga do agressor”, o narrador cria um suspense no leitor, a descrição ocorre de forma processual “abre a lâmina, demonstra”, em seguida assusta “furaria a barriga”, mas prende a atenção e justifica “do agressor”. Assim, o que poderia ser um sinal de barbárie, se ao invés “do agressor” fosse usada outra nomenclatura genérica, como “da pessoa”, o narrador transforma em uma justificativa plausível de preparo, domínio e treinamento para autodefesa de quem sobrevive nas ruas. Rua aqui entendida como

lugar de perigo e de ameaça à vida das crianças, duplamente desprotegidas, pela família e pelo estado.

O narrador usa de ironia “no mundo do papel”, para mostrar o distanciamento entre a lei e a realidade, entre o direito à proteção e a proteção de fato, ou seja, sugere que a proteção e os direitos da infância ainda são uma falácia, pois não saíram do papel.

Na narrativa “Não é à toa que uma em cada quatro crianças que perambulam pelas ruas da Capital consoma loló”, a expressão “Não é à toa” justifica e relativiza o hábito das crianças ou a suposta “responsabilidade” que o leitor poderia lhes atribuir, pelo consumo da droga. O narrador argumenta, apresentando uma triste estatística: “uma em cada quatro crianças que perambulam pelas ruas da Capital consoma loló”. Percebe-se a compreensão do narrador com quem tem seus direitos garantidos, apenas “no mundo do papel”. Assim, as crianças se obrigam a buscar amparo nas drogas, para suportar a realidade da rua, difícil para um adulto, quanto mais para elas.

5.8.2.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia se deu na rotina das crianças nas ruas, mostrando as relações entre eles e com o restante da população, a construção de vínculos afetivos e a luta pela sobrevivência, em contrapartida à ineficiência das políticas sociais, que transformam os direitos das crianças e dos adolescentes numa falácia.

A questão da reintegração familiar não foi abordada.

5.8.2.8 Metanarrativa

- A metanarrativa desse episódio responde ao questionamento feito no título “Por que crianças dormem na pedra?”

- As crianças dormem na pedra porque os programas de proteção à infância são ineficazes; os abrigos não possuem suporte necessário para atender todas as crianças e adolescentes; os órgãos públicos responsáveis não sabem onde as crianças estão, uma vez que o cadastro é descentralizado; os direitos da infância e da adolescência continuam no papel.

5.9.3 Episódio Jornalístico: “Luta sem fim contra a sedução das ruas”

Narrador: Géssica Trindade

Data de publicação: 10/7/2005

5.9.3.1 Reconstituição do episódio

O episódio narra a atuação do Programa de Apoio a meninas e meninos (Proame), na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. A Organização é considerada referência na área, pelas atividades educacionais e esportivas desenvolvidas e pela eficácia em retirar as crianças das ruas, muitas vezes conseguindo inseri-las no núcleo familiar. O Programa conta com o apoio da rainha Silvia, da Suécia, porém os recursos são suficientes para atender apenas 20 de um total de 138 crianças em situação de rua.

O narrador apresenta dados estatísticos que mostram a situação de miserabilidade que vive parte da população, o que justificaria a procura das crianças pela sobrevivência familiar ou particular nas ruas.

Há o depoimento de um menino de rua, que mora debaixo de uma ponte, na companhia de seu cachorro. Ele fala de sua experiência, sentimentos e escolhas. O narrador apresenta outra história de um menino que fugiu inúmeras vezes de casa, em nome da “sedução das ruas”, e abre espaço para a mãe expressar seu desespero e os métodos de aprisioná-lo em casa.

O secretário de Assistência, Cidadania e Inclusão Social foi questionado sobre a problemática, na sua fala, em forma de Box, criticou as organizações que oferecem atendimento transitório, dizendo que a maioria dos que vivem em situação de rua já passaram por algum programa que não resolveu o problema. Expõe os programas da Prefeitura e promete, para um futuro próximo, um projeto para capacitação das organizações, visando a um atendimento duradouro.

Após simplificar a problemática, na questão da “sedução das ruas”, o narrador abre espaço, em forma de box, para informar medidas pontuais, que, segundo a Proame, poderiam ser adotadas pelo Poder Público, como:

“Apoio sociofamiliar a crianças e adolescentes em situação de risco, atraindo organizações parceiras; ressocialização depois da passagem por fazendas de desin-

toxicação da drogadição; criação de espaços de lazer nas comunidades dos meninos e meninas em situação de rua para que não precisem perambular pelo centro da cidade atrás de diversão; conscientização de professores para que não rotulem esses alunos como “problemas” e para que possam inseri-los de forma positiva no ambiente escolar”.

Essas medidas poderiam ter pautado o esquema narrativo e servido de pressão, junto ao poder público. O sentido sugerido teria sido outro: ao invés do caminho das ruas ser uma “opção” e “atitude libertária” das crianças e adolescentes, o narrador como “participante justo” (MERRIT, 1995), teria cobrado a ineficiência e insuficiência de políticas públicas sociais.

5.9.3.2 A construção de personagens jornalísticos

“garotos [...] garotas”
 “meninos e meninas”
 “crianças e adolescentes em situação de risco”
 “meninos e meninas em situação de rua”
 “não rotulem esses alunos como ‘problemas’”
 “catadores de lixo da Vila Caída do Céu, maltrapilhos infestados de lêndeas e piolhos, andarilhos à noite e que, de dia, habitam duas peças imersas na escuridão.”

Os narradores se referem às crianças e adolescentes em causa, através de uma identidade genérica: “garotos, garotas [...] meninos e meninas”. Já os especialistas da Proame usam uma nomenclatura recomendada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: “crianças e adolescentes em situação de risco [...] meninos e meninas em situação de rua”. A narrativa sugere que, diferente de ser de risco (vilões), elas estão em risco (vítimas); diferente de ser “da rua” (pertencimento), eles estão na rua (situacional). Significa um olhar não determinista da realidade, ou seja, tem possibilidade de reverter a situação, para que não estejam mais em risco e nem na rua.

O pedido da especialista da Proame, para que “não rotulem esses alunos como “problemas””, significa o esforço de inclusão no ambiente escolar. Também evidencia a importância de acabar com uma prática discriminatória, vigente em muitas escolas, que nominam crianças e adolescentes em estado de risco ou de rua como “problema”. Para uma criança ser enxergada como um problema já é o maior dos problemas, em termos de superação. Além de sentir o peso da rejeição, isso dificultará a construção de sua autoestima visando à aceitação social.

Quanto aos personagens adultos, inicialmente, são nominados, como “catadores de lixo”, logo, trabalhadores; porém, em seguida, são caracterizados como “andarilhos”. Isso sugere uma contradição e discriminação ao trabalho dos catadores de papel, uma vez que a categoria de andarilho não costuma envolver-se em um trabalho, pela sua característica de migrar, continuamente, de uma cidade a outra. A narrativa sugere que se trata de seres incomuns, filhos da noite, que à luz do dia, vivem na escuridão. Enquanto os outros dormem e procuram ambientes arejados e iluminados, eles são “andarilhos à noite e que de dia habitam peças imersas na escuridão.” O texto destaca hábitos opostos aos demais, como se uns fossem “filhos das trevas”, e os outros, “filhos da luz”.

A citação do nome da Vila sugere um sentido irônico “Caída do Céu”, lugar onde habitam “maltrapilhos, infestados de lêndeas e piolhos, andarilhos”. Ou seja, personagens excluídos até do céu, como se fossem mortos-vivos. É como se, para esses, restassem apenas “peças imersas na escuridão”, com problemas de insalubridade, precariedade, luz, higiene, problema de infra-estrutura e saúde. Um cenário impróprio para habitação humana.

5.9.3.3 Ações atribuídas aos personagens

“Vagam pelo centro”.

“São garotos que, na maioria, convertem-se em flanelinhas ou engraxates, garotas que aderem à prostituição ou à coleta de lixo reciclável”.

“Opção: o garoto F., 16 anos, se alimenta de restos de lixo e vive com o vira-lata Dione sob a Ponte da Integração.”

A expressão “vagam pelo centro” remete à metáfora centro-periferia. Assim, “vagam” sugere que estão deslocados, desamparados, perdidos “pelo centro”, uma vez que pertencem à periferia.

Na narrativa “São garotos que, na maioria, convertem-se em flanelinhas ou engraxates, garotas que aderem à prostituição ou à coleta de lixo reciclável”, o termo “ou” sinaliza para a limitação de alternativas de trabalho e de futuro, remete a um lugar já destinado e nada promissor: para os garotos, “flanelinhas ou engraxates”, e, para as garotas, “prostituição ou à coleta de lixo”. Por outro lado, o uso do verbo “convertem-se”, muito presente no campo religioso, remete à atua-

ção de um mediador, que os levou ou induziu a tal prática; logo, eles podem ser vistos como vítimas. Já o verbo “aderem”, utilizado para opção feminina, pressupõe um querer, sugere uma possível liberdade de escolha, uma opção pessoal entre a prostituição e a coleta do lixo. Logo, caso escolham a primeira alternativa, está pressuposto o papel de vilãs, por terem escolhido, supostamente, o caminho mais fácil e, moralmente e socialmente, condenável. Implicitamente, pode estar subjacente, aqui, uma questão de gênero.

Ao informar o nome do cachorro, “Dione”, nome de uma pessoa, a narrativa ao mesmo tempo que humaniza a companhia, ameniza a solidão do garoto e mostra a preferência, “opção”, de conviver com o cachorro, do que com outras pessoas ou os próprios familiares. Isso reforça o dito popular: “o cachorro é o melhor amigo do homem”. Além da amizade, o narrador aproxima os dois personagens, com o uso da expressão “se alimenta de restos de lixo”, o que significa que o menino também é uma espécie de vira-lata, “cachorro sem dono”, perambulando pela rua. Ao destacar o hábito em comum e o nome do cachorro, o narrador reúne traços identitários, que igualam os dois personagens: menino e o cachorro, o humano e o animal. O cenário, ironicamente, é a “Ponte da Integração”, integração entre o garoto e o cachorro, e desintegração com a sociedade.

5.9.3.4 Identificação de conflitos

“Em uma cidade de 2006,7 mil habitantes, onde 3 mil famílias vivem em áreas de risco e há 11 mil moradias irregulares, 44,25% dos meninos e meninas dizem estar à procura de sustento familiar. O sustento próprio é a segunda opção, concentrando 21,15% dos entrevistados.”

“Indagado sobre porque foge, R., sequer sabe responder. E ajuda a forjar um grupo que diferentemente das vítimas de agressões ou abusos sexuais dentro de casa, reconhece a rua não como a última opção, mas como a mais atraente”.

Os dados da pesquisa sugerem conflito com o poder público, denunciando a falta de políticas sociais, voltadas para habitação popular, emprego e geração de renda: “Em uma cidade de 2006,7 mil habitantes, onde 3 mil famílias vivem em áreas de risco e há 11 mil moradias irregulares”. A consequência é o trabalho infantil e as crianças nas ruas, tendo que dar conta das necessidades familiares ou do sustento próprio: “44,25% dos meninos e meninas dizem estar à procura de sustento familiar. O sustento próprio é a segunda opção, concentrando 21,15% dos entrevista-

dos.”. Os dados sugerem indignação, ao leitor, pela falácia da “proteção de papel”, dos direitos das crianças e adolescentes, garantidos no ECA.

O uso das expressões “ajuda a forjar” e “reconhece a rua [...] como a mais atraente” concentra a responsabilidade no menino, atribuindo um papel de vilão e, também, de réu, que não tem justificativa para seus mal feitos: “Indagado sobre porque foge, R., sequer sabe responder.” Assim, o próprio silêncio o condena, liberando o leitor para, também, responsabilizá-lo, como integrante de “um grupo que diferentemente das vítimas de agressões ou abusos sexuais dentro de casa reconhece a rua não como a última opção, mas como a mais atraente”. O narrador sugere que os únicos motivos aceitáveis, para as crianças procurarem a rua são as agressões e abusos sexuais, como se outras necessidades e privações não existissem, tais como afeto, agressão psicológica, espaço de lazer, cultura e perspectivas de melhoria de vida. Nesse cenário, onde as crianças e adolescentes estão na rua, por ser esta a opção mais atraente, o narrador sugere um sentido que a sociedade pode “lavar suas mãos”, uma vez que não se trata de necessidades, mas de uma “opção libertária”.

5.9.3.5 Estratégia objetivada

“Eles buscam nas ruas um refúgio para o que enfrentam em suas próprias casas. Numa família em que tem proteção, carinho e atenção, mesmo com miserabilidade, eles não vêm para as ruas”. (Assistente Social, Márcia Martins, 37 anos)

“Quando a gente é pequeno é mais fácil. As pessoas ficam com pena. Quando cresce, vira para elas um vagabundo. Preferia ser criança ainda, só para ficar em casa e jogar bola.” (R., 13 anos)

“Meu irmão de 22 anos me deixaria morar com ele. Mas na rua tenho mais liberdade”. (F, 16 anos)

“Quando pergunto se não tem medo de ficar na rua, ele me conta que dormem uns quatro ou cinco juntos, que não tem perigo. Quantas vezes dei de cinto nele para não fugir mais, mas todos me dizem que era pior. Agora, só colocando nele um cadeado” (mãe de R, 12 anos)

“A maioria já passou por programas de atendimento, transitoriamente, e não resolveu. Não adianta a Instituição dizer ter as portas abertas e não atender continuamente. [...] No segundo semestre, começaremos um projeto de capacitação com entidades comunitárias para atendimento mais duradouro.” (Sec. Assistência, Cidadania e Inclusão Social de SL)

O desabafo do personagem R, 13 anos - “Quando a gente é pequeno é mais fácil. As pessoas ficam com pena. Quando cresce, vira para elas um vagabundo. Preferia ser criança ainda, só para ficar em casa e jogar bola.” - retrata o sentimento de grande parte da sociedade, diante de uma criança mendigando: “pena” e a representação social, feita dos jovens e adultos que mendigam: “vagabundo”. A fala de R. destaca o discernimento do que é ser criança e não desejar a “pena”, mas “preferia” “ficar em casa e jogar bola”. Sugere, também, um saudosismo, “Preferia”, por algo que nem sequer viveu, mas que já passou: a infância.

Destaca-se a representação humanizada que faz de si próprio e do coletivo, que representa “a gente” e do outro, “as pessoas”, contrastando com “pivete”, que é a forma como parte da sociedade, comumente, os nomina. Isso significa que a rua não o embruteceu. Evidencia sua sensibilidade e discernimento, ao interpretar que a única fase, em que são vistos pelo restante da sociedade, como “gente” é quando são “pequenos”, uma vez que, quando crescem, “vira para elas vagabundo”. Pode-se observar, então que, segundo a percepção da criança em situação de rua, em nenhuma fase de suas vidas eles são vistos como sujeitos de direito. Como crianças, são vítimas, dignas, apenas, de “pena”, quando adultos viram vilões “vagabundos”.

Outra questão importante, na fala do menino, é perceber a diferença de representação, que ele faz de seu grupo, “a gente”, e a que ele pensa que a sociedade constrói deles, “pena” (crianças), “vagabundos” (adultos). Está implícito que o grupo não sente “pena” de si próprio, nem se enxerga como “vagabundos”, quando adultos, mas eles sabem como são vistos pela sociedade, “as pessoas”, “elas”. Mesmo sendo crianças, essa consciência da marca social de “vagabundo” que eles carregam, pode ser resultado da convivência com as pessoas adultas, que enfrentam essa realidade, ou da observação da hostilidade, com que a sociedade os trata. De qualquer forma, é um fardo pesado demais, para uma criança carregar, como traço identitário de um futuro nada promissor.

Percebe-se, nesse caso, o ciclo cultural e perverso da esmola, que caracteriza a sociedade, quando ela se penaliza e, através da esmola, garante a permanência da criança na rua. À medida que essa criança cresce, tendo como perspectiva de vida a rua, a mesma sociedade a rejeita e a vê como “vagabundo”. Aí, normalmente, já é tarde demais para o retorno familiar, pois se perdeu o vínculo familiar; a rua tornou-se atraente e já houve apropriação da cultura da rua. Fica implícito que quem dá esmola, ao contrário do que pode pensar é vilão, e não herói.

A narrativa da especialista “Eles buscam nas ruas um refúgio para o que enfrentam em suas próprias casas” mostra um deslocamento e inversão de espaços. Em princípio, o espaço privado deve servir de “refúgio”, de proteção em relação, aos perigos da rua, mas a narrativa mostra que ocorre o contrário. Nesse caso, a rua passa a significar proteção e refúgio, e a casa, ameaça e insegurança. Na continuidade, a fala da especialista, “Numa família em que tem proteção, carinho e atenção, mesmo com miserabilidade, eles não vêm para as ruas”, contradiz a hipótese defendida pelo narrador “Luta sem fim contra a sedução das ruas”, ou seja, o principal motivo de as crianças buscarem as ruas é a desestruturação, familiar e não a simples “sedução”.

A narrativa do adolescente F, 16 anos, que foi morar na rua, após a morte dos pais, concentra a responsabilidade da situação pela própria declaração: “Meu irmão de 22 anos me deixaria morar com ele”. Isso justifica que se trata de uma “opção”, pela “liberdade”, “Mas na rua tenho mais liberdade”. Assim, o sentido sugerido é que o poder público e a sociedade podem “lavar as mãos”, uma vez que o adolescente teve alternativa e, mesmo assim, optou pela rua. Verificasse, aqui, uma apropriação da cultura da rua, que, mesmo trabalhando à noite toda guardando carro, prefere a privacidade de dormir com seu cachorro, em cima de uma ponte, adotando como sua casa, do que com a família do irmão.

A narrativa da mãe de R, 12 anos, que já fugiu de casa quatro vezes “Quando pergunto se não tem medo de ficar na rua, ele me conta que dormem uns quatro ou cinco juntos, que não tem perigo” - também evidencia que o personagem já se apropriou da cultura da rua, já formou sua “família alternativa”, formada por sujeitos que se protegem mutuamente e, assim, se sente protegido. Isso sugere, também, um forte conflito entre mãe e filho, entre os interesses e métodos de um e os interesses e métodos do outro. Inicialmente, à mãe poderia ser atribuído o papel de vilã: “Quantas vezes dei de cinto nele para não fugir mais [...]. Agora, só colocando nele um cadeado”. Após a fala da personagem, porém, o narrador justifica o ato, vitimando a mãe dedicada: “lamenta a mãe, no dilema de ver o filho bem vestido e calçado, alimentado em uma casa modesta, mas limpa”. A mãe vítima sofre a ação do filho vilão, que foge, segundo o narrador, “sob uma alegação libertária.” Simplifica-se o conflito, pois não se reporta à necessidade de vínculos afetivos; “o dilema” está em “ver o filho bem vestido e calçado, alimentado em uma casa modesta, mas limpa”. Isso sugere a interpretação de que a casa do pobre pode ser modesta, “mas” precisa ser limpa.

Outro dado é que a narrativa restringe a causa da fuga à “alegação libertária”. Essa hipótese, produzida pelo narrador, o cega para ver outras causas latentes. Para provar sua hipótese, ele sugere que basta não agredir e violentar para a criança ser feliz, no espaço privado. Ignora a necessidade de afeto, atenção, proteção, lazer e perspectivas de melhorar de vida. Quanto ao método materno, fica uma dúvida no receptor, diante da confissão da mãe “quantas vezes dei de cinto nele”, se antes não havia violência? Porque quem é capaz de usar cinto e cadeado em um “momento de desespero”, não seria capaz de agredir em momentos mais amenos? Se isso for verdade, o narrador novamente simplificou a problemática, sentenciando que apesar de ter comida, roupa e casa limpa o menino fugia “sob uma alegação libertária”.

A narrativa do representante público - “A maioria já passou [...] transitoriamente e não resolveu. Não adianta [...] não atender continuamente” - desencadeia um conflito entre o poder público municipal e as Instituições Comunitárias. Trata-se de uma crítica à ineficiência dos programas de atendimento das instituições, ações casuais, sem planejamento. Verifica-se a dificuldade de os programas corresponderem às reais necessidades das pessoas em causa, incluindo as crianças, adolescentes e as famílias, como protagonistas do processo, e não como meros figurantes. Trata-se do que Demo (2007) classifica como “banalização das políticas sociais”, com propostas compensatórias e oportunistas, que não conseguem atingir as raízes do problema; ao contrário, estimulam o processamento e a propagação. Essa é uma visão tradicional de políticas públicas que não contemplam ações preventivas, redistribuição de renda e poder, e equalização de oportunidades com potencial emancipatório. Nesse cenário onde os personagens em causa estão na condição de objetos manipulados, e não de sujeitos conscientes, Demo (2007, p.23) adverte: “Não é ideal social ser assistido[...] Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado.” Trata-se de uma realidade, onde Estado, prefeitura e instituições civis estão perpetuando uma prática de políticas superficiais e desintegradas, de “alto giro e baixo custo”. Este é um forte sintoma de que as políticas sociais precisam ser definitivamente revistas.

Na continuidade da narrativa, o personagem público deixa a crítica de lado e assume, também, um “nossa culpa” e anuncia uma solução adiada: “No segundo semestre, começaremos um projeto”. Ele destaca a importância da integração do poder público com organizações da sociedade civil, “de capacitação com entidades comunitárias [...] para atendimento mais duradouro”. Trata-se de um trabalho em rede, porque esse tipo de trabalho isolado não tem resultado duradouro, porém ele não especifica o que seria mais duradouro e a alternativa continua no plano retórico.

Ou seja, as crianças e adolescentes, em situação de rua, continuarão sendo vistas como propriedades do Estado, até porque, o personagem não menciona investimento em reintegração familiar.

5.9.3.6 Estratégia subjetivada

“Quando a liberdade se torna vilã.”

“Opção libertária”

“Luta sem fim contra a sedução das ruas.”

“A perenidade dessa mazela, apesar de tantos esforços em extingui-la” “Vácuo social”.

A supervalorização da causa da tentação da liberdade das ruas reduz a problemática em pauta à “sedução das ruas” e desvia a responsabilidade das políticas públicas e do contexto familiar, uma vez que se trata de uma “opção libertária” a “liberdade se torna vilã”. Trata-se de uma linguagem de causa – consequência: foge porque a liberdade das ruas seduz.

As informações destacadas, em um box identificado como “Vácuo Social”, contradizem essa simplificação, pois sugerem que, para além da simples sedução, há um espaço vazio, não preenchido por políticas sociais. São relatadas as medidas que “poderiam” ser tomadas pelo poder público. O uso do verbo “poderiam”, ao invés de “deveriam”, relativiza a responsabilidade do poder público em disponibilizar alternativas de lazer e cultura, que seduziriam as crianças a permanecerem próximas as suas famílias. Portanto, o narrador entra em contradição, quando, no texto, relata que a rua é uma “opção libertária” e, no Box, dá a entender que o problema não é simples, como anteriormente diagnosticou, uma vez que “falta perspectiva, alternativas, espaços de lazer”.

“Luta sem fim” sugere certo desânimo, esforço desperdiçado, porque o que move a pessoa que luta é acreditar que, um dia, a luta terá fim. A expressão “luta sem fim” pode significar que o narrador julga não existir um programa socioeducativo, que possa concorrer com a sedução das ruas; pode significar, ainda, que o surgimento de crianças em situação de rua é maior que a rede de atendimento público. Isso significa que as políticas públicas não dão conta desse atendimento ou, ainda, que os programas existem, mas são ineficazes e desarticulados.

A avaliação do narrador - “a perenidade dessa mazela, apesar de tantos esforços em extingui-la” - significa que o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua transformou-se

em uma doença social, que se eternizou ao longo da história. O uso do “apesar” sugere, também, certo desânimo, diante de tanto empenho e pouco resultado. É como que se tratasse de algo sem solução definitiva. Apesar de não problematizado pelo narrador, contudo, a narrativa pode provocar o leitor a pensar sobre as causas dos esforços improdutivos, como programas desarticulados e inadequados; técnicos despreparados, para lidar com as pessoas em causa; ausência de uma “proposta planejada de enfrentamento” da problemática; políticas sociais que ignoraram o horizonte político da pobreza, transformando-se em “mecanismos de controle e desmobilização social”. Conclui, enfim, sobre a incompetência do poder público e das instituições, em lidar com essa problemática que, historicamente, aguarda solução e extinção.

5.9.3.7 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

O enquadramento da notícia foi a luta contra a sedução das ruas, como uma “opção liberatória”, e não contra a pobreza e a falta de oportunidades e perspectivas.

Para desconstruir esse esquema narrativo, basta questionar porque as demais crianças não se sentem seduzidas pela rua? Na resposta, estaria o enquadramento adequado e complexo para a problemática abordada.

5.9.3.8 Metanarrativa

- A liberdade da rua seduz as crianças pobres.
- As crianças buscam na rua o que não encontram em casa, mas também é uma “opção libertária”.

5.10 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS CATEGORIAS ANALISADAS

5.10.1 Considerações sobre a categoria políticas públicas sociais

A premissa que deve orientar a cobertura de políticas públicas é que os direitos básicos devem ser garantidos a todos os cidadãos (CASTRO, 2008). Assim, a responsabilidade do jornalismo é “servir o cidadão e vigiar o poder” (BUCCI, 2008, p.46). Apesar dessas premissas, os episódios analisados, que abordam direta ou indiretamente a questão das políticas públicas sociais, sugerem muitos sentidos.

Constata-se que a maioria dos conflitos é decorrência da incapacidade do Estado, em dar conta das suas atribuições, resultando em um confronto entre os incluídos e os excluídos. Portanto, apesar da forte evidência do conflito de classes, não se pode, numa visão simplista, limitar os conflitos envolvidos como sendo um conflito, apenas, de classes sociais, mas, fundamentalmente, de um Estado que mantém uma percepção conservadora de políticas sociais, cujos gestores se mostraram incompetentes para concepção em rede do que Demo (2007, p. 10) chama de uma “[...] proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais.” Para além desses conflitos, gerados em torno da pobreza, percebe-se que a pobreza é um conflito em si mesmo. Talvez este seja o maior conflito e o maior constrangimento da sociedade contemporânea: seres humanos com igual “identidade essencial”, não tem garantida a igualdade de direitos, nem mesmo o espaço público discursivo.

A maioria dos episódios que envolvem políticas sociais aborda, de um lado, os problemas dos governos, na gestão de programas sociais: seleção, acessibilidade e fiscalização. Estratégias objetivadas na fala de especialistas criticam também a natureza curativa e não preventiva; distributiva e não redistributiva de renda e poder; desmobilizadora e mistificadora, ao invés de emanci-

patória e equalizadora de oportunidades. Estatísticas provam o alto número de crianças que passaram por algum tipo de programa social, mas continuam nas ruas. Esse tipo de atuação contribui para banalizar e desacreditar as ações do Estado.

Apesar disso, a estratégia da maioria dos narradores, no sentido de colocar a fala do poder público, à parte do texto, em forma de box, preservou do embate e impediu a tensão, em relação às falas dos demais personagens e instituições, como requer a complexidade da questão abordada. Dessa forma, o representante público se posicionou diante das necessidades de solução, para as problemáticas apresentadas, de forma politicamente correta, evasiva, genérica e postergada. Nesse cenário de resguardar o poder público, observou-se que questões fundamentais deixaram de ser problematizadas, e alternativas, de serem levantadas. Trata-se de uma estratégia inadequada do jornalismo, como espaço público, na sua função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e, também, de contribuir para que a sociedade seja mais crítica e participativa, no processo de formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas sociais.

Isso evidencia uma realidade, onde governos priorizam uma prática de políticas sociais oportunistas, superficiais e casuais, de alto giro e baixo custo, que garante a manutenção do status quo da pobreza. Responsabiliza-se, assim, o governo, por uma inadequada política pública, voltada à problemática em estudo. Por outro lado, a análise de muitos episódios sugere um problema moral: quem é pobre é porque é preguiçoso, acomodado, boa vida, bêbado, improdutivo...

Esses são fortes sintomas de que as políticas sociais precisam ser revistas, a fim de contemplar, tanto a autonomia econômica, quanto a política, voltada para a geração de renda e para os direitos de cidadania.

A maioria dos episódios analisados reflete a discrepância entre os direitos previstos constitucionalmente e as possibilidades reais de acesso por parte dos “sem – tudo” a esses direitos. Isso demonstra que as políticas públicas carecem de referências a direitos. Em virtude dessa condição, esses sujeitos que vivem à margem enfrentam enormes dificuldades em encontrar emprego e, também, de serem incluídos nos programas sociais. Trata-se de exemplos de violações aos direitos humanos e aos direitos de cidadania. Apesar dessas evidências, nos episódios que envolveram “mendigos” e “pedintes” adultos, o narrador não se referiu a essas carências e discrepâncias. Isso significa que esses narradores, seguindo a postura do Estado e do senso comum, não reconhecem os direitos dos “mendigos” e “pedintes”.

Poucos episódios, apenas três, destacaram o potencial emancipatório das políticas sociais. Esses focaram o processo evolutivo dos personagens, que começaram como “sujeitos de necessidades” e, depois, com o aporte dos programas sociais, se transformaram em “sujeitos de decisão”, atuando como protagonistas de sua existência (MATTA, 2006). Nesses casos, as políticas sociais foram vistas como investimento para atacar tanto a “pobreza econômica” quanto a política. O esquema narrativo mostrou que, no primeiro momento, a política social deu conta de um tratamento curativo, mas, na continuidade, atacou as raízes do problema: educação e trabalho.

As diferentes estratégias narrativas utilizadas sugerem, ao leitor, que: “Não é ideal social ser assistido [...] Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado” (DEMO, 2007, p.23). Nesse sentido, é interessante destacar que esses narradores desfazem o equívoco de que uma cobertura crítica implica, necessariamente, focar os aspectos negativos. Por exemplo, no episódio “Uma conquista longe das ruas”, o olhar atento da narradora conseguiu ser extremamente crítico, mostrando o êxito de um programa social. Para além das estatísticas sobre o uso do dinheiro público repassado, o relato de uma mãe explicou o processo de mudança, por que passou: “Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje. Tenho orgulho de mim agora”. Ali está, recuperando Canellas (2008, p.104), “[...] um sujeito de sua própria história, que se constrói criticamente, vocacionado para a liberdade”.

Portanto, o enquadramento jornalístico deve voltar-se para o processo de desenvolvimento humano, social e econômico, das pessoas em causa, e o questionamento deve ser se as políticas sociais e a rede de inclusão são consistentes e suficientes para enfrentar a problemática. Nesse contexto, surgem indagações do tipo: quais as dificuldades para formular e implementar políticas sociais bem-sucedidas?

5.10.2 Considerações sobre o Episódio “Fome Zero da Rua 3 da Prainha”

O núcleo da questão é a ausência do Estado. Essa ausência é mostrada como algo superável, com naturalidade e motivação, pela comunidade. Nas fotos posadas, a expressão das pessoas é de serenidade, satisfação e, até, certa alegria, e não de indignação e cansaço da luta pela sobrevivência. Assim, o objetivo da matéria foi confrontar a “força” da comunidade, com a fragilidade e ineficiência do Estado. Caso contrário, o Estado teria sido ouvido e as causas dessa ausência teriam sido abordadas.

O esquema narrativo selecionado não sinalizou a urgência do desenvolvimento de iniciativas conjuntas, envolvendo lideranças comunitárias e políticas, no sentido da efetivação de exercício de pressão, junto às instâncias decisórias, e/ou de intermediação de interesses, na esfera estadual e federal, para a conquista da cobertura dos programas sociais para a comunidade. O texto poderia, também, ter questionado a possibilidade de inserir os personagens num sistema financeiro de banco popular, onde as estatísticas mostram que há uso eficiente dos recursos.

Essa realidade lembra o economista Celso Furtado (2007), que sempre defendeu que a construção do futuro tem de estar aberta à audácia, mas não se faz sobre a destruição do passado. No episódio analisado, pode-se entender audácia, no sentido de a comunidade se mobilizar, unir esforços e exigir seus direitos. Audácia implica que os pobres assumam, como protagonistas, a sua saída da pobreza, através de uma cultura de solidariedade, mas isso não quer dizer dispensar a contrapartida das políticas públicas, para atacar questões estruturais, que impedem a comunidade de ir além do escambo. Segundo o economista, o respeito ao passado precisa existir, no sentido de que o governo, ao desenvolver políticas públicas, leve em conta essa cultura de solidarismo, com potencial para mutirões que podem ser usados para melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, ou seja, governo e comunidade, atuando em um caminho, não de dependência, mas de emancipação dos sujeitos envolvidos.

Segundo o PNUD (2000), para ajudar os pobres, é preciso conseguir que eles se organizem. Isso requer que os planos contra a pobreza devem ser assumidos pelos interessados e não ditados pelos dirigentes. Dessa forma, as ações estarão adaptadas às condições reais de cada local. Só assim os pobres podem ser protagonistas de sua própria promoção. É imprescindível que os mesmos tenham capacidade de decidir sobre os assuntos de seus interesses e sejam escutados pela administração pública.

Nesse contexto, destaca-se a importância da organização da comunidade para sua própria sobrevivência e tentativa de desenvolvimento. Assim, deve surgir uma forma de funcionamento, constituída e dirigida pelos próprios excluídos, de tal forma que possa contribuir para reduzir a situação de miserabilidade. A união das pessoas potencializa as iniciativas de sobrevivência, reduz o nível de miséria do isolamento e permite, aos mesmos, sobreviver com melhor qualidade de vida. Outras comunidades começam suas associações e cooperativas como essa, da Prainha. Posteriormente, conquistam poder, por exemplo, para negociar condições de pagamento e preços com fornecedores de alimentos e outras necessidades.

Esse tipo de organização e de iniciativa contribui para o impulso e autonomia econômica dos excluídos, fazendo com que eles consigam levar a iniciativa adiante. Assim, a luta e a organização da comunidade significam um ensaio e uma simulação, para a possibilidade de implantação de uma democracia participativa e local; porém, necessitam de um suporte público, para um desenvolvimento efetivo, pois se trata de um tipo de associação humana, baseada nos sentimentos de união e pertencimento, e não em “metas instrumentais” (TÖNNIES; LOOMIS, 2002). Nas expressões de Weber (1981), são “formas comunais” de ação social, e não “formas racionais”. Já Putnam (2001) distingue esse “capital social de ligação”, capaz de manter as pessoas unidas por ligações fortes, cultivando valores de solidariedade, lealdade e confiança, que ajuda a enfrentar situações de pobreza e isolamento, mas não conseguem traduzir esse capital em recursos, para superar suas condições de mera sobrevivência. Para que essa superação ocorra, é necessário que o “capital social de ligação” se transforme em “capital social de ponte”, que permite a comunidade se relacionar com o mundo exterior.

Nesse episódio, predominou, portanto, uma “solidariedade mecânica”, fundamentada nas semelhanças entre as pessoas, e não uma “solidariedade orgânica”, pautada na divisão do trabalho, que exige a elaboração e manutenção de uma cultura cívica, por meio da educação (DURKHEIM, 1893). Para que ocorra essa passagem da “forma comunal”, “capital social de ligação” e “solidariedade mecânica”, para: “metas instrumentais”, “formas racionais”, “capital social de ponte” e “solidariedade orgânica”, é indispensável que o Estado faça a sua parte, através de políticas sociais adequadas e eficazes a essa realidade.

O suporte das políticas públicas sociais deve investir em assessoramento direto, em um processo conjunto, que, posteriormente, possa ser assumido e dirigido pelo próprio grupo, ou seja, a eliminação da dependência. A perspectiva é a de gerar uma dinâmica própria de renda, respeitando e potencializando a cultura de solidariedade vigente. Assim, é possível uma participação legítima, onde a intervenção governamental, assessorando diretamente, aumente as possibilidades de que o processo de desenvolvimento se sustente de forma duradoura. Dessa forma, cada integrante e a comunidade como um todo se transformam em protagonistas e defensores de seus próprios interesses. Trata-se de uma possibilidade concreta de um tipo de organização da sociedade, excluindo o assistencialismo e incluindo sujeitos protagonistas de sua própria história.

Esse tipo de suporte pode ser mais lento que os convencionais, mas o resultado é duradouro, pois possibilita a liberação do potencial latente das pessoas beneficiadas. Nesse caso, o recur-

so mais eficaz, a ser mobilizado, é o próprio sujeito excluído, e não a verba pública. Isto ocorre, desde que se permita, a esse sujeito, assumir o protagonismo de seu processo emancipatório.

Nesse cenário, o jornalismo pode emprestar sua força e servir de pressão, para os pobres organizados exigirem responsabilidade dos governos, na concessão de seus direitos. Caso se fortaleçam, as organizações comunitárias podem influir na gestão pública, que parece prestar atenção apenas a quem tem poder de influência. Nesse sentido, é possível ver uma relação direta entre jornalismo e a luta contra a pobreza. O jornalismo não é a solução para a pobreza. Pode contribuir, contudo, oferecendo espaço para os pobres apresentarem suas demandas e para os governos responderem. Trata-se de um jornalismo cidadão, sensível aos direitos dos excluídos e comprometido com o fortalecimento das instituições públicas.

5.10.3 Considerações comuns às categorias “Adolescentes em abrigo público” e “Pessoas em situação de rua”

Nas categorias “Adolescentes em abrigo público” e “Pessoas em situação de rua”, com exceção de crianças e migrantes, constatou-se a dificuldade do jornal Zero Hora, em dar conta de sua tripla natureza: indústria, serviço público e instituição política (BERTRAND, 1999, p. 55). Foram priorizados os interesses da indústria jornalística e renegados a segundo plano e, às vezes, ignorados os compromissos e interesses públicos e políticos.

Destaca-se que o esquema narrativo desses episódios esteve mais focado em problemas do que em soluções, priorizando os conflitos, os confrontos, as agressões, as decepções e os fracassos, em relação à negociação, ao entendimento, às alternativas e aos casos de sucesso, do que reconhecer seus direitos de cidadania e avaliar a atuação do Estado através das políticas sociais. As estratégias narrativas contribuem mais para legitimar a exclusão sofrida na sociedade e menos para promover a inclusão; mais para reforçar as representações estereotipadas do senso comum e menos para desconstruí-las e propor novas concepções. Essa opção de focar a narrativa em aspectos negativos, antissociais, esconde um perigo em termos de relações humanas, pois sugere, ao leitor, que toda a pessoa em situação de rua é perigosa, é uma ameaça. Assim, a opinião pública pode contrair uma visão deprimente, de uma realidade em que, supostamente, não há saída, perdendo a motivação para agir, no sentido de melhorar a vida coletiva.

O enquadramento da cobertura voltou-se para o constrangimento que essas pessoas causam às demais. Foram usadas “ações de privação de identidade”, identificadas por Giardino (2003), como características de narrativas discriminatórias. A mediação estrutural centrou-se na negação da “identidade essencial”, uso de nomações genéricas, caracterizações, adjetivações e atribuição de ações negativas. Essas estratégias narrativas justificam o caráter irreversível dos comportamentos, mostrar a relação causal como necessária e atribuir e concentrar a culpa e responsabilidade aos excluídos, isentando a responsabilidade do estado e da sociedade.

O maior investimento narrativo foi para obter e sugerir um sentido, que alcança o nível de uma verdadeira unidade expressiva. Em outras palavras, despir os atores sociais de sua humanidade e racionalidade. As estratégias narrativas, metáforas e analogias, representações e ações atribuídas, ao longo das reportagens, formam uma coerência de natureza discriminatória, mediante a interação de diversos e fragmentados momentos.

Nessas categorias, a pobreza e a exclusão foram mostradas, envolvendo situações impensadas e inaceitáveis, na convivência do restante da sociedade. Esse tipo de aparição remete a um estado permanente de coisas que, fechado sobre si mesmo, encobre as causas estruturais. Conforme Mata (2006, p. 9), “[...] o cidadão, sujeito de necessidade e indefeso diante do poder, é o emblema da não cidadania, o emblema de quem praticamente perdeu o direito a ter direitos”. São, portanto, seres humanos que perderam, de fato, o direito de ‘ser humano’, uma vez que foram caracterizados como irracionais e despidos de atributos afetivos.

Trata-se de uma privação de identidade, imposta pela situação de exclusão social que, de certa forma, os remeteu a realizar ações socialmente inaceitáveis, que consolidam e reforçam a permanência na mesma situação. Ocorre, segundo Giardino (2003, p.198), que se define como essencial às diferenças, que são apenas existenciais, conseguindo, com isso, “[...] legitimar e justificar sentimentos, submissões e privações; liberar os responsáveis e colocar a culpa na vítima” (GIARDINO, 2003, p.198). Isso se caracteriza numa construção discriminatória, que justifica a negação dos direitos, mediante o recurso de valorizar atributos contrários aos socialmente aceitos, diferenciando-os do restante da sociedade. Logo, reflete e reproduz o senso comum, um modelo social que consagra a desigualdade, respeitando os direitos e a dignidade de uns e desmerecendo a de outros.

A reprodução desse modelo, lembrando Giardino (2003), está condicionada às formas de hierarquização, baseadas na posse de bens materiais e simbólicos. No caso do grupo analisado,

que vive privado de ambos os bens, a escolha de um critério estético e de um esquema narrativo de negação, desvalorização e fragmentação consagra sua condição de excluído. Esse critério e esquema codificam/sinalizam/sugerem diferentes interpretações e atitudes, em relação ao grupo discriminado.

Trata-se de estratégias discriminatórias que, na visão de Giardino (2003), encobrem as causas estruturais; mostram a relação causal, como necessária para justificar a natureza irreversível dos comportamentos antissociais; concentram grande parte da culpa e da responsabilidade, nos excluídos; e os transformam, ora em objetos, ora em animais. Diante disso, acredita-se que o narrador investiu numa “organização narrativa”, “jogos de linguagem”, cujo discurso solicitou, ao seu leitor, um sentido e interpretação do cenário, como “beco sem saída”, e da maioria dos personagens em causa, como irracionais. Nesse contexto, tem-se que a narrativa jornalística “[...] ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos” (MOTTA, 2004, p.12).

Portanto, ao dar visibilidade a essas situações, que envolvem pobreza, exclusão, rejeição, marginalização dos direitos e deveres da cidadania, o jornal priorizou uma aparição de natureza espetacularizada, com poucas alternativas concretas, para solução da problemática abordada. Constata-se certa mediocridade das informações veiculadas nessas categorias, que envolvem “adolescentes”, “mendigos” e “pedintes”, pautados no senso comum, incapazes de identificar o saber necessário para atuar e intervir sobre a problemática abordada. Faltou investir em competência para humanizar a narrativa jornalística, pois, conforme Chaparro (1997) é na competência e na arte de lidar com os efeitos sociais, que a ação jornalística adquire instância da causa. Isso, porque produzirá coisas transformadoras.

5.10.4 Observações comuns aos episódios “A casa dos rejeitados” e “Uma tragédia em cinco atos

O esquema narrativo, utilizado nesses episódios que envolvem adolescentes em abrigo público e crianças vítimas da violência doméstica, priorizou um estilo estético dramatizado. Evidencia que o objetivo da narrativa jornalística não foi apenas de informar, e o efeito pretendido não se restringiu ao real, mas, também, ao emocional. O estilo narrativo misturou elementos objetivos com subjetivos, de tal forma que a identidade dos personagens ficou marcada por uma interação entre ficção e experiência, (BARBOSA, 2003). Trata-se de estratégias que garantem maior envolvimento do leitor. Apesar de o jornalismo, no caso impresso, ser, por natureza, fático, ele recorreu a estratégias textuais, utilizadas no gênero ficcional dramático.

O esquema narrativo confirma a fala de Marfuz (2003), quando identifica o estilo dramatizado, como uma das marcas do jornalismo contemporâneo, cuja principal estratégia é a composição dos personagens. Nesse contexto, a representação dos personagens é de fundamental importância, para constituir as relações entre drama e notícia, produtor e receptor. Tem-se, assim, que o modo de pensamento dessa cultura do espetáculo “enforma e informa” a realidade, de acordo com suas regras e características, que transformam os sujeitos em personagens e os acontecimentos em episódios (BARBOSA, 2003).

Fica evidente, no comportamento do narrador, além da presença do “impulso descritivo”, o “impulso imaginativo”, que Ricoeur (1997) identifica como um fator desestabilizador da identidade narrativa. Isso ocorre, porque, enquanto o primeiro direciona a narrativa para o lado da verificação concreta dos fatos, o segundo puxa para o lado da variação ficcional. Pode-se inferir que, possivelmente, o narrador foi alvo do que Merleau-Ponty (1996) chama de “ilusão temporal”, ou seja, o tempo passado do acontecimento comparece no tempo presente da narrativa, apenas como uma intenção. O fato de o narrador olhar e atualizar o passado no presente implica em alterações, pela impossibilidade de uma recuperação fiel do ocorrido. Nessas condições, a identidade narrativa dos personagens, no geral, foi construída e caracterizada com um referencial em termos culturais, econômicos, sociais e morais. Esse referencial acaba reforçando e legitimando as desigualdades sociais (GIARDINO, 2003).

No decorrer da trama narrativa, predominou o tom de fatalidade, atribuindo-se o acontecimento à força do destino, relativizando-se o livre-arbítrio dos sujeitos envolvidos e a responsabi-

lidade do poder público. O uso de determinados termos significou um tratamento desfavorável e discriminatório, que pode funcionar como dispositivo de reforço das diferenças sociais, étnicas, culturais e econômicas. Esse processo, na visão de Orozco-Gomes (2002), representa uma redução da autonomia dos sujeitos, decorrente da experiência vivida e uma ampliação do “despoder dos sujeitos sociais”.

Jogos de linguagem, utilizados nesses episódios, remetem a um não-lugar social para crianças e adolescentes. No episódio “A casa dos rejeitados”, o jogo de linguagem “Eles podem ser brincalhões e afáveis, como crianças tardias, mas também agressivos e revoltados, quando se transformam em adultos prematuros” remete a um não-lugar para esses personagens, pois, como crianças, são “tardias” e, como adultos, são “prematuros”. Significa que não pertencem integralmente a nenhum dos mundos. Em decorrência desse deslocamento identitário, ocorre uma metamorfose comportamental que os torna seres não confiáveis, uma vez que “Eles podem ser brincalhões e afáveis, [...] mas também agressivos e revoltados.” Essa descrição lembra a expressão de Raul Seixas: “metamorfose ambulante”. Transformam-se de adultos para crianças e vice-versa; deslocam-se de faixa etária, como ninguém mais. Podem ser crianças, que “discutem [...] por bobagem” “brincalhões e afáveis” e, também, podem ser adultos, desde que “brigam com ferocidade”, “agressivos e revoltados”. Podem ser tanto crianças como adultos, mas, em ambas as faixas, são seres atípicos: “tardias”, “prematuros”. São, mas não são. São crianças, no entanto, o uso do “mas” reforça o lado adulto, ou seja, de brigões, ferozes “agressivos e revoltados”. Sem nome, sem lugar, meio adultos, meio crianças, meio animais. Significa que não pertencem integralmente a nenhum dos mundos, nem adulto, nem infantil, nem animal. Deslocados, sem um lugar na sociedade. Trata-se de uma construção de identidade discriminatória, que sugere seres anormais, mas, também, evidencia que crianças e adolescentes em situação de exclusão não têm nem mesmo o direito de viver as diferentes fases de suas vidas.

Já no episódio “Uma tragédia em cinco atos” foi usado o jogo de linguagem “Pequeninos em tamanho [...] grandes em coragem”, que reforça a inversão de uma ordem, que se entende como natural. Nesta ordem, a infância é uma fase de crescimento e desenvolvimento, e a coragem pertence ao mundo dos “grandes”, mártires e heróis. Por outro lado, essa precocidade remete a um “não-lugar”, sendo que esses sujeitos não pertencem, integralmente, a nenhum mundo, ou seja, são “crianças tardias” e “adultos prematuros”. Trata-se de seres com uma identidade existencial híbrida, mas que representam uma nova categoria social, onde está incluída a maioria absolu-

ta da infância brasileira, que se encontra em situação de exclusão social. Nesse contexto de nani-quismo físico e intelectual (por causa da “má alimentação”), esses “seres híbridos” são “cumpridores das tarefas”, “cuidam umas das outras”, estão “sempre preocupadas em levar papel para a mãe”, e ainda “deixavam a escola ajudando a mãe a carregar papel reciclável”.

5.10.5 Considerações específicas da categoria “Adolescentes em abrigo público”

As ações atribuídas aos personagens adolescentes, apesar de algumas destacarem a capacidade afetiva e de solidariedade, outras mostram semelhança e ou igualdade a animais, objetos e até ao capeta. Além disso, utiliza o que se convencionou chamar de “estratégia de silenciamento” dos sujeitos em causa, negando-os o direito de fala, para a autorrepresentação de suas identidades. Essa estratégia funciona como uma “ação punitiva”, pelo estranhamento social que causam e representam. Foram julgados, arbitrariamente, não merecedores da identidade essencial e existencial. Assim, a identidade narrativa foi construída, fundamentada na epistemologia do sujeito cognoscente. Essa narrativa deixou marcas de um olhar preconceituoso, ao nominar e caracterizar os personagens, com metáforas e analogias do mundo animal, distanciando-os e diferenciando-os dos demais seres humanos.

Na série de reportagens dessa categoria, que envolveu “Adolescentes em Abrigo Público”, houve amplo espaço, cinco de um total de 13 páginas, concedido aos internautas do clickRBS, que tivessem comentado a problemática e apontassem idéias que pudessem ajudar a modificar essa realidade. Destaca-se a importância dessa iniciativa, no processo de conscientização da opinião pública e no envolvimento dos cidadãos, no debate das problemáticas sociais. Isso possibilitou uma diversidade de atores, participando no espaço público discursivo. Talvez seja uma tentativa de, como recomenda Martins Costa (1998, p.19), mudar a visão mercadológica, para uma postura voltada para o social. Nesse contexto, “[...] o leitor não pode mais ser visto meramente como consumidor do produto jornal, mas tratado na sua inteira cidadania, como parceiro na elaboração das reflexões produzidas pelos fatos noticiados, também gerador de idéias que contribuam para o processo civilizatório.”

Apesar da relevância dessa participação, tem-se que avaliar qual é o efeito, em termos de intervenção da realidade, através de políticas públicas sociais mais qualificadas? Observou-se

que o jornalismo investigativo cedeu espaço ao opinativo; a problemática abordada no espaço impresso foi mais avaliada e interpretada no chat do que na coluna do jornal. As opiniões, sugestões, avaliações e alternativas se deram de uma forma aleatória, a partir de uma questão a ser respondida. Logo, sem o contexto trazido pelo jornal. Além disso, as falas selecionadas foram publicadas em um box à parte do restante do texto, a exemplo da fala do poder público, ou seja, sem a possibilidade de embate, confronto com as demais, logo, fragmentadas perderam a consistência (HABERMAS, 1987).

A preocupação justifica-se porque, de um lado o jornal abriu amplo espaço para participação dos cidadãos comuns, através da interação multimídia, mas, de outro, eliminou o espaço para participação das pessoas em causa, no sentido de se representarem. Portanto, o problema que se coloca, aqui, não é a expansão do debate público aos internautas, mas o silenciamento, imputado aos demais atores e organizações sociais, o que resultou numa representação dos excluídos, por pessoas que vivem uma realidade extremamente distinta.

Diante desse cenário, cabe um questionamento: trata-se de uma possibilidade de jornalismo cidadão ou o que está em jogo é a interação proporcionada pela convergência tecnológica, onde a notícia passa a ser avaliada e interpretada nos chats, a partir das colunas dos impressos. Identifica-se, também, a concessão de um direito e de um poder privilegiado, concedido aos internautas do clickRBS, em detrimento dos demais cidadãos conectados e não conectados, no que se refere à ocupação do espaço público jornalístico. Trata-se de um deslocamento, que evidencia uma metamorfose, na ocupação do espaço público contemporâneo, onde participa quem pode se conectar, ou seja, a participação passa a se dar por um click.

Essas questões remetem à percepção de Chauí (2006), ao abordar a ocorrência do deslocamento da opinião pública e uma conseqüente alteração no espaço público, como, por exemplo, a substituição da idéia de uso público da razão, para exprimir direitos de um grupo ou classe social, por preferências individuais. Assim, os meios concedem direito de expressão a cidadãos externos, no caso internautas do clicRBS, e limitam e ou negam espaço às pessoas em causa, aos especialistas e aos representantes de órgãos públicos que respondem pela problemática. Trata-se de um estilo que prioriza o senso comum e a interação, ao invés da desconstrução e intervenção.

Caso semelhante ocorreu nos episódios que envolvem mendigos, em áreas nobres de Porto Alegre, onde a substituição da idéia de uso público da razão, para exprimir direitos de um grupo ou classe social, priorizou as preferências e opiniões individuais dos “frequentadores tradicio-

nais” do parque, localizado na área de maior poder aquisitivo de Porto Alegre. Em detrimento disso, foi negada a “cidadania comunicativa” (MATA, 2006) às pessoas em causa, aos especialistas, tendo sido concedido espaço limitado aos representantes dos órgãos responsáveis pela problemática abordada. Em termos de classe social, os que tiveram espaço para manifestar suas opiniões, sobre os mendigos, estão próximos a nobres; logo, as necessidades e identidades dos sujeitos em causa foram debatidas e representadas por quem vive realidades opostas as suas. Em ambos os casos, é narrada uma outra realidade e não a vivida pelos excluídos, o que atende à “lógica do espetáculo”, em que se prioriza a interação e a visibilidade da audiência (KELLNER, 2006).

É como se o narrador declarasse, tacitamente, a incompetência dos sujeitos em causa, para pensar, compreender e explicar o processo de que são os principais protagonistas, limitando-lhes o papel de figurantes da própria história (CHAUÍ, 2006). Por outro lado, é legitimado o saber do outro, no caso, do narrador, dos frequentadores dos locais públicos, onde os moradores de rua transitam, e dos internautas, que pensam, explicam, interpretam, representam e apresentam supostas soluções. É o pensamento do narrador e dos observadores que constrói a história, e a representação da identidade dos protagonistas reais, a quem é negado o poder e o direito de participar da comunicação pública para se autorrepresentarem. O narrador ignorou o saber e a vivência dos sujeitos em causa e impôs, ao leitor, o seu próprio saber, a representação e a visão de mundo, de quem vive realidade extremamente distante dos sujeitos cognocidos.

Nesses episódios, o narrador não exerceu seu poder, no sentido de mediar, mobilizar, provocar e ativar esse “não poder” das pessoas em causa. Para tanto, seria necessário que ele se dispusesse a conhecer as estratégias com que essas pessoas, que residem na rua, produzem sua experiência cotidiana de sobrevivência. De uma forma equivocada e arrogante, o narrador interpretou e narrou o drama cotidiano delas, de forma estilizada, transformando-as em objetos de constrangimento, para as demais pessoas. Caberia, aqui, a advertência de Kapuzinki (2000, p. 49), quando ele diz que “O cinismo é uma atitude desumana, que nos aleja automaticamente de nosso trabalho [...]”.

Nessas tramas, o jornalismo funcionou como um espaço silenciador dos excluídos e o jornalista como um “participante injusto”. Quando isso ocorre, Spink (2002, p.142) adverte que “vemos o mundo e o interpretamos a partir das viseiras dos nossos preconceitos.” Trata-se, lembrando Motta (2004), de uma forma de exercício de poder e de hegemonia, onde o que constitui a realidade narrada é o sentido da experiência de terceiros e não a estrutura ontológica dos objetos.

Isso se caracteriza, segundo Serrano (1980), em uma mediação estrutural. Esta estrutura é externa à realidade vivenciada, que sugere aos leitores sentimentos e emoções de uma narrativa terceirizada, construída pelos que sabem e têm poder de narrar, e não pelos protagonistas reais. Trata-se, aqui, portanto, de um caso extremo de “violência simbólica” (BORDIEU, 1997)

5.10.6 Considerações comuns aos episódios que envolvem “mendigos e “pedintes” em situação de rua.

O enquadramento da cobertura desses episódios foi voltado ao constrangimento causado por essas pessoas ao restante da sociedade, e não aos motivos do aumento constante do número de pessoas nessa situação, aos fatores que levam as pessoas a morarem e sobreviverem nas ruas, e às razões pelas quais as políticas públicas sociais não dão conta da problemática. A perspectiva abordada pela narrativa sugere que o problema se limita a evitar que a sociedade passe pelo constrangimento de ver que a miséria existe e cresce. Nessa perspectiva, se esses personagens não interagissem com os demais ou se fossem deslocados para as vilas - onde inexistem áreas de lazer e, ao invés de carros importados, há coletivos superlotados ou carrinhos de lixo reciclável – eles não seriam notícia, pois essa minoria se juntaria a uma “maioria silenciosa”, socialmente naturalizada. Assim, tem-se que a pobreza incomodou, porque se deparou com a alteridade.

Esse enquadramento elitista sugere outras reflexões, ignoradas pelo narrador individual e institucional. Por exemplo, que outros tipos de constrangimento essa temática causa? A que outros personagens sociais essa problemática gera constrangimento? E quanto ao tipo de enquadramento jornalístico, quais os constrangimentos produzidos? A expansão desses constrangimentos foi amplamente problematizada, na análise do episódio “Constrangimento nas ruas – Até onde vai esse problema?”.

Trata-se de um enquadramento familiar ao senso comum, onde tudo o que se quer saber e problematizar, dessa complexa temática, é o constrangimento que as pessoas em situação de rua causam aos demais. O jornalismo ignora, assim, o constrangimento que causou, ao recorrer a fontes primárias, viciadas, com visão estereotipada e soluções automatizadas. Por exemplo, o juiz convidado está presente em debates dos mais diversos temas como moradores de rua, usuários de drogas, contrabando, etc. Em todos esses momentos, ele se posiciona da mesma forma, defenden-

do que a saída é “prender os vagabundos” e “construir mais presídios”. Entre os nove convidados para o debate, apenas uma das "especialistas" trabalha, efetivamente, com a população de rua, em uma Casa de Convivência. Constrangimento foi observar a pressão a que foi submetida, como se ela e a organização não-governamental que representa é que estivessem equivocadas, ao tratar as pessoas em situação de rua como “seres humanos”. Constrangimento pelo uso recorrente de “ações de negação de identidade”, da estratégia de negação de identidade e do silenciamento, em relação às pessoas em causa, negando-lhes o direito a se representarem e participarem da comunicação pública. Em nenhum momento (pesquisa, reportagem e painel), interessou ao narrador institucional saber e dar conhecimento à sociedade o que pensam aqueles que pedem dinheiro nos sinais, seus motivos, as dificuldades que enfrentam e como são tratados.

Recuperando Bertrand (1999), trata-se de um jornalismo de “pensamento único”, que faltou com sua responsabilidade de atender às necessidades de todos os grupos; fundamentalmente, faltou com sua principal responsabilidade, que é lutar contra as injustiças e falar em nome dos excluídos. Com base em Guareschi (2000), tem-se, aqui, um deslize ético, pelo desrespeito aos direitos dos desiguais, já ignorados na sociedade. Houve desrespeito aos princípios da justiça, da igualdade e da solidariedade, que devem fundamentar a prática jornalística. A falta de ética se manifestou na sua “dimensão relacional” com a alteridade e se objetivou, narrativamente, por meio de estratégias injustas de negação de identidade e de direitos, porque “a ética exige que se escute o outro” (GUARESCHI, 2000, p.67)

Há carência de informação sobre a identidade e a trajetória de vida dos personagens. O foco ocorre em nomeações, caracterizações, ações e comportamentos genéricos e coletivos do grupo, bem como no detalhamento dos locais onde habitam. A construção da identidade priorizou uma nomeação genérica, como “mendigos”, “pedintes”, “sem-teto”, “desocupados”, “outros deserdados” “moradores de rua”, “população de rua”. Essa última separou as pessoas em duas categorias: “população de rua” e “população de Porto Alegre”. Assim, automaticamente, o narrador excluiu e “deserdou” os personagens em situação de rua da população da cidade.

Trata-se do que se optou chamar de “estratégia narrativa de apartheid”, que separa a sociedade em dois grupos: “população de rua” e “população de Porto Alegre”. Essa forma de construção dos personagens jornalísticos envolvidos em situação de pobreza e exclusão atribui, à “população de rua”, o papel de vilã, e à “população de Porto Alegre”, o de vítima. Esse confronto polarizado contribui para aumentar a intolerância de uns, em relação aos outros, e exclui o principal

vilão, que é o Estado, pelo fato de não dar conta de políticas sociais para a solução da problemática abordada.

Ao nominar as pessoas em situação de rua de “sem-teto”, o narrador restringe a abordagem a um problema que, na prática, envolve múltiplas exclusões. Assim, ele limita à ausência de teto, ressaltando a privação do direito à habitação, mas ignorando que esses sujeitos não têm nem mesmo a alimentação adequada. Trata-se de pessoas privadas de todos os direitos de cidadania: civis, sociais, políticos e, como se pôde observar nesta pesquisa, também, comunicacionais, uma vez que lhes foi negado o direito de autorrepresentação. Se, por um lado, o conceito de “sem-teto” restringe os “sem-tudo” a “sem-teto”, por outro ele se expande, contemplando índios, mendigos, migrantes, foragidos da justiça, no perfil. Desse modo, agrupa todas as “tribos de miséria”, com exceção das crianças e adolescentes, como se eles não necessitassem de tetos. Assim, a nomenclatura “sem-teto” transformou-se em um conceito ‘guarda-chuva’, priorizado em títulos, subtítulos e legendas.

Houve, também, outras denominações genéricas, mas específicas em relação a duas “Tribos da Miséria”. Quanto aos “mendigos”, a construção de suas identidades narrativas remeteu ao significado de “lixo social”; sendo que, no caso dos “pedintes”, a representação feita foi de “sujeitos de constrangimento”. Essa forma de construção da identidade está ancorada, narrativamente e simbolicamente, na caracterização e na adjetivação atribuídas aos personagens, com exacerbação de aspectos negativos: “causam constrangimento”, “são ladrões”, “pedem ou mesmo tentam extorquir”, “urinam e defecam no parcão”, “desocupados”, “vadiagem”, “sem banho”, “bêbados”, “outros deserdados”.

Dessa forma, a narrativa sugere um sentido de que o futuro já está determinado a esses sujeitos, ao contrário dos demais, ou seja, não resta perspectiva de enfrentamento do problema. Trata-se de um processo consolidado de exclusão, que impossibilita aos personagens saírem dessa situação. O isolamento social e a falta de organização os mantêm em uma posição de fragilidade para conquistar seus direitos. Trata-se, portanto, de pessoas destituídas de poder, para se constituírem em ameaça às principais instituições sociais, que, invariavelmente, intervêm no cotidiano da parcela da sociedade que ocupa o extremo superior da pirâmide social.

A derrota política dos pobres é tão acachapante [...] que eles próprios acabam se convencendo de que são um peso para a comunidade e não merecem mesmo que os mais favorecidos se sacrifiquem por eles [...] Evidências como essas me le-

vam a acreditar que uma guerra de palavras contra os pobres está conseguindo [...] matar o espírito e rebaixar o moral dos perdedores da guerra econômica. Tem de haver comprometimento a longo prazo para quebrar o ciclo que perpetua a pobreza e seus problemas. (GANS, 1996, p. 8-10)

Assim, temos um tipo de racionalidade narrativa, que funciona como uma estratégia de exclusão para uns e inclusão de outros. Ao impor silêncio às pessoas em causa, o jornalismo contribui para a alienação, ou seja, dificulta a libertação da “pobreza política” (DEMO, 2007), uma vez que impede a autorrepresentação e delega a terceiros, que não vivem a mesma realidade, a possibilidade de representá-los. Trata-se de uma representação de identidade ficcionada, de uma pobreza editada e produzida, que reduz as possibilidades de compreensão e intervenção crítica sobre a problemática abordada. Assim, utiliza-se do jornalístico como um espaço narrativo e tecnológico de dominação, onde as diferenças se legitimam e os pobres persistem, como objeto de preconceito e discriminação.

Uma vez negado o direito dessa “população de rua” integrar a “população de Porto Alegre”, também lhe foi negada a “cidadania comunicativa” (MATA, 2006), ou seja, o direito de participar do debate público, onde esses sujeitos eram os principais personagens envolvidos. A essa segunda exclusão, optou-se chamar de “estratégia de silenciamento”, pois, além do narrador não falar em nome dos excluídos e, sim, da classe média, ele lhes negou o direito de falarem como pessoas em causa. Cabe aqui a advertência de Bertrand (1999, p.90): “Os diversos grupos sociais devem poder exprimir-se e poder ao menos responder quando são postos em causa.” Nestes casos, parafraseando Merrit (1995), o jornalista cumpriu a função de “participante injusto”, entre os excluídos, o poder público e a sociedade, deserdando-os, também, do direito à comunicação. A exceção ficou por conta de um “mendigo”, Irineu Marcos, ex-funcionário público, que ganhou o direito de representar a si e a seu grupo “O mendigo também chora, sente saudade, mas não tem coragem de voltar para casa.”

Nesse cenário, pode-se pensar, então, o grau de dificuldade enfrentado pelo grupo em estudo, para se afirmar na própria identidade, conquistar a autonomia e participar, criticamente, da realidade conforme as condições familiares, sociais e das representações narrativamente impostas por terceiros.

É preciso pensar o que está por detrás desse jogo de manipulação e poder que interdita o deslocamento dos diferentes, os confina em guetos [...] Estamos diante de uma crise do humano, ameaçado em sua sobrevivência devido à impossibilidade da troca da experiência e dos investimentos afetivos indispensáveis à cons-

tituição da subjetividade e da alteridade. (TASSARA; DAMERGIAN, 1996, p.10).

Trata-se de uma rejeição à alteridade, uma dificuldade de os narradores superarem o que Freud chamou de "narcisismo das pequenas diferenças". Esse desprezo do outro, não por ser, mas por estar diferente, fundamenta a coesão desses integrantes da comunidade narrativa e a posição de adversidade contra a “população de rua”, e de empatia com a “população de Porto Alegre”. A narrativa jornalística apresenta-se como um cenário de destaque para a rejeição de uns e empatia a outros, uma vez que se transforma em espaço de convergência das representações dos atores e instituições sociais, que o jornalismo reproduz, como forma de legitimar uma representação hegemônica. Nesse contexto, é reproduzido um círculo vicioso, segundo o qual os excluídos vivem na periferia do sistema social, sem conseguir usufruir dos direitos de cidadania, garantidos aos demais.

Portanto, praticou-se o jornalismo do “pensamento único”, privilegiando e legitimando uma ordem estabelecida, conservadora e elitista. Repete-se o mesmo enquadramento, cobrem-se as mesmas áreas, consultam-se as mesmas fontes, obtêm-se as mesmas alternativas, solidificam-se as mesmas representações, consolidando o senso comum. Essa rotina produtiva estigmatizada, segundo Bertrand (1999, p. 117-119), pode ser decorrência de preguiça, insensibilidade, falta de imaginação, temor da novidade, etc. Na visão do autor, um dos papéis do jornalismo é estimular a transformação social, inserindo novos conceitos e representações. À medida que o jornalismo teme idéias novas e inconformistas, simultaneamente está estimulando uma “cultura dominante e intolerante”, que pouco discute, mas muito oculta às vozes discordantes. Trata-se de um esquema padrão, pouco problematizado, porque questionaria a ordem social dominante, da qual os proprietários dos conglomerados midiáticos fazem parte.

É preciso pensar as consequências do uso desse tipo de enquadramento, de construção de identidade padrão, das “ações de privação de identidade” e das estratégias de silenciamento, que ignoram os limites que definem e distinguem as identidades e experiências. Tem-se, portanto, uma estratégia onde o sujeito humano, como construção de “identidade essencial e existencial”, está ameaçado de extinção, porque há uma negação do mesmo como sujeito singular, como ser desejante, inscrito em uma cultura e um sistema simbólico.

Assim, à medida que o narrador constrói seus personagens, eliminando as diferenças que o caracterizam como ser humano em situação de vulnerabilidade social, não é apenas a identidade

dessas pessoas que está ameaçada, mas o próprio jornalismo, na sua função, essencialmente, pública e de vocação humanística. Nesses casos, o que o jornalismo representa das pessoas em causa é um objeto unidimensional, sem opinião, sem desejos próprios, sujeito apenas da manipulação narrativa e social. As narrativas são baseadas em um esquema mais ficcional do que factual, em busca de vilões, para responsabilizá-los pelos problemas sociais, dos quais as pessoas em causa são as principais vítimas.

5.10.7 Considerações específicas sobre a categoria de “pedintes”

Para além do enquadramento jornalístico “Constrangimento nas ruas - Até onde vai esse problema?”, voltado para o constrangimento que a “população de rua” causa na “população da cidade” de Porto Alegre, que se sente incomodada pelas abordagens, essa temática sugere outros enquadramentos e reflexões, ignoradas pelo narrador individual e institucional, como, por exemplo: Que outros tipos de constrangimento essa temática causa? A que outros personagens sociais essa problemática causa constrangimento? E quanto ao tipo de enquadramento jornalístico, quais os constrangimentos causados?

Esses questionamentos indicam que, para além do constrangimento sugerido pelo grupo RBS, restrito à “população da cidade de Porto Alegre”, incomodada pela abordagem da “população em situação de rua”, tem-se uma multiplicidade de constrangimentos de natureza estrutural, ética e moral, tais como:

Constrangimento social - O maior, real e concreto constrangimento está no fato de vivermos em uma sociedade em que muitas pessoas são submetidas a circunstâncias de vida sem a mínima dignidade, a tal ponto de irem para as ruas das cidades mendigarem ou buscar a sobrevivência diária.

Constrangimento jurídico - É o que ocorre quando o juiz de direito, Felipe Keuncke de Oliveira, responsável por uma Vara Criminal da Capital, diz que a solução para a criminalidade ou para a pobreza é a construção de presídios. Isso constrange, pois não necessariamente se está tratando de crimes. Constrangimento é ouvir o subcomandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Cel. Mendes, dizer que recolhe pessoas, como se fossem lixo, e as leva de um lado para o outro, sem o menor critério, dando “chá de banco”, por longas horas. Trata-se, portanto, de uma

autoridade pública, que prende pessoas, sem estarem em flagrante delito e sem ordem judicial, pelo simples fato de estarem nas ruas. Age, como se criminalizar a pobreza estivesse no âmbito da sua absoluta discricionariedade, ou no espaço de poder que lhe está delegado institucionalmente.

Constrangimento Estatal – Evidenciado pela ação das autoridades que participam da comunicação pública, para se manifestar e se posicionarem de forma que ignoram o fato de a sociedade brasileira estar inserida em um estado democrático de direito. Autoridades que têm a legitimidade hierárquica, mas não moral, pois ignoram a existência de uma Constituição, que, há mais de 15 anos, prevê direitos individuais, como o de ir e vir, a todos os cidadãos; bem como direitos sociais, os quais devem ser tratados com força normativa, que possa institucionalizar uma ordem social, capaz de garantir a dignidade humana.

Constrangimento jornalístico – Ocorre em função do enquadramento simplista e elitista da notícia, onde tudo o que se quer saber e problematizar, dessa complexa temática, é o constrangimento que as pessoas em situação de rua causam as demais. Constrangimento da recorrência a fontes primárias, viciadas com visão estereotipada e soluções automatizadas. Por exemplo, o juiz presente é convidado em debates dos mais diversos temas com moradores de rua, usuários de drogas, contrabando, etc. Em todos, ele se posiciona da mesma forma, defendendo que a saída é “prender os vagabundos” e “construir mais presídios”. Entre os nove convidados para o debate, apenas uma das “especialistas” trabalha, efetivamente, com a população de rua, Iara da Rosa, da Casa de Convivência II. Nesse sentido, constrangimento foi observar a pressão a que foi submetida, como se ela, ou a organização não-governamental que representa, é que estivessem equivocadas, ao tratarem as pessoas em situação de rua como “seres humanos”. Em nenhum momento (pesquisa, reportagem e painel), interessou ao narrador institucional saber e dar conhecimento à sociedade o que pensam aqueles que pedem dinheiro nos sinais, seus motivos, as dificuldades que enfrentam e como são tratados. Assim, evidencia-se o constrangimento, pelo uso da estratégia de negação de identidade e do silenciamento das pessoas em causa, negando-lhes o direito a se representarem e a participarem da comunicação pública.

Constrangimento midiático - Decorrente da prática da RBS, maior grupo de comunicação da região Sul, de divulgar e mobilizar os recursos multimídia da rede, para esvaziar e estigmatizar uma problemática social. O problema, para o narrador individual e institucional, bem como para grande parte dos habitantes de Porto Alegre, não são os motivos que levam as pessoas

a pedirem dinheiro no sinal, mas, sim, o constrangimento que esses personagens, em situação de rua, causam, ao lembrarem para “os cidadãos” que a pobreza aumenta e há, cada vez mais, moradores de rua, pessoas vivendo à margem da sociedade. Constrangimento pelo fato de não concederem o direito aos sujeitos cognoscidos expressarem, em nenhum espaço multimídia, seu grau de constrangimento por terem que mendigar para sobreviver. Assim, já excluídos do espaço físico geográfico de Porto Alegre, foram também excluídos do espaço público discursivo. Quanto ao constrangimento que a “população de Porto Alegre” sente em relação à “população de rua”, deveria provocar uma reflexão sobre a maneira de a primeira, incluindo o campo político e o midiático, ver, se relacionar, representar e mediar a urgência da inclusão desses sujeitos, na “população de Porto Alegre”, usufruindo, igualmente, dos direitos da cidadania.

Esperava-se, da maior rede de Comunicação da região sul do Brasil, uma abordagem mais complexa da temática, ou seja, que abordasse a questão, como um exemplo de omissão histórica do Estado, que resultou na realidade “constrangedora”, experienciada tanto pelo cidadão que paga seus impostos e que, mesmo assim, está sujeito a constrangimentos, quanto pelo que é socialmente excluído, representado na reportagem como simples vilão, causador de “constrangimentos”.

Nesse episódio, o principal vilão, que é o Estado, foi, narrativamente, poupado, e o sujeito excluído, por sua vez, foi representado como “bode expiatório”. Isso ocorre a partir de uma realidade, onde, talvez, ele seja quem mais sente constrangimento. O certo é que esse sujeito é uma das vítimas da falta de políticas públicas e da desigualdade social. Isso evidencia que um dos grandes problemas do jornalismo, na cobertura dos temas estudados, pode ser percebido quando, perversamente, representantes de instituições públicas e membros da comunidade narrativa invertem e/ou simplificam as problemáticas que já se tornaram fenômenos sociais. Em outras palavras, o que precisa pautar o debate público é como fazer que menos pessoas precisem morar nas ruas, seja por não terem casa, seja por julgarem ser melhor estar na rua do que em suas supostas casas. Igualmente, nesse sentido, é necessário que se discuta que políticas públicas devem ser implantadas para prevenir a ocorrência dessa problemática.

Diante desse cenário de múltiplos constrangimentos, ignorados pelo grupo RBS, concorda-se que:

[...] temos muito a caminhar no sentido do desvelamento do pré-conceito que fecha os olhos das pessoas frente à humanidade de outras pessoas. A indiferença faz com que se sinta constrangimento frente ao invisível, que só ganha visibilidade quando faz aflorar

as contradições sociais, que se prefere estejam escondidas. (Coordenadora da Casa de Convivência dos Moradores de Rua, Ana Paula Motta Costa)

Nessa perspectiva, tem-se que a temática abordada só é problema, só é notícia e só causa constrangimento, porque não está restrita à periferia da cidade. Em outras palavras, a pobreza pode existir, se estiver geograficamente situada e restrita, onde a sociedade delimitou ser possível que ela esteja. Se estiver no centro, ou em bairros destinados à classe alta ou média, significa que está fora do lugar, em um deslocamento que ameaça e constrange os demais. Assim, as pessoas que estão em situação de rua só são consideradas lixo por quem as entende assim e as enxerga “fora de lugar”. Caso estivessem no seu “território”, invisíveis aos olhos dos demais, provavelmente não haveria essa pesquisa, esse painel, esse episódio, esse constrangimento, e não ficaria explícito o papel de “lixeiros sociais”.

5.10.8 Considerações comuns aos episódios que envolvem “migrantes em situação de rua”, “famílias catadores de lixo reciclável em situação de rua” e “famílias que moram em vila de papeteiros”

O estilo narrativo, no geral, voltou-se para a singularidade dessas “tribos da miséria”, que se manifestou e se construiu na escuta, na observação, no respeito e no conhecimento das pessoas em causa. Houve uso da metaepistemologia, sendo que a apropriação dessa realidade, pelo narrador, se deu através de um processo de desconstrução do senso comum, se atendo às especificidades dos fenômenos. Dessa forma, conseguiu contemplar a complexidade do fenômeno, escapando da armadilha das aparências. Adelmo Genro Filho (1987) já defendia que a forma de conhecimento jornalístico está fundamentada no singular, e Canella (2008, p. 108) reforça essa característica: “Está no singular a força do jornalismo.”

Além da singularidade, esses narradores usaram um estilo humanístico de nomear, caracterizar e atribuir ações às pessoas em causa. A construção da identidade narrativa respeita a “identidade essencial e existencial”, e remete a personagens ativos, esforçados, batalhadores e circunstancialmente pobres. Por outro lado, o narrador conseguiu ser, simultaneamente, crítico e propositivo; por isso, a narrativa assumiu um caráter mobilizador.

Esse estilo narrativo contrasta com os episódios que envolvem outras “tribos da miséria”, que moram na rua. Por exemplo, quanto aos migrantes, há claramente a compreensão de que eles são parte de uma sociedade móvel, com potencial produtivo, mas que sobram no mercado, como desqualificados, também pelo baixo nível de instrução.

Além disso, tem-se que a perda da residência agravou ainda mais a situação de des/sub/emprego. A discriminação da sociedade, em relação aos “sem-teto”, reforça a dificuldade, tendo em vista que, ao se procurar um emprego, umas das primeiras referências que se solicita é o local de moradia. No momento em que esses sujeitos revelam que “moram” na rua, a sociedade ativa sua representação de “bêbados”, “sujos”, “desocupados”, “ladrões” ..., e essas pessoas são automaticamente excluídas do processo, contribuindo para que continuem marginalizados.

Interessante destacar que, ao contrário dos demais episódios, nesses e nos que envolvem crianças, percebe-se a rua como um lugar de solidariedade, de criação de vínculos afetivos e laços de amizade, espécie de uma nova rede familiar e social, que serve de suporte para a sobrevivência. Isso ocorre no mesmo ambiente que também mostra seu lado ruim, humilhante, desumano, de conflito, medo e insegurança.

Trata-se de uma narrativa mais contextualizada, inclusiva, a partir da qual são percebidos certos saberes, competências e deveres da prática jornalística cidadã, abordados no capítulo quarto da presente tese, como a ética, historicidade, respeito à alteridade, criticidade, politicidade e esperança. Diria Kapuzinski (2000) que se trata de uma abordagem legítima, ética e justa. Não se limitou apenas em descrever um acontecimento, problematizou, confrontou, explicou porque aconteceu e mostrou alternativas.

A forte opção ética e humanística desses narradores evidencia muitos pontos em comum, com o perfil de Kapuzinski. Um humanista, com capacidade de mesclar, escutar, registrar humores e descrever cada sujeito com um estilo particular, “Fratutando uma intuição e inteligência que, por si só, nem uma paixão política poderia proporcionar e que nasce sobretudo de uma genuína paixão por seus semelhantes” (NADOTTI, 2000, p.13). Essa paixão é confirmada pelo próprio Kapuzinski (2000, p. 38), quando ele afirma que a principal fonte do conhecimento jornalístico é o conhecimento do outro. Nesse contexto narrativo, em que a relação com a alteridade é um elemento imprescindível, ele alerta “[...] para exercer o jornalismo, antes de tudo é preciso ser um bom ser humano para poder compreender os demais, suas intenções, sua fé, seus interesses, suas dificuldades, suas tragédias e tornar-se parte de seu destino”.

Portanto, identifica-se nesses episódios o jornalista como um “participante justo” (MERRIT, 1995), que na sua prática não se limita a transferência de informações e nem se adapta ao jornalismo de mercado. Trata-se de integrantes da comunidade narrativa que, não apenas na retórica, mas, fundamentalmente, na prática cotidiana, experienciam-se como seres sociais, históricos e transformadores. Sugere nas entrelinhas de suas narrativas que se trata de sujeitos sociais que podem afirmar:

Gosto de ser gente porque a história que faço com os outros e que faço dos outros e de cuja leitura como parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo.[...] Afinal, minha presença no mundo não é a de que nele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história. (FREIRE, 2000, p.59-60)

5.10.9 Considerações sobre as imagens das diferentes categorias

Por fim, salienta-se que, apesar de não ter sido o foco principal dessa tese a análise das imagens, considera-se manipulação das imagens o fato de que, na maioria dos episódios analisados, as pessoas em causa são apresentadas amontoadas e em posição passiva. Até mesmo um episódio em que o texto destacou o processo de desenvolvimento humano de uma personagem beneficiada por um programa social, que possibilitou ser alfabetizada e conseguir um emprego, a imagem foi contraditória e a mostrou segurando o filho no colo. Em outro episódio, em que o texto informou que a personagem cozinhava para as crianças das vizinhas da comunidade, para possibilitar que as mães pudessem trabalhar como catadoras de lixo reciclável, ela foi mostrada refletida no espelho, penteando os cabelos e com a TV ligada.

Essa forma repetida das imagens remete a um enquadramento da temática que sugere um sentido de acomodação e preguiça. Assim, a produção de efeitos cognitivos, sugeridos pelas imagens, acumulados ao longo do período de análise, não conseguiu desconstruir o senso comum. Ao contrário, reforçou a idéia de que pobre está na situação em que se encontra porque é “preguiçoso”, “vagabundo” e “acomodado”. Nesse cenário imagético de solidificação de uma representação negativa da maioria das pessoas envolvidas em situação de pobreza, pode-se inferir que as imagens, mais do que informar, cristalizam identidades estereotipadas, historicamente construídas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa trajetória de pesquisa, que nasceu da preocupação em recuperar as raízes e a vocação pública do jornalismo, destaca-se a contribuição do aporte teórico, na compreensão, análise e problematização de conceitos, paradigmas e das práticas jornalísticas, bem como no processo de constituição do espaço público, no exercício da cidadania e na construção de identidades, das diferentes “Tribos da miséria”, envolvidas nas reportagens analisadas.

A perspectiva interdisciplinar, em que convergem a Comunicação e as Ciências Sociais, proporcionou uma amplitude de contexto voltado para a produção, de um conhecimento orientado pelo interesse prático e emancipatório. O estudo partiu da relação entre mídia e espaço público, informação e cidadania, jornalismo público e estratégias narrativas, buscando compreender o processo, através do qual o jornalismo se constitui um espaço público discursivo, na construção, na mediação e na veiculação de sentidos, sobre as temáticas em estudo.

Portanto, esse percurso contribuiu para recuperar o papel do jornalismo, no reforço da cidadania e da democracia; compreender a natureza política, deontológica e pedagógica da atividade; conhecer os significados que circulam, no jornalismo, sobre cidadania, pobreza e exclusão social; contemplou o jornalista-narrador, integrante-responsável de uma relação de privação e exclusão ou de inclusão e construção da cidadania; fundamentalmente, lançou luz à análise de como as identidades narrativas dos excluídos são construídas, simbólica e narrativamente. Em outras palavras, possibilitou compreender e caracterizar a natureza das narrativas jornalísticas, produzidas em torno dos sujeitos e da temática em estudo, uma vez que a visão sobre eles pode interferir nas decisões sobre as políticas públicas e na formação da opinião pública. Entende-se que é a construção de sentidos desses processos originários, através de jogos de linguagens, modo como as identidades são construídas e os direitos são representados, que, fundamentalmente, induz as diferenciações e discriminações, entre as pessoas excluídas e o restante da sociedade.

Diante da proposta de pesquisa, de compreender como as narrativas jornalísticas reconstroem as identidades dos personagens envolvidos nos acontecimentos, a narratologia se constituiu em uma ferramenta qualificada, para análise qualitativa das matérias jornalísticas. Os procedimentos seguidos, através da reconstituição do acontecimento; a construção de personagens; a identificação dos conflitos; as estratégias comunicativas e as metanarrativas, possibilitaram conhecer a imagem, os estereótipos e suas implicações sociais.

O período pesquisado representa uma amostra de como a agenda social sobre a pobreza e a exclusão social ganha espaço na agenda jornalística e, em decorrência, na agenda pública. Foram identificados os seguintes motivos, pelos quais a temática ganhou visibilidade jornalística:

- “a população de rua” deslocou-se para locais públicos, freqüentados por parte da “população da cidade”, com maior poder aquisitivo; a alteridade tornou gritante a desigualdade social juntando, no mesmo local, os dois extremos da pirâmide social;
- a “população de rua” interagiu com a “população da cidade”, pedindo esmola, ou seja, causou constrangimento, lembrando que a miséria existe e está crescendo;
- a “população de rua” ocupou praças, lesando o direito ao lazer à “população da cidade”;
- “a população de rua” transgrediu normas morais e padrões de conduta, consagrados pela “população da cidade”;
- os direitos e a proteção à infância continuam sendo uma falácia;
- crianças vítimas da violência doméstica;
- exemplos bem sucedidos do potencial emancipatório de políticas públicas sociais;
- exemplos mal sucedidos de políticas públicas sociais;
- ausência de políticas públicas sociais.

As quatro primeiras pautas, seus enquadramentos e estratégias narrativas remetem a um tipo de jornalismo e a uma sociedade que gostam de fingir que os “moradores de rua” não existem, ou melhor, até podem existir, desde que isso ocorra distante do campo de visão dos “moradores da cidade”. As abordagens sinalizam, também, para a existência de um paradigma, presente no senso comum e legitimado pela narrativa jornalística, no sentido de que o gozo dos direitos e de usufruir de uma vida qualificada é reservado aos cidadãos mais capazes, competentes e qualificados, através de um processo de conquista individual.

As duas pautas relacionadas à infância trazem à tona o distanciamento existente entre os “direitos de papel”, garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os “direitos de fato”, negados no cotidiano das crianças em situação de pobreza. As três últimas mostram o esforço do jornalismo em vigiar o uso dos recursos públicos, através das políticas sociais, bem sucedidas, mal sucedidas ou inexistentes.

Quanto ao uso de “paradigmas argumentativos” e “modelos interpretativos” (GIARDINO, 2003), nas reportagens, para nomear, caracterizar e atribuir ações às pessoas em causa, observou-se que, em muitos episódios, o narrador dividiu a sociedade entre “população de rua” e “população da cidade”; “nobres” e “populares”; quem tem bens materiais e quem está excluído do sistema produtivo; vilões e heróis; bons e maus; centro e periferia; “sem-teto” e os “moradores de bairros nobres”; “os incluídos nos programas sociais” e os “excluídos”; os que têm direito a participar da comunicação pública e os que recebem a sanção do silêncio; os que têm sua identidade essencial e existencial respeitada e aos que são desprovidos de identidade e racionalidade.

Esse processo argumentativo mostra um conjunto de oposições afirmativo/negativo, real/imaginário, humano/animal, social/antissocial, bondade/maldade, inclusão/exclusão, que são coerentes com as escolhas das estratégias narrativas e se vinculam com o sentido que ele objetivou provocar no receptor. São argumentos de natureza dual, que contribuem para a criação de estereótipos que, como “estruturas cognitivas”, se associam às relações de dominação entre os diferentes grupos sociais.

Alguns episódios analisados como “Uma tragédia em cinco atos” e “A casa dos Rejeitados” tentaram compensar as deficiências informativas, com excessos dramáticos e estratégias narrativas, que se prestam a reforçar e especificar os papéis de vilão, vítima e heróis.

No geral, à “população de rua” foi atribuída o papel de vilã e à “população da cidade”, no caso Porto Alegre”, o papel de vítima. Nesse sentido, é interessante destacar que as tensões existentes, no interior do sistema desigual, são transferidas, narrativamente, aos diferentes. Estes são identificados e vistos como causadores da própria desgraça e do constrangimento aos demais. Assim, o diferente, por estar fora do sistema produtivo, vivendo em situação de rua, transforma-se no vilão, enquanto os que estão dentro do sistema produtivo são alçados à condição de vítimas.

A maioria dos vilões é nomeada através da referência a uma identidade coletiva genérica, que, somada à sanção do silenciamento, impede uma possível identificação do receptor com os mesmos e facilita um sentimento de rejeição. Os vilões ganham espaço, através de estratégia objetiva, apenas para confessar a própria culpa. Com as vítimas ocorre o inverso. Elas têm suas identidades respeitadas, têm direito a participar da comunicação pública e, para sua caracterização, são usadas estratégias narrativas, que se destinam a promover um sentimento de projeção e identificação do receptor. Outra característica que se opõe é a passividade das vítimas; enquanto os vilões são ativos, as vítimas, no geral, são passivas, frágeis e indefesas.

Ao contrário dos vilões e das vítimas, que permanecem atuando ao longo da narrativa, muitos heróis só se inserem na trama, no momento da solução dos conflitos, sendo que, depois, somem, assumindo o papel de “anjos” das vítimas. Os heróis se distinguem pela consciência da problemática social e o desejo e decisão em se engajar, de alguma forma, na solução. Trata-se de personagens que se emanciparam da pobreza política, mas não, necessariamente, da pobreza socioeconômica.

Em alguns episódios, é difícil identificar o lugar do herói. Observam-se deslocamentos de papéis e espaços, uma vez que o estilo narrativo extrapola os personagens envolvidos e proporciona, aos leitores, a sensação de heróis ou vítimas e, algumas vezes, de vilões, mas sempre com a possibilidade de se transformarem em heróis.

Trata-se de uma estratégia de interação da indústria da informação, para transformar a audiência em herói. Uma nova classe de heróis que, apesar de atuar individualmente, na rede da recepção, formam um novo coletivo. Por exemplo, os leitores que se conscientizam e passam a se engajar à problemática abordada ou causa defendida podem ser tidos como heróis coadjuvantes e, também, individuais. Em um episódio onde a metanarrativa é uma campanha contra a esmola, sob a justificativa que dar esmola só piora a situação das crianças, contribuindo com a sua permanência nas ruas e sem perspectiva de futuro, fica implícito que quem dá esmola, ao contrário do que possa pensar, é vilão, e não herói. Por outro lado, o receptor que se engaja na campanha, simplesmente se posicionando contra, ou deixando de dar esmolas, sente-se um herói.

Da mesma forma, os leitores que participaram do clickRBS, tendo suas opiniões e sugestões divulgadas, sobre a problemática dos moradores de rua, sentiram-se heróis, pela visibilidade midiática de sua participação. Portanto, há uma flexibilização do perfil dos papéis de heróis, vítimas e vilões, para possibilitar a projeção e identificação dos leitores. Aqui, mais importante do que ser é sentir-se herói. Por isso, às vezes, se solicita apenas a comoção com o episódio narrado, de tal forma que essa comoção faça o leitor agir em favor das vítimas. E agir aqui, não implica necessariamente uma ação concreta, mas em um posicionamento diante da questão. Trata-se de uma ação simbólica, que permite o fechamento de sentidos de uma narrativa interativa e, por vezes, dramatizada. Ou seja, o receptor poderá pensar e se confortar, com o fato de que, ao se posicionar contra a esmola ou dando sua opinião, através do clicRBS, fez a sua parte para solução. Isso lhe dá a sensação de que produziu uma ação, ainda que parcial, a respeito da problemática

das pessoas em situação de rua. Assim, ele estará mais do que se aliando às vítimas, está construindo, para si, um traço identitário de herói.

Verificou-se que as relações de dominação, existentes na sociedade, foram reproduzidas na narrativa, através de relações desiguais. O jornalismo mostrou um lado antidemocrático, quando, arbitrariamente, negou o direito à comunicação, aos adolescentes em abrigo público, aos pedintes e aos mendigos, e concedeu a internautas do clicrbs e a frequentadores de praças e parques. A problemática que envolve os primeiros personagens foi submetida à ampla discussão racional da opinião dos segundos personagens. Assim, houve imposição da opinião de “tribos com plenos direitos” sobre “tribos da miséria”, sem levar em conta o saber, a experiência, os sonhos e as dores das pessoas em causa. Mesmo que as pessoas em causa tenham dificuldade quanto à capacidade de abstração e de expressão, seria uma forma de evidenciar a desigualdade social.

Dessa forma, a narrativa contribuiu para reforçar a culpa e a vergonha pelo fracasso, legitimando o mendigo opressor, que existe dentro de cada um. Assim, acabou por excluir, ainda mais, esses sujeitos em situação de rua, isolando-os do restante da sociedade (FREIRE, 2000). Portanto, o narrador ora centralizou a explicação e interpretação do que se passa, ora delegou a terceiros, sugerindo uma incapacidade dos personagens em causa, para pensar e emitir juízo sobre sua própria realidade. Ao privá-los da cidadania comunicativa, além de impedir a expansão da racionalidade discursiva, no espaço público jornalístico (HABERMAS, 1987), manteve as pessoas em causa na posição de “despoder”. Essa posição é reforçada pelas “ações de privação de identidade”, pelas representações estereotipadas, sendo aliada ao processo persistente de exclusão e de isolamento. Desse modo, os personagens são mantidos numa posição frágil, de onde não conseguem, sozinhos, exigir seus direitos ou se constituírem em ameaça ao governo, apenas a uma sociedade ainda muito desmobilizada e despolitizada.

Trata-se de uma relação assimétrica e de dominação, onde os personagens estão em posições profundamente desiguais, com imposição de saberes e representações de uns sobre os outros. Além de um forte deslize ético pelas relações injustas, houve negação das condições habermasianas (1989), para o sucesso de uma “ação comunicativa”.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as estratégias narrativas utilizadas pelo jornal Zero Hora na construção de identidade de pobres e excluídos. Nesse sentido, o estudo fornece um termômetro das representações que o jornalismo constrói sobre as identidades das diferentes “Tri-

bos da miséria”, constituídas por sujeitos que, ignorados nos seus direitos humanos e de cidadania, acabam interferindo na ordem do cotidiano social de grandes metrópoles, como Porto Alegre.

A construção das identidades da maioria dos personagens foi caracterizada com base em um referencial em termos culturais, econômicos, sociais e morais. Segundo Giardino (2003), esses aspectos acabam reforçando e legitimando as desigualdades sociais. Para muitos, foi usada uma estratégia de negação da “identidade essencial”, o que dificulta uma possível projeção e identificação dos leitores, facilitando o sentimento de rejeição; para outros, foi respeitada a identidade essencial e o reconhecimento de direitos.

Nesse cenário, aos “mendigos”, o significado ofertado e consolidado, nos episódios analisados, é de “lixo social”, que deve ser deslocado e limpado das praças e parques; os “pedintes”, como “sujeitos de constrangimento”, “mal a combater”, capazes de incomodar, roubar e extorquir a população, mas também de lembrar que a miséria existe.

Quanto aos adolescentes em abrigo público, uns recebem a atribuição de vítima, sendo representados como “sujeitos rejeitados”; e à maioria é atribuído o papel de vilões. Já os migrantes, que se viram para minimizar os efeitos da pobreza, são caracterizados como “sujeitos ativos”. Depois, as crianças em situação de risco dividem-se em três grupos: as que vivem em situação de rua, “sujeitos com direitos de papel”; as que já passaram por programas sociais, mas continuam nas ruas, “sujeitos libertários”; e as que sofreram violência doméstica, “vítimas inocentes”. As famílias, por sua vez, quando em situação de rua recente, sem atividade produtiva, foram apresentadas como “sujeitos de necessidade”; as que se encontram em situação de rua e que já se apropriaram de um estilo de sobrevivência, através da coleta de lixo reciclável, foram representadas como “sujeitos de demanda”. Já as famílias residentes em vilas de papeleiros foram referidas como “sujeitos da sobrevivência”, que, apesar da luta cotidiana, conseguem apenas sobreviver, excluídos das políticas sociais.

Interessante destacar que, explícita ou implicitamente, os valores que mais se exaltam na construção dos personagens jornalísticos - “higiene, obediência, esforço, bondade” -, indispensáveis à sociabilidade, são igualmente, na sua ausência, os que mais se condenam. Isso se verifica, porque eles se transformam em contravalores, que contradizem padrões sociais impostos pela ordem dominante: “sujeira, lixo, desobediência, insubordinação, maldade”. A presença desses valores remete a um perfil de cidadão e estilo de vida harmonizado com a ordem social e adequado

aos desiguais, porque os mantém subordinados; enquanto a ausência representa um desajustado socialmente; logo, uma ameaça social à “ordem” vigente.

Destaca-se, igualmente, a presença de personagens que tiveram suas identidades respeitadas e construídas com estratégias narrativas humanizadas. Nesse sentido, além dos valores acima citados, foram salientados outros, como: iniciativa, amizade, solidariedade e afetividade. A principal diferença que a segunda escala de valores faz, na vida de uma pessoa excluída, em relação à primeira, é aumentar sua identificação com o restante da sociedade, facilitando a inclusão. Assim, o sujeito possui potencial para se transformar em gestor, “sujeito de demanda”.

As nomeações, caracterizações e “ações de privação de identidade”, utilizadas na construção da identidade da maioria absoluta dos personagens, “mendigos”, “pedintes” e “adolescentes no abrigo público”, evidenciam a presença do enigma da pobreza, a que Telles (2001, p.15-23) se refere. Esse enigma está implicado no “modo como direitos são negados na trama das relações sociais”. No caso em estudo, o enigma diz respeito, também, ao modo como as identidades foram construídas e os direitos, negados. O tipo de representação feita pelo jornalismo explica o estranhamento de Telles (2001), quando ele questiona porque o fenômeno da pobreza não é suficiente, “[...] para construir uma opinião pública crítica, capaz de mobilizar vontades políticas, na defesa de padrões mínimos de vida para que este país mereça ser chamado de civilizado”. O autor salienta, como contradição, o fato de que isso ocorre, apesar de o fenômeno da pobreza ser histórico e persistente.

Assim, constata-se que o preconceito está impregnado no esquema narrativo de muitos desses episódios, cujas estratégias seguiram uma lógica (re) produtora de diferenças sociais. Isso ficou evidente, por meio da manutenção dos padrões comportamentais que certa “ordem” dominante espera dos personagens socialmente excluídos. Em outras palavras, trata-se de uma narrativa produzida e mediada por práticas sociais institucionalizadas (LARROSA, 2004), que utilizam estratégias narrativas objetivas e subjetivas, como “formas de exercício de poder e hegemonia” (MOTTA, 2004). Isso ocorre em um lugar central de comunicação pública, que é o espaço jornalístico.

Seguindo essa perspectiva, tem-se que a construção da identidade narrativa de muitos personagens está fundada em um conceito que não a caracteriza como algo natural e existencial, mas como uma categoria atrelada e perpassada pela história da humanidade, da sociedade brasileira, das organizações e dos sujeitos que as narram e as representam. Incorporadas a essas narrativas

observaram-se diferentes visões de mundo, que, em diferentes níveis, remetem a relações preconceituosas e reprodutoras de padrões culturais.

Esse tipo de jornalismo contribui com a dinâmica social excludente, à medida que representa as pessoas em causa, como “lixo social”, “constrangimento social”, “animais irrecuperáveis”, sem direito a nome e voz. Também em função dessa representação, os direitos dessas pessoas são negados, o que constitui violação aos direitos humanos e dos direitos de cidadania. É o que se verifica, uma vez que os direitos não dependem da conduta moral dos sujeitos, mas do fato de serem pessoas titulares de direitos.

Essa construção de identidades expressa, caracteriza e reforça as diferenças sociais. Pode-se inferir que representa um olhar preconceituoso de quem narra e que, uma vez ocupando o espaço público midiático, tende a consolidar ou desencadear novos preconceitos, discriminações e estereótipos nos receptores e, em decorrência, na sociedade. Assim, no processo de construção da realidade social, por meio da escolha de determinado esquema narrativo, corre-se o risco de estar consolidando uma arquitetura de dominação social, à medida que se representam as pessoas pobres, seguindo-se uma estratégia de manutenção do status quo da classe dominante.

Portanto, as estratégias narrativas, utilizadas na construção das identidades das diferentes “tribos da miséria”, aqui analisadas, remetem a diferentes representações, de acordo com as especificidades de cada grupo. Destaca-se, porém, que, na base da construção narrativa dessas identidades, principalmente dos personagens adultos, não está a identidade essencial (o ser), mas, sim, a identidade existencial, ligada à posse ou não de bens materiais (o ter). No caso das pessoas em situações de pobreza, isso se manifesta na manutenção ou perda da capacidade produtiva.

Assim, deve-se pensar em qual o objetivo e quais as consequências do uso dessas estratégias narrativas e “ações de privações de identidade” essencial e existencial (GIARDINO, 2003), de reforço de nomações estereotipadas e das “estratégias de silenciamento” e de “distanciamento”, voltadas para pessoas já privadas de bens simbólicos e materiais e dos direitos humanos e de cidadania.

A partir das diferentes representações feitas dos pobres, de acordo com a “Tribo da miséria” a que pertencem, tem-se também uma diversidade de representações sobre a pobreza: crítica, criminalizada, constrangedora, resignada, circunstancial e pobreza feliz. A “pobreza crítica e circunstancial” aplica-se aos personagens conscientes da pobreza econômica; logo, libertos da “pobreza política”. É aquela em que o personagem ‘está’, mas não ‘é’ pobre, ou seja, a que evidencia

a vocação do ser humano para a libertação da pobreza e da exclusão. A “pobreza constrangedora” é a que incomoda, porque os mendigos se encontram no campo de visão da classe média e alta. Já a “pobreza resignada” mostra uma realidade e personagens cedidos pelo cansaço e desesperança generalizada; “pobreza libertária”, a que desobriga a sociedade e exonera o poder público, em nome de uma suposta escolha dos personagens pela liberdade da rua; “pobreza feliz”, uma representação romantizada onde os pobres sobrevivem à base da solidariedade mútua, à margem das políticas sociais e com a “ajuda dos anjos”; “pobreza criminalizada” é aquela cujos sujeitos pobres representam uma ameaça aos demais, seja pelo ato de pedir, considerado extorsão, seja pelas ações atribuídas, socialmente condenáveis. Como pano de fundo na cobertura dessa pobreza, identificou-se a defesa da bandeira da redução da maioridade penal.

Esse último tipo de abordagem, criminalizando a pobreza, somado à representação de pobre como “lixo social” e “sujeitos de constrangimento” pode sugerir e justificar ações de extermínio, envolvendo polícias militares e sujeitos de diversas classes sociais, chamados de ‘cidadãos’. Vale lembrar, nesse sentido, a Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro (1993); *a queima do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos* (1997), em Brasília; *o massacre de moradores de rua, na Praça da Sé, em São Paulo* (2004); ataque a travestis e prostitutas, no Rio de Janeiro (2007); agressão a uma empregada doméstica em uma parada de ônibus no Rio de Janeiro (2008). Essas execuções e agressões significam a objetivação desse tipo de discurso das autoridades, não problematizado pelo jornalismo, ou seja, são conflitos enunciados e deflagrados primeiro na linguagem e, no caso, mais especificamente na narrativa jornalística. (FOIX, 2003)

Portanto, a análise de muitos episódios evidencia que é preciso romper esquemas narrativos que legitimam o senso comum e que sedimentam visões de mundo canonizadas. Isso requer uma constante reflexão e uma atenção redobrada dos jornalistas, como uma comunidade narrativa, sobretudo uma postura ética com os modos de construir e divulgar os acontecimentos para o mundo social. Propõe-se, assim, que seja aprofundada a reflexão e ampliado o questionamento sobre as práticas narrativas, tanto no fazer acadêmico do campo comunicacional, quanto na prática profissional jornalística. É necessário ultrapassar formas de descrever e interpretar os fatos, que priorizam a reprodução do senso comum, o desejo de vender, chocar e seduzir, espetacularizar do que informar, conscientizar, educar e politizar.

Pelo que se depreende dessa investigação, faltou à parte da comunidade narrativa envolvida na cobertura das temáticas em estudo, uma atuação justa e competente de mediação entre a ne-

cessidade de cidadania, para as pessoas em causa e o poder público, as políticas públicas e os especialistas. Essa interação poderia fomentar o debate e um processo dialógico, de tal modo que, como sugere Habermas (1987), as argumentações pudessem ser confrontadas e ganhassem consistência junto à opinião pública. Faltou também uma perspectiva inclusiva, isto é, uma interpretação da realidade comprometida com a emancipação dos seres humanos envolvidos, que se vêem submetidos a uma rede de múltiplas privações. Faltou, principalmente, um olhar capaz de extrapolar as viseiras preconceituosas do senso comum, representado pelos sujeitos (individual e institucional) envolvidos na produção dessas reportagens.

Constata-se que, para a cobertura de problemáticas sociais, um dos principais desafios, no sentido de um jornalismo cidadão, é introduzir uma ética da igualdade narrativa, com espaço para inclusão das diferenças sociais, diferentes necessidades, afetos, desejos, olhares, idéias e interações no espaço público. Em outras palavras, trata-se de recuperar as condições habermasianas de igualdade de posições para uma “ação comunicativa”. Assim, a questão ética seria definida a partir do e com o outro.

Juntamente com esse primeiro e grande desafio, que contempla a volta do protagonismo da comunidade, considera-se um segundo e não menos importante, que é o de pensar e desenvolver um jornalismo crítico e propositivo, para conscientização e mobilização social. Isso obriga a reavaliar e reaprender os processos narrativos, de forma a desconstruir o senso comum e representações consolidadas e estereotipadas, que contribuem com a alienação da opinião pública e a manutenção da ordem social dominante. Implica, também, repensar processos e rotinas pessoais, institucionais e grupais, pois o avanço ocorre quando se rompe monólogos ou “empurra-empurra” de responsabilidades e criam-se redes de diálogos, significados e atuação. Essas redes devem ser de diálogo e atuação permanente, que contemplem a independência dos papéis, mas também a parceria social, cada um complementando, com suas responsabilidades e aptidões, como recomenda a AGENDA 21 (1992).

Convém ponderar que, para que as parcerias sociais ocorram de forma eficaz, é necessário ampliar o olhar de todos os envolvidos na problemática estudada: imprensa, pesquisadores, organizações da sociedade civil organizada, órgãos públicos e, em consequência a opinião pública. Com essa ampliação, podem ir se formando redes abrangentes, contribuindo para democratização do espaço público e estruturação de políticas sociais, preventivas e eficazes, que contemplem os

direitos humanos e de cidadania, das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social.

Outro desafio a ser enfrentado é a ampliação da pauta social, na pauta jornalística. Esta também se mostra uma tarefa árdua, para os jornalistas emplacarem, por vários motivos: a dinâmica, as contradições e demandas sazonais das redações; a diferença pessoal e editorial da compreensão da temática. Por outro lado, tem-se que problematizar os valores notícias, incluindo o social como valor-notícia (MARTINS SILVA, 2008), reavaliar as teorias do jornalismo sobre o que dá a um tema ou assunto o privilégio de virar notícia. Canellas (2008) lembra que a maioria das reportagens premiadas⁴³ provém de pautas sociais, que não tem o viés do ineditismo, são caracterizadas como verdadeiros antifuros, mas tem o vigor informativo, dado pela forma original e singular com que o repórter aborda.

O fechamento do processo de análise das estratégias narrativas, na construção da identidade de “Tribos da Miséria”, permite concluir que, no campo jornalístico e no caso específico do jornal Zero Hora, convivem, no mínimo, duas correntes de pensamentos e prática narrativa:

Uma corrente mais crítica, propositiva, humanista e cidadã, que constrói a notícia des/construindo a realidade vigente e fundamentada na linguagem dos direitos e na “metaepistemologia”. Os integrantes dessa linha possuem competência comunicacional para singularizar, interpretar, compreender e narrar o sentido dos acontecimentos, em função do contexto político e social, origens históricas, causas contemporâneas e consequências imediatas e futuras. Em se tratando da formação do espaço público, esses profissionais socializaram sentidos, voltados para valores ligados à ética, à justiça, à solidariedade, à igualdade e ao reconhecimento dos direitos aos desiguais. Trata-se de um jornalista que atua como um “participante justo” (MERRIT, 1995) e que, por ser justo, é igualmente ético.

Outra corrente, mais comercial e tradicional, ignora e ou desconhece a linguagem dos direitos e das políticas sociais, mas se mostra competente na linguagem do espetáculo e da convergência tecnológica. Constrói a notícia descontextualizada, com base apenas no “evento estopim” da problemática abordada. Legitima a realidade vigente e reforça a representação do senso comum. Prioriza a epistemologia do “sujeito cognoscente” e pauta-se em “ações de privação de identidade” (GIARDINO, 2003) aos desiguais. Em se tratando da formação do espaço público,

⁴³ Ver “Narrativas de um correspondente de rua”, de Mauri Koning, 2008; A série de reportagens “Fome”, de Marcello Canellas (2001); e as finalistas e vencedoras do GP Ayrton Sena, ao longo dos mais de dez anos de existência e outros concursos sobre cobertura da pauta social.

esses profissionais socializaram sentidos, voltados para contra-valores, como a intolerância, a discriminação, a injustiça, a desigualdade e a negação dos direitos humanos e de cidadania aos desiguais. Trata-se de um jornalista que atua como um “participante injusto” e que, por ser injusto, é igualmente antiético.

Recuperando Chauí (2006), tem-se que o primeiro grupo está mais identificado com o pensamento e o discurso da esquerda, que se esforça para desconstruir o senso comum e a aparência de realidade e verdade que as práticas sociais instituem. Procura desmontar o senso comum e as representações dominantes da sociedade contemporânea. A utopia de um jornalismo cidadão depende dessas desconstruções, historicamente cristalizadas no senso comum e, também, no discurso de parte dos integrantes da comunidade narrativa.

Por outro lado, a sobrevivência desse jornalismo, praticado por parte da comunidade narrativa, fundamentado na crítica do senso comum, torna possível a desconstrução desse consenso. Isso se constitui uma condição potencial para a concretização da utopia humanista e cidadã, porque informa para formar uma consciência crítica, capaz de questionar a perversa ordem vigente. Com base em Bertrand (1999), pode-se afirmar que esses profissionais têm consciência da natureza humana, social e política da atividade jornalística. Essa consciência se manifesta nas estratégias narrativas utilizadas, que, no mundo da recepção, têm potencial para provocar reflexões e estimular ações sobre as questões públicas e as problemáticas sociais.

Já o segundo grupo, voltando à perspectiva de Chauí (2006), identifica-se com o pensamento e o discurso da direita, consolidando as representações vigentes. Legitima o senso comum e se limita a atualizar apenas as imagens, mas não o significado das mesmas. Essas imagens já integram a representação que permite interpretar a realidade apresentada como verdade. Isso facilita o processo de persuasão, projeção e identificação, uma vez que se trata de algo conhecido do cotidiano do receptor. Essa reprodução do senso comum e das representações dominantes contribui para um processo alienante e de permanência da “ordem social” vigente, com interações sociais desumanas, injustas e antiéticas. Esse tipo de prática e processo acaba dificultando e até impossibilitando a ocorrência da empatia, da solidariedade e da tolerância, necessários à comunicação e à convivência com a alteridade.

Seguindo a perspectiva da autora (2002), para o primeiro grupo, as dificuldades, em nível de pensamento e narrativa, se acentuam, pois seus integrantes precisam realizar contínuos e simultâneos processos, como:

- desconstruir o senso comum social;
- desconstruir a aparência de realidade e verdade, que as práticas sociais possuem e que constitui o discurso hegemônico e a compreensão dos agentes sociais;
- reinterpretar a realidade, expondo seus fundamentos ocultos, para possibilitar a compreensão e explicação dos processos de mudanças sociais e políticas;
- criar uma nova narrativa, capaz de traduzir a crítica das idéias e das práticas vigentes;
- mostrar, aos receptores, as ilusões do senso comum e conquistá-los, como parceiros da mudança sobre a realidade criticada.

Portanto, enquanto o segundo grupo se limita a repetir o senso comum, produzido e alimentado por eles e a classe que representam, o primeiro se esmera por um pensar e um fazer crítico, sobre o sentido das práticas sociais, comprometido com as transformações da realidade estabelecida. Trata-se de uma cobertura feita com competência, evidenciando que o desenvolvimento humano das pessoas excluídas passa pela dimensão ética, que pressupõe reconhecer que todas as pessoas têm um valor e tem direitos, com ou sem posses materiais. Assim, a abordagem não se limitou ao aspecto econômico, mas também ético de um desenvolvimento humano com equidade. Cabe reconhecer, com Boaventura Santos (1995, p.346), que essa “não é tarefa fácil nem é uma tarefa individual. Mas se é verdade que a paciência dos conceitos é grande, a paciência da utopia é infinita.”

A paciência e persistência dessa utopia sinalizam que o esforço não é em vão. A atuação do primeiro grupo, identificado como jornalismo cidadão, cujos integrantes atuaram na trama narrativa como “participantes justos” (MERRIT, 1995), demonstra a viabilidade da prática de um jornalismo mais humanizado e afinado com os direitos humanos, os direitos da cidadania e com os valores democráticos. Além das características acima, a atuação dessa corrente diferenciou-se da tradicional em outros aspectos, como:

- redução do uso de fontes oficiais – as narrativas recorrem a essas fontes, mais para buscar dados estatísticos, para cobrança de políticas sociais eficazes e explicações técnicas;
- conscientização da população, quanto aos seus direitos e deveres, e quanto as omissões do poder público;

- maior equilíbrio entre o poder político econômico e o poder da comunidade. A maior preocupação é com a defesa dos direitos da comunidade e dos cidadãos.

Apesar da convivência desses dois tipos de jornalismo, no mesmo veículo - uma linha de jornalismo cidadão e inclusivo, e outra tradicional e mais comercial - destaca-se a predominância dos que têm pouca relação com o social, baixo comprometimento com a emancipação dos excluídos, cujas principais deficiências foram:

- analfabetismo, no que diz respeito à linguagem dos direitos e políticas sociais;
- pobreza política;
- uso de estratégias de privação de identidade e silenciamento das pessoas em causa;
- construção da identidade narrativa limitada à identidade existencial, ignorando a essencial;
- uso predominante da epistemologia do sujeito cognoscente;
- episódios focados nos aspectos negativos, nomeações e caracterizações discriminatórias, que ignoram os valores das pessoas sem posse material;
- cenário de cobertura simplificada, com o uso de estereótipos;
- reprodução do senso comum, sem contestação;
- esquema narrativo dramatizado;
- mensagem destinada a uma elite.

Essa variação de perspectivas evidencia que, ao contrário do que muitos afirmam, apesar das restrições da cultura e da linha editorial de cada veículo, o jornalista tem certa autonomia e, em decorrência disso, possui elevada responsabilidade pelo esquema narrativo selecionado e os jogos de linguagem utilizados. Lembrando Adelmo Genro Filho (1987), trata-se de saber distinguir duas questões: 1ª. a determinação conjuntural, uma vez que a origem do jornalismo remete a uma necessidade capitalista, vinculando, formalmente, o profissional à ideologia dominante; 2ª. a dimensão ontológica, que compreende a autonomia do jornalismo. Mesmo sabendo distinguir essas duas dimensões, trata-se de um desafio, pois, como lembram Kovach e Rosenstiel (2004), o jornalista enfrenta uma tensão entre o seu papel de serviço público e a função comercial que financia sua atividade.

Esse estilo diferenciado de olhar, interpretar e narrar a realidade, que envolve as temáticas em estudo, denota um saber compartilhado por narradores pertencentes às respectivas correntes. Essas estruturas de conhecimento compartilhado diferenciam-se, pelo fato de uma priorizar estratégias que mantêm e legitima os sujeitos, como excluídos, meros figurantes no episódio; enquanto a outra que se esmera para incluí-los, como sujeitos de direitos e deveres, protagonistas da própria história.

Quanto à narrativa imagética, com raras exceções, constata-se que as duas correntes igualam-se, na representação dos sujeitos excluídos. Adotaram um padrão geral e um estilo consolidado, que sugere um sentido de passividade e acomodação. Apenas em um dos episódios foi mostrado o personagem em causa trabalhando. Os demais, mesmo os que conseguiram deixar a rua e se emanciparam, aparecem sentados ou parados e com crianças amontoadas. Esse padrão das fotos fragiliza os personagens, remete a sujeitos passivos e consolida a imagem de que pobre está nessa situação porque é acomodado, preguiçoso e “só sabe fazer filho”. Essa representação das imagens interferiu no sentido sugerido pelo texto, uma vez que as narrativas devem se complementar. Isso faz o leitor pensar que há um processo desintegrado, na atuação da corrente dos jornalistas cidadãos, com seus pares fotógrafos, pois o texto sugere um sentido e as fotos, o oposto. Trata-se de uma equipe com perfil misto, cujos construtores da imagem estão comprometidos com uma corrente mais comercial, que segue o mesmo padrão generalizado de atuação, independente da realidade apresentada. Nesse contexto, reportamo-nos a Raimundo Pereira (2007)⁴⁴. Ao falar sobre a qualidade do jornalismo, ele defende que 90% corresponde à qualidade da equipe, com seu capital humano e profissional acumulado, e 10% à tecnologia.

Essa concentração no capital humano, aliada à centralidade social do jornalismo, o obriga a assumir um compromisso ético, voltado para o desenvolvimento humano. Esse dever precisa ser incorporado, na prática cotidiana dos profissionais, com a convicção, por exemplo, do jornalista polonês, conhecido internacionalmente como “o repórter do terceiro mundo”, Ryszard Kapuzinski (2000). Para ele, “Los cínicos no sirven para este oficio”. Igualmente importante, a orientação de José Carlos Fernandes (2006) e Mauri Koning (2008), que têm procurado, ao longo de suas trajetórias, “humanizar o jornalismo”; e de Marcelo Canella (2008, p.114), que declara:

Inaceitável é abdicar da inquietude, da curiosidade, da capacidade de pensar livremente, de exercer a crítica e propor, porque essas são as características intrín-

⁴⁴ Conferência de abertura da Jornada de Comunicação 2007 da PUC/PR.

secas à condição de repórter. Brigar por uma pauta justa é uma das prerrogativas mais nobres de nossa profissão.

Igual dever deve estar também incorporado na formação dos futuros profissionais, capacitando-os para cobertura da agenda social. Esse tipo de cobertura deve se pautar pelos direitos humanos, pelos direitos da cidadania e políticas públicas sociais. Exige foco no cidadão, na comunidade e no interesse comum. À medida que a universidade também assume esse compromisso de inserir a agenda social, na grade curricular dos cursos de Jornalismo, possibilitará aos futuros profissionais compreenderem e explorarem o potencial crítico e humanístico dessa atividade de interesse público. Isso significa dizer que as universidades devem formar cidadãos críticos, agentes de transformação social.

Nesse sentido, a pesquisadora compartilha sua contribuição como integrante da comissão de revisão curricular dos cursos de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2008. O objetivo foi de propor uma Comunicação Social, mais especificamente, um Jornalismo para o desenvolvimento humano⁴⁵. Consiste num jornalismo que assuma funções públicas de: agendamento de pautas sociais; o jornalista como “participante justo”, entre os diferentes atores e instituições sociais, envolvidos nas problemáticas sociais; uma prática de construção da informação, como direito que instrumentaliza e politiza a opinião pública, para um contra-agendamento e uma participação mais efetiva nas questões de interesse público e na solução das problemáticas sociais. Para tanto, se propôs um eixo de disciplinas que contemplam o estudo de temáticas como: direitos humanos, cidadania, pobreza e desigualdade social, políticas públicas sociais, empreendedorismo social e sociedade civil organizada. As disciplinas incorporadas são: mídia e políticas públicas sociais, comunicação e cidadania, comunicação para o terceiro setor e comunicação e empreendedorismo. Acredita-se, que, além das questões acima, essa inclusão da pauta social, no currículo dos cursos de Comunicação contribuirá com o retorno que a universidade pública deve à sociedade e, também, proporcionará uma maior coerência entre o perfil do profissional e sua área de formação, identificada como “Comunicação Social”, corrigindo possíveis desvirtuamentos de uma comunicação mais instrumental, tecnológica e mercadológica.

⁴⁵ Frente à escandalosa desigualdade social brasileira, essa idéia era cultivada desde o período da graduação (1990), quando se percebia esse vazio curricular, que se buscou preencher numa formação extracurricular mais humanística, que instrumentalizasse para a linguagem dos direitos e deveres. Na prática docente, sempre houve o compromisso de inserir essas temáticas, de forma transversal, nos programas ministrados e nas pesquisas desenvolvidas.

Ao finalizar essa trajetória de pesquisa, verifica-se o quanto, ainda, essa temática merece ser inquirida. Neste contexto, sugere-se a formação de uma rede de pesquisa “Tribos da miséria” na imprensa brasileira, integrando pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país, interessados na temática. Além disso, outras sugestões específicas, locais e setoriais merecem uma devida atenção narrativa, tais como: as estratégias narrativas do Jornal Boca de Rua, de Porto Alegre, produzido pelas pessoas em situação de rua; as estratégias narrativas utilizadas por profissionais considerados referências de jornalismo cidadão (Kapuzinski – nível internacional; Mauri Koning e Marcelo Canellas – âmbito nacional); estratégias narrativas de jornais do Terceiro Setor, voltados para a temática em estudo, entre outras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.; SÁ, S. P. A tragédia dos ursos e outras mensagens: observações sobre a e-política e a globalização. In: NETO, A. F. et al. (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ANDI; VIVARTA, Veet (Coord.). **Que país é este?** Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v.4).

ANDI; VIVARTA, Veet (Coord.). **Desafios da Sustentabilidade: Tecnologia Social no foco dos jornais brasileiros**. São Paulo: Cortez, 2007. (Série mídia e mobilização social: v. 10)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS - ANJ. **Maiores Jornais Brasileiros – Circulação**. Disponível em: <http://www.anj.org.br>. Acesso em 7 de julho de 2007.

ARAÚJO, E. A. Informação, Sociedade e Cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n. 2, p.154 –167, maio/ago. 1999.

ARBEX J. José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. Uma Outra Comunicação é Possível. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 110-127.

BALSA, C.; BONETI, V. W.; SOULET, M. H. (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Ijuí – Brasil: Inijuí e Lisboa. – Portugal: CEOS, 2006.

BARBERO, M.J. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 258-308.

BARBOSA, M. F. O sujeito da experiência e a identidade narrativa. In: _____. **Experiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003. p.75 – 89.

BARCELLOS, Zanei; ALVETTI, Celina. **Jornalismo Cidadão, uma proposta brasileira ao jornalismo cívico**. VIII IntercomSul: Passo Fundo, 2006.

BATESON, Gregory. Comunicação. In: WINKIN, Yves (Org.). **La Nueva Comunicación**. Barcelona: Kairós, 1994. p.120-150.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERTRAND, CLAUDE JEAN. **A Deontologia das mídias**. Editora Edusc: Bauru, 1999.

BÍBLIA SAGRADA (MATEUS 25: 14-18.) 16. Ed. São Paulo: Paulinas, 1980

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Campus: Rio de Janeiro, 1992.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, o Grito da Terra, o Grito dos Pobres**. São Paulo: Ática, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: NETO, Antonio Fausto; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrel. (Orgs). **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg a Internet**. Rio: Zahar, 2004.

BÖCKELMANN, Frank, **Formación y Funciones Sociales de la Opinión Pública**, Barcelona, Gustavo Gili, 1983.

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

BUNEDER, Jorge Luiz. Questão de sobrevivência. **Jornal Zero Hora**, 6 abr. 2006, p.21.

BRUXEL, Laerson de L **Participação e legitimação política: o (des) encontro de thompson com habermas**. Disponível em www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/laerson2004.pdf. Acesso em 7 de julho 2008.

CANCLINI, Néstor García. O consumo serve para pensar. In: **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CANELLAS, Marcelo. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecília Von. A Criança e a Violência na Mídia. In: **A Criança e a Mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 49-60. (Relatório do Comitê da ONU para os Direitos da Criança.).

CARVALHO, Fernanda. **Cidadania atenta**. Disponível em: <http://www.socialwatch.org> > Acesso em 20 de dezembro de 2007.

CARVALHO, Murilo de. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In. MORAES, D. (org.) **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O TRABALHO. II Fórum Brasileiro de Imprensa, Terceiro Setor e Cidadania Empresarial. SENAC: SP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAMADA GLOBAL DE AÇÃO CONTRA A POBREZA. Disponível em: <http://www.chamadacontrapobreza.org.br>. Acesso em 03 de abril de 2007.

CHAPARRO, Carlos. **Os efeitos podem tornar-se causa**. Boletim n. 19, Nov. /Dez. de 1997. Instituto Gutenberg.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006,

COLEMAN, R. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.31- 58.

CORREIA, João. O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público. **Revista da Comunicação e Linguagens**, Lisboa, p.193-209, 2000.

CORREIA, J. C. **Sociedade e Comunicação: estudo sobre jornalismo e Identidades**. Corrilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 2 de maio de 2006.

COSTA, Luciano Martins. O jornal e o jornalista de amanhã. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n.11, p. 19-21, jan./abr. 1998.

DAHLGREN, Peter. El espacio público y los médios: uma nueva era? In: VEYRAT- MASSON, Isabelle y DAYAN, D (comps.). **Espacios publicos em imagines**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1997.

DARNTON, R. Jornalismo: toda a notícia que couber a gente publica. In: **O Beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p70-79.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Artigo 25, 1948. Disponível em <http://www.brasilia.unesco.org> . Acesso em: 12 mai. 2008)

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10 ed., São Paulo: Papirus: 2007.

DEWEY, J. **The Public and Its Problems**. Chicago: Swallow, 1927.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EKSTEROWICZ, A. J.; ROBERT, R.; CLARK, A. Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 85 – 106.

ERICSON, R.; BARANECK, P.; CHAN, J. B. L. **Representing Order-** Crime, Law and Justice in the News Media. Canada: Open University Press, 1991. pg. 112-199.

FLAHAULT, F. **A fala intermediária**. Lisboa: Via Editora, 1979.

FOIX, Luís, **Lenguaje y política** | 06/01/2003. Disponível em: <http://www.lavanguardia.es>. Acesso em 10 set. 2008.

FOME ZERO. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br>. Acesso em 7 de julho de 2005.

FREIRE, A. **Jornalismo público, "publijornalismo" e cidadania**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq051098b.htm> Acesso em 20 maio 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p.75-82.

GENTILLI, Victor. O Conceito de Cidadania, Origens Históricas e Bases Conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 19, p.41-55, dez. 2002.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GIARDINO, I. V. **Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales**. Barcelona: Gedisa, 2003.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California, 1980.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, W. Opinião pública política hoje – uma investigação preliminar. In: NETO, A. F. et al. (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GRABER, D. A. Para onde vai a cobertura televisiva das eleições? In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.86 – 107.

GUARESCHI, P. (Org.) **Os construtores da informação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **História y crítica de la opinión pública – La transformación estructural de la vida pública**. Barcelona: GG MassMedia, 1994.

_____. **O Estado-nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania**. Novos Estudos, CEBRAP, n. 43, p.87-101, nov. 1995.

HALL, Stuart. The Rediscovery of "Ideology": Return of the Repressed In: GUREVITCH, M.; BENNETT, T.; CURRAN, J.; WOOLLACOTT, S. (Eds.). **Media Studies: Culture Society and the Media**. London: Methuen, 1982.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARAZIM, Dorrit. **Raízes do jornalismo**. Jornal O Estado de S. Paulo, 18 set. 2005.

IANNI, Octávio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 4 de outubro de 2006

JACKS, N. A., MORIGI, Valdir, ROSA, Rosane, MEURER, Flávio. **La visibilidad de la infancia y la violencia en los medios brasileños**. Ofícios Terrestres. La Plata: v.17, p.97 - 106, 2005.

JR JACKSON, W. Salvemos a democracia do jornalismo público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.108 – 119.

KAPUZINSKI, R. **La guerra del fútbol**. Barcelona: Anagrama, 1992.

_____. **Los cínicos no sirven para este oficio**: Sobre el buen periodismo. Barcelona: Anagrama, 2000.

_____. **Lapidarium**. Barcelona: Anagrama, 2003.

KARAM, F. J. C. Qualidade de ensino e cinismo ético no jornalismo. **Comunicação & Educação**, v.02, n.06, p. 29-34, mai./ago., 1996.

KELLNER, D. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

KOVACH & ROSENSTIEL. **Os elementos do jornalismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LANDOWSKI, Eric. **A Sociedade Refletida**. São Paulo: Educ, 1992. p.117 - 125.

LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidade. In: ABRAÃO, Maria H. M. Barreto (Org.). **A aventura (auto) biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-22.

LUHMANN, Niklas. **As Concepções Políticas do Século XX: história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MACHADO, Arlind. Ética e estética da era eletrônica. In: MORAES, Angélica. (Org.). **Sem Fronteiras**. Porto Alegre: Santander Cultural, 2001, p. 14-21.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). **Revista FAMECOS** Porto Alegre nº 20, abril 2003, p. 13-19

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**. Jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1987.

MARFUZ, Luiz. A Dramatização da Notícia (A construção do personagem de Leonardo Pareja nos Telejornais). In: VALVERDE, Monclar. (Org.). **As Formas do Sentido: estudos em estética da comunicação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAROCCO, B. **Prostitutas, jogadores, pobre e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MARONNA, M; VILELA, R.S. Conhecer para intervir: infância, violência e mídia: propósitos, projeto da investigação e conclusões comuns. In. MORIGI, V; ROSA, R; MEURER, F. (Org.). **Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat, 2007.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN-BARBERO, J. **Desafios à Pesquisa em Comunicação na América Latina**. BOLETIM INTERCOM 49/50, VII, jul. /out., 1984.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: NETO, A. F. et al. (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MARTINO, L. C. Globalização e sociedade mediática. In: NETO, A. F. et al. (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MARTINS SILVA, L. M. **Jornalismo público: o social como valor - notícia**. Disponível em <http://www.ucb.br/comsocial/mba>. Acesso em 20 de novembro de 2008.

_____. Ciência e método em comunicação. In: LOPES, M. I. V. de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MATA, C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras**, v. 8, n. 1, Jan./abril 2006.

_____. Comunicación, de la presencia a la exclusión: La obliteración del conflicto y el poder en la escena mediática. **Revista Diálogos de la comunicación**, n. 59-60, p. 166 – 174, out. 2000.

MATELLART , A. Para que “nova ordem mundial da informação” ? In: MORAES, D. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

MCCOMBS, M.E.<Setting the agenda for agenda-setting research. An assessment of the priority ideas and problems>, **Mass communication review yearbook**, vol.2, Sague Publications, 1981. p.210-221.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media,1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

McCOMBS, M. Explores and surveyors: Expanding strategies for agenda-setting research. **Journalism Quarterly**, vol. 69, n.4, 1992.

McCOMBS, M. e SHAW, D. L. The agenda-setting function of the mass media. **Public Opinion Quarterly**, n.36, 1972.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um Produto à Venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MEDITSCH E. (2001). Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. Disponível em

<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/meditsch2001.rtf>. Acesso em 3 de abril de 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MERRIT, D. JR. **Public Journalism and public life: Why Telling the News Is Not Enough**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

MESQUITA, M. As tendências comunitaristas no jornalismo cívico. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MORAES, D. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). **Revista FAMECOS** Porto Alegre nº 20, abril 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOUILLAUD, M. **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NADOTTI, P. Introdução. In: KAPUSCINSKI, R. **Los cínicos no sirven para este oficio: sobre el buen periodismo**. Barcelona: Anagrama, 2000.

NAVES, R. Novas Possibilidades para o exercício da democracia. In: __ **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC, 1988.

NUNES, Brasilmar F. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA 2006: **Arquitetura da Exclusão**. Disponível em: <http://www.socialwatch.org>. Acesso em 20 de dezembro de 2007.

OROZCO GOMES, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONTE, Cristina. **Crianças em Notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PUTNAM, Robert D. D. Bowling Alone: **The collapse and Revival of American Community**. Nova York: Touchstone, 2001.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 3ª. edição, 2004.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: PERUZZO, Cícilia; BRITTES, Jussara (Orgs.). **Sociedade da Informação e Novas Mídias**: participação ou exclusão? São Paulo: Intercom, 2002. p.123-130.

RESENDE, F. A. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

RIBEIRO, Jorge Claudio. **A ética como fator de resistência no jornalismo**. PCLA - Volume 3 - número 1: outubro / novembro / dezembro 2001 Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista9/forum%209-2.htm> Acesso em 3/4/2008

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. v.3. São Paulo: Papirus, 1997.

RODRIGUES, A. **O campo dos media**: discursividade, narratividade, máquinas. Lisboa: Presença, 1984.

_____. **Estratégias de comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

RODRIGUES, F. P. **Pobreza e exclusão social**: debates com consequências para a agenda de cidadania. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

ROSA, Rosane. **Informe Final Jornalismo Impresso Brasil da Pesq. Conocer para Intervenir**: Infância, violência y medios. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ROSA, Rosane ; MORIGI, V. J. A construção da identidade do sujeito na narrativa jornalística de ZH: análise do Caso de Viamão. In: MORIGI, V; ROSA, R; MEURER, F. (Org.). **Mídia e Representações da Infância: narrativas contemporâneas**. 1 ed. Curitiba/PR: Editora Champagnat, 2007, v. 1, p. 75-98.

ROSEN, J. Making things more public: on the political responsibility of the media intellectual. *Critical Studies in Mass Communication*, n.11, p. 362 – 388, inverno de 1994.

_____. Para além da objetividade. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 75 - 84.

_____. Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.31- 58.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: _____. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 38-52.

SAPERAS, E. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massa**. Porto – Portugal: ASA, 1993, p.51 – 155.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SERRA, S. A produção de notícias e a esfera pública internacional. In: FAUSTO NETO, A. et al. (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SHEPARD, A. C. The gospel of public journalism. **American Journalism Review**, p. 29-35., Sept. 1994.

SILVA, L. M. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SPINK, M. J. P. (Ed.). (2000). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas** (2. ed.). São Paulo, SP: Cortez.

TASSARA, Eda T. de O; DAMERGIAN, Sueli. **Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social**. Estud. av. vol.10 no.28 São Paulo Sept./Dec. 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000300013&script=sci_arttext. Acesso em 3 de abril de 2008.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

THOMPSON, John B. La teoría de la esfera pública. In. **Revista Voces y Culturas** N° 10; Barcelona, 1996.

THOMPSON, JB. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. Record Edição: 8ª. 1980.

TÖNNIES Ferdinand. & LOOMIS, Charles Price. **Community and Society – Gemeinschaft und Gesellschaft**. Mineola, Nova York: Dover, 2002.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In. TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do jornalismo**. vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

VATTIMO, G. **A sociedade transparente** – Edições 70, Rio de Janeiro: 1989.

VERON, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 1995.

_____. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48, p.9, out. 1997.

_____. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1980.

VIEIRA, Lizt. **Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIVARTA, Veet, (Org.). **O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

WEAVER, D. H.; GRABER, D. A.; McCOMBS, M. E. e EYAL, C. H. **Media Agenda-Setting in a Presidential Election: Issues, Images and interest**. New York: Praeger, 1981.

WEAVER, David H.; McCOMBS, Maxwell E.; SPELLMAN, Charles - Watergate e os media: análise de um caso de agendamento. In TRAQUINA, Nelson (org) - **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. 1.^a ed. Coimbra: Livraria Minerva Editora. 2000.

WEBER, M. 'Classe, 'status', partido", In VELHO, O. G. e outros. **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

WEBSTER, F, N. **Theories of information society**. Londres: Routledge, 1995.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Revista de Comunicação e Linguagem**, Lisboa, p.33-55, 2000.

